



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2008



# SUMÁRIO

<b>I. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO – CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA.....</b>	<b>3</b>
1. Identificação .....	3
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos.....	4
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos .....	46
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores .....	46
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício.....	47
6. Previdência Complementar Patrocinada .....	62
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos .....	66
8. Renúncia Tributária .....	66
9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia.....	66
10. Operações de fundos.....	66
11. Despesas com cartão de crédito .....	66
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno .....	66
13. Determinações e recomendações do TCU.....	68
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício ..	72
15. Dispensas de Instauração de TCE eTCE cujo envio ao TCU foi dispensado.....	72
16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos .....	72
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.....	74
18. Relação de arquivos anexos.....	74
<b>II. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....</b>	<b>74</b>
1. Despesas com ações de publicidade e propaganda .....	74
2. Despesas com ações de patrocínios .....	76
3. Demonstrativo da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal .....	91
4. Atas das reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal .....	91
<b>III. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>91</b>

# I. Informações sobre a Gestão – Conteúdo Geral por Natureza Jurídica

## 1. Identificação

*Dados identificadores da unidade jurisdicionada*

<b>Nome completo da unidade e sigla</b>	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	
<b>CNPJ</b>	00.001.180/0002-07	
<b>Natureza jurídica</b>	Sociedade Anônima de Economia Mista	
<b>Vinculação ministerial</b>	Ministério de Minas e Energia - MME	
<b>Endereço completo da sede</b>	<u>Sede:</u> SCN, Quadra 4, Bloco B, sala 203, Edifício Centro Empresarial Varig, CEP 70714-900 – Brasília – DF – Tel: (61) 3329-7306/7315. <u>Escritório Central:</u> Av. Presidente Vargas, 409 – 13º.- CEP 20071-003 - Centro – Rio de Janeiro — Tel: (21) 2514-6201/6001	
<b>Endereço da página institucional na internet</b>	www.eletronbras.com	
<b>Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União</b>	Constituída em conformidade com a autorização contida na Lei No. 3.890-A, de 25 de abril de 1961 e organizada por Estatuto atualizado com as alterações aprovadas na 142ª. Assembléia Geral Extraordinária, de 28.04.2005 e Decreto No. 5723, de 16.03.2006, publicado no D.O.U., de 17.03.2006. A administração da ELETROBRÁS, na forma do estatuto e da legislação de regência, Decreto No. 4912/03, publicado no D.O.U. em 11.12.2003, compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.	
<b>Código da UJ titular do relatório</b>	910808	
<b>Códigos das UJ abrangidas</b>		
<b>Situação da unidade quanto ao funcionamento</b>	Em funcionamento.	
<b>Função de governo predominante</b>	Energia	
<b>Tipo de atividade</b>		
<b>Unidades gestoras utilizadas no SIAFI</b>	<b>Nome</b>	<b>Código</b>
	ELETROBRAS	910808

A ELETROBRÁS tem por objeto social:

I - realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, tais como a comercialização de energia elétrica;

II - cooperar com o Ministério, ao qual se vincule, na formulação da política energética do País;

III - conceder financiamentos a empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica sob seu controle, e prestar garantia, no País ou no exterior, em seu favor, bem como adquirir debêntures de sua emissão;

IV - conceder financiamentos e prestar garantia, no País ou no exterior, em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa sob seu controle;

V - promover e apoiar pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;

VI - contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica brasileiro, bem como para a preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e assinar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado;

VII - colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas de cujo capital participe acionariamente e com órgãos do Ministério ao qual se vincule.

## 2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

### 2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

#### 2.1.1. Introdução

A Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás) é uma empresa de economia mista e de capital aberto, com ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo (Bovespa), de Madri, na Espanha, e de Nova York, nos Estados Unidos. O governo federal possui 53,99% das ações ordinárias da companhia e, por isso, tem o controle acionário da empresa. A Administração federal é proprietária ainda de 15,48% das ações preferenciais, cuja maioria (84,52%) está em mãos privadas.

Sob o controle da Eletrobrás estão as seguintes empresas de geração e transmissão de energia: Chesf, Furnas, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul e CGTEE. A holding também controla a Light Participações S.A. – Lightpar, e, em regime conjunto, a Itaipu Binacional, nos termos do Tratado Internacional firmado entre os governos do Brasil e do Paraguai. Atua, ainda, na área de distribuição de energia por meio das empresas Elektroacre (Acre), Ceal (Alagoas), Cepisa (Piauí), Ceron (Rondônia), Manaus Energia (Amazonas) e Boa Vista Energia S.A. (Roraima).

As políticas e diretrizes do Sistema Eletrobrás são definidas pelo Conselho de Administração da holding.

Em 31/12/2008, no negócio de geração, a capacidade instalada das empresas do Sistema Eletrobrás, acrescida de metade da potência de Itaipu pertencente ao Brasil, alcançou a marca de 39.402 MW, correspondentes a 38% do total nacional, distribuídos em 29 usinas hidrelétricas, 19 termelétricas e 2 nucleares. No negócio de transmissão, as linhas pertencentes ao Sistema perfazem 52.537 quilômetros de extensão.

O portfólio de negócios da ELETROBRÁS está estruturado segundo duas vertentes dominantes que caracterizam historicamente a sua atuação:

- Empresa holding de capital aberto, voltada para o desenvolvimento do Setor Elétrico Brasileiro, no qual mapeia e exerce opções de expansão, novos negócios e parcerias, com conseqüente realização de lucro para seus acionistas;
- Empresa implementadora e gestora de programas sociais, setoriais e de comercialização de energia elétrica, por delegação de seu acionista majoritário – o Governo Federal –, o qual lhe proporciona o aporte de recursos oriundos de fundos setoriais, capazes de assegurar que, em paralelo aos benefícios institucionais agregados, essas funções enquanto “braço do governo” sejam desempenhadas com eficiência e equilíbrio econômico-financeiro.

No desempenho deste segundo papel, a Eletrobrás é a gestora de uma carteira de fundos setoriais, composta pela Reserva Global de Reversão - RGR, pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, pela Conta de Consumo de Combustível - CCC e pela Utilização do Bem Público - UBP. Nesta mesma linha, dá suporte a programas estratégicos do governo, como o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), o programa Luz Para Todos e o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), custeados com recursos dos supracitados RGR e CDE, que também contribuem para o financiamento de obras de geração e transmissão de energia elétrica.

Com relação as participações acionárias da Eletrobrás, elas estão presentes nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica da seguinte forma: 11 empresas controladas, 26 empresas coligadas com participação minoritária, 5 Sociedades de Propósito Específico (SPE), cujo capital é constituído de ações preferenciais resgatáveis com remuneração

correspondente ao IGP-M acrescido de juros de 12% ano. Além disso, a Eletrobrás participa de 50% do capital de Itaipu Binacional.

Além das participações acionárias, a Eletrobrás possui títulos da dívida pública sendo, o mais representativo o CFT-E1 (Certificados Financeiros do Tesouro) que registra valor de mercado de R\$ 209 milhões.

O valor de mercado da participação acionária da Eletrobrás nas Companhias cujas ações são negociadas em Bolsa de Valores foi superior a R\$ 6,1 bilhões e sua variação apresentou aderência principalmente com o Índice de Energia Elétrica – IEE.

Em relação a 2007, houve uma desvalorização da carteira de cerca de 8%, enquanto o Ibovespa, no mesmo período, teve uma desvalorização de cerca de 40%.

A carteira Eletrobrás, por ter seus papéis concentrados em empresas com receita fixa ou regulada, apresenta menor volatilidade em relação ao mercado, caracterizando-se assim, como uma carteira conservadora. Mesmo com o cenário econômico desfavorável no último trimestre de 2008, as ações de posse da Eletrobrás têm uma boa perspectiva de ganho quando analisadas no longo prazo.

Em 2008, a remuneração dessas participações na forma de dividendos alcançaram mais de um bilhão de reais, significando uma das maiores fontes de recursos ordinários da Companhia, sendo que a maior parte da contribuição foi das empresas controladas.

## 2.1.2. Referencial Estratégico

### Missão

A missão da empresa é criar, ofertar e implementar soluções que atendam aos mercados nacional e internacional de energia elétrica, atuando com excelência empresarial, com rentabilidade e responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países em que venha a atuar.

### Visão

Ser referência mundial no negócio de energia elétrica com eficiência empresarial, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental.

### Valores

Ética, Integração, Comprometimento, Valorização das pessoas, Excelência na gestão, Transparência e Responsabilidade social e ambiental.

### Comentários

Destaque-se a oportunidade e a abrangência da MISSÃO da ELETROBRÁS, proposta em seu Planejamento Estratégico, ao situá-la de forma ampla nos mercados nacional e internacional de energia elétrica, com o intuito de “criar, ofertar e implementar soluções” que os atendam, seja nos negócios existentes de Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização, seja em negócios futuros que venham a explorar novas tecnologias ou formas de atuação empresarial.

Às ações de “criar, ofertar e implementar” são associados, no texto da MISSÃO, os atributos “excelência empresarial”, “rentabilidade” e “responsabilidade social e ambiental”, reconhecendo-se, desde já, a dupla linha de atuação da ELETROBRÁS, enquanto empresa de economia mista,

de capital aberto, e executora de políticas governamentais de cunho social e setorial para o Setor Elétrico Brasileiro.

### **2.1.3. A Transformação da Eletrobrás**

Os estudos e discussões entre técnicos da Eletrobrás e do MME, realizados durante 2006 e 2007, identificaram a necessidade de buscar a transformação e o fortalecimento do Sistema Eletrobrás, tanto por meio de iniciativas de caráter gerencial e institucional, a serem implementadas no âmbito das empresas do Sistema Eletrobrás, quanto por outras de cunho estrutural e regulatório, a serem abordadas diretamente pelo governo federal.

A promulgação da Lei nº. 11.651 de 07 de abril de 2008, que alterou a Lei de Criação da Eletrobrás, conferiu à “holding” autorização para diretamente ou por meio de suas controladas, associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão ou autorização.

O fortalecimento e a transformação empresarial pretendidos e delineados pelo Governo Federal, seu principal acionista, levaram a Eletrobrás a buscar uma nova plataforma estratégica sob o ponto de vista institucional, organizacional e mercadológico. Este efetivo reposicionamento deu origem ao chamado Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás – PTSE – que contempla quatro diretrizes, também chamadas de Vetores de Atuação:

- aperfeiçoamento da governança corporativa;
- reorientação dos negócios de distribuição;
- reformulação institucional da holding;
- reorganização do modelo de gestão empresarial do Sistema Eletrobrás.

A organização do Plano é resultado de um trabalho que vem sendo desenvolvido desde maio de 2008, quando os primeiros rumos foram traçados pela Diretoria Executiva da Eletrobrás e pelos dirigentes das empresas do Sistema, a partir das orientações estratégicas fornecidas pelo Ministério de Minas e Energia.

O PTSE é constituído por um conjunto de 41 projetos (ou ações) distribuídos em seus quatro vetores de atuação. Para a coordenação das atividades envolvidas foi instituído o Comitê de Gestão da Transformação do Sistema Eletrobrás – CGTE, formado por representantes de cada uma das empresas do Sistema Eletrobrás e de cada uma das diretorias da Eletrobrás, que atua na definição das diretrizes e no monitoramento e controle do atendimento aos objetivos planejados.

O Plano tem como objetivo último dotar o Sistema Eletrobrás de uma estrutura de gestão corporativa integrada e transparente, tornando-o competitivo na operação e na expansão da oferta de energia elétrica, capaz de proporcionar a remuneração adequada a seus acionistas e contribuir para a segurança no atendimento às necessidades energéticas e para o desenvolvimento sustentável do país.

## **2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas**

A ELETROBRÁS, no âmbito das Estratégias Corporativas que norteiam o seu Planejamento Estratégico Empresarial, tem buscado alternativas de novos negócios nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, de forma a incrementar sua participação no setor e o atendimento com segurança à crescente demanda dos consumidores brasileiros por serviços de energia elétrica, aumentando sua capacidade de geração de recursos, com foco na ampliação de sua rentabilidade e melhor remuneração de seus acionistas.

O início da negociação das ações da Eletrobrás no pregão da Bolsa de Valores de Nova Iorque, a partir de 31/10/2008, por meio de dois programas de ADR de nível II de negociação, respectivamente para as ações ordinárias e preferenciais da classe "B", representa, por um lado, o reconhecimento de sua transparência e, por outro, as excelentes perspectivas de maior visibilidade de seus papéis frente a investidores nacionais e estrangeiros e de elevação do valor de mercado da empresa.

A Eletrobrás encontra-se inserida no nível 1 de Governança Corporativa da BOVESPA e a sua listagem, pelo segundo ano consecutivo, no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE/Bovespa) é mais uma confirmação de suas boas escolhas no âmbito da governança corporativa e nas decisões com relação a aspectos ambientais, sociais e econômico-financeiros.

A empresa também aderiu ao Pacto Global, posicionando-se estrategicamente, face à responsabilidade social corporativa, ao lado das maiores corporações mundiais, lideradas pela ONU. Em busca de uma economia global mais sustentável e inclusiva, o Pacto advoga dez Princípios Universais, envolvendo direitos humanos, direito do trabalho, proteção ambiental e princípios contra a corrupção. O Pacto Global está ligado aos grandes movimentos de ISR (Investimento Socialmente Responsável) que tratam em nível mundial do conceito de sustentabilidade empresarial.

Em 2008, a companhia, por meio de consultoria especializada, desenvolveu um modelo de gestão integrada de riscos corporativos para a holding. O trabalho teve como produtos o mapeamento do universo de riscos da empresa; a identificação dos riscos empresariais mais relevantes, que impactam diretamente seus objetivos estratégicos financeiros; a definição de metodologias para tratamento; e a recomendação de ações para a implantação do gerenciamento dos riscos identificados. Algumas destas ações já estão em andamento, tendo-se como expectativa que a maior parte delas deva ser implementada no decorrer do exercício de 2009. Em paralelo, no âmbito do Plano de Transformação, estuda-se a replicação das metodologias apresentadas para as demais empresas do Sistema Eletrobrás.

Em 2008 iniciou-se adequação dos controles internos de todas as empresas do Sistema Eletrobrás aos requisitos da seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), o que permitirá a manutenção da negociação das ADR's, nível II supra citada.

As empresas do Sistema Eletrobrás participaram de parcerias vitoriosas nos leilões da hidrelétrica de Jirau, das linhas de transmissão para as usinas do Rio Madeira e do linhão Tucuruí-Manaus-Macapá, responsável por conectar várias regiões isoladas ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Além disso, foram estruturadas a retomada das obras da usina Angra 3 e uma visão mais moderna para o projeto de Belo Monte, que inaugura um novo ciclo na construção de hidrelétricas no país. Foram também iniciados os estudos relativos ao Complexo do Rio Tapajós, com 10,6 mil MW em cinco usinas.

Mais uma vez, a empresa teve atuação de destaque nos programas do governo federal – o Luz para Todos, maior programa de eletrificação rural do mundo, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) e o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel).

No ano de 2008, foram realizadas 441.427 novas ligações no âmbito do Programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz Para Todos, acumulando até 31.12.2008, um montante de 1.877.362 ligações efetuadas, o que corresponde a um total de mais de 9,3 milhões de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro. Foram liberados para o Programa R\$ 1,71 bilhão, sendo R\$ 1,20 bilhão originado de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e R\$ 0,51 bilhão da Reserva Global de Reversão - RGR.

Na condição de agente comercializador de energia e gestor dos contratos no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, destacaram-se as seguintes atividades realizadas pela Eletrobrás em 2008: a entrada em operação comercial de 31

empreendimentos, acrescentando 594,50 MW de potência ao Sistema Elétrico Nacional e totalizando 1.580,68 MW desde a criação do Programa.

No ano de 2008, com investimentos de aproximadamente R\$ 40 milhões, incluindo recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), o Procel desenvolveu projetos que contribuíram para uma economia de energia estimada, preliminarmente, em cerca de 4,1 mil GWh. Estima-se que este resultado é equivalente ao consumo anual de energia elétrica de aproximadamente 2,4 milhões de residências, representando um investimento postergado no setor elétrico de R\$ 2,8 bilhões.

No âmbito do PTSE, nove projetos haviam sido concluídos ao final de 2008. Dentre eles, destacam-se:

- a criação da Diretoria de Distribuição e de uma nova estrutura de governança para as suas Empresas de Distribuição;
- importantes alterações nos estatutos da Eletrobrás e de suas controladas, reforçando o papel da holding;
- a criação da Superintendência de Operações no Exterior, que abriu as portas para a atuação internacional, possibilitando a constituição de consórcios empresariais e a participação em sociedades no exterior.

A criação da Diretoria de Distribuição marcou o fim de uma era de problemas crônicos nas empresas de distribuição de energia do Norte e Nordeste sob gestão da Eletrobrás. Com administração unificada, redução de custos operacionais e planejamento estratégico integrado, os resultados já começam a aparecer, fruto de ganhos de escala e otimização de esforços.

Nas subsidiárias, a mudança nos estatutos ratificou o papel de holding da Eletrobrás. As novas condições de governança corporativa vêm sendo objeto de vários projetos do PTSE. Aumento das possibilidades de receita e redução dos custos operacionais são as palavras-chave.

A atribuição principal da Superintendência de Operações no Exterior é difundir e ser guardião das diretrizes de atuação internacional das empresas do Sistema Eletrobrás, que são emanadas pelo Conselho de Administração da Eletrobrás, coordenando a sua atuação no mercado internacional, além de identificar e avaliar potenciais mercados no exterior com vistas a propiciar a geração de negócios para a empresa e suas controladas no segmento de energia elétrica. Para cumprimento dessas atribuições a Superintendência deu início a elaboração de um planejamento estruturado de negócios e países prioritários, com previsão de conclusão das atividades no primeiro trimestre de 2009, estabelecendo as seguintes orientações estratégicas iniciais:

- Todos os projetos de interesse no segmento de geração, transmissão e outros identificados no mercado internacional deverão possuir uma rentabilidade adequada;
- A inserção em novos mercados deverá se dar preferencialmente em países situados na América do Sul (aproximação geográfica);
- Promoção da Integração Elétrica entre os países da América do Sul e difusão da expertise brasileira no segmento de geração a partir de fontes renováveis.

No que se refere a meio ambiente, a Eletrobrás desenvolve, em conjunto com as empresas do Sistema, atividades que visam assegurar o cumprimento dos princípios da Política Ambiental do Sistema Eletrobrás e implementar uma agenda de trabalhos envolvendo questões de interesse comum. A dimensão ambiental está inserida nas atividades exercidas pela Companhia como subsídio aos processos decisórios. Sendo assim, a Eletrobrás busca a contínua internalização da dimensão ambiental e o seu aprimoramento, tanto na execução de projetos próprios como nas parcerias. Em 2008, destacaram-se os seguintes projetos e respectivas atividades:

- AHE Belo Monte: revisão e complementação dos Estudos de Impacto Ambiental; vistoria no local; apresentação do projeto em foros locais e regionais; interação com as populações afetadas para percepção de suas necessidades; apresentação de resultados parciais ao IBAMA; desenvolvimento de Estudos Antropológicos; reuniões com a FUNAI; e complementação da Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do rio Xingu.



- AHE Garabi (Brasil/Argentina): elaboração, em conjunto com a Empreendimentos Energéticos Binacionales Sociedad Anônima (EBISA), da Argentina, dos Termos de Referência e do edital para contratação dos Estudos de Inventário Hidroelétrico da Bacia do rio Uruguai, no trecho da fronteira entre Brasil e Argentina; realização da licitação.
- AHEs Sumabeni, Urubamba, Cuquipampa e Vizcatan (Peru): elaboração dos Termos de Referência para os estudos de pré-viabilidade dos Aproveitamentos Hidroelétricos Paquizapango, Sumabeni, Urubamba, Cuquipampa e Vizcatan no Peru.
- AHE Baynes (Angola/Namíbia): acompanhamento da elaboração do Termo de Referência para os estudos de pré-viabilidade do Aproveitamento Hidroelétrico Baynes na fronteira entre Angola e Namíbia, sob responsabilidade de Furnas.

A Eletrobrás, como gestora dos contratos de compra e venda de energia, firmados no âmbito do PROINFA, executa também, em caráter permanente, as atividades de acompanhamento ambiental dos 144 empreendimentos integrantes do Programa, compreendendo a aferição da conformidade dos processos de licenciamento. Em 2008, foram emitidos 82 pareceres de conformidade. No âmbito da gestão do Programa de Operação de Sistemas Isolados, a Companhia realiza atividades de identificação e avaliação das principais questões ambientais relacionadas aos parques térmicos e seus entornos.

Na concessão de financiamentos, a dimensão ambiental também está inserida com avaliações ambientais prévias dos projetos e acompanhamento de sua execução. Os temas ambientais também estão inseridos em projetos de P&D, em parceria com universidades e centros de pesquisa.

### 2.2.1. Investimentos

Os investimentos do Sistema Eletrobrás, em 2008, totalizaram R\$ 3,8 bilhões, o que correspondeu a uma realização de 62,9% em relação ao previsto de R\$ 6,2 bilhões. O percentual de realização desses investimentos contempla, principalmente, os segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Destaque para os projetos de irrigação de lotes na área de reassentamento na usina de Itaparica, implantação da UHE Simplício, implantação da UHE-Passo São João e implantação da usina de Candiota III- Fase C. Na transmissão, destaque para ampliação do sistema de transmissão na Região Sul, reforços e melhorias no sistema de transmissão nas áreas de São Paulo e Minas Gerais e sistema de transmissão no Pará associado à UHE-Tucuruí. Na distribuição, os investimentos do Programa Luz para Todos.

Natureza dos Investimentos (R\$ milhões)	2008	2007	%
Geração	2.019	1.284	57,2
Transmissão	1.190	1.288	-7,6
Distribuição	384	332	15,7
Qualidade Ambiental	30	20	49,0
Pesquisa	28	18	55,6
Infra-estrutura	227	162	40,3
<b>Total Geral</b>	<b>3.878</b>	<b>3.104</b>	<b>24,9</b>

Os recursos ordinários na forma de empréstimos e financiamentos aplicados em 2008 nas empresas controladas e distribuidoras totalizaram R\$ 1,3 bilhão, conforme a seguir:

Aplicações	Liberações		Total
	Econômica	Financeira	
Empréstimos/Financiamentos:	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
<b>Distribuidoras:</b>			
CEAL	---	30.800	30.800
CEPISA	---	31.584	31.584
CERON	8.251	13.559	21.810
Manaus Energia	---	457.488	457.488
<b>Controladas:</b>			
CGTEE	---	93.927	93.927
CHESF	---	17.135	17.135
Eletronuclear	106.434	88.501	194.935
Eletrosul	52.381	292.552	344.933
Furnas	---	113.000	113.000
Itaipu	8.326	4.933	13.259
<b>TOTAL</b>	<b>175.392</b>	<b>1.143.479</b>	<b>1.318.871</b>

## 2.2.2. Investimentos no PAC

Os investimentos do Sistema Eletrobrás incluídos no PAC realizaram, em 2008, R\$ 2,5 bilhões, equivalentes a 69,8% do montante de R\$ 3.5 bilhões aprovado para o ano. Quando comparado a 2007 observa-se um crescimento de 22,2%. Do montante realizado, 39% foram destinados à Região Sudeste, 29% à Região Sul, 21% à Região Norte e 11% à Região Nordeste. Já o percentual de realização orçamentária, por região, foi de 89,7% na Região Norte, 80,2% na Região Sudeste, 60,6% na Região Sul e 47,2% na Região Nordeste. Quanto ao tipo de segmento, 78,3% do investimento realizado deve-se aos projetos de Geração, 14,3% de Transmissão e 7,4% de Distribuição. As empresas que se destacaram apresentando uma realização orçamentária acima da média (69,8%) foram: Eletronorte (99,1%), Furnas (88,0%), Eletrosul (70,7%) e Ceal (99,0%).

Investimentos do PAC - R\$ milhões				
	2008		2007	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
<b>TOTAL</b>	<b>3.534.407</b>	<b>2.469.334</b>	<b>2.660.107</b>	<b>2.020.032</b>

**Investimentos em Geração:****1 - Em implantação**

<b>Empreendedor</b>	<b>UHE</b>	<b>UF</b>	<b>MW</b>	<b>Operação Prevista</b>
Consórcio Madeira Energia	Santo Antônio	RO	3.150	abr/12
Consórcio Energia Sustentável do Brasil	Jirau	RO	3.300	jan/13
Furnas, CPFL e CEEE	Foz do Chapecó	SC/RS	855	ago/10
Eletrosul e Copel	Mauá	PR	362	set/11
Eletrosul	Passo São João	RS	77	dez/09
Furnas, Cemig, Baguari	Baguari	MG	140	set/09
Furnas, Orteng, Logos e Alen	Retiro Baixo	MG	82	jan/10
Furnas	Simplício	MG	334	jul/10
Eletronorte, CHESF, CNO, Neoenergia	Dardanelos	MT	261	fev/10
Furnas	Batalha	MG	52	mar/11
Eletrosul	São Domingos	MS	48	dez/11
Furnas, Alcoa, DME e CCCC	Serra do Facão	GO	210	out/10
<b>Empreendedor</b>	<b>UTN</b>	<b>UF</b>	<b>MW</b>	<b>Operação Prevista</b>
Eletronuclear	Angra 3	RJ	1.350	out/14
<b>Empreendedor</b>	<b>UTE</b>	<b>UF</b>	<b>MW</b>	<b>Operação Prevista</b>
CGTEE	Candiota III	RS	350	jan/10

**2 - Em estudos de inventário**

<b>Empreendedor</b>	<b>UHE</b>	<b>UF</b>	<b>MW</b>
Eletronorte, CCCC	Bacia do Rio Tapajós	PA/AM	10.682
Eletronorte, Engevix, Themag, OAS	Bacia do Rio Itacaiunas	PA	200

**3 – Em estudos de viabilidade**

<b>Empreendedor</b>	<b>UHE</b>	<b>UF</b>	<b>MW</b>	<b>Op. Prevista</b>
Eletronorte, EDP	Novo Acordo	TO	160	03/04/2015
CHESF, Queiroz Galvão e CNEC	Castelhano	PI/MA	94	19/12/2013
CHESF, Queiroz Galvão e CNEC	Estreito Parnaíba	PI/MA	56	19/12/2013
CHESF, Queiroz Galvão e CNEC	Cachoeira	PI/MA	63	01/06/2013
CHESF, Queiroz Galvão e CNEC	Uruçui	PI/MA	134	14/12/2014
CHESF, Queiroz Galvão e CNEC	Ribeiro Gonçalves	PI/MA	113	14/12/2014
CHESF, Desenvix e Odebrecht	Pedra Branca	PE/BA	320	04/09/2015
CHESF, Desenvix e Odebrecht	Riacho Seco	PE/BA	276	14/12/2014
Eletronorte, Maggi, Linear, MCA	Juruena	MT	46	30/07/2013
Furnas, PCE, Ener-Tech, Rialma, Schahin	Mirador	GO	80	09/07/2014
Furnas, PCE, Ener-Tech, Rialma, Q.Galvão	Maranhão Baixo	GO	125	03/09/2015
Furnas, Rialma, PCE e Queiroz Galvão	Buriti Queimado	GO	142	03/09/2015
Furnas, ELN, Enercamp, PCE, Ener-Tech, Alston, A.Gutierrez	Água Limpa	MT	380	14/12/2014

Empreendedor	AHE	UF	MW	Op. Prevista
Eletronorte/Eletronorte	Belo Monte	PA	11.181	30/04/2014
Eletronorte, CCCC	Marabá	PA	2.160	---
Eletronorte, Queiroz Galvão	Tabajara	RO	350	---
Eletronorte, CCCC, Alcoa e BHP	Serra Quebrada	MA/TO	1.328	30/09/2016
Eletronorte, Maggi, Linear, MCA	Cachoeirão	MT	64	19/12/2013
Eletronorte, Furnas, Alusa, Q.Galvão	Toricoejo	MT	76	19/12/2013
Eletronorte, Desenvix	Torixoreu	PATO	408	28/02/2017

## Investimentos em Linhas de Transmissão e Subestações:

### 1 – Linhas de Transmissão Concluídas

Empreendimento	Tensão (Kv)	Empreendedor	Extensão (Km)	Op.Prevista
Colinas-Miracema	500	INTESA	173	23/05/2008
Miracema-Gurupi	500	INTESA	255	23/05/2008
Gurupi-Peixe Nova	500	INTESA	72	23/05/2008
Peixe Nova-Serra da Mesa 2	500	INTESA	195	23/05/2008
Desterro-Palhoça	230	Eletrosul	40	29/12/2008
Ji-Paraná - P.Bueno- Vilhema C1	230	Eletronorte	278	31/10/2008

Consórcio INTESA: Eletronorte 37% e Chesf 12%

### 2 – Linhas de Transmissão em Execução

Empreendimento	Tensão (Kv)	Empreendedor	Extensão (Km)	Op.Prevista
Milagres - Coremas	230	CHESF	120	31/05/2009
Pres. Médice - Santa Cruz I	230	Eletrosul	235	30/09/2009
Campos Novos - Nova Santa Rita	500	RS Energia	273	01/04/2009
Juba - Jauru	230	Brasnorte S.A	121	10/09/2010
Brasnorte - Nova Mutum	230	Brasnorte S.A	264	17/09/2009

### 2.2.3. Comercialização de Energia

Empresas	2007		2008	
	MWh	R\$ - milhões	MWh	R\$ - milhões
CGTEE	1.670.547,17	142	2.127.335,29	195
Eletronorte	37.023.340,90	3.595	53.130.566,96	4.623
Chesf	49.596.126,15	3.573	50.692.554,83	4.423
Furnas	36.388.690,00	2.599	42.212.472,00	2.645
*Eletronuclear	11.334.548,00	1.356	12.851.578,00	1.570
<b>Total</b>	<b>136.013.252,22</b>	<b>11.265</b>	<b>161.014.507,08</b>	<b>13.456</b>

\* Toda energia produzida pela Eletronuclear é adquirida por Furnas.

#### UHE ITAIPU:

A Lei nº. 10.438, de 26/4/02, determinou que a Eletronorte fosse o Agente Comercializador de Energia de Itaipu. Nessa condição, a empresa, no ano de 2008, repassou para as concessionárias das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, 67.902.120 MWh de energia vinculada à potência contratada, o que correspondeu a um faturamento de aproximadamente US\$ 3.2 bilhões. A energia suprida acima daquela vinculada à potência contratada e adquirida pela Eletronorte foi de 14.891.612 MWh, correspondente a um faturamento junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica de R\$ 316 milhões.

## 2.3. Programas

### 2.3.1. Programa 1046 – Programa Nacional de Conservação de Energia – Procel

O Programa Nacional de Conservação de Energia (PROCEL) é o programa do governo federal, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), destinado a promover o uso eficiente da energia elétrica no país e o combate ao seu desperdício. A Eletrobrás, na função de Secretaria Executiva do PROCEL, é a responsável pelo planejamento e execução das ações do Programa, fornecendo o suporte técnico e financeiro para seu funcionamento.

Os benefícios gerados pelo Programa podem ser contabilizados tanto pela economia de energia quanto pelos investimentos evitados na expansão do setor, que se revertem em benefícios para a sociedade.

O Procel atua em todo Brasil através de programas setoriais nas áreas de prédios públicos, saneamento ambiental, gestão energética municipal, indústria e edificações. Os resultados de 2003 a 2008 são expressivos: 650 grandes e médias indústrias participantes; 2.700 técnicos treinados na indústria e 446 na área de saneamento; 120 companhias de água e esgoto participantes; 263 municípios com a gestão energética implantada; 37 laboratórios instalados com 304 bolsas de estudos distribuídas e 25 unidades hospitalares operando com mais eficiência energética, além da regulamentação da Lei de Eficiência Energética para as edificações comerciais, de serviços e públicas.

#### 2.3.1.1. Dados gerais do Programa

<b>Tipo de programa</b>	Programa Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Promover o uso eficiente de energia elétrica no país e o combate ao seu desperdício
<b>Objetivos Específicos</b>	Orientar a sociedade na aquisição de eletrodomésticos energeticamente eficientes, reduzindo o consumo de energia elétrica através do Selo Procel Formar e capacitar técnicos sobre uso racional e eficiente de energia em diversos segmentos, bem como estudantes do ensino formal Difundir informação qualificada sobre eficiência energética para os agentes que atuam na área Difundir o conceito de uso racional de energia elétrica para a sociedade por meio de ações promocionais Fomentar a realização de pesquisas e estudos voltadas para o desenvolvimento tecnológico e científico na área de eficiência energética Subsidiar o MME na elaboração de políticas de promoção do uso eficiente de energia elétrica Fomentar a implementação de projetos de eficiência energética relevantes para o país
<b>Gerente do program</b>	MME
<b>Gerente executivo</b>	Ubirajara Rocha Meira
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Janio Itiro Akamatsu
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Energia Economizada (bilhões de kWh/ano)</li> <li>– Redução de Demanda na Ponta (MW)</li> <li>– Investimentos Postergados (R\$ bilhões)</li> </ul>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Consumidores de energia elétrica; concessionárias de energia elétrica de geração, transmissão e distribuição; fabricantes e importadores de equipamentos elétricos; associações de classes; universidades e centros de pesquisa; consultorias; governo.

### 2.3.1.2. Principais Ações do Programa

#### 2.3.1.2.1. Ação 9651 – Formação, Capacitação e Treinamento na Área de Eficiência Energética

##### Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	Não Orçamentária
<b>Finalidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Capacitar os professores de ensino fundamental e médio que multiplicam a ação junto às escolas, por meio de uma metodologia apropriada (PROCEL Educação).</li> <li>– Capacitar profissionais envolvidos diretamente com a gestão do consumo de energia elétrica na área de eficiência energética.</li> </ul>
<b>Descrição</b>	A ELETROBRÁS/Procel em parceria com as concessionárias de energia e outros agentes promove ações de capacitação de professores para atuação como multiplicadores de ações de conservação de energia junto às áreas de ensino fundamental e médio. Além disto, implementa centros de excelência, laboratórios de ensino e planos de treinamento em eficiência energética, direcionados aos setores educacional, industrial, comercial, de aquecimento solar, de saneamento, de prédios públicos e outros.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégica</b>	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ubirajara Rocha Meira
<b>Unidades executoras</b>	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás
<b>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Departamento de Desenvolvimento de Eficiência Energética
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Conhecimentos das áreas de pedagogia e eficiência energética, bem como dos segmentos a que esta se aplica.

Entre as atividades desenvolvidas no âmbito da ação 9651, seguem abaixo aquelas que obtiveram destaque em 2008 em termos de resultados apresentados:

#### Curso de Especialização em Eficiência Energética

- Objetivo: Convênio com a UNIFEI visando promover a capacitação técnica na temática eficiência energética aos profissionais do Procel e demais atuantes do sistema Eletrobrás. O curso será ministrado por professores da UNIFEI.
- Resultados no período: Início do curso em 28 de novembro de 2008.

#### Módulos de Eficiência Energética à Distância

- Objetivo: Convênio com a UNIFEI visando complementar a infra-estrutura do Laboratório Didático Pedagógico em Eficiência Energética do Centro de Excelência em Eficiência Energética - EXCEN, para o desenvolvimento de módulos de eficiência energética na modalidade de ensino à distância no âmbito do Procel Educação.
- Resultados no período: Assinatura do convênio em 11 de setembro de 2008.
- Investimento: R\$ 1,12 milhão

#### Capacitação de Eficiência Energética na Indústria de Cerâmica Vermelha

- Objetivo: Ação conjunta com a GTZ, órgão de apoio ao desenvolvimento sustentável da Alemanha, e com o SEBRAE/SP para aumentar a eficiência energética da indústria de cerâmica vermelha do noroeste do Estado de São Paulo.
- Resultados no período: Realizada a 1ª fase do treinamento em eficiência energética para 12 consultores em gestão ambiental, que atuam em parceria com o SEBRAE/SP. O objetivo desse treinamento é capacitar pessoas para efetuar um pré-diagnóstico, especificamente na indústria de cerâmica vermelha.

#### Centros de Excelência em Eficiência Energética

- Objetivo: Implementar e fomentar infraestrutura capaz de alavancar e perenizar a pesquisa e desenvolvimento do tema eficiência energética, através de parcerias e redes estratégicas com instituições de ensino e laboratórios.

- Resultados no período: Iniciada obra de adequação da infraestrutura da UFPA para abrigar o CEAMAZON, Centro de Excelência em Eficiência Energética, destinado a atender a região norte do Brasil.

### Capacitação de pessoas e infraestrutura de Eficiência Energética na área rural

- Objetivo: Capacitar profissionais do setor envolvido com a questão energética, a equipe técnica, alunos do ensino médio profissionalizante e proprietários rurais na área de energia elétrica e meio ambiente, no Núcleo Integrado de Capacitação Técnica, criando uma infraestrutura através de uma melhoria nas instalações e a aquisição de equipamentos para a implementação dos laboratórios e centros de pesquisa.
- Resultados no período: Concluído em junho de 2008 o Núcleo Integrado de Capacitação Técnica operacionalizado pela Fundação COGE, capacitado pela Eletrobrás, como parceira.

#### Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 5.022.748,12	R\$ 2.265.924,80	45,1%
Física*	144	114	79,2%

\*Unidade: projetos-mês (número de projetos em andamento em cada mês)

O andamento físico da ação por parte dos parceiros ficou aquém do esperado, prejudicando, assim, o cumprimento do cronograma financeiro previsto para 2008.

### 2.3.1.2.2. Ação 9652 – Disseminação da Informação sobre Conservação de Energia

#### Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	Não Orçamentária
<b>Finalidade</b>	- Transmitir para a sociedade os conceitos sobre conservação de energia e seu uso racional para conscientizá-la sobre a importância da eficiência energética (Procel Marketing) - Prover informação qualificada e estruturada para os agentes que atuam na área de eficiência energética e outros interessados (Procel Info).
<b>Descrição</b>	Participação em eventos setoriais; distribuição de material informativo e promocional; produção e divulgação na mídia; divulgação dos diversos programas do PROCEL por meio de um jornal; promoção do “Selo Procel” e realização de sua solenidade de outorga aos fabricantes; realização do “Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia”; manutenção do Portal Procel Info e do site do Procel; atendimento ao público via e-mail.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ubirajara Rocha Meira
<b>Unidades executoras</b>	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás
<b>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Departamento de Desenvolvimento de Eficiência Energética
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Conhecimentos das áreas de marketing, comunicação e eficiência energética, bem como dos segmentos a que esta se aplica (comercial, industrial, residencial, etc).

As seguintes atividades relacionadas à disseminação da informação e marketing foram desenvolvidas em 2008:

### Realização da Solenidade de Outorga dos Selos Procel e Conpet – Edição 2008

Foi realizada, em 17 de dezembro de 2008, o evento anual que marca a concessão do Selo Procel para equipamentos energeticamente eficientes que cumpriram os critérios estabelecidos nesse ano. O Selo Procel foi concedido a 2402 modelos, dentro de 23 categorias de equipamentos, de 137 empresas. Os novos equipamentos agraciados com o Selo Procel no ano de 2008 foram lâmpadas a vapor de sódio, ventiladores de teto e refrigeradores frost-free.

### **Centro Brasileiro de Informação de Eficiência Energética - Procel Info**

O objetivo é manter um ambiente web para disseminar informação qualificada sobre eficiência energética para o público relacionado à área de eficiência energética, bem como promover a integração dos agentes que atuam na área. O Portal Procel Info foi lançado em 27 de novembro de 2006 ([www.procelinfo.com.br](http://www.procelinfo.com.br)).

Nos seus mais de 2 anos de atuação, o Portal acumula mais de 6.000 usuários cadastrados, dentre os quais, mais de 55% assinam o boletim diário de notícias (Newsletter Procel Info). A média mensal de acessos a páginas é de 28.600 e de visitas é 5.600. O perfil do usuário é o público técnico.

### **Site do Procel**

O Procel possui um site contendo informações institucionais sobre o Programa, cujo público-alvo é a sociedade e os potenciais beneficiários diretos de seus subprogramas. Em 2008, o número de acessos ultrapassou 308 mil visitantes.

### **Boletim Procel**

O “Boletim Procel” tem como objetivo divulgar as ações do Procel para os agentes que atuam na área de eficiência energética e para o setor elétrico em geral. Foram publicadas as edições do Boletim Procel 78, 79, 80 em 2008.

### **Participação em Eventos**

Em 2008, o Procel participou dos seguintes eventos:

- 38ª Assembléia da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE - 25 a 29 de maio, em Salvador.
- Seminário Internacional Petrobrás de Eficiência Energética - 26 a 28 de maio, no Rio de Janeiro.
- 5º Congresso Brasileiro sobre Eficiência Energética e Cogeração de Energia - 11 e 12 de junho, em São Paulo.
- 2ª Mostra Fiesp de Responsabilidade Socioambiental - 13 a 15 de agosto, em São Paulo.

### **Exposição na Mídia via Departamento de Relacionamento com a Sociedade da Eletrobrás**

No ano de 2008, segundo relatório da assessoria de imprensa da Eletrobrás, o Procel teve uma forte presença na mídia impressa, conforme dados abaixo:

Presença na mídia impressa = 2.379, com índice de favorabilidade\* = 100%

Como conclusão, o relatório aponta que o Procel tem uma imagem excepcionalmente boa na mídia.

### **Ações Publicitárias via Departamento de Relacionamento com a Sociedade da Eletrobrás**

Merchandising no quadro LAR DOCE LAR do Programa Caldeirão do Huck: o objetivo é divulgar tecnologias energeticamente eficientes para o segmento residencial e a marca da Eletrobrás/Procel. As ações tiveram um total de 56 milhões de impactos, ou seja, o número acumulado de audiência dos 05 programas em que o Procel foi divulgado (audiência do programa x total de ações). O investimento total realizado pelo Departamento de Relacionamento com a Sociedade da Eletrobrás nessa atividade foi de R\$ 1.217.500,00.

### **Atendimento ao Público**

O Procel realiza atendimento ao público que entra em contato com o Programa através de diversos canais, sendo o principal o Fale Conosco do site do Procel. Em 2008, foram atendidas 8.571 consultas.

### **Áreas de Demonstração de Tecnologias Eficientes**

No Brasil, o Procel fomentou a implementação de duas áreas de demonstração:

- Centro de Aplicação de Tecnologias Eficientes – CATE: localizado no Cepel – Centro de Pesquisas de Energia Elétrica, o CATE possui, entre outros serviços e produtos, uma área de exposição de tecnologias eficientes, contendo diversos equipamentos de uso residencial, comercial e industrial agraciados com Selo Procel. Em 2008 o Centro acumulou 434 visitas.



- CASA Genial: localizada no Museu de Ciência e Tecnologia da Puc-RS, a Casa Genial, inaugurada em novembro de 2008, é uma atração de cerca de 50 m<sup>2</sup>, com todas as dependências mínimas necessárias para demonstrar o consumo de energia elétrica em uma residência. O projeto objetiva promover a conscientização de estudantes e comunidade em geral da necessidade da utilização de energia elétrica de forma racional, mostrando a diferença entre eletrodomésticos eficientes que possuem o Selo PROCEL, e os que não o possuem. O investimento total no projeto é de R\$ 506.568,00, cabendo 43,90% desse valor à ELETROBRÁS e o restante, correspondente a 56,10%, à PUCRS.

### Registro das Marcas do Procel no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI

Foi realizado em 2008 o depósito de 17 marcas do Procel no INPI.

#### Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 1.791.353,25	R\$ 386.772,67	21,6%
Física	61	83	136,0%

\*Unidade: projetos-mês (número de projetos em andamento em cada mês)

A execução física da ação foi comprometida devido a um dos convênios previstos para 2008, de valor vultuoso, que não foi realizado devido à impeditivos legais por parte do parceiro.

### 2.3.1.2.3. Ação 9950 – Desenvolvimento Tecnológico em Eficiência Energética

#### Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	Não Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Incentivar a oferta ao mercado de produtos eficientes com informações sobre eficiência energética, orientando o consumidor no momento de compra, pelo destaque dos eletrodomésticos e equipamentos mais eficientes, através de sistema de etiquetagem por meio do Selo PROCEL e de estudos para desenvolvimento tecnológico.
<b>Descrição</b>	A sistemática de informações referentes ao desempenho energético de equipamentos é estruturada através do processo de etiquetagem que se desenvolveu, em parceria com o INMETRO (Programa Brasileiro de Etiquetagem - PBE) e que subsidia o Selo PROCEL. Paralelamente, instaura-se a competitividade entre os fabricantes pela oferta de equipamentos mais eficientes, através de novos investimentos em desenvolvimento tecnológico e industrial. Além disso, é necessário fomentar a realização de pesquisas e estudos voltadas para o desenvolvimento tecnológico e científico na área de eficiência energética.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ubirajara Rocha Meira
<b>Unidades executoras</b>	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás
<b>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Departamento de Desenvolvimento de Eficiência Energética
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Gestão das diversas parcerias com os agentes que compõem o Programa Brasileiro de Etiquetagem e coordenação dos grupos de trabalho que estabelecem o desempenho energético dos equipamentos.

As seguintes atividades foram desenvolvidas em 2008 no âmbito do Procel, com vistas ao incentivo do desenvolvimento tecnológico na área de eficiência energética:

#### Capacitação Laboratorial

Foram realizadas as seguintes etapas:

- Inauguração dos laboratórios do IPT de aquecedores e reservatórios, em São Paulo - SP;
- Inauguração do Laboratório de Etiquetagem de sistemas fotovoltaicos, do IEE-USP, em São Paulo - SP.

### **Fomento à realização de pesquisas**

Avaliação da real situação dos sistemas de aquecimentos solar, para aquecimento de água, em diversos segmentos no Brasil e formulação de um plano de atuação para o Procel. O convênio foi celebrado com a PUC-MG em 2006 e no momento estão finalizados os estudos de campo e consolidação de resultados em Belo Horizonte - MG, Rio de Janeiro - RJ e Campinas - SP. O projeto envolve cerca de 60 pessoas, dentre pesquisadores, bolsistas e técnicos do Procel e contabiliza um investimento total de aproximadamente R\$ 910 mil.

### **Avaliação do Programa Reluz:**

A atividade é realizada em parceria com a PUC-RS e consiste em avaliar in loco os pontos de iluminação pública atingidos pelo Reluz, levando em conta a adequação dos equipamentos instalados, a gestão dos sistemas de iluminação pública, os ganhos pós-execução dos projetos e a vida útil das lâmpadas. Ao final de 2008 foi concluído o trabalho de análise do desempenho e vida útil das lâmpadas a vapor de sódio, que teve como objetivo verificar o desempenho das lâmpadas, utilizadas no subprograma Reluz, entre os anos de 2001 e 2002, em Campinas - SP, Limeira - SP, Cariacica - ES e Duque de Caxias - RJ. Também foi finalizado o trabalho referente à avaliação dos sistemas de Iluminação Pública implementados pelo Reluz no Estado do Rio Grande do Sul no que diz respeito à perenização, à adequação dos equipamentos instalados e à gestão do sistema, cabendo ainda a avaliação da adequação dos produtos empregados e a identificação das possíveis causas de deteriorização. O investimento por parte da Eletrobrás totaliza R\$ 994 mil.

### **Atualização das metodologias de avaliação dos resultados do Selo Procel:**

Projeto contratado à Fundação de Pesquisa e Assessoramento à Indústria - Fupai visando ao desenvolvimento de pesquisa e estudos para elaboração de modelos conceituais e computacionais para a avaliação da economia de energia proporcionada por condicionadores de ar de janela e split system, assim como motores elétricos, detentores do Selo Procel de Economia de Energia. Foram concluídos os estudos para condicionadores de ar e iniciados para motores elétricos. O projeto conta com investimento de R\$ 319 mil.

### **Elaboração e consolidação dos resultados do Procel:**

O Relatório de Resultados do Procel é publicado anualmente e a partir de 2008 ele é editado em 3 versões: completa, executiva e folhetim com principais resultados e ações realizadas no ano. As versões executiva e folhetim foram lançadas nos idiomas português, e pela primeira vez, em inglês e espanhol. Cerca de 200 unidades impressas são distribuídas para os principais agentes ligados ao setor elétrico, além de ser disponibilizado para o público geral no Portal Procel Info ([www.procelinfo.com.br](http://www.procelinfo.com.br))

#### *Metas e resultados da ação no exercício*

<b>META</b>	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO %</b>
<b>Financeira</b>	R\$ 1.097.979,80	R\$ 996.136,24	90,7%
<b>Física</b>	84	81	96,4%

*\*Unidade: projetos-mês (número de projetos em andamento em cada mês)*

### 2.3.1.2.3. Ação 9650 – Implantação de Projetos de Eficiência Energética e Desenvolvimento Tecnológico em Eficiência Energética

#### Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	Não Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Promover a conservação e o uso eficiente de energia elétrica em Prédios Públicos, empresas de saneamento, edificações, nas unidades consumidoras das prefeituras e no segmento industrial, comercial e residencial, através de parcerias com diversos agentes da sociedade (subprogramas PROCEL EPP, SANEAR, GEM, EDIFICA e INDÚSTRIA).
<b>Descrição</b>	A metodologia de desenvolvimento do projeto é realizada de forma estruturada, em parcerias com diversos agentes, com abrangência nacional e obedecendo a critérios de potencial de replicação, visando estimular e difundir as ações de eficiência energética nos segmentos industrial, comercial e residencial, em prédios públicos, em edificações, empresas de saneamento e unidades consumidoras das prefeituras.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ubirajara Rocha Meira
<b>Unidades executoras</b>	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás
<b>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Departamento de Projetos de Eficiência Energética
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Conhecimento dos conceitos de eficiência energética, bem como dos segmentos em que se aplica.

As seguintes atividades foram desenvolvidas em 2008 no âmbito do Procel , visando a implantação de projetos e incentivo do desenvolvimento tecnológico na área de eficiência energética:

#### a) Gestão Energética Municipal - GEM

Em 2008, o PROCEL GEM - Gestão Energética Municipal, que tem como missão ajudar as prefeituras a gastar menos com energia elétrica, finalizou 13 Planos Municipais de Gestão Energética - Plamges, estando outros 20 em elaboração; avaliou 3 Projetos Comunidades de Aprendizado em Gestão Energética Municipal nos Estados da Bahia, Minas Gerais e Maranhão, a partir dos quais foi possível implementar melhorias na metodologia. Foram realizados ainda: a 6ª Edição do Prêmio Procel Cidade Eficiente e o Workshop Gestão Energética Municipal para Concessionárias de Energia Elétrica. Além disso foram aprovados dois trabalhos técnicos em eventos internacionais: o ICREPQ 2008 - International Conference on Renewable Energies and Power Quality, realizado na Espanha e o Luxamerica 2008, realizado na Argentina. Ambos os trabalhos tiveram como tema o Projeto Comunidades de Aprendizado e seus resultados. Com isso, já são 10 trabalhos aprovados desde 2004, sendo 4 deles em eventos internacionais.

A economia total de energia elétrica gerada pelo PROCEL GEM foi de 2.486,94 MWh/ano, o que corresponde aproximadamente ao consumo anual de uma cidade de 6 mil habitantes. Desde sua criação, o Procel Gem já economizou 63.853,10 MWh, energia suficiente para abastecer uma cidade de 148 mil habitantes durante um ano, como Itajaí, em Santa Catarina, atuando em 263 municípios de 17 estados. Esta economia de energia implica na redução da emissão de carbono na atmosfera em cerca de 3090 tCO<sub>2</sub>e.

#### b) Eficiência Energética em Prédios Públicos – Procel EPP

Em 2008, o Procel EPP promoveu a melhoria dos sistemas de iluminação e climatização de várias instituições e entidades públicas: Fundação Hospitalar do Acre – FUNDHACRE, Marinha do Brasil – Base Naval do Rio de Janeiro, Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Maranhão, Hospital Universitário Oswaldo Cruz da Universidade Federal de Pernambuco, Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro, Hospital Infantil Joana de Gusmão, Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina e Hospital Fêmea do Grupo Hospitalar Conceição.

### **c) Eficiência Energética em Edificações – Procel Edifica**

Em 2008, o Procel EDIFICA atuou com as seguintes instituições, para promover o desenvolvimento tecnológico na área de Edificações: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT; Universidade Federal do Pará – UFPA; Eletrosul; Universidade Federal Fluminense – UFF; Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, com os seguintes resultados:

### **d) Eficiência Energética na Indústria – Procel Industria**

O resultado decorrente da celebração de convênios com as federações das indústrias dos estados, permitiu até o final de 2008, a capacitação de 2.700 agentes (técnicos e engenheiros das indústrias participantes) de um total de 650 indústrias. No ano de 2008 foram treinados 76 agentes em diversas indústrias dos estados do Ceará e Bahia.

No Rio de Janeiro, o Procel Indústria atua por intermédio de um Convênio com o Sebrae-RJ, cujo convênio foi assinado em março de 2007, com recursos aplicados de R\$ 1.186.050,00 (71,4%) da Eletrobrás e de R\$ 474.535,00 (28,6%) da Executora cujo objetivo é a promoção da eficiência energética nas micro e pequenas empresas do Estado do Rio de Janeiro. Em 2008 treinou e capacitou 73 profissionais, contemplando ainda a monitoração, verificação e divulgação dos resultados das ações implementadas.

Com vistas a um melhor entendimento da estrutura de consumo de energia pelo setor industrial em âmbito nacional e internacional, mediante a celebração do convênio com a Confederação Nacional das Indústrias, assinado em fevereiro de 2007, com recursos aplicados de R\$ 1.953.560,00 (73,23%) da Eletrobrás e de R\$ 714.160,00 (26,8%) da Executora. Em 2008, os levantamentos e estudos preliminares foram iniciados.

Assinatura do contrato de patrocínio no valor de R\$ 75.000,00 com a Associação Brasileira das Empresas de Conservação de Energia – ABESCO, para patrocínio do projeto “5º Congresso Brasileiro Sobre Eficiência Energética e Cogeração de Energia” realizado nos dias 11 e 12 de junho de 2008, em São Paulo. O Congresso Brasileiro de Eficiência Energética é o principal evento multisetorial que trata do tema eficiência energética em todo Brasil e tem como foco difundir práticas sustentáveis e tecnologias que contribuam para o uso racional de energia e ao mesmo tempo tenham impacto positivo na competitividade e nos lucros das empresas.

### **e) Eficiência Energética no Saneamento – Procel Sanear**

No que se refere à capacitação laboratorial, o Procel Sanear realizou em 2008 o comissionamento de cinco laboratórios da Rede Brasileira de Laboratórios de Eficiência Energética e Hidráulica em Saneamento – Rede LENHS instalados nas universidades: UFPA, UFPB, UFMS, UFMG e UFPR.

Estruturação do Laboratório de Eficiência Energética e Hidráulica em Saneamento por meio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - LENHS UFRGS, cujo convênio foi assinado em dezembro de 2006, com recursos aplicados de R\$ 932.662,12 (80%) da Eletrobrás e de R\$ 232.200,00 (20%) da Executora.

Desenvolvimento do convênio com a Universidade Federal da Paraíba UFPB, assinado em dezembro de 2006, para a aplicação de recursos de R\$ 1.510.679,41 (79,90%) da Eletrobrás e de R\$ 380.000,00 (20,10%) da Executora, para a realização de revisão e edição de publicações técnicas voltadas para a eficiência energética, controle e redução de perdas de água no âmbito dos prestadores de serviços de saneamento.

Desenvolvimento do convênio de cooperação técnico-financeira com o CEPEL, assinado em dezembro de 2007, para implementação de um Sistema Móvel para Diagnósticos Hidroenergéticos - SMDH, para realização de 3 (três) Diagnósticos Hidroenergéticos / Energéticos, um para cada subprograma do PROCEL (setores de saneamento, público e industrial), com recursos aplicados de R\$ 402.000,00 (49,26%) da Eletrobrás e de R\$ 414.000,00

(50,74%) do CEPEL. Em 2008, o CEPEL iniciou a elaboração do edital para a realização do processo de aquisição dos equipamentos previstos no convênio.

A Eletrobrás, no âmbito do Procel Sanear patrocina ações voltadas à divulgação e incentivo às melhores práticas do uso eficiente de energia elétrica e água no setor saneamento. A difusão da cultura de combate ao desperdício de energia e água no setor contribui para a postergação de investimentos nas operadoras de água e de esgotamento sanitário, bem como para a universalização desses essenciais serviços prestados à sociedade brasileira. Em 2008, foram assinados os seguintes contratos de patrocínio:

- a) Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE para patrocínio do projeto “38º Assembléia da ASSEMAE” no valor de R\$50.000,00.
- b) Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES para patrocínio do projeto “Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos – PDRH” da ABES no valor de R\$ 95.884,00.

*Metas e resultados da ação no exercício*

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	16.171.135,59	1.946.727,56	12,03
Física	405	405	100

*\*Unidade: projetos-mês (número de projetos em andamento em cada mês)*

#### 2.3.1.2.4. Ação 9649 – Iluminação Pública Eficiente (RELUZ)

*Dados gerais da ação*

<b>Tipo</b>	Não Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Proporcionar melhoria das condições de iluminação pública e sinalização semafórica dos municípios brasileiros, tornando-os mais eficientes, contribuindo para o aumento da segurança pública nas vias urbanas, com reflexos positivos para o bem estar da população e para a redução do consumo de energia elétrica e dos gastos públicos.
<b>Descrição</b>	O Reluz consiste, basicamente, na implementação de projetos de iluminação pública e sinalização semafórica, por meio de concessão de financiamentos com recursos da RGR às concessionárias de energia elétrica. Além de financiar projetos de melhoria da iluminação pública e sinalização semafórica, onde é realizada a substituição de equipamentos obsoletos por outros mais eficientes, o Reluz financia também projetos de iluminação de destaque de monumentos, fachadas e praças públicas, expansão e remodelagem dos sistemas de iluminação pública, iluminação de espaços públicos esportivos e inovação tecnológica em iluminação pública.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ubirajara Rocha Meira
<b>Unidades executoras</b>	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás
<b>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Departamento de Projetos de Eficiência Energética
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	- Análise de projetos sob o o ponto de vista de engenharia e de viabilidade econômica, além de aprovação orçamentária; - Gestão de contratos de financiamento; - Supervisão física de projetos.

Em 2008, o Reluz, beneficiou 15 municípios, tornando eficientes mais de 112 mil pontos o que resultou em uma economia de energia de 20,06 mil MWh/ano e uma redução na demanda de 4,6 mil kW. Além disso, instalou outros 218 novos pontos eficientes. Os investimentos totalizaram, em 2008, R\$ 34,4 milhões, cabendo à Eletrobrás o financiamento de R\$ 25,8 milhões.

*Metas e resultados da ação no exercício*

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
<b>Financeira</b>	R\$ 15.000.000,00	R\$ 34.400.408,86	229
<b>Física*</b>	50.000 pontos	112.658 pontos	225

\*Unidade: pontos de iluminação eficientizados

### 2.3.2. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) tem por objetivo principal e imediato aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica e Biomassa, no Sistema Interligado Nacional (SIN). Dessa forma, o PROINFA contribui para a diversificação da matriz energética do país por meio do aproveitamento de fontes energéticas locais de fornecimento de energia elétrica e para a criação de oportunidades de emprego, o que lhe permite estar em absoluta consonância com os programas de desenvolvimento do Governo Federal.

*Situação da Implantação do PROINFA até 31 de dezembro de 2008*

SITUAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PROINFA	Nº	POTÊNCIA (MW)
Total em Construção: 43 Em Andamento e 1 Paralisadas (22 PCH, 2 UTE, 20 UEE)	44	926,08
Total Empreendimentos em Operação (39 PCH, 19 UTE, 11 UEE)	69	1.580,68
<b>SUBTOTAL</b>	<b>113</b>	<b>2.506,76</b>
*Obras não Iniciadas ( 1 PCH, 23 UEE , 1UTE)	25	678,24
<b>TOTAL</b>	<b>138</b>	<b>3.185,00</b>
**Solicitação de Rescisão Contratual e Contrato Anulado ( 5 UTE, 1 PCH)	6	114,40
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>144</b>	<b>3.299,40</b>
* 19 UEE's não iniciadas, totalizando 426,39 MW, já contrataram equipamentos.		
** UTEs Sidrolândia, Brasilândia, Energia Ambiental, Nova Geração, Sonora e a PCH Cachoeira Grande (rescisão contratual).		

A Eletrobrás, com o apoio do MME, empreende todos os esforços na viabilização do PROINFA. Entretanto, vários acontecimentos de força maior ou caso fortuito impediram a conclusão dos empreendimentos. Em conseqüência, diversos empreendedores solicitaram postergação de suas Datas Planejadas de Operação Comercial para além de 30 de dezembro de 2008, alegando Motivos de Força Maior, de natureza específica de cada empreendimento. O MME se manifestou positivamente a respeito da prorrogação para além de 30 de dezembro de 2008 nos casos fortuitos ou de força maior através da Nota CONJUR/MME nº. 197/2008. As solicitações dos empreendedores encontram-se em análise, por parte da Eletrobrás.

### 2.3.2.1. Dados gerais do Programa

<b>Tipo de programa</b>	Programa de Gestão de Políticas Públicas
<b>Objetivo geral</b>	Aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica e Biomassa, no Sistema Interligado Nacional (SIN).
<b>Objetivos Específicos</b>	Contratos de compra e venda de energia celebrados com a Eletrobrás para contratar 3300 MW de capacidade nas fontes eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas.
<b>Gerente do programa</b>	MME
<b>Gerente executivo</b>	Departamento de Desenvolvimento Energético do MME
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Eletrobrás
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	Geração de energia elétrica produzida pelos empreendimentos em operação.
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Consumidores do Sistema Interligado Nacional (SIN)

### 2.3.2.2. Principais Ações do Programa

Implantação de 3.300 MW de capacidade por empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica e Biomassa, no Sistema Interligado Nacional (SIN), assegurando a compra da energia a ser produzida no prazo de 20 anos, a partir da data de entrada em operação definida no contrato.

#### 2.3.2.2.1. Ação 001 – Implantação de 3.300 MW de capacidade por empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica e Biomassa.

##### *Dados gerais da ação 001*

<b>Tipo</b>	Ação Não Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Implantação de 3.300 MW de capacidade por empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica e Biomassa
<b>Descrição</b>	Implantação de 144 empreendimentos. Contratação da ELETROBRÁS no âmbito do PROINFA: 63 empreendimentos de PCH, 54 empreendimentos de Eólica e 27 empreendimentos de Biomassa totalizando 3.299,40 MW
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	MME
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ministério de Minas e Energia
<b>Unidades executoras</b>	ELETROBRÁS
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Departamento de Comercialização de Energia, Departamento de Engenharia de Geração e Departamento de Meio Ambiente.
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Equipe com conhecimentos técnicos de engenharia, conhecimentos financeiros e jurídicos para a análise dos contratos e elaboração de termos aditivos referentes aos empreendimentos de fontes renováveis de biomassa, eólica e pequena central hidrelétrica. São também necessários conhecimentos técnicos de campo para as inspeções técnicas aos diversos empreendimentos de biomassa, eólica e pequenas centrais hidrelétricas.

### 2.3.2.2.2. Resultados - Ação 001

Até o término do ano de 2008, entrou em operação pelo PROINFA um total de 69 empreendimentos de geração, perfazendo uma potência total de 1.580,68 MW.

A grande maioria dos empreendimentos que entraram em operação são os de Pequenas Centrais Hidrelétricas, em um total de 39 empreendimentos que juntos representam uma potência instalada de 766,94 MW. Os empreendimentos de Biomassa vêm em segundo lugar com um total de 19 usinas em operação, representando uma potência instalada de 504,34 MW. São 11 os empreendimentos eólicos já em operação, perfazendo 309,40 MW de potência.

Na condição de agente comercializador de energia e gestor dos contratos no âmbito do Proinfa, destacaram-se as seguintes atividades realizadas pela Eletrobrás em 2008: a entrada em operação comercial de 31 empreendimentos sendo: 5 Eólicas (90,90 MW), 25 PCHs (498,60 MW) e 1 Térmica a Biomassa (5,00 MW), acrescentando 594,50 MW de potência ao Sistema Elétrico Nacional.

A tabela a seguir, totaliza os dados dos empreendimentos que entraram em operação comercial em 2008:

*Tabela 3 – Empreendimentos do PROINFA que entraram em Operação Comercial em 2008*

<b>Fontes</b>	<b>Entrada em operação em 2008 (quantidade)</b>	<b>Potência (MW)</b>
PCH	25	498,60
Eólica	05	90,90
Biomassa	01	5,00
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>	<b>594,50</b>



### 2.3.2.2.3. Ação 002 – Compra da energia a ser produzida no prazo de 20 anos, a partir da data de entrada em operação definida no contrato.

#### Dados gerais da ação 002

<b>Tipo</b>	Ação Não Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Produção de energia elétrica através de empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica e Biomassa.
<b>Descrição</b>	Compra pela Eletrobrás da energia produzida pelos 63 empreendimentos de PCH, 54 empreendimentos de Eólica e 27 empreendimentos de Biomassa no prazo de 20 anos.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	MME
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ministério de Minas e Energia
<b>Unidades executoras</b>	ELETROBRAS
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Departamento de Comercialização de Energia, Departamento de Engenharia de Geração e Departamento de Meio Ambiente.
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Equipe com conhecimentos técnicos de engenharia, conhecimentos financeiros e jurídicos para a comercialização de energia, análise dos contratos, elaboração de termos aditivos e resolução de questões referentes à contabilização e faturamento da energia dos empreendimentos de fontes renováveis de biomassa, eólica e pequena central hidrelétrica, no âmbito do PROINFA. São também necessários conhecimentos técnicos de campo para as inspeções técnicas aos diversos empreendimentos de biomassa, eólica e pequenas centrais hidrelétricas

#### 2.3.2.2.4 Resultados - Ação 002

A Lei 10.438/02 preconiza que na primeira fase, os contratos serão celebrados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS), para a implantação de 3.300 MW de capacidade, assegurando a compra da energia a ser produzida no prazo de 20 anos, a partir da data de entrada em operação definida no contrato.

A aquisição da energia é feita pelo valor econômico correspondente à tecnologia específica de cada fonte. Esse valor, acrescido dos custos administrativos da ELETROBRÁS, será rateado entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Interligado nacional (SIN). O índice de nacionalização dos equipamentos e dos serviços será de, no mínimo, 60%.

#### 2.3.2.2.5. Montantes de Energia e Custeio do PROINFA – 2008

A ELETROBRÁS elabora periodicamente o Plano Anual do PROINFA, documento que sintetiza os valores de energia e custeio do programa para cada ano, e encaminha à ANEEL para aprovação a cada mês de setembro. Os valores de energia e custeio para o ano de 2008 foram calculados em 2007 e homologados pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº. 567/2007.

Na elaboração do PAP-2009, em setembro de 2008, foram apurados e informados os valores realizados de janeiro a agosto de 2008, bem como feitas as previsões para os meses subsequentes até o término do ano. A tabela a seguir apresenta estes valores referentes a 2008, constantes do PAP-2009.

## a 5 - Montante de energia e custeio para 2008

PAP 2009 – realizado (1/1/08 a 31/8/08) e previsto (1/9/08 a 31/12/08)			
Fonte	Número de Empreendimentos	Energia (MWh)	Custo Anual (R\$)
Biomassa	21	1.472.988,56	171.348.356,38
Eólica	22	708.537,27	177.599.587,55
PCH	43	2.727.493,98	407.621.974,28
<b>TOTAL</b>	<b>85</b>	<b>4.909.019,81</b>	<b>735.045.537,56</b>

Os valores de energia e custeio expressos na Tabela referem-se somente a parcela de energia contratada dos empreendimentos.

### 2.3.3. Programa 0276 – Gestão de Políticas de Energia

#### 2.3.3.1. Dados gerais do Programa

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de energia.
<b>Objetivos Específicos</b>	Ampliar a oferta de energia elétrica
<b>Gerente do programa</b>	Márcio Pereira Zimmermann
<b>Gerente executivo</b>	Iran de Oliveira Pinto
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	MME
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	Capacidade instalada de geração de energia Consumo de energia no país Linhas de transmissão instaladas, com tensão igual ou superior a 230 kV
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Governo

#### 2.3.3.2. Principais Ações do Programa

As principais ações referem-se aos estudos de inventário e viabilidade para implantação de sistemas de geração e transmissão de energia elétrica. Neste Programa inclui-se, também, a ação referente aos estudos de integração energética com os países da América Latina. Todas as ações objetivam identificar as melhores opções técnico-econômicas e sócio-ambientais, para a realização dos estudos e, posteriormente, dos empreendimentos.

Uma das características dessas ações, dentro das Empresas, é a de se confundir com as atividades correntes, uma vez que as Empresas estão permanentemente desenvolvendo estudos para identificar oportunidades para realização de empreendimentos de seu próprio interesse, bem como para os objetivos do Programa. Trata-se, portanto, de uma atividade contínua.

É importante notar que, a maioria dos estudos, até que efetivamente venha a se realizar, é precedida por um longo período de negociações e procedimentos burocráticos, que não são usualmente computados, nas metas físicas de realização das ações.

### 2.3.3.2.1. Ação 2D92 - Estudos de Inventário e Projetos de Viabilidade de Implantação de Sistemas de Geração e de Transmissão na Região Amazônica

#### Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Realizar estudos de inventário e de viabilidade de implantação de usinas hidrelétricas e respectivos sistemas de transmissão associados, visando ampliar a oferta de energia hidrelétrica do sistema elétrico interligado brasileiro.
<b>Descrição</b>	Trata-se de realizar estudos de inventário e de viabilidade de usinas hidrelétricas e respectivos sistemas de transmissão associados, utilizando-se do potencial hidrológico da região amazônica.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	MME
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Luciano Nobre Varella
<b>Unidades executoras</b>	32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS
<b>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Diretoria de Engenharia – Departamento de Engenharia da Geração
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Competências nas atribuições do Departamento de Engenharia da Geração da Eletrobrás

Os Estudos de Belo Monte são uma das principais atividades desta ação e têm enfrentado, ao longo dos anos, várias ações judiciais que tem adiado sua conclusão. Foi retomado em 2007, após liberação judicial. O Estudo de Impacto Ambiental – EIA foi encaminhado em 29 de dezembro de 2007, composto por 27 volumes, para avaliação inicial pelo IBAMA. No decorrer do ano de 2007 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- De referência dos grupos indígenas Trincheira do Bacajá, Kararaô, Arawaté do Igarapé Ipixuna, Koatinemo, Cachoeira Seca, Arara e Apiterewa e também para o TR dos desaldeados e cidadãos.
- Realizada reunião em mais duas aldeias da TI Trincheira Bacajá.
- Realizada três oficinas de acompanhamento do desenvolvimento do EIA junto ao IBAMA.
- Realizado o III Fórum Técnico: Plano de Atendimento à População Atingida; Principais Diretrizes, realizado em convênio com a UFPA, em três sessões, Vitória do Xingu, Altamira e Belém.
- Apresentação no Seminário Região Norte “Amazônia: Soberania com desenvolvimento sustentável”, promovido pelo CONFEA/CREA, no painel: A contribuição das hidrelétricas para o desenvolvimento regional e nacional.
- Apresentação no Encontro Latino Americano de Comunicação e Sustentabilidade, promovido pelo Envolverde Instituto, na mesa redonda: A energia para o desenvolvimento.
- Leitura de todo o material disponibilizado pela Consultora Leme para as reuniões de fechamento do EIA.
- Realizada reuniões dos meios físicos, bióticos e socioeconômico para fechamento do EIA.
- Retomada dos estudos da AAI.
- Realizada reunião com o grupo de engenharia para avaliação das modificações necessárias ao Estudo de Viabilidade entregue na ANEEL.

#### Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	7.571.867,00	7.584.582,00	100,17
Física	-	-	-

### 2.3.3.2.2. Ação 6508 - Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica

#### Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Realizar estudos de inventário e desenvolver projetos de viabilidade de empreendimentos novos e realizar estudos de viabilidade técnica e econômica de empreendimentos concessionados, visando a ampliação da capacidade de geração de energia elétrica.
<b>Descrição</b>	Estudos e projetos para viabilizar a ampliação da geração de energia elétrica.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	MME
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Luciano Nobre Varella
<b>Unidades executoras</b>	32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.
<b>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Diretoria de Engenharia – Departamento de Engenharia da Geração
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Competências nas atribuições do Departamento de Engenharia da Geração da Eletrobrás

Esta Ação tem como objetivo efetuar os estudos de viabilidade relacionados a ampliação do sistema de geração de energia elétrica, em todo o território nacional. Ainda não foram concretizados negócios que justificassem a apropriação de valores nesta ação.

#### Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	500.000,00	0,00	0,00
Física	-	-	-

### 2.3.3.2.3. Ação 6510 - Estudos de Viabilidade para Ampliação da Transmissão de Energia Elétrica

#### Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Realizar estudos e desenvolver projetos de viabilidade de novos empreendimentos de transmissão, visando a ampliação da capacidade de transmissão de energia elétrica.
<b>Descrição</b>	Estudos e projetos para viabilizar a ampliação da capacidade de transmissão de energia elétrica.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	MME
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Luis Yoshihiro Guenka
<b>Unidades executoras</b>	32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.
<b>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Diretoria de Engenharia – Departamento de Engenharia da Transmissão
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Competências nas atribuições do Departamento de Engenharia da Transmissão da Eletrobrás

Esta Ação tem como objetivo efetuar os estudos de viabilidade relacionados a ampliação do sistema de transmissão de energia elétrica, em todo o território nacional, em conformidade com a solicitação do MME/EPE.

O trabalho vem sendo desenvolvido em forma de participação nos grupos de trabalho coordenados pela EPE.

Até o presente momento, foram contabilizados os valores correspondentes às despesas em homens-hora referentes aos estudos de viabilidade para a integração das usinas do Rio Madeira (AHE Santo Antonio e Jirau), para um possível ressarcimento posterior, pelos agentes detentores das concessões.

Cabe destacar que, no momento, a ELETROBRÁS não possui nenhuma autorização legal ou contratos de parceria com a iniciativa privada para a elaboração dos estudos de viabilidade. Os dispêndios contabilizados estão sendo repassados à ANNEL para possível ressarcimento posterior, pelos agentes detentores das concessões.

*Metas e resultados da ação no exercício*

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	165.204,00	0,00	0,00
Física	-	-	-

#### 2.3.3.2.4. Ação 2C40 - Estudos para Integração Energética com os Países da América Latina

*Dados gerais da ação*

<b>Tipo</b>	Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Promover as ações necessárias à integração e ao uso conjunto dos recursos energéticos entre o sistema elétrico brasileiro e os sistemas elétricos dos países da América Latina, visando a otimização do uso desses recursos para todos os Países envolvidos.
<b>Descrição</b>	Estudos de inventário e de viabilidade de projetos para a ampliação, de forma integrada, da capacidade de geração e de transmissão do sistema elétrico brasileiro e dos demais países da América Latina.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	MME
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Luciano Nobre Varella
<b>Unidades executoras</b>	32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.
<b>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Diretoria de Engenharia – Departamento de Engenharia da Geração
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Competências nas atribuições do Departamento de Engenharia da Geração da Eletrobrás

O convênio Eletrobrás - Ebisa (Argentina) relativo aos Estudos de Inventário do Rio Uruguai no trecho limítrofe entre Brasil e Argentina foi assinado apenas em setembro de 2008 e portanto ainda não foi iniciado a apropriação de valores.

Outras atividades de estudo com outros países ainda em negociação.

*Metas e resultados da ação no exercício*

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.652.044,00	0,00	0,00
Física	-	-	-

## 2.3.4. Programa 1042 – Energia nos Sistemas Isolados

### 2.3.4.1. Dados gerais do Programa

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Ampliar a oferta nos sistemas isolados ainda existentes, atendendo suas necessidades de energia elétrica.
<b>Objetivo Específico</b>	Geração de energia elétrica para atendimento da população dos Sistemas Isolados, visando promover o desenvolvimento sócio-econômico auto-sustentável da região.
<b>Gerente do programa</b>	Josias Matos de Araújo
<b>Gerente executivo</b>	Edvaldo Luis Rizzo
<b>Responsável pelo programa no âmbito</b>	ELETROBRÁS
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para</b>	Consumo de Energia nos Sistemas Isolados
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Consumidores de energia elétrica nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima.

### 2.3.4.2. Principais Ações do Programa

#### 2.3.4.2.1. Ação 7F43 – Implantação de Redes de Ramais Termelétricos (Gasoduto) para atendimento de Produtores Independentes de Energia Termelétrica, em Manaus

<b>Tipo</b>	Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Construir rede de ramais termelétricos em Manaus, possibilitando a utilização do gás natural, proveniente de Urucu/AM, por cinco produtores independentes de energia instalados na cidade de Manaus, atualmente gerando com óleo combustível, fisicamente distantes dos "citygates" de Aparecida e Mauá.
<b>Descrição</b>	Construção de cerca de 44 km de dutos na cidade de Manaus (AM), para transportar cerca de 2 milhões de metros cúbicos/dia de gás natural das instalações da Manaus Energia, em Aparecida e Mauá, aos produtores independentes de energia (Breitner Tambaqui, Breitner Jaraqui, Rio Amazonas Energia, GERA Companhia Energética Manauara).
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	MME
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ricardo de Oliveira
<b>Unidades executoras</b>	32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Diretoria de Engenharia – Departamento de Sistemas Isolados e Combustíveis
<b>Competências institucionais para execução da ação</b>	Para acompanhamento da execução das obras de implantação dos Ramais Termelétricos em Manaus, foi constituído um comitê técnico, composto de seis membros, com formação técnica em engenharia, cujo objetivo é a fiscalização da execução das obras e ações correlatas, designadas no Convênio celebrado entre a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, a Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS, a Manaus Energia S.A. e a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE. Ressalta-se que referido comitê é composto por três membros da CIGÁS e três membros do Sistema ELETROBRÁS.

Esta ação tem como principal objetivo viabilizar a mudança da matriz energética do Estado do Amazonas, com a utilização do gás natural em substituição aos combustíveis líquidos derivados de petróleo, contribuindo para a diminuição do consumo de combustível e a conseqüente emissão de monóxido de carbono e redução dos custos da CCC-Isol.

Conforme o Convênio ECV-205/2006, celebrado entre a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, a Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS, a Manaus Energia S.A. e a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE, em 11 de dezembro de 2006, a

CIGÁS é a responsável pela elaboração do projeto, a construção, a montagem e a pré-operação dos Ramais Termelétricos, incluindo: o licenciamento ambiental, compensações ambientais, projeto, gerenciamento, construção, montagem e pré-operação (comissionamento) dos Ramais Termelétricos, bem como pela realização de aporte financeiro. A ELETROBRÁS, além da responsabilidade do aporte financeiro, cabe, juntamente, com Manaus Energia e a ELETRONORTE o acompanhamento da implantação dos Ramais Termelétricos.

Face ao aquecimento do mercado, à época da publicação do processo licitatório, apenas a 3ª licitação lançada pela CIGÁS logrou êxito. No entanto, o preço proposto pelo licitante vencedor (Construtora LJA Ltda.) se verificou 21% acima do preço estimado pela CIGÁS. A partir desse novo valor orçado para construção dos ramais termelétricos e implantação dos equipamentos auxiliares foi analisada a elaboração de um aditivo ao contrato.

Em 07 de outubro de 2008, foi assinado o primeiro termo aditivo ao Convênio ECV-205/2006 (ECV-205-A/2008) para prorrogação de prazo de execução das obras de 30 meses para 42 meses e alteração do valor do projeto de construção e implantação de ramais termelétricos de R\$ 68.187.704,00 para R\$ 82.623.561,60 e do valor total do Convênio de R\$ 78.315.291,91 para R\$ 92.665.684,00.

A seguir, são descritas as principais evoluções da ação em 2008, nos seus respectivos subprojetos.

#### I - Gerenciamento e Fiscalização

De janeiro a dezembro de 2008, foram desenvolvidas atividades de planejamento e controle dos processos de gerenciamento e fiscalização pela empresa Concremat Engenharia e Tecnologia S.A..

#### II – Construção e Montagem

A obra de construção e montagem da rede de ramais termelétricos, constituída por cinco ramais, para atendimento dos Produtores Independentes de Energia Termelétrica em Manaus, pela Construtora LJA (vencedora da Concorrência Pública 003/2007), foi iniciada em janeiro de 2008 com a construção do escritório administrativo, do canteiro central, e do pátio de máquinas e veículos.

De fevereiro a maio de 2008 foram iniciados os serviços de topografia e sondagem, treinamento de pessoal, mobilização de construção e montagem, estudos de interferência elétrica e projeto do sistema de proteção catódica nos cinco ramais termelétricos (Aparecida, Mauzinho, Ponta Negra, Manauara e Rio Amazonas).

A partir de 16/06/2008, foram iniciadas, efetivamente, as obras de construção e montagem dos ramais Mauzinho (Av. Solimões) e Aparecida (Av. Constantino Nery). Esta obra contempla, além do fornecimento de tubos, o fornecimento de todos os equipamentos da rede.

#### III – Licenciamento Ambiental

Em janeiro e fevereiro foram pagas as duas últimas parcelas referentes à medida compensatória de uso do solo (outorga onerosa paga à Prefeitura da Cidade de Manaus – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SEMDURB / Instituto Municipal de Planejamento Urbano IMPLURB). Em 2008 foram adquiridas e pagas as 10.000 mudas a título de compensação ambiental, que foram entregues ao Horto Municipal.

De janeiro a dezembro de 2008 foram produzidas peças para execução do Programa de Comunicação Social – 1ª Etapa (KINTAW – empresa vencedora do certame licitatório), incluindo cartazes, cartilhas, folhetos para a população em geral e folhetos para motoristas. Faz parte programa a divulgação das obras com visita às residências e ao comércio, anúncios de jornal e rádio, outdoor, faixas e placas de aviso e serviços de atendimento à população pelo 0800 e internet. No período de junho a setembro foram realizados pagamentos das quatro parcelas

correspondentes à taxa de alvará de construção em favorecimento da Prefeitura Municipal de Manaus.

#### IV – Aquisição de tubos em aço

Em 2008 foram adquiridos 4.980 metros de tubo de 10 polegadas e 5.300 metros de tubo de 20 polegadas. A referida aquisição representa 23% do total de tubo para execução da obra. Cabe ressaltar que após fabricação, os tubos são revestidos e posteriormente transportados para Manaus e armazenados no canteiro de obras central da Construtora LJA.

#### Metas e resultados da ação exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
<b>Financeira</b>	60.980.045,62	22.000.694,20	36,1
<b>Física</b>	90,6	23,2	25,6

Obs.: O percentual físico previsto foi estimado considerando o cronograma físico e plano de execução (Metas) contidos no 1º Termo Aditivo ao Convênio ECV – 205/2006.

Fatores não previstos afetaram o desempenho físico e financeiro de 2008, impedindo que a ELETROBRÁS realizasse os aportes financeiros conforme previsto no plano desembolso do 1º Termo Aditivo ao Convênio (ECV-205-A/2008), condicionados à Cláusula Oitava do Convênio, que vincula a realização de aportes financeiros pela ELETROBRÁS no mês “N” à demonstração de utilização dos recursos aportados no mês “N-2”, a partir do terceiro aporte. Destacam-se como impeditivos para esta realização, os seguintes fatores:

- atraso na assinatura do primeiro termo aditivo ao Convênio ECV-205/2006, devido às mudanças ocorridas na direção das empresas do Sistema Eletrobrás;
- atraso na fabricação dos tubos de aço API importados da China, que representam o principal insumo e de maior custo neste tipo de obra;
- atraso no desembaraço alfandegário dos tubos de aço API, no porto de Manaus.

### 2.3.5. Programa 0273 – Luz Para Todos

#### 2.3.5.1. Dados gerais do Programa

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo e para escolas, postos de saúde e sistemas rurais de bombeamento d'água.
<b>Objetivos Específicos</b>	Atendimento a domicílios rurais sem acesso à energia elétrica.
<b>Gerente do programa</b>	Josias Matos de Araújo
<b>Gerente executivo</b>	Sidney de Freitas Gaspar
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	Unidades consumidoras atendidas.
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, usuários de sistemas de bombeamento d'água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados ao atendimento elétrico rural.



## 2.3.5.2. Principais Ações do Programa

### 2.3.5.2.1. Ação 9642 – Promoção da Universalização do Acesso à Energia

#### *Dados gerais da ação*

<b>Tipo</b>	Não Orçamentária
<b>Finalidade</b>	Propiciar o acesso e o uso da energia elétrica, sendo, preferencialmente, orientada para a população rural de baixo poder aquisitivo.
<b>Descrição</b>	Viabilizar, através de financiamento às concessionárias, a realização de projetos, aquisição e instalação de equipamentos, para prestação de serviços de energia elétrica à população rural.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Ministério de Minas e Energia - MME
<b>Coordenador nacional da ação</b>	José Antonio da Costa Moreira
<b>Unidades executoras</b>	32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS
<b>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Diretoria de Engenharia - Departamento de Gestão do Programa de Universalização
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Gestão dos Contratos de Financiamento e Concessão de Subvenção firmados entre os Agentes Executores e a Eletrobrás e acesso aos dados cadastrados por esses Agentes no Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa Luz Para Todos.

#### **Resultados da Ação 9642**

Antes do início do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica Luz Para Todos existiam no Brasil 2,5 milhões de domicílios sem acesso à energia elétrica, sendo 80% localizados na área rural, resultando em mais de 10 milhões de brasileiros excluídos dos benefícios da eletricidade.

A regulamentação da ANEEL, que definiu metas de universalização para cada município do país, estabeleceu como limite nacional para o completo atendimento o ano de 2015. A dificuldade e o custo da prestação de serviço definiram, dentro de cada área de concessão, o prazo para efetivar o atendimento e, assim, dada sua localização mais adversa e baixa expectativa de demanda, parte da população mais carente seria contemplada somente no final do prazo limite estipulado pela ANEEL.

O Programa Luz para Todos pretende antecipar estas metas por meio do estabelecimento de mecanismos institucionais e financeiros adequados, além de promover ações integradas de desenvolvimento local/rural.

Mais de 70% do Programa Luz para Todos é executado com recursos não-orçamentários provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Reserva Global de Reversão – RGR, recolhidas à Eletrobrás que gerencia os recursos e os utiliza para a viabilização do Programa.

O Programa é executado com a participação das empresas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica estaduais ou privadas e das cooperativas de eletrificação rural.

O fornecimento de energia elétrica às regiões rurais não-atendidas contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e para a criação de novas oportunidades de emprego, favorecendo a fixação do homem no campo em condições mais dignas.

Busca-se, portanto, reduzir as desigualdades regionais e garantir a inserção social e a cidadania além de ações de promoção do desenvolvimento sustentável e do aumento da produção/renda.

No exercício de 2008, foram assinados 42 contratos de financiamento e concessão de subvenção entre a Eletrobrás e os Agentes Executores para a realização de obras de eletrificação rural totalizando 218 contratos firmados desde 2004.

Esses contratos assinados possibilitaram o atendimento de mais de 1,8 milhão de domicílios, até dezembro de 2008, sendo 441 mil somente em 2008 e beneficiando 9,3 milhões de pessoas, gerando uma grande quantidade de empregos diretos e indiretos.

Os resultados obtidos na Ação 9642 – Promoção da Universalização do Acesso à Energia, no exercício de 2008, ficaram aquém dos previstos (ver comentário 1), em função de indefinições decorrentes da prorrogação do Programa até o ano de 2010. Os números apurados são apresentados na tabela a seguir.

*Metas e resultados da ação no exercício*

<b>META</b>	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO %</b>
<b>Financeira</b>	1.758.081,00 <b>(1)</b>	1.572.590.489,21	89.449,26 <b>(1)</b>
<b>Física</b>	320.000	255.572 00 <b>(2)</b>	79,87

*Unidades: R\$ x nº de ligações*

Comentários:

(1) - O valor disponibilizado no SIGPLAN como previsão da meta financeira está incorreto. Foi proposta a correção para o valor de R\$ 1.650.000.000,00, porém, até a presente data, não foi cadastrado o novo valor. Considerando este valor revisado o percentual de Execução/Previsão passaria a ser de 95,31%.

(2) - Os resultados obtidos na ação 9642, não contemplam as ações sob a responsabilidade das empresas de distribuição da Eletrobrás, nem as ligações associadas aos Contratos ou Acordos entre os Governos Estaduais e os Agentes Executores, de onde a diferença para o número global de 441.427 ligações efetuadas no ano de 2008.

## 2.4. Desempenho Operacional

Os principais indexadores dos contratos de financiamentos e de repasses tiveram as seguintes variações nos períodos:

	<b>12 MESES DE 2008</b>	<b>12 MESES DE 2007</b>
Varição - IGPM	9,80%	7,75%
Varição - SELIC	12,50%	11,25%
Varição - DÓLAR	31,94%	-17,15%
Varição - EURO	26,55%	-7,50%

O reconhecimento dos resultados das 32 empresas investidas pela ELETROBRÁS impactou positivamente o resultado neste exercício em R\$ 383 milhões pela equivalência patrimonial, fortemente influenciado pelo prejuízo da ELETRONORTE, no montante de R\$ 2.408 milhões, provocado pela despesa financeira de R\$ 1.508 milhões, e pelo reconhecimento de provisões para redução ao valor recuperável de ativos de longa duração (impairment), no montante de R\$ 650 milhões decorrente da adoção da Lei 11.638/2007. No mesmo período do exercício anterior, o reflexo positivo da equivalência patrimonial total foi de R\$ 1.883 milhões.

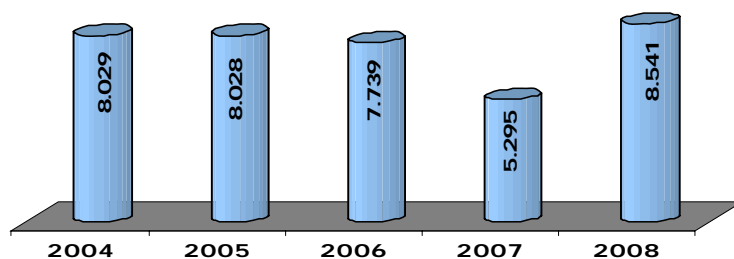
### Lucro Líquido das Controladas

(R\$ milhões)

Empresas	2008	2007
CGTEE	-292.202	-69.149
Chesf	1.437.291	652.630
Eletronorte	-2.424.558	-542.315
Eletronuclear	-282.070	117.668
Eletrosul	268.250	196.940
Furnas	454.518	800.222
Itaipu	835.885	1.321.590
Eletobraspar	10.664	16.097
<b>Distribuidoras</b>		
Ceal	32.487	-22.704
Cepisa	-98.736	-81.197
Ceron	-50.158	-54.362
Eletoacre	152	4.093
Manaus Energia	198.845	-601.706

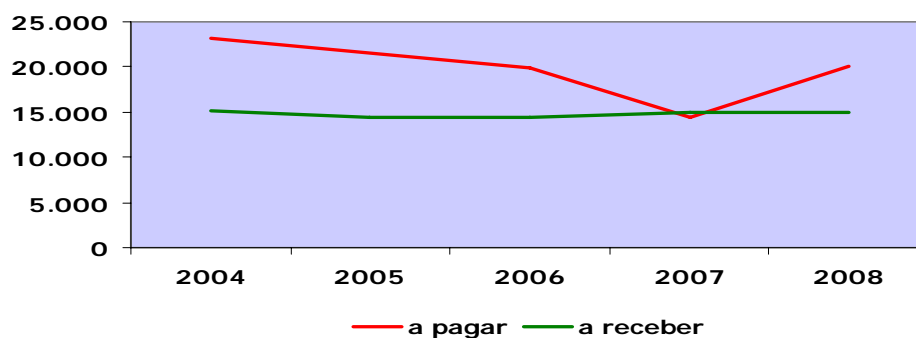
### EBITDA

R\$ milhões

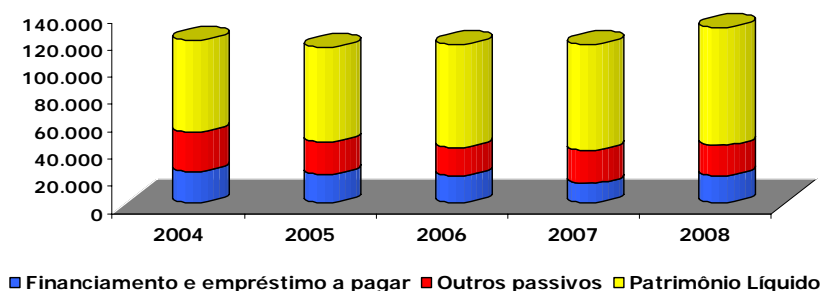


### Estrutura de Capital e Endividamento Consolidado

Financiamento / Empréstimo - R\$ milhões



## Endividamento - R\$ milhões



Fluxo do Financiamento – R\$ milhões							
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Após 2014
Endividamento	18.297.562	657.827	514.798	648.203	646.627	618.488	4.743.567

## Financiamentos e Empréstimos Concedidos:

Controladas e Itaipu:	Saldo em 31.12.2008	Saldo em 31.12.2007
CGTEE	574.974	---
Chesf	3.460.807	4.211.228
Eletronorte	7.589.415	6.014.378
Eletronuclear	2.902.701	2.448.667
Eletrosul	592.161	186.566
Furnas	1.178.001	996.262
Itaipu	18.416.525	14.671.171

## Resultado Primário

Em 2008, destaca-se o bom desempenho das empresas controladas do Sistema Eletrobrás para o Resultado Primário, cuja meta estabelecida para o período conforme Decreto nº. 6.646, de 18 de novembro de 2008, foi de R\$ 1.441 milhão.

Período	Resultado	R\$ milhões
2008	Superávit	2.585
2007	Superávit	2.783
2006	Superávit	2.137
2005	Superávit	2.865
2004	Superávit	1.650

## 2.4.1 - Evolução de gastos gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	R\$ 5.944.461,09	R\$ 4.434.445,83	R\$ 8.107.072,11
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	R\$ 2.433.209,20	R\$ 1.485.816,42	R\$ 2.236.791,12
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1. Publicidade	R\$ 4.956.002,02	R\$ 742.073,86	R\$ 26.824.928,61
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	R\$ 2.945.482,00	R\$ 3.327.752,25	R\$ 3.557.303,42
3.3. Tecnologia da informação	R\$ 684.833,73	R\$ 2.160.114,27	R\$ 2.107.725,29
3.4. Outras Terceirizações (*)	R\$ 3.058.016,00	R\$ 3.729.162,75	R\$ 3.716.276,72
3.5. Suprimento de fundos	-	-	-
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	-	-	R\$ 1.289,83
<b>TOTAIS</b>	<b>R\$ 20.022.004,04</b>	<b>R\$ 15.879.365,38</b>	<b>R\$ 46.551.387,10</b>

(\*) Manutenção Predial, Telefonia, Expedição, Copa e Restaurante, Recepcionistas, Motoristas, Operad. de Reprografia, Ginastica Laboral, Brigada de Incêndio, Contínuos / Mensag.

## 2.5. Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica (EDE's)

### 2.5.1. Introdução

A Lei 9.619/98 autorizou a ELETROBRÁS a adquirir o controle das concessionárias estaduais de distribuição de energia elétrica: CEAL, CEPISA, CERON e ELETROACRE, incluindo-as no PND – Programa Nacional de Desestatização. Mais tarde, em 2000, pela Medida Provisória 1985-25/2000 (transformada na MP 2181-45, em tramitação), a ELETROBRÁS foi também autorizada a adquirir o controle da CEAM e a incluí-la no PND.

Em um processo paralelo, cindiu-se a ELETRONORTE, formando com os ativos de distribuição das cidades de Manaus e Boa Vista, respectivamente, a Manaus Energia e a Boa Vista Energia, subsidiárias integrais da ELETRONORTE, que formam com as anteriormente citadas o conjunto das chamadas Empresas Distribuidoras da ELETROBRÁS – EDE's.

À ELETROBRÁS coube a tarefa de promover o saneamento econômico-financeiro dessas companhias, enquanto o BNDES cuidaria das providências para vendê-las. Por conta desse marco e dessa tarefa inicial, os investimentos realizados pela ELETROBRÁS foram considerados como temporários. Por razões diversas, o Programa de Desestatização dessas empresas não foi concluído.

No momento de aquisição das EDE's houve o desembolso de recursos da própria ELETROBRÁS e da RGR. Da época da federalização até os dias de hoje, essas empresas têm requerido investimentos, tanto para o financiamento da expansão e da própria operação e manutenção, como para cobertura de déficits operacionais. Além disso, para reverter o patrimônio líquido negativo, parte dos financiamentos já foi transformada em capital ou está registrado como adiantamento para futuro aumento de capital.

Mais recentemente, em abril de 2008, foi efetuada a incorporação da CEAM pela Manaus Energia, passando o Estado do Amazonas – AM a contar com apenas uma distribuidora de energia. Após este ato, o grupo das EDE's passou a ser composto pelas seis empresas: CEAL, CEPISA, CERON, ELETROACRE, Manaus Energia e Boa Vista Energia.

Após alguns anos de controle federal, pode-se dizer que as condições de atendimento às populações locais apresentaram melhora significativa, contudo não foi revertido o quadro financeiro negativo dessas empresas. Em dezembro de 2007, o patrimônio líquido de todas as EDE's somadas era negativo no valor de R\$ 33,49 milhões e seu balanço registrava uma dívida

total de cerca de R\$ 2,07 bilhões com a ELETROBRÁS.

Diante dessa situação, a ELETROBRÁS identificou como solução a reorganização da governança e centralização da gestão das EDE's, estruturando-se para todas uma Diretoria comum composta por um Diretor Presidente e seis Diretores e um Conselho de Administração composto por seis membros com um núcleo comum, mantendo-se Conselhos Fiscais específicos para cada empresa. Essas medidas foram acompanhadas pela criação de uma Diretoria especializada na ELETROBRÁS – a Diretoria de Distribuição, cujo Diretor assumiu concomitantemente a Presidência das EDE's. Essas mudanças direcionam no sentido de alcançar a reversão da atual situação de desequilíbrio econômico-financeiro destas empresas para, em curto prazo, passar a obter resultados positivos, visando a melhoria de qualidade de atendimento ao público, a capacidade de execução de programas de investimentos para a expansão e conservação dos seus ativos, bem como a modernização dos seus instrumentos de apoio tecnológico e de capital humano.

Por sua própria dispersão geográfica, o mercado de energia elétrica das EDE's já é naturalmente heterogêneo, pois, enquanto Ceal e Cepisa são as únicas EDE's que fazem parte do Sistema Interligado Nacional (SIN), as demais (Manaus Energia, Boa Vista Energia, Ceron e Eletroacre) ainda compõem os Sistemas Isolados e representam 63% do mercado total de energia das referidas EDE's.

### 2.5.2. Comercialização de Energia Elétrica

De forma geral, a quantidade fornecida de energia elétrica aumentou em 15,7% em 2008 em relação a 2007, sendo o maior aumento na classe rural (93,5%). Contudo, essa classe tem baixa participação no total comercializado pelas EDE's (6,8%). As principais classes de destino de energia elétrica são, respectivamente, residencial, industrial e comercial que juntas representam 76% do total de energia elétrica distribuída em 2008.

Destacam-se entre as empresas com maior participação na comercialização de energia elétrica a Manaus Energia (37,6%) e a CEAL (19,8%). A primeira, ao contrário das demais, distribui energia principalmente para a Classe Industrial que representa 38,8% do total comercializado por essa distribuidora em 2008. Já na CEAL a classe residencial responde por 36% do total fornecido pela distribuidora.

O grande aumento na quantidade de energia elétrica fornecida em 2008 se deve principalmente ao aumento da renda, a ampliação de programas de expansão da rede de distribuição como o 'Luz para Todos' e a diminuição das perdas.

Fornecimento Consolidado de Energia Elétrica - (GWh)					
Classe	2004	2005	2006	2007	2008
Residencial	2.931	3.069	3.146	3.331	3.760
Comercial	1.676	1.847	1.895	2.009	2.218
Industrial	2.214	2.358	2.384	2.465	2.612
Rural	330	380	414	400	774
Outras Classes	1.405	1.561	1.718	1.561	1.938
<b>Total</b>	<b>8.556</b>	<b>9.215</b>	<b>9.557</b>	<b>9.766</b>	<b>11.302</b>

### 2.5.3. Controle de Perdas Comerciais

	Perdas Técnicas (%)		Perdas Comerciais (%)		Perdas Totais (%)	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Boa Vista	8,97	9,31	9,31	7,21	18,28	16,52
CEAL	12,50	8,73	18,26	21,27	30,76	30,00
CEPISA	14,00	14,17	24,46	21,97	38,46	36,14
CERON	10,00	10,00	24,68	33,54	34,68	43,54
Eletroacre	8,80	8,80	17,62	17,39	26,42	26,19
Manaus Energia	10,90	2,90	26,30	35,80	37,20	38,70

De forma geral, os índices de perdas apresentaram queda em 2008 quando comparados com o ano anterior, fruto dos esforços que vêm sendo desenvolvidos. Ressalta-se que a Manaus Energia, cujo mercado e índice de perdas são os maiores entre as EDE's, foi responsável por 45% das perdas realizadas em 2008.

Destaca-se entre as empresas com maior redução das perdas a CEPISA, cuja queda do índice teve reflexo da regularização de unidades consumidoras sem medição (92 mil UC's no período 2007-2008) e a Boa Vista Energia, cujo processo de seleção de unidades consumidoras (UC's) para inspeção dá-se através de análise criteriosa de estudos estatísticos de segmentação das perdas.

Embora as trajetórias dos índices estejam em descendência, as reduções das perdas ainda são tímidas frente aos patamares elevados em que se encontram. Dentre os fatores limitantes para a obtenção de resultados mais expressivos, pode-se citar o conhecimento precário das perdas de forma segmentada e sistemática, de modo a melhor orientar as ações e otimizar resultados, além da precária estrutura das áreas de combate às perdas das concessionárias, com quadro de pessoal reduzido, baixa integração com demais áreas envolvidas e com estrutura de apoio insuficiente.

A complexa questão orçamentária e econômico-financeira das EDE's também merece destaque como fator limitante. Reduções significativas nas perdas de energia requerem investimentos de grande porte. O reduzido investimento histórico em tecnologia dificulta sobremaneira uma atuação mais inteligente, focada e contínua no combate às perdas.

### 2.5.4. DEC/FEC

Do ponto de vista global, no ano de 2008 os índices de Interrupções de Fornecimento por Consumidor (DEC) e de Frequência de Interrupções por Consumidor (FEC), apurados pelas EDE's, apresentaram melhora quando comparados com os resultados obtidos no ano anterior, chegando a reduzir em até 11% o índice de DEC (Eletroacre) e em até 16% o índice de FEC (Manaus interior).

Apesar disso, somente a Boa Vista Energia não apresentou violações nas metas de DEC definido pela ANEEL por conjunto de consumidores. Quanto ao FEC, todas as empresas apresentaram violações, sejam nas metas mensais, trimestrais ou anuais.

Apenas a CEPISA e a Manaus Capital ultrapassaram as metas globais de DEC, e três empresas apresentaram valores acima da meta com relação ao FEC, sendo que somente a CEPISA apresentou resultados muito distantes do estabelecido pelo órgão regulador.

Para a redução dos índices algumas ações foram tomadas, dentre as quais destacam-se:

- Manutenção das redes de distribuição com as atividades de execução de poda de árvores, atividades voltadas para o gerenciamento de rede e intervenções de recuperação do sistema.

- Aumento das equipes de operação e manutenção;
- Manutenções preventivas programadas visando minimizar os defeitos nas linhas de distribuição, direcionadas às áreas com índices de continuidade críticos;
- Recondutoramento de circuitos;
- Construção de novos alimentadores.

É importante destacar que reduções significativas destes índices requerem grandes investimentos, como melhoria contínua no processo de manutenção preventiva, expansão do sistema e aquisição de sistemas de gerenciamento de rede.

Interrupções de Fornecimento por Consumidor (DEC) – Hora/Ano							
	Boa Vista Energia	Ceal	Cepisa	Ceron	Eletroacre	Manaus Capital	Manaus Interior
<b>2007</b>	14	21	45	38	17	54	94
<b>2008</b>	15	20	52	37	15	54	87

Frequência de Interrupções por Consumidor (FEC) – Nº. Interrupções/Ano							
	Boa Vista Energia	Ceal	Cepisa	Ceron	Eletroacre	Manaus Capital	Manaus Interior
<b>2007</b>	39	17	37	52	22	32	110
<b>2008</b>	39	15	36	46	20	29	93

### 2.5.5. Inadimplência

A inadimplência nas Empresas Distribuidoras da Eletrobrás apresenta problemas mais sérios em algumas classes específicas de consumidores. Observa-se que há uma concentração dos clientes com contas em atraso nas classes de Poder Público, Serviço Público, Industrial e Residencial.

Em 2008 houve um decréscimo de 6,7% no estoque nominal dos débitos em atraso, ou seja, (R\$ 1,115 bilhão) em 2007 contra (R\$ 1.040 bilhão) em 2008.

As empresas que contribuíram para essa redução foram a CEPISA, a Manaus Energia e a Ceal que, isoladamente, representaram uma queda de 12,5% dos débitos em atraso. A primeira obteve uma redução no seu estoque inadimplente através da baixa contábil (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) no montante de R\$ 154,198 milhões, representando uma redução de 20,8% do total das faturas em atraso. Enquanto na Manaus, a redução de 2,9% na inadimplência total, se deu principalmente pela redução de 65,9% dos débitos em atraso da classe Serviço Público. Já a CEAL teve uma redução de 10,1% dos débitos em atraso graças a negociação com a Casal no valor de R\$ 66,7 milhões de reais.

A Eletrobrás, no ano de 2008, empenhou e vem empenhando esforços para obter o equilíbrio dos principais problemas estruturais das concessionárias de distribuição. Neste contexto, foram tomadas uma série de ações de caráter corretivo que estavam sendo implementadas visando a recuperação dos débitos em atraso. Estas ações estão centradas, principalmente, na efficientização do corte, na cobrança administrativa e na cobrança judicial.



<b>Inadimplência Consolidada das Distribuidoras – R\$ mil</b>					
<b>Classe</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Residencial	191.550	196.969	213.461	264.616	245.998
Comercial	82.783	100.064	101.092	117.130	125.467
Industrial	82.247	93.100	112.288	150.014	173.203
Rural	31.571	33.757	34.107	40.824	46.462
Poder Público	119.590	112.707	123.822	135.479	143.700
Serviço Público	157.679	215.355	291.974	372.062	254.116
Iluminação Pública	22.586	28.682	30.074	35.269	51.312
<b>Total</b>	<b>688.005</b>	<b>780.634</b>	<b>906.820</b>	<b>1.115.394</b>	<b>1.040.257</b>

### **2.5.6. Atendimento aos Clientes**

As EDE's, com o objetivo de oferecer um atendimento cada vez melhor, adotaram uma série de medidas para facilitar os contatos dos clientes com a empresa.

Tendo como base as novas regras que regem os centros de teleatendimento de todo o Brasil, foram implementadas, durante o ano de 2008, várias melhorias técnicas e operacionais. Algumas delas ainda estão em andamento, sempre com base na idéia de que a comunicação com os consumidores deve ser rápida e eficiente. Entre as medidas tomadas, encontra-se o aumento do número de atendentes em todos os chamados call centers dessas empresas. Isto significa diminuir o tempo de espera do consumidor em seu atendimento. Há novos equipamentos em operação e novas formas de atendimento, tudo de acordo com o que determinam as novas regras da Anatel. Além de tudo isso, já está em fase de implantação o atendimento a deficientes auditivos e de fala.

Está em operação um novo sistema de emissão de contas, com emprego de equipamento portátil que permite imprimir a fatura no ato da leitura do consumo nos relógios medidores e entregá-la diretamente aos clientes. Uma das principais vantagens dessa nova metodologia é permitir que o consumidor assista à operação de faturamento.

Os funcionários das empresas distribuidoras estão fazendo visitas regulares e periódicas às áreas em que haja consumidores inadimplentes. Isto facilita às empresas o conhecimento sobre a realidade desses clientes, permitindo oferecer alternativas de regularização. Paralelamente a essas visitas, estão sendo efetuados os cadastros de unidades consumidoras para regularização da situação de desvio de energia, com a distribuição de cartilhas de economia de energia elétrica. Este cadastro, entre outras vantagens, permite uma avaliação dos clientes que podem vir a obter desconto tarifário da subclasse residencial baixa renda.

Os consumidores que acessam os sites das empresas têm à disposição uma cartilha virtual que facilita pesquisas e consultas, dispensando o atendimento por telefone, na maioria dos casos.

Para os consumidores de energia em média e alta tensão, abrimos um canal exclusivo de relacionamento, através de um telefone gratuito que fornece informações com mais agilidade sobre suspensão de fornecimento, interrupção programada ou emergencial, entre outras.

Tudo isso foi feito para confirmar o compromisso das distribuidoras de energia em garantir bom atendimento aos seus mais de 3 milhões clientes do Norte e do Nordeste do Brasil.

### **2.5.7. Crescimento de mercado**

A seguir, é apresentada uma tabela com o crescimento do mercado em 2008 de cada uma das empresas:

Consumo de Energia Elétrica – GWh				
	2007	2008	Crescimento (%)	Participação (%)
<b>Brasil</b>	<b>378.362</b>	<b>392.764</b>	<b>3,8</b>	<b>100</b>
CEAL	2.124	2.246	5,7	0,6
CEPISA	1.740	1.831	5,3	0,5
CERON	1.627	1.743	7,1	0,4
Eletroacre	540	581	7,6	0,1
MESA Interior	570	626	9,9	0,2
MESA Capital	3.563	3.727	4,6	0,9
Boa Vista Energia	378	403	6,5	0,1
<b>Total - Distribuidoras</b>	<b>10.542</b>	<b>11.157</b>	<b>5,8</b>	<b>2,8</b>

Fontes: EPE/MME e DEND/DEN/DE

Verifica-se que, apesar das pequenas participações que cada uma das EDE's apresenta no mercado nacional de energia, todas apresentaram crescimento maior que o crescimento nacional, no mesmo período, com destaque para o crescimento da MESA no interior do Estado do Amazonas (quase três vezes superior ao nacional), o que demonstra a tendência de cada uma delas de expandir sua participação nacional no mercado de energia elétrica.

## 2.5.8. EBITDA

R\$ - mil						
	Boa Vista Energia	Ceal	Cepisa	Ceron	Eletroacre	Manaus Energia
<b>2008</b>	-38.160	133.369	67.114	27.774	22.911	505.909

## 2.5.9. Receita Operacional Líquida

R\$ - mil						
	Boa Vista Energia	Ceal	Cepisa	Ceron	Eletroacre	Manaus Energia
<b>2007</b>	108.652	536.704	472.245	444.388	152.546	810.290
<b>2008</b>	113.244	637.315	548.813	494.802	154.402	991.488

## 2.5.10. Evolução do Lucro Líquido / Prejuízo

R\$ - mil						
	Boa Vista Energia	Ceal	Cepisa	Ceron	Eletroacre	Manaus Energia
<b>2007</b>	-8.892	-22.704	-81.197	-54.362	4.093	-601.706
<b>2008</b>	-36.637	39.487	-98.736	-50.158	152	198.845

## 2.6. Gestão de Fundos Setoriais

### 2.6.1. Reserva Global de Reversão – RGR

Na condição de gestora dos recursos oriundos da RGR, conforme legislação em vigor, a Eletrobrás aplicou no exercício financeiro de 2008, o montante de R\$ 914 milhões. A movimentação referente aos ingressos e às aplicações desses recursos, ocorrida durante o ano de 2008 está apresentada no quadro a seguir:

**Ingressos e aplicações em 2008:**

Movimentação	Em R\$ milhões
<b>Ingressos:</b>	<b>2.816</b>
Arrecadação de quotas	1.436
Outros	1.380
<b>Aplicações:</b>	<b>1.719</b>
Financiamentos	915
Outras	804

Região	Financiamento Liberado - R\$ milhões	%
Norte	92	10,1
Nordeste	212	23,1
Centro-Oeste	119	13,0
Sul	224	24,5
Sudeste	268	29,3
<b>TOTAL</b>	<b>915</b>	<b>100,0</b>

**Linhas de crédito:**

Programa	Liberações – R\$ milhões	%
Luz Para Todos	514	56,2
Reluz/Conservação	27	2,9
Geração	91	9,9
Transmissão	167	18,3
Distribuição	79	8,6
Revitalização de Parques Térmicos	2	0,3
Outros	35	3,8
<b>TOTAL</b>	<b>915</b>	<b>100,0</b>

**2.6.2. Utilização do Bem Público – UBP**

De acordo com a lei nº 9648, de 27.05.1998, em caso de alteração do regime de gerador hídrico de energia elétrica, de serviço público para produção independente, a nova concessão será outorgada a título oneroso, devendo o concessionário pagar pelo uso de bem público, pelo prazo de cinco anos, a contar da assinatura do respectivo contrato de concessão, valor correspondente até 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) da receita anual que auferir.

A ANEEL calcula e divulga, com relação a cada produtor independente de que trata este artigo, o valor anual pelo uso de bem público.

De acordo ainda com a referida lei, os produtores independentes de que trata este artigo devem depositar, mensalmente, até o dia quinze do mês seguinte ao de competência, em agência do Banco do Brasil S/A, as parcelas duodecimais do valor anual devido pelo uso do bem público na conta corrente da Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS - Uso de Bem Público - UBP. Com o advento da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, criada pela lei nº 10.438, de 26/04/2002, a partir de 29.04.2002, os valores creditados na referida conta corrente UBP foram transferidos para a conta corrente CDE.

A partir de janeiro de 2003 os recolhimentos mensais a título de Uso de Bem Público (UPB) passaram a ingressar na conta corrente CDE.

A conta corrente UBP encontra-se sem movimentação com saldo zerado, e na aplicação um saldo de R\$ 260.426.432,93, em 31/12/2008.

### 2.6.3. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A CDE, criada pela Lei nº 10.438, de 2002, com o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados e promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, movimentará recursos provenientes de:

- I - pagamentos anuais realizados a título de Uso de Bem Público - UBP;
- II - pagamentos de multas aplicadas pela ANEEL; e
- III - pagamentos de quotas anuais por parte de todos os agentes que comercializem energia elétrica com o consumidor final.

Para compensar as concessionárias de energia elétrica pela redução de receitas oriundas do atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda, foi criada a subvenção econômica, a princípio com recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), e depois, em 2004, da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Em 2008, foi liberado, a título dessa fonte de recursos R\$ 2.866 milhões, sendo R\$ 1.661 milhão para Baixa Renda, atendendo a diversas concessionárias de distribuição de energia elétrica e R\$ 1.206 milhão para o Programa Luz Para Todos, conforme movimentação apresentada a seguir:

#### Ingressos e Aplicações em 2008:

Movimentação	Em R\$ milhões
<b>Ingressos: CDE+UBP+Multas Aneel:</b>	<b>3.532</b>
Arrecadação de quotas	2.583
Outros	949
<b>Aplicações:</b>	<b>3.546</b>
Subvenção Luz Para Todos	1.205
Subvenção Baixa Renda	1.661
Outras	680

### 2.6.4. Conta de Consumo de Combustível – CCC - Sistemas Isolados

A Conta de Consumo de Combustíveis dos Sistemas Isolados (CCC-Isol) é um Fundo Setorial gerido pela Eletrobrás que visa à cobertura de parte das despesas com aquisição de combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica nas termelétricas que não estão integradas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), localizadas na grande maioria na região norte do país.

Em 2008, algumas medidas foram implementadas pela ELETROBRÁS visando a melhoria da gestão da CCC dos Sistemas Isolados, dentre as quais se destacam: o aperfeiçoamento na utilização do Acompanhamento do Estoque de Combustíveis – AEC de forma a otimizar os controles sobre a movimentação física de combustíveis nas usinas térmicas dos Sistemas Isolados; o aprimoramento da sistemática de elaboração do Programa Mensal de Operação – PMO dos Sistemas Isolados, com a inclusão de uma série de controles que contribuem para preservar a integridade do processo de planejamento e acompanhamento da operação nos Sistemas Isolados. Adicionalmente, cabe destacar que iniciou-se o desenvolvimento de um sistema de informação, com a participação da área de informática da ELETROBRÁS, visando criar em ambiente institucional os procedimentos citados, em busca de aumentar a confiabilidade e integrar as rotinas de tais procedimentos.

Faz parte do escopo da cobertura do Fundo, também, os pagamentos para os empreendedores que obtiveram a sub-rogação dos benefícios da CCC-Isol, cobertura essa que, segundo regra específica, cobre parte dos custos empreendidos em ações que visam a economicidade atual ou futura da referida conta, bem como a substituição de derivados de petróleo por outras fontes de

geração de energia elétrica.

A cobertura dos custos se dá por meio de reembolso das despesas, sendo a receita que suporta a referida cobertura é oriunda dos recolhimentos mensais efetivados pelas empresas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica de todo o país. No ano de 2008 no Plano Anual de Combustíveis foi prevista uma quota anual de R\$ 3.531 bilhões referentes aos custos com óleos combustíveis mais R\$ 145 milhões referentes ao ICMS, a esse total, foram adicionados o custo previsto dos empreendimentos sub-rogados à CCC, no valor de R\$ 155 milhões, desse montante foi deduzido o valor do saldo positivo em conta referente ao ano anterior, da ordem de R\$ 35 milhões, totalizando uma estimativa para 2008 de R\$ 3.796 bilhões.

A geração indicada pelo GTON para ser atendida em 2008, foi da ordem de 9.723.764 MWh, com o consumo de 730 mil toneladas de óleo combustível, 225 mil toneladas de óleo PGE, 826 milhões de litros de óleo diesel e 854 milhões de litros de óleo leve PTE.

### **2.6.5. Bens da União sob Administração da Eletrobrás – BUSA**

Por meio do Decreto nº. 1384/74 o governo federal indicou a ELETROBRÁS como gestora dos Bens da União sob Administração – BUSA.

BUSA são todos os bens e instalações encampados e desapropriados com recursos da RGR, ficando os mesmos integrados à mesma conta, como patrimônio da União em regime especial de utilização no serviço público, sob administração da ELETROBRÁS.

Com o advento da Lei nº. 11.651/2008 a ELETROBRÁS trilha um novo caminho. Esse novo caminho passa por uma gestão mais eficiente dos bens supra citados.

Para tal fim foi criada a Assessoria de Gestão dos Bens da União sob Administração – PRU, ligada diretamente a esta presidência da ELETROBRÁS. Ela é o canal de comunicação entre a ELETROBRÁS com os agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com os bens BUSA. Através dela amplia-se a transparência necessária sobre como é realizada esta administração, bem como estabelece-se diretrizes para o cumprimento precípua desse tipo de bens, em atendimento as necessidades do Setor Elétrico Nacional.

Em 19/11/2008 nos escritórios da ELETROBRÁS em Brasília foram cedidos para uso gratuito 8 imóveis cuja a destinação será para objetivos nobres. Estes imóveis estão localizados no Estado de Minas Gerais:

<b>Municípios</b>	<b>Finalidade</b>
Alpinópolis	Instalação de APAE
Gouveia	Instalação de APAE
Nova Resende	Dois Postos de Saúde Familiar
Juruaia	Horta Comunitária com agregação de escola ambiental
Conceição da Aparecida	Posto de Saúde Familiar
Guaranésia	Creche Municipal
Guaranésia	Centro de Atividade da 3ª idade

Para atingirmos essa etapa, seguindo o que determina Decreto-Lei, obtivemos a anuência da ANEEL na interpretação que tais bens eram não utilizados para o serviço público de energia elétrica, bem como total apoio da Secretaria do Patrimônio da União – SPU do MPOG.

### **2.6.6. Fundo Federal de Eletrificação (em extinção)**

O Fundo Federal de Eletrificação, foi criado em 31 de agosto de 1954, através da Lei 2.308 e tinha como objetivo prover e financiar instalações de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, assim como o desenvolvimento da indústria de material elétrico.

Os saques efetuados pela Eletrobrás ao Fundo são corrigidos pela taxa SELIC e, conforme determina o art. 10 da Lei nº 5.073/66, estão registrados em conta patrimonial de adiantamento para futuro aumento de capital.

Os saques efetuados ao Fundo montam em R\$ 169.119.060,27, em 31 de dezembro de 2008, não tendo ocorrido novos saques no decorrer do exercício.

### **3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos**

Não aplicável

### **4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

Não aplicável

## 5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Tipo*	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)			Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado (R\$)	Valor total recebido ou transferido no exercício (R\$)	Contrapartida (R\$)	Beneficiário (Razão social e CNPJ)		Situação da avença (alcance de objetivos)
		nº processo	vigência (meses)	data assinatura						Razão social	CNPJ	
Convênio	-	ECV 002/04	60	30/04/04	Conjugação de esforços visando ampliar as ações de suporte técnico à implantação e à aplicação da Lei de Eficiência Energética		784.000,00	-	196.000,00	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO	00.662.270/001-68	Aguardando regularização das Prestações de Contas 4 e 5
Convênio	-	ECV 074/05	48	01/11/05	Revisão dos planos das disciplinas de graduação em Engenharia Elétrica para introduzir conteúdos relacionados à eficiência energética e qualidade de energia; reestruturação de laboratórios de ensino do Departamento de Engenharia Elétrica da UFCG		717.464,52	-	273.096,72	Universidade Federal de Campina Grande/ Fundação Parque Tecnológico da Paraíba	09.261.843/001-16	Em andamento
Convênio	-	ECV 075/05	48	16/11/05	Modernização do laboratório de energia solar, aquisição dos meios materiais para efetuar trabalhos de testes de desempenho e certificação de coletores solares comercializados no mercado nacional em acordo com as exigências		922.538,62	-	228.187,00	Universidade Federal da Paraíba / Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão	09.185.398/001-52	Prestação de Contas parcial pendente
Convênio	-	ECV 152/05	36	30/12/05	Realização do curso PROCEL nas Escolas, com a metodologia "A Natureza da Paisagem: Energia - Recurso da Vida", em 50 municípios dos Estados: Rio de		4.145.000,00	-	1.198.500,00	FURNAS	23.274.194/001-19	Vencido – Prestação de Contas final em análise

					Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo e Distrito Federal, contemplando 10 escolas, no mínimo							
Convênio	-	ECV 159/06	48	10/04/06	Revisão do modelo pedagógico adequando-os às necessidades de ensino das práticas de conservação de energia e as novas diretrizes do Ministério da Educação e Cultura - MEC; a expansão do modelo pedagógico para as demais unidades do CEFET/BA		3.364.217,94	-	838.500,00	Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - CEFET/BA	15.255.367/001-23	Prestação de Contas parcial em análise
Convênio	-	ECV 174/06	48	12/06/06	Implantar um Centro de Excelência em Eficiência Energética da Amazônia - CEAMAZON, na UFPA, mediante a implementação de uma infra-estrutura que propiciará a melhoria nas instalações existentes e a aquisição de equipamentos para a capacitação dos laboratórios		4.082.100,39	409.345,40	1.045.000,00	Universidade Federal do Pará / Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisa	05.572.870/001-59	Aguardando regularização das Prestações de Contas 3 e 4
Convênio	-	ECV 184/06	36	09/10/06	Avaliar a situação real das instalações de aquecimento solar no Brasil para finalidade banho piscina, no setor residencial (uni e multifamiliares), setor de serviços (hotéis, motéis, escolas) e setor industrial	17/10/2006	1.072.277,00	-	160.000,00	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais / Sociedade Mineira de Cultura	17.178.195/001-67	Em andamento
Convênio	-	ECV 185/06	24	12/06/06	Capacitar profissionais envolvidos com a questão energética, alunos do ensino médio profissionalizante e proprietários rurais na área de energia elétrica e		1.359.974,96	-	272.538,94	Fundação Educacional de Ensino de Técnicas Agrícolas, Veterinárias e de Turismo Rural –	04.025.536/001-12	Vencido - Processo de encerramento em andamento



					meio ambiente, no Núcleo Integrado de Capacitação Técnica					Fundação ROGE		
Convênio	-	ECV 193/06	36	15/08/06	Avaliar os pontos de iluminação pública atingidos pelos projetos do ReLuz	18/8/2006	1.242.063,00	58.000,00	248.413,00	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	88.630.413/0002-81	Aguardando regularização da Prestação de Contas 3
Convênio	-	ECV 199/06	36	18/10/06	Capacitar professores da Educação Básica da Rede Pública, nos Estados de Rondônia, Acre, Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso, com o intuito de formar uma consciência conservacionista em seus alunos, bem como proporcionar aos alunos de Ensino Fundamental	1/11/2006	1.615.732,50	579.412,50	468.170,00	ELETRONORTE	00.357.038/0001-16	Aguardando Prestação de Contas 3
Convênio	-	ECV 201/06	30	17/10/06	Capacitação do laboratório de eficiência energética da UFJF (LEENER); apoio e promoção de eventos de divulgação de trabalhos de eficiência energética; realização de atividades de combate ao desperdício de energia com a participação interativa da comunidade	23/10/2006	831.450,00	252.680,00	191.500,00	Universidade Federal de Juiz de Fora / Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão	00.703.697/0001-67	Aguardando regularização da Prestação de Contas 4
Convênio	-	ECV 229/06	24	18/01/07	Desenvolvimento tecnológico de tiras de sujidade padrão utilizadas para realizar ensaios de desempenho em lavadoras de roupas, no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem - PBE e para a concessão do Selo PROCEL.	23/1/2007	1.826.325,62	-	913.162,81	MHC Technology & Consumer Trends Ltda.	03.571.563/0001-28	Vencido - Aguardando encerramento da Prestações de Contas final

Convênio	-	ECV 240/07	60	25/09/07	Implantação da Casa Genial nas instalações do Museu de Ciências e Tecnologia da PUC/RS, em Porto Alegre, com a finalidade de demonstrar ao público que visita o museu o uso eficiente da energia em uma residência através da utilização de equipamentos eficientes	3/10/2007	506.568,00	-	284.200,00	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	88.630.413/002-81	Aguardando regularização da Prestação de Contas 2
Convênio	-	ECV 241/07	14	21/11/07	Disseminação de informação voltada à conservação de energia, dentro do contexto da preservação ambiental, conjugada à estruturação de um centro de capacitação tecnológica em informática, destinado a oferecer cursos à comunidade carente	23/11/2007	440.229,40	118.300,00	82.919,40	Instituto Natural de Preservação da Amazônia - INPA	08.055.552/001-09	Prestação de Contas 3 em análise
Convênio	-	ECV 254/07	24	26/12/07	Implantação de três disciplinas teóricas ; a implantação de uma disciplina prática denominada Laboratório de Princípios de Conservação de Energia Elétrica e Conforto Ambiental; a implantaçã de laboratórios de Conservação de Energia Elétrica e Conforto Ambiental	28/12/2007	1.717.127,85	403.534,04	489.155,61	Universidade Estadual da Paraíba / Fundação Parque Tecnológico da Paraíba	09.261.843/001-16	Em andamento
Convênio	-	ECV 274/08	36	11/09/08	Agregar estatísticas quanto ao uso final da energia elétrica no setor agrícola. Posteriormente, será elaborado o "Manual de Conservação de Energia no Meio Rural" para disseminação de informações sobre eficiência de energia,	16/9/2008	910.708,00	360.852,00	200.000,00	Fundação Educacional de Ensino de Técnicas Agrícolas, Veterinárias e de Turismo Rural – Fundação ROGE	04.025.536/001-12	Em andamento

					despertando a conscientização							
Convênio	-	ECV 275/08	36	11/09/08	Levantamento e análise de informações do sistema de abastecimento de água, realização do diagnóstico hidro-energético do sistema (medição e análise), elaboração de programa de gestão do sistema de abastecimento de água e realização de um curso básico	17/9/2008	875.946,72	400.457,24	146.400,00	Universidade Federal de Itajubá- UNIFEI	21.040.001/0001-30	Emendamento
Convênio	-	ECV 276/08	48	11/09/08	Complementar a infraestrutura do laboratório didático pedagógico em eficiência energética do EXCEN, capacitar tecnicamente e certificar profissionais na temática eficiência energética, desenvolver pesquisas e estudos para atualização da metodologia	22/9/2008	1.861.378,00	498.851,00	199.296,00	Universidade Federal de Itajubá- UNIFEI	21.040.001/0001-30	Emendamento
Convênio	-	ECV 271/08	24	20/8/2008	Desenvolver e manter atualizadas as metodologias para classificação do nível de eficiência energética de edificações residenciais, comerciais, de serviços e públicas; apoio nas Comissões Técnicas instituídas pelo Inmetro para desenvolvimento dos Relatórios de Avaliação da Conformidade das Edificações Comerciais,	29/8/2008	1.309.875,00	684.705,00	550.055,00	Universidade Federal de Santa Catarina/ Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina	83.899.526/0001-82/ 82.895.327/0001-33	Emendamento

					de Serviços e Públicas, bem como das Edificações Residenciais; apoio no GT Edificações, do MME; promover seminário Internacional sobre simulação energética de edificações; e preparar profissionais na aplicação e disseminação das metodologias desenvolvidas.							
Convênio	-	ECV-280/08	36	2/12/2008	Testar e aplicar a Regulamentação para Eficiência Energética em Edificações, desenvolver metodologia para implantação de unidades de demonstração em conforto ambiental e eficiência energética, implantar um projeto de demonstração em eficiência energética e instrumentação e capacitação da equipe de professores e alunos do Laboratório de Conservação de Energia e Conforto Ambiental – LabCECA/UFF.	5/12/2008	1.675.349,93	217.921,40	2.258.641,20	Universidade Federal Fluminense/Fundação Euclides da Cunha	28.523.215/001-06/03.438.229/001-09	Em andamento
Contrato	-	ECE-421/08	30	19/12/2008	Prestação de serviços técnicos especializados e de consultoria para elaboração e implantação de um Plano de Desenvolvimento Institucional do PROCEL EPP.	5/1/2009	1.097.000,00	-	-	Fundação COGE	02.911.903/001-50	Em andamento

Convênio	-	ECV-083A/08	24+24	23/1/2008	Tornar eficiente, quanto ao uso da energia elétrica, os sistemas de iluminação, climatização e motores elétricos da FUNDHACRE, bem como a conscientização dos funcionários desse hospital nos conceitos e fundamentos de Eficiência Energética, descarte dos materiais retirados e divulgação dos resultados do projeto implementado.	22/4/2008	276.123,00	130.000,00	69.030,00	Eletronorte/ Fundação Hospitalar do Acre	00.357.038/0 086-05/ 63.602.940/0 001-70	Em andamento
Convênio	-	ECV-183A/08	24+36		Tornar eficiente, quanto ao uso da energia elétrica, o sistema de iluminação e climatização do Hospital Universitário da UFSC, bem como a conscientização dos funcionários desse hospital nos conceitos e fundamentos de Eficiência Energética, descarte dos materiais retirados, divulgação dos resultados do projeto implementado.		530.805,07	280.000,00	132.701,27	Eletrosul/ UFSC	00.073.957/0 001-68/ 83.899.526/0 001-82	Em andamento
Convênio	-	ECV - 224/06	36	29/12/2006	Revitalização e ampliação do Laboratório de Eficiência Energética - LEENER através da aquisição de equipamentos mais modernos, novos materiais educativos e a criação de um ambiente específico para estudos em eficiência energética de sistemas motrizes.	5/1/2007	1.316.696,08	112.933,80	119.664,64	UFJF/ Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão da UFJF - FADEPE	21.195.755/0 001-69/ 00.703.697/0 001-67	Em andamento

Convênio	-	ECV-033A/06	36+12	12/12/2006	Promover o desenvolvimento da Vertente Educação do Plano de Ação do Procel Edifica, por meio dos seguintes Trabalhos: Coordenação Técnica desta Vertente; estabelecer um padrão de capacitação laboratorial em conforto ambiental e eficiência energética em faculdades de engenharia e arquitetura; diagnóstico sobre a carência em linhas de pesquisa e publicações didáticas em EEE; criação de curso de aperfeiçoamento e de ciclo de palestras em EEE para professores de projeto em arquitetura; e da elaboração de material didático.		686.380,00	53.275,50	172.560,00	Universidade Federal de Alagoas - UFAL/ Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa - Fundepes	24.464.108/001-48/12.449.880/001-67	Aguardando Prestação de Contas Final
Convênio	-	ECV-044A/08	30+14+12	29/8/2008	Termo Aditivo de prazo para conclusão de trabalho de elaboração de Cadernos de Boas Práticas em Arquitetura - Eficiência Energética nas Edificações, visando à disseminação dos conceitos de Arquitetura Eficiente para estudantes e profissionais de Arquitetura, Engenharia e áreas afins.	19/12/2008	397.730,00	-	45.100,00	IAB/RJ - Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento do Rio de Janeiro.	33.818.600/001-10	Em andamento

Convênio	-	ECV-162/06	24	Tornar eficiente quanto ao uso da energia elétrica os sistemas de iluminação e climatização dos seguintes prédios: CEON – Centro de Oncologia, CIAP – Centro de Anatomia Patológica, Emergência, Isolamento Adulto, PAF – Pavilhão Antônio Figueira, PAM – Pavilhão Amauri de Medeiros, PCC – Pavilhão Carlos Chagas, PJC – Pavilhão Joaquim Cavalcanti, PJM – Pavilhão Júlio de Melo e PJR – Pavilhão José de Ribamar; partes integrantes do Hospital Universitário Oswaldo Cruz – HUOC, bem como, a conscientização dos seus empregados e servidores terceirizados, nos conceitos e fundamentos de Eficiência Energética, e ainda, a divulgação das ações e dos resultados obtidos com a implementação deste Termo, através da elaboração de documentação específica.	21/8/2006	397.017,16	91.578,68	91.578,68	CHESF/Fundação Universidade de Pernambuco – UPE	33.541.368/001-16/11.022.597/0013-25	Aguardando Prestação de Contas Final
----------	---	------------	----	---	-----------	------------	-----------	-----------	---	--------------------------------------	--------------------------------------

Convênio	-	ECV-233/07	18	8/2/2007	Tornar eficiente, quanto ao uso da energia elétrica, os seguintes sistemas: Iluminação de ambientes interiores e climatização da Catedral de São Sebastião do Rio de Janeiro, bem como, conscientização dos funcionários e servidores nos conceitos e fundamentos de Eficiência Energética, descarte dos equipamentos e materiais, divulgação dos resultados do projeto.	13/2/2007	521.495,00	-	133.507,00	Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro	33.593.575/0001-14	Aguardando Prestação de Contas Final
Convênio	-	ECV-060A/07	36	25/7/2007	Tornar eficiente, quanto ao uso da energia elétrica, os seguintes sistemas: Iluminação de ambientes interiores e climatização, bem como, conscientização dos funcionários e servidores nos conceitos e fundamentos de Eficiência Energética, descarte dos equipamentos e materiais, divulgação dos resultados do projeto.	28/8/2007	580.000,00	-	145.000,00	UFMG / FUNDEP	17.217.985/0001-04 / 18.720.938/0001-41	Aguardando Prestação de Contas Final
Convênio	-	ECV-202/06	24	3/1/2007	Tornar eficiente, quanto ao uso da energia elétrica, os seguintes sistemas: Iluminação de ambientes interiores e climatização, bem como, conscientização dos funcionários e servidores nos conceitos e fundamentos de Eficiência Energética, descarte dos equipamentos e materiais, divulgação dos	29/1/2007	886.457,33	-	221.614,33	BASE NAVAL DO RJ	00394502/0105-30	Aguardando Prestação de Contas Final



					resultados do projeto.							
Convênio		ECV-186/2006 e ECV-186-B/2007	38901	23 meses	Desenvolver programas de informação e capacitação energética, ambiental e de conhecimento de aspectos sociais e técnicos.	16/1/2008	711.087,34	327.420,20	A contrapartida constituía o gasto excedente do convênio, que totalizou R\$ 8.928,34.	ANAB - Associação Nacional dos Atingidos por Barragens	73.316.457/001-83	
Convênio		ECV-235/2007	39119	48 meses	Dar apoio financeiro à Oficina Social, uma das responsáveis pelo funcionamento do COEP.	26/2/2007	473.200,00	88.200,00	120.400,00	COPPETEC	72.060.999/001-75	
Convênio		ECV-239/2007 e ECV-239-B/2008	39213	17 meses	Fabricação de 200 móveis para bibliotecas denominadas Arca das Letras.	5/9/2007	81.381,50	25.160,00	20.652,00	Prefeitura Municipal de João Pessoa	08.806.721/001-03	
Convênio		ECV-242/2007	39315	8 meses	Realização de um programa com 50 jovens do Ensino Médio do Colégio Estadual Souza Aguiar.	23/8/2007	240.929,77	68.470,00	37.400,00	Associação Viva Brasil	04.461.155/001-86	
Convênio		ECV-262/2008	39510	12 meses	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida para o pleno desenvolvimento psicológico e social de crianças e adolescentes carentes.	14/3/2008	263.965,41	126.860,58	73.674,54	Prefeitura Municipal de Iguaba Grande	01.615.882/001-62	A prestação de contas da 2ª parcela ainda não foi aprovada. Portanto, não foi realizada a liberação da 3ª parcela.
Convênio		ECV-263/2008	39511	12 meses	Contribuir para o crescimento e desenvolvimento sócio-econômico-cultural de crianças e adolescentes em situação de risco.	25/3/2008	155.435,12	73.425,60	63.653,12	CENEP - Centro de Educação Popular	12.917.233/001-32	Projeto encerrado Aguardando prestação de contas final.

Convênio		ECV-226/2006 e ECV-226-A/2007	39080	14 meses	Prevenir gestações precoces em adolescentes residentes nas comunidades assistidas, além de apoiar as já gestantes e evitar tantos efeitos adversos na saúde materna ou da criança, bem como a perpetuação da situação de violência e pobreza a que estão vitimadas.	17/1/2007	292.528,40	24.522,75	62.210,00	CAPL - Centro de Atendimento Popular da Leopoldina	06.248.775/001-67	
Convênio		ECV-268/2008	39625	18 meses	Prevenir gestações precoces em adolescentes residentes nas comunidades assistidas, além de apoiar as já gestantes e evitar tantos efeitos adversos na saúde materna ou da criança, bem como a perpetuação da situação de violência e pobreza a que estão vitimadas.	10/7/2008	336.198,86	139.999,78	56.199,96	CAPL - Centro de Atendimento Popular da Leopoldina	06.248.775/001-67	
Convênio		ECV-269/2008	39645	12 meses	Garantir o atendimento à crianças, adolescentes e famílias em situação de violência sexual.	18/7/2008	383.150,00	215.900,00	103.200,00	Movimento de Mulheres em São Gonçalo	39.259.098/001-31	
Convênio		ECV-282/2008	39744	15 meses	Dar continuidade às suas atividades regulares através do oferecimento dos cursos básicos e avançados de linguagem audiovisual.	6/11/2008	451.053,84	119.321,92	212.410,00	Cinema Nosso	06.085.782/001-95	
Contrato		ECP-117/2008	39729	12 meses	Aprofundar o compromisso das organizações e das pessoas com a transformação da situação de pobreza em comunidade carente.	10/10/2008	150.000,00	75.000,00		Instituto COEP	07.387.415/001-09	

Contrato	ECP-094/2008	39689	3 meses	Projeto de continuidade das Orquestras Sinfônicas Infantis e Juvenis da Sociedade de Campos. Este projeto busca, de maneira lúdica e prazerosa, impulsionar os jovens e as crianças ao treinamento da socialização, utilizando a música e a prática sinfônica como ferramentas de trabalho para a inclusão social.	4/9/2008	300.000,00	300.000,00		Sociedade Artística Villa Lobos	31.168.644/0001-17	
Convênio	ECV-272/2008	39667	10 meses	Tem como objetivo atender crianças com câncer oferecendo tratamento completo no Hospital Aristides Maltez adequadamente aparelhado - Redução da mortalidade infantil.	12/8/2008	175.700,00	102.050,00	24.750,00	Liga Baiana contra o Câncer Mantenedora do Hospital Aristides Maltez	15.180.961/0001-00	
Convênio	ECV-278/2008	39717	17 meses	Reposição de equipamentos médico-hospitalares nas unidades de tratamento intensivo neo-natal e pediátrico do Hospital São Lucas com a finalidade de garantir o cumprimento das ações em alta complexidade em neurologia e cardiologia.	1/10/2008	25.706.200,00	697.200,00	24.750.000,00	União Brasileira de Educação e Assistência - Hospital São Lucas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	88.630.413/0007-96	
Convênio	ECV-195/2006 e ECV-195-A/2007	39042	15 meses	Promover o desenvolvimento sustentável dos territórios quilombolas no município de Itapecuru-Mirim, no Maranhão, gerando ocupação e renda para as famílias, por meio da implementação de melhorias nos processos de industrialização e comercialização da mandioca e do arroz	1/12/2006	658.200,00		355.650,00	ACONERUQ-MA - Associação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas do Maranhão	02.786.414/0001-13	

					produzidos no local.							
Convênio		ECV-217/2006 e ECV-217-A/2007	39080	20 meses	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades quilombolas de Senhor do Bonfim - BA.	6/2/2007	337.363,00	50.000,00	Equivale à contrapartida as despesas que excederem ao acordado pelo convênio.	Associação Agropastoril Quilombola de Tijuacú	04.663.966/001-60	Projeto com execução paralisada. Prestação de contas não aprovada.
Convênio		ECV-219/2006 e ECV-219-B/2008	39080	20 meses	Visa o desenvolvimento sustentável dos territórios quilombolas de Chapada do Norte e Minas Novas no Vale do Jequitinhonha - MG.	5/2/2007	426.648,80	33.582,40	54.456,80	FCRCN - Fundação Centro de Referência da Cultura Negra	03.599.337/001-55	Projeto finalizado. Conferência da prestação de contas final pela Eletrobrás.
Convênio		ECV-255/2007	39457	8 meses	Instalação de uma agroindústria leiteira, para comercialização de leite resfriado, queijo doce e doce de leite, com a finalidade de beneficiar parte da produção de leite, gerando novos empregos locais e melhoria na qualidade de vida dos agricultores e familiares.	7/2/2008	66.166,44	46.466,44	19.700,00	Associação de Agricultores e Familiares do Vale do Rio Bonito	07.940.023/001-25	
Convênio		ECV-259/2008	39493	12 meses	Capacitar cem mulhetes afrobrasileiras, jovens e adultas, com idade de 18 a 45 anos, em condições de vulnerabilidade social, qualificando-as para o trabalho básico na área da construção civil.	20/2/2008	243.492,07	196.355,26	36.800,00	FIB - Federação de Instituições Beneficentes	42.181.172/001-59	Projeto finalizado. Conferência da prestação de contas final pela Eletrobrás.
Convênio		ECV-261/2008	39561	6 meses	Implantação de agroindústria que beneficiará a mandioca para fabricação e comercialização de farinha.	16/5/2008	61.433,00	44.783,00	16.650,00	Associação de Pequenos Produtores Rurais da Agrovila Santana do Taquaral	02.919.968/001-41	

Convênio		ECV-264/2008	39562	12 meses	Implantação do Centro Calon de Desenvolvimento Integral - CCDI para as comunidades ciganas do município de Sousa - PB.	29/4/2008	273.580,59	166.018,71	36.411,00	GAJUC-PB - Gabinete de Assessoria Jurídica e Cidadã em Políticas Públicas Associativas de Patos e Região	05.555.408/001-43	
Convênio		ECV-265/2008	39609	10 meses	Implantação de unidade de beneficiamento para fabricação de farinha de mesa e extração de fécula, possibilitando a geração de renda na comunidade local.	11/7/2008	96.433,75	6.138,84	17.900,00	ADESC - Associação de Desenvolvimento Econômico, Social e Comunitário do Almeida	70.097.910/001-10	
Convênio		ECV-270/2008	39665	12 meses	Busca introduzir e validar, em áreas urbanas e rurais, tecnologias que propiciem a implantação de quintais orgânicos de frutas, com propriedades nutricionais e medicinais, de forma a contribuir com a diminuição da fome e melhorar a qualidade de vida da população.	8/8/2008	730.000,00	200.000,00	CGTEE: 350.000,00 / EMBRAPA: 180.000,00	EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e FAPEG - Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário Edmundo Gastal	03.438.169/001-16	

## 6. Previdência Complementar Patrocinada

### a) Identificação da Entidade

**Nome / Razão Social:** Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS  
**CNPJ:** 34.268.789/0001-88

### b) Demonstrativo Anual

#### I. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes

2008	Eletrobrás
Jan	6.810.379,66
Fev	6.357.233,59
Mar	5.942.891,33
Abr	6.021.970,25
Mai	6.131.170,33
Jun	6.966.268,44
Jul	6.856.381,88
Ago	6.566.138,52
Set	6.923.397,90
Out	6.982.078,47
Nov	7.434.253,25
Dez e 13ºSal	15.309.096,30
<b>Total</b>	<b>88.301.259,92</b>

#### II. Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes +

#### III. Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora +

#### IV. Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora +

#### Demonstrativo das Demonstrações Previdenciárias - 2008 (BD)

Mês	Contribuição Patrocinadora	Contribuição Participantes	Sobrecarga Patrocinadora	Sobrecarga Participantes	Joia	Total
	31.11.01.01/02	31.12.01.01.01/02	31.11.01.03/04	31.12.01.01.03/04	31.12.01.01.05	
Jan	429.458,26	432.329,03	12.883,75	12.994,12	1.001,59	888.666,75
Fev	391.894,10	390.042,00	11.756,91	11.701,26	581,64	805.975,91
Mar	341.053,00	339.300,69	10.231,59	10.179,02	11.123,07	711.887,37
Abr	335.231,89	338.901,95	10.056,95	10.166,55	453,00	694.810,34
Mai	349.842,50	345.207,19	10.495,28	10.356,23	546,99	716.448,19
Jun	438.758,54	351.911,13	13.162,76	10.557,32	458,45	814.848,20
Jul	294.247,47	297.193,21	8.827,43	8.915,79	682,31	609.866,21
Ago	272.340,73	272.340,73	8.170,22	8.170,22	564,61	561.586,51
Set	295.483,13	295.483,15	8.864,49	8.864,49	949,63	609.644,89
Out	296.777,53	296.777,53	8.903,32	8.903,32	1.253,02	612.614,72
Nov	321.310,52	321.310,52	9.639,32	9.639,32	588,74	662.488,42
Dez	338.862,98	347.231,05	10.165,88	10.417,43	1.111,77	707.789,11
<b>Total</b>	<b>4.105.260,65</b>	<b>4.028.028,18</b>	<b>123.157,90</b>	<b>120.865,07</b>	<b>19.314,82</b>	<b>8.396.626,62</b>

**Demonstrativo das Demonstrações Previdenciárias - 2008 (CD)**

Mês	Contribuição	Contribuição	Sobrecarga	Sobrecarga	Total
	Patrocinadora	Participantes	Patrocinadora	Participantes	
	31.11.01.01/02	31.12.01.01.01/02	31.11.01.03/04	31.12.01.01.03/04	
Jan	444.771,68	458.012,71	13.368,15	13.740,39	929.892,93
Fev	404.499,36	411.574,49	12.134,98	12.347,24	840.556,07
Mar	374.155,60	379.468,30	11.224,67	11.384,06	776.232,63
Abr	388.786,80	393.514,23	11.663,60	11.805,43	805.770,06
Mai	396.430,65	405.105,46	11.892,92	12.153,16	825.582,19
Jun	485.887,45	582.054,64	14.576,62	17.461,64	1.099.980,35
Jul	540.113,02	547.073,94	16.203,38	16.411,94	1.119.802,28
Ago	502.353,32	508.197,87	15.070,60	15.245,93	1.040.867,72
Set	534.935,31	540.796,17	16.048,06	16.223,88	1.108.003,42
Out	538.878,42	544.942,56	16.166,36	16.348,28	1.116.335,62
Nov	583.890,29	586.732,13	17.516,71	17.601,96	1.205.741,09
Dez	832.169,06	711.580,50	24.940,06	21.347,36	1.590.036,98
<b>Total</b>	<b>6.026.870,96</b>	<b>6.069.053,00</b>	<b>180.806,11</b>	<b>182.071,27</b>	<b>12.458.801,34</b>

**Demonstrativo dos Repasses Eletrobrás – 2008**

Mês	Convênio c/ INSS	Convênio c/ Eletros Saúde	Renda Mínima Global	Fatura Encontro de Contas	Total
	ECV-073/05	ECV-249-A/08	RES. DEE-879/89	RES. DEE-737/88 e 409/63	
Jan	65.000,00	131.973,79	275.764,37	30.925,48	503.663,64
Fev	65.000,00	131.973,79	299.754,04	28.427,48	525.155,31
Mar	65.000,00	131.973,79	230.593,62	33.069,94	460.637,35
Abr	65.000,00	131.973,79	238.601,28	40.559,78	476.134,85
Mai	65.000,00	131.973,79	249.425,04	43.574,23	489.973,06
Jun	65.000,00	131.973,79	263.053,98	43.604,22	503.631,99
Jul	65.000,00	131.973,79	278.600,15	43.681,69	519.255,63
Ago	65.000,00	131.973,79	290.681,85	43.610,64	531.266,28
Set	65.000,00	131.973,79	288.694,89	43.151,34	528.820,02
Out	65.000,00	131.973,79	292.341,71	31.927,83	521.243,33
Nov	65.000,00	141.550,86	300.376,42	28.348,00	535.275,28
Dez	65.000,00	141.550,86	606.670,32	54.260,88	867.482,06
<b>Total</b>	<b>780.000,00</b>	<b>1.602.839,62</b>	<b>3.614.557,67</b>	<b>465.141,51</b>	<b>6.462.538,80</b>

**V. Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições**

Na tabela anterior:

- Convênio c/INSS ECV-073/05 - A ELETROS na qualidade de interveniente executora, relativos ao processamento de benefícios previdenciários e acidentários concedidos aos seus empregados, aposentados e a seus respectivos dependentes beneficiários;
- Convênio c/ Eletros Saúde ECV-249-A/08 - A ELETROS visando a administração e supervisão de serviços relativos à assistência saúde prestada pela Eletrobrás aos seus empregados e dependentes;
- Renda Mínima Global - Resolução DEE - Eletrobrás 879/89 de 07/11/89 e MEMO PRG-146/91 de 19/12/91;
- Fatura Encontro de Contas - Resolução DEE - Eletrobrás 737/88 de 20/12/88 e RES.-409/93 de 05/11/93

**VI. Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal**

Conforme Relatórios de Carteira Diária (**arquivo ELETROS Carteira Diária 31-12-08.pdf**) e Relatório de Enquadramento de investimentos (**arquivo ELETROS Relat Enquadramento Investimentos.pdf**), são demonstrados os Ativos que compunham a carteira da Eletros em 31.12.2008, bem como o enquadramento legal dos mesmos, de acordo com o previsto no art. 9º., parágrafo 1º da Lei Complementar 109/01,

regulamentado através da Resolução CMN 3.456/2007, que revogou a Resolução CMN 3.121/2003. Esta Resolução dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar e estabelece limites máximos de aplicação em cada segmento permitido e vedações, já que o parágrafo 2º. do art. 9º. da LC 109/2001 vedou o estabelecimento de aplicações compulsórias ou limites mínimos de aplicação.

## **VII. Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar**

De acordo com o previsto no Anexo "E", Título IV, itens 18 e seguintes, da Resolução CGPC n.º 05/2002, alterada pela Resolução CGPC n.º 10/2002, e pela Resolução CGPC nº 23/2006, a entidade fechada de previdência complementar deve enviar à Secretaria de Previdência Complementar – SPC, na forma estabelecida, até o dia 30 de março do exercício subsequente, as Demonstrações Contábeis Consolidadas do exercício juntamente com os Pareceres para análise da SPC. Quanto à Manifestação da Secretaria da Previdência Complementar sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Eletros referente ao Exercício de 2007, conforme informado, até a presente data não foi expedida pela SPC.

## **VIII. Parecer da Auditoria independente**

Conforme **arquivo ELETROS Demonstrações Contábeis 2008 auditado.pdf**, são apresentadas as Demonstrações Contábeis da Eletros, referente ao Exercício findo em 2008, devidamente auditadas.

### **c) Limites fixados em lei para o repasse de recursos pela patrocinadora - informar quais providências estão sendo adotadas para adequação:**

Não se aplica à Eletros, devido a natureza jurídica da Entidade.

### **d) Listagem dos recursos humanos e patrimoniais cedidos pela patrocinadora à patrocinada destacando a comprovação da formalização da cessão**

Conforme **arquivo ELETROS Recursos cedidos pela patrocinadora a patrocinada.pdf**, são relacionados os documentos a seguir:

- Ata da 97ª reunião do Conselho Deliberativo da Eletros, de 29 de junho de 2007, referente a nomeação do Sr. Marco Aurélio Orrego da Costa e Silva para Presidente da Eletros;
- Carta PRE-093/2007, de 29 de junho de 2007, referente a solicitação da cessão do Sr. Marco Aurélio Orrego da Costa e Silva, a fim de que ele assumisse a presidência da Eletros em substituição ao Presidente Sylvio Murad Carolino dos Santos, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Eletros tomada em sua 97ª reunião;
- Carta CTA-PR-7129/2007, de 06 de julho de 2007, e Resolução da Diretoria Executiva da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobrás, RES-510/2007, referente a aprovação da cessão do empregado Marco Aurélio Orrego da Costa e Silva para assumir a presidência da Eletros;
- Ata da 112ª reunião do CDE, de 07 de dezembro de 2007, contendo a homologação do resultado do processo eleitoral para Diretor Financeiro e posse do Sr. Sylvio Murad Carolino dos Santos.
- Carta PRE-133/2007, de 03 de dezembro de 2007, referente a solicitação de cessão do empregado Sylvio Murad Carolino dos Santos para assumir a Diretoria Financeira da Eletros;
- Carta CTA-DA- 8341/2008, de 18/08/2008, prorroga a cessão do empregado Marco Aurélio Orrego da Costa e Silva por novo período de 02.07.2008 a 01.07.2009;
- Carta CTA-DA- 12976/2008, de 02/12/2008, prorroga a cessão do empregado Sylvio Murad Carolino dos Santos por novo período de 10.12.2008 a 09.12.2009.

No que se refere aos recursos patrimoniais, informamos que a Eletros não contou com qualquer recurso da Patrocinadora no exercício de 2008.



**e) Discriminação das dívidas existentes entre a patrocinadora e a patrocinada e a situação destas operações quanto à regularidade formal e a adimplência**

**Dívida da Eletrobrás com a Eletros em 31/12/2008**  
**Contribuições a Contratar:**

**Referência - Aposentadoria com Tempo Especial - SB 40 - Plano BD**

Data	Nº Carta	Funcionário	Diferença da
Cobrança	Cobrança		Provisão Matemática
7-ago-07	328/07	Ronaldo Vieira Souto	1.578.448,05
9-abr-08	132/08	Mário Jorge Daher	959.670,22
6-out-08	316/08	Lorena Fornari de Ary Pires	711.747,79
19-nov-08	360/08	James Bolívar Luna de Azevedo	521.498,40
<b>SUBTOTAL</b>			<b>3.771.364,46</b>

**Referência - Dotação Adicional pelo Tempo Anterior de Participante Fundador - Plano BD**

Data	Nº Carta	Funcionário	Diferença da
Cobrança	Cobrança		Provisão Matemática
23-jul-02	347/02	Alcydes Lira Lopes	259.176,35
<b>SUBTOTAL</b>			<b>259.176,35</b>

**Referência - Dotação Adicional pelo Incremento Retroativo no S.R.C. -Plano BD**

Data	Nº Carta	Funcionário	Diferença da
Cobrança	Cobrança		Provisão Matemática
3-nov-04	502/04	Jorge Pessoa Maranhão	321.877,15
<b>SUBTOTAL</b>			<b>321.877,15</b>

**Referência - Desbloqueio do Salário Real de Contribuição (SRC) - Migração Plano CD Eletrobrás**

Data	Nº Carta	Funcionário	Diferença da
Cobrança	Cobrança		Provisão Matemática
3-out-07	119/2007	Diversos	37.101.347,98
<b>SUBTOTAL</b>			<b>37.101.347,98</b>

**Referência - Aposentadoria com Tempo Especial - SB 40 - Plano CD**

Data	Nº Carta	Funcionário	Diferença da
Cobrança	Cobrança		Provisão Matemática
14-out-08	321/2008	Ricardo Valadares Pessoa	403.907,28
14-out-08	322/2008	Ricardo Drumond de moura	6.332,26
14-out-08	323/2008	Johann Michael Steiberger	76.883,70
14-out-08	324/2008	Konstantin Kurizky	277.035,64
14-out-08	325/2008	Isaias Gerech	25.372,10
14-out-08	326/2008	Fernando Antônio Lopes	874.650,87
14-out-08	327/2008	Klaudius da Rocha Dib	327.919,25
14-out-08	328/2008	Mauro Cavalieri D'oro de Carvalho	85.082,29
<b>SUBTOTAL</b>			<b>2.077.183,39</b>

**O total foi de R\$ 43.530.949,33.**

**f) Ações executadas no exercício com vistas à supervisão sistemática das atividades da entidade fechada, de conformidade com o disposto no art. 25 e seu parágrafo único da Lei Complementar 108, de 29 de maio de 2001**

Exercido através de Auditorias Internas periódicas, promovidas pela Patrocinadora Instituidora através do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, com base numa avaliação de risco calculada pela própria Patrocinadora Instituidora. Durante o exercício de 2008 foram executados os seguintes trabalhos:

- Empréstimo Financeiro - Relatório de Auditoria da Eletrobrás nº 20 de 22.08.2008: **arquivo ELETROS Relat Enquadramento Investimentos.pdf**
- Plano de Saúde Odontológico – Auditoria de Processos - Relatório de Auditoria da Eletrobrás nº 26/2008 de 17.11.2008: **arquivo ELETROS Relat Audit 026-2008 Odontologia.pdf**

**7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos**

Não aplicável

**8. Renúncia Tributária**

Não aplicável

**9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia**

Não aplicável

**10. Operações de fundos**

Não aplicável

**11. Despesas com cartão de crédito**

	Fatura		Saque	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
2008	1	R\$ 1.289,83	-	-

**12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno**

**12.1. RELATÓRIO CGU 208148/2008**

A Controladoria Geral da União – CGU emitiu, em 2008, o Relatório 208148, pertinente ao processo anual de contas do exercício de 2007, cujas constatações e recomendações são apresentadas a seguir:

• **Item 3.3.1.1 do Relatório**

Constatação: “Descumprimento, de forma sistemática, do limite legal de duas horas suplementares fixado pelo art. 59 do DECRETO-LEI n.º 5.452 – CLT.”

Recomendação: “Deverão ser aprimorados os mecanismos de gerenciamento e controle com vistas à restrição das horas extras realizadas no âmbito da Eletrobrás.”

Recomendação: “A excepcionalidade prevista pelo art. 61 do DECRETO-LEI n.º 5.452 – CLT somente deve ser praticada quando, tal como previsto no texto legal, houver necessidade imperiosa, que deverá ser formalmente caracterizada e documentada.”

Setores responsáveis pela implementação: Todas as Diretorias.

Providências: Com o intuito de atender a estas recomendações, foi emitido o Memorando Circular PR-155/2008, de 21/8/2008, no qual o Presidente da Eletrobrás solicita aos Órgãos Executivos de Direção Superior desta Empresa que orientem seu corpo gerencial a não permitir a realização de horas extraordinárias diárias além do limite legal, estabelecendo o prazo de 60 dias para o seu cumprimento.

Status da implementação: Em andamento. Será verificada no próximo trabalho de auditoria .

- **Item 4.1.1.1 do Relatório**

Constatação: “Instrução processual deficiente quanto à numeração, abertura e encerramento de volumes e arquivamento de documentos.”

Recomendação: “Rever a instrução dos processos anteriores à norma EAG-10.”

Setores responsáveis pela implementação: Diretoria de Administração / Departamento de Contratações.

Providências: Foi efetuada a revisão dos processos anteriores à criação da norma EAG-10, vigentes naquela data e que foram realizados pela DAAL, que antecedeu a DACL. Foram inseridos termos de abertura e fechamento dos processos e corrigidos documentos soltos na pasta de licitação.

Status da implementação: Concluída.

- **Item 5.1.1.2 do Relatório**

Constatação: “Deficiência das ações da auditoria interna voltadas ao acompanhamento das ações destinadas ao atendimento efetivo às recomendações expressas pela CGU e às determinações expedidas pelo TCU.”

Recomendação: “A auditoria interna da Eletrobrás deverá dar início na busca de soluções internas com vistas a viabilizar o sistemático monitoramento (follow-up) das ações destinadas ao atendimento das determinações/recomendações expedidas pelos órgãos de controle até a sua devida implementação.”

Setor responsável pela implementação: Auditoria Interna.

Providências: A Auditoria Interna da Eletrobrás implementou planilha de acompanhamento das ações corretivas, voltada para monitoramento das ações destinadas ao atendimento das determinações/recomendações expedidas pelos órgãos de controle até a sua devida implementação, conforme recomendado.

Status da implementação: Concluída.

- **Item 5.1.2.2 do Relatório**

Constatação: “Não conformidade do conteúdo do Relatório de Gestão com o exigido pela DN TCU n.º 85/2007, alterada pela DN TCU n.º 88/2007.”

Recomendação: “Observar as orientações contidas na legislação vigente para elaboração do relatório de gestão da Empresa nos próximos exercícios, de forma a aprimorar seu conteúdo, mais especificamente no que diz respeito a apresentação das informações referente à Previdência Complementar e às providências adotadas, juntamente com os resultados obtidos, pela Empresa, para atender as recomendações dos órgãos de controle.”

Setores responsáveis pela implementação: Presidência / Assessoria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Empresarial.

Providências: As providências solicitadas já foram tomadas, tanto no que diz respeito ao item que trata sobre Previdência Complementar, quanto no que se aplica à correlação entre recomendações/determinações da CGU e do TCU, e as providências adotadas e os resultados obtidos pela Eletrobrás, que passarão a constar do próximo Relatório de Gestão.

Status da implementação: Concluída.

## **12.2. OFÍCIO Nº 31438/2008/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, DE 02/10/2008**

Recomendação: “Disponibilização de link, no sítio eletrônico da empresa, do Relatório de Auditoria, Certificado e Parecer do Dirigente do Controle Interno, integrantes do Processo de Prestação de Contas de 2007, bem como do respectivo Relatório de Gestão.”

Setores responsáveis pela implementação: Diretoria de Administração / Departamento de Tecnologia da Informação.

Providências: As informações foram divulgadas no site da Eletrobrás em 17/10/2008. Foram também encaminhadas cartas às empresas do Sistema Eletrobrás, solicitando providências referentes à disponibilização das informações no site de cada uma delas.

Status da implementação: Concluída.

## **13. Determinações e recomendações do TCU**

### **13.1. ACÓRDÃO Nº 923/2008 – PLENÁRIO – TC 013.237/2004-1**

*“Sumário: Monitoramento. Auditoria. Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis Sistemas Isolados/CCC-ISOL. Ausência de Fiscalização efetiva na utilização dos recursos. Adoção de medidas pontuais. Necessidades de aprimoramento do controle. Determinações diversas. Autorização para realização para realização de Autorização Operacional e novo monitoramento. Comunicações. Arquivamento do presente processo.*

*Item 9.3. determinar a Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás que informe a este Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, as medidas adotadas:*

*9.3.1. para fazer frente ao controle operacional de consumo específico de combustíveis das usinas termelétricas integrantes do CCC-Isol;*

*9.3.2. para garantir a melhor eficiência do parque térmico sob sua supervisão, de forma a contemplar tanto projetos de revitalização de unidades geradoras quanto de aquisição de unidades novas, ambos com o objetivo de reduzir a CCC-Isol.”*

Setores responsáveis pela implementação: Diretoria de Engenharia / Departamento de Sistemas Isolados e Combustíveis.

Providências: Resposta encaminhada ao TCU, por meio da Carta PR 5491/2008, de 16.06.2008. Nesta carta, a Eletrobrás informa:

Com relação ao item 9.3.1 do Acórdão:

- Ao longo do ano de 2007, em cumprimento ao plano de ação encaminhado ao TCU por meio da carta ELETROBRÁS 1966/2007, de 28/02/07, foram realizadas diversas inspeções nas usinas térmicas dos Sistemas Isolados com o objetivo de verificar os consumos específicos nas unidades geradoras termelétricas beneficiadas pela sistemática da CCC-Isol.
- Apresenta quadro resumo indicando todas as usinas inspecionadas, por estado, sendo 7 no Amazonas, 1 no Amapá, 40 no Pará e 37 em Rondônia, no qual estão discriminados usina, localidade, agente operador e potência nominal. Declara que os relatórios das inspeções encontram-se na ELETROBRÁS à disposição do TCU.
- Informa, ainda, que além das inspeções supracitadas, o Grupo Técnico Operacional da Região Norte – GTON, criado pelo Ministério das Minas e Energia e coordenado pela ELETROBRÁS, desenvolveu uma série de atividades voltadas para o aprimoramento dos controles operacionais internos e junto aos agentes. Uma das atividades foi a elaboração do Procedimento de Acompanhamento e Controle do Parque Térmico e do Estoque de Combustível dos Sistemas Isolados, que deu embasamento para inspeções técnicas de campo realizadas ao longo de 2007. Esse procedimento encontra-se disponível no site da ELETROBRÁS:  
<http://www.elektrobras.com.br/elb/portal/data/Pages/LUMISF81A08D1PTBRIE.htm#Procedimentos>
- Acrescenta que outro ponto importante, que vinha sendo muito debatido pelos agentes e pela coordenação do GTON, eram os valores limitantes de consumo específico admitidos para efeito de ressarcimento pela CCC-Isol (0,30 l/kWh para motores e 0,38 l/kWh para turbinas), com o argumento de que, em algumas situações, eles seriam demasiadamente restritivos, não correspondendo à realidade.
- Por este motivo, na reunião do CTO/GTON, de 21.02.2006, foi criado um Grupo de Trabalho envolvendo a Eletrobrás e demais empresas do setor elétrico para tratar do desenvolvimento de uma metodologia para determinação dos limites de consumo específico a serem aplicados. A Eletrobrás solicitou a participação do CEPEL, que na 37ª Reunião do GTON realizada em 20/12/2007, apresentou esta nova metodologia, já incorporando diversas sugestões das empresas envolvidas no sentido de ajustá-las às condições ambientais e operacionais de despacho reais. Essa metodologia e os novos valores limitantes de consumo específico foram aprovados no GTON através das Resoluções 001/2007 e 002/2007, respectivamente.
- Em anexo à carta, foi encaminhado relatório com o estudo da metodologia elaborada pelo CEPEL.
- Ressalta que a Eletrobrás vem desenvolvendo e incentivando estas atividades pelo GTON, na qualidade de ente da Administração Pública, que objetiva maior transparência e controle na gestão dos recursos públicos, bem como em atendimento as determinação daquele órgão fiscalizador, mas não possui qualquer delegação legislativa para fiscalizar ou regular o assunto em questão.

Com relação ao item 9.3.2 do Acórdão:

- Apresenta quadros com as ações de revitalização e aquisição de novas unidades geradoras, realizadas durante o ano de 2007, explicitando as ações de aquisição de unidades geradoras realizadas em 2007 (14 usinas no Amazonas e 1 em Rondônia), as ações de revitalização de unidades geradoras concluídas em 2007 (1 usina no Amazonas) e

as ações de revitalização de unidades geradoras em andamento em 2007 (2 usinas no Amazonas).

- Acrescenta que a Eletrobrás, objetivando a redução dos valores da CCC-Isol, está trabalhando, dentre outros, na implantação dos projetos a seguir, que visam à substituição da geração de energia elétrica a partir do diesel e do óleo combustível:
  - Integração de Manaus ao Sistema Interligado Brasileiro através Linha de Transmissão Tucuruí/Macapá/ Manaus;
  - Integração do Sistema Isolado Acre/Rondônia ao Sistema Interligado Brasileiro;
  - Construção do gasoduto Urucu-Coari-Manaus;
  - Conversão das unidades geradoras das usinas da Manaus Energia para consumirem o gás natural de Urucu;
  - Apoio no desenvolvimento do projeto e construção dos ramais de distribuição de gás natural que atenderão as usinas térmicas instaladas na cidade de Manaus – Convênio Manaus Energia-CIGÁS-Eletrobrás;
  - Viabilização do gasoduto Urucu–Porto Velho.

Status da implementação: Concluída.

### **13.2. ACÓRDÃO Nº. 1477/2008 – PLENÁRIO – TC 015.096/2008-3**

*“Sumário: Referente à apreciação de processo de representação sobre a situação do Tratado de Itaipu. Determina que a Eletrobrás mantenha o TCU informado sobre eventuais negociações envolvendo mudanças no Tratado e em seus Anexos.*

*Item 9.1. determinar às Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás que mantenham o TCU informado acerca de eventuais negociações envolvendo mudanças no Tratado de Itaipu ou em seus Anexos;*

*Item 9.2. dar conhecimento deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, às Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, ao Ministério de Minas e Energia – MME, ao Ministério das Relações Exteriores – MRE e à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados;*

*Item 9.3. apensar este processo ao TC nº 009.799/2006-1, que trata de Solicitação de Auditoria na Eletrobrás, objetivando analisar sua gestão, seu controle e sua fiscalização sobre a empresa Itaipu Binacional, o qual está sobrestado até pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal acerca da Reclamação nº 2.937.”*

Setor responsável pela implementação: Diretoria de Engenharia.

Providências: A Auditoria Interna informou as áreas envolvidas através do Memo PRA nº 208/2008, de 14.08.2008, solicitando que o TCU fosse informado se viessem a ocorrer negociações que envolvessem alterações no Tratado de Itaipu.

A área responsável declarou que ao longo de 2008 houve rodadas de negociações para avaliar os pleitos do Paraguai no sentido de modificar o Tratado de Itaipu, não ocorrendo, no entanto, qualquer alteração do mesmo. Caso novas negociações venham a gerar alterações, o TCU será informado.

Esta informação foi encaminhada ao TCU pela carta CTA-PRA-016/2009, de 12/03/2009.

Status da implementação: Em andamento.

### **13.3. ACÓRDÃO Nº 1713/2008 – PLENÁRIO – TC 020.114/2004-1**

*“Sumário: Referente à apreciação de processo de Solicitação do Congresso Nacional, em razão de possíveis irregularidades no fretamento de aeronaves particulares para transporte de ministro de Estado, dirigentes, conselheiros e assessores da Eletrobrás.*

*Item 9.1. acatar as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Luiz Pinguelli Rosa; Roberto Garcia Salmeron; José Drummond Saraiva; Valter Luiz Cardeal de Souza; e Alexandre Magalhães da Silveira, Diretores da Eletrobrás, quanto à autorização e à liberação de pagamento de fretamentos de aeronaves particulares para realização de deslocamentos, mencionados nas notificações de audiência, ocorridos entre dezembro de 2002 e dezembro de 2003;*

*Item 9.2. determinar à Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás, com base no art. 43, inciso I, da Lei Orgânica/TCU, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, a adoção das seguintes medidas:*

*9.2.1. restrinja a utilização dos serviços de fretamento de aeronaves executivas privadas apenas aos casos excepcionais ou de emergência, nos quais reste comprovada a indisponibilidade de vôos de carreira, fazendo uso do adequado planejamento das viagens, com vistas à utilização preferencial de vôos comerciais no transporte de autoridades e dirigentes da alta administração da entidade, observando, para esse fim, os preceitos da Lei n.º 8.666/93;*

*9.2.2. informe, nas próximas contas, os resultados alcançados quanto à celebração do convênio com a Força Aérea Brasileira para prestação de serviços de transporte aéreo de passageiros, conforme recomendado no item 9.6 do Acórdão n.º 1.714/2004 – Plenário;*

*Item 9.3. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, aos responsáveis, mencionados no item 9.1. precedente, à Eletrobrás e à Câmara dos Deputados.”*

Setores responsáveis pela implementação: Todas as Diretorias.

Providências: A Auditoria Interna informou o teor das determinações às diretorias da Eletrobrás por meio do Memo PRA nº 223/2008, de 1.09.2008.

A determinação do item 9.2.1 foi acatada, não tendo sido feitos novos fretamentos de aeronave. Foi enviada ao Comando da Aeronáutica a carta CTA-PR-2816/2009, em 23/03/2009, consultando sobre a possibilidade de firmar-se convênio para transporte aéreo de passageiros.

Status da implementação: Em andamento.

### **13.4. ACÓRDÃO Nº.1818/2008 – PLENÁRIO – TC 021.845/2007-5**

*“Sumário: Determinar à Eletrobrás que encaminhe ao Tribunal as providências que vierem a ser adotadas com relação ao deslinde da questão relacionada com o fato de a Siif Énergies do Brasil ter perdido sua qualificação de Produtor Independente Não-Autônomo - PIE.”*

Setores responsáveis pela implementação: Diretoria de Engenharia / Unidade Executora do Proinfra.

Providências: A Auditoria Interna informou o teor da determinação à Diretoria de Engenharia DE através do Memo PRA nº 239/2008, de 11.09.2008.

A Eletrobrás, na carta CTA-PR-3440/2008, protocolada no TCU em 14/4/2008, informou que a Lei 11.488/2007 incluiu o §6º no art 3º da Lei 10.438/2004 e passou a permitir a alteração da condição de Produtor Independente Não Autônomo (Não-PIA) para Produtor Independente Autônomo (PIA), após o período de 3 anos.

Assim, nos termos da legislação pertinente, constatou-se não haver outras providências a serem tomadas pela Eletrobrás, além da manutenção dos Contratos de Compra e Venda de Energia assinados à época com a SiiF Energies do Brasil. Esta informação foi encaminhada ao TCU pela carta CTA-PRA-018/2009, de 13/03/2009.

Status da implementação: Concluída.

#### 14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão (*)	172	206
Desligamento (*)	97	141
Aposentadoria (**)	-	-
Pensão (**)	-	-

#### Observações:

- (\*) A diferença entre as quantidades nos itens de Admissão e de Desligamento se refere ao número de integrantes do Programa Jovem Aprendiz que são admitidos e desligados durante o ano, e a admissão de quatro Cargos Comissionados em 2008;
- (\*\*) A Eletrobrás não concede aposentadoria nem pensão aos seus empregados. A empresa apenas desliga o empregado.

#### 15. Dispensas de Instauração de TCE eTCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não aplicável.

#### 16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	975	72.495.738,69	934	80.685.893,68	1.002	90.743.586,00
<b>Total Pessoal Próprio</b>	<b>975</b>	<b>72.495.738,69</b>	<b>934</b>	<b>80.685.893,68</b>	<b>1.002</b>	<b>90.743.586,00</b>

Observação: Qtde – posição em 31.12/08; Despesa – total incorrido no exercício.

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	10	1.585.870,66	10	1.623.356,54	17	3.182.219,04



Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	-	-	-	-	-	-

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza	162	2.945.482,00	162	3.327.752,25	162	3.557.303,42
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo(*)	-	-	50	302.592,99	62	447.333,38
Pessoal Terceirizado Outras atividades (**)	142	3.058.016,00	146	3.426.569,76	155	3.268.943,34
Estagiários	258	1.468.525,00	271	2.090.866,00	246	1.748.307,00
<b>Total Pessoal Terc + Estag</b>	<b>562</b>	<b>7.472.648,00</b>	<b>629</b>	<b>9.147.780,91</b>	<b>625</b>	<b>9.021.887,14</b>

(\*)Contínuos / Mensag.

(\*\*) Manutenção Predial, Telefonia, Expedição, Copa e Restaurante, Recepcionistas, Motoristas, Operad. de Reprografia, Ginastica Laboral, Brigada de Incêndio

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	129	16.622.551,00	128	24.793.255,00	158	31.217.605,00
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	-	-	-	-	-	-
<b>Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade</b>	<b>129</b>	<b>16.622.551,00</b>	<b>128</b>	<b>24.793.255,00</b>	<b>158</b>	<b>31.217.605,00</b>
Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	-	-	-	-	-	-
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	56	11.147.095,00	47	8.246.597,00	36	10.736.496,00
<b>Total Pessoal cedido pela Unidade</b>	<b>56</b>	<b>11.147.095,00</b>	<b>47</b>	<b>8.246.597,00</b>	<b>36</b>	<b>10.736.496,00</b>

### Remuneração dos Empregados por Lotação e Vínculo (\*)

Fonte: DAGP Eletrobrás

LOTACAO	VÍNCULO	EFETIVO	REMUNERAÇÃO BRUTA (R\$)
CEDIDO	CEDIDOS	32	5.486.404,89
DA	EMPREGADOS	280	23.435.624,22
DD	DIRETORES EDE's	4	576.468,78
DD	EMPREGADOS	43	2.836.028,83
DE	EMPREGADOS	214	20.263.269,10
DF	EMPREGADOS	153	14.032.305,45
DT	EMPREGADOS	112	10.803.567,30
PE	EMPREGADOS	15	787.323,48
PR	EMPREGADOS	166	13.643.884,25
<b>TOTAIS</b>		<b>1019</b>	<b>91.864.876,30</b>

#### (\*) Observações:

- Foi usado como base o quantitativo de funcionários de dezembro/2008 com o valor acumulado das remunerações brutas durante todo o ano;
- Foram computados somente os Diretores das Empresas de Distribuição da Eletrobrás comissionados;

- Não foram computados os Diretores requisitados;
- Os funcionários lotados na DA estão envolvidos em ações de suporte. Os demais funcionários estão majoritariamente envolvidos em ações finalísticas.

## 17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

Não aplicável.

## 18. Relação de arquivos anexos

Os arquivos relacionados a seguir fazem parte do Item I deste Relatório de Gestão e serão enviados à parte, em meio eletrônico:

Nome do Arquivo	Item a qual se refere
ELETROS Carteira Diária 31-12-08.pdf	6-b-VI - Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal
ELETROS Relat Enquadramento Investimentos.pdf	
ELETROS Demonstrações Contábeis 2008 auditado.pdf	6-b-VIII - Parecer da Auditoria independente
ELETROS Recursos cedidos pela patrocinadora a patrocinada.pdf	6-d- Listagem dos recursos humanos e patrimoniais cedidos pela patrocinadora à patrocinada destacando a comprovação da formalização da cessão
ELETROS Relat Enquadramento Investimentos.pdf	6-f - Ações executadas no exercício com vistas à supervisão sistemática das atividades da entidade fechada, de conformidade com o disposto no art. 25 e seu parágrafo único da Lei Complementar 108, de 29 de maio de 2001
ELETROS Relat Audit 026-2008 Odontologia.pdf	

## II. Informações sobre a Gestão – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins

### 1. Despesas com ações de publicidade e propaganda

No exercício de 2008 a Eletrobrás foi atendida somente pela agência de publicidade *Agência 3*, através do contrato nº 338/2007, no valor de R\$ 27.000.000,00 e com vigência de 12 meses a partir do dia 28/12/07 (data de assinatura).

Os gastos no exercício totalizaram R\$ 26.824.928,61, assim distribuídos:

<b>Produto</b>	<b>Total</b>
INSTITUCIONAL	8.999.951,61
CAMPANHA PAC	6.849.323,44
CAMPANHA ANIVERSARIO	4.412.607,00
INVESTIDORES	1.196.260,27
MERCHAN LUCIANO HUCK	870.962,99
USINA TUCURUI	764.883,91
PROJETO RAZÃO SOCIAL	760.593,75
OLIMPIADAS PEQUIM	475.450,00
PROJETOS CULTURAIS	458.134,70
SOCIOAMBIENTAL	426.825,50
PROJETO CIRIO NAZARE	335.890,55
ELETROBRAS/MERCHAN	314.500,00
RV ANALISE DE ENERGIA	133.440,55
BOLSA DE NEW YORK	125.901,85
MAIORES E MELHORES	124.513,55
REVISTA ANALISE	85.500,00
ANUARIO BRASILEIRO	66.500,00
RV CARTA CAPITAL	43.949,55
BALANÇO ANUAL	41.863,95
CAMPANHA MATO GROSSO	41.805,11
REVISTA JB ECOLOGICO	36.304,95
RV BRASIL TRAVEL NEWS	32.832,00
CAMPANHA TRANSFORMAÇÃO	29.761,05
REVISTA TECNO	27.740,00
REVISTA WELCOME	25.045,55
LOGOMARCAS	21.578,00
REVISTA NORDESTE	19.382,55
RV CIDADANIA MEIO AMBIENTE	18.185,55
REVISTA ABAV	16.856,55
RV IBDE	11.875,00
GOOGLE	10.075,29
RV BRASIL SUSTENTAVEL	8.550,00
RD ARAPUAN FM	6.471,62
PROJETO ESPECIAL TV RECORD	5.890,00
CAMPANHA SOX	4.261,05
RV ADESG	4.244,40
REVISTA VENTURA	4.191,05
PRATELEIRA CULTURAL	4.088,95
RD CIDADE AM – MARACA	1.900,95
RD PIATÃ DE SALVADOR	1.869,60
OMEGA REPRESENTAÇÃO	1.508,22
RD FAROL FM	1.075,25
ANUNCIO	969,30
OLIMPIADAS DA BAND	900,00
CRACHA ELETROBRAS	513,45
<b>Total geral</b>	<b>26.824.928,6</b>
	<b>1</b>

## 2. Despesas com ações de patrocínios

### Projetos Incentivados

E C P - 2008							
Nº. ECP	Nº PRONAC / SALIC	PROJETOS	CONTRATADO	Conta Orçamentária	VALOR PATROCÍNIO (R\$)	LIBERADO	A LIBERAR (R\$)
						(R\$)	
0001/2008	06 10299	O Processo	José Henrique Ferreira Barbosa Moreira	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	197.554,19	197.554,19	-
0002/2008	05 6916	Centro de Cidadania Barbosa Lima Sobrinho – Fase 2 – Obras de Restauração e Adaptação do Imóvel e Outras Atividades	Associação Cultural e de Pesquisa Noel Rosa	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	199.803,85	99.901,93	99.901,92
0005/2008	72896	Negócios Inacabados	Cyrano Marques Rosalém	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	200.000,00	200.000,00	-
0007/2008	07 6040	Memórias Reveladas	Associação Cultural do Arquivo Nacional-ACAN	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	597.660,00	298.830,00	298.830,00
0008/2008	07 0902	Mistério na Mansão	Pequena Central de Produções Artísticas Ltda.	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	200.000,00	200.000,00	-
0009/2008	06 10831	Vertentes Musicais	Fundação de Apoio A Universidade Federal de São João Del Rei	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	200.000,00	100.000,00	100.000,00
0010/2008	07 0410	IV Encontro Internacional de Chamameceros	Andréia Martins Feyh	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	50.000,00	25.000,00	25.000,00
0011/2008	06 0420	Reforma do Presbitério da Catedral Metropolitana de Porto Alegre	Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	208.890,00	208.890,00	-
0012/2008	06 8608	Histórias do Poder – Palácio Piratini	Athena Assessoria & Comunicação S/C Ltda.	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	199.868,00	199.868,00	-

0014/2008	07 8937	Carnaval Multicultural do Recife 2008	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco -FADE	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	250.000,00	250.000,00	-
0015/2008	07 3699	Carnaval de Rua – 2008 Imperatriz Dona Leopoldina	Sociedade Beneficente , Cultural e Recreativa Imperatriz Dona Leopoldina	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	100.000,00	50.000,00	50.000,00
0016/2008	06 4986	A Mulher do Candidato	Amar Produções Artísticas Ltda	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	200.000,00	100.000,00	100.000,00
0017/2008	05 5399	Projeto Restauo do Santuário Santo Antonio	Mitra Diocesana de Caxias do Sul – Paróquia Santo Antonio	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	98.840,00	98.840,00	-
0018/2008	07 7823	Sempre Bossa Nova – 50 Anos Depois	MPB Marketing e Produções Artísticas Ltda.	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	200.000,00	200.000,00	-
0020/2008	06 7132	Tem Dança na Festa da Uva	Comissão da Festa da Uva e Feiras Agroindustriais	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	200.000,00	200.000,00	-
0021/2008	03 4530	Ampliação das Instalações do Museu Dom Diogo de Souza	Sociedade Portuguesa de Beneficência	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	182.297,21	182.297,21	-
0023/2008	07 2700	24º Reponte da Canção	Mauro de Vargas Morales	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 19	100.000,00	100.000,00	-
0024/2008	05 4696	VALENTE	CC Dois Produções Artísticas Ltda	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	150.000,00	150.000,00	-
0025/2008	07 9838	V Semana Cultural em Santa	Câmara Com. Bairros Saúde, St. Cristo, Pça Mauá, Zona Portuária e Centro	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	200.000,00	200.000,00	-
0028/2008	07 5173	Cine PE – Festival do Audiovisual - 2008	Bertini Produções e Eventos Culturais e Esportivos	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	200.000,00	200.000,00	-
0029/2008	07 8085	Paisagem Musical	Tiago Sezarino Produções Ltda.	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	200.000,00	200.000,00	-

0032/2008	06 1882	VII FEMAZÃ	Morphine PH Produções	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	100.000,00	100.000,00	-
0041/2008	07 0734	Projeto de Restauração e Preservação do Prédio da Catedral São Francisco de Paula – Pelotas – RS	Liga Produção Cultural Ltda-ME	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	199.971,73	199.971,73	-
0046/2008	07 11182	São João dos Bois da Liga	Liga Independente Bumba-Meu-Boi do Maranhão	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	400.000,00	400.000,00	-
0047/2008	07 9757	3ª Mostra de Cinema de Ouro Preto	Universo Produção Ltda.	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	200.000,00	200.000,00	-
0048/2008	06 4605	Retratação à Óleo da Galeria dos Ex-presidentes da Câmara de Vereadores de Uruguaiana	Urbano José Pibernat Villela	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	100.000,00	100.000,00	-
0049/2008	07 7786	Festival Guarnicê de Cinema (31º)	Fund.Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	200.000,00	200.000,00	-
0051/2008	07 8845	Festival Ibero Americano de Cinema – Cine Ceará (18º) Mostra Itinerante	Ire Brasil Produções Artísticas Ltda ME	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	150.000,00	150.000,00	-
0053/2008	05 3483	Marlene – A Rainha e os Artistas do Rádio	Associação Marlenista do RJ-AMAR	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	100.000,00	100.000,00	-
0056/2008	07 11473	IV Seminário Internacional de Cinema e Audiovisual	VPC Cinema Vídeo Produções Artísticas Ltda.	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	150.000,00	150.000,00	-
0057/2008	06 0426 (SALIC)	Capitães da Areia	Lagoa Cultural e Esportiva Ltda.	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	200.000,00	100.000,00	100.000,00
0059/2008	07 9629	Rapunzel	Sonia Maria de Paula	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	100.000,00	100.000,00	-
0060/2008	071 0007	Encontro das Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros (VIII)	Associação Comunitária da Vila São Jorge - ASJOR	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	170.000,00	170.000,00	-
0062/2008	07 11197	Porque Não?	Sergio Miguel de Lima Braga	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	263.629,26	263.629,26	-

0063/2008	07 6566	Rio de Janeiro 1930-1960, Uma Crônica Fotográfica	G. Ermakoff Casa Editorial Ltda	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	162.500,00	162.500,00	-
0066/2008	07 10064	Sonho de uma Noite de São João	Casa da Gávea	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	100.000,00	100.000,00	-
0067/2008	06 10548	XXXIII Festival de Inverno de Campina Grande	Solidarium Instituto de Arte	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	200.000,00	200.000,00	-
0069/2008	07 3035	Mamãe Quer Morar Comigo	Edda Taranto	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	200.000,00	200.000,00	-
0070/2008	08 1733	Zico 55 anos	Business Telecom Ltda.	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	321.090,00	321.090,00	-
0072/2008	08 0496	Catarina Festival de Documentário – 5ª Edição	Araucária Produções Artísticas	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	200.000,00	200.000,00	-
0073/2008	07 8020	Festival Porão do Rock	Falcão Tapioca Comunicação e Produção	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	200.000,00	100.000,00	100.000,00
0074/2008	06 10685	O Oco do Toco	2B Produções Ltda.Me	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	200.000,00	200.000,00	-
0075/2008	07 0991	De Corpo Inteiro	Nicole Algranti	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	200.000,00	200.000,00	-
0076/2008	06 2915	Inventário – aquilo que seria esquecido se a gente não contasse	Doutores da Alegria, Arte, Formação e Desenvolvimento	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	194.680,00	194.680,00	-
0077/2008	07 7137	Festival Nacional da Canção (38º)	FENAC Promoções e Eventos Ltda	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	150.000,00	150.000,00	-
0078/2008	06 3347	O Alfarrabista - Romance	Promarketing Produtora Cultural Ltda	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	200.959,71	200.959,71	-
0079/2008	07 8804	Mestre Verequete e o Legítimo Carimbo do Pará	Antonio Carlos de Assunção	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	200.000,00	200.000,00	-

0082/2008	07 8561	Tom Jobim – Maestro Brasileiro	Clube do Choro de Brasília	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	200.000,00	200.000,00	-
0088/2008	07 8133	Pelo Ouvido	Paraná FM Ltda	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	150.650,00	150.650,00	-
0090/2008	07 9457	Dois Olhares	Marcos Blankenhein Barreto	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	200.000,00	200.000,00	-
0091/2008	07 5825	Bandejas Contadoras de Histórias	Lucia Helena de Freitas	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	150.000,00	150.000,00	-
0093/2008	08 1767	II Festival Cine Música - Conservatória 2008	Associação Casa da Cultura de Conservatória	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	200.000,00	200.000,00	-
0098/2008	07 3687	Vida no Sul	Instituto Cultural Padre Josimo	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	200.000,00	200.000,00	-
0101/2008	07 11282	Um Piano Pela Estrada 2008 – Brasil Sertões	AML Cultural Ltda	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	200.000,00	200.000,00	-
0102/2008	07 8152	A Casa da Madrinha	Capri Produções Ltda.	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	150.000,00	150.000,00	-
0111/2008	06 7664	Conexão Amazônia	Send Music Produções Artísticas Ltda.	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	100.000,00	100.000,00	-
0113/2008	08 9602	Às Favas com os Escrúpulos	Montenegro e Raman Produção, Imagem e Marketing S/S Ltda-EPP	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	300.000,00	300.000,00	-
0114/2008	05 9057	Escola de Música de Heliópolis	Sociedade de Concertos de São Paulo – Instituto Baccarelli	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	4.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
0115/2008	07 12041	2º Festival Cultura e Música de Muzambinho	Thadeu de Jesus Cunha Varoni	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	50.000,00	50.000,00	-
0121/2008	07 7415	Morte sobre a Lama	Olhos D'Água Produções Artísticas Ltda	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	100.000,00	100.000,00	-



0125/2008	07 6842	A Fruta e a Casca	LMPR Serviços Tecnológicos e Culturais Ltda	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	150.000,00	150.000,00	-
0126/2008	08 2644	Festa Nacional da Música	V. F. Promoções e Publicidade Ltda.	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	200.000,00	200.000,00	-
0128/2008	08 2136	Vitória Cine Vídeo 12ª Mostra Competitiva Nacional (15º)	Galpão Produções Artísticas e Culturais Ltda.	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	300.000,00	300.000,00	-
0129/2008	07 11460	1º Festival Internacional de Humor do Rio de Janeiro	Z'As Produções Culturais Ltda.	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	100.000,00	100.000,00	-
0133/2008	08 0555	2ª Mostra Itinerante Cinema Brasileiro	Gonçalves & Giazzon Ltda.	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	150.000,00	150.000,00	-
0134/2008	07 6848	Difundindo a Música Coral Erudita Brasileira	Associação de Canto Coral	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	40.000,00	40.000,00	-
0135/2008	08 0747	São Paulo Cidade Aberta	União Municipal dos Estudantes Secundaristas - UMES	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	293.745,00	293.745,00	-
0137/2008	07 0446	Festival Estrada Real – O Caminho das Músicas	VFC/Rio Marketing Cultural Ltda.	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	250.000,00	250.000,00	-
0138/2008	07 0971	Retrato Brasileiro	Julia Savino Varela	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	81.201,00	-	81.201,00
0141/2008	06 3759	Sacramentos - Turnê 2006 - Marcos Sacramento	Avatar 2001 Produções Artísticas Ltda.	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	191.555,00	191.555,00	-
0144/2008	08 3267	Exposição Gianguido Bonfanti – Paço Imperial	Gianguido Bonfanti	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	383.151,61	383.151,61	-
0147/2008	06 9630	Suite Floral	Sonata Consultoria e Produções Artísticas Ltda.	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	100.000,00	100.000,00	-
0148/2008	07 12153	Palácio do Comércio – Restauração Fase 3	Associação Comercial do Rio de Janeiro	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	500.000,00	500.000,00	-

0149/2008	08 1367	XI Festival Recife do Teatro Nacional	Fundação de Apoio ao Desenv. da Universidade Federal de Pernambuco – FADE-UFPE	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	200.000,00	200.000,00	-
0150/2008	04 0106 (SALIC)	Tati, o Filme – O Diário de Tati	Bang Bang Filmes Produções Ltda.	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	200.000,00	200.000,00	-
0151/2008	06 4353	Livro Cronologia Lírica de Belém	Associação Amigos do Theatro da Paz	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	100.000,00	-	100.000,00
0154/2008	08 3721	Fase III – Modernização Geral das Instalações Elétricas do Theatro Municipal do Rio de Janeiro	Associação de Amigos do Teatro Municipal do Rio de Janeiro	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	3.897.023,82	3.897.023,82	-
0160/2008	07 0346	Os Inimigos Não Mandam Flores	Usina de Expressão Produções Artísticas Ltda.	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	200.000,00	200.000,00	-
0162/2008	06 7479	Jardim Botânico 1808-2008	Associação de Amigos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	150.000,00	150.000,00	-
0163/2008	06 10019	Exposição de Arte Muito Especial	Muito Especial	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	200.000,00	200.000,00	-
0164/2008	08 2764	Séculos Indígenas no Brasil	Fundação Darcy Ribeiro - FUNDAR	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	200.000,00	200.000,00	-
0168/2008	07 8219	Dell Arte Ballet – Parte 1	Dell'Arte Soluções Culturais Ltda.	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	700.000,00	700.000,00	-
0169/2008	08 7760	Espetáculo de Natal Canto de Luz	Associação dos Amigos do Bom Menino das Mercês	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	389.434,00	389.434,00	-
0171/2008	08 0299	Festival do Teatro Brasileiro Cena Baiana 2008 – Etapas Ceará e Maranhão	Alecrim Produções Artísticas Ltda.	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	200.000,00	200.000,00	-
0172/2008	07 4390	Instalação do Instituto Presidente João Goulart	Instituto Presidente João Goulart	615.94.1.09.00 - Patrocínios Culturais - Art. 26	329.443,85	329.443,85	-
0173/2008	08 4572	As Meninas	M. Proença Produções Artísticas Ltda.	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	200.000,00	200.000,00	-

0174/2008	07 8953	Ballet Gala de Natal	Associação de Amigos do Teatro Municipal do Rio de Janeiro	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	511.209,02	511.209,02	-
0175/2008	07 10902	Fase III – Restauração da Cobertura de Cobre do TMRJ – Rotunda da Av. Rio Branco	Associação de Amigos do Teatro Municipal do Rio de Janeiro	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	1.102.976,18	1.102.976,18	-
0179/2008	07 8949	Concertos 2008	Associação de Amigos do Teatro Munic. do Rio de Janeiro	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	470.257,00	470.257,00	-
0180/2008	07 8032	Roteiro Histórico e Cultural da Cana de Açúcar	RGSV – Núcleo Produções Artísticas Ltda.	615.94.1.08.00 - Patrocínios Culturais - Art. 18	400.000,00	400.000,00	-
<b>T O T A L</b>					<b>27.188.390,43</b>	<b>24.133.457,51</b>	<b>3.054.932,92</b>

### Projetos Esportivos

Nº Contrato	Resolução	PROJETO	CONTRATADO	Conta Orçamentária	VALOR PATROCÍNIO (R\$)	LIBERADO (R\$)	A LIBERAR (R\$)
0037/2008	347/2008	IV Campeonato da Liga Bras. de Basquete de Rua - LIBBRA	CUFA – Central Única das Favelas do RJ	615.94.1.11.00 - Patrocínios Esportivos	200.000,00	200.000,00	-
0165/2008	1190/2008	I Desafio de Basquete de Rua em Barueri - Reis da Rua	Central Única das Favelas - CUFA	615.94.1.11.00 - Patrocínios Esportivos	240.000,00	40.000,00	200.000,00
0032/2007	359/2007	Patrocínio as Seleções Brasileira Masculina de Basquete	Confederação Brasileira de Basquete – CBB	615.94.1.07.00	5.560.000,00	3.717.504,00	-
0154/2007	794/2007	Patrocínio as Seleções Brasileira Feminina de Basquete	Confederação Brasileira de Basquete – CBB	615.94.1.07.00	5.000.000,00	2.713.334,00	-
<b>T O T A L</b>					<b>11.000.000,00</b>	<b>6.670.838,00</b>	<b>200.000,00</b>

**Projetos Não Incentivados**

Nº Contrato	PROJETO	CONTRATADO	Conta Orçamentária	VALOR PATROCÍNIO (R\$)	LIBERADO (R\$)	A LIBERAR (R\$)
0003/2008	Anais da Conferência Internacional de Energia Eólica – BRASWIND 2007	União Brasileira de Educação e Assistência - UNBEA	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	20.000,00		20.000,00
0006/2008	Programa Voluntários do Controle Externo	Tribunal de Contas do Estado da Paraíba	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	200.000,00	200.000,00	-
0020/2008	Tem Dança na Festa da Uva	Comissão da Festa da Uva e Feiras Agroindustriais		200.000,00	200.000,00	-
0022/2008	REVESTIR 2008	ANFACER – Assoc.Nac.dos Fabr.Cerâmica para Revestimento	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	50.000,00	50.000,00	-
0026/2008	VI Simpósio Brasileiro Sobre Pequenas e Médias Centrais Hidrelétricas	Comitê Brasileiro de Barragens – CBDB	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	50.000,00	50.000,00	-
0027/2008	XXXV SIOP 2008 – Sem. Intern. Orçamento Público	ABOP – Assoc. BRS. Orç. , Financ. Ede Contratações Públicas	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	200.000,00		200.000,00
0030/2008	Conferência Internacional 2008	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	150.000,00	150.000,00	-
0031/2008	1º de maio 2008 da UGT	União Geral dos Trabalhadores	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	100.000,00	100.000,00	-
0033/2008	Festa e Romaria da Irmandade do Senhor Divino Espírito Santo do Vale do Guaporé	Conselho Geral da Irmandade do Senhor Divino Espírito Santo do Vale do Guaporé	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	36.764,45	20.000,00	16.764,45
0034/2008	Prêmio de Fotografia – Brasília Céu Aberto	Oitto Agência de Projetos Ltda.	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	200.000,00	200.000,00	-
0035/2008	Seminário Conservando Energia para o Futuro	INCEDEN – Instituto Cultural de Eco-Desenvolvimento Nacional	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	30.000,00	30.000,00	-
0036/2008	São João de Campina Grande – O Maior São João do Mundo	A-SIM Comunicação Consultoria e Projetos Ltda.	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	200.000,00	200.000,00	-

0038/2008	VIII Conferência ANPEI de Inovação Tecnológica	ANPEI – Associação Nacional de P&D	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	50.000,00		50.000,00
0039/2008	São João de Caruaru – O Maior e Melhor São do Mundo	A-SIM Comunicação Consultoria e Projetos Ltda.	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	200.000,00	200.000,00	-
0040/2008	38ª Assembléia Nacional da Assemae	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	50.000,00	50.000,00	-
0042/2008	Expo Zaragoza 2008	Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas - REBOB	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	350.000,00	350.000,00	-
0043/2008	VIII Seminário Nacional da Gestão da Informação e do Conhecimento no Setor de Energia Elétrica – VIII SINCONEE e IV Encontro Nacional da Gestão da Documentação do Setor de Energia Elétrica” – IV GEDOC	MG Brasil Comunicação Marketing e Eventos Ltda	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	70.000,00		70.000,00
0044/2008	III Seminário Internacional sobre Federalismo e Desenvolvimento	Associação Brasileira de Municípios – ABM	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	100.000,00	100.000,00	-
0045/2008	5º Congresso Brasileiro sobre Eficiência Energética e Cogeração de Energia	Associação das Empresas de Serviços de Conservação de Energia - ABESCO	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	75.000,00	75.000,00	-
0050/2008	Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado	Aplauso Organização de Eventos Ltda	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	200.000,00		200.000,00
0052/2008	4º Congresso Nac.da Central de Movimentos Populares	Central dos Movimentos Populares - CMP	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	50.000,00		50.000,00
0054/2008	Corsini Racing	Federação de Motociclismo do Distrito Federal	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	200.000,00	200.000,00	-
0055/2008	Caixa de Surpresas 2008	Associação dos Amigos do Bom Menino das Mercês	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	200.000,00	200.000,00	-
0058/2008	19ª PRODUSUL e 5ª FEINCOS	NM Produções e Eventos	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	100.000,00	100.000,00	-
0061/2008	Visão de Futuro – Um Novo Olhar Sobre a Gestão de Negócios	Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	40.000,00	40.000,00	-
0064/2008	BUMBA MEU BOI	Associação do Bumba Meu Boi de Matraca do Sitio do Apicum	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	55.160,00	55.160,00	-

0065/2008	A Energia do BASQUETEBOL PARAOLÍMPICO BRASILEIRO/ BEIJING 2008	Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	400.000,00	400.000,00	-
0068/2008	Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos - PDRH	Assoc. Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	95.884,00	95.884,00	-
0071/2008	Influência do Negro – Exposição de fotografias	Associação Centro de Cultura Negra e Religiosidade Afro-Amazônica do Estado de Rondônia	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	50.000,00	50.000,00	-
0080/2008	II Mostra Sistema FIESP de Resp. Sócio-Ambiental (PRD)	Federação das Indústrias do Est. São Paulo	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	300.000,00	300.000,00	-
0081/2008	IV Feira Agropecuária de Vale do Anari-Expovale	Associação Rural de Vale do Anari-ARVA	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	20.000,00	20.000,00	-
0083/2008	XVI Expoalvo – Exposição Agropecuária do Município de Alvorada do Oeste	Associação dos Agropecuaristas de Alvorada do Oeste - RO	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	20.000,00	20.000,00	-
0084/2008	IV Exposição Agropecuária Industrial de Ouro Preto do Oeste	Centro de Referência Agrosil Vopastoril de Ouro Preto do Oeste	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	30.000,00	30.000,00	-
0085/2008	Feira Int. da Ind. Elétrica e Eletrônica – 12ª FIIIE-MG	Reed Exhibitions Alcântara Machado S.A.	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	150.000,00	127.000,00	23.000,00
0086/2008	IV Feira Agropecuarista de Urupá	Associação Agro Pecuarista de Urupá	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	20.000,00	20.000,00	-
0087/2008	20º Congresso APIMEC	Assoc. dos Analistas e Prof. de Invest. do Mercado de Capitais	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	35.000,00	35.000,00	-
0089/2008	200 anos da Corte a Corte	Assoc. dos Juízes Federais do Brasil-AFUJE	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	200.000,00	200.000,00	-
0092/2008	Seminário PAC-Programa de Aceleração do Crescimento	IDSJ-Inst. de Desenv. de Sistemas Jurídicos	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	100.000,00	100.000,00	-

0094/2008	Academia de Orquestras e Coros Sinfônicos de Campos	Sociedade Artística Villa Lobos	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	300.000,00	300.000,00	-
0095/2008	Fórum Empresarial Brasil - Venezuela	ALX Eventos e Marketing Ltda	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	14.800,00	14.800,00	-
0096/2008	Perfil Mano Borges	G.B. Bezerra Produções e Comércio	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	40.000,00	40.000,00	-
0097/2008	I Seminário Internacional de Petróleo, Gás e Fontes de E.Alt	Centro de Estudo e Pesquisa Josué de Castro	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	25.000,00	25.000,00	-
0099/2008	Congresso Bras. de Automação – CBA 2008	Fundação Centro Tec. de Juiz de Fora-FCT-JF	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	50.000,00	50.000,00	-
0100/2008	Viva a Arte	Centro Integrado de Meio Ambiente - CAMBURÉ	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	98.000,00	98.000,00	-
0103/2008	Congresso WFIC 2008	Trade Network Participações Ltda.	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	79.000,00	79.000,00	-
0104/2008	4ª Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação - INOVATEC	MINASPLAN-Comércio, Representação e Promoções Ltda.	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	50.000,00	35.000,00	15.000,00
0105/2008	Seminário Experiências com Crédito de Carbono	O Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro – CRC/RJ	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	25.000,00	25.000,00	-
0106/2008	XLII Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais	Sacada Eventos e Produções Ltda.	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	65.500,00	65.500,00	-
0107/2008	1º Congresso de Direito da Energia	Instituto dos Magistrados de Pernambuco - IMP	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	100.000,00	100.000,00	-
0108/2008	Fórum Brasileiro de Energia	Instituto Venturini para Estudos Ambientais	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	30.000,00	30.000,00	-
0109/2008	XIV Simpósio Jurídico ABCE	Associação Brasileira dos Concessionários de Energia	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	25.000,00		25.000,00

0110/2008	IX Congresso Brasileiro de Defesa do Meio Ambiente	Clube de Engenharia	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	50.000,00		50.000,00
0112/2008	VI SICESD - Seminário Internacional Caminhos para a Excelência nos Serviços de Distribuição e Relacionamento com os Clientes	Bureau de Eventos Ltda-Me	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	36.439,17	36.439,17	-
0116/2008	III Seminário Internacional do Setor Elétrico	Fundação Universitária José Bonifácio - FUJB	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	41.600,00	41.600,00	-
0117/2008	Jornada COEP pela Cidadania	Instituto de Desenvolvimento Comunitário e Participação Social – INSTITUTO COEP	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	150.000,00	75.000,00	75.000,00
0118/2008	XII Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído – ENTAC	Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído - ANTAC	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	50.000,00	50.000,00	-
0119/2008	24 IAHR Symposium on Hydraulic Machinery And	Associação pro Energias Renováveis	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	100.000,00	100.000,00	-
0120/2008	VIII Encontro Verde das Américas	Paliber Organização Pacífica e Ecológica	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	198.000,00	198.000,00	-
0122/2008	XI Congresso Brasileiro de Direito Constitucional	Instituto Brasileiro de Direito Público	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	100.000,00	50.000,00	50.000,00
0123/2008	DVD – De tudo eu gosto – ALCIONE MARROM	Nazareth Promoções de Eventos Ltda.	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	200.000,00	100.000,00	100.000,00
0124/2008	XVIII Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica (SENDI)	Instituto Abradee de Energia	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	120.000,00	120.000,00	-
0127/2008	Seminário DCI - Energia em Ação	Panorama Diário Comercial e Publicidade Ltda.	615.94.1.07.00 – Doações e Contribuições Diversas	700.000,00	700.000,00	-
0130/2008	9º Encontro de Negócios de Energia	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	100.000,00	100.000,00	-
0131/2008	Reunião Anual da IEC	Comitê Brasileiro de Eletricidade, Eletrônica, Iluminação e Telecomunicações - COBEI	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	200.000,00	200.000,00	-



0132/2008	IV Congresso de Eguoterapia	Associação Nacional de Eguoterapia - ANDE - Brasil	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	100.000,00	80.000,00	20.000,00
0136/2008	Fórum Latino Americano e Caribenho dos 800 anos da Família Franciscana	Família Franciscana do Brasil - FFB	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	63.954,32		63.954,32
0139/2008	IX CONPAF- Congresso Nacional dos Procuradores Federais	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES FEDERAIS - ANPAF	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	39.099,00		39.099,00
0140/2008	Seminário A Judicialização do PAC – Impactos ao Desenvolvimento do País	Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base - ABDIB	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	200.000,00	100.000,00	100.000,00
0142/2008	SHOW COM CAPITAL INICIAL	PARK SHOW PUBLICIDADE E EVENTOS LTDA	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	200.000,00	200.000,00	-
0143/2008	XXX Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Artística e Cultural da UFRJ – JORNADA 2008	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos COPPETEC	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	65.582,00	50.582,00	15.000,00
0145/2008	VII PIRAI FEST	Multi Estruturas e Eventos Ltda. ME	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	100.000,00	100.000,00	-
0146/2008	V Encontro Cultivando Água Boa	CELEBRA Administração de Eventos Ltda	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	300.000,00	300.000,00	-
0152/2008	XIV – SEPEF- Seminário de Planejamento Econômico Financeiro do Setor Elétrico	Fundação COGE	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	40.000,00		40.000,00
0153/2008	IX CONPAF- Congresso Nacional dos Procuradores Federais	Associação Nacional dos Procuradores Federais - ANPAF	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	39.099,00	39.099,00	-
0155/2008	XXIV ENCONSEL – Encontro Nacional dos Contadores do Setor de Energia Elétrica	Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	120.000,00		120.000,00
0156/2008	Conferencia Breaking Global Deadlocks - CEBRI	Centro Brasileiro de Relações Internacionais -CEBRI	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	30.000,00	30.000,00	-
0157/2008	V Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária	Instituto Latinoamerica para o Desenvolvimento, Educação, Ciência, Arte e Cultura	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	200.000,00	200.000,00	-
0158/2008	2º Fórum Nacional de Arquitetura, Iluminação e Sustentabilidade - FONAI	VJ Marketing Institucional Ltda-ME	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	65.000,00	65.000,00	-
0159/2009	XII Congresso Brasileiro de Energia	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos - COOPETEC	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	50.000,00	50.000,00	-
0161/2008	Encontro Regional da Abrasel Centro-Norte	Associação Bras. de Bares e Restaurantes Seccional Roraima - ABRASEL	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	51.627,02	51.627,02	-
0166/2008	4º festival da Natureza de Murici - AL	Instituto Murici de Desenvolvimento Integrado	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	100.000,00		100.000,00
0167/2008	Prêmio do Mérito Legislador - 2008	Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro - IDELB	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	500.000,00		500.000,00

0170/2008	Expo Nuclear Energy Technology 2008	Sociedade Nuclear Americana – Seção Latino Americana da American Nuclear Society	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	50.000,00	25.000,00	25.000,00
0176/2008	Salve a Amazônia – Tributo a Chico Mendes	Barbosa & Bartolomeu Marketing Ltda	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	207.000,00	207.000,00	-
0177/2008	COPPE 45 anos – Antecipando Soluções para os Desafios do Futuro	COPPETEC – Fundação	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	120.000,00		120.000,00
0178/2008	Fórum Bi-Regional África, América Latina, Caribe do Conselho Mundial da Energia - CME	Comitê Brasileiro do Conselho Mundial da Energia – CBCME	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	60.500,00	60.500,00	-
0181/2008	POLLUTEC 2008	Assoc. Brás. de Concessionárias de Energia Elétrica-ABCE	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	25.000,00	25.000,00	-
0182/2008	XXXI CONVENÇÃO DA UPADI	União Pan-Americana de Associações de Engenheiros – UPADI	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	200.000,00	140.000,00	60.000,00
0183/2008	IV Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência	RR Produções e FotaografiaLtdA	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	600.000,00	300.000,00	300.000,00
0184/2008	Congresso Mundial de Engenharia	Federação Brasileira de Conventions & Visitors Bureau	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	250.000,00	150.000,00	100.000,00
0185/2008	Semana do Ministério Público	Fundação Escola Superior do Ministério Público da Bahia	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	45.000,00	40.000,00	5.000,00
0186/2008	Show em comemoração aos 60 anos de Declaração Universal dos Direitos Humanos	Grupo de Teatro Mamulengo Presepada – Invenção Brasileira	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	212.740,00		212.740,00
0187/2008	I Seminário sobre Finanças Pessoais, Empreendedorismo e Perspectivas da Economia Brasileira	XP EDUCAÇÃO – Assessoria Empresarial e Participações LTDA	615.99.1.07.00 – Participação em Eventos	40.000,00	40.000,00	-
<b>TOTAL</b>				<b>11.620.748,96</b>	<b>8.855.191,19</b>	<b>2.765.557,77</b>

### **3. Demonstrativo da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal**

Anexado ao Processo de Prestação de Contas.

### **4. Atas das reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal**

Anexado ao Processo de Prestação de Contas em meio eletrônico (CD).

## **III. Informações contábeis**

Conforme *arquivo ELETROBRAS Demonstrações Financeiras 2008.pdf*, que apresenta as Demonstrações Financeiras da Eletrobrás no ano de 2008.

---

José Antonio Muniz Lopes  
Presidente da Eletrobrás

# Carteira Diária

Data de Emissão: 18/03/2009

Data de Posição: 31/12/2008

Cliente: ELETROS - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL

Ações													
Código	Papel	Qtd. Disponível	Qtd. Bloqueada	Qtd. Total	Custo Médio c/Corretagem	Cotação	Custo Total	Resultado	Valor de Mercado Bruto	IRRF Sobre Pos.Própria	Valor de Mercado Líquido	% S/RV	% S/Total
AMBV4	AMBEVFN *EDJ	20.300	0	20.300	104,48	101,34	2.120.962,08	(63.760,08)	2.057.202,00	0,00	2.057.202,00	0,92%	0,10%
BBAS3	BRASILON EJ NM	211.900	0	211.900	23,13	14,68	4.901.886,29	(1.791.194,29)	3.110.692,00	0,00	3.110.692,00	1,39%	0,15%
BBDC4	BRDESCOPN EB N1	899.363	0	899.363	22,57	22,59	20.294.604,44	22.005,73	20.316.610,17	0,00	20.316.610,17	9,11%	1,01%
BRAP4	BRADSPARPN N1	432.400	0	432.400	34,71	19,18	15.007.905,30	(6.714.473,30)	8.293.432,00	0,00	8.293.432,00	3,72%	0,41%
BRML3	BR MALLS PARON	290.200	0	290.200	16,69	9,10	4.843.148,78	(2.202.328,78)	2.640.820,00	0,00	2.640.820,00	1,18%	0,13%
CMIG4	CEMIGPN * N1	117.822	0	117.822	34,87	31,77	4.108.400,44	(365.195,50)	3.743.204,94	0,00	3.743.204,94	1,68%	0,19%
CPFE3	CPFL ENERGIAON NM	256.300	0	256.300	33,81	30,15	8.666.301,38	(938.856,38)	7.727.445,00	0,00	7.727.445,00	3,46%	0,38%
CPLE6	COPELPNB*	82.900	0	82.900	29,65	24,00	2.457.697,67	(468.097,67)	1.989.600,00	0,00	1.989.600,00	0,89%	0,10%
CSNA3	SID NACIONALON	176.100	0	176.100	52,86	29,00	9.309.064,77	(4.202.164,77)	5.106.900,00	0,00	5.106.900,00	2,29%	0,25%
ELPL6	ELETROPAULOPNB* N2	87.700	0	87.700	22,18	25,50	1.945.371,45	290.978,55	2.236.350,00	0,00	2.236.350,00	1,00%	0,11%
ENBR3	ENERGIAS BRON NM	702.646	0	702.646	17,87	22,60	12.556.284,02	3.323.515,58	15.879.799,60	0,00	15.879.799,60	7,12%	0,79%
GGBR4	GERDAUPN N1	334.500	202.500	537.000	21,96	15,06	11.789.862,50	(3.702.642,50)	8.087.220,00	0,00	8.087.220,00	3,62%	0,40%
GTDP3B	GTD PARTON MB	7.722.466	0	7.722.466	2,50	0,19	19.306.165,00	(17.838.896,46)	1.467.268,54	0,00	1.467.268,54	0,66%	0,07%
GTDP4B	GTD PARTPN MB	6.932.466	0	6.932.466	4,00	0,19	27.729.864,00	(26.412.695,46)	1.317.168,54	0,00	1.317.168,54	0,59%	0,07%
GVT3	GVT HOLDINGON NM	95.600	0	95.600	22,69	25,37	2.168.996,77	256.375,23	2.425.372,00	0,00	2.425.372,00	1,09%	0,12%
ITSA4	ITAUSAPN N1	3.280.642	0	3.280.642	8,39	8,01	27.535.674,20	(1.257.731,78)	26.277.942,42	0,00	26.277.942,42	11,78%	1,31%
LAME4	LOJAS AMERICPN *	327.200	0	327.200	9,81	6,27	3.209.144,04	(1.157.600,04)	2.051.544,00	0,00	2.051.544,00	0,92%	0,10%
LREN3	LOJAS RENNERON NM	316.900	0	316.900	19,83	15,67	6.283.795,18	(1.317.972,18)	4.965.823,00	0,00	4.965.823,00	2,23%	0,25%
OHLB3	OHL BRASILON NM	187.100	0	187.100	28,84	12,57	5.396.255,66	(3.044.408,66)	2.351.847,00	0,00	2.351.847,00	1,05%	0,12%
PETR4	PETROBRASPN	2.360.776	0	2.360.776	28,19	22,84	66.539.516,61	(12.619.392,77)	53.920.123,84	0,00	53.920.123,84	24,17%	2,68%
PRGA3	PERDIGAO S/AON NM	233.300	0	233.300	34,44	29,74	8.033.837,91	(1.095.495,91)	6.938.342,00	0,00	6.938.342,00	3,11%	0,34%
PSSA3	PORTO SEGUROON NM	122.100	0	122.100	20,73	13,05	2.531.081,98	(937.676,98)	1.593.405,00	0,00	1.593.405,00	0,71%	0,08%
RDCD3	REDECARD ON	0	77.000	77.000	25,96	25,70	1.998.581,09	(19.681,09)	1.978.900,00	0,00	1.978.900,00	0,89%	0,10%
SDIA4	SADIA S/APN N1	235.500	0	235.500	11,44	3,75	2.693.413,06	(1.810.288,06)	883.125,00	0,00	883.125,00	0,40%	0,04%
TBLE3	TRACTEBELON NM	285.800	0	285.800	22,06	18,55	6.303.668,84	(1.002.078,84)	5.301.590,00	0,00	5.301.590,00	2,38%	0,26%
TLPP4	TELESPPN	0	21.900	21.900	45,78	45,71	1.002.520,78	(1.471,78)	1.001.049,00	0,00	1.001.049,00	0,45%	0,05%
VALE3	VALE R DOCEON N1	1.064.008	0	1.064.008	41,34	27,69	43.981.600,80	(14.519.219,28)	29.462.381,52	0,00	29.462.381,52	13,20%	1,46%

# Carteira Diária

Data de Emissão: 18/03/2009

Data de Posição: 31/12/2008

Cliente: ELETROS - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL

Ações																
Código	Papel		Qtd. Disponível	Qtd. Bloqueada	Qtd. Total	Custo Médio c/Corretagem	Cotação	Custo Total	Resultado	Valor de Mercado Bruto	IRRF Sobre Pos.Própria	Valor de Mercado Líquido	% S/RV	% S/Total		
TOTAL			26.775.989	301.400	27.077.389			322.715.605,04	(99.590.447,47)	223.125.157,57	0,00	223.125.157,57	100,00%	11,09%		
Renda Fixa																
Código	Aplicação	Emitente	MTM %AA	Tx. Over	Taxa %AA	Index.	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Mercado	Valor da Aplicação	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% S/RF	% S/Total
DE252																
1535800	28/12/2001	FG TRUST	0,000000%	0,000000%	1,386011%	PRE	01/01/1998	01/01/2050	603,0000	1.008,64000000	834.334,92	608.209,92	0,00	608.209,92	0,08%	0,03%
1535801	22/01/2002	FERREIRA	0,000000%	0,000000%	(0,016015%)	TJLP	01/06/1995	22/06/2014	1.102,0000	1.512,93587800	1.816.376,95	1.667.255,34	0,00	1.667.255,34	0,22%	0,08%
1535802	05/12/2001	CEMIG	1,612151%	1,709943%	6,409798%	CDI	01/11/2001	01/11/2009	232,0000	15.941,86075858	2.375.496,72	3.698.511,70	0,00	3.698.511,70	0,50%	0,18%
1535809	01/11/2002	PETR	9,538142%	0,909536%	10,300057%	IGPM	01/10/2002	01/10/2010	10.000,0000	1.786,31323910	10.480.700,00	17.863.132,39	0,00	17.863.132,39	2,41%	0,89%
1535813	01/11/2006	CEMIG	1,158554%	1,738518%	0,000000%	CDI D 104.000	01/11/2006	01/11/2011	232,0000	15.951,68371200	3.742.586,21	3.700.790,62	0,00	3.700.790,62	0,50%	0,18%
1535814	02/01/2007	CEMIG D	11,094308%	1,075649%	10,307697%	IGPM-100	01/06/2006	02/06/2014	1.000,0000	13.782,67000000	11.993.174,40	13.782.670,00	0,00	13.782.670,00	1,86%	0,69%
1535815	01/03/1999	VAL	0,000000%	(0,084352%)	0,765667%	IGPM	08/07/1997	08/07/2010	494.476,0000	0,02863113	4.944,76	14.157,40	0,00	14.157,40	0,00%	0,00%
SUBTOTAL									507.645,0000		31.247.613,96	41.334.727,37	0,00	41.334.727,37	5,57%	2,06%
LHIP																
1535803	01/02/2001	CEF	7,062444%	0,689695%	10,715225%	IGPM	01/02/2001	01/02/2021	44.000,0000	2.935,30694405	44.000.000,00	129.153.505,54	0,00	129.153.505,54	17,40%	6,42%
SUBTOTAL									44.000,0000		44.000.000,00	129.153.505,54	0,00	129.153.505,54	17,40%	6,42%
NTN-B																
1535804	02/01/2007	TESOURO	7,456511%	1,340490%	7,642390%	IPCA	15/10/2003	15/08/2024	20.528,0000	1.601,10429300	28.875.151,84	32.867.468,93	0,00	32.867.468,93	4,43%	1,63%
1535816	02/01/2007	TESOURO	8,236710%	1,429028%	7,704043%	IPCA	15/10/2003	15/05/2015	25.394,0000	1.616,00830100	37.262.750,17	41.036.914,80	0,00	41.036.914,80	5,53%	2,04%
1535817	02/01/2007	TESOURO	8,236710%	1,429028%	7,704043%	IPCA	15/10/2003	15/05/2015	9.500,0000	1.616,00830100	13.940.148,33	15.352.078,86	0,00	15.352.078,86	2,07%	0,76%
1535818	02/01/2007	TESOURO	8,236710%	1,429028%	7,704043%	IPCA	15/10/2003	15/05/2015	16.729,0000	1.616,00830100	24.547.867,51	27.034.202,87	0,00	27.034.202,87	3,64%	1,34%
1535819	02/01/2007	TESOURO	7,538658%	1,352811%	7,856781%	IPCA	15/09/2003	15/05/2009	4.035,0000	1.795,01927500	6.326.250,02	7.242.902,77	0,00	7.242.902,77	0,98%	0,36%
1535820	02/01/2007	TESOURO	7,538658%	1,352811%	7,856781%	IPCA	15/09/2003	15/05/2009	9.596,0000	1.795,01927500	15.045.029,79	17.225.004,96	0,00	17.225.004,96	2,32%	0,86%
2386548	02/10/2007	TESOURO	7,388910%	1,332756%	6,199997%	IPCA	15/08/2004	15/05/2045	28.000,0000	1.501,65713300	46.544.930,46	42.046.399,72	0,00	42.046.399,72	5,66%	2,09%
2393774	03/10/2007	TESOURO	7,416307%	1,335279%	6,306591%	IPCA	07/03/2006	15/05/2035	34.450,0000	1.522,47119700	56.646.649,96	52.449.132,74	0,00	52.449.132,74	7,07%	2,61%
3592945	12/03/2008	TESOURO	7,388910%	1,332756%	6,659234%	IPCA	15/08/2004	15/05/2045	7.500,0000	1.501,65713300	11.949.005,80	11.262.428,50	0,00	11.262.428,50	1,52%	0,56%
4180640	15/05/2008	TESOURO	7,456511%	1,340490%	6,870009%	IPCA	15/10/2003	15/08/2024	20.190,0000	1.601,10429300	32.546.583,76	32.326.295,68	0,00	32.326.295,68	4,35%	1,61%
4180650	15/05/2008	TESOURO	7,416307%	1,335279%	6,780004%	IPCA	07/03/2006	15/05/2035	1.925,0000	1.522,47119700	3.017.869,78	2.930.757,05	0,00	2.930.757,05	0,39%	0,15%
SUBTOTAL									177.847,0000		276.702.237,42	281.773.586,88	0,00	281.773.586,88	37,96%	14,01%

# Carteira Diária

Data de Emissão: 18/03/2009

Data de Posição: 31/12/2008

Cliente: ELETROS - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL

Renda Fixa																
Código	Aplicação	Emitente	MTM %AA	Tx. Over	Taxa %AA	Index.	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Mercado	Valor da Aplicação	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% S/RF	% S/Total
NTN-C																
1535807	02/01/2007	TESOURO	7,068511%	0,636077%	7,837797%	IGPM	01/05/2002	01/07/2017	18.729,0000	2.162,56991200	31.028.973,67	40.502.771,88	0,00	40.502.771,88	5,46%	2,01%
1535808	01/10/2002	TESOURO	7,068511%	0,636077%	2,891576%	IGPM	01/05/2002	01/07/2017	22.000,0000	2.162,56991200	39.465.307,22	47.576.538,06	0,00	47.576.538,06	6,41%	2,37%
1535810	02/01/2007	TESOURO	6,809303%	0,609339%	7,656700%	IGPM	01/01/2001	01/01/2031	8.000,0000	3.649,98032200	22.134.915,08	29.199.842,58	0,00	29.199.842,58	3,93%	1,45%
1535811	02/01/2007	TESOURO	6,809303%	0,609339%	7,656700%	IGPM	01/01/2001	01/01/2031	17.007,0000	3.649,98032200	47.056.062,60	62.075.215,34	0,00	62.075.215,34	8,36%	3,09%
1535812	02/01/2007	TESOURO	6,809303%	0,609339%	7,656700%	IGPM	01/01/2001	01/01/2031	30.338,0000	3.649,98032200	83.941.131,72	110.733.103,01	0,00	110.733.103,01	14,92%	5,51%
SUBTOTAL									96.074,0000		223.626.390,29	290.087.470,87	0,00	290.087.470,87	39,08%	14,42%
TOTAL									825.566,0000		575.576.241,67	742.349.290,66	0,00	742.349.290,66	100,01%	36,91%

## Fundos de Investimento - Outros Fundos

Código	Fundo	Instituição	Quantidade	Qtde Bloq.	Valor Cota	Valor Aplic./Resg	Valor Atual	Impostos	Valor Líquido	% S/Fl	% S/Total
006185	IPANEMA	BRDESCO	111.833.950,84463	0,00000	2,760540	0,00	308.722.134,92	0,00	308.722.134,92	29,52%	15,35%
006724	BRAD DED SAUD SU ANS	BRDESCO	266.726,98961	0,00000	1,113833	0,00	297.089,24	0,00	297.089,24	0,03%	0,01%
082187	ALFA ITAIPAVA FIM	BRDESCO	3.300.132,66402	0,00000	131,520547	0,00	434.035.253,14	0,00	434.035.253,14	41,50%	21,58%
082188	CSAM IBX_E	BRDESCO	2.646.290,30965	0,00000	8,183469	0,00	21.655.834,71	0,00	21.655.834,71	2,07%	1,08%
082189	VOTORANTIM_GERIBA	BRDESCO	2.139.436,57744	0,00000	131,396991	0,00	281.115.528,20	0,00	281.115.528,20	26,88%	13,98%
TOTAL			120.186.537,38535				1.045.825.840,21	0,00	1.045.825.840,21	100,00%	52,00%

## Contas a Pagar/Receber

Descrição	Valor	% S/TES	% S/Total
Compra de Ações [D+2]	(2.152.163,81)	(19,078,72%)	(0,11%)
Compra de Ações [D+3]	(1.998.581,09)	(17,717,23%)	(0,10%)
Custo CETIP 20/01/09	(357,51)	(3,17%)	0,00%
Custo SELIC 26/01/09	(1.764,71)	(15,64%)	0,00%
Dividendo de 0.01 a rec. s/ 2,216,306 de ITSA4 em 02/01/2009 [CCI/5884225]	31.028,28	275,06%	0,00%
Dividendo de 0.01 a rec. s/ 21,316 de BBDC4 em 02/01/2009 [CCI/5884225]	281,78	2,50%	0,00%
Dividendo de 0.01 a rec. s/ 241,220 de ITSA4 em 02/01/2009 [CCI/5884225]	3.377,08	29,94%	0,00%
Dividendo de 0.01 a rec. s/ 290,547 de BBDC4 em 02/01/2009 [CC/5884225]	3.840,81	34,05%	0,00%
Dividendo de 0.01 a rec. s/ 587,500 de BBDC4 em 02/01/2009 [CCI/5884225]	7.766,30	68,85%	0,00%
Dividendo de 0.01 a rec. s/ 7,044 de ITSA4 em 02/01/2009 [CC/5884225]	98,61	0,87%	0,00%

# Carteira Diária

Data de Emissão: 18/03/2009

Data de Posição: 31/12/2008

Cliente: ELETROS - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL

## Contas a Pagar/Receber

Descrição	Valor	% S/TES	% S/Total
Dividendo de 0.01 a rec. s/ 816,072 de ITSA4 em 02/01/2009 [CC/5884225]	11.425,00	101,28%	0,00%
Dividendo de 0.01 a rec. s/ 90,000 de UBBR11 em 31/12/2049 [CC/5884225]	621,00	5,51%	0,00%
Estorno de Juros s/ Capital BBAS3	(30.600,72)	(271,27%)	0,00%
Estorno de Juros s/ Capital de BRTO4	(142.724,33)	(1.265,24%)	(0,01%)
Estorno de Juros s/ Capital de BRTP3	(20.893,08)	(185,22%)	0,00%
Estorno de Juros s/ Capital de PRGA3 em 27/02/2009	(12.624,00)	(111,91%)	0,00%
Estorno de juros sobre 90.000 UBBR11	(10.478,66)	(92,89%)	0,00%
Estorno de recebimento de dividendos de UBBR11 s/ 90.000 [indevidas em CC]	(621,00)	(5,51%)	0,00%
Juros s/ capital de 0.12 a rec. s/ 11,200 de PRGA3 em 27/02/09 [CCI/5884225]	1.344,00	11,91%	0,00%
Juros s/ capital de 0.12 a rec. s/ 203,600 de PRGA3 em 27/02/09 [CC/5884225]	24.432,00	216,59%	0,00%
Juros s/ capital de 0.12 a rec. s/ 90,000 de UBBR11 em 30/01/09 [CC/5884225]	10.478,66	92,89%	0,00%
Juros s/ capital de 0.16 a rec. s/ 191,300 de BBAS3 em 03/03/09 [CC/5884225]	30.600,72	271,27%	0,00%
Juros s/ capital de 0.16 a rec. s/ 205,900 de BBAS3 em 03/03/09 [CCI/588422]	32.936,16	291,98%	0,00%
Juros s/ capital de 0.16 a rec. s/ 6,000 de BBAS3 em 03/03/09 [CCI/5884225]	959,77	8,51%	0,00%
Juros s/ capital de 0.27 a rec. s/ 136,300 de TBLE3 em 31/12/49 [CCI/588422]	36.750,80	325,79%	0,00%
Juros s/ capital de 0.27 a rec. s/ 149,500 de TBLE3 em 31/12/49 [CCI/588422]	40.309,94	357,34%	0,00%
Juros s/ capital de 0.30 a rec. s/ 274,400 de LREN3 em 31/12/49 [CCI/588422]	82.210,24	728,79%	0,00%
Juros s/ capital de 0.30 a rec. s/ 42,500 de LREN3 em 31/12/49 [CCI/5884225]	12.733,00	112,88%	0,00%
Juros s/ capital de 0.43 a rec. s/ 27,000 de ELPL6 em 31/12/49 [CC/5884225]	11.519,46	102,12%	0,00%
Juros s/ capital de 0.43 a rec. s/ 52,400 de ELPL6 em 31/12/49 [CCI/5884225]	22.356,30	198,19%	0,00%
Juros s/ capital de 0.43 a rec. s/ 8,300 de ELPL6 em 31/12/49 [CCI/5884225]	3.541,16	31,39%	0,00%
Juros s/ capital de 0.45 a rec. s/ 318,874 de BRTO4 em 31/12/49 [CC/5884225]	142.724,33	1.265,24%	0,01%
Juros s/ capital de 0.52 a rec. s/ 40,500 de BRTP3 em 31/12/49 [CC/5884225]	20.893,08	185,22%	0,00%
Juros s/ capital de 0.63 a rec. s/ 21,316 de BBDC4 em 09/03/09 [CCI/5884225]	13.399,89	118,79%	0,00%
Juros s/ capital de 0.63 a rec. s/ 290,547 de BBDC4 em 09/03/09 [CC/5884225]	182.646,75	1.619,15%	0,01%
Juros s/ capital de 0.63 a rec. s/ 587,500 de BBDC4 em 09/03/09 [CCI/588422]	369.320,52	3.273,99%	0,02%
Juros s/ capital de 0.80 a rec. s/ 1,516,900 de PETR4 em 31/12/49 [CCI/5884]	1.213.520,00	10.757,74%	0,06%
Juros s/ capital de 0.80 a rec. s/ 34,800 de PETR4 em 31/12/49 [CCI/5884225]	27.840,00	246,80%	0,00%

# Carteira Diária

Data de Emissão: 18/03/2009

Data de Posição: 31/12/2008

Cliente: ELETROS - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL

Contas a Pagar/Receber			
Descrição	Valor	% S/TES	% S/Total
Juros s/ capital de 0.80 a rec. s/ 897,576 de PETR4 em 31/12/49 [CC/5884225]	718.060,80	6.365,54%	0,04%
Provisão de Debentures Ferreira Guimarães [FGUI12]	(1.667.255,34)	(14.780,06%)	(0,08%)
Provisão GTD ON	(596.946,62)	(5.291,87%)	(0,03%)
Provisão GTD PN	(535.879,62)	(4.750,52%)	(0,03%)
Tx Custódia Bruta a Pagar em 08/01/2009	(8.370,50)	(74,20%)	0,00%
Tx de Controladoria s/ Tx de Admin. [BBDC] Bruta a Pagar em 08/01/2009	(2.092,70)	(18,55%)	0,00%
Venda de Ações [D+2]	2.138.134,46	18.954,35%	0,11%
Venda de Ações [D+3]	1.997.483,23	17.707,49%	0,10%
<b>TOTAL</b>	<b>11.280,44</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,00%</b>

Tesouraria			
Descrição	Valor	% S/TES	% S/Total
Saldo em Tesouraria	7.093,23	100,00%	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>7.093,23</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,00%</b>

Patrimônio	
Total do Patrimônio	2.011.318.662,11

Rentabilidade Acumulada							
Indexador	BenchMark	Rent. Real	Variação Diária	Variação Mensal	Variação Anual	Últimos 6 Meses	Últimos 12 Meses
CDI	25,7788%	(0,0376%)	0,05064830%	1,11013560%	12,36988540%	6,62668090%	12,36988540%
COTA			0,01305650%	1,53327320%	(0,76619670%)	(4,78055190%)	(0,76619670%)
IBOVESPA		0,0131%	0,00000000%	2,60964610%	(41,22342920%)	(42,24587420%)	(41,22342920%)
SELIC	25,6902%	(0,0377%)	0,05082300%	1,12402170%	12,47146680%	6,68380280%	12,47146680%
Valor da Cota Bruta de Performance	2,07586300						
Quantidade de Cotas (Liquida)	968.907.161,34522500						
Valor da Cota Unitaria (Liquida)	2,07586300						



## Relatório de Enquadramento dos Investimentos

Referência: 31/12/2008

Renda Fixa	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3.456	Status
<b>Baixo Risco de Crédito</b>				
<b>Títulos Públicos Federais</b>	<b>843.631.546,74</b>	<b>38,4%</b>	<b>100,0%</b>	<b>Enquadrado</b>
LFT	116.326.733,67	5,3%		
LTN	86.225.917,06	3,9%		
NTN-B	350.991.425,14	16,0%		
NTN-C	290.087.470,87	13,2%		
NTN-L	-	0,0%		
<b>Outros Títulos de Renda Fixa</b>	<b>890.614.005,59</b>	<b>40,6%</b>	<b>80,0%</b>	<b>Enquadrado</b>
Letras Hipotecárias	129.153.505,54	5,9%		
Debêntures Simples	512.162.941,37	23,3%		
CDBs	249.297.558,68	11,4%		
<b>Fundos de Renda Fixa e FIDC</b>	<b>33.257.140,01</b>	<b>1,5%</b>		
Fundos de Renda Fixa	297.089,24	0,0%	100,0%	Enquadrado
Fundos FIDC	32.960.050,76	1,5%	20,0%	Enquadrado
<b>Total - Baixo Risco de Crédito</b>	<b>1.767.502.692,33</b>	<b>80,5%</b>	<b>100,0%</b>	<b>Enquadrado</b>

<b>Médio / Alto Risco de Crédito</b>				
<b>Debêntures Imobiliárias</b>	-	<b>0,0%</b>		
<b>Debêntures Conversíveis</b>	-	<b>0,0%</b>		
<b>Total - Médio / Alto Risco de Crédito</b>	-	<b>0,0%</b>	<b>20,0%</b>	<b>Enquadrado</b>
<b>Total - Renda Fixa</b>	<b>1.767.502.692,33</b>	<b>80,5%</b>	<b>100,0%</b>	<b>Enquadrado</b>

Renda Variável	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3.456	Status
<b>Ações em Mercado</b>				
<b>Ações</b>	<b>243.221.169,57</b>	<b>11,1%</b>		
Ações Giro	243.221.169,57	11,1%		
Ações Permanentes	-	0,0%		
<b>Fundos de Renda Variável</b>	-	<b>0,0%</b>		
ARX FIA	-	0,0%		
Mercatto Geração Futuro	-	0,0%		
Geração FIA	-	0,0%		
<b>Total - Ações em Mercado</b>	<b>243.221.169,57</b>	<b>11,1%</b>	<b>50,0%</b>	<b>Enquadrado</b>

<b>Participações</b>				
<b>Ações</b>	-	<b>0,0%</b>		
<b>Debêntures</b>	-	<b>0,0%</b>		
<b>Fundos Venture Capital</b>	-	<b>0,0%</b>		
<b>Fundos Emergentes</b>	-	<b>0,0%</b>		
<b>Fundos Participações</b>	-	<b>0,0%</b>		
<b>Financiamento de Projetos</b>	-	<b>0,0%</b>		
<b>Total - Participações</b>	-	<b>0,0%</b>	<b>20,0%</b>	<b>Enquadrado</b>

**Renda Variável - Outros Ativos**

<b>Ações (BDR's e Mercosul)</b>	-	<b>0,0%</b>		
<b>Fundos Multimercados</b>	-	<b>0,0%</b>		
<b>Demais Ativos</b>	-	<b>0,0%</b>		
Debêntures c\ participação nos lucros	-	0,0%		
Certificado de Ouro Físico	-	0,0%		
<b>Total - Outros Ativos</b>	-	<b>0,0%</b>	<b>3,0%</b>	<b>Enquadrado</b>

<b>Total - Renda Variável</b>	<b>243.221.169,57</b>	<b>11,1%</b>	<b>50,0%</b>	<b>Enquadrado</b>
-------------------------------	-----------------------	--------------	--------------	-------------------

<b>Imóveis</b>	<b>Valor Aplicado</b>	<b>% do PL Fundação</b>	<b>% Limite 3.456</b>	<b>Status</b>
<b>Desenvolvimento</b>	-	<b>0,0%</b>		
<b>Fundos Imobiliários</b>	-	<b>0,0%</b>		
<b>Aluguéis e Renda</b>	<b>73.579.410,00</b>	<b>3,4%</b>		
<b>Outros Investimentos Imobiliários</b>	-	<b>0,0%</b>		
<b>Total Imóveis</b>	<b>73.579.410,00</b>	<b>3,4%</b>	<b>11,0%</b>	<b>Enquadrado</b>

<b>Empréstimos e Fin. Imobiliários</b>	<b>Valor Aplicado</b>	<b>% do PL Fundação</b>	<b>% Limite 3.456</b>	<b>Status</b>
Empréstimo	108.054.401,43	4,9%	15,0%	
Financiamentos	-	0,0%	10,0%	
<b>Total de Empréstimos</b>	<b>108.054.401,43</b>	<b>4,9%</b>	<b>15,0%</b>	<b>Enquadrado</b>

<b>Derivativos</b>	<b>Valor Aplicado</b>	<b>% do PL Fundação</b>	<b>% Limite 3.456</b>	<b>Status</b>
Swap	-	0,0%	100,0%	
Termo	-	0,0%	100,0%	
Futuros	-	0,0%	100,0%	
Opções	-	0,0%	100,0%	
<b>Total de Derivativos</b>	-	<b>0,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>Enquadrado</b>

Contas a Pagar / Receber - Imóveis	2.556.313,31
Contas a Pagar / Receber - Carteira Própria	11.280,44
Contas a Pagar / Receber - Fundos	557.464,56
Tesouraria - Carteira Própria	7.093,23
Tesouraria - Fundos	18.963,67

<b>Patrimônio Total da Fundação</b>	<b>2.195.508.788,55</b>	<b>100,0%</b>
-------------------------------------	-------------------------	---------------

## Relatório Resumo de Enquadramento

Referência: 31/12/2008

<b>Patrimônio Líquido da Fundação</b>	<b>2.195.508.788,55</b>
---------------------------------------	-------------------------

Tópico do Enquadramento	Limite 3.456	Aplicação Atual	Valor Limite	% Aplicado	Status
% do Segmento RF/PL PLANO	100,00%	1.767.502.692,33	2.195.508.788,55	80,51%	Enquadrado
% do PL em Títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do BACEN	100,00%	843.631.546,74	2.195.508.788,55	38,43%	Enquadrado
% do PL em Títulos RF1, exceto títulos do Tesouro Nacional	80,00%	923.871.145,60	1.756.407.030,84	42,08%	Enquadrado
% do PL em FIEX	10,00%	-	219.550.878,85	0,00%	Enquadrado
% do PL em FIDC		Verificar Rel. de Diversificação FIDC's			
% do PL em Instituições Financeiras RF2	20,00%	-	439.101.757,71	0,00%	Enquadrado
% do PL em uma mesma pessoa jurídica não-financeira		Verificar Rel. de Diversificação Inst. Não Financ.			
% do PL em Instituições Financeiras RF1		Verificar Rel. de Diversificação Inst. Financ.			
% de uma mesma Série de Debêntures		Verificar Rel. de Diversificação Debêntures			
% do PL em RV	50,00%	243.221.169,57	1.097.754.394,27	11,08%	Enquadrado
% do PL em Ações de uma única empresa		Verificar Rel. de Diversificação Renda Variável			
% do capital votante de uma empresa		Verificar Rel. de Diversificação Capital Votante			
% do PL da Fundação em Investimentos Imobiliários	11,00%	73.579.410,00	241.505.966,74	3,35%	Enquadrado
% do PL da Fundação em Empréstimos	15,00%	108.054.401,43	329.326.318,28	4,92%	Enquadrado

## Relatório de Diversificação - Debêntures

Referência: 31/12/2008

Limite Resolução 3.456	%
Máximo do Total da Emissão	25%
Máximo do Total do Projeto	40%

Código	Empresa	Origem	Quant. em Carteira	Total de Série	% da Série	Status
AMBV11	AMBEV	Alfa Itaipava FIM Bradesco FIM Ipanema FIM VT Geribá Multimercado	5.000	81.705	6,12%	Enquadrado
AMBV21	AMBEV	Alfa Itaipava FIM FIM VT Geribá Multimercado	3.000	124.803	2,40%	Enquadrado
CBRD16	CBD	FIM VT Geribá Multimercado	2.000	54.000	3,70%	Enquadrado
CMIG11	CEMIG	Carteira Própria	232	31.250	0,74%	Enquadrado
CMIG21	CEMIG	Carteira Própria	232	31.250	0,74%	Enquadrado
CMGD11	CEMIG	Carteira Própria	1.000	23.042	4,34%	Enquadrado
CPEL14	Copel	Bradesco FIM Ipanema	2.000	60.000	3,33%	Enquadrado
CPFP11	CPFL Piratininga	Alfa Itaipava FIM FIM VT Geribá Multimercado	3.000	40.000	7,50%	Enquadrado
CSNA14	CSN	Alfa Itaipava FIM	2.000	60.000	3,33%	Enquadrado
CVRDA6	Cia Vale do Rio Doce	Carteira Própria	494.476	99.000.000	0,50%	Enquadrado
CVRD27	Cia Vale do Rio Doce	Alfa Itaipava FIM Bradesco FIM Ipanema FIM VT Geribá Multimercado	7.680	400.000	1,92%	Enquadrado
ELSP10	Eletropaulo	Alfa Itaipava FIM	2.000	60.000	3,33%	Enquadrado
FGTR11	FG Trust	Carteira Própria	603	3.889	15,51%	Enquadrado
FGUI12	Cia Têxtil Ferreira Guimarães	Carteira Própria	1.102	15.000	7,35%	Enquadrado
ITSP12	Itauseg Participações	Alfa Itaipava FIM	6.300	101.385	6,21%	Enquadrado
ITSP22	Itauseg Participações	Alfa Itaipava FIM	6.300	101.115	6,23%	Enquadrado
KLBN15	klabin	Alfa Itaipava FIM FIM VT Geribá Multimercado	-	31.405	0,00%	Enquadrado
LAME13	Lojas Americanas	FIM VT Geribá Multimercado	2.000	23.460	8,53%	Enquadrado
PETR13	Petrobras	Carteira Própria	10.000	775.000	1,29%	Enquadrado
TLMP16	Telemar Participações	Alfa Itaipava FIM FIM VT Geribá Multimercado	-	15.000	0,00%	Enquadrado
TLNL11	Telemar Norte Leste	Alfa Itaipava FIM Bradesco FIM Ipanema FIM VT Geribá Multimercado	2.000	54.000	3,70%	Enquadrado
TLNL21	Telemar Norte Leste	Bradesco FIM Ipanema	1.000	54.000	1,85%	Enquadrado
USIM14	Usiminas	FIM VT Geribá Multimercado	400	5.000	8,00%	Enquadrado

**Relatório de Diversificação - FIDC's**

Referência: 31/12/2008

<b>Limite Resolução 3.456</b>	<b>%</b>
Máximo Aplicado em FIDC - % do PL da Fundação	10%
Máximo Aplicado por FIDC - % do PL do Fundo	25%

Fundo	Origem	Instituição Proprietária	Valor Aplicado R\$	PL do Fundo R\$	% PL do Fundo	Status
BMG FIDC Cred Cons VI	FIM VT Geribá Multimercado	Intrag	32.960.050,76	846.625.861,47	3,89%	Enquadrado
FIQFIDC Pactual Recebíveis	Alfa Itaipava FIM	UBS Pactual	-	3.377.613,20	0,00%	Enquadrado
FIDC Abimaq	Bradesco FIM Ipanema	Deutsche	-	20.566.061,30	0,00%	Enquadrado

Fundação	PL Total da Fundação	Total Aplicado em FIDC R\$	% PL da Fundação	Status
Fundação	2.195.508.788,55	32.960.050,76	1,50%	Enquadrado

## Relatório de Diversificação de Renda Fixa - Instituição não Financeira

Referência: 31/12/2008

Limite Resolução 3.456	%
Máximo de Emissão por Instit. não Financeira	10%
Patrimônio Líquido da Fundação	2.195.508.788,55
Total de Instituição não Financeira	474.337.853,44
% PL da Fundação	21,60%

SPC	Origem	Empresa	Papel	Aplicação Atual	% Aplicado	Status
<b>BAIXO RISCO DE CRÉDITO - RF1</b>						
RF1	Alfa Itaipava FIM Bradesco FIM Ipanema FIM VT Geribá Multimercado	AMBEV	Debênture	77.926.330,84	3,55%	Enquadrado
RF1	FIM VT Geribá Multimercado	CBD	Debênture	17.866.421,74	0,81%	Enquadrado
RF1	Carteira Própria	CEMIG	Debênture	21.181.972,32	0,96%	Enquadrado
RF1	Bradesco FIM Ipanema	Copel	Debênture	20.161.892,11	0,92%	Enquadrado
RF1	Alfa Itaipava FIM FIM VT Geribá Multimercado	CPFL Piratininga	Debênture	29.870.531,98	1,36%	Enquadrado
RF1	Alfa Itaipava FIM	CSN	Debênture	20.403.404,48	0,93%	Enquadrado
RF1	Carteira Própria Alfa Itaipava FIM Bradesco FIM Ipanema FIM VT Geribá Multimercado	Cia Vale do Rio Doce	Debênture	70.531.636,95	3,21%	Enquadrado
RF1	Alfa Itaipava FIM	Eletropaulo	Debênture	20.074.360,00	0,91%	Enquadrado
RF1	Carteira Própria	FG Trust	Debênture	608.209,92	0,03%	Enquadrado
RF1	Carteira Própria	Cia Têxtil Ferreira Guimarães	Debênture	1.667.255,34	0,08%	Enquadrado
RF1	Alfa Itaipava FIM	Itauseg Participações	Debênture	128.976.183,00	5,87%	Enquadrado
RF1	FIM VT Geribá Multimercado	Lojas Americanas	Debênture	17.725.769,06	0,81%	Enquadrado
RF1	Carteira Própria	Petrobras	Debênture	17.863.132,39	0,81%	Enquadrado
RF1	Alfa Itaipava FIM FIM VT Geribá Multimercado Bradesco FIM Ipanema	Telemar Participações	Debênture	29.480.753,31	1,34%	Enquadrado
RF1	FIM VT Geribá Multimercado	Usiminas	Debênture	37.825.087,93	1,72%	Enquadrado

### MÉDIO E ALTO RISCO DE CRÉDITO - RF2

- - - - -

**Resumo do Relatório de Diversificação de Renda Variável**

Referência: 31/12/2008

<b>Limite Resolução 3.456</b>	<b>%</b>
Máximo Aplicado em Ações	50%
Máximo de Ações - Novo Mercado e Nível 2	50%
Máximo de Ações - Nível 1	45%
Máximo de Ações - Demais Ações	35%

<b>Patrimônio Líquido da Fundação</b>	<b>2.195.508.788,55</b>
---------------------------------------	-------------------------

<b>Mercado</b>	<b>Cód. Bovespa</b>	<b>Valor Aplicado</b>	<b>% PL</b>	<b>STATUS</b>
Novo Mercado e Nível 2	NM / N2	57.825.668,60	2,63%	Enquadrado
Nível 1	N1	108.809.174,05	4,96%	Enquadrado
Demais Ações		76.586.326,92	3,49%	Enquadrado
<b>Total</b>		<b>243.221.169,57</b>	<b>11,08%</b>	<b>Enquadrado</b>

## Relatório de Diversificação de Renda Variável

Referência: 31/12/2008

Limite Resolução 3.456	%
Máximo Aplicado em Ações Mesma Companhia - Capital Votante da Companhia	20%
Máximo Aplicado em Ações Mesma Companhia - Capital Total da Companhia	20%
Máximo de Ações - % do PL da Fundação	5%
Máximo de Ações - % do PL da Fundação	10%

**Patrimônio Líquido da Fundação** **2.195.508.788,55**

Cód. Ação	Empresa	Mercado	Valor Aplicado	% PL Fundação	Alocação Máxima	Status	Quantidade de Ações em Carteira			% Capital Social		Status
							ON	PN	Total	ON	Total	
ALLL	ALL AMERICA LATINA LOGISTICA S.A.	BOVESPA NIVEL 2	-	0,00%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
AMBV	CIA BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV	BOLSA	2.057.202,00	0,09%	10%	Enquadrado	-	20.300	20.300	0,00%	0,00%	Enquadrado
ARCZ	ARACRUZ CELULOSE S.A.	BOVESPA NIVEL 1	-	0,00%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
BBAS	BCO BRASIL S.A.	NOVO MERCADO	3.110.692,00	0,14%	10%	Enquadrado	211.900	-	211.900	0,01%	0,01%	Enquadrado
BBDC	BCO BRADESCO S.A.	BOVESPA NIVEL 1	22.647.898,17	1,03%	10%	Enquadrado	-	1.002.563	1.002.563	0,00%	0,05%	Enquadrado
BRAP	BRADESCAR S.A.	BOVESPA NIVEL 1	8.805.538,00	0,40%	5%	Enquadrado	-	454.300	454.300	0,00%	0,26%	Enquadrado
BRKM	BRASKEM S.A.	BOVESPA NIVEL 1	-	0,00%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
BRML	BR MALLS PARTICIPACOES S.A.	NOVO MERCADO	2.640.820,00	0,12%	5%	Enquadrado	-	290.200	290.200	0,00%	0,20%	Enquadrado
BRTO	BRASIL TELECOM S.A.	BOVESPA NIVEL 1	-	0,00%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
BRTP	BRASIL TELECOM PARTICIPACOES S.A.	BOVESPA NIVEL 1	-	0,00%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
BTOW	B2W - COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO	NOVO MERCADO	54.740,00	0,00%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
BVMF	BMF BOVESPA S.A. BOLSA VALORES MERC FUT	NOVO MERCADO	99.932,00	0,00%	5%	Enquadrado	16.600	-	16.600	0,00%	0,00%	Enquadrado
CCPR	CYRELA COMMERCIAL PROPRT S.A. EMPR PART	NOVO MERCADO	-	0,00%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
CCRO	CIA CONCESSOES RODOVIARIAS	NOVO MERCADO	-	0,00%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
CESP	CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO	BOVESPA NIVEL 1	1.186.074,00	0,05%	5%	Enquadrado	-	78.600	78.600	0,00%	0,00%	Enquadrado
CMIG	CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	BOVESPA NIVEL 1	4.416.728,94	0,20%	10%	Enquadrado	139.022	-	139.022	0,07%	0,03%	Enquadrado
CPFE	CPFL ENERGIA S.A.	NOVO MERCADO	7.944.525,00	0,36%	5%	Enquadrado	-	263.500	263.500	0,00%	0,05%	Enquadrado
CPLE	CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	BOLSA	1.989.600,00	0,09%	5%	Enquadrado	-	82.900	82.900	0,00%	0,03%	Enquadrado
CSNA	CIA SIDERURGICA NACIONAL	BOLSA	6.229.200,00	0,28%	10%	Enquadrado	214.800	-	214.800	0,08%	0,08%	Enquadrado
CYRE	CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREEN E PART	NOVO MERCADO	-	0,00%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
DURA	DURATEX S.A.	BOVESPA NIVEL 1	-	0,00%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
ELET	CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	BOVESPA NIVEL 1	341.748,00	0,02%	10%	Enquadrado	13.200	-	13.200	0,00%	0,00%	Enquadrado
ELPL	ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A.	BOVESPA NIVEL 2	2.236.350,00	0,10%	5%	Enquadrado	-	87.700	87.700	0,00%	0,00%	Enquadrado
EMBR	EMBRAER-EMPRESA BRAS DE AERONAUTICA S.A.	NOVO MERCADO	-	0,00%	10%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
ENBR	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	NOVO MERCADO	15.879.799,60	0,72%	5%	Enquadrado	702.646	-	702.646	0,43%	0,43%	Enquadrado
GFSA	GAFISA S.A.	NOVO MERCADO	-	0,00%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
GGBR	GERDAU S.A.	BOVESPA NIVEL 1	8.087.220,00	0,37%	10%	Enquadrado	-	334.500	334.500	0,00%	0,05%	Enquadrado
GOLL	GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.	BOVESPA NIVEL 2	-	0,00%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
GTPD	GTD PARTICIPACOES S.A.	SOMA	2.784.437,08	0,13%	5%	Enquadrado	7.722.466	6.932.466	14.654.932	9,11%	8,81%	Enquadrado
GVTT	GVT (HOLDING) S.A.	NOVO MERCADO	2.425.372,00	0,11%	5%	Enquadrado	95.600	-	95.600	0,08%	0,08%	Enquadrado
ITAU	BCO ITAU HOLDING FINANCEIRA S.A.	BOVESPA NIVEL 1	1.586.880,00	0,07%	10%	Enquadrado	-	60.800	60.800	0,00%	0,00%	Enquadrado
ITSA	ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	BOVESPA NIVEL 1	26.277.942,42	1,20%	10%	Enquadrado	-	3.280.642	3.280.642	0,00%	0,09%	Enquadrado
KLBN	KLABIN S.A.	BOVESPA NIVEL 1	-	0,00%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
LAME	LOJAS AMERICANAS S.A.	BOLSA	2.051.544,00	0,09%	5%	Enquadrado	-	327.200	327.200	0,00%	0,00%	Enquadrado
LREN	LOJAS RENNER S.A.	NOVO MERCADO	4.965.823,00	0,23%	5%	Enquadrado	316.900	-	316.900	0,26%	0,26%	Enquadrado
NATU	NATURA COSMETICOS S.A.	NOVO MERCADO	-	0,00%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
NETC	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S.A.	BOVESPA NIVEL 2	-	0,00%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
OHLB	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	NOVO MERCADO	2.351.847,00	0,11%	5%	Enquadrado	187.100	-	187.100	0,27%	0,27%	Enquadrado
PCAR	CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO	BOVESPA NIVEL 1	-	0,00%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
PETR	PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	BOLSA	58.520.099,84	2,67%	10%	Enquadrado	-	2.562.176	2.562.176	0,00%	0,06%	Enquadrado
PRGA	PERDIGAO S.A.	NOVO MERCADO	6.938.342,00	0,32%	5%	Enquadrado	233.300	-	233.300	0,14%	0,14%	Enquadrado
PSSA	PORTO SEGURO S.A.	NOVO MERCADO	1.593.405,00	0,07%	5%	Enquadrado	-	122.100	122.100	0,00%	0,16%	Enquadrado
RDCD	REDECARD S.A.	NOVO MERCADO	1.978.900,00	0,09%	5%	Enquadrado	77.000	-	77.000	0,01%	0,01%	Enquadrado
SBSP	CIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO	NOVO MERCADO	-	0,00%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
SDIA	SADIA S.A.	BOVESPA NIVEL 1	883.125,00	0,04%	5%	Enquadrado	-	235.500	235.500	0,00%	0,03%	Enquadrado
SUZB	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	BOVESPA NIVEL 1	-	0,00%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
TAMM	TAM S.A.	BOVESPA NIVEL 2	303.531,00	0,01%	5%	Enquadrado	-	15.900	15.900	0,00%	0,01%	Enquadrado
TBLE	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	NOVO MERCADO	5.301.590,00	0,24%	5%	Enquadrado	285.800	-	285.800	0,04%	0,04%	Enquadrado
TCSL	TIM PARTICIPACOES S.A.	BOLSA	356.065,00	0,02%	5%	Enquadrado	-	120.700	120.700	0,00%	0,01%	Enquadrado
TLPP	TELEC DE SAO PAULO S.A. - TELESP	BOLSA	1.001.049,00	0,05%	5%	Enquadrado	-	21.900	21.900	0,00%	0,00%	Enquadrado
TMCP	TELEMIG CELULAR PARTICIPACOES S.A.	BOLSA	-	0,00%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
TNLP	TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A.	BOLSA	934.090,00	0,04%	10%	Enquadrado	-	29.000	29.000	0,00%	0,01%	Enquadrado
UBBR	UNIBANCO UNIAO DE BCOS BRASILEIROS S.A.	BOVESPA NIVEL 1	1.176.120,00	0,05%	10%	Enquadrado	-	79.200	79.200	0,00%	0,00%	Enquadrado
UGPA	ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.	BOVESPA NIVEL 1	-	0,00%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
USIM	USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS	BOLSA	270.504,00	0,01%	10%	Enquadrado	-	10.200	10.200	0,00%	0,00%	Enquadrado
VALE	CIA VALE DO RIO DOCE	BOVESPA NIVEL 1	33.399.899,52	1,52%	10%	Enquadrado	1.191.208	-	1.191.208	0,08%	0,05%	Enquadrado
VCPA	VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL S.A.	BOVESPA NIVEL 1	-	0,00%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	0,00%	Enquadrado
VIVO	VIVO PARTICIPACOES S.A.	BOLSA	392.536,00	0,02%	5%	Enquadrado	-	13.900	13.900	0,00%	0,00%	Enquadrado



## Relatório de Diversificação de Renda Fixa - Instituição Financeira

Referência: 31/12/2008

<b>Limite Resolução 3.456</b>	<b>%</b>
-------------------------------	----------

Máximo de Emissão por Instit. Financeira	20%
Máximo de Emissão por PL da Instit. Financeira	25%

<b>Patrimônio Líquido da Fundação</b>	<b>2.195.508.788,55</b>
---------------------------------------	-------------------------

Empresa	Origem	Papel	Aplicação Atual	PL da Instituição	% Instituição	Status	% Fundação	Status
RF 1								
ABC	FIM VT Geribá Multimercado	CDB	-	1.085.990.000	0,00%	Enquadrado	0,00%	Enquadrado
BMG	FIM VT Geribá Multimercado	CDB	-	1.927.652.000	0,00%	Enquadrado	0,00%	Enquadrado
BRADESCO	Alfa Itaipava FIM	CDB	135.725.863,58	30.637.288.000	0,44%	Enquadrado		Enquadrado
	Bradesco FIM Ipanema						6,18%	
DAYCOVAL	FIM VT Geribá Multimercado	CDB	-	1.515.499.000	0,00%	Enquadrado	0,00%	Enquadrado
FIDIS	FIM VT Geribá Multimercado	CDB	-	362.991.547	0,00%	Enquadrado	0,00%	Enquadrado
ITAU	Alfa Itaipava FIM	CDB	113.571.695,10	29.824.444.000	0,38%	Enquadrado		Enquadrado
	Bradesco FIM Ipanema						5,17%	
PINE	FIM VT Geribá Multimercado	CDB	-	798.487.000	0,00%	Enquadrado	0,00%	Enquadrado
SAFRA	Alfa Itaipava FIM	CDB	-	4.200.941.000	0,00%	Enquadrado	0,00%	Enquadrado
SOFISA	FIM VT Geribá Multimercado	CDB	-	832.475.000	0,00%	Enquadrado	0,00%	Enquadrado
VOTORANTIM	Bradesco FIM Ipanema	CDB	-	5.952.926.000	0,00%	Enquadrado	0,00%	Enquadrado
CEF	Carteira Própria	LHI	129.153.505,54	10.525.469.000	1,23%	Enquadrado	5,88%	Enquadrado

## Relatório de Diversificação de Fundos de Investimento

Referência: 31/12/2007

<b>Limite Resolução 3.456</b>	<b>%</b>
Máximo Aplicado por Fundo - % do PL da Fundação	20%
Máximo Aplicado por Fundo Aberto- % do PL do Fundo	25%
Máximo Aplicado por Fundo Exclusivo- % do PL do Fundo	100%

Patrimônio Líquido da Fundação	<b>2.195.508.788,55</b>
--------------------------------	-------------------------

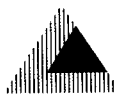
Nome	Patrimônio Líquido	Investimento	Rentabilidade Ano	% PL do Fundo	% PL da Fundação	Status
Bradesco FIM Ipanema	308.722.135,08	308.722.134,92	9,3950%	100,00%	14,06%	Enquadrado
Alfa Itaipava FIM	434.035.253,71	434.035.253,14	11,3600%	100,00%	19,77%	Enquadrado
Credit Suisse IBX-E FIA	21.655.835,68	21.655.834,71	-42,7944%	100,00%	0,99%	Enquadrado
FIM VT Geribá	314.057.677,93	281.115.528,20	10,9772%	89,51%	12,80%	Enquadrado
Bradesco FIRFDedic. ANS	75.410.546,83	297.089,24	11,3833%	0,39%	0,01%	Enquadrado
ARX FIA	259.674.226,00	-	N/D	0,00%	0,00%	Enquadrado
Mercatto Geração Futuro	121.096.887,60	-	N/D	0,00%	0,00%	Enquadrado
Geração FIA	273.213.699,91	-	N/D	0,00%	0,00%	Enquadrado

## Relatório de Composição da Resolução 3.456 do CMN

Referência: 31/12/2008

	RF1	RF2	Imóveis	Empréstimos	RV1	Derivativos	PG/Receber	Patrimônio
<b>Carteira Própria</b>	<b>742.349.290,66</b>	-	<b>73.579.410,00</b>	<b>108.054.401,43</b>	<b>223.125.157,57</b>	-	<b>2.574.686,98</b>	<b>1.149.682.946,64</b>
Credit Suisse IBX-E FIA	950.315,42	-	-	-	20.096.012,00	-	609.508,26	21.655.835,68
ARX FIA	-	-	-	-	-	-	-	-
Mercatto Geração Futuro	-	-	-	-	-	-	-	-
Geração FIA	-	-	-	-	-	-	-	-
Bradesco FIM Ipanema	308.735.243,41	-	-	-	-	-	(13.108,33)	308.722.135,08
Alfa Itaipava FIM	434.049.607,08	-	-	-	-	-	(14.353,37)	434.035.253,71
FIM VT Geribá	281.121.146,52	-	-	-	-	-	(5.618,32)	281.115.528,19
Bradesco FIRFDedic. ANS	297.089,24	-	-	-	-	-	-	297.089,24
<b>Total</b>	<b>1.767.502.692,33</b>	-	<b>73.579.410,00</b>	<b>108.054.401,43</b>	<b>243.221.169,57</b>	-	<b>3.151.115,22</b>	<b>2.195.508.788,55</b>
<b>Investimento em Fundos</b>	<b>1.045.825.841,91</b>	47,63%						
<b>Investimento em Carteira Própria</b>	<b>1.149.682.946,64</b>	52,37%						
<b>INVESTIMENTOS TOTAIS</b>	<b>2.195.508.788,55</b>	<b>100,00%</b>						

**B K R**  
International



**Lopes, Machado**  
Auditors, Consultants & Business Advisers  
Independent Member of BKR International

**FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE  
SOCIAL – ELETROS**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

Rio de Janeiro-RJ - Rua São José, 70 - 21º andar - 20010-020 - Tel (21) 2156-5800 - Fax (21) 2262-6806 - [rj@bkr-lobesmachado.com.br](mailto:rj@bkr-lobesmachado.com.br)

Empresas Controladas/Ligadas

São Paulo-SP - [sp@bkr-lobesmachado.com.br](mailto:sp@bkr-lobesmachado.com.br) - Tel (11) 5041-4610 - Fax (11) 5041-4536

Belo Horizonte-MG - [auditoria@bkrhq.com.br](mailto:auditoria@bkrhq.com.br) - Telefax (31) 2122-3210

Salvador-BA - [treina.ba@bkr-lobesmachado.com.br](mailto:treina.ba@bkr-lobesmachado.com.br) - Telefax (71) 3113-2226 / 2229

Porto Alegre-RS - [poa@bkr-lobesmachado.com.br](mailto:poa@bkr-lobesmachado.com.br) - Tels (51) 3112-4821 / 4533 / 4912 - Fax (51) 3211-4077

Recife-PE - [recife@bkr-lobesmachado.com.br](mailto:recife@bkr-lobesmachado.com.br) - Tels (81) 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax (81) 3325-6041 / 6171

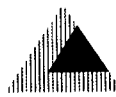
Manaus-AM - [am@bkr-lobesmachado.com.br](mailto:am@bkr-lobesmachado.com.br) - Tels (92) 3234-9989 / 9992 - Telefax (92) 3234-9987

Macaé-RJ - [macae@bkr-lobesmachado.com.br](mailto:macae@bkr-lobesmachado.com.br) - Tel (22) 2772-6896 - Telefax (22) 2772-7455

**BKR INTERNATIONAL**

[www.bkr.com](http://www.bkr.com)

Américas - Nova York - NY - EUA - Tel (1) (212) 964-2115 - Fax (1) (212) 964-2133 - [bkr@bkr.com](mailto:bkr@bkr.com) - Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



## **FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS**

### **Demonstrações Contábeis**

**Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007**

### **Conteúdo**

- Parecer dos Auditores Independentes
- Balancos Patrimoniais
- Demonstrações dos Resultados
- Demonstrações dos Fluxos Financeiros
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Rio de Janeiro-RJ - Rua São José, 70 - 21º andar - 20010-020 - Tel (21) 2156-5800 - Fax (21) 2262-6806 - [rj@bkr-lopemachado.com.br](mailto:rj@bkr-lopemachado.com.br)

Empresas Controladas/Ligadas

São Paulo-SP - [sp@bkr-lopemachado.com.br](mailto:sp@bkr-lopemachado.com.br) - Tel (11) 5041-4610 - Fax (11) 5041-4536

Belo Horizonte-MG - [auditoria@bkrhq.com.br](mailto:auditoria@bkrhq.com.br) - Telefax (31) 2122-3210

Salvador-BA - [treina.ba@bkr-lopemachado.com.br](mailto:treina.ba@bkr-lopemachado.com.br) - Telefax (71) 3113-2226 / 2229

Porto Alegre-RS - [poa@bkr-lopemachado.com.br](mailto:poa@bkr-lopemachado.com.br) - Tels (51) 3112-4821 / 4533 / 4912 - Fax (51) 3211-4077

Recife-PE - [recife@bkr-lopemachado.com.br](mailto:recife@bkr-lopemachado.com.br) - Tels (81) 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax (81) 3325-6041 / 6171

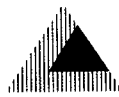
Manaus-AM - [am@bkr-lopemachado.com.br](mailto:am@bkr-lopemachado.com.br) - Tels (92) 3234-9989 / 9992 - Telefax (92) 3234-9987

Macaé-RJ - [macae@bkr-lopemachado.com.br](mailto:macae@bkr-lopemachado.com.br) - Tel (22) 2772-6896 - Telefax (22) 2772-7455

**BKR INTERNATIONAL**

[www.bkr.com](http://www.bkr.com)

Américas - Nova York - NY - EUA - Tel (1) (212) 964-2115 - Fax (1) (212) 964-2133 - [bkr@bkr.com](mailto:bkr@bkr.com) - Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

**Aos Administradores da  
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS  
Rio de Janeiro - RJ**

1. Examinamos os balanços patrimoniais da **Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS**, levantados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos fluxos financeiros correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras da **Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS** em 31 de dezembro de 2008 e 2007, os resultados de suas operações e os seus fluxos financeiros, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme descrito na nota explicativa nº6, em 31 de dezembro de 2008, existem processos judiciais que envolvem demandas relativas ao Adicional de Aposentadoria, os quais estão em fase de levantamento pelos advogados da Eletros e cujos montantes e expectativas de êxitos sobre os referidos processos estão sendo avaliados pelos mesmos.

Devido a situação descrita acima, ainda não é possível determinar o resultado do referido levantamento.

Rio de Janeiro-RJ - Rua São José, 70 - 21º andar - 20010-020 - Tel (21) 2156-5800 - Fax (21) 2262-6806 - [rj@bkr-lopemachado.com.br](mailto:rj@bkr-lopemachado.com.br)

Empresas Controladas/Ligadas

São Paulo-SP - [sp@bkr-lopemachado.com.br](mailto:sp@bkr-lopemachado.com.br) - Tel (11) 5041-4610 - Fax (11) 5041-4536

Belo Horizonte-MG - [auditoria@bkrhq.com.br](mailto:auditoria@bkrhq.com.br) - Telefax (31) 2122-3210

Salvador-BA - [treina.ba@bkr-lopemachado.com.br](mailto:treina.ba@bkr-lopemachado.com.br) - Telefax (71) 3113-2226 / 2229

Porto Alegre-RS - [poa@bkr-lopemachado.com.br](mailto:poa@bkr-lopemachado.com.br) - Tels (51) 3112-4821 / 4533 / 4912 - Fax (51) 3211-4077

Recife-PE - [recife@bkr-lopemachado.com.br](mailto:recife@bkr-lopemachado.com.br) - Tels (81) 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax (81) 3325-6041 / 6171

Manaus-AM - [am@bkr-lopemachado.com.br](mailto:am@bkr-lopemachado.com.br) - Tels (92) 3234-9989 / 9992 - Telefax (92) 3234-9987

Macaé-RJ - [macae@bkr-lopemachado.com.br](mailto:macae@bkr-lopemachado.com.br) - Tel (22) 2772-6896 - Telefax (22) 2772-7455

**BKR INTERNATIONAL**

[www.bkr.com](http://www.bkr.com)

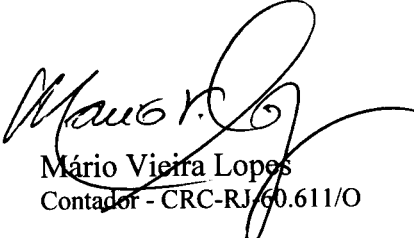
Américas - Nova York - NY - EUA - Tel (1) (212) 964-2115 - Fax (1) (212) 964-2133 - [bkr@bkr.com](mailto:bkr@bkr.com) - Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva

5. Conforme descrito na nota explicativa nº8.b, a **Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS** criou a possibilidade de migração do plano BD (Benefício Definido) para o plano CD (Contribuição Definida), tendo como incentivo o desbloqueio do teto do Salário Real de Contribuição – SRC. Esse fato gerou uma obrigação das Patrocinadoras dos planos junto a **Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS**, no montante de R\$61.372 (R\$53.201 mil em 2007), registrados na rubrica “Provisões Matemáticas a Constituir – Operações Não Contratadas” em 31 de dezembro de 2008 e na rubrica “Outros recursos a receber” em 31 de dezembro de 2007.

Devido as atuais tratativas entre as partes, ainda não é possível determinar o desfecho das negociações.

24 de março de 2009

CRC-RJ-2026-O

  
Mário Vieira Lopes  
Contador - CRC-RJ/60.611/O



Paulo Buzzi Filho  
Contador - CRC-RJ-071138/O-5



FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

	2008	2007		2008	2007
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Disponível</b>	770	2.574	<b>Exigível operacional</b>	60.907	13.647
<b>Realizável</b>	2.230.432	2.361.056	Programa previdencial (nota 6)	45.062	2.532
Programa previdencial (nota 4)	17.835	92.631	Programa assistencial	5.227	4.125
Programa assistencial	5.685	5.321	Programa administrativo	6.452	6.976
Programa administrativo	7.199	7.140	Programa de investimentos	4.166	14
Programa de investimentos	2.199.713	2.255.964	<b>Exigível contingencial</b>	5.251	14.426
Renda fixa (nota 5)	1.764.867	1.616.202	Programa previdencial (nota 7)	4.641	7.615
Renda variável (nota 5)	250.623	471.701	Programa assistencial (nota 7)	21	21
Investimentos imobiliários (nota 5)	76.169	69.030	Programa administrativo (nota 7)	589	750
Operações com participantes (nota 5)	108.054	99.031	Programa de investimentos (nota 7)	-	6.040
<b>Permanente</b>	1.347	1.387	<b>Exigível atuarial</b>	2.200.838	1.964.387
Imobilizado	1.347	1.387	Provisões matemáticas (nota 8)	2.200.838	1.964.387
			Benefícios concedidos	1.298.013	1.063.797
			Benefícios a conceder	993.080	900.590
			Provisões matemáticas a constituir	(90.255)	-
			<b>Reservas e fundos</b>	(34.447)	372.557
			Equilíbrio técnico		
			Resultados realizados		
			Superávit técnico acumulado	-	302.664
			Déficit técnico acumulado (nota 14)	(107.929)	-
			<b>Fundos (nota 9)</b>	73.482	69.893
			Programa assistencial	10.721	8.468
			Programa administrativo	61.806	59.917
			Programa de investimentos	955	1.508
	<u>2.232.549</u>	<u>2.365.017</u>		<u>2.232.549</u>	<u>2.365.017</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.







# FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS

## Demonstrações dos Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<b>Programa previdencial</b>		
Recursos coletados	198.201	240.659
Recursos utilizados	(383.834)	(293.738)
Constituições de contingências	(2.699)	(4.389)
Custeio administrativo	(1.494)	(1.616)
Resultado dos investimentos previdenciais	15.684	347.399
Constituições de provisões atuariais	<u>(236.451)</u>	<u>(217.938)</u>
<b>Superávit (Déficit) técnico do exercício</b>	<u><u>(410.593)</u></u>	<u><u>70.377</u></u>
<b>Programa assistencial</b>		
Recursos coletados	15.010	16.257
Recursos utilizados	(11.821)	(11.258)
Constituições de contingências	-	(151)
Custeio administrativo	(1.996)	(2.427)
Recursos oriundos do programa administrativo	116	-
Resultado dos investimentos assistenciais	944	583
<b>Constituições de fundos</b>	<u><u>2.253</u></u>	<u><u>3.004</u></u>
<b>Programa administrativo</b>		
Recursos oriundos de outros programas	14.768	14.563
Receitas	5.893	5.327
Despesas	(24.951)	(22.054)
Constituições de contingências	124	(284)
Recursos transferidos para o programa assistencial	(116)	-
Resultado dos investimentos administrativos	<u>6.171</u>	<u>6.180</u>
<b>Constituições de fundos</b>	<u><u>1.889</u></u>	<u><u>3.732</u></u>
<b>Programa de investimentos</b>		
Renda fixa	187.784	232.607
Renda variável	(192.942)	123.123
Investimentos imobiliários	18.507	251
Operações com participantes	14.463	11.172
Relacionadas com o disponível	(115)	(2.120)
Outros investimentos	(168)	(274)
Constituições de contingências	5.995	(470)
Custeio administrativo	(11.277)	(10.520)
Resultados transferidos para outros programas	<u>(22.800)</u>	<u>(354.162)</u>
<b>Reversões de fundos</b>	<u><u>(553)</u></u>	<u><u>(393)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



FUNDAÇÃO ELETOBRÁS DE  
SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS



Demonstrações dos Fluxos Financeiros

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

	2008	2007
<b>Programa previdencial</b>	<u>(73.979)</u>	<u>(61.910)</u>
Entradas	<u>273.851</u>	<u>234.385</u>
Recursos coletados	198.201	240.659
Recursos a receber	75.650	(7.652)
Outros realizáveis/exigibilidades	-	1.378
Saídas	<u>(347.830)</u>	<u>(296.295)</u>
Recursos utilizados	(383.834)	(293.738)
Utilizações a pagar	43.510	(236)
Utilizações futuras	(34)	(64)
Outros realizáveis/exigibilidades	(1.799)	-
Constituições de contingências	(5.673)	(2.257)
<b>Programa assistencial</b>	<u>3.927</u>	<u>4.812</u>
Entradas	<u>15.614</u>	<u>16.070</u>
Recursos coletados	15.010	16.258
Recursos a receber	(366)	(204)
Recursos Futuros	970	-
Outros realizáveis/exigibilidades	-	16
Saídas	<u>(11.687)</u>	<u>(11.258)</u>
Recursos utilizados	(11.821)	(11.258)
Utilizações a pagar	151	130
Outros realizáveis/exigibilidades	(17)	-
Constituições de contingências	-	(130)
<b>Programa administrativo</b>	<u>(19.638)</u>	<u>(11.769)</u>
Entradas	<u>5.959</u>	<u>9.573</u>
Receitas	5.893	5.327
Receitas a receber	66	30
Outros realizáveis/exigibilidades	-	4.216
Saídas	<u>(25.597)</u>	<u>(21.342)</u>
Despesas	(24.951)	(22.054)
Despesas a pagar	693	720
Despesas futuras	50	26
Permanente	40	(34)
Outros realizáveis/exigibilidades	(1.392)	-
Constituições de contingências	(37)	-
<b>Programa de investimentos</b>	<u>87.886</u>	<u>66.105</u>
Renda fixa	39.119	111.278
Renda variável	32.287	(54.463)
Investimentos imobiliários	11.369	7.332
Operações com participantes	5.439	4.591
Relacionadas com o disponível	(115)	(2.121)
Outros investimentos	(168)	(274)
Constituições de contingências	(45)	(238)
Fluxo nas disponibilidades	<u>(1.804)</u>	<u>(2.762)</u>
Final	770	2.574
Inicial	<u>2.574</u>	<u>5.336</u>
Varição nas disponibilidades	<u>(1.804)</u>	<u>(2.762)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





# FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Em reais)

### 1 - Contexto Operacional

A Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, instituída pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e tem por finalidade básica instituir e executar planos privados de concessão de benefícios de caráter previdenciário. Tais planos são acessíveis aos empregados da patrocinadora-instituidora e das patrocinadoras Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e a própria ELETROS, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais.

Administra, ainda, serviços de assistência à saúde, através do plano Eletros-Saúde desde 1991, devidamente autorizado pela SPC, através do Ofício DPC/SNPSC/MTPS nº 123/91, de 20 de março de 1991 e ratificado pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, art. 76.

Os recursos de que a entidade dispõe para a consecução de seus objetivos são formados por contribuições de suas patrocinadoras, de seus participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.456, de 01 de junho de 2007.

As atividades da entidade são regulamentadas pelas Leis Complementares 108 e 109/2001, e pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e fiscalizado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e consistem hoje na administração de três planos de benefícios, como seguem:

- Plano BD Eletrobrás - patrocinado pela ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS, na forma de benefício definido, teve sua primeira aprovação pela SPC em 25 de julho de 1979, através da Portaria PT-GM n.º1.713, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício GAB/SPC/CGPAC, nº 836, de 22 de outubro de 1993 e a última alteração aprovada pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT nº 3.698, de 23 de outubro de 2008, Portaria SPC nº 2.574 de 23 de outubro de 2008, estando fechado a novas adesões de participantes a partir de 01 de abril de 2006, em função da aprovação do Plano CD Eletrobrás.
- Plano CD Eletrobrás - patrocinado pela ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS, na forma de contribuição definida, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.004 de 29 de março de 2006, Portaria SPC nº 359 de 29 de março de 2006 e ratificado pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.771 de 29 de maio de 2006, sendo oferecido para adesão dos novos empregados e dos não-participantes do Plano BD Eletrobrás, a partir de 01.04.06. Esse processo contempla a migração de participantes, do Plano BD Eletrobrás para o CD Eletrobrás, por um período de doze meses contados a partir de então.



## FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em reunião realizada em 17 de janeiro de 2007, o Conselho Deliberativo da Eletros aprovou a prorrogação do prazo de opção pela migração para o Plano CD Eletrobrás, que expiraria em 30 de março de 2007, para 31 de dezembro de 2007, considerando o art. 41, parágrafo 1º do regulamento do Plano CD Eletrobrás. A solicitação de prorrogação foi encaminhada à Secretaria de Previdência Complementar - SPC, tendo sido aprovada em 23 de março de 2007, conforme Ofício nº 741/SPC/DETEC/CGAT.

Em 23 de novembro de 2007, o Conselho Deliberativo da ELETROS aprovou uma nova prorrogação do prazo de opção pela migração para o plano CD ELETROBRÁS, por mais 180 (cento e oitenta) dias a contar de 31 de dezembro de 2007, com um novo término em 28 de junho de 2008. A nova prorrogação foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, conforme ofício nº 4.758/SPC/DETEC/CGAT.

- Plano CD ONS - patrocinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, na forma de Contribuição Definida, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/COG nº 2.214, de 26 de julho de 2000 e a última alteração aprovada pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT nº 3.407, de 08 de outubro de 2008, Portaria SPC nº 2.555 de 08 de outubro de 2008.

### 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão em conformidade com a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC) nº 5, de 30 de janeiro de 2002 e suas alterações posteriores. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes e a longo prazo e a demonstração das origens e aplicações de recursos foi substituída pela demonstração do fluxo financeiro.

### 3 - Principais Práticas Contábeis

#### a) Apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência.

#### b) Contribuições para o programa previdencial

As contribuições são registradas pelo regime de competência.



## FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

- Plano de Benefício Definido - BD ELETROBRÁS

As contribuições dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais que variam de 4,08% a 24,48%, consoante as faixas salariais; as de responsabilidade das patrocinadoras são fixadas no mesmo valor das contribuições dos participantes ativos, conforme definido no regulamento vigente; e as dos participantes assistidos (em gozo de benefício de prestação continuada) são calculadas tendo como base percentuais que variam de 1,5% a 9%, consoante as faixas de benefícios.

- Plano de Contribuição Definida - CD ELETROBRÁS

As contribuições dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais que variam de 4,5% a 15,0%, consoante as faixas salariais; as de responsabilidade das patrocinadoras são fixadas no mesmo valor das contribuições dos participantes ativos, conforme definido no regulamento vigente.

- Plano de Contribuição Definida – CD ONS

As contribuições básicas dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais que variam de 2% a 6%, de acordo com as opções individuais; as de responsabilidade da patrocinadora são fixadas no mesmo valor das contribuições dos participantes ativos, conforme definido no regulamento vigente.

A contribuição para custeio dos benefícios de pecúlio por morte ou por invalidez permanente é dividida em, no mínimo, 40% paga pelo participante e, no máximo, 60% paga pela patrocinadora.

A contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença é paga exclusivamente pela patrocinadora.



## FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

#### c) Programa de investimentos

- Renda fixa e renda variável

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 (alterada pela Resolução CGPC nº 8, de 19 de junho de 2002), os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

- (i) Títulos para negociação - aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento - aqueles com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Todos os títulos de renda fixa foram classificados como "Títulos para negociação" e estão avaliados pelo valor de mercado com exceção dos títulos de NTN-B 2035 que em 2007 estavam classificados como "Títulos mantidos até o vencimento" (nota explicativa 5).

As aplicações no mercado de ações foram classificadas como "Títulos para negociação" e estão registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas diretas de corretagem e outras taxas, ajustado ao valor de mercado determinado pela cotação na data mais próxima à do balanço.

As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial ou pelo custo, dos dois o menor.

Os dividendos e as bonificações resultantes das aplicações em ações são reconhecidos a partir da decisão da assembléia geral dos acionistas.

Os montantes relativos aos fundos de investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do balanço.

A variação originada da comparação entre os valores contábeis e os de mercado é apropriada diretamente ao resultado.



. 5 .

## FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

- Investimentos imobiliários

Os investimentos em imóveis estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados por reavaliações periódicas, contabilizadas com base em laudos de peritos independentes. A depreciação das edificações é calculada pelo método linear à taxa de 2% ao ano ou a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, definidas nos respectivos laudos de avaliação. As instalações são depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.

- Operações com participantes

Os empréstimos concedidos aos participantes são apresentados pelos valores liberados, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização de créditos, conforme descrito em (h).

**d) Ativo permanente**

A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear sobre o valor do custo dos bens que constituem o Ativo Permanente Imobilizado às seguintes taxas:

Móveis e utensílios	10% (dez por cento)
Máquinas e equipamentos de uso	10% (dez por cento)
Biblioteca	10% (dez por cento)
Computadores e periféricos – “hardware”	20% (vinte por cento)
Direito de uso de software	20% (vinte por cento)

**e) Provisões matemáticas**

As provisões matemáticas relativas aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões são calculadas pelo "regime financeiro de capitalização" e representam o valor atual dos benefícios, líquido de contribuições, a serem pagos aos participantes e/ou beneficiários.

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.



## FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

#### f) Demonstração do fluxo financeiro

É elaborada em conformidade com o estabelecido pela Resolução CGPC nº 5/2002 e alterações posteriores e registra os fluxos derivados de cada um dos programas. Nos programas previdencial, assistencial e administrativo, as entradas e saídas são apresentadas separadamente, ao passo que, no programa de investimentos, são apresentadas líquidas por subgrupo desse programa. Entradas representam as receitas e variações positivas das contas patrimoniais e saídas representam as despesas e variações negativas das contas patrimoniais referentes a cada programa, líquidas dos eventos que não representam movimentação de recursos financeiros.

#### g) Transferências interprogramas

As transferências interprogramas foram efetuadas nas contas de resultados para cobranças e repasses de recursos entre as diferentes naturezas de gastos dos referidos programas, de acordo com o disposto da Resolução CGPC nº 5/2002 e alterações posteriores. Essas transferências foram efetuadas de acordo com as disposições vigentes em cada exercício social, cujo teor pode ser assim resumido:

- Na demonstração de resultado do programa de investimentos, a rubrica "Resultados transferidos para outros programas" corresponde ao resultado líquido dos investimentos transferido para os programas previdencial, assistencial e administrativo.
- Na demonstração de resultado do programa administrativo, o valor referente à rubrica "Recursos oriundos de outros programas" corresponde ao custeio administrativo dos programas previdencial, assistencial e investimentos.

#### h) Provisão para perdas na realização de créditos

A entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto da Resolução CGPC nº 5/2002, que estabeleceu os seguintes percentuais de provisão sobre os créditos do devedor inadimplente, vencidos e vincendos, de acordo com os períodos de atraso da parcela mais antiga: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% entre 121 e 240 dias, 75% entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos superiores a 360 dias.





. 7 .

## FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

#### 4 - Programa Previdencial - Realizável

Em 31 de dezembro, o programa previdencial pode ser assim resumido:

	2008	2007
Contribuições do mês	5.580	4.967
Contribuições contratadas (*)	-	20.491
Outros recursos a receber (*)	-	55.771
Outros realizáveis	12.255	11.402
	<u>17.835</u>	<u>92.631</u>

(\*) Conforme determinado pela SPC em seu relatório de fiscalização nº 27/2007/ESRJ, em 2008, os valores correspondentes a “Contribuições contratadas” e “Outros recursos a receber” foram reclassificados para o passivo no grupo “Provisões Matemáticas à Constituir”.

##### a) Contribuições do mês

Representam os recursos a receber referentes às contribuições previdenciais normais do mês em curso, prevista na avaliação atuarial anual.

##### b) Outros realizáveis

Representam os recursos a receber das patrocinadoras, essencialmente da patrocinadora Eletrobrás, referentes ao valor do ressarcimento relativo ao depósito judicial efetuado pela Eletros para garantir a execução do julgado ao processo trabalhista movido por ex-empregados da Eletrobrás, cujo objetivo visou a integração dos valores recebidos a título de participação nos lucros nos direitos trabalhistas, com o conseqüente reflexo nas provisões matemáticas.





## FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

#### 5 - Programa de Investimentos - Realizável

Em 31 de dezembro, a carteira do programa de investimentos apresentava a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<b>Renda fixa</b>	<u>1.764.867</u>	<u>1.616.202</u>
Títulos de responsabilidade do Governo Federal	<u>571.861</u>	<u>554.039</u>
Notas do Tesouro Nacional	571.861	554.039
Aplicações em instituições financeiras	<u>1.153.339</u>	<u>1.023.922</u>
Caderneta de poupança	15	14
Letras hipotecárias	129.154	121.329
Cotas de fundos de investimento de renda fixa	1.024.170	902.579
Títulos de empresas – Debêntures	<u>39.667</u>	<u>38.241</u>
<b>Renda variável</b>	<u>250.623</u>	<u>471.701</u>
Ações (*)	228.967	325.113
Fundos de investimentos em ações	21.656	146.588
<b>Investimentos imobiliários</b>	<u>76.169</u>	<u>69.030</u>
Edificações	73.580	65.993
Valores a receber	964	917
Direito em alienação de investimentos imobiliários	1.625	2.120
<b>Operações com participantes</b>		
Empréstimos	<u>108.054</u>	<u>99.031</u>
	<u>2.199.713</u>	<u>2.255.964</u>

(\*) Inclui provisão para perda de R\$1.133 mil (2007 - R\$6.417 mil) visando a demonstrar, de forma conservadora, o real valor econômico dos investimentos em ações da GTD Participações S.A.. A adoção deste procedimento leva em consideração o fato de que, devido à baixa liquidez da ação, a utilização do valor da última negociação na bolsa de valores não reflete de forma satisfatória o seu real valor econômico.



## FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

#### • Renda fixa

Composição da carteira de títulos para negociação por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de mercado e por prazo de vencimento, em observância ao Art. 8º da Resolução CGPC n.º 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 08, de 19 de junho de 2002:

	Prazo de vencimento					Acima de 720	Total
	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720		
Títulos de responsabilidade do Governo Federal	-	-	24.468	-	-	547.393	571.861
Notas do Tesouro Nacional	-	-	24.468	-	-	547.393	571.861
Aplicações em instituições financeiras	245.913	-	-	72.081	64.651	770.694	1.153.339
Caderneta de poupança	15	-	-	-	-	-	15
Letras hipotecárias	-	-	-	-	-	129.154	129.154
Cotas de fundos de investimentos de renda fixa	245.898	-	-	72.081	64.651	641.540	1.024.170
Títulos de empresas	-	-	-	3.698	17.877	18.092	39.667
Debêntures	-	-	-	3.698	17.877	18.092	39.667
	<u>245.913</u>	<u>-</u>	<u>24.468</u>	<u>75.779</u>	<u>82.528</u>	<u>1.336.179</u>	<u>1.764.867</u>

Fundamentada no conservadorismo, a Eletros mantém provisão de R\$1.671 mil (2007 - R\$1.483 mil) para absorver possíveis perdas com investimentos em Debêntures da empresa Ferreira Guimarães, que vem apresentando patrimônio líquido negativo nos últimos anos.

Em 2007 a Eletros realizou a compra de títulos de NTN-B 2035 que, embora classificados como Títulos para negociação, não foram avaliados a mercado como prevê a legislação. Em dezembro de 2008 este equívoco foi identificado e corrigido. No período compreendido entre a sua aquisição e a referida correção, esses títulos obtiveram um rendimento de R\$9.248 mil acima do que deveriam caso tivessem sido classificados corretamente.





## FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

#### • Investimentos imobiliários

Localização	Última Reavaliação	Valor contábil	
		2008	2007
Uso próprio:			
Rua Uruguaiana nº 174 – RJ (Edifício Metropolitan Center)	Dezembro de 2008	2.208	1.977
Avenida Rio Branco nº 81 (parte) – RJ (Edifício Mercantil de SP)	Dezembro de 2008	850	647
		<u>3.058</u>	<u>2.624</u>
Locados às patrocinadoras:			
Rua da Quitanda nº 196 – RJ (Edifício Mário Bhering)	Dezembro de 2008	26.498	23.121
Avenida Presidente Vargas nº 409 – RJ (Edifício Herm Stoltz)	Dezembro de 2008	17.152	17.140
Avenida Marechal Floriano nº 19 – RJ (Edifício Vital Brazil)	Dezembro de 2008	3.096	2.725
Avenida Presidente Vargas nº 417 – RJ (Edifício Central)	Dezembro de 2008	1.219	3.212
		<u>47.965</u>	<u>46.198</u>
Locados a terceiros:			
Avenida Rio Branco nº 81 (parte) – RJ (Edifício Mercantil de SP)	Dezembro de 2008	1.700	1.293
Avenida Presidente Vargas nº 642 – RJ (Edifício Belacap)	Dezembro de 2008	20.857	15.878
		<u>22.557</u>	<u>17.171</u>
		<u>73.580</u>	<u>65.993</u>
Valores a receber		964	917
Direito em alienação de investimentos imobiliários		1.625	2.120
		<u>76.169</u>	<u>69.030</u>

No exercício de 2008, em atendimento a Resolução CMN nº 3.456, de 01 de junho de 2007, procedeu-se à reavaliação dos investimentos imobiliários, conforme laudos técnicos emitidos por empresa especializada. O resultado positivo das reavaliações realizada em 2008, no montante líquido de R\$9.158 mil, decorre dos lançamentos positivos e negativos dessas reavaliações.

Foram também realizadas benfeitorias cujos custos foram acrescidos aos valores dos imóveis.



## FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 2008, o impacto da reavaliação dos imóveis possibilitou um acréscimo patrimonial de R\$9.158 mil, registrado no programa de investimentos.

Em setembro de 2006, foi realizada a venda da participação da Eletros no empreendimento Ilha Plaza Shopping no valor de R\$3.400 mil. No ato da assinatura da promessa de compra e venda foi recebido o valor de R\$1.000 mil, ficando o montante de R\$2.400 mil a ser liquidado em 4 parcelas anuais de R\$600 mil, que serão atualizadas com base na variação do INPC e juros de 8% a.a.

#### 6 - Programa Previdencial – Exigível Operacional

Em 31 de dezembro, o programa previdencial pode ser assim resumido:

	2008	2007
Provisão do Adicional de Aposentadoria	43.685	-
IRRF a Recolher	1.242	2.222
Outras Exigibilidades	135	310
	<u>45.062</u>	<u>2.532</u>

#### Provisão do Adicional de Aposentadoria – Plano BD Eletrobrás

O Adicional de Aposentadoria é um benefício oferecido aos participantes inscritos na vigência dos regulamentos 001, 002, 003 e 004 do Plano BD. Criado na vigência do regulamento 003, o Adicional correspondia a, no máximo, 25% do SRB (Salário Real de Benefício) – média dos 36 últimos salários sobre o qual o participante contribuiu para o fundo limitado a 20 salários mínimos fixados em Lei Federal.

A partir da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, que vedou a vinculação do salário mínimo para qualquer fim, a ELETROS passou a adotar o Teto de Contribuição para Previdência Social (TCPS) como limite para o cálculo do benefício de Adicional de Aposentadoria, que foi a metodologia utilizada pelo INSS para o cálculo da aposentadoria.

Este novo parâmetro adotado com base na legislação pátria gerou demandas judiciais de aposentados e de pensionistas. Com a recente orientação jurisprudencial do STF, a ELETROS encontrou amparo legal para formalizar acordo judicial e extrajudicial, que contempla a aplicação da metodologia original ao cálculo do benefício de Adicional de Aposentadoria.



## FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Foi provisionado R\$ 43.685 mil que representa o montante oferecido para acordo do Adicional de Aposentadoria, relativo aos valores das diferenças retroativas aos últimos 5 anos dos Benefícios Concedidos, observando-se o prazo prescricional.

Os acordos do Adicional de Aposentadoria celebrados até 24 de março de 2009, correspondem cerca de R\$ 29.705 mil, representando aproximadamente 68% do total de participantes elegíveis ao acordo.

Ressaltamos ainda que os atuais processos judiciais que envolvem as demandas relativas ao Adicional de Aposentadoria, estão em fase de levantamento pelos advogados da Eletros e que o montante e as expectativas de êxitos sobre os referidos processos estão sendo avaliados pelos mesmos.

#### 7 - Exigível Contingencial

Registra as provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências previdenciais, fiscais e trabalhistas, deduzidas dos correspondentes depósitos judiciais, quando aplicável, apresentando a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Programa previdencial:	4.641	7.615
Provisão constituída	14.487	30.560
Depósitos judiciais	(9.846)	(22.945)
Programa assistencial:	21	21
Provisão constituída	48	46
Depósitos judiciais	(27)	(25)
Programa administrativo:	589	750
Provisão constituída	1.588	1.989
Depósitos judiciais	(999)	(1.239)
Programa de investimentos:	-	6.040
Provisão constituída	5.940	16.806
Depósitos judiciais	(5.940)	(10.766)
	<u>5.251</u>	<u>14.426</u>



## FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

- **Contingências do programa previdencial**

De acordo com orientações dos advogados da Eletros, foram constituídas provisões relativas a processos judiciais movidos por participantes assistidos contra a Eletros.

- **Contingências do programa administrativo**

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências trabalhistas e tributárias (IPTU).

- **Contingências do programa de investimentos**

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências relacionadas principalmente a IPTU, IOF, ITBI, PIS e COFINS.

### 8 - Exigível Atuarial

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos executados pelos atuários responsáveis pelos planos, de acordo com os seus pareceres dos Planos CD ONS e CD Eletrobrás, datados de 13 de fevereiro de 2009, e do parecer do Plano BD Eletrobrás datado de 24 de março de 2009.

Em 31 de dezembro, o exigível atuarial possuía a seguinte composição consolidada:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<b>Benefícios concedidos</b>		
Benefícios do plano	1.298.013	1.063.797
<b>Benefícios a conceder</b>		
Benefícios do plano com a geração atual		
• Contribuição definida	571.692	349.492
• Benefício definido	463.831	609.047
	<u>1.035.523</u>	<u>958.539</u>
<b>Outras contribuições da geração atual</b>	<u>(42.443)</u>	<u>(57.949)</u>
	<u>993.080</u>	<u>900.590</u>
<b>(-) Provisões Matemáticas a Constituir</b>		
(-) Serviço Passado	<u>(90.255)</u>	<u>-</u>
	<u>2.200.838</u>	<u>1.964.387</u>



## FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

#### **Benefícios concedidos**

No Plano BD Eletrobrás, registram o valor atual dos compromissos correspondentes a benefícios concedidos, deduzidos das contribuições a receber dos beneficiados.

#### **Benefícios do plano**

Registram o valor atual dos benefícios a serem pagos pela entidade aos assistidos e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada.

#### **Benefícios a conceder**

Registram o valor atual dos compromissos correspondentes aos benefícios a conceder, deduzidos das correspondentes contribuições a receber.

#### **Benefícios do plano com a geração atual - contribuição definida**

Registram a totalidade dos saldos acumulados nas contas previdenciárias de participantes que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.

#### **Benefícios do plano com a geração atual - benefício definido**

Registram o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estão em gozo de benefício de prestação continuada, líquido do valor atual das contribuições futuras por eles devidas, quando do recebimento dos referidos benefícios.

#### **Outras contribuições da geração atual**

Registram o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelas patrocinadoras e pelos integrantes da geração atual que ainda não estão em gozo de benefício de prestação continuada, excluindo toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes nesses planos, bem como as contribuições registradas nas rubricas benefício do plano com a geração atual e contribuições das patrocinadoras sobre benefícios da geração atual.

#### **Provisões matemáticas a constituir**

Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras já vigentes, referentes a serviço passado, no mês a que se referirem os valores contabilizados como Provisões Matemáticas à Constituir.





## FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

#### Provisões matemáticas a constituir

Em 31 de dezembro, as provisões matemáticas a constituir podem ser assim resumidas:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Operações contratadas	18.219	20.491
Operações não contratadas	72.036	55.771
	<u>90.255</u>	<u>76.262</u>

Conforme já descrito na nota explicativa nº 4 sobre a reclassificação dos valores das operações contratadas e não contratadas, estamos apresentando os valores de 2007 para efeito de comparabilidade.

#### a) Operações contratadas

Representam as coberturas de reservas matemáticas já contratadas referentes ao plano de benefício definido e são devidas pela patrocinadora Cepel, conforme previsto no regulamento da entidade.

As operações contratadas em aberto em 31 de dezembro de 2008 e 2007 podem ser assim demonstradas:

	<u>Encargos</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<b>Contratos firmados com o CEPEL:</b>			
CF-004/00 - prazo 8 anos (a)	*INPC + 6% a.a.	-	2.480
CF-015/06 - prazo 15 anos (b)	*INPC + 6% a.a.	2.774	2.727
CF-016-A/06 - prazo 15 anos (b)	*INPC + 6% a.a.	2.855	2.825
CF-017-A/06 - prazo 15 anos (b)	*INPC + 6% a.a.	12.590	12.459
		<u>18.219</u>	<u>20.491</u>

#### Garantias:

- (a) Caução de ações PN das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT.
- (b) Não possui garantia conforme Ofício nº 118/2006/MP/SE/DEST de 29 de março de 2006 do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, que excluiu a cláusula de garantia real. Os referidos contratos foram encaminhados à Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

\* INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.





## FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

#### b) Operações não contratadas

Composição do grupo Operações não Contratadas em 31 de dezembro:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Aporte de reservas do desbloqueio do SRC	61.373	53.201
Aporte de reservas de aposentadorias especiais	10.663	2.570
	<u>72.036</u>	<u>55.771</u>

#### • Aporte de reservas do desbloqueio do SRC

Representam os recursos a receber das patrocinadoras referentes a aportes de reservas originárias do desbloqueio do Salário Real de Contribuição (SRC), dos participantes que optaram pela migração ao Plano Previdenciário da Eletros até junho de 2008. Segue a sua composição:

	<u>Plano de benefícios</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Patrocinadoras:			
ELETROBRÁS	CD	37.102	32.516
CEPEL	CD	22.858	19.434
ELETROS	CD	1.413	1.251
		<u>61.373</u>	<u>53.201</u>

A forma documental que consubstancia o registro destes recursos a receber encontra amparo nos atos praticados pela Eletros a partir de maio de 2006 até 31 de dezembro de 2008, envolvendo procedimentos contratuais entre os participantes que optaram pela migração e constituíram a futura obrigação.

Cabe menção o conhecimento dado à Patrocinadora Eletrobrás dos montantes necessários à recomposição das reservas matemáticas dos participantes que migraram do Plano BD para o Plano CD, através da carta PRE-163/2008, de 18 de novembro de 2008.

**FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**• **Aporte de reservas de aposentadorias especiais**

Estão em processo de cobrança ou de contratação com as patrocinadoras e referem-se, essencialmente, a aportes de reservas destinadas a aposentadorias especiais. Essas contribuições estão compostas como segue:

	<u>Plano de benefícios</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Patrocinadoras:			
ELETROBRÁS	BD	4.352	3.941
ELETROBRÁS	CD	2.077	2.295
CEPEL	BD	1.713	1.546
CEPEL	CD	2.521	1.735
Provisão para perdas na realização de créditos		-	(6.947)
		<u>10.663</u>	<u>2.570</u>

A entidade constitui provisão para perdas na realização de créditos de acordo com os critérios descritos na nota explicativa 3(h).

**Provisões matemáticas do plano de benefício definido - BD ELETROBRÁS**

Composição das provisões matemáticas do plano BD Eletrobrás:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<b>Benefícios concedidos</b>		
Aposentadoria	1.079.628	1.000.857
Pensões	79.967	51.516
Acordo Adicional de Aposentadoria	64.243	-
	<u>1.223.838</u>	<u>1.052.373</u>
<b>Benefícios a conceder</b>		
Aposentadoria a conceder (ativos)	240.975	321.072
Reversão de aposentadoria em pensão (assistidos)	112.573	101.907
Pensões (ativos)	21.262	28.169
Benefício proporcional diferido (ativos)	14.729	20.076
Valor presente das contribuições futuras	(41.694)	(57.949)
Acordo Adicional de Aposentadoria	73.542	-
	<u>421.387</u>	<u>413.275</u>
<b>Provisões Matemáticas a Constituir</b>		
Operações contratadas	(18.219)	-
Operações não contratadas	(6.065)	-
	<u>(24.284)</u>	<u>-</u>
	<u>1.620.941</u>	<u>1.465.648</u>



## FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

As provisões matemáticas que migraram do plano BD Eletrobrás para o plano CD Eletrobrás, foram transferidas deduzindo-se as contribuições futuras devidas como assistidos no plano de origem.

A ELETROS aprovou no exercício de 2008, um Acordo referente ao “Adicional de Aposentadoria” do seu Plano “BD” em relação aos que são participantes ou assistidos desse Plano, incluindo as diferenças retroativas, relativas aos últimos 5 (cinco) anos, cujo impacto total na situação atuarial do Plano, foi de R\$ 181.470 mil, conforme a seguinte discriminação:

1. Provisão no exigível operacional – Programa Previdencial de R\$ 43.685 mil, deduzida do Ativo Líquido do Plano, correspondente à diferença, relativa aos últimos 5 (cinco) anos, dos Benefícios Concedidos, decorrente do Acordo em questão;
2. Provisão Matemática Adicional de R\$ 64.243 mil, incluída na Provisão de Benefícios Concedidos, correspondente ao aumento, no valor atual da obrigação atuarial líquida de Benefícios Concedidos, decorrente do Acordo em questão; e
3. Provisão Matemática Adicional de R\$ 73.542 mil incluída na Provisão de Benefícios a Conceder, correspondente ao aumento, no valor atual da obrigação atuarial líquida de Benefícios a Conceder, decorrente do Acordo em questão.

No ano de 2008, outros eventos contribuíram para majorar o valor das Provisões Matemáticas do Plano BD Eletrobrás, a saber:

- sentenças de processos judiciais transitados em julgado no exercício de 2008, atendendo demandas de participantes contra a ELETROS, mensurado em R\$ 5.045 mil;
- mudança do método de financiamento, para as provisões de benefícios a conceder, de crédito unitário projetado para ortodoxo, tendo em vista o fechamento do processo de migração entre planos, cujo efeito foi de R\$ 2.853 mil;
- inclusão do saldo das operações não contratadas no total de R\$ 6.065 mil;
- ajuste para atender às características da composição familiar observada, da anuidade de pensão por morte, no valor de R\$ 23.990 mil;
- crescimento salarial real dos participantes em nível superior às hipóteses atuariais, impactando em R\$ 11.145 mil.



## FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

#### Provisões matemáticas do plano de contribuição definida CD ELETROBRÁS

Composição das provisões matemáticas do plano CD Eletrobrás:

	2008	2007
<b>Benefícios concedidos</b>		
Aposentadoria	68.458	8.553
Pensão por morte	1.272	-
	<u>69.730</u>	<u>8.553</u>
<b>Benefícios a conceder</b>		
Contribuição definida	347.935	274.788
Benefício Proporcional Diferido Saldado	144.429	137.823
	<u>492.364</u>	<u>412.611</u>
<b>Provisões Matemáticas à Constituir</b>		
Aporte de reservas do desbloqueio do SRC	(61.373)	-
Aporte de reservas de aposentadorias especiais	(4.598)	-
	<u>(65.971)</u>	<u>-</u>
	<u>496.123</u>	<u>421.164</u>

#### Provisões matemáticas do plano de contribuição definida CD ONS

Composição das provisões matemáticas do plano CD ONS:

	2008	2007
<b>Benefícios concedidos</b>		
Aposentadoria	2.348	1.256
Pensão por morte	2.097	1.615
	<u>4.445</u>	<u>2.871</u>
<b>Benefícios a conceder</b>		
Contribuição definida	79.329	74.704
	<u>83.774</u>	<u>77.575</u>



## FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

#### 9 - Fundos

Os fundos são constituídos com as sobras dos programas administrativo, assistencial e de investimentos, após a transferência do custeio administrativo e da rentabilidade dos recursos aplicados, a qual é alocada com base no resultado líquido do programa de investimentos, calculado de forma proporcional à participação de cada um no montante aplicado.

#### Programa assistencial

Composto pelos fundos FABES - Fundo de Assistência e Bem Estar Social, em extinção, e ELETROS-SAÚDE, destinados ao custeio do plano de benefício assistencial da Fundação.

Os fundos pertencentes ao plano assistencial não recebem transferência de recursos provenientes dos planos de benefícios previdenciários e, tampouco, aportam recursos para estes. Os recursos desses fundos são aplicados exclusivamente em seus respectivos programas, sendo as despesas administrativas incorridas para a gestão desses fundos alocadas aos mesmos.

#### **Fundo Fabes-Transitório**

Em 2003, a entidade constituiu a Fundação Eletros de Assistência e Bem Estar Social - Fabes, com a finalidade de dar apoio aos seus programas assistenciais.

O saldo do antigo Fundo Fabes, considerado em extinção, foi transferido para um novo Fundo intitulado Fundo Fabes - Transitório, cujos recursos passaram a ser, por decisão do Conselho Deliberativo da entidade, progressivamente transferidos para a Fundação Fabes.

No fim do exercício de 2008 o Fundo Fabes Transitório permanecia com um saldo de R\$8.751 mil (2007 – R\$7.858 mil).

#### **Fundo Eletros-Saúde**

O Fundo Eletros-Saúde, instituído pela Eletrobrás em 1991, opera a contratação de serviços diferenciados e parciais de saúde para suas diferentes categorias de usuários no modelo de autogestão.

Podem aderir ao plano os empregados da Eletrobrás, do Cepel, da Fundação, desde que participantes previdenciários da Eletros e os assistidos, bem como os beneficiários de complementação de pensão prestada pela Fundação.





## FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

O Plano se caracteriza por ser destituído de fins lucrativos, sendo custeado por seus usuários através de contribuições mensais e gerido por seus beneficiários, de acordo com a representatividade estabelecida no estatuto da Eletros para composição do Conselho Deliberativo.

Este fundo registra os fatos relativos aos benefícios de assistência à saúde. Dentro do contexto de reestruturação do Eletros-Saúde, o registro contábil das atividades assistencial e administrativa é segregado em fundos distintos, conforme determinação do Conselho Deliberativo.

Em atendimento a Resolução Normativa – RN nº 160, de 3 de julho de 2007, foram constituídos a partir de janeiro de 2008, os fundos Patrimônio Mínimo Ajustado - PMA, Margem de Solvência, Provisão de Risco e Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA.

É apresentada a seguir a demonstração do resultado do exercício referente ao programa assistencial:

	Fundo Eletros-Saúde		Fundo Fabes-Transitório		Total	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
<b>Programa assistencial</b>						
Recursos coletados	14.485	15.990	525	267	15.010	16.257
Recursos utilizados	(11.821)	(11.258)	-	-	(11.821)	(11.258)
Constituição de Contingências	-	(59)	-	(92)	-	(151)
Custeio administrativo	(1.953)	(2.399)	(43)	(28)	(1.996)	(2.427)
Recursos oriundos do programa administrativo	116	-	-	-	116	-
Resultado dos investimentos assistenciais	533	231	411	352	944	583
<b>Constituições de fundos</b>	<b>1.360</b>	<b>2.505</b>	<b>893</b>	<b>499</b>	<b>2.253</b>	<b>3.004</b>

#### Programa administrativo

Composto pelos fundos administrativos do Plano Administrativo Geral da Eletros – PAGE e do Eletros-Saúde, que se destinam a cobrir os gastos relativos ao custeio administrativo da Eletros e do Eletros-Saúde, respectivamente.

- Plano Administrativo Geral da Eletros – PAGE

Da rentabilidade auferida pelo fundo administrativo do PAGE em 2008, no valor de R\$5.897 mil, foram usados no custeio apenas R\$4.145 mil, o que permitiu que o valor remanescente fosse transferido para reforço do saldo do fundo, que atingiu em 31 de dezembro de 2008 a R\$59.296 mil (2007 - R\$57.544 mil).



**FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

- Plano Assistencial – Fundo Eletros-Saúde

O fundo administrativo do Eletros-Saúde é constituído com a receita de sobrecarga administrativa oriunda das contribuições dos participantes do Plano Eletros-Saúde.

Além dessa receita, foram destinados ao fundo os recursos oriundos do convênio com o Banco Real, recebidos como contrapartida da centralização, naquele banco, do pagamento da folha de pagamento dos assistidos e dos empregados da Eletros, desde janeiro de 2006, e estão sendo utilizados para redução de mensalidades da categoria de assistidos e pensionistas.

O fundo administrativo do Eletro-Saúde apresentava o saldo de R\$2.510 mil (2007 – R\$2.373 mil).

Demonstração do resultado do exercício referente ao programa administrativo:

	Fundo Eletros-Saúde		Fundo Fabes-Transitório		Page	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
<b>Programa administrativo</b>						
Recursos oriundos de outros programas	2.007	2.399	48	28	12.713	12.136
Receitas	3.076	3.395	-	-	2.817	1.932
Despesas	(5.099)	(4.178)	(48)	(28)	(19.804)	(17.848)
Constituições de contingências	(6)	(248)	-	-	130	(36)
Recursos transferidos para o programa assistencial	(116)	-	-	-	-	-
Resultado dos investimentos administrativos	275	264	-	-	5.896	5.916
<b>Constituições de fundos</b>	<b>137</b>	<b>1.632</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.752</b>	<b>2.100</b>

Apresentamos abaixo demonstrativo consolidado das constituições dos fundos dos programas assistencial e administrativo:

	Fundo Eletros-Saúde		Fundo Fabes- Transitório		Page	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
<b>Constituições de fundos</b>						
Programa Assistencial	1.360	2.505	893	499	-	-
Programa Administrativo	137	1.632	-	-	1.753	2.100
<b>Total</b>	<b>1.497</b>	<b>4.137</b>	<b>893</b>	<b>499</b>	<b>1.753</b>	<b>2.100</b>





## FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

#### 10 - Detalhamento dos Saldos das Rubricas Contábeis com a Denominação “Outros”:

Composição dos registros contábeis relativos aos saldos das rubricas com a denominação “Outros(as)”, que ultrapassaram, em 31 de dezembro de 2008 e 2007, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas:

#### Programa previdencial – realizável

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Outros recursos a receber		
Aporte de reservas das patrocinadoras	-	55.771
Valores a receber das patrocinadoras	12.158	11.338
	<u>12.158</u>	<u>67.109</u>

#### Programa assistencial – realizável

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Outros recursos a receber:		
Valores referentes ao empréstimo do Fundo Fabes Transitório para Fundo Eletros-Saúde	4.176	4.074
Outros	1.487	1.223
	<u>5.663</u>	<u>5.297</u>

#### Programa administrativo – realizável

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Outros realizáveis:		
Convênio de interveniência com o INSS	5.306	5.767
Valores a receber referentes a convênios com as patrocinadoras	386	262
Outros valores a receber	1.231	719
	<u>6.923</u>	<u>6.748</u>



## FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

#### Programa administrativo – exigível

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Outras exigibilidades:		
Valores referentes a seguros a pagar	352	1.875
Valores referentes a retenção de IRRF, INSS e ISS sobre prestadores de serviços	254	207
Outros	796	537
	<u>1.402</u>	<u>2.619</u>

#### 10 - Custeio Administrativo

A ELETROS adota a apropriação das despesas administrativas em um único plano, denominado internamente de “Plano Administrativo Geral da Eletros”. Para a cobertura das despesas administrativas, o Plano Administrativo Geral da Eletros tem como fontes de recursos a sobrecarga administrativa, a taxa de administração do ativo e os ressarcimentos de despesas operacionais.

#### 11 - Ações Judiciais – Tributárias

A ELETROS, adicionalmente ao mencionado na nota explicativa 7, iniciou diversos processos judiciais que visam à recuperação de valores que reduziram seus ativos pela edição de planos de estabilização econômica e por mudanças na legislação que contemplava as entidades fechadas de previdência complementar com a imunidade tributária (Lei nº 6.435/77).

#### 12 - Mudança na Legislação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

A administração está formando um grupo para estudar os impactos nas demonstrações contábeis oriundos da aprovação da Resolução MPS/CGPC N° 28, de 26 de janeiro de 2009.

As principais alterações dizem respeito aos registros e procedimentos contábeis a serem observados pelas entidades fechadas de previdência privada e estarão em vigor a partir de 1° de janeiro de 2010.

Salientamos que a Eletros por operar Plano de Assistência à Saúde deverá seguir as instruções e a planificação contábil da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.



## FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

#### 13 - Aprovação de Migração para o Plano CD – Eletrobrás

Em 04 de fevereiro de 2009 foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria SPC nº 2.371 de 03 de fevereiro de 2009, por meio da qual a SPC aprovou a alteração do artigo nº 41 do regulamento do plano CD – Eletrobrás.

O prazo de opção pela migração para o plano se encerrará em 90 dias a partir da data de publicação do ato autorizativo da SPC, o que foi informado também pelo Ofício nº 224/SPC/DETEC/CGAT de 03 de fevereiro de 2009, sendo assim, este prazo se encerrará em 05 de maio de 2009.

Essa alteração do regulamento do plano CD – Eletrobrás foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Eletros em 05 de setembro de 2008.

#### 14 - Déficit Técnico Acumulado do Plano BD – Eletrobrás

O parecer atuarial considerou que o Déficit Técnico Acumulado de R\$ 107.929 mil, apresentado no Plano BD – Eletrobrás, pode ser classificado como déficit conjuntural, e que este valor representa 7,3% do ativo líquido então existente, podendo-se aguardar o final de 2009 para se verificar, caso a existência do Déficit Técnico ainda persista, os ajustes a serem realizados no plano de custeio.

**ATA DA 97ª REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS**

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de junho de 2007, às 17:00 horas, no 5º andar do edifício da sede da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, inscrita no CNPJ sob o nº 34.268.789/0001-88, situada na Rua Uruguaiana, 174 - 5º, 6º, 7º andares e Av. Rio Branco, 81 - 20º, Centro, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Deliberativo da ELETROS-CDE, com a presença do Presidente Afrânio Alencar Matos Filho e dos Conselheiros efetivos Maurício Joseph Marques Filho, Antônio Augusto de Albuquerque Costa, Pedro Paulo da Cunha, Cleber Villa Verde e Roberto Murga da Silva. Participou também o Conselheiro suplente Juvenor Pereira da Silva Júnior. Participaram como convidados o Presidente e Diretores da Eletros, Sylvio Murad Carolino dos Santos, Marcio Cavour e Sergio Mendes de Azevedo Tinoco. Verificado e superado o quorum mínimo de instalação previsto no art. 35, § 3º do Estatuto da ELETROS, a reunião do Conselho Deliberativo foi instalada, cujos membros, de acordo com as atribuições nele previstas, trataram, em caráter extraordinário, do seguinte assunto: **1) ALTERAÇÃO DE MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA DA ELETROS** - O Presidente do CDE, Afrânio Matos Filho, representante da Patrocinadora-Instituidora, Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS deu conhecimento aos demais membros do Conselho Deliberativo, da Carta PR-6822/2007 do Presidente em Exercício da ELETROBRÁS, de 29.06.07, anexa à presente, indicando os nomes de Marco Aurélio Orrego da Costa e Silva e Alice Valderez de Andrade Salomão, para Presidente e Diretora de Benefícios Previdenciários da ELETROS, respectivamente, em substituição ao atual Presidente, Sylvio Murad Carolino dos Santos, e ao atual Diretor de Benefícios Previdenciários Sergio Mendes de Azevedo Tinoco, que voltaria a ser atuário da ELETROS, os quais permaneceriam no cargo até esta data. Conforme o disposto no art. 38, inciso I do Estatuto da Eletros, o Presidente do CDE, Afrânio Matos Filho, representante da Patrocinadora-Instituidora, Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS, o conselheiro Maurício Joseph Marques Filho, representante do Patrocinador Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL e o conselheiro Roberto Murga da Silva, representante do Patrocinador Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS referendaram os nomes apresentados. O Presidente do CDE ressaltou que as mudanças de gestores ora implementadas decorreram de acordo entre os Conselheiros indicados pelas patrocinadoras, com vistas à pacificação da gestão na Eletros. O Conselheiro Antônio Augusto de Albuquerque Costa solicitou que constasse o registro de que nada de pessoal ou profissional existe no seu veto com relação à indicação do nome da Sra. Alice Valderez para ocupar o cargo na Diretoria de Benefícios, pois entende que não deveria ocorrer a substituição do Sr. Sergio Mendes de Azevedo Tinoco neste momento, e que antes de o cargo ser ocupado por representante do patrocinador ONS, o cargo poderia ser ocupado por representante do patrocinador CEPEL, devido ao volume de recursos acumulados por este patrocinador e seus respectivos participantes no Plano BD-Eletrobrás e no CD-Eletrobrás serem superiores aos do Plano CD-ONS. O Conselheiro Cleber Villa Verde expressou que se preocupa que um assunto de suma importância como este seja tratado extra-pauta, mas que é favorável aos dois nomes indicados. O Conselheiro Pedro Paulo da Cunha também manifestou-se favoravelmente aos dois nomes indicados, e disse concordar com a opinião do

Conselheiro Cleber Villa Verde. Disse ainda que entende ser um retrocesso em relação ao processo de escolha de Presidente e Diretor indicados mediante apresentação de uma lista tríplice. Entende também que a mudança freqüente de dirigentes e conselheiros dentro do mandato poderá trazer algum questionamento futuro. Os Conselheiros Cleber Villa Verde, Pedro Paulo da Cunha e Roberto Murga da Silva também agradeceram pela atuação dos Srs. Sylvio Murad e Sergio Tinoco, enquanto ocuparam os cargos de Presidente e Diretor de Benefícios Previdenciários da Eletros, respectivamente. O Presidente do CDE também deu conhecimento da carta de renúncia da Sra. Alice Valderez de Andrade Salomão, datada de 29.06.07, que até então exercia o cargo de suplente indicada do Conselho Deliberativo, e concluiu que este cargo ficará vacante até a apresentação da nova indicação do ONS ao Conselho Deliberativo, com o que todos concordaram. A votação resultou na seguinte **DELIBERAÇÃO: O Conselho Deliberativo, à maioria dos presentes, registrado o voto contrário do Conselheiro Antônio Augusto de Albuquerque Costa para o nome da Sra. Alice Valderez de Andrade Salomão pelo motivo exposto acima, considerando o disposto no art. 38, I c/c art. 33, VII do Estatuto da ELETROS, e, ainda, o disposto no art. 13, inc. VI da Lei Complementar 108/01, nomeou, para Presidente da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, o Sr. MARCO AURÉLIO ORREGO DA COSTA E SILVA, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado à Av. Oswaldo Cruz, 101 – apto. 1002, Flamengo, Rio de Janeiro, RJ, inscrito no CREA-RJ sob o nº 83104611-3-D, em 26 de março de 1986, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 914.461.127-72, em substituição ao Sr. Sylvio Murad Carolino dos Santos, para completar, a partir de 02.07.07, um mandato, iniciado em 24 de setembro de 2004 pelo Sr. Luiz Clovis Martins Limaverde, com término em 20 de setembro de 2007, e considerando a proximidade desta data, o Sr. MARCO AURÉLIO ORREGO DA COSTA E SILVA já fica nomeado para cumprir, a partir de 21 de setembro de 2007, um mandato com término em 20 de setembro de 2010, o qual será empossado, a partir de 02.07.07, como Presidente da ELETROS, independentemente de assinatura de termo de posse; e para Diretora de Benefícios Previdenciários da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, ALICE VALDEREZ DE ANDRADE SALOMÃO, brasileira, divorciada, bacharel em direito, residente e domiciliada à Av. Rainha Elizabeth, nº 371 – aptº 801, Copacabana, Rio de Janeiro, RJ, portadora da Identidade nº M 920751, expedida pelo SSP-MG em 02 de outubro de 2001, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 151.084.736-72, em substituição ao Sr. Sergio Mendes de Azevedo Tinoco, para completar, a partir de 02.07.07, um mandato, iniciado em 24 de setembro de 2004 pelo Sr. Fernando Antonio Lopes, com término em 20 de setembro de 2007, e considerando a proximidade desta data, a Sra. ALICE VALDEREZ DE ANDRADE SALOMÃO já fica nomeada para cumprir, a partir de 21 de setembro de 2007, um mandato com término em 20 de setembro de 2010, a qual será empossada, a partir de 02.07.07, como Diretora de Benefícios Previdenciários da ELETROS, independentemente de assinatura de termo de posse. O Presidente do CDE agradeceu ao Presidente e Diretor que se retiram do cargo, passando a palavra aos mesmos. O Sr. Sylvio Murad Carolino dos Santos passou a ler a carta destinada ao Presidente do CDE, que segue a seguir transcrita: "Rio de Janeiro, 29 de junho de 2007 – Ao Sr. Afrânio Alencar Matos Filho - Presidente do Conselho Deliberativo da Eletros - Rio de Janeiro – RJ - Prezado Senhor, É inerente ao homem o gosto pela realização, deparar-se e observar que uma certa obra, pensada, estudada, compartilhada e na qual tem sido posto energia, amor e verdade e que vem sendo reconhecida pela comunidade é motivo de orgulho para quem dela participa. Falo isso, neste momento pessoalmente difícil, afastando por ora a amargura pelo fato desta precoce interrupção, para registrar o meu enorme**

agradecimento a todos aqueles que acreditaram no meu trabalho, me permitindo servir com despreendimento, transparência e honestidade aos participantes da Eletros de maneira indistinta. Em especial agradeço ao colega Antonio Carlos Gerude Rodrigues, que ao me convidar para exercer este mandato, soube compreender o enorme desafio que os nossos cargos representavam naquele momento singular da Eletros e não poupou esforços na reconstrução da governança, bastante esgarçada. Estendo meus agradecimentos a todos os demais Conselheiros, deliberativos e fiscais, titulares e suplentes, pelo convívio institucional muito gratificante e enriquecedor, cujo maior ganho para mim foi ver renovada nossa confiança na grandeza do trabalho, feita pelos nossos antecessores, e a necessidade de mantermos sempre viva a imagem de excelência da Eletros. Reafirmo meu entusiasmo de ter tido o privilégio de conviver nestes seis meses com um corpo de empregados abnegado, aguerrido, capaz e extremamente profissional, que chamado ao trabalho apresenta-se de forma vibrante, diligente e com visão cooperativa. Por último, agradeço a confiança depositada em mim pelos dirigentes das nossas Patrocinadoras, não só por ter sido indicado para o cargo mas pelo apoio recebido no exercício desta missão, entendendo ser parte da dinâmica empresarial retornar à ELETROBRÁS para dar continuidade a minha trajetória com a mesma disposição, amor e responsabilidade à minha carreira profissional. Que Deus o abençoe e o cubra de sucesso e aos Conselheiros que agora iniciam seus mandatos. Atenciosamente, Sylvio Murad Carolino dos Santos – Presidente” O Sr. Sergio Mendes de Azevedo Tinoco agradeceu a confiança nele depositada e a oportunidade de ter sido Diretor da Eletros. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião e solicitou a mim Malba Patricia H. da Cunha Teixeira, que a secretariei, que lavrasse a presente ata, a qual lida e achada conforme, é assinada, no mínimo, pela maioria dos membros do Conselho Deliberativo, presentes na ocasião, e por mim que a redigi.



**Afrânio Matos Filho**  
Presidente



**Antônio Augusto de Albuquerque Costa**



**Maurício Joseph Marques Filho**



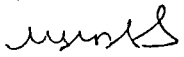
**Pedro Paulo da Cunha**



**Cleber Villa Verde**



**Roberto Murga da Silva**



**Malba Patricia H. da Cunha Teixeira**  
Secretária-Geral



# Eletros

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social

PRE

PRE-093/2007

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2007

Ao

**Dr. Valter Luiz Cardeal de Souza**

Presidente em exercício

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS

Rio de Janeiro - RJ

Senhor Presidente,

Informamos que o Conselho Deliberativo da Eletros, na sua 97ª Reunião, de 29/06/2007, nomeou para Presidente da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – Eletros, o Sr. Marco Aurélio Orrego C. e Silva, em substituição ao atual Presidente Sr. Sylvio Murad Carolino dos Santos, e para completar, a partir de 02/07/2007, o mandato deste último até 20/09/2007, podendo ser reconduzido para o mandato subsequente, a partir de 21/09/2007.

E tendo em vista que o futuro Presidente, membro da Diretoria Executiva da Eletros também é empregado dessa Patrocinadora-Instituidora, vimos pela presente, devolver, a partir de 02/07/2007, o empregado dessa Patrocinadora-Instituidora Sylvio Murad Carolino dos Santos e solicitar que V.Sª. se digne a determinar a cessão, sem ônus para essa Eletrobrás, do Sr. Marco Aurélio Orrego C. e Silva à Eletros, a partir de 02/07/2007.

Desde já agradecemos a atenção de V.Sª.

Atenciosamente,

**Sylvio Murad Carolino dos Santos**

Presidente

C/c: Dra. Aracilba Alves da Rocha – Diretora de Administração - DA;

Dr. Alecir Ângelo Gomes Coelho – Departamento de Gestão de Pessoas - DAG.

MPHCT/mphct

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS

Rua Uruguaiana, 174 – 5º, 6º e 7º andares – Centro – CEP 20050-092 - Rio de Janeiro - RJ Tel. 3806-4700 Fax 2509-2897

# Relatório de confirmação

Hora : 02-JUL-07 10:47  
Linha 1 : +55-21-2509-2897  
Linha 2 : +  
Nome : ELETROS-Presidência

<u>Núm.</u>	<u>Trab.</u>	<u>Data</u>	<u>Hora</u>	<u>Duração</u>	<u>Págs</u>	<u>Para</u>	<u>Dept.</u>	<u>Conta</u>	<u>Modo</u>	<u>Status</u>
244	858	02-JUL	10:46	00/41	01	25146498			G3 501	OK



CTA-PR- 7129/2007

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2007.

Ao Senhor  
MARCO AURÉLIO ORREGO COSTA E SILVA  
Presidente  
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS  
Rio de Janeiro - RJ

Senhor Presidente,

De ordem, informamos a V.Sª que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS aprovou sua cessão à Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 02.07.2007, conforme os termos da RES-510/2007, anexa.

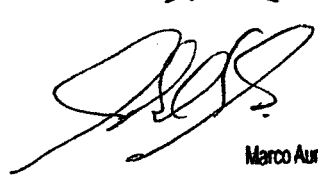
Ressaltamos que a cessão está de acordo com a Norma ERH-06 – Cessão e Requisição de Pessoal e será com ônus para a ELETROS.


Atenciosamente,

  
SINVAL ZAIDAN GAMA  
Chefe de Gabinete da Presidência

Anexo.

A SEGE,  
para providências  
cabíveis.

  
Marco Aurélio Orrego da Costa e Silva  
Presidente  
A cópia entregue a DRAD-RH.

PRESIDÊNCIA ELETROS
Recebido por: 
N.º Doc.: 351
Em: 10.07.2007
Hora: 09 : 30


  
Elaine Oliveira  
Recursos Humanos 14/07/2007

**RELATOR: Presidente em exercício VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA.**

**ASSUNTO: Cessão de MARCO AURÉLIO ORREGO COSTA E SILVA à Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS.**

A Diretoria Executiva da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, no uso de suas atribuições e fundamentada nos termos do Relatório à Diretoria Executiva nº PR-090, de 03.07.2007, RESOLVEU:

1. aprovar a cessão do empregado MARCO AURÉLIO ORREGO COSTA E SILVA, à Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, pelo período de um ano, a partir de 02.07.2007, com ônus para ELETROS;
2. estabelecer que a cessão seja feita sem prejuízo de remuneração (salário + ADL), direitos e demais vantagens, assegurados ao empregado durante o período de sua cessão;
3. determinar que a Presidência, por meio de seu Gabinete, e o Departamento de Gestão de Pessoas - DAG adotem as providências necessárias ao cumprimento desta Resolução.

  
AFRÂNIO ALENCAR MATOS Fº  
Secretário-Geral

**ATA DA 112ª REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS**

Aos 07 (sete) dias do mês de dezembro de 2007, às 09:00 horas, no 5º andar do edifício da sede da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, inscrita no CNPJ sob o nº 34.268.789/0001-88, situada na Rua Uruguaiana, 174 - 5º, 6º, 7º andares e Av. Rio Branco, 81 - 20º, Centro, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Deliberativo da ELETROS, com a presença do Presidente Afrânio Matos Filho, e dos Conselheiros Cleber Villa Verde, Pedro Paulo da Cunha. E considerando que o Conselheiro Antônio Augusto de Albuquerque Costa não compareceu por motivo justificado, compareceu o seu suplente Mauro Madeira de Sequeira, com direito a voto. Os Conselheiros Roberto Murga da Silva, Maurício Joseph Marques Filho não compareceram por motivos justificados. Considerando que o Conselheiro Antônio Augusto de Albuquerque Costa não compareceu por motivo justificado, participou o seu suplente Mauro Madeira de Sequeira, com direito a voto. Compareceu também o suplente Aloysio Marques Pereira. Compareceu como convidado o Sr. Gilson Mussi Machado, que será nomeado nessa reunião. Tendo sido verificado o quorum mínimo de instalação previsto no art. 35, § 3º do Estatuto da ELETROS, a reunião do Conselho Deliberativo foi instalada. O Presidente do CDE deu ciência a todos os membros presentes da Carta da patrocinadora Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, recebida em 06.12.07, contendo a indicação de membro suplente indicado para o Conselho Deliberativo, suprimindo a vacância ocorrida após a renúncia do Sr. Marcos de Almeida que havia ocupado o cargo no lugar da Sra. Alice Valderez de Andrade Salomão, destacando a importância da análise desse assunto pelo CDE, para que sua composição fique completa, facilitando desta forma, os trabalhos deste Conselho. Motivo por que se faz necessário incluir este assunto na pauta e votá-lo nesta reunião, invertendo a ordem da pauta. **2) Nomeação e Posse de Membro Suplente indicado pela Patrocinadora Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para compor o Conselho Deliberativo da ELETROS, face à renúncia da Sra. Alice Valderez de Andrade Salomão** - Considerando a carta do Diretor Geral da patrocinadora Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, CARTA ONS 759/100/2007, de 06.12.07, o Presidente colocou a matéria em votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO: O Conselho Deliberativo, à unanimidade dos presentes, e tendo em vista a indicação contida na carta do Diretor Geral da patrocinadora Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS (ONS 759/100/2007, de 06.12.07), anexa, e referendada pelos representantes das Patrocinadoras junto a este Conselho, presentes à reunião, nomeou o Sr. GILSON MUSSI MACHADO, brasileiro, casado, engenheiro electricista, residente e domiciliado à Rua Timóteo da Costa, 297/1401, Leblon, Rio de Janeiro, RJ, inscrito no CONFEA/CREA-RJ sob o nº 21008394-0 em 02.07.07 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 317.245.237-91, para completar, a partir de 07 de dezembro de**



2007, como membro suplente indicado para o Conselho Deliberativo, um mandato iniciado em 19 de novembro de 2004, e término em 18 de novembro de 2008, suprimindo dessa forma a vacância do cargo, o qual é declarado empossado, neste ato, independentemente da assinatura de termo de posse. O Presidente e os demais membros do Conselho presentes deram boas vindas ao novo Conselheiro. **1) Homologação do Resultado da Eleição de Diretor Financeiro 2007; Nomeação e Posse** – O Presidente lembrou aos Conselheiros a decisão do Conselheiro, inclusive dos Conselheiros representantes dos participantes e assistidos em adotar, para a indicação para a vaga de Diretor, prevista no art. 38, II do Estatuto, um processo eleitoral, cujo resultado, de acordo com o exarado na ata da Reunião Conjunta da Comissão Eleitoral e da Junta Apuradora e decisão já tomada pelo Conselho Deliberativo na 108ª Reunião, de 19.10.07, foi a declaração, por aclamação, para o cargo de Diretor Financeiro, de Sylvio Murad Carolino dos Santos, único candidato inscrito e habilitado para o pleito, sendo de se observar que a Norma Eleitoral prevê a homologação do nome do vencedor da eleição pelo Conselho Deliberativo. Relatou também que a conclusão do parecer exarado pelo Escritório Reis Advocacia a respeito do eventual impedimento apontado pelo SINTERGIA indicou inexistir qualquer impedimento do Sr. Sylvio Murad a exercer o cargo de Diretor Financeiro, uma vez que não se aplica a Resolução CGPC 04/03 ao caso, ressaltando que o sócio do citado Escritório, Adacir Reis era titular da Secretaria de Previdência Complementar na época relatou a matéria como Conselheiro, quando foi aprovada a citada Resolução no Conselho de Gestão de Previdência Complementar. Acrescentou que, tanto o parecer da Divisão Jurídica da ELETROS, como o parecer da ELETROBRÁS foram unânimes nesse sentido. E conforme o art. 38, inciso II do Estatuto da ELETROS, os Conselheiros representantes dos participantes e assistidos presentes, Cleber Villa Verde, Pedro Paulo da Cunha e Mauro Madeira de Sequeira referendaram o nome do Sr. Sylvio Murad Carolino dos Santos para ocupar o cargo de Diretor Financeiro da ELETROS. Em seguida o Presidente colocou a matéria em votação resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO: O Conselho Deliberativo, à unanimidade dos presentes, e tendo em vista a Ata da 108ª Reunião deste Conselho, de 19.10.07, com base em recomendação da Comissão Eleitoral e Junta Apuradora, e o referendo dos Conselheiros representantes dos participantes e assistidos presentes, nomeou o candidato único no processo eleitoral findo, Sr. SYLVIO MURAD CAROLINO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, engenheiro, residente e domiciliado à Rua Senador Vergueiro, 66/602, Flamengo, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade nº 03.593.863-8, expedida pelo SSP-DETRAN-RJ em 30 de setembro de 2002, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 601.512.697-34 para Diretor Financeiro da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, para cumprir um mandato com início em 10 de dezembro de 2007 e com término em 09 de dezembro de 2010, o qual é declarado empossado, neste ato, independentemente da assinatura de termo de posse. Foram dadas boas vindas ao futuro Diretor, Sr. Sylvio Murad Carolino dos Santos, que nesse momento compareceu como convidado, o qual agradeceu à dedicação do**

*Handwritten signature/initials in the bottom left corner.*

*Handwritten signature/initials in the bottom right corner.*



atual Diretor Financeiro Marcio Cavour. Os membros do Conselho Deliberativo presentes e os membros da Diretoria Executiva, Marco Aurélio O. da Costa e Silva e Alice Valdez de Andrade Salomão, convidados nesta parte da reunião, manifestaram o voto de louvor e reconhecimento pelo empenho e dedicação do Sr. Marcio Cavour durante o período que esteve à frente da Diretoria Financeira da ELETROS. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião e solicitou a mim, Malba Patricia H. da Cunha Teixeira, que a secretariei, que lavrasse a presente ata, a qual lida e achada conforme, é assinada no mínimo, pela maioria dos membros do Conselho Deliberativo, presentes na ocasião, e por mim que a redigi.

  
**Afânio Matos Filho**  
Presidente

  
**Mauro Madeira de Sequeira**

  
**Pedro Paulo da Cunha**

  
**Cleber Villa Verde**

  
**Gilson Mussi Machado**

  
**Malba Patricia H. da Cunha Teixeira**  
Secretária-Geral

**REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS**  
Comarca da Capital do Rio de Janeiro  
Av. Presidente Wilson, nº 164 sobreloja 103

CERTIFICO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO.  
28271

200712211316501  
UM018595

09/01/2008  
Eml: 27,04 Adic: 5,41

**REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS**  
**Talber Lira Buannafina**



UM018595



0 Oficial



**Eletros**

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social

PRE-133/2007

Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2007

Ao

**Dr. Valter Luiz Cardeal de Souza**

Presidente em exercício

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS

Rio de Janeiro - RJ

**REF.: PROCESSO ELEITORAL ELETROS 2007 – DIRETOR FINANCEIRO**

Senhor Presidente,

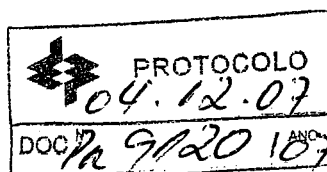
Conforme é do pleno conhecimento dessa Patrocinadora-Instituidora, a Eletros, por intermédio de uma Comissão Eleitoral, constituída para a escolha do nome do próximo Diretor Financeiro, formada majoritariamente por representantes dos participantes ativos e assistidos, aclamou o nome de SYLVIO MURAD CAROLINO DOS SANTOS, que substituirá Marcio Cavour, que se retira ao término do cumprimento de seus dois mandatos, à frente da Diretoria Financeira.

O nome de Sylvio Murad Carolino dos Santos, participante ativo desta Eletros e empregado dessa Eletrobrás, está sendo encaminhado para o Conselho Deliberativo da Eletros, para homologação do resultado e posse, em reunião deste Conselho agendada para o dia 07/12/2007.

Sendo assim, vimos pela presente solicitar a V.Sa. que se digne determinar a cessão do empregado Sylvio Murad Carolino dos Santos à Eletros, comprometendo-se esta Fundação, desde já, a reembolsar essa Patrocinadora dos custos mensais com o referido empregado.

Atenciosamente,

  
**Marco Aurélio Orrego da Costa e Silva**  
Presidente



RM/cp

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS

Rua Uruguaiana, 174 – 5º, 6º e 7º andares – Centro – CEP 20050-092 - Rio de Janeiro - RJ Tel. 2179-4700 Fax 2509-2897



CTA-DA- 12976/2008

Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2008.

Ao Senhor  
**MARCO AURELIO ORREGO C. E SILVA**  
 Presidente da Eletros  
 Rua Uruguaiana, 174 – 5º, 6º e 7º andar  
 Centro – Rio de Janeiro  
 RJ

Prezado Senhor.

Vimos por meio desta informar a V.Sa. que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS aprovou a prorrogação de cessão do empregado abaixo citado a essa empresa.

Nome	Novo Período
SYLVIO MURAD CAROLINO SANTOS	10.12.2009 a 09.12.2009

Ressaltamos que a cessão está de acordo com a norma ERH-06 – Cessão e Requisição de Pessoal, da Eletrobrás, e será com ônus para a Eletros.

Atenciosamente,

*ms*  
 P/ **Miguel Colasuonno**  
 Diretor de Administração

*Do GP,  
 para arquivo  
 J. Maie  
 08/12/08*

**Karla Maia**  
 Gerente de Gestão Administrativa

*A DUGA,  
 Favor notificar  
 a data constante  
 do novo período.  
 Observar os equívocos  
 na data original.*

*24/03/07*

---

**Eletrobrás**

---

DA  
Av. Pres. Vargas, 409 – 13º andar  
CEP 20071-001 – Rio de Janeiro  
FAX: (21) 2514-5808  
Tel.: (21) 2514-6147 / 2514-6149

---

CTA-DA- 8341 /2008

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2008.

Ao Senhor  
**MARCO AURELIO ORREGO C. E SILVA**  
Presidente da Eletros  
Rua Uruguaiana, 174 – 5º, 6º e 7º andar  
Centro – Rio de Janeiro  
RJ

Prezado Senhor.

Vimos por meio desta informar a V.Sa. que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS aprovou a prorrogação de cessão do empregado abaixo citado a essa empresa.

Nome	Novo Período
MARCO AURELIO ORREGO C. E SILVA	02.07.2008 a 01.07.2009

Ressaltamos que a cessão está de acordo com a norma ERH-06 – Cessão e Requisição de Pessoal, da Eletrobrás, e será com ônus para a Eletros.

Atenciosamente,



**MIGUEL COLASUONNO**  
Diretor de Administração





**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
AUDITORIA INTERNA**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 026/2008  
ONDOTOLOGIA – AUDITORIA DE PROCESSOS.**

**NOVEMBRO 2008**

CTA-PRA – 056/2008

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2008.

Senhor

**MARCO AURELIO ORREGO COSTA E SILVA**

Presidente

**Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS**

Rua Uruguaiana, 174 - 5º andar – Centro

Rio de Janeiro - RJ

Senhor Presidente,

Para conhecimento e determinações de V. Sa., encaminhamos em anexo o Relatório de Auditoria Nº 26/2008, que teve por finalidade verificar os processos, rotinas de ajustes e controles implantados ou aperfeiçoados em função dos apontamentos contidos no Relatório Nº. 13/2007, de 21/6/2007, da Auditoria Interna da Eletrobrás.

Destacamos a seguinte constatação:

- Ausência de Sistema que contemple Odontograma. (item 5 do Relatório);

Ao final dos trabalhos foi realizada reunião com representantes da área auditada, com vistas ao conhecimento da não-conformidade encontrada e à implementação de medidas corretivas que se fazem necessárias. Solicitamos que o plano de ação correspondente à recomendação pertinente à área subordinada à essa Presidência seja encaminhado à Auditoria Interna da Eletrobrás no prazo de 30 dias contados do recebimento do Relatório.

Informamos que, em cumprimento à determinação contida no art. 8º da Instrução Normativa Nº 7, da Controladoria Geral da União - CGU, de 29.12.2006, cópia do Relatório será enviada àquele órgão de controle, o qual manterá acompanhamento das ações implementadas com vistas à correção da não-conformidade encontrada.

Finalizando, colocamo-nos à disposição de V.Sa. para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

  
**Edgard T. Schimmelpfeng**  
Auditor-Geral

Anexo: Relatório de Auditoria Nº 26/2008.

**ATIVIDADE: ODONTOLOGIA – AUDITORIA DE PROCESSOS****1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho de auditoria, objeto da Ordem de Serviço nº. 28, contemplado no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT - 2008, sob o código 4.2.1.6.2, foi executado pela técnica da Auditoria Interna - PRA Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda, no período de 22/10/2008 a 17/11/2008, atuando como supervisor de auditoria Fernando Alves Freire e teve por finalidade verificar os processos, rotinas e controles implantados ou aperfeiçoados pela Superintendência do Eletros Saúde, em decorrência das recomendações contidas no Relatório de Auditoria Nº 13 de 21/6/2007.

**2. OBJETIVOS**

A auditoria realizada teve por objetivo:

Verificar os processos, rotinas de ajustes e controles implantados ou aperfeiçoados em função dos apontamentos contidos no Relatório Nº. 13/2007, de 21/6/2007, da Auditoria Interna da Eletrobrás.

**3. ABRANGÊNCIA**

Para consecução do presente trabalho, foram examinados os procedimentos adotados pelo Eletros – Saúde a partir das recomendações feitas no Relatório de Auditoria datado de 21/6/2007, que teve por finalidade apurar possíveis irregularidades de agentes envolvidos na operacionalização das solicitações de reembolsos do plano odontológico, no período de 2004 a 2006.

**4. RESULTADOS**

Os exames foram realizados na extensão julgada adequada às circunstâncias e em conformidade com as normas usuais de auditoria, tendo sido observado o ponto a seguir discriminado, já apresentado e discutido com o órgão auditado, conforme detalhado na Ata de Encerramento, de 13/11/2008, parte integrante do presente Relatório:

Ausência de sistema que contemple odontograma (recomendação 5 deste Relatório);

**5. RECOMENDAÇÕES**

A seguir apresentamos a recomendação com vistas à eficiência dos procedimentos adotados.

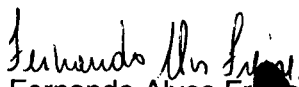
Aquisição de sistema que contemple odontograma (itens II. 4 e II. 5 da Ata de Encerramento).

**6. CONCLUSÃO**

Ao final dos trabalhos foi realizada reunião com o Presidente da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS e o Superintendente do Plano Eletros, conforme consignado na Ata de Encerramento anexa, com vistas ao conhecimento da não-conformidade encontrada e à implementação de medidas corretivas que se fazem necessárias. O plano de ações correspondente deverá ser encaminhado à PRA no prazo de 30 dias contados do recebimento deste Relatório.



Maria da Gloria V.T. de Lacerda  
ANS - Economista



Fernando Alves F. de  
Supervisor de Auditoria

**CONFIDENCIAL**

Anexo: Ata de Encerramento

c.c.: ELETROS (CDE e PRE) / PR / PRA / CF (5) / CGU

**ASSUNTO: ODONTOLOGIA – AUDITORIA DE PROCESSO**

**FINALIDADE:** Encerramento dos trabalhos de auditoria objeto da OS Nº. 28/2008, realizados na Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, mais precisamente na Superintendência do Plano ELETROS – SAÚDE.

**LOCAL:** PRA – Vital Brazil, 14º andar

**DATA:** 13/11/2008

**PARTICIPANTES****ÓRGÃO****ASSINATURA**

Marco Aurélio O. da Costa e Silva

ELETROS

Aluísio Gomes da Silva Júnior

ELETROS

Fernando Alves Freire

PRA

**ASSUNTOS TRATADOS****I. INTRODUÇÃO**

Aberta a reunião, os auditores informaram que estavam concluídos os trabalhos de auditoria referentes a verificação dos processos, rotinas de ajustes e controles implantados ou aperfeiçoados em função dos apontamentos contidos no Relatório de Auditoria 13/2007, datado de 21/06/2007, relativo aos procedimentos aplicados ao Plano Odontológico da Eletros.

Informaram que as avaliações foram realizadas principalmente com base nas conclusões contidas no Relatório supracitado, bem como na resposta à Folha de Informação Nº 1, em conformidade com as normas usuais de auditoria, na extensão julgada adequada às circunstâncias, compreendendo, entre outras, as seguintes análises:

- Verificação da implementação pelo Eletros – Saúde de procedimentos de perícia por amostragem;
- Verificação do desenvolvimento ou da aquisição de sistema de controle relativo ao odontograma;
- Verificação do desenvolvimento de rotina de controle no sistema atual que vise à aferição das cobranças dos pagamentos efetuados aos peritos odontológicos.

**II. COMENTÁRIOS**

Os auditores, após citarem os questionamentos feitos através da Folha de Informação e respectivas respostas, apresentaram seus comentários, a seguir expostos.

**a) PRA:**

*"O trabalho de Auditoria realizado no exercício de 2007, na Superintendência do Plano Eletros Saúde, teve como objetivo verificar os procedimentos operacionais relacionados ao Plano de Saúde Odontológico. O Relatório de Auditoria n.º 13, de 21/06/2007, em anexo, produto final do trabalho realizado, concluiu que:"*

*"Pelo exposto, ficou evidenciado que os tratamentos odontológicos dos empregados e seus dependentes, apesar de estarem dentro da norma ERH-03, sob o aspecto carência de serviços, exibem fortes indícios de irregularidades, as quais só poderão ser confirmadas por profissionais habilitados para tal.*

*Alertamos que, caso tais irregularidades sejam apuradas e confirmadas, caberão medidas punitivas aos empregados e ao auditor externo que as aprovou e, caso haja possibilidade, até para o dentista, ainda que não seja credenciado pelo plano.*

*Com base na documentação apresentada e conforme exposto no item 5 deste Relatório, somos de opinião que não ficou caracterizada negligência ou desídia da auditora interna, Sra. Carla Verri, nestes episódios.*

*Urge a necessidade de implementar: a prática de "perícia por amostragem", conforme disposto no item 3.7.10 da Norma ERH-03; estudos de viabilidade de aquisição de sistema que contemple odontograma; e, desenvolver procedimentos no sistema atual, que possibilite a aferição das cobranças referentes às perícias odontológicos".*

Solicitou esclarecimentos quanto ao atendimento das recomendações abaixo:

**1. MEDIDAS PARA APURAÇÃO POR PROFISSIONAIS, DOS INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES APONTADAS****b) ELETROS SAÚDE:**

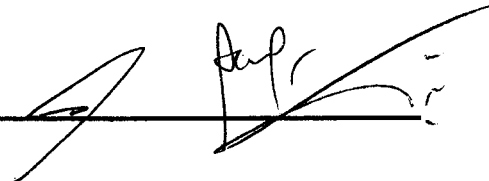
"Em 8 de novembro de 2007, foi encaminhado a Comissão de Ética do Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro (CRO), documento relatando os fatos sobre os atendimentos odontológicos que foram objeto do processo de auditoria interna na odontologia do Eletros-Saúde.

Em fevereiro de 2008, o CRO, através de sua Comissão de Ética, convocou uma audiência na qual estavam presentes o Superintendente do Eletros Saúde, a odontóloga do Eletros Saúde, a auditora externa e o odontólogo não credenciado.

Em 07 de março de 2008, o Presidente da Comissão de Ética, encaminhou correspondência a todos os envolvidos, dando ciência que o processo, pelas evidências apresentadas que levavam à suspeição de ilícito penal, foi enviado ao Ministério Público. Após a conclusão deste, será iniciado o processo ético no Conselho Regional de Odontologia. "

**c) Comentários da PRA:**

Considerou como satisfatórios os esclarecimentos prestados.



**2. MEDIDA PUNITIVA APLICADA****b) Eletros Saúde:**

*“Conforme explicitado em “a”, o processo encontra-se no Ministério Público para apuração. Entretanto, considerando a relevância dos fatos e o comprometimento da relação de confiança, em virtude da atuação do auditor externo, que possui um vínculo de prestação de serviço com o Eletros-Saúde, em 17 de dezembro de 2007, foi realizada a suspensão do instrumento contratual firmado com a auditora externa (Carta ES – 487/ 2007), até que seja concluída a apuração das responsabilidades pelo Ministério Público e Conselho Regional de Odontologia – CRO.”*

**c) Comentários da Auditoria:**

Considerou como satisfatório os esclarecimentos prestados.

**3. ADOÇÃO DO USO DE PERÍCIA POR AMOSTRAGEM – ITEM 3.7.10. DA NORMA ERH-03****b) Eletros Saúde:**

*“Em 04 de janeiro de 2008, foi encaminhado, pela auditoria odontológica do Eletros-Saúde, documento apresentando, para aprovação da Superintendência, formulário para realização de auditoria de amostragem. Este formulário foi aprovado em 07/01/2008.*

*Após a aprovação do formulário, a auditoria odontológica do Eletros-Saúde, com base nas análises de relatórios gerenciais sobre as utilizações de serviços odontológicos e nas verificações feitas nas auditorias internas dos faturamentos, tem encaminhado casos que apresentem alguma não conformidade para serem submetidos a auditoria de amostragem. Encaminhamos o Anexo 5 para exemplificar a rotina adotada no encaminhamento das auditorias de amostragem.”*

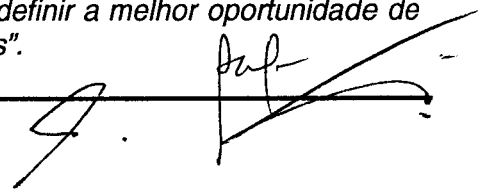
**c) Comentários da Auditoria:**

Constatamos o encaminhamento, pelo Eletros Saúde dos procedimentos de auditoria de amostragem realizado com empregado, profissional credenciado e auditor externo de amostragem, certificando que esta medida está sendo executada pelo plano de saúde como instrumento de controle interno.

Esta Auditoria considera como satisfatória a medida adotada.

**4. AQUISIÇÃO DE SISTEMA QUE CONTEMPLE ODONTOGRAMA****b) Eletros Saúde:**

*“Foi realizado, junto com a equipe de TI da Eletros, o trabalho de especificação e seleção da melhor solução de informática para o Eletros-Saúde (incluindo perícias médico-hospitalares e odontológicas). Foram analisadas sete propostas de firmas nacionais e selecionadas, ao final, duas que dispunham de maior adesão às necessidades do Eletros-Saúde. Finalizado o estudo, foi encaminhado à Diretoria Executiva da Eletros, que ficou de definir a melhor oportunidade de aquisição, considerando as questões financeiras e orçamentárias”.*



**c) Comentários da Auditoria:**

A partir dos esclarecimentos apresentados pela unidade auditada, esta auditoria considerou a medida adotada parcialmente satisfatória. Registre-se que o Relatório de Auditoria que recomendou a aquisição do sistema que contemple odontograma é datado de 21/06/2007, ou seja, já decorridos (1) um ano e (5) cinco meses.

Assim sendo, esta auditoria recomenda que seja priorizada a aquisição do referido sistema tendo em vista o suprimento da necessidade, bem como o aprimoramento dos controles internos dos procedimentos realizados pelo Plano Eletros - Saúde.

**5- DESENVOLVIMENTO DE PROCEDIMENTOS NO SISTEMA ATUAL QUE POSSIBILITEM A AFERIÇÃO DAS COBRANÇAS REFERENTES ÀS PERÍCIAS ODONTOLÓGICAS****b) Eletros-Saúde:**

*"O atual sistema de informática do Eletros-Saúde, foi desenvolvido para atendimento exclusivo dos registros médicos. Com a implantação, em 1997, da cobertura odontológica, os analistas responsáveis fizeram um apêndice neste sistema, para que fosse possível registrar as utilizações odontológicas.*

*Não existe possibilidade de se efetuar um controle dos procedimentos dentários por elemento (dente), nem capacidade de ser colocado a vinculação entre os serviços executados e todas as suas carências e limites, para se fazer um controle ideal, dentro do sistema atual. O sistema não possui, também, links que atrelem os serviços aos prestadores, por especialidade, nem por elementos tratados.*

*Face ao exposto, a auditoria odontológica interna do Eletros-Saúde tem analisado manualmente todos os faturamentos e reembolsos odontológicos, incluindo nestes casos as cobranças feitas pelos auditores externos.*

*Desta forma, tem-se procurado identificar e acompanhar as cobranças dos auditores e interferir nas não conformidades apresentadas."*

**c) Comentários da Auditoria:**

Idem ao comentário anterior, item 4.



# ***Demonstrações Financeiras***

## ***Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ELETROBRÁS***

***31 de dezembro de 2008***

***com parecer dos Auditores Independentes***

***Diretoria Financeira – DF  
Departamento de Contabilidade - DFC***

---



## CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

### ELETROBRÁS

(COMPANHIA ABERTA)

CNPJ 00.001.180/0001-26

## ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007.

	Página
- Balanço Patrimonial - Ativo	1
- Balanço Patrimonial – Passivo	2
- Demonstrações do Resultado dos Exercícios	3
- Demonstrações do Fluxo de Caixa	4
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
- Demonstrações do Valor Adicionado	7
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
- Nota 1 - Contexto Operacional	8
- Nota 2 - Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica	9
- Nota 3 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	11
- Nota 4 - Principais Práticas Contábeis	15
- Nota 5 - Procedimentos de Consolidação	22
- Nota 6 - Caixa e Equivalentes de Caixa	27
- Nota 7 - Títulos e Valores Mobiliários	27
- Nota 8 - Consumidores e Revendedores de Energia Elétrica	29
- Nota 9 - Financiamentos e Empréstimos Concedidos	31
- Nota 10 - Créditos Renegociados	33
- Nota 11 - Remuneração dos Investimentos	34
- Nota 12 - Ativos Fiscais Diferidos e Impostos a Recuperar	35
- Nota 13 - Ativo Regulatório	37
- Nota 14 - Estoque de Combustível Nuclear	39
- Nota 15 - Adiantamentos para Participação Societária	40
- Nota 16 - Investimentos	40
- Nota 17 - Imobilizado	46
- Nota 18 - Intangível	48
- Nota 19 - Fornecedores	48
- Nota 20 - Adiantamento de Clientes	49
- Nota 21 - Financiamentos e Empréstimos Obtidos	50
- Nota 22 - Empréstimo Compulsório	52
- Nota 23 - Reserva Global de Reversão	53
- Nota 24 - Tributos e Contribuições Sociais	55
- Nota 25 - Taxas Regulamentares	57
- Nota 26 - Remuneração aos Acionistas	57
- Nota 27 - Créditos do Tesouro Nacional	59
- Nota 28 - Benefício Pós-Emprego	59
- Nota 29 - Provisão para Passivo a Descoberto em Controladas	64
- Nota 30 - Provisões para Contingências	64
- Nota 31 - Obrigações para Desmobilização de Ativos	73
- Nota 32 - Patrimônio Líquido	75

- Nota 33	Operações com Energia Elétrica	78
- Nota 34	Deduções às Operações com Energia Elétrica	78
- Nota 35	Resultado de Participações Societárias	79
- Nota 36	Pessoal, Material e Serviços	79
- Nota 37	Energia Comprada para Revenda	79
- Nota 38	Provisões Operacionais	80
- Nota 39 -	Resultado Financeiro	80
- Nota 40 -	Participação nos Resultados da Companhia	80
- Nota 41 -	Remuneração de Empregados, Administradores e Dirigentes	81
- Nota 42 -	Programa de Demissão Voluntária	81
- Nota 43 -	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos	82
- Nota 44 -	Transações com Partes Relacionadas	86
- Nota 45 -	Seguros	93
- Nota 46 -	Estudos e Projetos	93
- Nota 47 -	Governança Corporativa	94
- Nota 48 -	Relacionamento com os Auditores Independentes	94
- Nota 49 -	Esclarecimento de Assunto Relevante	95
- Anexos às Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras		
- Anexo I – Consumidores e Revendedores		97
- Anexo II – Financiamentos e Empréstimos a Receber		98
- Anexo III – Investimentos em Empresas Consolidadas		99
- Anexo IV – Ativo Imobilizado - 2008		100
- Anexo IV.a - Ativo Imobilizados – 2007		101
- Anexo V – Financiamento e Empréstimos a Pagar		102
- Anexo VI – Resumo das Demonstrações Financeiras das Controladas		103
- Anexo VII - Siglas Utilizadas nas Demonstrações Financeiras		104
- Diretoria Executiva		106
- Parecer dos Auditores Independentes		

# CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

## ELETROBRÁS

(COMPANHIA ABERTA)  
CNPJ 00.001.180/0001-26

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

#### NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

##### I – Informações Gerais

A ELETROBRÁS é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF - Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B, 100, sala 203 - Asa Norte, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e na *Securities and Exchange Commission – SEC*, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BOVESPA) – Brasil, Madri (LATIBEX) – Espanha e Nova York (NYSE) – Estados Unidos da América. Tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras de energia elétrica, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, conceder financiamentos, prestar garantias, no País e no exterior, a empresas que atuam no serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário e em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com o Ministério de Minas e Energia.

##### II – Participação Societária

A Companhia exerce a função de *holding* gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto em sete empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica (FURNAS Centrais Elétricas S.A. - FURNAS, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, MANAUS ENERGIA S.A., Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE) e em quatro empresas distribuidoras de energia elétrica ELETROACRE, CERON, CEAL e CEPISA.

A Companhia é controladora, também, da Eletrobrás Participações S.A. – ELETROPAR (anteriormente denominada LIGHTPAR Participações S.A.) e, em regime de controle conjunto, da ITAIPU Binacional, nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai.

A Companhia é controladora indireta da empresa Boa Vista Energia S.A., controlada integral da ELETRONORTE, que atua na geração e distribuição de energia elétrica no Estado de Roraima.

### **III – Negócios no exterior**

Em 7 de abril de 2008 foi publicada a Lei 11.651 que autoriza a ELETROBRÁS, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica.

### **IV – Comercialização de Energia Elétrica**

A Companhia atua como agente responsável pela comercialização da energia elétrica gerada pela ITAIPU Binacional e pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, que visa promover a diversificação da matriz energética brasileira e a busca de fontes renováveis de energia elétrica.

### **V - Gestão de Recursos Setoriais**

A Companhia é responsável, também, pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão - RGR, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Utilização de Bem Público - UBP e Conta de Consumo de Combustível – CCC. Estes fundos financiam programas do Governo Federal de universalização de acesso à energia elétrica, de eficiência na iluminação pública, de incentivos às fontes alternativas de energia elétrica, de conservação de energia elétrica e a aquisição de combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica, cuja movimentação financeira não afeta o resultado da Companhia.

### **NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA**

A Companhia, por intermédio de empresas controladas, detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir (vide Nota 17 e Anexo IV e IVa):

#### **I - Geração de Energia Elétrica**

	RIO	CAPACIDADE (MW)	VENCIMENTO
<b>EM OPERAÇÃO</b>			
UHE FURNAS	Grande	1.216	07/2015
UHE Estreito	Grande	1.050	07/2015
UHE Marimbondo	Grande	1.440	03/2017
UHE Itumbiara	Paranaíba	2.082	02/2020
UHE Serra da Mesa	Tocantins	1.275	05/2011
UHE Luiz Gonzaga	São Francisco	1.479	10/2015
UHE Xingo	São Francisco	3.162	10/2015
UHE Sobradinho	São Francisco	1.050	02/2022
UHE Tucuruí	Tocantins	8.370	07/2024
UHE Complexo Paulo Afonso	São Francisco	3.880	10/2015
UTE Santa Cruz	-	766	07/2015
Outras concessões de geração	-	2.552	Até 2035
<b>EM CONSTRUÇÃO</b>			
UHE Simplício	Paraíba do Sul	334	08/2041
UHE Baguari	Doce	140	08/2041
UHE Batalha	São Marcos	53	08/2041
		<b>28.848</b>	

A capacidade total instalada das usinas do Sistema ELETROBRÁS, considerando ITAIPU Binacional e ELETRONUCLEAR, é de cerca de 39.402 MW. A geração de energia elétrica considera as seguintes premissas:

- a) existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorre maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;
- b) existência, também, de períodos em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva, e
- c) disponibilidade hídrica do rio onde está localizada.

A produção de energia elétrica das usinas é função do Planejamento e Programação da Operação Eletroenergética, com horizontes e detalhamentos que vão desde o nível anual até os diários e horários, elaborados, atualmente, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que define os montantes e a origem da geração necessária para o atendimento à demanda do País de forma otimizada, baseada na disponibilidade hídrica nas bacias hidrográficas e de máquinas em operação, bem como o custo da geração e a viabilidade de transmissão dessa energia através do sistema interligado.

II - Transmissão de Energia Elétrica

A capacidade de transmissão do Sistema ELETROBRÁS está demonstrada a seguir:

	<u>LINHAS EM KM</u>	<u>SUBESTAÇÕES</u>	<u>VENCIMENTO</u>
FURNAS	19.278	47	07/2015
ELETRONORTE	10.574	59	07/2015
CHESF	18.468	83	06/2037
ELETROSUL	10.075	36	07/2015
MANAUS	613	22	07/2015
	<u>59.008</u>	<u>247</u>	

### III – Distribuição de Energia Elétrica

<u>Companhia</u>	<u>Região Geográfica</u>	<u>Municípios Atendidos</u>	<u>Prazo Concessão</u>
ELETROACRE	Estado do Acre	25	2015
CERON	Estado de Rondônia	52	2015
CEAL	Estado de Alagoas	102	2015
CEPISA	Estado do Piauí	224	2015
MANAUS ENERGIA	Estado de Manaus	62	2015

### NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras, controladora e consolidado, são de responsabilidade da administração da Companhia, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/1976 e suas alterações posteriores, além de regulamentações e disposições complementares emanadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Lei 11.638/2007, de 28 de dezembro de 2007, e a Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008, prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 15 de março de 2009, pelo Ato do Congresso Nacional nº 3, de 4 de março de 2009, alteraram e revogaram dispositivos da Lei 6.404/76, objetivando a convergência futura das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC foi criado com a incumbência de editar os pronunciamentos técnicos de contabilidade em linha com as normas internacionais.

A Companhia adotou pela primeira vez os pronunciamentos emitidos pelo CPC, quando aplicável, na elaboração das Demonstrações Financeiras do exercício de 2008, de forma integral e sem ressalvas, tendo refletido os ajustes iniciais em 1º de janeiro de 2008, data de transição, conforme facultado pela Deliberação CVM 565/2008, na conta de lucros acumulados sem efeitos retrospectivos sobre as Demonstrações Financeiras de 2007 aqui apresentadas, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes até 31 de dezembro de 2007.

A Medida Provisória 449/2008 instituiu, também, o Regime Tributário de Transição – RTT estabelecendo o tratamento dos efeitos tributários sobre os efeitos decorrentes da introdução da nova legislação contábil brasileira.

A data de autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Diretoria Executiva em 20 de março de 2009, encaminhando ao Conselho de Administração.

As modificações introduzidas nas práticas contábeis brasileiras podem ser sumariamente resumidas como segue:

**I - Que afetaram a preparação e a apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas.**

**a) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR**

Substituição da DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. Consoante item 51 do Pronunciamento CPC 13, a Companhia não está apresentando a DOAR para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007. A Companhia já adotava a prática de apresentar a DFC.

**b) Demonstração do Valor Adicionado - DVA**

Inclusão da apresentação da DVA, que tem por finalidade demonstrar o valor adicionado pela Companhia, bem como a composição da origem e da alocação da riqueza gerada. A Companhia já adotava prática de apresentar a DVA.

**c) Intangível**

Criação, no Balanço Patrimonial, de novo grupo de contas denominado Intangível, para fins de registro de direitos incorpóreos destinados à manutenção e operação da Companhia.

**d) Ativo Diferido**

Eliminação do grupo de contas denominado Ativo Diferido. Dessa forma, a Companhia optou por alocar em outros grupos de ativos – Imobilizado e Intangível, quando qualificáveis ou, por efetuar a baixa dos gastos diferidos que não puderam ser alocados em ativos, na data de transição, mediante o registro do valor contra lucros ou prejuízos acumulados, líquido dos efeitos fiscais.

**e) Ajustes Acumulados de Conversão de Demonstrações Financeiras**

Criação, no Patrimônio Líquido, de subgrupo de contas denominado Ajustes Acumulados de Conversão, destinado ao registro de efeitos decorrentes da variação de taxas de câmbio em investimentos e conversões de Demonstrações Financeiras apresentadas em moedas funcionais distintas da investidora.

**f) Reserva de Reavaliação**

Em atendimento às novas regras contábeis instituídas fica proibida a reavaliação de ativos e o conseqüente reconhecimento de reserva de reavaliação. A Companhia possui registro deste tipo de reserva decorrente de investimentos em coligadas avaliadas por equivalência patrimonial. Nesse sentido, a Companhia está seguindo os procedimentos adotados por suas coligadas CELPA e CEMAT que realizaram, no passado, reavaliação do ativo imobilizado.

**g) Resultado não operacional**

Foi eliminada a segregação entre os resultados operacionais e os não operacionais. Os valores até então registrados em contas representativas de resultados não operacionais passam a ser classificados e apresentados como Outras Receitas, ou Outras Despesas no grupo Operacional.



#### **h) Instrumentos Financeiros**

A classificação de instrumentos financeiros em determinada categoria deve ser feita no momento de seu registro. Na aplicação inicial da Lei é permitido classificar os instrumentos financeiros na data de transição. A Companhia aplicou as regras de classificação e mensuração, previstas no Pronunciamento CPC 14 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimentos, Mensuração e Evidenciação.

#### **i) Ajuste a Valor Presente**

Em atendimento à Deliberação CVM 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento CPC 12, a Companhia e as suas controladas reconheceram o ajuste a valor presente sobre saldos de ativos e passivos de longo prazo, quando aplicáveis. Até 31 de dezembro de 2007, os correspondentes saldos estavam registrados e apresentados pelos seus valores nominais. Conforme definições constantes do Pronunciamento CPC 13 – Adoção inicial da Lei 11.638/2007 e Medida Provisória 449/2008, aprovado pela Deliberação CVM 565/2008, tal ajuste foi realizado, na data de transição, contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

#### **j) Valor de Recuperação de Ativos**

Em atendimento aos requisitos emanados pela Deliberação CVM 527/2007, de 1º de novembro de 2007, que aprova o Pronunciamento CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia e suas controladas realizaram os testes necessários a fim de verificar a recuperabilidade de seus ativos, tomados em conjunto, ou seja, como unidades geradoras de caixa.

#### **k) Equivalência Patrimonial**

Conforme a alteração dos parâmetros para definição sobre quais investimentos devem ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial, a Companhia e suas controladas passaram a aplicar essa forma de avaliação aos investimentos permanentes mantidos em empresas no qual possuam 20%, ou mais, de participação no capital votante ou exerçam influência significativa sobre a administração da investida.

#### **l) Reserva de Capital – Doações e Subvenções para Investimentos**

Em atendimento à Lei 11.638/2007 e à Medida Provisória 449/2008, e de acordo com o Pronunciamento CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamental, passou-se a aplicar o critério de reconhecer os valores correspondentes como receita operacional. Conforme facultado pelo Pronunciamento CPC 13 – adoção inicial da Lei 11.638/2007 e da Medida Provisória 449/2008, os saldos da reserva de capital – doações e subvenções para investimentos serão mantidos na conta até sua total utilização.

#### **m) Efeitos Tributários da Aplicação Inicial da Lei 11.638/2007 e MP 449/2008**

A Companhia optou pelo Regime Tributário Transitório (RTT) instituído pela Medida Provisória 449/2008, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, do PIS/PASEP e da COFINS, para o biênio 2008 - 2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes até 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas advindas da Lei 11.638/2007 e MP 449/2008 foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a instrução CVM 371/2002.

## **II – Que não afetaram a preparação e a apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas.**

### **a) Arrendamento Mercantil**

Obrigatoriedade de registro no Ativo Imobilizado dos direitos que a entidade detenham sobre bens corpóreos destinados à manutenção de suas atividades decorrentes de arrendamento mercantil financeiro que transfiram ao arrendador os benefícios, riscos e controle sobre os bens. A administração da Companhia e de suas controladas não identifica nenhuma operação que se enquadre no Pronunciamento CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil.

### **b) Remuneração baseada em ações**

Os custos relacionados a remunerações baseadas em ações, concedidas aos executivos da entidade devem ser registrados e destacados nas Demonstrações Financeiras. A administração da Companhia e de suas controladas não praticam remunerações que se enquadrem no Pronunciamento CPC 10 – Pagamento baseado em ações.

### **c) Resultados de Exercícios Futuros**

Eliminação, no Balanço Patrimonial, do grupo de contas denominado Resultados de Exercícios Futuros.

### **d) Ajuste de Avaliação Patrimonial**

Novo subgrupo do Patrimônio Líquido, conforme §3º do artigo 182 da Lei das S.A. 6.404/76, com redação dada pela MP 449/08, no qual devem ser classificadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação ao valor justo.

## **III - Efeitos no lucro líquido do exercício e no patrimônio líquido decorrentes das novas práticas contábeis disposições adotadas a partir deste exercício estão demonstrados a seguir:**

CONTROLADORA	
2008	
Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Saldo conforme prática contábil anterior – Lei 6.404/1976	
6.408.768	86.126.893
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei 11.638/2007 e da Medida Provisória 449/2008:	
Controladora:	
7.159	(762.139)
Baixa de gastos diferidos com estudos e projetos	- (292.579)
Diferenças temporárias de IR/CSSL	- 99.477
Ajuste a valor presente (AVP) de Partes Beneficiárias	7.159 (569.037)
Controladas por equivalência:	
(279.430)	258.654
- AVP – Créditos ICMS Ativo Permanente	1.239 (4.659)
- AVP – Descomissionamento de Usinas Termonucleares	106.296 264.686
- Baixa de gastos diferidos	(892) (7.646)
- Diferenças temporárias de IR/CSSL	(36.543) (88.061)
- Novas empresas avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial	70.618 94.334
- Incentivos fiscais	341.360 -
- Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)	(761.508) -
Saldo conforme prática contábil atual	
<b>6.136.497</b>	<b>85.618.361</b>

As reclassificações ocorridas nas demonstrações financeiras de dezembro de 2007 não se referem a ajustes de adaptação à Lei 11.638/2007, de 28 de dezembro de 2007, e à Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008, referido-se substancialmente ao efeito da consolidação das empresas de distribuição e à reclassificação apontada na nota explicativa 28.

#### NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das Demonstrações Financeiras da controladora e consolidadas foram adotadas as práticas contábeis descritas a seguir:

## I - GERAIS

### a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão demonstradas ao custo e são representadas substancialmente, por aplicações financeiras de curto prazo, acrescidas das remunerações obtidas até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras e não excedem ao seu valor de mercado (vide nota 6);

### b) Instrumentos Financeiros

Investimentos são reconhecidos e baixados na data da transação dentro de um cronograma estabelecido pelo mercado ao qual pertence. Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas são classificados nas seguintes categorias: (a) mantidos para negociação reconhecidos ao valor justo; e (b) ativos e passivos financeiros mantidos até o vencimento.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados, sendo que a administração da Companhia e suas controladas classificam seus ativos e passivos financeiros no momento inicial.

Os instrumentos financeiros mensurados a valor justo são unicamente os instrumentos financeiros derivativos, os quais são classificados como mantidos para negociação. Os instrumentos financeiros dessa categoria são classificados no circulante e reconhecidos pelo custo de aquisição na data em que são contratados e subsequentemente mensurados ao seu valor justo, sendo os ganhos ou as perdas registrados como receitas ou despesas financeiras do exercício.

Os demais instrumentos financeiros, compreendendo basicamente as aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e os empréstimos e financiamentos são mantidos até o vencimento e são mensurados ao custo de contratação acrescida dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e condições contratuais, sendo registrados ao resultado dos exercícios de acordo com o período de competência. Os instrumentos são ajustados ao valor provável de realização.

### c) Contas a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As contas a receber de clientes (consumidores e revendedores) são compostas por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica, incluídos aqueles decorrentes de energia transacionada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

São reconhecidas pelo custo de aquisição e deduzidas de provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise dos riscos de realização, em níveis considerados suficientes pela administração da Companhia e de suas controladas para cobrir eventuais perdas (Vide Anexo I).

As contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias, motivo pelo qual os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento contábil.

### d) Financiamentos e Empréstimos Concedidos

Os financiamentos e empréstimos concedidos (Vide Anexo II) e seus respectivos encargos apropriados até a data do Balanço são atualizados segundo os índices contratuais de atualização monetária ou cambial.

### e) Investimentos em Participações Societárias

Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação acionária equivalente a 20%, ou mais, do capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Para fins de apuração da equivalência patrimonial e consolidação de investimentos mantidos em empresas com moeda funcional distinta da investidora, os ganhos e perdas decorrentes da variação cambial, quando da conversão das Demonstrações Financeiras para reais, de acordo com o CPC 2 são reconhecidos na rubrica Ajustes Acumulados de Conversão, no Patrimônio Líquido, sendo alocados ao resultado do exercício quando da alienação do investimento.

As contas de resultado e a posição patrimonial de investidas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial que tem a moeda funcional diferente da moeda de apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas são convertidas para a moeda de apresentação.

#### **f) Transações em moeda estrangeira**

Os saldos dos itens monetários em moedas estrangeiras são apresentados pela taxa de câmbio na data do Balanço.

Para os itens não monetários avaliados pelo custo toma-se por base a taxa de câmbio vigente à data da transação e para os itens não monetários avaliados pelo valor justo, toma-se por base a taxa de câmbio da data da determinação do valor.

Os ganhos e as perdas decorrentes da flutuação cambial verificada nas liquidações das operações e da conversão para reais, de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado do exercício.

#### **g) Intangível**

Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos são reconhecidos como ativo intangível, em especial as licenças de programas de computador que são capitalizadas e amortizadas pelo tempo da licença. Os gastos associados à manutenção dos programas de computador são reconhecidos quando incorridos, como despesa do exercício.

#### **h) Gastos com Estudos e Projetos**

Os gastos efetuados com estudos e projetos, inclusive de viabilidade e inventários de aproveitamento hidroelétricos e de linhas de transmissão, são reconhecidos como despesa operacional quando incorridos até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica de sua exploração ou a outorga da concessão ou autorização. A partir da concessão e/ou autorização para exploração do serviço público de energia elétrica ou, da comprovação da viabilidade econômica do projeto, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo do desenvolvimento do projeto.

#### **i) Avaliação do valor recuperável de ativos**

A administração da Companhia e de suas controladas avalia anualmente, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade do valor contábil de seus ativos. Caso seja identificada evidências de não recuperabilidade a administração da Companhia e de suas controladas estima o valor recuperável destes ativos. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment). A perda correspondente (impairment), à não recuperabilidade do ativo ou unidade geradora de caixa é reconhecida no resultado do exercício.

Quando não for possível, ou quando impraticável, estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante estimado da recuperação da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo. Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto anterior à tributação que

reflete as condições de mercado, valor do dinheiro corrente no tempo e riscos específicos relacionados ao ativo ou grupo de ativos.

O valor recuperável do ativo ou unidade geradora de caixa pode ser revisto e, caso aumente no futuro, a provisão para perdas na recuperabilidade de ativos (impairment) reconhecida no passado é revertida, total ou em parte, com efeito no resultado do exercício em que a recuperação for verificada, ajustando a valor contábil do ativo ao seu novo e provável valor de recuperação, limitado ao valor contábil original do ativo ou unidade geradora de caixa.

O montante recuperável, identificado pela administração da Companhia e de suas controladas corresponde ao valor justo do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa.

#### **j) Empréstimos e Financiamentos Obtidos**

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço, vide Anexo V.

#### **k) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido**

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, sendo utilizada a alíquota de 15% e adicional de 10% sobre o lucro real, conforme definido pela legislação tributária aplicável. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado nos termos da legislação aplicável.

Em atendimento ao disposto na Deliberação CVM 273, de 20 de agosto de 1998, e da Instrução CVM 371, de 27 de junho de 2002, estão registrados no ativo circulante e não circulante e passivo não circulante os ativos diferidos e as obrigações fiscais diferidas, calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, (vide notas 12 e 24);

#### **l) Receitas e Despesas Financeiras**

Compostas principalmente por juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos concedidos e obtidos e operações com instrumentos financeiros.

#### **m) Benefícios pós emprego**

A Companhia e suas controladas adotam as práticas contábeis previstas na Deliberação CVM 371/2000 para reconhecimento da avaliação atuarial do fundo de pensão de seus empregados. Eventuais ganhos atuariais com planos de benefícios definidos de seus empregados são reconhecidos somente até o limite do valor dos instrumentos financeiros não incluídos no valor justo dos ativos da fundação. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações de premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e, os compromissos atuariais relacionados a planos de assistência médica são reconhecidos no resultado do exercício segundo o método do corredor.

#### **n) Provisões para Contingências**

As provisões são reconhecidas quando um evento passado pode gerar uma obrigação futura, com probabilidade de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das Demonstrações Financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionadas.

## o) Estimativas Contábeis

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da administração da Companhia e suas controladas, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas controladas a administração adotou estimativas e premissas baseada na experiência histórica e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Administração da Companhia e de suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

I) Ativo Fiscal Diferido – o método para apuração e contabilização do IRPJ e CSLL passivos é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

II) Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração – A Administração da Companhia e de suas controladas adotam variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto a vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representa as práticas determinadas pela ANEEL aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela administração na determinação do fluxo de caixa futuro descontado, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país, disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pelas empresas controladas da Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotado pela administração a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo valor contábil residual existente ao final do prazo da concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Portanto, os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas à época do julgamento efetuado.

#### p) **Juros sobre o Capital Próprio - JCP**

Para fins societários e contábeis estão apresentados como destinação do resultado do exercício diretamente no Patrimônio Líquido, observada a legislação tributária específica que determina que o JCP transite por contas de resultado.

O JCP imputado aos dividendos do exercício, é calculado tendo como limite uma porcentagem sobre o patrimônio líquido, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP estabelecida pelo Governo Brasileiro, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucro, antes de incluir o lucro do próprio exercício, o que for maior.

#### q) **Ativos e passivos circulantes e não circulantes**

O ativos são demonstrados por seu valor de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos de encargos incorridos, quando aplicável. Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após 12 meses subsequentes à data das Demonstrações Financeiras são considerados como não circulantes.

#### r) **Apuração do Resultado do Exercício**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

Os incentivos fiscais foram registrados no resultado do exercício como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao Pronunciamento CPC 07. A parcela do lucro decorrente destes incentivos fiscais foi totalmente destinada à Reserva de lucros denominada Reserva de Incentivos Fiscais e excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, em conformidade com o artigo 195-A da Lei 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

## II – PRÁTICAS DO SETOR ELÉTRICO

#### a) **Depreciação do Imobilizado em Serviço**

As taxas anuais de depreciação são calculadas de acordo com a Instrução ANEEL 44, de 17 de março de 1999. A depreciação é calculada pelo método linear. (vide nota 17 e anexos IV e IV.a).

#### b) **Imobilizado em Curso**

De acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, juros e outros encargos financeiros (variações monetárias e cambiais), relacionados aos empréstimos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados em construções em andamento, são registrados como parte dos custos de construção.

Despesas administrativas gerais são alocadas ao imobilizado em andamento. A alocação de custos diretos com pessoal e serviços de terceiros é permitida com base em critérios estabelecidos pela Agência Reguladora (vide nota 17 e anexos IV e IVa);

#### c) **Imobilizado**

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável.

Conforme dispensa prevista no Pronunciamento CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/2007 e Medida Provisória 449/2008, a Companhia e suas controladas efetuarão a primeira análise periódica do prazo de



vida útil econômica de seus bens a partir de 1º de janeiro de 2009. Para os bens vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica as empresas controladas seguirão a estimativa de vida útil econômica estipulada pela ANEEL.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, com origem em arrendamentos mercantis financeiros são, quando aplicáveis, registrados no imobilizado em contrapartida de dívida de financiamento. Os ativos são sujeitos à depreciação observada a sua vida útil econômica estimada.

A Companhia e suas controladas revisa o valor contábil dos seus ativos de longa duração mantidos e utilizados em suas operações, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos poderá não ser recuperável.

#### **d) Obrigações Vinculadas a Concessão**

São registrados obrigações em contrapartida de contribuições recebidas da União e de consumidores exclusivamente para o investimento na rede de distribuição de energia elétrica. A obrigação é registrada como redutora do ativo imobilizado, sendo, no término da concessão, compensada contra os ativos correspondentes, incluindo aqueles adquiridos com as contribuições recebidas da União e de consumidores. O prazo da concessão de serviço público são firmados pela ANEEL (vide nota 17 e anexos IV e IVa);

#### **e) Almoxarifado**

Os materiais de almoxarifado, classificados no ativo circulante, são registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados à construção do ativo imobilizado são classificados no ativo não circulante - imobilizado, pelo custo de aquisição. Os valores contabilizados não excedem aos seus custos de reposição ou valores de realização;

#### **f) Decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico**

De acordo com o estabelecido pela Resolução 72 da ANEEL, de 07 de fevereiro de 2002, é apresentado na rubrica consumidores e revendedores o valor referente à Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, definida pela Resolução 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001 e pela Lei 10.438, de 26 de abril de 2002 (vide nota 13);

#### **g) Obrigações para Desmobilização de Ativos**

Conforme previsto no Manual de Contabilidade da ANEEL, é constituída provisão ao longo do tempo de vida útil econômica de usinas term nucleares, com o objetivo de alocar ao respectivo período de operação os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional, ao término da vida útil, estimada em quarenta anos.

Os valores são apropriados ao resultado a valor presente do exercício, com base em quotas anuais fixadas em dólares norte americanos, a razão de 1/40 dos gastos estimados, registrados imediatamente e convertidas pela taxa de câmbio do final de cada período de competência. O passivo relativo ao descomissionamento é mantido atualizado pela variação do dólar norte americano (vide nota 31);

#### **h) Estoque de Combustível Nuclear**

O concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear disponíveis no núcleo do reator e na chamada piscina destinada a elementos utilizados - PCU, são registrados pelo custo de aquisição.

O consumo dos elementos de combustível nuclear é apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia (vide nota 14), e

**i) Paradas Programadas**

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas são inicialmente registrados no Ativo Circulante e, após a retomada da operação da usina, são apropriados ao resultado em quotas mensais, até o início da próxima parada.

**j) Conta de Consumo de Combustível – CCC**

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a ELETROBRÁS administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em conta bancária vinculada, e às quotas não quitadas pelos concessionários.

**k) Reserva Global de Reversão - RGR**

Os saques efetuados pela ELETROBRÁS junto à RGR, destinados a concessão de empréstimos e financiamentos às concessionárias de energia elétrica, são registrados como exigibilidades. Sobre tais saques incidem juros de 5% ao ano, a partir da vigência da Lei 8.631, de 04 de março de 1993 (vide nota 23).

**l) Empréstimo Compulsório**

É registrado pelo valor do principal, acrescido de atualização monetária, com base no IPCA-E e juros de 6% ao ano (vide nota 22).

**III - PRÁTICAS CONTÁBEIS ESPECÍFICAS DE ITAIPU BINACIONAL**

Para a contabilização de suas operações a ITAIPU Binacional segue as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil e no Paraguai, observadas as disposições específicas estabelecidas no Tratado Internacional, firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, em 26 de abril de 1973, que rege a ITAIPU Binacional, sendo as principais disposições descritas abaixo:

- a) Não é registrada a depreciação de suas instalações, por ter sua receita calculada com base nos encargos do passivo e não se constituir um item do Custo do Serviço de Eletricidade, conforme definido no Anexo “C”, do Tratado Internacional Brasil-Paraguai;
- b) os resultados acumulados não integram o Patrimônio Líquido e são alocados na rubrica Resultados a Compensar, transferindo para o ativo imobilizado; e
- c) a remuneração sobre capital próprio dos acionistas não leva em consideração a realização de lucros, sendo apresentado como despesa operacional no resultado.

**NOTA 5 - PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO**

I) As Demonstrações Financeiras Consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e das operações dos exercícios findos nestas datas, da controladora, de suas controladas diretas e indiretas e de controle compartilhado. As Demonstrações Financeiras elaboradas em

moeda funcional distinta da controladora são convertidas para a moeda de apresentação no Brasil, para fins de equivalência patrimonial e consolidação das demonstrações financeiras e incluem as seguintes empresas, além da ELETROBRÁS:

	PARTICIPAÇÃO DA ELETROBRÁS	
	2008 e 2007	
	Direta	Indireta
FURNAS	99,54%	-
CHESF	99,45%	-
ELETROSUL	99,71%	-
ELETRONORTE	98,68%	-
ELETRONUCLEAR	99,81%	-
ITAIPU BINACIONAL (*)	50,00%	-
CGTEE	99,94%	-
ELETROPAR	81,61%	-
CERON	99,96%	-
CEAL	75,16%	-
CEPISA	98,56%	-
ELETROACRE	93,29%	-
MANAUS ENERGIA (**)	100,00%	-
BOA VISTA ENERGIA (***)	-	100,00%
FIDC FURNAS I (****)	-	100,00%
FIDC FURNAS II (****)	-	100,00%

(\*) - Controlada em conjunto com a ANDE (Paraguai).

(\*\*) - Participação indireta, por meio da ELETRONORTE, até Maio de 2008.

(\*\*\*) - Participação indireta por meio da ELETRONORTE.

(\*\*\*\*) - Participação indireta por meio de FURNAS.

II) Os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 das empresas consolidadas estão demonstradas de forma resumida no anexo VI.

III) Apresentamos abaixo as principais práticas de consolidação adotadas:

- Eliminação dos investimentos da investidora nas empresas investidas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;
- eliminação de saldos a receber e a pagar intercompanhias;
- eliminação das receitas e despesas intercompanhias;
- destaque da participação dos demais acionistas minoritários no passivo não circulante e no resultado das empresas investidas consolidadas; e
- face à inexistência de resultados não realizados nas operações intercompanhias, o lucro líquido e o patrimônio líquido da controladora são iguais aos do consolidado.

#### IV) Procedimentos de consolidação da controlada em conjunto ITAIPU Binacional

- a) As Demonstrações Financeiras da ITAIPU Binacional são originalmente elaboradas em dólares norte-americanos (moeda funcional). Os ativos e passivos foram convertidos para reais, à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2008 - US\$ 1.00 - R\$ 2,3370, divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2007 - US\$ 1.00 - R\$ 1,7713) e, as contas de resultado, pela taxa média mensal;
- b) o resultado a compensar de ITAIPU Binacional é apresentado no ativo imobilizado consolidado;
- c) a remuneração sobre o capital paga por ITAIPU Binacional é registrada como receita da controladora em conjunto e eliminada no consolidado; e
- d) todo o resultado gerado por ITAIPU Binacional no consolidado é eliminado na consolidação pela rubrica "Resultado a Compensar de ITAIPU Binacional".

A seguir está apresentado, simplesmente para efeito de análise, o resumo do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do exercício, excluídos os efeitos da consolidação proporcional da ITAIPU Binacional. A informação, de caráter meramente informativo, visa apresentar aos acionistas e analistas do mercado de capitais a influência das Demonstrações Financeiras da ITAIPU Binacional nas demonstrações consolidadas do Sistema ELETROBRÁS, dada suas especificidades, não devendo o mesmo ser considerado, em nenhuma hipótese, como sendo as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Sistema ELETROBRÁS.

R\$ mil  
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO  
(de caráter meramente informativo)

2008

	SEM ITAIPU	COM ITAIPU
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Consumidores e revendedores	4.286.208	4.341.459
Financiamentos e empréstimos	1.523.743	1.493.271
Outros	19.556.500	19.762.927
	25.366.451	25.597.657
<b>Não Circulante</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Financiamentos e empréstimos	22.580.924	13.467.643
Outros	12.261.085	12.453.283
	34.842.009	25.920.926
<b>Investimentos</b>	6.013.715	5.896.865
Imobilizado, Intangível e Diferido	58.567.363	80.638.485
	64.581.078	86.535.350
<b>Total do Ativo</b>	124.789.538	138.053.932
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>		
<b>Circulante</b>		
Financiamentos e empréstimos	764.989	1.714.610
Fornecedores	3.263.717	2.594.567
Outros	9.300.650	9.977.839
	13.329.356	14.287.016
<b>Não Circulante</b>		
Financiamentos e empréstimos	6.702.608	18.297.562
Outros	18.906.546	19.618.326
	25.609.154	37.915.888
Participação da ANDE	232.667	232.667
<b>Patrimônio Líquido</b>	85.618.361	85.618.361
	85.851.028	85.851.028
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	124.789.538	138.053.932

R\$ mil  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
 (de caráter meramente informativo)

	2008	
	SEM ITAIPU	COM ITAIPU
<b>Receitas Operacionais</b>		
Operações com energia elétrica	31.285.832	31.450.764
Deduções	(2.176.281)	(2.176.281)
Outras	791.867	791.867
	29.901.418	30.066.350
<b>Despesas Operacionais</b>		
Energia comprada para revenda	(11.707.884)	(8.832.314)
Depreciação e amortização	(2.339.904)	(2.339.904)
Resultado a compensar de ITAIPU	-	(835.885)
Outras	(11.327.052)	(12.522.627)
	(25.374.840)	(24.530.731)
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro</b>	4.526.578	5.535.619
<b>Resultado Financeiro</b>	4.393.502	3.383.768
<b>Resultado de Participação Societária</b>	665.533	665.533
<b>Outras Despesas e Receitas</b>	(32.951)	(32.258)
<b>Resultado antes da CSLL e IRPJ</b>	9.552.662	9.552.662
<b>CSLL e IRPJ</b>	(3.226.515)	(3.226.515)
<b>Resultado antes das participações</b>	6.326.147	6.326.147
Participação no lucro	(176.817)	(176.817)
Participação Minoritária	(12.833)	(12.833)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	6.136.497	6.136.497
<b>Lucro por ação</b>	R\$5,42	R\$5,42

## NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil			
	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Caixa e Bancos	8.548	25.383	169.244	288.334
Aplicações Financeiras	9.361.493	4.937.593	12.662.756	7.264.721
	9.370.041	4.962.976	12.832.000	7.553.055
<b>Caixa Restrito</b>				
CCC	156.354	212.191	156.354	212.191
Comercialização de energia de ITAIPU	151.135	6.991	151.135	6.991
PROINFA	426.897	615.552	426.897	615.552
<b>Total</b>	<b>10.104.427</b>	<b>5.797.710</b>	<b>13.566.386</b>	<b>8.387.789</b>

As disponibilidades financeiras são mantidas junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto-Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 2.917, de 19 de dezembro de 2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da Taxa Média da SELIC.

## NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A ELETROBRÁS e suas controladas classificam os títulos e valores mobiliários como mantidos até o vencimento, com base nas estratégias da administração para esses ativos.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento estão registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária com impactos no resultado. Tais instrumentos estão ajustados a seu valor provável de realização, quando aplicável.

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
CFT-E1	208.761	194.405	208.761	194.405
NTN-P	136.160	126.395	140.675	129.737
Rendimentos de Parcerias	165.442	313.145	165.442	313.145
Partes Beneficiárias	90.697	652.575	90.697	652.575
Outros	12.314	3.152	12.314	3.152
	<u>613.374</u>	<u>1.289.672</u>	<u>617.889</u>	<u>1.293.014</u>

a) CFT- E1 - Títulos públicos com remuneração equivalente à variação do IGP-M, sem juros, com data de resgate fixada a partir de agosto de 2012. A controladora mantém uma provisão para ajuste a valor de mercado na data base de 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 105.464 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 91.761 mil), apurada com base em deságios praticados no mercado de capitais e apresentada como redutora do respectivo ativo.

b) NTN-P - Títulos públicos recebidos em pagamento por alienação de investimentos societários no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND. Estes títulos possuem remuneração equivalente à variação da Taxa Referencial - TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, com juros de 6% a.a. incidentes sobre o valor atualizado com data de resgate fixada a partir de fevereiro de 2012.

c) RENDIMENTOS DE PARCERIAS - Referem-se aos rendimentos decorrentes dos investimentos em regime de parcerias (vide nota 16), correspondente a uma remuneração média equivalente à variação do IGP-M acrescido de juros de 12% a 13% a.a. sobre o capital aportado, como demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2008	2007
EATE	49.353	60.839
TANGARÁ	64.620	48.181
ELEJOR	16.226	50.459
ITIQUEIRA	-	122.131
Outras	35.242	31.535
	<u>165.442</u>	<u>313.145</u>

d) PARTES BENEFICIÁRIAS - Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da ELETROBRÁS na INVESTCO S.A.. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas citadas abaixo, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas, conforme a seguir demonstrado:



	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2008	2007
PAULISTA LAJEADO	49.975	49.975
LAJEADO ENERGIA	266.798	266.798
EDP LAJEADO	184.577	184.577
CEB LAJEADO	151.225	151.225
Valor de face	652.575	652.575
Ajuste a valor presente	(561.878)	-
Valor presente	90.697	-

De acordo com a Lei 11.638/07, conforme descrito na nota explicativa 2, tais títulos passaram a ser avaliados a seu valor justo, em atendimento à deliberação CVM 564/2008 que aprovou o pronunciamento CPC-12.

e) Outros - Referem-se substancialmente a certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais do FINOR/FINAM destinados a projetos nas áreas de atuação das controladas CHESF e ELETRONORTE. A Companhia mantém provisão para perdas na sua realização, constituída com base em valor de mercado, no montante de R\$ 283.690 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 284.414 mil) e apresentada como redutora do respectivo ativo.

## NOTA 8 - CONSUMIDORES E REVENDEDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

I – Os valores a receber de consumidores e revendedores de energia elétrica, estão apresentados por seus valores prováveis de realização, e encontram-se detalhados no Anexo I destas Notas Explicativas e incluem o Ativo Regulatório descrito na Nota 13.

### II - Comercialização de energia elétrica - ITAIPU Binacional

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à ELETROBRÁS a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por ITAIPU a ser consumida no Brasil, passando a ser a comercializadora desta energia elétrica.

Desta forma, foram comercializados no exercício de 2008 o equivalente a 86.568 GWh, sendo a tarifa de suprimento de energia (compra) praticada por ITAIPU de US\$ 21,99/kW e a tarifa de repasse (venda) US\$ 23,03/kW.

O resultado da comercialização da energia elétrica da ITAIPU, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002, observadas as alterações introduzidas pelo Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, tem a seguinte destinação (vide nota 13):

a) se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito de bônus nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das Classes Residencial e Rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh.

b) se negativo, é incorporado pela ANEEL no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

No exercício de 2008, a atividade foi superavitária em R\$ 389.862 mil, sendo a obrigação decorrente incluída na rubrica “Obrigações de Ressarcimento”.

### III - Comercialização de energia elétrica - PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do PROINFA geraram um resultado líquido positivo em 2008 de R\$ 35.643 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 250.414 mil), não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da ELETROBRÁS, sendo este valor incluído na rubrica “Obrigações de Ressarcimento”.

### IV - Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os valores relativos às operações praticadas no âmbito da CCEE estão registrados com base nas informações disponibilizadas pela Câmara.

As operações realizadas no exercício de 2008 geraram, para a ELETROBRÁS e suas controladas, um crédito líquido de R\$ 2.585 mil.

A controlada FURNAS mantém registrados créditos no montante de R\$ 293.560 mil, relativos à comercialização de energia no âmbito do extinto MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa em função da concessão de liminares em ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a ANEEL e o MAE, hoje CCEE. Dada à incerteza de sua realização, a Companhia mantém Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito, constituída no último trimestre de 2007.

De acordo com as normas estabelecidas no Acordo Geral do Setor Elétrico, a resolução dessas pendências implicaria em uma nova apuração, que seria objeto de liquidação entre as partes sem a intervenção da CCEE. Nesse sentido, é intenção da Administração manter negociações, com a participação da ANEEL e CCEE, visando o equacionamento dos créditos, de forma a viabilizar uma solução negociada para a sua liquidação.

### V - Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A Companhia constitui e mantém provisões com observância das normas da ANEEL a partir de análise dos valores constantes do contas a receber vencidos e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. O saldo em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 1.546.967 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 1.749.356 mil), sendo composto como segue:

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2008	2007
RTE (Energia Livre - Perda de Receita e Parcela A)	66.998	309.732
Consumidores e Revendedores		
CEA	566.283	413.302
Outras	620.126	732.762
	1.186.409	1.146.064
CCEE - Energia de Curto Prazo	293.560	293.560
	1.546.967	1.749.356

Para fins fiscais, o excesso de provisão constituída, em relação ao disposto na Lei 9.430/96, está sendo adicionado ao Lucro Real, para efeito de apuração do IRPJ devido e, também, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

## **NOTA 9 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS**

Em consonância ao CPC 14 – instrumentos financeiros, os financiamentos e empréstimos concedidos estão classificados como ativos financeiros, com intenção de serem mantidos até o vencimento. Esses financiamentos e empréstimos (Vide Anexo II) e seus respectivos encargos estão apropriados até a data do Balanço e são atualizados segundo os índices contratuais de atualização monetária ou cambial.

Os valores de mercado desses ativos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da ELETROBRÁS, além dos recursos setoriais, de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras, como, também, decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuárias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 9,73% a.a..

Os financiamentos e empréstimos concedidos, com cláusula de atualização cambial, representam cerca de 50% do total da carteira. Já os que prevêem atualização com base em índices que representam o nível de preços internos no Brasil atingem a 24% do saldo da carteira.

### **I - Créditos junto à AES-ELETROPAULO - Ação Judicial**

Em 1989, a ELETROBRÁS ajuizou ação ordinária de cobrança contra a ELETROPAULO, objetivando receber créditos oriundos de financiamentos não honrados nos seus respectivos vencimentos, segundo critérios avençados nas cláusulas e condições estabelecidas.

Tramitado o feito foi publicada sentença em abril de 1999, condenando a Eletropaulo ao pagamento da importância financiada e não adimplida. Posteriormente, foi confirmada o trânsito em julgado da sentença, significando dizer que a ELETROPAULO não recorreu da decisão de primeiro grau. Consequentemente, foi proposta a execução por título judicial pela ELETROBRÁS perante a Quinta Vara cível do Rio de Janeiro determinando o pagamento.

Contudo, em janeiro de 1998, ocorreu a cisão parcial de ativos da ELETROPAULO, originando três empresas distintas - EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. e EBE - Empresa Brasileira de Energia S.A., sendo que a ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S.A., teve a sua razão social alterada para Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A..

A ELETROPAULO questionou a ilegitimidade por conta do Protocolo da Cisão Parcial, sendo indeferido e determinado o prosseguimento da execução. Em dezembro de 2003 foi interposto Recurso de Agravo de Instrumento pela ELETROPAULO, com requerimento de efeito suspensivo contra a decisão que determinara o prosseguimento da execução, o qual foi concedido entendendo que a ELETROPAULO não seria legítima para suportar a demanda executiva e sim a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (antiga EPTE), por força do referenciado protocolo.

Foram interpostos Recursos Extraordinário e Especial pela ELETROBRÁS discutindo o julgamento do Recurso da ELETROPAULO, sendo provido no sentido de que a execução deveria prosseguir e que a defesa da ELETROPAULO deveria ser atacada via embargos do devedor e não em exceção. Desta decisão a ELETROPAULO manejou embargos de declaração, posteriormente Agravo Regimental e, finalmente, embargos de divergência cuja decisão final foi publicada em novembro de 2007 negando de toda sorte o citado Recurso da ELETROPAULO. Após esgotar toda a possibilidade de êxito perante o Superior Tribunal de Justiça - STJ, a ELETROPAULO apresentou recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal - STF, sendo o mesmo negado seguimento de forma monocrática pelo Ministro, conforme decisão publicada no dia 28 de março de 2008.

Diante deste cenário, a Administração da ELETROBRÁS dará continuidade ao processo de execução e, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, considera a realização do crédito como praticamente certa.

Tais créditos atingem, em 31 de dezembro de 2008, o montante de R\$ 385.171 mil, consideradas as condições originais dos contratos com a ELETROPAULO, registrados contabilmente, os quais, se atualizados pelos índices praticados pela justiça, atingem o montante de R\$ 1.061.329mil. A Administração da Companhia, de forma prudente e conservadora, não registra a parcela de atualização com base em critérios distintos daqueles contratualmente pactuados, optando por aguardar o processo de execução.

## II - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Companhia reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 117.675 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 80.630 mil) correspondente ao principal e ao serviço da dívida de empresas em inadimplemento. Tal volume de provisão é julgado suficiente pela Administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

## NOTA 10 - CRÉDITOS RENEGOCIADOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
<b>CIRCULANTE</b>				
CEB	8.450	54.347	40.807	91.834
CELG	63.617	48.217	88.076	72.392
AES-SUL	12.288	10.227	12.288	10.227
CEMAT	-	-	108.694	25.034
Rolagem da dívida dos Estados	-	-	141.130	188.867
Outros	16	12	228.876	137.921
	<u>84.371</u>	<u>112.803</u>	<u>619.871</u>	<u>526.275</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
CEB	475	1.201	185.826	181.341
CELG	181.307	175.636	467.404	476.199
AES-SUL	17.852	27.114	17.852	
Rolagem da dívida dos Estados	-	-	586.157	965.006
Outros	12	8	813.063	298.220
	<u>199.646</u>	<u>203.959</u>	<u>2.070.302</u>	<u>1.920.766</u>
	<u>284.017</u>	<u>316.762</u>	<u>2.690.173</u>	<u>2.447.041</u>

Os créditos renegociados formalizam-se por contratos de parcelamentos de débitos acumulados pelos devedores, prevêem juros e atualizações monetárias, com prazos fixados para a amortização do principal e dos encargos, e são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia, onde cabe destaque:

### a) Oriundos de energia elétrica repassada à CEB

A ELETROBRÁS é detentora de créditos junto à CEB, decorrentes da comercialização, então praticada por FURNAS, da energia elétrica gerada por ITAIPU Binacional, que foram recebidos por sub-rogação em janeiro de 2003. Tais créditos foram, naquele mesmo exercício, renegociados para equacionamento da inadimplência da distribuidora com atuação no Distrito Federal, no montante original de R\$ 163.892 mil. A negociação estabelece, entre outras condições, o pagamento das dívidas em atraso até o final do exercício de 2008 (60 meses), atualizadas pela taxa SELIC, com garantias reais, mediante a transferência diretamente da instituição financeira arrecadadora da CEB, de 4% de seu faturamento bruto mensal, em favor da ELETROBRÁS. O montante a receber, em 31 de dezembro de 2008, é de R\$ 8.450 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 54.347 mil).

A controlada FURNAS também renegociou créditos detidos contra a CEB, no montante de R\$ 191.129 mil, relativos à energia própria, com amortização em 144 meses, contados de agosto de 2003, em parcelas correspondentes a 3 % do seu faturamento bruto, podendo ser automaticamente prorrogado até a liquidação final do compromisso. O saldo devedor é atualizado pelo IGP-M e acrescido de juros de 1% a.m. e monta em 31 de dezembro de 2008 R\$ 217.708 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 218.828 mil), sendo R\$ 185.351 mil registrado no ativo não circulante (31 de dezembro de 2007 - R\$ 181.341 mil). Do total do montante renegociado o valor de R\$ 162.000 mil foram cedidos ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) - FURNAS II (Vide Nota 23).

### b) Oriundos de energia elétrica repassada à CELG

A ELETROBRÁS renegotiou, em 2003, os créditos decorrentes do repasse de energia da ITAIPU Binacional à CELG, sub-rogados por FURNAS à ELETROBRÁS, no montante de R\$ 392.021 mil. A repactuação prevê a realização desses créditos mediante transferência, efetuada diretamente pela instituição financeira arrecadadora da distribuidora, de 3,34% de seu faturamento bruto mensal. O parcelamento tem um prazo estimado para a sua quitação total de 216 meses, contados a partir de janeiro de 2004, e é corrigido pela variação do dólar norte-americano. O saldo em 31 de dezembro de 2008 corresponde a R\$ 244.924 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 223.853 mil), sendo R\$ 181.307 mil registrado no ativo não circulante (31 de dezembro de 2007 - R\$ 175.636 mil).

De forma semelhante, a controlada FURNAS renegotiou, em dezembro de 2003, o montante de R\$ 378.938 mil, relativos a créditos de energia própria, sendo o prazo estimado de pagamento de 216 meses, corrigido mensalmente pelo IGP-M e juros de 1% a.m.. O pagamento mensal corresponde a 2,56% do faturamento bruto da CELG e está lastreado em garantia baseada em conta bancária vinculada, sendo o saldo da dívida, em 31 de dezembro de 2008, correspondente a R\$ 310.557 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 324.738 mil), sendo R\$ 286.097 mil registrado no ativo não circulante (31 de dezembro de 2007 - R\$ 300.563 mil), tendo sido parte do direito creditório, no montante de R\$ 258.000 mil, cedido ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) - FURNAS II (Vide Nota 23).

#### c) Rolagem da dívida dos Estados

Em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público, implementado pela Lei 8.727/93, a controlada FURNAS firmou contrato de cessão de crédito com a União, para refinanciamento de dívidas da CELG existentes àquela época, relativas à compra de energia, a serem realizados em 240 meses, contados a partir de abril de 1994. Os créditos são atualizados com base no IGP-M e remunerados a 11 % a.a., e montam R\$ 571.615 mil em 31 de dezembro de 2008, (31 de dezembro de 2007 - R\$ 527.027 mil), sendo R\$ 458.379 mil registrados no ativo não circulante (31 de dezembro de 2007 - R\$ 438.455 mil), sendo parte do direito creditório, no montante de R\$ 228.000 mil, cedido ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) - FURNAS II (Vide Nota 23).

A controlada ELETROSUL, no âmbito do mesmo programa de saneamento financeiro, detém créditos junto à União atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68% a.a., no montante de R\$ 676.230 mil, em 31 de dezembro de 2008 (31 de dezembro de 2007 - R\$ 626.846 mil), sendo R\$ 547.831 mil no ativo não circulante (31 de dezembro de 2007 - R\$ 526.551 mil), decorrentes da assunção de direitos que a controlada possuía junto às concessionárias estaduais de energia elétrica, os quais serão realizados em 240 meses, contados a partir de abril de 1994.

A legislação regente prevê que, vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a receber, o parcelamento poderá ser estendido por mais 10 anos. Esta hipótese é possível de ocorrer, uma vez que a União repassa somente os recursos efetivamente recebidos dos Estados que, por sua vez, estão limitados por lei a níveis de comprometimento de suas receitas.

### **NOTA 11 - REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS**

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela ELETROBRÁS.

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
FURNAS	251.607	164.121	-	-
CHESF	541.878	238.680	-	-
ITAIPU Binacional	14.022	10.628	-	-
ELETROSUL	135.713	46.842	-	-
ELETRONUCLEAR	28.749	27.893	-	-
ELETROPAR	8.268	-	-	-
CEMAR	48.340	57.990	48.340	57.990
CTEEP	102.156	33.295	102.156	33.295
Outros	82.233	55.908	110.597	61.183
	<u>1.212.966</u>	<u>635.357</u>	<u>261.093</u>	<u>152.468</u>

#### NOTA 12 - ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS E IMPOSTOS A RECUPERAR

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				
Imposto de renda retido na fonte	749.478	1.386.390	818.616	1.448.174
Antecipações de IRPJ e CSLL	663.844	383.218	776.102	397.724
Prejuízo fiscal-base negativa de CSLL	-	-	28.880	19.423
Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	-	-	293.631	408.102
PASEP/COFINS compensáveis	5.031	3.607	74.308	50.381
ICMS a recuperar	-	-	72.169	67.899
Outros	-	-	18.144	89.296
	<u>1.418.353</u>	<u>1.773.215</u>	<u>2.081.850</u>	<u>2.480.999</u>

Os créditos tributários apresentados acima serão compensados, quando da apresentação da Declaração das Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ/2009, relativa ao ano-calendário de 2008, com as obrigações de IRPJ e CSLL (Vide Nota 24).

R\$ mil

NÃO CIRCULANTE

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
ICMS a recuperar	-	-	781.341	948.318
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	-	-	50.895
Provisão de JCP	583.187	239.185	583.187	239.185
Diferenças temporárias	-	-	173.062	83.549
Provisão para contingências	481.718	457.407	481.718	469.115
PCLD	48.874	67.155	40.874	69.527
Provisão p/ redução ao valor de mercado	132.312	127.899	132.312	130.049
Ajuste da Lei 11.638/07 - RTT	102.077	-	-	-
PIS/COFINS	-	-	564.384	-
Outros	-	460.216	30.070	535.575
	<u>1.348.168</u>	<u>1.351.862</u>	<u>2.786.948</u>	<u>2.526.213</u>

Os Ativos Fiscais Diferidos decorrente das chamadas diferenças temporárias na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, tem seu aproveitamento em função da realização dos eventos que lhe deram origem.

Considerando o histórico de rentabilidade da Companhia, bem como a expectativa de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, o reconhecimento desses ativos está fundamentado na capacidade de realização do ativo fiscal diferido registrado, identificada com análises de tendências futuras, fundamentada em estudo técnico elaborado com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários, que podem sofrer alterações no futuro.

Tendo em vista a natureza dos créditos tributários, a expectativa é de que serão realizados ao longo dos próximos cinco a oito exercícios, quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores.

O Ofício Circular 2.775/2008 – SFF/ANEEL, de 24 de dezembro de 2008, regula entre outras questões inerentes ao encerramento das Demonstrações Financeiras de 2008 das concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, a devolução à Conta de Consumo de Combustível – CCC, dos valores equivalentes aos créditos de PIS/PASEP e COFINS tomados sobre o combustível adquirido para geração de energia elétrica no regime da não cumulatividade, no período de 2004 a 2008.

A Administração da controlada Manaus Energia entendia, até o exercício de 2007, que o combustível comprado para fins de geração de energia elétrica, subsidiado pela CCC, não dava direito a créditos na apuração do PIS/PASEP e da COFINS e assim procedia. Diante dos novos fatos, a administração da controlada, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, recuperou todas as aquisições de óleo efetuadas pela empresa no período determinado pela ANEEL, apurando um crédito tributário de R\$ 460.493 mil, reconhecendo-o no Ativo não Circulante, observado o período de apuração dos últimos cinco anos.

A utilização dos créditos fiscais reconhecidos em 2008 é condicionada a operações futuras que originem débitos fato este que, na opinião da Administração da controlada, ocorrerá mesmo na hipótese prevista de substituição do óleo combustível pelo gás natural, como insumo na geração de energia elétrica.

Contudo, para evitar eventuais riscos da prescrição de tais créditos reconhecidos sob a égide da Lei



10.637/2002 e 10.833/2003, a Administração da controlada, orientada por seus consultores jurídicos, ingressou no judiciário com ação de Protesto Interruptivo de Prescrição junto a União Federal.

Os correspondentes débitos com a CCC relativos ao ICMS estão reconhecidos pelos seus valores originais e na proporção prevista na Lei 8.631/1993. Os relativos à PIS/PASEP e COFINS, foram apurados observando os limites que ultrapassam os percentuais definidos na Lei 8.631/1993, entendendo a ANEEL, contudo, através da Nota Técnica nº 359/08 – SFF/ANEEL, de 11 de agosto de 2008, que a devolução se dê pelo montante integral recuperável.

A Administração da controlada amparada por seus consultores jurídicos requereu judicialmente a suspensão dos efeitos da referida resolução do órgão regulador, valendo dizer as Resoluções ANEEL 432/2007 e ANEEL 303/2008 e o Ofício Circular 2.775/2008 – SFF/ANEEL, que se encontra com seus efeitos suspensos.

Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS: O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Com base no Código Tributário Nacional - CTN, as empresas do Sistema ELETROBRÁS buscam o reconhecimento de seu direito ao crédito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, sendo que, até a conclusão destas demonstrações financeiras, não havia decisão final sobre a questão.

As empresas do Sistema ELETROBRÁS possuem, portanto, créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP e de COFINS, que estão em fase de determinação e, portanto, não reconhecidos nestas Demonstrações Financeiras, uma vez que a referida declaração de inconstitucionalidade somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

## **NOTA 13 - ATIVO REGULATÓRIO**

### **I - Decorrente do Acordo Geral do Setor Elétrico**

O setor elétrico brasileiro foi submetido ao Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica, gerido pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, criada pelo Governo Federal para administrar programas de ajuste de demanda, coordenar ações para o aumento da oferta de energia e implementar medidas de caráter emergencial durante o período do racionamento de energia elétrica, que vigorou de 1º de junho de 2001 à 28 de fevereiro de 2002.

A Lei 10.438/2002 concretizou os instrumentos legais de implementação do Acordo Geral do Setor Elétrico decorrente do programa de racionamento e autorizou a ANEEL a proceder a Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, que tem por propósito recuperar os impactos financeiros a que ficaram submetidas as empresas integrantes do Sistema Elétrico Interligado Nacional submetidas ao citado Programa.

Neste cenário, as empresas geradoras de energia elétrica reconheceram créditos relativos à energia livre, perda de receita e parcela A, realizáveis nos termos do Acordo Geral do Setor Elétrico, via arrecadação da RTE feita junto aos consumidores finais, com prazo limite estipulado pela ANEEL, prazo esse variável para cada distribuidora.

A Companhia reconheceu no ano de 2008, perdas decorrentes de energia livre não faturadas pelas distribuidoras no montante de R\$ 268.612 mil (31 de Dezembro 2007 – R\$ 299.686 mil), apresentado na rubrica Perdas na realização de ativos, do grupo Despesas Operacionais, o qual se encontrava totalmente provisionado até dezembro de 2007.

Os valores residuais líquidos registrados como ativos regulatórios decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico apresentam-se na conta de Consumidores e Revendedores (Vide Anexo I) conforme apresentado abaixo:

	R\$ mil
	CONSOLIDADO
<b>RTE - Parcela A, Energia Livre e Ressarcimento Gerador</b>	
Saldo em 31 de dezembro de 2007	526.702
(-) Perdas	(268.612)
(-) Realizado	(160.213)
Saldo a realizar em 31 de dezembro de 2008	97.877
<b>PCLD</b>	
Saldo em 31 de dezembro de 2007	(309.732)
(+) Reversão	257.309
(-) Constituição	(14.575)
Saldo a realizar em 31 de dezembro de 2008	(66.998)
	30.879

Nos termos do citado Ofício Circular ANEEL 2.409/2007, o saldo a realizar correspondente a energia livre, líquido das perdas já reconhecidas, é de R\$ 97.877 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 526.702 mil) e terá o mesmo tratamento caso não se realize nos prazos estabelecidos, cujos vencimentos se darão, em sua maioria, até o final do exercício de 2009.

Nos termos do mesmo Ofício Circular ANEEL, e amparado por estudos elaborados pela sua Administração, a Companhia mantém PCLD no montante de R\$ 66.998 mil em 31 de Dezembro de 2008 (31 de dezembro de 2007 - R\$ 309.732 mil), julgada suficiente para cobertura de eventuais perdas que venham a ocorrer até o final do prazo de realização.

## II - Decorrente da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

Ao amparo da Lei 11.480/2007, foi retirado o fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com ITAIPU Binacional, e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, a partir de 2007, ficando assegurado à ELETROBRÁS a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos.

Como decorrência, foi editado, ainda, o Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, com o objetivo de regulamentar a comercialização da energia elétrica de ITAIPU Binacional, definindo o diferencial a ser aplicado na tarifa de repasse, criando um Ativo Regulatório referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, a ser incluído anualmente na tarifa de repasse, a partir de 2008.

Dessa forma, passa a ser incluído na tarifa de repasse da potência proveniente da ITAIPU Binacional, a partir de 2008, o diferencial decorrente da retirada do fator anual de reajuste, cujos valores são definidos

anualmente através de portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Na tarifa de repasse em vigor em 2008, encontra-se incluído o montante de R\$ 502.429 mil, equivalente a US\$ 214,989 mil, homologado pela portaria MME/MF 398/2008.

O saldo do Ativo Regulatório decorrente da comercialização da energia elétrica de ITAIPU Binacional praticada no período de janeiro a dezembro de 2008, representado pela rubrica Direito de Ressarcimento, apresentada no Ativo Não Circulante, monta R\$ 4.312.809 mil, equivalente a US\$ 1,845,447 mil.

Dessa forma, a perda de receita financeira da ELETROBRÁS, gerada pela retirada do índice do fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com ITAIPU Binacional, foi compensada pela sua inclusão na tarifa de repasse da potência, não gerando ao final, perdas para a Companhia.

A metodologia de apuração do Ativo Regulatório foi regulamentada pela Portaria Interministerial MME/MF 313/2007, de 11 de dezembro de 2007.

#### NOTA 14 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas usinas termonucleares Angra I e Angra II são constituídos de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante - realizável a longo prazo, apresentado na rubrica "Estoque de Combustível Nuclear". Depois de concluído o processo de fabricação, a parcela relativa à previsão do consumo para os 12 meses subsequentes é classificada no ativo circulante, na rubrica "Almoxarifado". Em 31 de dezembro de 2008, o montante correspondente a esta parcela é de R\$ 323.064 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 286.315 mil).

O recolhimento mensal na despesa operacional é feita de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento do combustível, e periodicamente são realizados inventários e avaliações dos elementos de combustível nuclear que passaram pelo processo de geração de energia elétrica e encontram-se armazenados no depósito de combustível usado.

Abaixo, está apresentada a composição, em 31 de dezembro de 2008, do estoque de longo prazo de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra I e UTN Angra II:

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2008	2007
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Estoque de Combustível Nuclear		
Concentrado de urânio	104.442	71.301
Elementos prontos	146.736	194.633
Material de almoxarifado	259.213	242.615
Em curso - combustível nuclear	214.751	148.639
	725.142	657.188

## NOTA 15 - ADIANTAMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

A ELETROBRÁS apresenta, no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Controladas				
FURNAS	31.154	31.154	-	-
CHESF	294.397	294.397	-	-
ELETROSUL	94.576	94.576	-	-
ELETROPAR	62.285	62.285	-	-
ELETRONORTE	-	1.337.552	-	-
ELETRONUCLEAR	-	264	-	-
CEAL	158.300	121.675	-	-
ELETROACRE	85.542	80.553	-	-
	726.254	2.022.456	-	-
Outros investimentos	4.027	4.027	4.027	4.027
	730.281	2.026.483	4.027	4.027

A ELETROBRÁS integralizou a totalidade do AFAC concedido a ELETRONORTE, em assembleias gerais da controlada realizada em 28 de maio de 2008 e 11 de dezembro de 2008.

## NOTA 16 - INVESTIMENTOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Equivalência Patrimonial				
a) Controladas (Anexo III)	39.935.810	39.344.716	-	-
b) Coligadas Relevantes				
CEEE-D (b)	9.499	18.951	9.499	18.951
CEEE-GT (b)	127.368	105.234	127.368	105.234
EMAE (b) (c)	267.765	252.219	267.765	252.219
CEMAT (b) (c)	456.883	455.384	456.883	455.384
CTEEP (a) (c)	1.447.818	1.393.534	1.447.818	1.393.534
CEMAR (a)	197.943	169.790	197.943	169.790
CELPA (b)	366.953	379.584	366.953	379.584
LAJEADO ENERGIA (a) (c)	219.806	218.446	219.806	218.446
CEB LAJEADO (b) (c)	78.173	61.233	78.173	61.233
EDP LAJEADO (a) (c)	103.771	102.957	103.771	102.957

PAULISTA LAJEADO (b) (c)	23.380	23.380	23.380	23.380
ENERPEIXE (d)	-	-	420.960	350.763
STN (d)	-	-	112.780	97.020
ARTEMIS (d)	-	-	68.142	64.976
SC ENERGIA (d)	-	-	110.396	69.005
RS ENERGIA (d)	-	-	61.847	73.492
UIRAPURU (d)	-	-	20.212	19.600
ETAU (d)	-	-	12.487	11.713
TRANSLESTE (d)	-	-	13.420	11.896
TRANSIRAPÉ (d)	-	-	6.029	5.474
TRANSUDESTE (d)	-	-	8.500	7.500
CENTROESTE DE MINAS (d)	-	-	6.514	6.440
CHAPECOENSE (d)	-	-	270.855	230.000
INTESA (d)	-	-	91.566	73.505
AMAZÔNIA - AETE (d)	-	-	25.200	21.300
ENERGÉTICA (d)	-	-	123.970	74.240
SERRA DO FACÃO (d)	-	-	273.713	95.743
RETIRO BAIXO	-	-	67.188	-
BAGUARI ENERGIA (d)	-	-	61.925	-
BRASNORTE (d)	-	-	39.600	-
AMAPARI (d)	-	-	41.423	-
ENERGIA SUSTENTÁVEL (d)	-	-	100.004	4
Outras (d)	-	-	6.473	48.888
	<u>3.299.359</u>	<u>3.180.712</u>	<u>5.242.563</u>	<u>4.442.271</u>
<b>Custo de aquisição</b>				
CESP	268.679	268.679	268.679	268.679
CELESC	28.241	28.241	28.241	28.241
AES TIETÊ	23.046	23.046	23.046	23.046
COELCE	15.328	15.328	15.328	15.328
CDSA	11.801	11.801	11.801	11.801
SAELPA	11.272	11.272	11.272	11.272
EATE	16.960	17.548	16.960	17.548
TANGARA	21.738	28.016	21.738	28.016
ELEJOR	9.829	44.606	9.829	44.606
GUASCOR	3.300	3.300	3.300	3.300
ITIQUIRA	-	41.339	-	41.339
Outros investimentos	37.355	43.534	244.108	257.691
	<u>447.549</u>	<u>536.710</u>	<u>654.302</u>	<u>705.867</u>
	<u><u>43.682.718</u></u>	<u><u>43.062.138</u></u>	<u><u>5.896.865</u></u>	<u><u>5.193.138</u></u>

- (a) Demonstrações Financeiras auditadas por outros auditores independentes.  
 (b) Parecer de auditoria dos auditores independentes relativos às Demonstrações Financeiras não disponíveis até a data de encerramento das presentes Demonstrações Financeiras.  
 (c) Não possui participação sobre o capital votante, entretanto apresenta influência significativa na Administração da Companhia.  
 (d) Participação indireta através das controladas da companhia.  
 (e) Vide nota 30.

A ELETROBRÁS tem diversas ações no âmbito do judiciário, em vários estágios de julgamento, onde figura como ré (Vide Nota 30), nas quais foram oferecidos em garantia, para os recursos dessas ações judiciais, ativos que representam 6,32% do total da carteira de investimentos, conforme abaixo descrito:

Investimentos	R\$ mil Valor do investimento	Percentual de bloqueio	R\$ mil Investimento bloqueado
CTEEP	1.447.818	91,71%	1.327.794
EMAE	267.765	100,00%	267.765
CESP	269.679	95,82%	258.406
AES TIETE	23.046	89,19%	20.555
COELCE	15.328	100,00%	15.328
DUKE	3.344	62,48%	2.089
CEMAT	456.883	86,64%	395.843
CEB	3.528	50,00%	1.764
CELPA	366.953	96,99%	355.908
CELPE	4.689	71,55%	3.355
CELESC	28.241	15,24%	4.304
CEEE-GT	127.368	87,39%	111.307
	<u>3.014.642</u>		<u>2.764.418</u>
Outros Investimentos	<u>40.668.076</u>	-	-
	<u>43.682.718</u>	6,32%	<u>2.764.418</u>

Ao longo dos últimos anos, a ELETROBRÁS firmou investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista minoritário, detendo ações preferenciais. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados no Ativo - Investimentos.

No mesmo sentido, tendo em vista as necessidades de expansão dos investimentos no Setor Elétrico, em consonância com a intenção do Governo Federal em atrair novos capitais na forma estabelecida pela Lei 10.438/2002, as empresas controladas pela ELETROBRÁS participam, também de forma minoritária, com ações ordinárias, em empresas de concessão de serviços de energia elétrica, classificados em Ativo - Investimentos, avaliados pelo Custo de Aquisição ou Equivalência Patrimonial, quando aplicável.

a) ENERPEIXE - Refere-se à Sociedade de Propósito Específico denominada Enerpeixe S.A., que tem como objetivo a construção e operação da UHE Peixe Angical, localizada no rio Tocantins, cuja capacidade de geração é de 452 MW, sendo a participação de FURNAS de 40% do capital social da referida sociedade, tendo o início de operação ocorrido em maio de 2006.

b) STN - Refere-se à Sociedade de Propósito Específico criada pela CHESF e pela Cia. Técnica de Engenharia Elétrica - Alusa, para exploração da concessão de linha de transmissão de 546 km, em 500 kV, no trecho Teresina (PI) - Sobral e Fortaleza (CE). O capital da empresa Sistema de Transmissão Nordeste S.A. é distribuído na seguinte proporção: Alusa 51% e CHESF 49%. O empreendimento foi concluído em dezembro de 2005 e a operação comercial iniciada em janeiro de 2006.

c) TRANSLESTE - Sociedade de Propósito Específico criada em 2003, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a linha de transmissão ligando Montes Claros (MG) - Irapé (MG), na tensão de 345 kV, com 150 km de extensão. A participação da controlada FURNAS na sociedade corresponde a 24% do capital social. A linha de transmissão entrou em operação em 2005.

- d) TRANSIRAPÉ - Sociedade criada em 2004, com o objetivo de construção, operação e manutenção das instalações da linha de transmissão de energia elétrica Irapé (MG) - Araçuaí (MG), na tensão de 230 kV, com 65 km de extensão. A participação de FURNAS na sociedade corresponde a 24,5% do capital social. A linha de transmissão entrou em operação em 2007.
- e) ARTEMIS Transmissora de Energia S.A. - Sociedade cujo objetivo é a exploração de linhas de transmissão em 525 kV, ligando Salto Santiago - Ivaiporã e Ivaiporã - Cascavel D'Oeste, onde a controlada ELETROSUL participa com 46,5% das ações do capital social, com início de suas operações em outubro de 2005.
- f) SC ENERGIA - Empresa Transmissora de Energia Elétrica de Santa Catarina S.A. - Sociedade cujo objetivo é a exploração de 375 km de linha de transmissão em 525 kV, ligando Campos Novos (SC) a Blumenau (SC), com participação da ELETROSUL de 100% das ações do capital social, tendo iniciado suas operações em setembro de 2006.
- g) TRANSUDESTE - Sociedade criada em 2004, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a linha de transmissão ligando Itutinga (MG) - Juiz de Fora (MG), na tensão de 345 kV, com 140 km de extensão. A participação de FURNAS na sociedade corresponde a 25% do capital social. A linha de transmissão entrou em operação em 2007.
- h) CENTROESTE DE MINAS - Sociedade criada em 2004, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a linha de transmissão ligando FURNAS (MG) - Pimenta (MG), na tensão de 345 kV, com 75 km de extensão. A participação de FURNAS na sociedade corresponde a 49% do capital social.
- i) CHAPECOENSE - Refere-se à Sociedade de Propósito Específico denominada Chapecoense Geração S.A., que tem por objetivo construir e explorar a UHE Foz do Chapecó, localizada no rio Uruguai. A participação acionária de FURNAS é de 49% do Capital Social da empresa que irá gerir a Usina, com potência de 855 MW, que será operada pelo consórcio CHAPECOENSE composto pela CPFL (51%), CHAPECOENSE, (40%), e CEEE GT (9%), cabendo à FURNAS o desempenho das atividades de engenharia do proprietário, na forma de serviço. A entrada em operação da primeira máquina está prevista para 2010.
- j) RS ENERGIA - Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul – Sociedade de Propósito Específico constituída em 2005, para a construção, operação e manutenção de 274 Km de linha de transmissão 525 kV, Campos Novos (SC) - Nova Santa Rita (RS), com concessão por 30 anos. A previsão para o início da operação é para o primeiro semestre de 2009. A ELETROSUL possui 100% das ações representativas do capital social da RS ENERGIA.
- k) Uirapuru Transmissora de Energia S.A. - Sociedade de Propósito Específico, constituída em 2004, para a construção, operação e manutenção de 120 Km de linha de transmissão 525 kV, Ivaiporã (PR) - Londrina (PR), com concessão por 30 anos. A ELETROSUL possui 49,0% das ações representativas do capital social da Uirapuru, ficando a empresa Cymi Holding S.A. com 51,0%. A linha de transmissão entrou em operação em 2006.
- l) ETAU - Empresa Transmissora do Alto Uruguai S.A. - Sociedade de Propósito Específico constituída para a construção, operação e manutenção de 187 Km de linha de Transmissão 230 kV, Campos Novos (SC) - Barra Grande (SC) - Lagoa Vermelha (RS) - Santa Marta (RS), com concessão por 30 anos. A ELETROSUL possui 27,4% das ações do capital social da ETAU, ficando as empresas Terna Participações S.A. com 52,6%, DME Energética Ltda com 10,0% e Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE com 10,0%. A linha de transmissão entrou em operação em 2005.

- m) INTESA - Integração Transmissora de Energia S.A. – Sociedade de Propósito Específico constituída para a construção, implantação, operação e manutenção de linha de Transmissão de Energia Elétrica em 500kV, no trecho Colinas - Serra da Mesa 2, 3º circuito, com prazo de concessão de 30 anos. O capital da INTESA distribui-se em: Sistema ELETROBRÁS com 49% (CHESF - 12% e ELETRONORTE - 37%) e Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia - FIP, com 51%. O início da operação comercial da INTESA teve início em 2008.
- n) Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. – Sociedade de Propósito Específico constituída para a construção, operação e manutenção de 2 linhas de transmissão em 230 KV, Coxipó (MT) - Cuiabá (MT), com extensão de 25 km e Cuiabá (MT) - Rondonópolis (MT) com extensão de 168 km, tendo entrado em operação comercial em agosto de 2005. A ELETRONORTE participa com 49% do capital social da AETE.
- o) Energética Águas da Pedra S.A. - Sociedade de Propósito Específico que tem origem no Consórcio Aripuanã, relativo à contratação de energia proveniente de novos empreendimentos, com posterior outorga de concessão dentro do Ambiente de Contratação Regulada, para implantação da UHE Dardanelos. O Sistema ELETROBRÁS participa com 49% ( CHESF – 24,50% e ELETRONORTE – 24,50%) juntamente com a Neoenergia S.A. que detem 51,0%. A Usina será implantada no Rio Aripuanã, situado no norte do Estado do Mato Grosso, com potência de 261 MW, e energia assegurada total de 154,9 MW médios. As primeiras máquinas têm previsão para entrada em operação em 2011, tendo sido comercializados 147 MW médios para o período de 2011 à 2041, com prazo de concessão de 35 anos.
- p) Serra do Facão S.A. – Sociedade de Propósito Específico constituída com a finalidade de construção e operação da UHE Serra do Facão, com potência instalada de 210 MW, localizada no rio São Marcos, no Estado de Goiás. A participação acionária de FURNAS no consórcio, através da SPE Serra do Facão Participações S.A. é de 79,79%. A entrada em operação comercial da primeira máquina está prevista para 2010.
- q) Consórcio MESA S.A. – Sociedade de Propósito Específico constituída em 2007 com o objetivo de construir e operar o projeto de construção da UHE Santo Antônio, no rio Madeira, em Rondônia. O capital social do Consórcio MESA tem participação de FURNAS (39%), Odebrecht Investimentos (17,6%), Andrade Gutierrez Participações (12,4%), CEMIG (10%), Fundos de Investimentos e Participações da Amazônia (20%) e Construtora Norberto Odebrecht (1%),
- r) RETIRO BAIXO – Sociedade de Propósito Específico, denominada Retiro Baixo Energética S.A., criada com o objetivo de implantar e gerir a UHE Retiro Baixo, com potência instalada de 82 MW, localizada no Rio Paraopeba, nos municípios mineiros de Curvelo e Pompeu. A participação de FURNAS corresponde a 49% do capital social e as obras tiveram início em março de 2007, com previsão de entrada em operação comercial da primeira máquina para janeiro de 2009.
- s) BAGUARI ENERGIA – É uma Sociedade de Propósito Específico, constituída com o objetivo de implantar e explorar a UHE Baguari, localizada no rio Doce, no Estado de Minas Gerais, com capacidade de 140 MW e previsão de implantação para o segundo semestre de 2009. A participação de FURNAS corresponde a 30,61% do capital social.
- t) ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. - Sociedade de Propósito Específico que tem por objetivo a exploração da concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Jirau (UHE Jirau), no Rio Madeira, Estado de Rondônia, com potência instalada mínima de 3.300 MW, e entrada em operação prevista para 2013. O Sistema ELETROBRÁS possui participação de 40% do capital da empresa (CHESF - 20% e ELETROSUL 20%) juntamente com as empresas Suez Energy South America Participações Ltda. (50,1%) e Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A. (9,9%). O prazo de concessão do empreendimento é de 35 anos.



u) Brasnorte Transmissora de Energia S.A - Sociedade de Propósito Específico criada em 2007, com o objetivo de concessão de serviço público de Linha de Transmissão Juba – Jauru, 230 kV, com 129 Km de extensão; Linha de Transmissão Maggi – Nova Mutum, 230 kV, com 273 Km de extensão; Subestação Juba, 230/138 kV e Subestação Maggi, 230/138 kV. A participação no capital social da referida Sociedade da ELETRONORTE é de 45%, TERNA PARTICIPAÇÕES S/A 35% e BIMETAL IND. E COM. DE PRODUTOS METALÚRGICOS LTDA é de 20%.

v) Amapari Energia S.A – Sociedade de Propósito Específico constituída em 2007 em parceria entre a MPX Energia S.A. e ELETRONORTE, tem por objeto estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE), com capacidade instalada inicial de 23,33 MW. Trata-se de uma usina termelétrica (UTE) a óleo diesel, no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá. A participação da ELETRONORTE é de 49% e da MPX Energia é de 51%.

x) ELETRONET – As controladas FURNAS, CHESF, ELETROSUL e ELETRONORTE participam no negócio de provimento de meios de transporte de sinais de informações, utilizando parte de suas infra-estruturas de transmissão, com intermediação da controlada ELETROPAR, em empreendimento juntamente com a iniciativa privada, onde participa, de forma minoritária, no capital social da ELETRONET, constituída para a exploração do negócio de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações.

Para viabilização desse negócio, as EMPRESAS CEDENTES identificaram a necessidade de associação com a iniciativa privada e, também, com uma empresa do Sistema ELETROBRÁS que intermediasse e, conseqüentemente, atuasse como preposta, em nome das EMPRESAS CEDENTES, e sob a orientação das mesmas, objetivando seus interesses negociais pelo uso de suas infra-estruturas, perante o sócio privado.

A ELETROPAR participa minoritariamente do capital social da Eletronet S.A. – ELETRONET (49%) e atua como preposta dos interesses das EMPRESAS CEDENTES de energia elétrica controladas pela ELETROBRÁS junto à ELETRONET, a ELETROPAR repassa os rendimentos do negócio às referidas EMPRESAS CEDENTES, cabendo-lhe somente a remuneração a título de administração e o ressarcimento de suas despesas por conta desse negócio.

A ELETROPAR, a partir de 20 de setembro de 2002, assumiu a administração da ELETRONET, em razão do inadimplemento do acionista majoritário - AES Bandeirante Empreendimentos Ltda. em aportar a correção monetária da quarta parcela do capital social.

O Conselho de Administração da ELETRONET, em 2003, decidiu pela confissão da falência da empresa, em razão de terem sido esgotadas todas as possibilidades de manutenção de sua continuidade, eis que nenhum posicionamento concreto indicava uma solução definitiva.

Na Assembléia Geral Extraordinária da ELETRONET, em abril de 2003 foi aprovada a confissão de falência da Companhia com pedido liminar de continuação do negócio e autorizados os administradores a tomarem as medidas judiciais cabíveis.

Em maio de 2003, a ELETRONET, requereu ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro a declaração de sua falência com pedido liminar de continuação de negócio, tendo a 5ª Vara Empresarial decretado a falência na forma requerida. Nesta condição, a ELETRONET continuou com suas operações sob a administração do Poder Judiciário.

Em junho de 2006, a ELETROPAR e a Massa Falida ELETRONET S.A. receberam Notificação Extrajudicial das EMPRESAS CEDENTES (CHESF, ELETRONORTE, ELETROSUL E FURNAS), rescindindo unilateralmente o Contrato n° ECE-1166/99, firmado com a ELETROPAR em 29 de junho de 1999, e seus respectivos Termos Aditivos, que estabeleciam as condições que permitiam a esta

transferir à ELETRONET S.A. o direito de acesso e uso de cabos e infra-estrutura, bem como de ser reembolsada de 50% dos custos incorridos na administração dessa estrutura. Ressalta-se, entretanto, que esta rescisão não compromete o recebimento dos créditos correspondentes aos reembolsos devidos e cobrados até 31 de dezembro de 2006. Por meio deste ato, as EMPRESAS CEDENTES, baseadas em previsões contratuais, pleiteiam, dentre outras: i) a imissão na posse dos bens que compõem a infra-estrutura implantada para prestação de serviços de telecomunicações; ii) o exercício do direito a reivindicar os cabos ópticos; e iii) a determinação, para fins de manutenção de serviço essencial ao sistema integrado nacional de transmissão de energia elétrica, bem como a não-interrupção nos serviços prestados pelos empregados da ELETRONET. Na mesma data, protocolaram as CEDENTES, perante a 5ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, petição requerendo decisão em caráter liminar sobre o assunto, a qual foi concedida, em 14 de janeiro de 2008, em caráter definitivo, pendente apenas, sua efetivação, da disponibilização, na conta-corrente da Massa Falida da ELETRONET S/A, da quantia de R\$ 380.000 mil, apurada pericialmente. Em face desta decisão, ingressaram com recurso de agravo de instrumento as CEDENTES, a LT BANDEIRANTES EMPREENDIMENTOS LTDA. (sucessora da AES Bandeirantes Empreendimentos Ltda. e sócia da ELETROPAR na ELETRONET S/A) e a Massa Falida da ELETRONET S/A. Em nenhum dos casos foi deferida a antecipação de tutela ou mesmo o efeito suspensivo.

Releva salientar a existência de manifestação da 5ª Promotoria de Massas Falidas, datada de 09 de maio de 2007, a fl. 4.781 dos autos da falência, que declara não haver na falência deferida qualquer indício de crime falimentar, pelo que, além da prescrição da pretensão punitiva, ocorrida em 15 de maio de 2007, tornou-se desnecessária a instauração de inquérito judicial.

#### I) Restruturação Societária em Empresas Controladas

Em 28 de março de 2008, a Assembléia de Acionistas da Companhia Energética do Amazonas S.A. - CEAM aprovou a sua incorporação pela Manaus Energia S.A. - MESA, subsidiária integral da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE. A ELETROBRÁS possuía 97,96% do capital social da CEAM e detém 98,66% do capital social da ELETRONORTE.

Como decorrência da incorporação, a provisão para perdas em investimentos da CEAM, no montante de R\$ 697.150 mil, foi integralmente revertida, a crédito do resultado do primeiro trimestre de 2008, sendo também, revertida no primeiro trimestre, a provisão para a cobertura de seu passivo a descoberto, no valor de R\$ 657.508 mil, totalizando R\$ 1.354.658 mil.

No mesmo momento, a administração da Companhia reconheceu a perda na realização do ativo correspondente ao investimento na CEAM, baseado no laudo de avaliação elaborado para suportar o processo de incorporação da CEAM, pela MESA, a qual monta R\$ 1.436.223 mil, reconhecida a débito do resultado no primeiro trimestre de 2008, a título de realização de investimentos, sendo o reflexo no resultado de 2008 o montante de R\$ 81.565 mil.

A CEAM e a MESA atuam no provimento de energia elétrica para o interior e para a capital do estado do Amazonas, respectivamente. A operação, realizada dentro da política de Governança Corporativa da ELETROBRÁS, criou uma empresa única para atender todo o Estado do Amazonas com maior sinergia nas atividades operacionais.

#### NOTA 17 – IMOBILIZADO

O valor do imobilizado, cujo detalhamento está demonstrado no Anexo IV e IV a, é retificado pelas obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, que representam os valores recebidos da União, dos Estados, dos Municípios e de consumidores, bem como doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador, sendo seu vencimento vinculado ao final da

respectiva concessão, e são constituídos dos seguintes elementos:

	CONSOLIDADO	
	R\$ mil	
	2008	2007
Participação da União	744.613	445.168
Amortização	82.416	82.416
Contribuições de consumidores	62.672	49.279
Doações e subvenções - investimentos	291.079	486.167
Outras	168.469	248.886
	<u>1.349.249</u>	<u>1.311.916</u>

a) Participação da União - Refere-se aos recursos recebidos do Governo Federal para aplicação em obras prioritárias de geração e transmissão de energia elétrica.

b) Amortizações - Provenientes das Reservas para Amortização constituídas até 1971, nos termos do Decreto Federal 41.019/57, que foram aplicadas, até aquele ano, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica.

c) Contribuições de consumidores - Referem-se aos recursos recebidos para viabilizar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, não previstos no planejamento da expansão dos serviços.

d) Doações e subvenções - Doações puras e simples, não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador, e subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica.

De acordo com o Decreto 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

I) Valor recuperável de ativos:

A administração da Companhia e de suas controladas, avaliou neste exercício, e o fará anualmente, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem a sua não recuperação plena, em consonância ao Pronunciamento CPC 01 - redução ao valor recuperável de ativos.

A Companhia definiu como unidade geradora de caixa a totalidade de seus ativos de geração, transmissão e distribuição, não sendo a análise feita por usina, linha de transmissão ou outros grupos de ativos.

A administração da Companhia, amparada em opinião de consultor jurídico independente, considerou a reversão do ativo líquido residual ao final da concessão do serviço público de energia elétrica, tomando por base o valor contábil. Considerou, também, a depreciação levando em consideração o tempo de vida útil do bem e não o prazo da concessão.

Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto anterior à tributação que reflete as condições de mercado, valor do dinheiro corrente no tempo e riscos específicos relacionados ao ativo ou grupo de ativos.

Como consequência, a Companhia reconheceu no resultado do exercício o montante de R\$ 770.231 mil como provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment).

## NOTA 18 - INTANGÍVEL

Estão registrados os gastos específicos com a formação ou aquisição de direitos, inclusive sobre *softwares*, acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando cabível e amortizados pelo método linear.

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Em serviço	61.114	61.114	357.822	429.986
(-) Reintegração	(7.408)	(5.556)	(78.388)	(21.345)
Em curso	-	-	96.377	65.844
	<u>53.706</u>	<u>55.558</u>	<u>375.811</u>	<u>474.485</u>

## NOTA 19 - FORNECEDORES

Inclui, principalmente, a energia comprada de ITAIPU Binacional (Vide Nota 8, item II), e tem a seguinte composição:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
<b>CIRCULANTE</b>				
Bens, Materiais e Serviços	206.241	51.805	1.170.045	1.182.007
Uso da Rede Elétrica	-	-	3.038	97.982
Energia Comprada para Revenda	1.445.709	1.188.771	1.376.508	1.060.773
CCEE - Energia de curto prazo	24.121	28.789	44.976	135.382
	<u>1.676.071</u>	<u>1.269.365</u>	<u>2.594.567</u>	<u>2.476.444</u>

## NOTA 20 - ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
<b>CIRCULANTE</b>				
ALBRÁS	-	-	37.778	35.191
PROINFA	15.381	202.250	15.381	202.250
	15.381	202.250	53.159	237.441
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
ALBRÁS	-	-	1.018.488	1.056.761
	15.381	202.250	1.071.647	1.294.202

### I - ALBRÁS

A controlada ELETRONORTE venceu o leilão de compra de energia elétrica realizado pela ALBRÁS, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, estabelecendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço compatível com a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na *London Metal Exchange (LME)* - Inglaterra.

Com base nestas condições, a ALBRÁS, visando reduzir o preço base, fez uma oferta de pré-compra de energia com pagamento antecipado, que se constitui em créditos de energia que serão amortizados durante o período de fornecimento, em parcelas fixas mensais expressas em MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês do faturamento.

A operação ocorreu da seguinte forma:

Adiantamentos Recebidos	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2008	2007
2004	300.000	300.000
2005	500.000	500.000
2006	250.000	250.000
2007	150.000	150.000
Total	1.200.000	1.200.000
Amortizações	(143.734)	(108.048)
Total do passivo	1.056.266	1.091.952

### II - PROINFA

O PROINFA, instituído pela Lei 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira e a busca por soluções de cunho regional com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias

aplicáveis, a partir do aumento da participação da energia elétrica produzida com base em novas fontes.

O Programa assegura à ELETROBRÁS a compra da energia elétrica a ser produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, que será repassada às concessionárias de distribuição, consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à ELETROBRÁS o valor anual da quota de custeio correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos autoprodutores conectados às suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

Adicionalmente, para fazer face às necessidades de pagamentos aos empreendedores de geração do PROINFA, no primeiro ano de funcionamento do Programa as concessionárias de distribuição e de transmissão, além das quotas relativas ao exercício corrente, anteciparam o pagamento de um duodécimo da quota anual, considerando a contratação plena de todos os empreendimentos inseridos no PROINFA.

Neste sentido, a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2008, na rubrica “Adiantamento de Clientes”, o montante de R\$ 15.381mil (em 31 de dezembro de 2007 - R\$ 202.250 mil), que serão exigidos à medida da evolução do PROINFA e o consequente fornecimento de energia elétrica associada.

## NOTA 21 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O detalhamento dos financiamentos e empréstimos, incluindo encargos, cujos recursos são destinados ao programa de investimentos do Sistema ELETROBRÁS, está apresentado no Anexo V (Vide Nota 43).

A ELETROBRÁS desenvolveu as seguintes operações de captação descritas a seguir, durante o exercício de 2008:

a) Conclusão em agosto de 2008 da contratação de empréstimo sindicalizado, na modalidade A/B Loan, com a *Corporación Andina de Fomento – CAF*. O empréstimo, no valor de US\$ 600,000 mil, foi estruturado da seguinte forma: parte A, de US\$ 150,000 mil, junto à *CAF*, com prazo de 12 anos; Parte B, no valor de US\$ 450,000 mil, junto a um sindicato de bancos, liderado pelo Citi, BNP Paribas e Societé Generale, com prazo de 7 anos.

A taxa média de juros da operação contratada foi de 1,64% acima da LIBOR de 6 meses, equivalente ao seu custo efetivo.

b) Contratação de empréstimo junto ao *Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW*, no valor de € 37,200 mil, com aval da União. Em dezembro de 2008 foram assinados os contratos referentes à primeira tranche, de € 13,300 mil, entre a ELETROBRÁS e o banco. Os recursos serão aplicados nos projetos de construção de 4 Pequenas Centrais Hidrelétricas, sob responsabilidade da ELETROSUL.

c) Início de processo de autorização junto à Secretaria do Tesouro Nacional – STN para captar US\$ 400,000 mil, sob a forma de bônus no mercado internacional. No entanto, após a obtenção da autorização ao final de novembro de 2008, o mercado de bônus perdeu a atratividade, fato que determinou a postergação da referida emissão. A autorização já obtida, permanece válida para o ano de 2009.

d) Foram iniciadas gestões junto ao BIRD e órgãos autorizativos, para captação de empréstimo no valor de US\$ 500,000 mil, destinado ao programa de investimento da companhia.

## I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

### a) FIDC FURNAS I

1. Constituído pelo Banco Santander Brasil, sendo o seu administrador.
2. A cessão de créditos ao Fundo FURNAS I foi formalizada por Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, assinado em setembro de 2004.
3. A taxa de desconto é de 1,38% a.a..
4. A atualização do fluxo cedido é feita mediante a aplicação da taxa SELIC anual, do BACEN, apurada no período compreendido entre a data da cessão e o último dia útil que anteceder a data de pagamento.
5. A controlada manteve-se como mandatária da cobrança.
6. A cessão foi efetuada com a co-obrigação de FURNAS pelo pagamento dos Direitos Creditórios, nos termos do Código Civil Brasileiro.
7. Créditos cedidos:

CRÉDITOS CEDIDOS	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	RS mil
		VALOR CEDIDO
RTE	01/2007 a 01/2008	126.000
Financiamento - CEMAT	10/2004 a 03/2009	164.000
Energia - PROMAN	10/2004 a 12/2006	52.000
Total cedido		<u>342.000</u>

### b) FIDC FURNAS II

1. Constituído pelo Banco Santander Brasil, em conjunto com os bancos Bradesco, BB Banco de Investimento, Itaú BBA e Votorantim, sendo o administrador a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA..
2. A cessão de créditos ao Fundo FURNAS II foi formalizada pelo Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, assinado em maio de 2005.
3. A taxa de desconto é de 1,80% a.a..
4. A atualização do fluxo cedido é feita mediante a aplicação da taxa SELIC anual, do BACEN, apurada no período compreendido entre a data da cessão e o último dia útil que anteceder a data de pagamento.
5. A controlada FURNAS manteve-se como mandatária da cobrança.
6. A cessão foi efetuada com a co-obrigação de FURNAS pelo pagamento dos Direitos Creditórios, nos termos do Código Civil Brasileiro.

## 7. Créditos cedidos:

CRÉDITOS CEDIDOS	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	R\$ mil
		VALOR CEDIDO
Créditos - Lei 8.727/93	06/2005 a 05/2010	228.000
Refinanciamento energia CEB	06/2005 a 05/2010	162.000
Refinanciamento energia CELG	06/2005 a 05/2010	258.000
Contratos diversos (*)	06/2005 a 02/2008	255.050
Total cedido		903.050

As demonstrações consolidadas, nos termos da Instrução CVM 408/2004, dadas as características dos fundos, consideram o saldo de recebíveis como parte integrante do ativo, mantidos nas rubricas de origem, e o montante dos patrimônios dos FIDC's refletido como financiamentos e empréstimos a pagar de curto e longo prazo, cujo saldo total em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 311.907 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 583.715 mil), vide Anexo V.

### NOTA 22 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/62 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei 1.512/76, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela ELETROBRÁS.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh, e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela ELETROBRÁS.

O saldo do Empréstimo Compulsório remanescente, após a 4ª conversão em ações, ocorrida em 30 de abril de 2008, relativa aos créditos constituídos de 1988 à 2004, estão registrados no passivo circulante e não circulante, vencíveis a partir de 2008, e remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do IPCA-E, e correspondem, em 31 de dezembro de 2008, a R\$ 215.071 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 299.084 mil), dos quais R\$ 129.866 mil no não circulante (31 de dezembro de 2007 - R\$ 202.375 mil).

#### I - Conversão de créditos do Empréstimo Compulsório em ações

Em 2008 ocorreu a 4ª conversão em ações preferenciais nominativas de classe B, representativas do capital social da ELETROBRÁS, da totalidade dos créditos do empréstimo compulsórios existentes em 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 202.375 mil, constituídos após a 3ª conversão, aprovada em AGE realizada em 28 de abril de 2005.

O preço de emissão das ações tomou por base o valor patrimonial da ação da ELETROBRÁS em 31 de dezembro de 2007, correspondente a R\$ 70,79, observados os termos do artigo 4º da Lei 7.181/83.

#### II – Obrigações ao Portador emitidas pela ELETROBRÁS



As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a Administração da ELETROBRÁS esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da ELETROBRÁS. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei 4.156/62. A esses títulos, portanto, não se aplicam os dispositivos da Lei 6.404/76 nem da Lei 6.385/76.

A Comissão de Valores Mobiliários, em decisão de seu Colegiado proferida no processo administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma textualmente que “as obrigações emitidas pela ELETROBRÁS em decorrência da Lei 4.156/62 não podem ser consideradas como valores mobiliários”.

Entendeu ainda a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela ELETROBRÁS em suas Demonstrações Financeiras, no que se refere às citadas obrigações, tampouco na divulgação quanto à existência de ações judiciais (Vide nota 30) pleiteando o resgate desses títulos.

Além disso, a inexigibilidade dessas Obrigações ao Portador foi reforçada por decisões do Superior Tribunal de Justiça, que corroboram o entendimento de que esses títulos estão prescritos e que não se prestam para garantir execuções fiscais.

Portanto, as Obrigações ao Portador emitidas na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/62 e no artigo 1º do Decreto 20.910/32, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de onde consta que essas Obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures.

Desta forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se aos créditos residuais, constituídos de 1988 à 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 kW/h, referentes à segunda fase desse Empréstimo Compulsório, bem como aos juros não reclamados relativos a esses créditos, conforme demonstrado:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA	
	2008	2007
CIRCULANTE		
Juros a Pagar	85.205	96.709
NÃO CIRCULANTE		
Créditos Arrecadados	129.866	202.375
	<u>215.071</u>	<u>299.084</u>

#### NOTA 23 – RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO

Fundo criado pelo Governo Federal para cobertura de gastos com indenizações de reversões de concessões do serviço público de energia elétrica. Os recursos, enquanto não utilizados para os fins a que se destinam são aplicados na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do Governo Federal.

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada reversão e encampação de serviços de energia elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço daquelas entidades (Vide Nota 4, Item I.k).

As concessionárias recolhem suas quotas anuais de RGR, em duodécimos, em conta bancária vinculada, administrada pela ELETROBRÁS, que movimenta a conta nos limites previstos na Lei 5.655/71 e alterações posteriores, não refletidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia posto tratar-se de entidade autônoma em relação à ELETROBRÁS.

Contudo, a ELETROBRÁS toma recursos junto à RGR para aplicação em projetos específicos de investimento, por ela financiados, em especial:

- I - expansão dos serviços de distribuição de energia elétrica;
- II - incentivo às fontes alternativas de energia elétrica;
- III - estudos de inventário e viabilidade de aproveitamento de potenciais hidráulicos;
- IV - implantação de centrais geradoras de potência até 5.000 kW, destinadas exclusivamente ao serviço público em comunidades populacionais atendidas por sistema elétrico isolado;
- V - iluminação pública eficiente;
- VI - conservação de energia elétrica através da melhoria da qualidade de produtos e serviços;
- VII - universalização de acesso à energia elétrica;

A ELETROBRÁS remunera a RGR, pelos recursos utilizados, com juros de 5% a.a.. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, utilizados em diversos investimentos totaliza R\$ 7.193.770 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 6.769.011 mil).

## NOTA 24 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Imposto de Renda				
Passivo circulante	928.955	763.721	1.041.225	1.016.985
Passivo não circulante	694.031	-	1.187.824	381.949
Contribuição Social				
Passivo circulante	343.291	280.669	417.942	318.900
Passivo não circulante	249.851	-	428.870	138.756
PASEP e COFINS				
Passivo circulante	69.366	28.234	186.139	156.678
Passivo não circulante	-	-	38.639	-
ICMS				
Passivo circulante	-	-	93.940	107.444
Passivo não circulante	-	-	45.764	45.718
PAES				
Passivo circulante	-	-	129.140	121.454
Passivo não circulante	-	-	958.697	1.071.754
OUTROS				
Passivo circulante	22.242	19.936	207.340	234.333
Passivo não circulante	-	-	53.870	52.494
<b>TOTAL</b>	<b>2.307.736</b>	<b>1.092.560</b>	<b>4.789.390</b>	<b>3.646.465</b>
Passivo circulante	<u>1.363.854</u>	<u>1.092.560</u>	<u>2.075.726</u>	<u>1.955.794</u>
Passivo não circulante	<u>943.882</u>	<u>-</u>	<u>2.713.664</u>	<u>1.690.671</u>

As obrigações de IRPJ e CSLL referentes ao exercício de 2008, serão compensadas com créditos tributários existentes. (Vide Nota 12).

### b) Incentivos Fiscais - SUDENE

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura considerado, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A controlada CHESF obteve, em 2008, o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, calculados com base no lucro da exploração. Tal incentivo foi concedido para os exercícios de 2008 à 2017.

Os incentivos fiscais acima mencionados totalizaram R\$ 343.251 mil, em 2008, com registro no resultado do exercício como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao Pronunciamento CPC 07. A parcela do lucro decorrente destes incentivos fiscais foi totalmente destinada à Reserva de lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais e excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, em conformidade com o artigo 195-A da Lei 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

### b) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre os montantes de IRPJ e CSLL apresentados nos exercício de 2008 e 2007, e aqueles apurados com base nas alíquotas nominais, é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA			
	2008		2007	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IRPJ e CSLL	8.481.396	8.481.396	1.401.020	1.401.020
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	2.120.349	763.326	350.255	126.092
Efeitos de adições e (exclusões):				
Receita de Dividendos	(22.161)	(7.978)	(200.971)	(72.349)
Equivalência patrimonial	(57.028)	(20.530)	(211.343)	(76.083)
JCP	(428.814)	(154.373)	(175.872)	(63.314)
Perdas em Investimentos	-	-	143.794	51.766
Provisão para Redução ao Vlr. de Mercado	71.985	25.915	-	-
Demais adições (exclusões)	16.428	14.780	(52.839)	16.027
Total da despesa de IRPJ e CSLL	<u>1.700.759</u>	<u>621.140</u>	<u>(146.976)</u>	<u>(17.861)</u>

#### c) Parcelamento Especial - PAES

As controladas FURNAS, ELETROSUL, ELETRONORTE, MANAUS e CEAL optaram, pelo refinanciamento de débitos tributários. O prazo de financiamento é limitado a 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

O montante da dívida do Parcelamento Especial - PAES, em 31 de dezembro de 2008, está assim discriminado:

	CONSOLIDADO
	R\$ mil
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2006	1.328.256
Atualização monetária	78.407
Pagamentos efetuados	(121.403)
Crédito ILL compensado	(7.872)
Ajuste do saldo em função do crédito de atualização pela TJLP	(99.020)
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2007	<u>1.178.368</u>
Atualização monetária	44.549
Inclusão de Débitos	2.535
Pagamentos efetuados	(137.615)
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2008	<u>1.087.837</u>

## NOTA 25 - TAXAS REGULAMENTARES

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2008	2007
CIRCULANTE		
Reserva Global de Reversão – RGR	99.039	71.559
CCC/CDE	33.112	30.615
Compensação financeira - recursos hídricos	536.133	382.438
Taxa de fiscalização ANEEL	11.965	4.416
PROINFA	27.427	25.248
Outros	609	-
	<b>708.285</b>	<b>541.968</b>

## NOTA 26 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do capital social relativo a essas espécies e classes de ações.

A seguir, está demonstrado o lucro líquido ajustado e o valor do dividendo mínimo obrigatório, nos termos da legislação aplicável, bem como o valor total da remuneração proposta aos acionistas, a ser deliberada em Assembléia Geral Ordinária:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA	
	2008	2007
Lucro líquido do exercício	6.136.497	1.547.857
Reserva legal	(306.825)	(77.393)
Lucro líquido ajustado	<b>5.829.672</b>	<b>1.470.464</b>
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	<b>1.457.418</b>	<b>367.616</b>
Remuneração proposta aos acionistas na forma de JCP		
Ações ordinárias	1.343.855	363.416
Ações preferenciais da classe A	319	297
Ações preferenciais da classe B	371.080	339.773
	<b>1.715.254</b>	<b>703.486</b>

### Remuneração por ação - expressa em Reais

	2008	2007
Ações ordinárias - 6,4283% do capital (2007 - 1,8714%)	1,48	0,40
Ações preferenciais "A" - 9,4118% do capital (2007 - 9,4118%)	2,17	2,02
Ações preferenciais "B" - 7,0711% do capital (2007 - 7,0588%)	1,63	1,51

(\*) 2007 considera o grupamento de ações

A ELETROBRÁS registrou como remuneração integral aos acionistas, relativa ao exercício de 2008, juros sobre o capital próprio - JCP no valor de R\$ 1.715.254 mil, imputados aos dividendos do exercício, de acordo com as disposições estatutárias.

De acordo com a legislação tributária vigente, sobre o valor da remuneração proposta aos acionistas, a título de JCP, incide Imposto de Renda na Fonte - IRRF à alíquota de 15%.

A remuneração aos acionistas referente ao exercício de 2008 correspondente a 29,41% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei 6.404/76 (2007 - 41,65%) e será atualizada com base na taxa SELIC, estabelecida pelo Banco Central do Brasil, nos termos do Decreto 2.673, de 16 de julho de 1998, que dispõe sobre o pagamento, pelas empresas estatais federais, de dividendos ou de juros sobre o capital próprio.

A atualização incide a partir de 1º de janeiro de 2008 até a data do efetivo início do pagamento da remuneração, data esta a ser deliberada pela Assembléia Geral Ordinária, que apreciará a presente Demonstração Financeira e a proposta de destinação do resultado deste exercício. Sobre a parcela referente à atualização monetária pela taxa SELIC, incide IRRF à alíquota de 20%.

Em atendimento a Deliberação CVM 207/96, a ELETROBRÁS, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou esses juros em contrapartida de despesas financeiras, revertendo-os em conta específica, optando por não apresentá-los, entretanto, na Demonstração do Resultado do Exercício, tendo em vista não produzir efeito no lucro líquido, mas, tão somente, produzindo efeitos fiscais reconhecidos nas rubricas “Contribuição Social” e “Imposto de Renda”.

Em cumprimento ao deliberado na 48ª Assembléia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2008, o pagamento da remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2007, na forma de JCP, teve início em 30 de junho de 2008, fazendo jus ao recebimento os acionistas registrados na data base de 02 de maio de 2008, sendo efetuado conforme abaixo:

Tipo/Classe	Em Reais / por ações	
	Valor bruto em 31.12.2007	Valor bruto atualizado em 30.06.2008
Ações Ordinárias	0,401555200	0,423939988
Ações Preferenciais A	2,019497311	2,129057146
Ações Preferenciais B	1,514622982	1,596792859

O saldo da remuneração aos acionistas, demonstrado no passivo circulante, contém a parcela de R\$ 198.968 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 177.516 mil) referente a remunerações não reclamadas dos exercícios de 2005, 2006 e 2007.

A remuneração relativa ao exercício de 2004, e anteriores, está prescrita, nos termos do Estatuto da Companhia.

## NOTA 27 - CRÉDITOS DO TESOURO NACIONAL

	R\$ mil			
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	2008	2007	2008	2007
Aquisição de Ações: CEEE-GT e CEEE-D	62.231	50.439	362.601	386.888
Obrigações de Ressarcimento (Vide Nota 13)	-	-	2.450.772	302.279
Outros	10.005	7.711	40.828	37.822
	<b>72.236</b>	<b>58.150</b>	<b>2.854.201</b>	<b>726.989</b>

## NOTA 28 – BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

### 1. DA CONTROLADORA

#### 1.1 - Programa Previdenciário

A Companhia possui programa de benefícios complementares aos do Regime Geral da Previdência Social, cuja administração cabe à Fundação ELETROBRÁS de Seguridade Social - ELETROS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída e patrocinada pela Companhia entre outras, nos termos da legislação brasileira.

O programa de benefícios previdenciários é mantido através das seguintes modalidades de planos:

a) Plano BD, que oferece os seguintes benefícios previdenciários:

- Complementação de Aposentadoria por Invalidez
- Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço (ou Contribuição)
- Complementação de Aposentadoria Especial e de Ex-Combatentes
- Complementação de Aposentadoria por Velhice (Idade)
- Adicional de Aposentadoria
- Benefício de Pensão
- Benefício de Abono Anual

Além dos benefícios previdenciários acima, o Plano BD garante os seguintes direitos: Benefício Mínimo, Resgate de Contribuições, Benefício Proporcional Diferido, Autopatrocínio e Garantia Mínima Anual.

b) Plano CD, que oferece os seguintes benefícios:

- Benefício de Aposentadoria Normal
- Benefício de Aposentadoria Antecipada
- Benefício de Aposentadoria por Invalidez
- Benefício de Pensão por Morte
- Benefícios por Desligamento
- Benefício Mínimo
- Benefício de Garantia
- Benefício de Abono Anual
- Portabilidade

Prevalece o regime atuarial de capitalização e com avaliações periódicas realizadas em conformidade com a legislação da previdência privada, reportadas ao órgão de fiscalização e controle do Ministério da Previdência e Assistência Social.

A Companhia adota os procedimentos recomendados pela Deliberação CVM 371/2000, procedendo a avaliação atuarial independente dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Os critérios e hipóteses adotadas nessa avaliação independente seguem os padrões recomendados pela CVM e pelo IBRACON e podem diferir daquelas adotadas pela administração do programa, as quais seguem legislações específicas, impedindo, assim, as comparações simples de resultados.

As contribuições são debitadas em despesas administrativas e totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, R\$ 19.968 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 12.073 mil).

Em 31 de dezembro de 2008, o valor presente das obrigações da Companhia, segundo a Deliberação CVM 371/2000, para com o programa previdenciário era de R\$ 1.927.732 mil. Os ativos acumulados e investidos no mercado financeiro através da ELETROS, na mesma data, montavam R\$ 2.045.822 mil, revelando pois, um excesso de cobertura de R\$ 118.090 mil.

A Deliberação CVM 371 permite à Companhia o reconhecimento apenas da parcela dos ganhos ou perdas atuariais que exceda a 10% do total da Obrigação Atuarial ou do total dos Ativos Garantidores (deles o maior). O excesso deve ser reconhecido em prazo dado pelo tempo médio de serviço que ainda resta a ser prestado à Companhia pelos beneficiários, até a aposentadoria, que em 31 de dezembro de 2008 é de 8,6 anos.

Após tal diferimento, a Companhia optou pela não contabilização do ativo líquido resultante de R\$ 357.348 mil, segundo aplicação da Regra 49.g, da Deliberação CVM 371/2000.

Embora esses planos sejam avaliados de forma segregada, a demonstração de obrigações e ativos constituídos do programa previdenciário da Companhia dá-se de forma consolidada.

A seguir, encontra-se o detalhamento dos compromissos referentes ao programa previdenciário da Companhia, na forma das alíneas aplicáveis do item 81, da Deliberação CVM 371/2000, na data-base de 31 de dezembro de 2008.

POPULAÇÃO	2008		
	Plano BD	Plano CD	Total
1. Participantes ativos	551	1.007	1.558
2. Beneficiários:			
2.1. Aposentados	1.315	44	1.359
2.2. Pensionistas	304	-	304
Soma (2)	1.619	44	1.663
TOTAL (1+2)	2.170	1.051	3.221



POPULAÇÃO	2007		
	Plano BD	Plano CD	Total
1. Participantes ativos	480	142	622
2. Beneficiários:			
2.1. Aposentados	1.186	11	1.197
2.2. Pensionistas	261	-	261
Soma (2)	1.447	11	1.458
TOTAL (1+2)	1.927	153	2.080

CARACTERÍSTICAS ETÁRIAS	2008		2007	
	Plano BD	Plano CD	Plano BD	Plano CD
1. Participantes ativos				
1.1. Idade Média	49	43,3	48	53
1.2. Serviço Creditado (total)	20,2	-	20	-
1.3. Tempo para aposentadoria	8,6	14	8	-
2. Aposentados	-	-	-	-
2.1. Idade Média	65,9	57	65,7	56
3. Pensionistas	-	-	-	-
3.1. Idade Média	63	-	-	-

(GANHOS) E PERDAS ACUMULADOS	R\$ mil		
	2008		
	Plano BD	Plano CD	Total Consolidado
(a) No início do exercício	205.651	-	205.651
(b) Nas obrigações do ano	21.760	-	21.760
(c) Nos ativos garantidores	(3.718)	-	(3.718)
(d) Amortizações	-	-	-
(e) No fim do exercício	223.694	-	223.694
(f) Limite de diferimento	154.938	-	154.938
(g) Prazo de diferimento	8,6	-	8,6
(h) Reconhecimento exercício seguinte	7.994	-	7.994

CUSTO PERIÓDICO DO PLANO	R\$ mil		
	Projeção 2009		
	Plano BD	Plano CD	Total Consolidado
(a) Custo do Serviço	7.104	2.486	9.590
(b) Custo dos Juros	143.550	35.369	178.919
(c) Retorno esperado nos ativos	(136.492)	(56.650)	(193.142)
(d) Contribuições de Participantes	(3.546)	-	(3.546)
(e) Amortizações	7.995	-	7.995
Total do Custo de Curto Prazo	18.611	(18.795)	(185)

R\$ mil	
RECONCILIAÇÃO DO PASSIVO - 2008	
(Passivo)/Ativo líquido total	
Valor no início do exercício	302.815
Custo do Serviço Corrente	(5.647)
Custo dos Juros	(122.600)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	160.972
Amortizações	-
Ganhos ou perdas atuariais	-
Contribuições pagas	21.809
Benefícios pagos pelo plano	-
Alterações de plano	-
Ingressos - Plano CD	-
Redução antecipada de obrigações	-
Eliminação antecipada de obrigações	-
Benefícios especiais de desligamento	-
Outras despesas	-
Outros ajustes - Efeito da Regra 49.g	-
Valor no final do exercício	357.349
R\$ mil	

FLUXO DE PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO			
Exercícios	Plano BD	Plano CD	Total
2009	115.425	10.202	125.627
2010	116.904	11.834	128.738
2011	118.235	14.473	132.708
2012	119.933	16.812	136.745
2013	121.880	19.517	141.397
2014	123.444	21.949	145.393
2015	124.460	23.958	148.418
2016	124.387	25.713	150.100
2017	123.827	27.408	151.235
2018	123.029	28.761	151.790
2019	121.783	29.913	151.696
2020	119.782	30.838	150.620
2021	117.060	31.351	148.411
2022	114.375	31.758	146.133
2023	110.959	32.464	143.423

## 1.2 - Outros Programas de Benefícios

### Programa de Seguro de Vida em Grupo

A Companhia subsidia 82,08% dos prêmios de uma apólice de seguro de vida em grupo para os empregados em atividade, mas estende a possibilidade de adesão aos aposentados de qualquer espécie, desde que paguem a integralidade do prêmio. Há a identificação de passivos pós-emprego, uma vez que o prêmio é coletivo, equalizado, para ambas as massas populacionais, de ativos e de aposentados. Como o prêmio calculado separadamente para a massa de inativos é significativamente maior que o da massa ativa, ocorre a transferência inter geracional de prêmios pagos, aí incluído o subsídio dado pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2008 a obrigação avaliada em R\$ 46.676 mil será reconhecida em 8,6 anos.

## II – CONSOLIDADO

As empresas do Sistema ELETROBRÁS são patrocinadoras de outras entidades específicas de previdência privada que têm, de igual forma, finalidade de complementar benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados, através de planos de benefícios e de contribuições, conforme abaixo:

Patrocinadora	Patrocinada
FURNAS	REAL GRANDEZA
CHESF	FACHESF
ELETROSUL	ELOS
ELETRONORTE, MANAUS e BOA VISTA	PREVINORTE
ELETRONUCLEAR	NUCLEOS e REAL GRANDEZA
ITAIPU	FIBRA (Brasil) e CAJA (Paraguai)
CGTEE	ELETROCEEE
CEAL	FACEAL

Cada uma das controladas tem instituídos seus próprios programas, determinando conformações técnicas e hipóteses distintas daquelas adotadas pela Controladora, a seguir discriminados:

As contribuições são debitadas em despesas administrativas e totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, R\$ 277.635 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 299.448 mil).

Com base nos diversos regulamentos dos planos de benefício e em atendimento ao pronunciamento do IBRACON, aprovado pela Deliberação CVM 371/2000, as empresas avaliam atuarialmente suas obrigações relativas a benefícios complementares a empregados, cuja necessidade de cobertura apurada está refletida nas Demonstrações Financeiras, atingindo o montante de R\$ 2.069.701 mil, estando apresentadas no passivo circulante a parcela de R\$ 502.699 mil (31 de dezembro de 2007 – R\$ 368.950 mil) e no passivo não circulante a parcela de R\$ 1.567.002 mil (31 de dezembro de 2007 – R\$ 1.841.685 mil), sob o título Previdência Complementar.

Em 2007, as controladas FURNAS e ELETRONUCLEAR registraram como receita daquele exercício, a parcela relativa ao excedente da avaliação atuarial de benefícios pós emprego em relação aos contratos pactuados junto à Fundação Real Grandeza, no montante de R\$ 1.137.904 mil, apresentando-a como conta redutora de passivo. Em 2008, à título de melhor apresentação, em observâncias às deliberações CVM, em especial a Deliberação 489/2005 e 371/2000, essa parcela passou a ser apresentada no ativo, observando-se o limite da obrigação contratada. Em função dos referidos contratos não estarem incluídos nos valores justos dos ativos da fundação nos termos da Deliberação CVM 371/2000 e pelo fato das patrocinadoras serem garantidoras e responsáveis pela formação e realização desse ativo, o direito foi reconhecido a título de diferimento, sujeito a avaliações atuariais futuras.

Os valores pactuados entre as partes estão em fase de amortização e visam cobrir insuficiências passadas dos ativos decorrentes de avaliações atuariais.

O superávit apresentado, aliado à realização dos referidos instrumentos financeiros, minimiza o risco futuro de eventual passivo atuarial. De acordo com as condições estabelecidas pela Deliberação CVM 371/2000, a Empresa não reconheceu o resultado positivo, além dos montantes não incluídos no valor justo dos ativos.

A avaliação atuarial é intrinsecamente incerta e, portanto, está sujeita à alterações quando da revisão atuarial realizada anualmente.

## NOTA 29 – PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO EM CONTROLADAS

De acordo com a Instrução CVM 247/96, o reconhecimento de perdas em investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, que apresentem sinais de necessidade de apoio financeiro da investidora, ou de paralisação de seus negócios, devem ser limitadas até o valor do investimento registrado na empresa controladora e, caso exista, os passivos a descoberto (patrimônio líquido negativo) absorvidos e reconhecidos pela investidora e registrados em conta específica de passivo em contrapartida da despesa do exercício.

As controladas CEPISA e CERON apresentam patrimônio líquido negativo nos montantes de R\$ 258.975 mil e R\$ 106.125 mil, respectivamente, e sinais de necessidade de apoio financeiro da ELETROBRÁS, havendo intenção da investidora em manter o seu apoio financeiro à investida, pelo que, a controladora mantém provisão para cobertura desses passivos a descoberto no valor de R\$ 353.921 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 875.777 mil), vide nota 16.

## NOTA 30 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Na data de encerramento das Demonstrações Financeiras, a Companhia apresenta as seguintes provisões para passivos contingentes, por natureza:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
<b>CIRCULANTE</b>				
Trabalhistas	-	-	507.195	418.775
Tributárias	-	-	181.853	32.770
Cíveis	-	-	778.660	713.349
Outros	-	-	186.594	118.241
(-) Depósitos judiciais	-	-	(172.593)	(187.283)
	-	-	1.481.709	1.095.852
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Trabalhistas	88.574	17.072	461.831	306.641
Tributárias	-	-	60.147	129.361
Cíveis	1.328.244	1.328.244	1.899.297	1.884.573
(-) Depósitos judiciais	(407.304)	(308.124)	(725.719)	(439.284)
	1.009.514	1.037.192	1.695.556	1.881.291
	1.009.514	1.037.192	3.177.265	2.977.143

A ELETROBRÁS e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de

juízo. A Administração da Companhia, de acordo com a Deliberação CVM 489/2005, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como *provável*, são constituídas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como *possível*, as informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como *remoto*, somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Financeiras.

Portanto, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências, apresentadas acima, líquidas de depósitos judiciais e julgadas pela Administração da Companhia e suas controladas, e por seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza e tiveram, neste exercício, a seguinte evolução:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31.12.2006	1.158.355	3.018.725
Constituição de provisões	-	444.330
Reversão de provisões	-	(185.758)
Pagamentos	-	(140.787)
Atualização monetária	-	19.886
Depósitos judiciais	(121.163)	(185.074)
Levantamento de depósitos judiciais	-	5.821
Saldo em 31.12.2007	1.037.192	2.977.143
Constituição de provisões	71.502	682.870
Reversão de provisões	-	(311.265)
Pagamentos	-	(42.240)
Atualização monetária	-	24.592
Depósitos judiciais	(99.180)	(168.997)
Levantamento de depósitos judiciais	-	15.162
Saldo em 31.12.2008	1.009.514	3.177.265

I - Ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas com probabilidade de perda provável:

1) Ações judiciais cíveis em empresas controladas:

Na controlada CHESF

a) A Companhia é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., e a devolução de importâncias pagas, no valor de aproximadamente R\$ 350.000 mil, em dobro.

A ação foi ajuizada perante a Justiça Federal, mas decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região determinou que a ação tramitasse perante a Justiça Estadual de Pernambuco. Em 31 de dezembro de

2008 aguardava-se o julgamento do referido agravo.

A ação ajuizada pela Companhia foi julgada improcedente. A reconvenção apresentada pelas rés foi julgada procedente pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca do Recife, e a decisão foi mantida pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, havendo a CHESF interposto Embargos de Declaração para esclarecimento de determinados pontos de sua Apelação que foram omitidos na decisão da 2ª Câmara Cível. Esses embargos foram julgados e denegados pela 2ª Câmara Cível. Os patronos da CHESF interpuseram, em seguida, Recurso Especial e Recurso Extraordinário contra o acórdão proferido pela 2ª Câmara Cível na aludida apelação. Em 31 de março de 2004 os recursos especiais ajuizados pela CHESF haviam sido admitidos pelo TJPE e encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, enquanto que os recursos extraordinários também interpostos pela CHESF não foram admitidos, razão pela qual esta Companhia apresentou, contra essa negativa, os competentes agravos de instrumento. Em 30 de junho de 2005 os referidos recursos se encontravam sub judice nos Tribunais Superiores. Após essa data e até 31 de março de 2006, os agravos de instrumento interpostos pela CHESF no STF foram denegados, enquanto que o Recurso Especial interposto pela CHESF e pela União Federal junto ao STJ recebeu parecer do Ministério Público Federal, o qual manifestou-se pela anulação do processo por incompetência absoluta da Justiça do Estado de Pernambuco para apreciar a ação e pelo reexame do mérito pelo juízo competente. Em 30 de setembro de 2006, os autos se encontravam conclusos para decisão.

Em novembro de 1998, as rés apresentaram pedido de execução provisória da decisão, no valor de R\$ 245.000 mil, estando o processo suspenso por determinação do Ministro Presidente do STJ (PET 1621). Essa liminar foi objeto de Agravo Regimental por parte do Consórcio, o qual foi julgado em 24 de junho de 2006, mantendo-se por unanimidade a liminar antes concedida pelo Presidente do STJ, ficando, desta forma, afastada a possibilidade da obtenção da tutela antecipada pelo Consórcio.

Posteriormente as rés apresentaram processo de liquidação da decisão, com a finalidade de apurar o valor atual da condenação, na hipótese de serem negados todos os recursos da CHESF e da União Federal. Em 30 de setembro de 2005, estavam em andamento os trabalhos de perícia, determinados pelo juiz que preside o feito, com a finalidade de apurar o real valor da condenação. Depois da apresentação do primeiro laudo pelo perito, as partes solicitaram esclarecimentos ao laudo, e o processo encontra-se com o perito, para exame.

A Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos e baseada em cálculos que levaram em conta a suspensão do pagamento das parcelas relativas ao Fator K e suas respectivas atualizações monetárias, mantém registro de provisão, no Passivo Não Circulante, cujo montante atualizado para 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 357.067 mil, para fazer face a eventuais perdas decorrentes deste assunto. Esta provisão corresponde à glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996, por entendimento da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2007, Recurso Especial e Agravos de Instrumento estavam aguardando julgamento no Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente; os autos desses recursos se encontravam conclusos para o Ministro Relator, cabendo salientar que, na 12ª Vara da Comarca do Recife, permanecia em andamento a ação de liquidação da decisão na esfera estadual, com audiência para debates sobre o laudo pericial prevista para 19 de fevereiro de 2008.

Julgando o processo de liquidação da sentença, o juiz reconheceu que a competência para apreciar a demanda é da Justiça Federal, tendo em vista a presença da União como parte interessada no feito. O Consórcio Xingó, interpôs embargos de declaração contra essa decisão, havendo o juiz, em vista desse recurso, mantido a sua decisão e encaminhado os autos para a Justiça Federal. Inconformado com essa decisão, o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento que, em 30 de setembro de 2008, encontrava-se sub judice no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Em 31 de dezembro de 2008 aguardava-se o

juízo do referido agravo.

b) Ação de Indenização de 14.400he de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé, na Bahia, pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (Proc. 0085/1993). A Sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido condenando a CHESF no valor de R\$ 50.000 mil, correspondente a principal mais juros e correção monetária. Em 31 de dezembro de 2008, a CHESF havia interposto recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia.

Na Controlada CGTEE

As contingências cíveis referem-se principalmente a valores relativos a disputas com fornecedores cuja perda provável estimada pela assessoria jurídica da Companhia é de R\$ 270 mil em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 155 mil em 31 de dezembro de 2007).

Na Controlada ELETRONORTE

As demandas cíveis de maior relevância são de caráter indenizatório por perdas financeiras, em função de atrasos de pagamentos, e por desapropriações de áreas inundadas pelos reservatórios de usinas hidrelétricas. O montante estimado de perda provável é de R\$ 690.266 mil.

2) Ações judiciais trabalhistas

2.a) Na controladora

a) A companhia mantém provisão no valor de R\$ 88.574 mil para fazer face a eventuais perdas em processos trabalhistas.

2.b) Em empresas controladas:

Na controlada FURNAS:

a) Data – base dos engenheiros

O Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro ajuizou ações trabalhistas no sentido de reaver diferenças salariais relativas à mudança de data-base dos engenheiros, estando atualmente o processo em fase de liquidação, cujo valor estimado e contabilizado é de R\$ 83.436 mil (2007 - R\$ 71.500 mil), sendo R\$ 16.747 mil relativos a empregados transferidos para a ELETRONUCLEAR em decorrência da cisão das atividades nucleares ocorrida em 1997.

b) Periculosidade

Diversas ações promovidas, nas quais são pleiteadas o adicional de periculosidade, no entendimento que deva ser concedido o percentual integral e não proporcional a todos os empregados que prestam serviços em atividade sujeita ao risco elétrico. O montante estimado para cobertura de eventuais perdas, em 31 de dezembro de 2008, é de R\$ 62.597 mil.

c) Complemento de aposentadoria

O montante de R\$ 58.808 mil refere-se ao saldo a pagar relativo à complementação de aposentadoria – paridade com os empregados ativos.

d) Diversas ações

Para cobertura de diversas ações cíveis e trabalhistas, movidas contra a Empresa, é mantida em 31 de dezembro de 2008 provisão de R\$ 121.982 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 61.602 mil) relativa aos processos em andamento.

#### Na controlada CHESF

As contingências da área Trabalhista são compostas, na sua maioria, de ações relativas a periculosidade, horas extras, de contribuições à FaCHESF, em regime de solidariedade, e de verbas rescisórias decorrentes de inadimplências de empresas terceirizadas, sendo as principais destacadas abaixo:

a) Ação em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho do Estado da Bahia, proposta pelo Sindicato dos Eletricitários da Bahia, requerendo o pagamento aos empregados da Gerência Regional de Paulo Afonso – GRP, Paulo Afonso – BA, de diferença de salário conseqüente da incidência do Adicional do Decreto-Lei 1971 – ADL e do Anuênio sobre o Adicional de Periculosidade, no valor estimado de R\$ 7.500 mil. A Companhia interpôs Agravo de Instrumento em Recurso de Revista ao Tribunal Superior do Trabalho – TST, que foi improvido. O processo transitou em julgado, sendo a CHESF condenada. Foi iniciada a fase de execução tendo sido pagos R\$ 3.700 mil a uma significativa parte dos empregados. Resta uma expectativa de pagamento de R\$ 3.800 mil. Em 31 de dezembro de 2008, a situação permanecia inalterada, aguardando a sentença de liquidação.

b) Ação proposta na 8ª Vara Trabalhista de Fortaleza – CE, pelo Sindicato dos Eletricitários do Estado do Ceará – SINDELETRO, pretende o ressarcimento de perdas sofridas pelos empregados da Gerência Regional Norte – GRN (Ceará e Rio Grande do Norte), decorrente da retirada do transporte coletivo, com valor estimado de R\$ 6.000 mil. O requerimento de restabelecimento do serviço de transporte foi deferido em execução parcial, que a Companhia vem atendendo. O Sindicato Autor requereu a complementação do transporte e a condenação da Companhia em multa diária, tendo a CHESF contestado a alegação. A Juíza do Trabalho, após audiência realizada em 23 de agosto de 2005 para a ouvida dos substituídos e apresentação de razões finais pela CHESF, em audiência, modificou o entendimento anterior, determinando o restabelecimento dos serviços de transporte apenas nos limites em que eram prestados anteriormente. Ainda na mesma decisão foram definidos os parâmetros para a liquidação da sentença, de forma que o crédito trabalhista fosse reduzido para R\$ 1.300 mil. A execução está sendo processada no Juízo Trabalhista de Primeira Instância na cidade de Fortaleza – CE, tendo a sentença transitado em julgado. Em 31 de dezembro de 2008, aguardava-se julgamento do Agravo de Instrumento em Agravo de Petição dos Reclamantes, na execução em processamento.

c) Ação proposta na 4ª Vara Trabalhista do Recife – PE, pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas do Estado de Pernambuco – Urbanitários em substituição a 460 funcionários lotados no Recife – PE, requerendo a incidência do adicional de periculosidade sobre todas as verbas de natureza salarial, no valor de R\$ 4.000 mil. A Juíza de Primeira Instância excluiu da lide, por litispendência ou por coisa julgada, aproximadamente, 300 dos substituídos, bem como julgou a ação improcedente no mérito. O sindicato apresentou Recurso Ordinário, no TRT da 6ª Região, que foi provido. O processo encontra-se em fase de liquidação através de perícia. Em 30 de junho de 2008, havia sido concluída a perícia tendo o judiciário apurado o valor de R\$ 3.300 mil. Pelos cálculos dos consultores jurídicos da Companhia este débito é de R\$ 2.900 mil, cuja diferença será objeto de impugnação em embargos de execução. Em 31 de dezembro de 2008, a situação permanecia inalterada.

#### 3) Ações judiciais tributárias em empresas controladas:

##### Na controlada FURNAS

a) A controlada baseada na divulgação das últimas decisões da Receita Federal, constituiu provisão, no valor de R\$ 83.424 mil, relativas a PASEP/COFINS incidentes sobre a exclusão das bases de cálculo



da Reserva Global de Reversão (RGR) dos períodos de outubro de 1995 a setembro de 2000 e outubro de 2005 a março de 2007.

b) Autos de infração – FINSOCIAL, COFINS e PASEP

Em 03 de maio de 2001, a Empresa recebeu autos de infração relativos ao FINSOCIAL, COFINS e PASEP, no montante atualizado de R\$ 1.098.900 mil (R\$ 791.796 mil históricos), em decorrência de exclusões nas bases de cálculo relativas, principalmente, a repasse e transporte de energia de ITAIPU, por um período de dez anos. Estes autos de infração sobrepuseram-se a outros emitidos em 1999, para um período de fiscalização de cinco exercícios, no montante de R\$ 615.089 mil, que haviam sido objeto de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, em 01 de março de 2000, e transferidos, em 31 de julho de 2003, para o Parcelamento Especial – PAES.

Em 12 de junho de 2008, com a emissão pelo Superior Tribunal Federal (STF), da Súmula Vinculante 8, a cobrança dos autos de infração foi reduzida para 5 (cinco) anos, passando o montante atualizado de R\$ 1.098.900 mil para R\$ 228.592 mil.

A Empresa, baseada na divulgação das últimas decisões da Receita Federal, constituiu provisão para riscos fiscais, no valor total de R\$ 83.424 mil, relativas a PASEP/COFINS incidentes sobre a exclusão das bases de cálculo da Reserva Global de Reversão (RGR) dos períodos de outubro de 1995 a setembro de 2000 e outubro de 2005 a março de 2007. A diferença de R\$ 145.168 mil referem-se a outras exclusões das referidas bases de cálculo, ainda em fase de julgamento, no qual existem possibilidades de ganho para FURNAS, segundo o entendimento de sua área jurídica.

Na controlada ELETRONORTE

a) A controlada possui algumas questões envolvendo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e mantém provisão no valor de R\$ 53.033 mil, para cobrir eventuais perdas nesses processos.

Na controlada CHESF

a) A controlada, possui questões envolvendo, basicamente, ações anulatórias de autos de infração; pleitos de ressarcimento de créditos (Pis/Pasep – Cofins) e outros tributos singulares. A companhia mantém provisão no valor de R\$ 8.770 mil (em 31 de dezembro de 2007 – R\$ 8.321 mil).

II - Ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas com probabilidade de perda possível:

1) Ações judiciais cíveis

1.a) Na controladora

A provisão para contingências cíveis, na controladora, no valor de R\$ 1.328.244 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 1.328.244 mil), corresponde a ações judiciais que têm por objeto a aplicação, aos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório constituídos a partir de 1978, de critérios de atualização monetária diversos daqueles estabelecidos na Legislação específica.

Essas ações não se confundem com aquelas ajuizadas com a pretensão de obter o resgate das Obrigações ao Portador, atualmente inexigíveis, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório.

As demandas que foram objeto de provisão impugnaram a sistemática de cálculo de atualização monetária determinada pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório, utilizada para a atualização dos créditos

constituídos a partir de 1978, créditos esses que foram integralmente pagos pela ELETROBRÁS por intermédio de conversões em ações ocorridas através da 72ª, 82ª e da 142ª Assembléias Gerais Extraordinárias da ELETROBRÁS.

Existem atualmente 3.578 ações judiciais com esse objeto tramitando em diversas instâncias e a Administração da Companhia, amparada na avaliação de seus consultores jurídicos, estima entre oito a dez anos, o prazo médio para a solução definitiva dos processos de conhecimento em curso.

A Administração da ELETROBRÁS, ademais, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, avalia que o risco de perda dessas ações, que discutem os critérios de atualização monetária aplicados aos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório, constituídos a partir de 1978, é classificado como possível.

Contudo, dada a relevância dos valores envolvidos, a verificação de decisões desfavoráveis já ocorridas, à não pacificação do mérito em julgamento pelo STJ e, ainda, baseada no princípio da prudência, a Companhia adota a prática de manter provisão para contingências, integralmente constituída em exercícios anteriores, para fazer face a eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais desfavoráveis.

Neste cenário, portanto, dada a relevância da questão, a Administração da Companhia opta por reconhecer e divulgar, de forma cautelosa, fatores que possam influenciar o patrimônio da Companhia, caso ocorra algum fato ou evento, no curso dos julgamentos, adverso à Companhia, cumprindo assim o dever de preservar, da melhor maneira possível, os usuários das Demonstrações Financeiras, em particular quanto à avaliação de seus passivos e, conseqüentemente do patrimônio líquido, buscando evitar análises excessivamente otimistas nas tomadas de decisão com base na informação contábil.

Desse modo, o valor acumulado da provisão, no montante de R\$ 1.328.244 mil, mantido apesar da classificação de risco possível, é julgado suficiente pela Administração da Companhia, está em conformidade com os diversos estágios em que se encontram as ações judiciais e reflete a incerteza sobre o desfecho dos processos judiciais, pela sua própria natureza, não sendo possível, no estágio e circunstâncias atuais, concluir sobre o final das demandas, que poderão atingir a cifra aproximada de R\$ 3.350.000 mil.

#### 1.b) Em empresas Controladas

Na controlada CHESF

a) 2 ações de indenização ajuizadas pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, nas quais pede a condenação da Companhia e o pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó. Uma, impetrada em 08 de junho de 1999, para as faturas emitidas a partir de 30 de abril de 1990 e outra, impetrada em 31 de maio de 2000, para as faturas emitidas até aquela data. Nas aludidas ações, as autoras formularam pedidos genéricos, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo a apuração dos valores para a liquidação da sentença.

A Companhia contestou as ações e pediu que a União Federal fosse admitida nos feitos, com a remessa dos processos a uma das varas da Justiça Federal em Pernambuco. O Consórcio apresentou petição falando sobre o pedido de admissão da União nos feitos.

Após a apresentação da perícia e os esclarecimentos adicionais, foi realizada audiência em agosto de 2005, determinando-se a apresentação de razões finais até o dia 17 de outubro de 2005. Atualmente, os processos estão conclusos para despacho e provavelmente ocorrerá o saneamento final para a prolação

da sentença. Em 31 de dezembro de 2008, a situação permanecia inalterada.

b) Ação cível pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no Estado de Sergipe, no valor de R\$ 100.000 mil, perante a 2ª Vara Federal em Sergipe, tem por objeto obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, a jusante da UHE Xingó e provocados pela construção dessa Usina.

A ação foi proposta na Justiça Federal, em 27 de junho de 2002, e contestada no prazo legal. Após uma seqüência de incidentes processuais, que não afetaram a causa nem o pedido, o juiz da causa determinou, em 31 de agosto de 2005, a inclusão do IBAMA, IMA-AL, CRA-BA, União Federal e ADEMA-SE no polo passivo da ação, ordenando a citação dessas entidades.

Em 30 de setembro de 2005 aguardava-se o cumprimento dos mandados de citação. Em 30 de setembro de 2006, os autos se encontravam conclusos para o Juiz, após a juntada da procuração dos novos patronos da CHESF. Em 31 de dezembro de 2006, o processo se encontrava suspenso por despacho do Juiz, aguardando julgamento de agravo de instrumento interposto pelo autor perante o Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Ainda não julgado. Os litisconsortes da CHESF (União Federal, IBAMA, IMA-AL, CRA-BA e ADEMA-SE) já haviam sido citados. Em 12 de setembro de 2007, o juiz proferiu despacho no seguinte teor: “Aguardar a informação do trânsito em julgado da decisão do agravo, devendo a CHESF comunicar”. Considerando que o agravo de instrumento interposto pela CHESF foi denegado, esta Companhia interpôs embargos declaratórios contra essa decisão, os quais se encontravam pendentes de julgamento em 31 de março de 2008.

Em 13 de junho de 2008 foi publicado despacho do juiz determinando a citação da União e do IBAMA, bem como a intimação da parte autora para se manifestar sobre os termos da contestação. Em 30 de setembro de 2008, os autos se encontravam com vistas para o IBAMA. Em 31 de dezembro de 2008, aguardava-se a realização de audiência de conciliação, prevista para 19 de fevereiro 2009. Não tendo ocorrido conciliação na audiência de 19 de fevereiro de 2009, o juiz determinou novas providências para o andamento do processo.

c) Na comarca de Brejo Grande/SE, há também uma ação civil pública proposta contra a CHESF pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R\$ 100.000 mil com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada, encontrando-se esse feito abandonado pela parte autora desde fevereiro de 2005. O último movimento processual ocorreu em novembro de 2007, quando o juiz determinou a intimação do Ministério Público a se pronunciar sobre a ação. Em 31 de março de 2008, o processo permanecia parado e ainda sem manifestação do Ministério Público. Em 30 de junho de 2008, o juiz da Comarca de Brejo Grande havia proferido decisão reconhecendo a incompetência da justiça estadual para apreciar o feito, determinando a remessa dos autos para a Justiça Federal. Em 30 de setembro de 2008, os autos se encontravam com vistas para o IBAMA. Em 31 de dezembro de 2008, aguardava-se a devolução dos autos pelo IBAMA.

Conforme avaliação dos advogados que patrocinam as causas pela Companhia, a expectativa de perda dessas ações (itens b e c) é possível, quanto ao insucesso da defesa, mas não quanto aos valores dos pedidos.

Na controlada CGTEE

A controlada foi acionada pela CEEE-D para cobrança de valores relativos à ação de transferência da CGTEE efetuada pela CEEE para ELETROBRÁS. Este processo tem um valor de R\$ 3.650 mil e segundo análise da Assessoria Jurídica a probabilidade de perda pela Companhia é possível.

III - Ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas com probabilidade de perda remota:

### 1.a) Na Controladora

A ELETROBRÁS figura como ré em uma ação movida pela Associação Brasileira dos Consumidores de Água e Energia Elétrica – ASSOBRAEE, que tramita na 17ª Vara da Justiça Federal – DF, cujo objeto é a busca da utilização do valor de mercado da ação da ELETROBRÁS como preço de emissão das ações emitidas para pagamento dos créditos do empréstimo compulsório, as quais são realizadas utilizando-se o valor patrimonial da ação. A tal causa foi atribuído, pelo autor, o valor de R\$ 2.397.003 mil, sendo que, na avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, o risco de perda dessa demanda é remoto.

A ELETROBRÁS também é parte em diversas outras ações judiciais cujo objeto é o resgate de Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia em decorrência do empréstimo compulsório arrecadado nos exercícios de 1964 à 1976. Ditas Obrigações são inexigíveis, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/62 e no artigo 1º do Decreto 20.910/32.

A administração da Companhia, então, amparada na avaliação de seus consultores jurídicos, conclui que a possibilidade de perda da ELETROBRÁS nas ações que têm esse objeto é remota, pois a jurisprudência tem confirmado a prescrição do direito à postulação do resgate das obrigações emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório e a consequente inexigibilidade desses títulos (vide nota 22).

### 2.a) Nas Controladas

#### Na controlada CHESF

Apesar de ser considerada pelos consultores jurídicos da Companhia, como de risco de perda remoto, existe uma ação de cobrança em andamento movida pela empresa Mendes Júnior, contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia.

A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à CHESF, assegurando ressarcimento financeiro.

Após decisão do Superior Tribunal de Justiça, de não conhecer recurso especial interposto pela Construtora Mendes Júnior, e confirmar decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que anulou a sentença, determinando ainda a redistribuição do processo a uma das Varas Federais de Pernambuco, o processo foi encaminhado à 12ª Vara Federal, tomando o número 2000.83.00.014864-7, para ser feita nova perícia e ser proferida nova sentença.

A Perícia foi apresentada. Devendo ser destacado que o Perito, respondendo a quesito da CHESF, declarou “*não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica*”. Essa resposta foi confirmada pela análise feita pelo Assistente Técnico da CHESF, que incluiu criterioso exame das demonstrações financeiras da Mendes Júnior. Com base nesses resultados, a CHESF pediu a improcedência total da ação.

O Ministério Público Federal apresentou manifestação com pedido de declaração de nulidade de todo o processo. E, no mérito, pediu a improcedência da ação.

A ação foi julgada procedente em parte, através de sentença publicada em 8 de março de 2008.

Contra a sentença, a Mendes Júnior apresentou embargos de declaração, em que pediu que fosse acatado o laudo elaborado pelo Perito Oficial, em sua integralidade. O Ministério Público Federal apresentou

embargos de declaração pedindo que a ação fosse julgada inteiramente improcedente.

Os embargos da Mendes Júnior e do Ministério Público Federal foram rejeitados pela MM. Juíza da 12ª Vara Federal.

A CHESF e a União Federal apresentaram embargos de declaração, acatados pela MM. Juíza, através de decisão que esclareceu alguns pontos da sentença, relativos à apuração de eventual dívida da CHESF com a Mendes Júnior. Sendo esclarecida a sentença no ponto em que determina que, na apuração de eventual dívida da CHESF com a Mendes Júnior, devem ser abatidos todos e quaisquer pagamentos do principal, e todas e quaisquer compensações financeiras pagas pela CHESF, em cumprimento do contrato.

Contra essa sentença a CHESF apresentou recurso de apelação, em que pediu a improcedência total da ação; considerando especialmente que, nesta ação de cobrança, cabia à Mendes Júnior, para fazer *jus* a alguma espécie de ressarcimento financeiro, em cumprimento à decisão proferida na Ação Declaratória anteriormente ajuizada, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra de Itaparica, em decorrência do atraso da CHESF no pagamento de algumas faturas; e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teriam sido superiores ao total de acréscimos pagos pela CHESF, em decorrência desses atrasos. Em dezembro de 2008, a União Federal, a CHESF e a empreiteira Mendes Júnior, já haviam interposto apelação, estando em curso o prazo para o Ministério Público se manifestar sobre a sentença.

Considerando elementos já constantes do processo, se vê que a Mendes Júnior não tomou qualquer empréstimo, especificamente para financiar a ação de Itaparica (ou não os tomou nos montantes expressos), e considerando ainda que, segundo a sentença, devem ser compensados todos os benefícios concedidos à Mendes Júnior, durante a execução do contrato; e considerando, por fim, os cálculos já efetuados preliminarmente pela CHESF, a Consultoria Jurídica da CHESF corrobora a posição dos patronos da Companhia, no sentido de que, presentemente, os riscos de perda são remotos.

### **NOTA 31 - OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS**

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas termonucleares, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, que permite dismantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares. No caso das usinas termonucleares brasileiras - Angra I e Angra II, o método selecionado para o programa de descomissionamento é aquele internacionalmente designado com "SAFSTOR", que consiste da desmontagem total da usina após um período de dormência de 15 anos.

A mensuração das obrigações associadas à execução do programa de desmobilização desses ativos é baseada nas leis e regulamentos nacionais e internacionais vigentes, tecnologia atualmente disponível para execução das respectivas atividades e custos específicos associados ao local de implantação das usinas.

A ELETRONUCLEAR está legalmente responsável, segundo as disposições da Lei 10.308/2001, pelos depósitos iniciais de rejeitos decorrentes das atividades do programa de descomissionamento de Angra I e Angra II, e dessa forma os custos são incluídos na obrigação para desmobilização das duas usinas. Pelas disposições da Lei 10.308/2001, a responsabilidade e, portanto, os custos para implantação de depósitos intermediários e finais de rejeitos são da CNEN e, por conseguinte, esses custos não estão incluídos na estimativa da obrigação de desmobilizações das usinas termonucleares. Entretanto, os custos de armazenagem dos rejeitos decorrentes das atividades do programa de descomissionamento estão nela incluídos. Ainda, no seu artigo 18, foi estabelecido que o serviço de depósito de rejeitos intermediários e finais terá seus respectivos custos indenizados à CNEN pelos depositantes, conforme tabela aprovada pela Comissão Deliberativa da CNEN a vigorar a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação no Diário Oficial da União.

Com o início da operação de Angra II em 2000, foram realizados novos estudos sobre os custos de descomissionamento, tomando como referência estimativas aplicáveis a um conjunto de 17 usinas dos Estados Unidos da América e 10 usinas Européias, Canadenses e Japonesas que se encontram em estágios diferentes de descomissionamento, bem como os critérios estipulados pela *NRC - Nuclear Regulatory Commission* dos EUA. Esses critérios foram utilizados em estudos de usinas similares às brasileiras, incluindo um estudo específico realizado na usina de *Kriska*, que é considerada gêmea de Angra I.

Naquele estudo, o custo de desmobilização de Angra I e Angra II foi estimado no montante de US\$ 197,816 mil e US\$ 240,000 mil e o final da vida útil econômica das usinas estavam projetados para dezembro de 2014 e agosto de 2030, respectivamente.

Em 2007, a Administração da Companhia reavaliou os valores e definiu parâmetros e regulamentos para o estabelecimento de reservas financeiras necessárias para a cobertura do descomissionamento das usinas. Desta forma o custo de desativação (descomissionamento) passou a ser estimado em US\$ 307,000 mil e US\$ 426,000 mil para Angra I e Angra II, respectivamente. Como decorrência desta reavaliação, portanto, o total da obrigação foi reavaliado de US\$ 437,816 mil para US\$ 733,000 mil. A vida útil econômica das usinas foi reavaliada para 40 anos.

Atendendo a Instrução CVM 469/2009 estes valores, quando ajustados a valor presente, em dezembro de 2008, montam US\$ 82,372 mil (Angra I) e US\$ 31,520 mil (Angra II), sendo o saldo total do passivo correspondente às obrigações para a desmobilização das usinas termonucleares Angra I e II de R\$ 266.168 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 451.017mil). Para o cálculo do valor presente do passivo de descomissionamento, foi utilizada uma taxa de desconto adequada ao risco do negócio.

Os valores apresentados na formação do passivo para descomissionamento de usinas termonucleares são estimados e serão revistos durante a vida útil das instalações, considerando-se os avanços tecnológicos e a forma a alocar o período de acúmulo dos custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional.

Não existe atualmente legislação brasileira específica que regulamente o descomissionamento de usinas termonucleares, não sendo, portanto, estabelecidas as condições sob as quais o descomissionamento efetivamente ocorrerá, nem definidos os procedimentos a serem implementados, os montantes de recursos financeiros a serem gastos e o tratamento a ser dado na hipótese de recursos financeiros insuficientes ou excessivos por ocasião dos desembolsos.

A ELETRONUCLEAR gerencia os rejeitos de baixa, média e alta radioatividade. Os rejeitos de baixa radioatividade incluem materiais descartáveis utilizados durante as atividades de operação e manutenção das usinas termonucleares. Os rejeitos de média radioatividade são constituídos por resinas e filtros de purificação de fluidos. Os rejeitos de alta radioatividade estão contidos nos elementos de combustíveis usados.

Dessa forma, a ELETRONUCLEAR tem implantado um Centro de Gerenciamento de Rejeitos para aqueles de baixa e média radioatividade, localizados, na cidade de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

Para os rejeitos de alta radioatividade, a ELETRONUCLEAR opera 2 depósitos iniciais denominados como piscinas de estocagem de combustível usado, integrados às usinas de Angra I e Angra II. Encontra-se em projeto uma piscina de estocagem de elementos combustíveis usados externa às usinas que expandirá a capacidade de armazenagem, permitindo estocar todo o combustível usado pelos reatores de Angra I e Angra II durante toda sua vida útil.

Os custos de descomissionamento incluem os serviços referentes à remoção, transporte e disposição final

dos rejeitos de baixa e média radioatividade gerados durante a realização do programa de descomissionamento. Incluem também a remoção e transporte dos elementos combustíveis usados para armazenagem em depósito para esse fim designado pela CNEN. Esses custos, entretanto, não incluem os serviços de armazenagem intermediária e final subsequente desses elementos combustíveis.

O fato desses últimos custos não serem considerados decorre de inexistir procedimentos, regulamentação técnica e legislação específica para a armazenagem de longa duração de elementos combustíveis usados. Os combustíveis usados poderão ser futuramente reciclados através de técnicas de reprocessamento, como já é feito hoje em países como a França e o Japão, o que poderia gerar recursos para ao custeio da armazenagem final dos rejeitos de alta radioatividade.

Dadas às características específicas de operação e manutenção de usinas termonucleares, sempre que ocorrerem alterações no valor estimado do custo de desmobilização, decorrentes de novos estudos em função de avanços tecnológicos, deverão ser alteradas as quotas de descomissionamento, de forma a ajustar o saldo da obrigação à nova realidade.

## NOTA 32 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### I - Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31 de Dezembro de 2008 é de R\$ 26.156.567 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 24.235.829 mil) e suas ações não têm valor nominal. As preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculado sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O Capital Social está representado por 1.132.357.090 ações escriturais e está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

#### QUADRO DE AÇÕES

ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS			CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	Série A	Série B	%	QUANTIDADE	%
UNIÃO	488.656.241	53,99	-	35.191.714	15,49	523.847.955	46,26
BNDESPAR	133.757.950	14,78	-	-	-	133.757.950	11,81
FND	45.621.589	5,04	-	-	-	45.621.589	4,03
FGP	40.000.000	4,42	-	-	-	40.000.000	3,53
OUTROS	196.987.747	21,77	146.920	191.994.929	84,51	389.129.596	34,37
	<u>905.023.527</u>	<u>100,00</u>	<u>146.920</u>	<u>227.186.643</u>	<u>100,00</u>	<u>1.132.357.090</u>	<u>100,00</u>

Do total das 389.129.596 ações em poder dos minoritários, 239.401.535 ações, ou seja, 61,52% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 132.867.994 ações ordinárias, 27 ações preferenciais da classe "A" e 106.533.514 ações preferenciais da classe "B".

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 69.298.867 ações ordinárias e 33.438.069 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de *American Depositary Receipts - ADR's*.

Em 31 de dezembro de 2008, o valor patrimonial da ação é de R\$ 75,61 (31 de dezembro de 2007 - R\$ 70,79).

## II - Conversão do Empréstimo Compulsório em Ações

A 151ª Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada em 30 de abril de 2008, deliberou pela 4ª conversão em ações preferenciais nominativas de classe “B”, representativas do capital social da ELETROBRÁS, da totalidade dos créditos decorrentes do Empréstimo Compulsório existentes em 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 202.375 mil, constituídos após a 3ª conversão, realizada em 28 de Abril de 2005.

O preço de emissão das ações tomará por base o valor patrimonial da ação da ELETROBRÁS em 31 de dezembro de 2007, correspondente a R\$ 70,79 observados os termos do artigo 4º da Lei 7.181/83.

Os valores residuais que não perfizeram número inteiro de ações foram pagos em espécie, conforme estabelece o artigo 10 do Decreto 81.668/78, acrescidos dos valores eventualmente recebidos, decorrentes do exercício do direito de preferência de subscrição pelos demais acionistas, conforme estabelece orientação da CVM.

O prazo para o exercício do direito de preferência de subscrição pelos demais acionistas, foi dado em conformidade com o Artigo 171, § 2º da Lei 6.404/76, bem como o prazo para a entrega das ações oriundas da conversão. Estes prazos foram de 30 e 60 dias, respectivamente, contados a partir da realização da AGE, alterando o artigo 6º do Estatuto Social da ELETROBRÁS, que trata da composição do Capital Social e das Ações.

## III - Reservas de Capital

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2008	2007
Compensação de insuficiência de remuneração – CRC	18.961.102	18.961.102
Ágio na emissão de ações	3.384.310	3.243.272
Especial - Decreto-Lei 54.936/1964	387.419	387.419
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do Empréstimo Compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	297.424	297.424
	<u>26.048.342</u>	<u>25.907.304</u>

A Reserva de Capital denominada Conta de Resultado a Compensar - CRC corresponde à participação percentual da ELETROBRÁS no reconhecimento das insuficiências de remuneração de suas controladas, no extinto regime de remuneração garantida vigente no setor elétrico brasileiro até o exercício de 1993, absorvidas e reconhecidas patrimonialmente por ocasião da liquidação dos compromissos pelo Tesouro Nacional.

## IV - Reservas de Lucros



O Estatuto Social da companhia prevê a destinação de 50% do lucro líquido do exercício para a constituição de Reserva de Investimentos e de 1% para a Reserva de Estudos e Projetos, sendo sua constituição limitada a 75% e a 2% do capital social, respectivamente:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2008	2007
Legal (art.193 - Lei 6.404/76)	2.037.863	1.731.038
Estatutárias (art. 194 - Lei 6.404/76):		
Estudos e projetos	61.365	255.899
Investimentos	16.977.346	15.432.771
Outras	-	11.080
Retenção de lucros (art. 196 - Lei 6.404/76)	487.476	68.748
Especial (atr. 202 – Lei 6.404/76):		
Dividendos não Distribuídos	9.336.858	8.300.832
	28.900.908	25.800.368

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo atualizado da Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos (art 202 – Lei 6.404/76) apresenta a seguinte composição, por acionista detentor de ações ordinárias.

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		RESERVA
	QUANTIDADE	%	R\$ mil
União	488.656.241	53,99	5.040.970
BNDESPAR	133.757.950	14,78	1.379.988
FND	45.621.589	5,04	470.578
FGP	40.000.000	4,42	412.689
Minoritários	196.987.747	21,77	2.032.633
<b>TOTAL</b>	905.023.527	100,00	9.336.858

#### V - Reservas de Reavaliação

Refere-se à reserva reflexa das coligadas relevantes CELPA e CEMAT, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, que procederam a reavaliação de bens de seu ativo imobilizado.

#### VI - Adiantamentos para futuro aumento de capital

Os adiantamentos de recursos recebidos do acionista controlador e destinados a capital em caráter irrevogável são classificados no Patrimônio Líquido e são atualizados pela taxa SELIC, de acordo com o decreto 2.673/98:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2008	2007
Aquisição de participação acionária na CEEE	1.959.715	1.742.265
Aquisição da participação acionária na CGTEE	1.882.864	1.673.938
Linha de transmissão Banabuí - Fortaleza	64.868	57.670
Usina Hidrelétrica de XINGÓ	182.257	162.034
Linhas de transmissão no Estado da Bahia	28.530	25.365
Fundo Federal de Eletrificação - Lei 5.073/66	169.119	150.353
	4.287.353	3.811.625

### NOTA 33 - OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2008	2007
Fornecimento	5.695.688	5.884.191
Suprimento	9.372.059	8.385.288
Transmissão	4.334.236	3.403.342
Comercialização CCEE - energia de curto prazo	2.604.620	1.066.798
Repasse de Energia de ITAIPU	5.777.524	6.273.929
Ativo Regulatório – Comercialização da energia de ITAIPU	3.666.637	590.024
	31.450.764	25.603.572

### NOTA 34 - DEDUÇÕES ÀS OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2008	2007
Reserva Global de Reversão - RGR	536.711	471.069
Conta de Consumo de Combustível - CCC	332.979	452.152
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	66.304	70.871
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	73.936	57.975
OUTROS	181.743	183.924
	1.191.673	1.235.991
ICMS	984.608	882.750
	2.176.281	2.118.741

### NOTA 35 – RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	(236.157)	1.149.525	-	-
Rendimentos de capital - ITAIPU	36.157	39.325	36.157	39.325
	(200.000)	1.188.850	36.157	39.325
Investimentos em coligadas				
Equivalência patrimonial	464.267	411.725	464.267	411.725
Juros sobre o capital próprio	96.341	109.936	96.341	109.936
	560.608	521.661	560.608	521.661
Outros investimentos				
Juros sobre o capital próprio	14.171	16.942	14.171	16.942
Dividendos	88.643	88.004	88.643	88.004
Remuneração dos invest. em parcerias	(80.623)	67.832	(34.046)	87.360
	22.191	172.778	68.768	192.306
	382.799	1.883.289	665.533	753.292

### NOTA 36 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Pessoal	220.941	260.425	3.670.434	3.233.364
Material	2.899	2.284	260.854	234.683
Serviços	54.613	55.661	1.508.354	1.450.491
	278.453	318.370	5.439.642	4.918.538

### NOTA 37 - ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA E USO DA REDE ELÉTRICA

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2008	2007
Uso da Rede Elétrica	1.101.220	976.647
Suprimento	5.534.238	1.967.566
Energia de ITAIPU	2.047.016	3.320.526
Comercialização CCEE - Energia de curto prazo	1.212.066	1.108.673
Outras	38.994	23.866
	9.933.534	7.397.278

## NOTA 38 - PROVISÕES OPERACIONAIS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Contingências	71.501	-	345.273	173.630
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	40.345	272.435
PCLD - RTE	-	-	(242.734)	68.543
PCLD - CCEE	-	-	-	293.560
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	37.045	29.001	37.045	29.001
PCLD - Créditos de ICMS	-	-	468.405	127.710
PCLD - Títulos e Valores Mobiliários	12.981	(9.007)	12.981	(9.007)
Valor Recuperável de Ativos (Impairment)	-	-	770.231	-
Perdas na realização - AFAC's	(7.535)	42.394	-	-
Passivo à descoberto em Controladas	135.652	532.781	-	-
Outras	54.350	(8.686)	112.545	149.250
	<u>303.994</u>	<u>586.483</u>	<u>1.544.091</u>	<u>1.105.122</u>

## NOTA 39 - RESULTADO FINANCEIRO

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
Receitas (Despesas) Financeiras				
Receita de juros, comissão e taxas	3.568.780	4.188.934	1.199.439	1.958.944
Encargos de dívidas	(479.655)	(447.237)	(1.442.159)	(1.433.014)
Encargos sobre recursos de acionistas	(1.576.023)	(1.353.792)	(1.599.504)	(1.370.808)
Receita de aplicações financeiras	959.344	537.453	1.160.571	868.132
Outras receitas (despesas)	30.068	144.973	113.007	1.333.660
	<u>2.502.514</u>	<u>3.070.331</u>	<u>(568.646)</u>	<u>1.356.914</u>
Atualizações Monetárias e Cambiais				
Atualizações monetárias líquidas	997.786	528.082	320.223	42.927
Atualizações cambiais líquidas	4.297.123	(3.000.510)	3.632.191	(2.608.504)
	<u>5.294.909</u>	<u>(2.472.428)</u>	<u>3.952.414</u>	<u>(2.565.577)</u>
	<u>7.797.423</u>	<u>597.903</u>	<u>3.383.768</u>	<u>(1.208.663)</u>

## NOTA 40 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DA COMPANHIA

A ELETROBRÁS e suas controladas adotam um programa de participação dos empregados nos resultados da Companhia, que tem como objetivo incentivar a melhoria de qualidade, níveis de produtividade e resultados globais da empresa, aplicáveis a todos os empregados.

A participação dos empregados nos lucros ou resultados ocorre com base em acordos coletivos de trabalho firmados com os empregados e entidades sindicais, nos termos da legislação federal em vigor, através da pactuação prévia de metas e compromissos.

Dessa forma, no exercício de 2008, a ELETROBRÁS provisionou o montante de R\$ 23.000 mil (31 de

dezembro de 2007 - R\$ 18.000 mil) sendo, no consolidado, R\$ 176.817 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 159.926 mil), correspondente à participação dos empregados e administradores nos lucros ou resultados - PLR, observada a Resolução 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE.

O pagamento da PLR será objeto de deliberação pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas que apreciará as presentes Demonstrações Financeiras.

#### **NOTA 41 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS, ADMINISTRADORES E DIRIGENTES**

A menor e a maior remuneração pagas a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2008, foram de R\$ 1.719,03 e R\$ 24.122,80 (inclui adicional de transferência), respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETROBRÁS. O maior honorário atribuído a dirigente, tomando-se por base o mês de dezembro de 2008, correspondeu a R\$ 28.186,00.

A remuneração total dos administradores e dirigentes da Companhia no ano de 2008 foi de R\$ 3.592 mil, sendo R\$ 551 mil do Conselho de Administração e R\$ 3.041 mil da Diretoria Executiva.

#### **NOTA 42 - PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA**

A ELETROBRÁS implantou um Programa de Demissão Voluntária Incentivada - PDVE, destinado ao redimensionamento do seu quadro de empregados e aberto a todos aqueles que estiverem enquadrados nas seguintes condições:

- a) Participantes do Plano de Benefício Definido da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS - estejam aposentados pelo INSS e em condições de obter os benefícios decorrentes da aposentadoria complementar junto à ELETROS, no prazo de vinte e quatro meses após a adesão ao PDVE;
- b) Participantes do Plano de Contribuição Definida da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS - estejam em condições de obter os benefícios decorrentes da aposentadoria complementar junto à ELETROS, no prazo de vinte e quatro meses após a adesão ao PDVE; e
- c) Não Participantes da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS - estejam aposentados pelo INSS, ou em condições de se aposentar, no prazo de vinte e quatro meses após a adesão ao PDVE, ainda que de forma proporcional, pelo Regime Geral da Previdência Social.

Após o término empregatício com a ELETROBRÁS, a Companhia não será responsável por qualquer contribuição à Previdência Pública ou Privada.

O incentivo ao empregado no âmbito do PDVE se dará pelo pagamento de uma indenização complementar, por ano trabalhado, acrescidas das verbas rescisórias devidas em uma dispensa imotivada, de acordo com os seguintes critérios:

- a) Cinquenta por cento de uma remuneração mensal por ano completo trabalhado, limitado a vinte e quatro anos e ao correspondente a doze vezes o maior salário da Companhia;
- b) assistência à saúde por doze meses a partir da data de desligamento.

O período de adesão ao PDVE encerrou-se em 31 de dezembro de 2007, com a inclusão de 311

empregados, sendo que 68 empregados já se desligaram até dezembro de 2008. Em 2009 está previsto o desligamento de 243 empregados.

Para fazer face aos gastos decorrentes da implantação do PDVE, a Companhia mantém provisionado na rubrica “Obrigações Estimadas”, na data-base de 31 de dezembro de 2008, o montante de R\$ 67.835 mil, a ser realizado até dezembro de 2009, na proporção dos desligamentos.

## **NOTA 43 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS**

### **I - Gestão de recursos**

Nas aplicações de recursos financeiros da ELETROBRÁS destacam-se, fundamentalmente, os empréstimos e financiamentos de longo prazo e os investimentos em participações acionárias em empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica, detalhados nas notas 9 e 16 e nos anexos II e III.

### **II - Instrumentos Financeiros**

a) Caixa e equivalente de caixa: os valores de mercado desses ativos são equivalentes aos seus valores contábeis.

b) Títulos e valores mobiliários: classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária com impactos no resultado. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável.

c) Consumidores e revendedores: Os valores a receber de consumidores e revendedores são classificados como mantidos até o vencimento e estão apresentados por seus valores prováveis de realização.

d) Créditos renegociados: são classificados como mantidos até o vencimento e estão apresentados por seus valores prováveis de realização.

e) Financiamentos e empréstimos concedidos: Os empréstimos e financiamentos concedidos estão associados à função de financiamento do setor elétrico nacional, sendo remunerados em média a 9,73% a.a. (31 de dezembro de 2007 - 8,99 % a.a.).

Os financiamentos estão restritos as concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é por ela definida, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

No encerramento deste exercício, a Companhia mantinha 784 contratos concedidos de empréstimos e financiamentos, totalizando R\$ 42.234.271 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 36.522.430 mil), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US\$ mil (equivalentes)	%	R\$ mil
Dólar Norte-Americano	8,637,294	47,79	20.185.355
IGP-M	4,327,464	23,95	10.113.284
Real	4,736,721	26,21	11.069.717
Yen	261,955	1,45	612.189
EURO	108,569	0,60	253.726
<b>Total</b>	<b>18,072,002</b>	<b>100,00</b>	<b>42.234.271</b>

f) Empréstimos e financiamentos obtidos:

No exigível a longo prazo, destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e os Fundos Setoriais, em especial a Reserva Global de Reversão - RGR. Os valores de mercado desses empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são compostos de financiamentos contratados junto às agências multilaterais internacionais - BID, BIRD, CAF, não sendo praticável descontá-los a uma taxa diferente da estabelecida no acordo da dívida brasileira. Os demais empréstimos são captados a taxas internacionais, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A ELETROBRÁS finalizou o exercício de 2008 com 13 contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e bônus, que totalizam R\$ 4.158.111 mil (31 de dezembro de 2007 - R\$ 1.716.302 mil), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US\$ mil (equivalentes)	%	R\$ mil
Dólar Norte-Americano	1,438,416	80,84	3.361.578
Yen	232,070	13,04	542.348
EURO	108,766	6,12	254.186
<b>Total</b>	<b>1,779,252</b>	<b>100,00</b>	<b>4.158.111</b>

g) O Empréstimo Compulsório, extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1993, teve como prazo limite para seu recolhimento o dia 31 de dezembro de 1993. Atualmente a ELETROBRÁS gerencia o estoque residual do Empréstimo Compulsório arrecadado, atualizando-o com base no IPCA-E e remunerando-o à taxa de 6% a.a., com prazo de resgate definido. Os valores de mercado desses empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis.

h) Derivativos

1 - Política

A Companhia apresenta desequilíbrios entre ativos e passivos momentâneos denominados em moedas estrangeiras, decorrente principalmente dos recebíveis de sua controlada em conjunto ITAIPU Binacional (contratos de financiamentos) e do seu baixo endividamento, estando, portanto, sujeita a impactos em seu patrimônio e em seu resultado por conta de alterações nas taxas de câmbio, em especial o dólar norte-americano.

Como recurso para proteger-se dessa exposição, a Administração da Companhia realiza operações com derivativos financeiros, visando mitigar o risco cambial.

A política de *hedge* da Companhia não prevê a contratação de instrumentos que caracterizem concessão de crédito, captação de recursos ou qualquer tipo de alavancagem financeira, fixando-se na finalidade de,

exclusivamente, proteger suas demonstrações financeiras da volatilidade cambial.

## 2 - Objetivos e estratégias

No âmbito das autorizações dadas à sua política de *hedge*, a Companhia realizou em 2008, operações de proteção para os recebíveis a vencer até o final de 2008, em um montante de US\$ 280,000 mil. A Companhia utilizou vendas a termo de dólares norte-americanos (*Non-Deliverable Forwards* - NDFs), casando os vencimentos dos contratos com as datas de recebimento do serviço da dívida da controlada em conjunto Itaipu Binacional.

Uma vez que a Companhia não havia se utilizado anteriormente desse tipo de instrumento financeiro, foram desenvolvidos os controles internos necessários ao acompanhamento das operações, registro de posições e de marcação contábil e a mercado da carteira.

Também foi monitorado sistematicamente o comportamento das projeções dos parâmetros que influenciam a flutuação do câmbio, avaliando-se desta forma a aderência da estratégia ao perfil de risco e aos objetivos da política de *hedge* definida pela Administração da Companhia.

Esses controles mostraram-se eficientes tanto para o gerenciamento da carteira quanto para o fornecimento de informações contábeis necessárias à apropriação dos resultados da carteira.

Atualmente a Companhia vem estudando a possibilidade de ampliar o escopo da sua política de *hedge*, passando a abranger outros fatores de risco de mercado como índices, taxas de juros e derivativos embutidos em contratos.

## 3 - Riscos

O valor da carteira de derivativos pode sofrer alterações de acordo com a variação da cotação do dólar norte-americano à vista e das taxas de juros internas em reais (DI futuro) e em dólares (cupom cambial). Portanto, a volatilidade desses fatores de risco influencia o resultado obtido com os instrumentos. Entretanto, pela natureza de serem operações de proteção, tal risco é mitigado pelos próprios recebíveis que lastreiam as operações até a data de vencimento, pela apropriação das receitas/despesas de variação cambial e, no vencimento, pelo recebimento do fluxo de caixa do ativo correspondente, o qual também é valorado pela taxa de câmbio vigente.

Em operações contratadas no mercado de balcão, existe também o risco da contraparte, ou seja, a chance de *default* da instituição financeira correspondente. Para mitigá-lo, a Companhia somente firma contratos com bancos que possuam porte compatível e classificação de *rating* mínima de grau de investimento.

## 4 - Valor justo dos instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2008, todas as operações com instrumentos financeiros derivativos que estavam em carteira foram liquidadas, não havendo assim valor justo a ser calculado.

A metodologia para o cálculo do valor justo das operações foi desenvolvida pela área de riscos da Companhia, com base em métodos consagrados e usualmente utilizados no mercado (marcação a mercado). Sucintamente, para os instrumentos que fizeram parte da carteira (NDFs), consiste em estimar o preço de equilíbrio para cada contrato, na data de seu vencimento, a partir [1] da taxa de câmbio *spot*; [2] da taxa de juros interna em reais (DI futuro); e [3] da taxa de juros interna em dólares (cupom cambial). A comparação entre o preço assim estimado e o negociado em cada contrato define uma estimativa de ganho/perda na data futura, a qual é trazida a valor presente pela taxa de juros pré-fixada em reais (DI futuro).



## 5 - Composição da carteira de derivativos

Em 31 de dezembro de 2008, não há operações em aberto. Os ajustes financeiros, negativos, gerados pelas operações no exercício de 2008 somaram R\$ 124.345 mil. Os ajustes negativos foram causados pela inversão da trajetória da moeda norte-americana, que, após quase cinco anos de depreciação, passou a uma tendência de valorização a partir de agosto de 2008, no rastro das quedas nos preços das principais *commodities*, e, notadamente a partir de outubro de 2008, pelo agravamento da crise financeira internacional. Em função da lógica de *hedge* das operações, da grande volatilidade nos mercados futuros e pelo pequeno prazo a decorrer até os vencimentos dos contratos, a Companhia optou por levar as posições a resgate, não fazendo operações de reversão.

### h.1) Derivativos Embutidos

A Controlada ELETRONORTE celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Estes contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio *London Metal Exchange* (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

Cliente	Datas do contrato		Volumes médios de megawatts
	Inicial	Vencimento	
			750 MW – até 31/12/2006
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	800 MW – a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	31/12/2024	De 304,92 MW a 328MW
BHP	01/07/2004	31/12/2024	De 353,08 MW a 492MW

Estes contratos incluem o conceito de *cap and floor band* relacionado ao preço do alumínio cotado no LME. O preço limite máximo e mínimo do LME está limitado a US\$ 2.773,21/ton e US\$ 1.450/ton, respectivamente.

A Companhia não atua com outras modalidades de operações de derivativos com exceção às mencionadas nesta nota explicativa. Outras informações a respeito desta operação estão apresentadas na nota 19.

## III - Riscos

### a) Risco Regulatório

A Companhia, por meio de suas controladas, detém concessões de serviços públicos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica cujos vencimentos, nos termos da legislação vigente, estão indicados na Nota 2. Caso aquelas concessões não sejam renovadas ou venham a ocorrer mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

### b) Risco Cambial

Parte relevante do ativo da Companhia e do resultado de suas operações é afetada significativamente pelo fator de risco da taxa de câmbio, em especial no que se refere ao dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possui créditos decorrentes de financiamentos concedidos em moeda estrangeira no montante de R\$ 21.051.270 mil, equivalente a US\$ 9,007,818 mil. Comparando-se os recebíveis em moeda estrangeira com a dívida, observa-se uma cobertura de cerca de 5,1 vezes.

c) Risco de Crédito

A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica, amparada em contratos firmados em ambiente regulado. Nos contratos bilaterais firmados com distribuidoras de energia elétrica, a Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes.

Nas transações com clientes industriais denominados consumidores livres, o risco de crédito é minimizado através de análises prévias das condições do negócio.

d) Risco de Preço

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela ANEEL. A partir do Leilão 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela ANEEL, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

f) Risco de Mercado

Parte substancial da energia elétrica gerada pelas empresas controladas pela ELETROBRÁS é comercializada por meio de contratos de comercialização de energia, em ambiente regulado - CCEAR's, celebrados em decorrência da participação de suas empresas controladas em leilão de energia existente, promovido pela ANEEL.

#### **NOTA 44 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações da ELETROBRÁS com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições compatíveis com as que seriam praticadas no mercado. Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto. As demais operações também foram estabelecidas em condições normais de mercado.

Os valores referentes às remunerações do Conselho de Administração e Diretoria Executiva estão apresentados na nota 41. A companhia, conforme apresentado na nota 3, não pratica remuneração baseada em ações.

Não há, também, operações com pessoas físicas consideradas partes relacionadas, exceto com acionistas.

	R\$ mil		
	CONTROLADORA		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
<b>FURNAS</b>			
Consumidores e revendedores	5.345	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.178.001	-	-
Remuneração de investimentos	251.607	-	-
AFAC	31.154	-	-
Obrigações diversas	-	339	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	105.725
	1.466.107	339	105.725
<b>CHESF</b>			
Consumidores e revendedores	1.875	-	-
Financiamentos e empréstimos	3.460.807	-	-
Remuneração de investimentos	541.878	-	-
AFAC	294.397	-	-
Obrigações diversas	-	1.368	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	429.001
	4.298.957	1.368	429.001
<b>ELETRONORTE</b>			
Consumidores e revendedores	3.922	-	-
Financiamentos e empréstimos	7.589.415	-	-
AFAC	-	-	-
Obrigações diversas	-	46	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	1.008.696
	7.593.337	46	1.008.696
<b>ELETROSUL</b>			
Financiamentos e empréstimos	592.161	-	-
Remuneração de investimentos	135.713	-	-
AFAC	94.576	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	16.803
	822.450	-	16.803
<b>CGTEE</b>			
Financiamentos e empréstimos	574.954	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	13.598
	574.954	-	13.598
<b>ELETRONUCLEAR</b>			
Financiamentos e empréstimos	2.902.701	-	-
Remuneração de investimentos	28.749	-	-
AFAC	30	-	-
Obrigações diversas	-	1.482	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	321.873
	2.931.480	-	321.873

<b>ELETROPAR</b>			
AFAC	62.285	-	-
Remuneração de investimentos	8.268	-	-
Obrigações diversas	-	799	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	1.931
	<u>70.553</u>	<u>799</u>	<u>1.931</u>
<b>ITAIPU</b>			
Financiamentos e empréstimos	9.208.263	-	-
Remuneração de investimentos	14.022	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	506.221
	<u>9.222.285</u>	<u>-</u>	<u>506.221</u>
<b>CEAL</b>			
Financiamentos e empréstimos	346.965	-	-
AFAC	158.300	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	37.177
	<u>505.265</u>	<u>-</u>	<u>37.177</u>
<b>CEPISA</b>			
Financiamentos e empréstimos	433.979	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	44.289
	<u>433.979</u>	<u>-</u>	<u>44.289</u>
<b>MANAUS ENERGIA</b>			
Financiamentos e empréstimos	729.355	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	47.723
	<u>729.355</u>	<u>-</u>	<u>47.723</u>
<b>CERON</b>			
Financiamentos e empréstimos	451.824	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	45.033
	<u>451.824</u>	<u>-</u>	<u>45.033</u>
<b>ELETROACRE</b>			
Financiamentos e empréstimos	40.069	-	-
AFAC	85.542	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	4.321
	<u>125.611</u>	<u>-</u>	<u>4.321</u>
<b>TESOURO NACIONAL</b>			
Obrigações	-	2.926.437	-
Dividendos a pagar	-	783.078	-
	<u>-</u>	<u>3.709.515</u>	<u>-</u>
<b>ELETROS</b>			
Contribuições previdenciárias	-	-	19.968
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.968</u>

**BNDESPAR**

Dividendos a pagar	-	199.273	-
	-	199.723	-

R\$ mil

**CONSOLIDADO**

SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Participação. societária permanente	112.780	-	-
JCP/Dividendos a receber	9.831	-	-
Fornecedores	-	1.069	-
Receita de prestação serviços	-	-	1.920
Receita de JCP/ Dividendos	-	-	6.444
Receita de equivalência. patrimonial	-	-	15.605
Encargo de uso da rede	-	-	(9.666)
	<b>122.611</b>	<b>1.069</b>	<b>14.303</b>
<b>INTESA</b>			
Participação. societária permanente	22.893	-	-
JCP/Dividendos a receber	57	-	-
Receita de equivalência. patrimonial	-	-	862
	<b>22.950</b>	<b>-</b>	<b>862</b>
<b>ÁGUAS DA PEDRA</b>			
Participação. societária permanente	61.985	-	-
	<b>61.985</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>ENERGIA SUSTENTÁVEL</b>			
Participação. societária permanente	50.002	-	-
	<b>50.002</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>FACHESF</b>			
Fornecedores	-	3.856	-
Contribuição normal	-	6.784	-
Contratos atuarias	-	398.820	-
Despesa financeira	-	-	(299)
Despesas operacionais	-	-	(33.689)
	<b>-</b>	<b>409.460</b>	<b>(33.988)</b>
<b>ETAU</b>			
Participação. societária permanente	9.567	-	-
Adianto. para futuro aumento de capital	274	-	-
Receita de equivalência. patrimonial	-	-	2.646
	<b>9.841</b>	<b>-</b>	<b>2.646</b>
<b>ARTEMIS</b>			
Participação. societária permanente	64.976	-	-
Receita de equivalência. patrimonial	-	-	3.166
	<b>64.976</b>	<b>-</b>	<b>3.166</b>

<b>SC ENERGIA</b>			
Contas a receber	6.115		
Participação. societária permanente	66.633	-	-
Adianto. para futuro aumento de capital	30.008	-	-
Receita de equivalência. patrimonial	-	-	13.755
	<u>102.756</u>	<u>-</u>	<u>13.755</u>
<b>UIRAPURU</b>			
Contas a receber	4.344		
Participação. societária permanente	19.600	-	-
Receita de equivalência. patrimonial	-	-	612
	<u>23.944</u>	<u>-</u>	<u>612</u>
<b>RS ENERGIA</b>			
Participação. societária permanente	61.985	-	-
Receita de equivalência. patrimonial	-	-	(138)
	<u>61.985</u>	<u>-</u>	<u>(138)</u>
<b>ENERGIA SUSTENTÁVEL</b>			
Participação. societária permanente	50.002	-	-
	<u>50.002</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>FUNDAÇÃO ELOS</b>			
Contribuições previdenciárias	-	39.280	-
	<u>-</u>	<u>39.280</u>	<u>-</u>
<b>BRASNORTE</b>			
Participação. societária permanente	39.600	-	-
	<u>39.600</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>AGUAS DA PEDRA</b>			
Participação. societária permanente	61.985	-	-
Adianto. para futuro aumento de capital	-	-	-
Receita de equivalência. patrimonial	-	-	-
	<u>61.985</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>AMAPARI</b>			
Participação. societária permanente	41.423	-	-
Receita de equivalência. patrimonial	-	-	(110)
	<u>41.423</u>	<u>-</u>	<u>(110)</u>
<b>AETE</b>			
Participação. societária permanente	25.201	-	-
Outros	17	-	-
Uso da rede elétrica	-	179	-
Receita de equivalência. patrimonial	-	-	(692)
	<u>27.218</u>	<u>179</u>	<u>(692)</u>

<b>INTESA</b>			
Participação. societária permanente	71.175	-	-
Outros	1.580	-	-
Uso da rede elétrica	-	543	-
Receita de equivalência. patrimonial	-	-	5.774
	<u>72.755</u>	<u>543</u>	<u>5.774</u>
<b>PREVINORTE</b>			
Contribuições previdenciárias	-	3.902	-
	<u>-</u>	<u>3.902</u>	<u>-</u>
<b>NUCLEOS</b>			
Contribuição normal	-	-	(7.308)
Déficit atuarial	-	106.603	-
Despesa atuarial	-	-	(6.707)
	<u>-</u>	<u>106.603</u>	<u>(14.015)</u>
<b>ENERPEIXE</b>			
Partic. Societária Permanente	420.960	-	-
JCP / Dividendos a Receber	10.108	-	-
Contas a Receber	494	-	-
Receita de JCP / Dividendos	-	-	34.108
Receita de Equivalência Patrimonial	-	-	52.267
Receita de uso da rede elétrica	-	-	4.593
	<u>431.562</u>	<u>-</u>	<u>90.968</u>
<b>TRANSLESTE</b>			
Partic. Societária Permanente	13.420	-	-
JCP / Dividendos a Receber	414	-	-
Fornecedores	-	126	-
Receita de JCP / Dividendos	-	-	414
Receita de Equivalência Patrimonial	-	-	1.353
Encargo de uso da rede	-	-	-630
	<u>13.834</u>	<u>126</u>	<u>1137</u>
<b>TRANSUDESTE</b>			
Partic. Societária Permanente	8.500	-	-
JCP / Dividendos a Receber	120	-	-
Fornecedores	-	(78)	-
Contas a Receber	19	-	-
Receita de JCP / Dividendos	-	-	120
Receita de Equivalência Patrimonial	-	-	508
Encargo de uso da rede	-	-	(396)
	<u>8.639</u>	<u>-78</u>	<u>232</u>

<b>TRANSIRAPE</b>			
Partic. Societária Permanente	6.029	-	-
Fornecedores	-	(53)	-
Receita de Equivalência Patrimonial	-	-	248
Encargo de uso da rede	-	-	(275)
	<u>6.029</u>	<u>(53)</u>	<u>(27)</u>
<b>CENTROESTE</b>			
Partic. Societária Permanente	6.514	-	-
	<u>6.514</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>BAGUARI</b>			
Partic. Societária Permanente	61.925	-	-
	<u>61.925</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>RETIRO BAIXO</b>			
Partic. Societária Permanente	67.188	-	-
	<u>67.188</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>SERRA DO FACÃO</b>			
Partic. Societária Permanente	273.713	-	-
	<u>273.713</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>CHAPECÓ</b>			
Partic. Societária Permanente	270.855	-	-
	<u>270.855</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>ENSE</b>			
Partic. Societária Permanente	1.129.104	-	-
JCP / Dividendos a Receber	10.642	-	-
Fornecedores	-	(257)	-
Contas a Receber	513	-	-
Receita de JCP / Dividendos	-	-	34.642
Receita de Equivalência Patrimonial	-	-	54.376
Receita de uso da rede elétrica	-	-	4.593
Encargo de uso da rede	-	-	(1.301)
	<u>1.140.259</u>	<u>(257)</u>	<u>92.310</u>



## REAL GRANDEZA

Contas a Receber	932.667		
Contas a Pagar		(11.825)	
Contribuição Normal		(65.021)	
Contratos Atuariais		(931.046)	
Despesa operacionais			(189.134)
	<u>932.667</u>	<u>(1.007.892)</u>	<u>(189.134)</u>

## NOTA 45 - SEGUROS

Os principais ativos imobilizados em serviço do Sistema ELETROBRÁS estão segurados de acordo com a política de cobertura de ativos, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas, estando as principais especificações abaixo indicadas:

RISCOS	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	Importância Segurada	Prêmio
Nomeados	20.741.014	61.985
Aeronáuticos	18.572	476
Diversos	688.672	7.411
	<u>21.448.258</u>	<u>69.872</u>

Riscos Nomeados - cobertura para perdas e danos materiais decorrentes de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e danos elétricos nas instalações.

Riscos Aeronáuticos - cobertura para prejuízos sofridos, reembolsos de despesas e responsabilidades civis em decorrência de acidentes relacionados a aeronaves.

Riscos Diversos - cobertura para equipamentos móveis, transporte nacional, internacional e outros.

## NOTA 46 - ESTUDOS E PROJETOS

Referem-se, principalmente, aos custos incorridos pela companhia, com estudos de viabilidade e inventário de aproveitamentos de bacias hidrográficas e de linhas de transmissão.

O montante dos gastos incorridos eram tratados como gastos diferidos e apresentados no realizável a longo prazo. Com o advento da Lei 11.638/2007, tais gastos deixaram de reunir as condições necessárias para figurar como ativo da companhia. Dessa forma nos termos previstos no pronunciamento CPC 13, os gastos acumulados até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 292.579 mil foram baixados contra Lucros Acumulados. A partir do exercício de 2008 os gastos com estudos de viabilidade e inventários são reconhecidos no resultado do exercício passando a ser capitalizados a partir da constatação da viabilidade econômica do empreendimento se outorgado a companhia.

## NOTA 47 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

A ELETROBRÁS aderiu às práticas diferenciadas de Governança Corporativa - nível I, da BOVESPA, desde setembro de 2006. Em decorrência, a Companhia, que tem suas ações incluídas no índice IBOVESPA, passou a compor o Índice de Governança Corporativa - IGC.

Em setembro de 2008, a ELETROBRÁS obteve o registro junto à *Securities and Exchange Commission - SEC*, dos Estados Unidos da América. A listagem das ações da ELETROBRÁS na Bolsa de Valores de Nova York - NYSE ocorreu no dia 31 de outubro de 2008.

Atualmente, a ELETROBRÁS possui dois programas de *American Depositary Receipts*, relacionados às ações ordinárias e ações preferenciais da classe “B”.

O registro da Empresa na SEC e a consequente listagem dos programas de ADR na NYSE fazem parte do planejamento estratégico da companhia, que vem sendo trabalhado com o objetivo de melhorar a visibilidade da Companhia junto aos acionistas, analistas e investidores, tanto da área de “*equity*” quanto de “*debt*” e visam a melhora na liquidez e na cotação das suas ações, assim como condições favoráveis nas futuras captações de recursos necessários ao programa de investimentos da Companhia.

A companhia vêm trabalhando no processo de aperfeiçoamento de seus controles internos para aderência à lei norte americana denominada como *Sarbanes-Oxley - SOX*, seção 404 , visando a redução de possibilidades de riscos e fraudes em seus negócios em todos os níveis.

## NOTA 48 - RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2003, a ELETROBRÁS informa que utiliza os serviços de auditoria independente da empresa BDO Trevisan Auditores Independentes, contratada em 1º de agosto de 2005, para execução de serviços de auditoria das Demonstrações Financeiras da controladora e consolidadas do Sistema ELETROBRÁS, devendo ser ressaltado, adicionalmente, que a Companhia não possui com a referida empresa nenhum outro contrato de prestação de serviços que não o referente aos próprios serviços de auditoria das Demonstrações Financeiras.

Os auditores independentes das empresas do Sistema ELETROBRÁS, que, individualmente, também prestam serviços exclusivos de auditoria independente das demonstrações financeiras, são informados abaixo:

CGTEE	Deloitte Touche Tohmatsu
CHESF	RSM Boucinhas, Campos & Conti
ELETRONORTE	BDO Trevisan
ELETRONUCLEAR	HLB Audilink e CIA
ELETROSUL	Horwath Tufani, Reis & Soares
FURNAS	HLB Audilink e CIA
ITAIPU	BDO Trevisan
ELETROPAR	Russell Bedford Brasil
CERON	RSM Boucinhas, Campos & Conti
CEAL	HLB Audilink e CIA
CEPISA	Ferreira e Associados Auditores Independentes
ELETROACRE	HLB Audilink e CIA
MESA	HLB Audilink e CIA
BVENERGIA	HLB Audilink e CIA

A política da Companhia com relação aos seus auditores independentes, fundamenta-se em princípios que preservam a independência dos auditores.

#### **NOTA 49 - ESCLARECIMENTO DE ASSUNTO RELEVANTE**

##### **I – Prestação de garantias – CGTEE**

Para apurar fatos relacionados a pretensas garantias junto ao Banco *KfW Bankengruppe*, concedidas pela controlada CGTEE no montante de EUR 156,700 mil (equivalente a aproximadamente R\$ 507.134 mil), em favor de empresas privadas, a Companhia instaurou sindicância, cujo relatório final foi aprovado pelo Conselho de Administração em 6 de agosto de 2007, contendo as seguintes principais conclusões: (1) as pretensas garantias foram constituídas ao arrepio da legislação brasileira e das normas estatutárias da Companhia, envolvendo, inclusive, fortes indícios de falsificação de documentos e de assinaturas e (2) a Companhia não tem e nunca teve qualquer negócio ou relação contratual com as empresas beneficiadas.

A CGTEE notificou extrajudicialmente o Banco KfW, em 18 de julho de 2007 sobre a inexistência das supostas garantias prestadas em seu nome. Em 10 de setembro de 2007 ajuizou ação declaratória de falsidade documental cumulada com pedido de exibição de documentos em face do Banco KfW.

As supostas garantias dadas a uma das empresas já foram formalmente tornadas sem efeito pelo Banco KfW em novembro de 2007.

Até o encerramento destas Demonstrações Financeiras não ocorreram alterações significativas no andamento do processo. A administração da Companhia não espera incorrer em perdas com relação a esse assunto.

**José Antonio Muniz Lopes**  
*Presidente*

**Astrogildo Fraguglia Quental**  
*Diretor Financeiro e de Relações com Investidores*

**Valter Luiz Cardeal de Souza**  
*Diretor de Engenharia*

**Miguel Colasuonno**  
*Diretor de Administração*

**Flávio Decat de Moura**  
*Diretor de Distribuição*

**Ubirajara Rocha Meira**  
*Diretor de Tecnologia*

**João Vicente Amato Torres**  
*Contador*  
*CRC-RJ-057.991/O-S-DF*

## Glossário

## ANEXO VII

ALBRÁS	Alumínio Brasileiro S.A.
AES BANDEIRANTE	AES Bandeirante Empreendimentos Ltda.
AES ELETROPAULO	AES Eletropaulo Metropolitana de Eletricidade de São Paulo S.A.
AES SUL	AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.
AES TIETÊ	AES Tietê S.A.
AMPLA	Ampla Energia e Serviços S.A.
ANDE	Administración Nacional de Electricidad
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ARTEMIS	Artemis Transmisora de Energia S.A.
BNDESPAR	BNDES Participações S.A.
CAJA	Caja Paraguaya de Judicaciones y Pensiones del Personal de Itaipu Binacional
CATAGUAZES LEOPOLDINA	Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CDSA	Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.
CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá
CEAL	Companhia Energética de Alagoas
CEAM	Companhia Energética do Amazonas
CEB	Companhia Energética de Brasília
CEB Lajeado	CEB Lajeado S.A.
CELB	Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A.
CEEE - D	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica
CEEE - GT	Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
CELG	Centrais Elétricas de Goiás S.A.
CENF	Energisa Nova Friburgo – Distribuidora de Energia S.A.
CELPA	Centrais Elétricas do Pará S.A.
CELPE	Companhia Energética de Pernambuco
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão
CEMAT	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.
CENTROESTE DE MINAS	Companhia de Transmissão Centro-Oeste de Minas
CEPISA	Companhia Energética do Piauí
CERON	Centrais Elétricas de Rondônia S.A.
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CHAPECOENSE	Chapecoense Geração S.A.
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
COELCE	Companhia Energética do Ceará
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CTEEP	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
DUKE	Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.
EATE	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.
EBE	Empresa Bandeirante de Energia S.A.
EDP Lajeado	EDP – Lajeado Energia S.A.
ELEJOR	Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.
ELEKTRO	Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
ELOS	Fundação ELETROSUL de Previdência e Assistência Social
ELETROS	Fundação ELETROBRÁS de Seguridade Social
ELETROACRE	Companhia de Eletricidade do Acre

ELETROCEEE	Fundação CEEE de Seguridade Social
ELETRONET	Eletronet S.A.
EMAE	Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
ENERGIPE	Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S.A.
ENERPEIXE	Enerpeixe S.A.
ENERSUL	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul
EPTE	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.
ETAU	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
ESCELSA	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.
FACHESF	Fundação CHESF de Assistência e Seguridade Social
FGP	Fundo Garantidor das Parcerias Público Privadas
FIBRA	Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social
FND	Fundo Nacional de Desenvolvimento
GUASCOR	Guascor do Brasil Ltda.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
INTESA	Integração Transmissora de Energia S.A.
INVESTCO	Investco S.A.
ITIQUIRA	Itiquira Energética S.A.
LIGHT	Light Serviços de Eletricidade S.A.
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica
NUCLEOS	Nucleos Instituto de Seguridade Social
NUCLEP	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.
PAULISTA LAJEADO	Paulista Lajeado Energia S.A.
PIRATININGA	Companhia Piratininga de Força e Luz
PREVINORTE	Previnorte – Fundação de Previdência Complementar
REAL GRANDEZA	Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social
REDE LAJEADO	Rede Lajeado Energia S.A.
RGE	Rio Grande Energia Elétrica S.A.
RS ENERGIA	Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul
SAELPA	Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A.
SC ENERGIA	Empresa de Transmissão de Energia de Santa Catarina S.A.
STN	Sistema de Transmissão Nordeste S.A.
TANGARÁ	Tangará Energia S.A.
TRACTBEL	Tractbel Energia S.A.
TRANSIRAPÉ	Companhia Transirapé de Transmissão
TRANSLESTE	Companhia Transleste de Transmissão
TRANSUDESTE	Companhia Transudeste de Transmissão
UIRAPURU	Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

---

## DIRETORIA EXECUTIVA

---

**José Antonio Muniz Lopes**  
*Presidente*

**Astrogildo Fraguglia Quental**  
*Diretor Financeiro e de Relações com Investidores*

**Valter Luiz Cardeal de Souza**  
*Diretor de Engenharia*

**Miguel Colasuonno**  
*Diretor de Administração*

**Flávio Decat de Moura**  
*Diretor de Distribuição*

**Ubirajara Rocha Meira**  
*Diretor de Tecnologia*

**João Vicente Amato Torres**  
*Contador*  
*CRC-RJ-057.991/O-S-DF*

---

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

**Márcio Pereira Zimmermann**  
*Presidente*

**José Antonio Muniz Lopes**  
*Conselheiro*

**Wagner Bittencourt de Oliveira**  
*Conselheiro*

**Miriam Aparecida Belchior**  
*Conselheira*

**Luiz Soares Dulci**  
*Conselheiro*

**Victor Branco de Holanda**  
*Conselheiro*

**Arlindo Magno de Oliveira**  
*Conselheiro*

**José Antonio Corrêa Coimbra**  
*Conselheiro*

---

## CONSELHO FISCAL

---

**Edison Freitas de Oliveira**  
*Presidente*

**Hailton Madureira de Almeida**  
*Conselheiro*

**Danilo de Jesus Vieira Furtado**  
*Conselheiro*

**Carlos Cesar Meirelles Vieira**  
*Conselheiro*

**Ana Lúcia de Paiva Lorena Freitas**  
*Conselheira*

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS**  
**BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**  
(em milhares de Reais )

ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007 Reclassificado	2008	2007 Reclassificado
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	10.104.427	5.797.710	13.566.386	8.387.789
Consumidores e revendedores	1.709.569	1.349.259	4.341.459	4.182.324
Financiamentos e empréstimos	2.697.114	3.034.328	1.493.271	1.299.066
Conta de Consumo de Combustível - CCC	573.993	337.276	554.748	365.366
Remuneração dos investimentos	1.212.966	635.357	261.093	152.468
Créditos renegociados	84.371	112.803	619.871	526.275
Ativos fiscais diferidos	1.418.353	1.773.215	2.081.850	2.480.999
Direito de ressarcimento	516.766	179.460	516.766	179.460
Devedores diversos	171.165	290.840	377.879	432.539
Almoxarifado	1.879	2.519	759.963	641.840
Despesas pagas antecipadamente	-	-	76.874	90.767
Outros	87.306	74.023	947.497	681.909
	<u>18.577.909</u>	<u>13.586.790</u>	<u>25.597.657</u>	<u>19.420.802</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Financiamentos e empréstimos	39.537.157	33.488.103	13.467.643	11.941.405
Créditos renegociados	199.646	203.959	2.070.302	1.920.766
Títulos e valores mobiliários	613.374	1.289.672	617.889	1.293.014
Estoque de combustível nuclear	-	-	725.142	657.188
Estudos e projetos	-	292.579	-	312.122
Consumidores e revendedores	-	-	42.024	179.454
Ativos fiscais diferidos	1.348.168	1.351.862	2.786.948	2.526.213
Cauções e depósitos vinculados	-	-	165.138	290.256
Conta de Consumo de Combustível - CCC	572.279	500.512	572.279	500.512
Direito de ressarcimento	4.312.809	590.025	4.312.809	590.025
Outros	73.547	66.426	1.156.724	1.314.571
	<u>46.656.980</u>	<u>37.783.138</u>	<u>25.916.898</u>	<u>21.525.526</u>
Adiantamentos para participação societária	730.281	2.026.483	4.027	4.027
	<u>47.387.261</u>	<u>39.809.621</u>	<u>25.920.924</u>	<u>21.529.553</u>
INVESTIMENTOS	43.682.718	43.062.138	5.896.865	5.193.138
IMOBILIZADO	25.494	28.807	80.262.674	75.262.669
INTANGÍVEL	53.706	55.558	375.811	474.485
DIFERIDO	-	5.891	-	47.261
	<u>43.761.918</u>	<u>43.152.394</u>	<u>86.535.350</u>	<u>80.977.553</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u><u>109.727.088</u></u>	<u><u>96.548.805</u></u>	<u><u>138.053.932</u></u>	<u><u>121.927.908</u></u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, IV-A, V, VI e VII são parte integrante das demonstrações financeiras.



**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS**  
**BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**  
(em milhares de Reais )

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	2008	2007 Reclassificado	2008	2007 Reclassificado
<b>CIRCULANTE</b>				
Financiamentos e empréstimos	192.181	139.430	1.714.611	1.450.815
Empréstimo compulsório	85.205	96.709	85.205	96.709
Fornecedores	1.676.071	1.269.365	2.594.567	2.476.444
Adiantamento de clientes	15.381	202.250	53.159	237.441
Tributos e contribuições sociais	1.363.854	1.092.560	2.075.726	1.955.794
Conta de Consumo de Combustível - CCC	649.341	515.418	670.482	518.522
Remuneração aos acionistas	1.914.222	881.002	1.948.109	902.915
Créditos do Tesouro Nacional	72.236	58.150	72.236	58.150
Obrigações estimadas	67.835	78.274	550.573	468.148
Obrigações de ressarcimento	923.344	444.225	923.344	444.225
Previdência complementar	-	-	502.699	368.950
Provisões para contingências	-	-	1.481.709	1.095.852
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	269.062	367.101
Taxas regulamentares	-	-	708.285	541.968
Outros	78.910	33.648	637.249	941.602
	<u>7.038.580</u>	<u>4.811.031</u>	<u>14.287.016</u>	<u>11.924.636</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Financiamentos e empréstimos	3.965.930	1.576.872	18.297.562	13.029.068
Créditos do Tesouro Nacional	2.854.201	726.989	2.854.201	726.989
Fornecedores	-	-	24.282	16.668
Reserva Global de Reversão - RGR	7.193.770	6.769.011	7.193.770	6.769.011
Empréstimo compulsório	129.866	202.375	129.866	202.375
Tributos e contribuições sociais	943.882	-	2.713.664	1.690.671
Obrigações para desmobilização de ativos	-	-	266.168	451.017
Adiantamento de clientes	-	-	1.018.488	1.056.761
Conta de Consumo de Combustível - CCC	572.279	500.512	1.432.982	1.431.641
Provisões para contingências	1.009.514	1.037.192	1.695.556	1.881.291
Previdência complementar	-	-	1.567.002	1.841.685
Provisão para passivo a descoberto em controladas	353.921	875.777	-	-
Outros	46.784	85.810	722.346	629.851
	<u>17.070.147</u>	<u>11.774.538</u>	<u>37.915.887</u>	<u>29.727.028</u>
<b>PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES</b>	-	-	232.668	313.008
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital social	26.156.567	24.235.829	26.156.567	24.235.829
Reservas de capital	26.048.342	25.907.304	26.048.342	25.907.304
Reservas de reavaliação	196.906	208.109	196.906	208.109
Reservas de lucros	28.900.908	25.800.369	28.900.908	25.800.369
Ajustes acumulados de conversão	28.285	-	28.285	-
	<u>81.331.008</u>	<u>76.151.611</u>	<u>81.331.008</u>	<u>76.151.611</u>
Adiantamentos para futuro aumento de capital	4.287.353	3.811.625	4.287.353	3.811.625
	<u>85.618.361</u>	<u>79.963.236</u>	<u>85.618.361</u>	<u>79.963.236</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<u><u>109.727.088</u></u>	<u><u>96.548.805</u></u>	<u><u>138.053.932</u></u>	<u><u>121.927.908</u></u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, IV-A, V, VI e VII são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETRÔBRAS**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**  
(em milhares de Reais)

	<b>CONSOLIDADO</b>						
	<b>CONTROLADORA</b>		<b>Trimestres</b>				
	2008	2007 Reclassificado	4T/08	até 3T/08	4T/07 Reclassificado	2008	2007 Reclassificado
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>							
Operações com energia elétrica	10.927.053	7.553.751	9.573.586	21.877.178	7.257.804	31.450.764	25.603.572
(-) Encargos setoriais	-	-	(307.947)	(883.726)	(346.697)	(1.191.673)	(1.235.991)
(-) ICMS	-	-	(265.409)	(719.199)	(256.814)	(984.608)	(882.750)
Participações societárias	382.799	1.883.289	48.119	617.414	303.717	665.533	753.292
Receita de incentivos fiscais	-	-	343.251	-	-	343.251	-
Outras receitas	-	-	308.947	139.669	370.517	448.616	496.746
	<u>11.309.852</u>	<u>9.437.040</u>	<u>9.700.547</u>	<u>21.031.336</u>	<u>7.328.527</u>	<u>30.731.883</u>	<u>24.734.869</u>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>							
Pessoal, Material e Serviços	278.453	318.370	1.547.196	3.892.446	1.453.565	5.439.642	4.918.538
Energia comprada para revenda	9.572.208	7.151.995	3.319.965	5.512.349	1.871.289	8.832.314	6.420.631
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	244.107	914.749	197.732	1.158.856	632.826
PASEP e COFINS	160.551	86.947	371.610	1.093.199	368.549	1.464.809	1.124.658
Uso da rede elétrica	-	-	293.442	807.778	237.860	1.101.220	976.647
Remuneração e ressarcimento	-	-	301.968	798.809	655.476	1.100.777	1.095.234
Depreciação e amortização	6.864	7.016	590.371	1.749.533	507.933	2.339.904	2.127.479
Provisões operacionais	303.994	586.483	1.260.170	283.921	92.670	1.544.091	1.105.122
Resultado a compensar de Itaipu	-	-	342.664	493.221	319.968	835.885	694.088
Doações e contribuições	153.650	126.400	85.573	132.340	55.213	217.913	198.990
Outras	150.159	356.712	(137.322)	632.642	793.951	495.320	1.906.767
	<u>10.625.879</u>	<u>8.633.923</u>	<u>8.219.744</u>	<u>16.310.987</u>	<u>6.554.206</u>	<u>24.530.731</u>	<u>21.200.980</u>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<u>683.973</u>	<u>803.117</u>	<u>1.480.803</u>	<u>4.720.349</u>	<u>774.321</u>	<u>6.201.152</u>	<u>3.533.889</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<u>7.797.423</u>	<u>597.903</u>	<u>2.799.238</u>	<u>584.530</u>	<u>1.517.766</u>	<u>3.383.768</u>	<u>(1.208.663)</u>
<b>OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>262.258</u>	<u>(294.516)</u>	<u>-</u>	<u>(32.258)</u>	<u>-</u>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<u>8.481.396</u>	<u>1.401.020</u>	<u>4.542.299</u>	<u>5.010.363</u>	<u>2.292.087</u>	<u>9.552.662</u>	<u>2.325.226</u>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(22.237)</u>	<u>-</u>	<u>(41.309)</u>
<b>RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, DO IMPOSTO DE RENDA, DAS PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES E DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA</b>	<u>8.481.396</u>	<u>1.401.020</u>	<u>4.542.299</u>	<u>5.010.363</u>	<u>2.269.850</u>	<u>9.552.662</u>	<u>2.283.917</u>
Imposto de renda	(1.700.759)	146.976	(930.938)	(1.431.921)	(354.029)	(2.362.859)	(415.322)
Contribuição social sobre o lucro líquido	(621.140)	17.861	(343.017)	(520.639)	(116.618)	(863.656)	(172.612)
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES</b>	<u>6.159.497</u>	<u>1.565.857</u>	<u>3.268.344</u>	<u>3.057.803</u>	<u>1.799.203</u>	<u>6.326.147</u>	<u>1.695.983</u>
Participação nos lucros	(23.000)	(18.000)	(176.817)	-	(159.983)	(176.817)	(159.926)
Participação minoritária	-	-	(53.117)	40.284	(48)	(12.833)	11.800
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<u>6.136.497</u>	<u>1.547.857</u>	<u>3.038.410</u>	<u>3.098.087</u>	<u>1.639.172</u>	<u>6.136.497</u>	<u>1.547.857</u>
<b>LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO</b>	<u>R\$5,42</u>	<u>R\$1,37</u>	<u>R\$2,68</u>	<u>R\$2,74</u>	<u>R\$1,45</u>	<u>R\$5,42</u>	<u>R\$1,37</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, IV-A, V, VI e VII são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS**

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2008	31/12/2007 Reclassificado	31/12/2008	31/12/2007 Reclassificado
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Lucro líquido do exercício	6.136.497	1.547.857	6.136.497	1.547.857
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações				
Depreciação e amortização	6.864	7.016	2.339.904	2.128.575
Variações monetárias líquidas de longo prazo	(4.811.429)	2.536.733	(2.945.187)	3.153.574
Ajuste dos investimentos	(199.702)	(1.455.947)	(162.578)	(306.002)
Ativo Regulatório	(1.409.637)	(287.746)	(1.410.394)	(287.746)
Provisões de longo prazo	535.906	(938.109)	775.543	(942.233)
Ajuste a valor presente	(7.159)	-	(113.672)	-
Participação minoritária no resultado	-	-	176.817	(11.847)
Encargos financeiros incidentes sobre o patrimônio líquido	1.511.749	1.283.075	1.522.506	1.289.037
Resultado a compensar de Itaipu	-	-	107.868	(694.088)
Redução ao valor recuperável de ativos	-	-	770.293	-
Baixas e alienações de ativos	-	-	58.160	46.328
Outras	302.330	416.886	704.836	112.285
Sub total	2.065.419	3.109.765	7.960.593	6.035.740
(Acréscimos) decréscimos nos ativos operacionais				
Consumidores e revendedores	(360.310)	(168.865)	(159.135)	292.647
Financiamentos e empréstimos - principal	251.415	183.695	(170.960)	251.204
Financiamentos e empréstimos - encargos	85.799	2.767.053	(23.244)	(308.907)
Conta de consumo de combustível - CCC	(236.717)	280.454	(189.382)	269.600
Remuneração dos investimentos	(577.609)	(91.626)	(108.624)	21.987
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-
Créditos renegociados	28.432	(5.868)	(93.596)	(174.117)
Créditos tributários	354.862	(559.794)	399.149	(609.681)
Direito de ressarcimento	(337.306)	96.008	(337.306)	(97.802)
Devedores diversos	119.675	(288.562)	54.660	(299.307)
Almoxarifado	640	(92)	(118.123)	(78.664)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	15.697	(38.998)
Outros	(13.286)	(8.391)	(267.394)	(148.573)
	(684.405)	2.204.012	(998.258)	(920.611)
Acréscimos (decréscimos) nos passivos operacionais				
Obrigações de ressarcimento	479.119	250.415	479.119	(388.936)
Financiamentos e empréstimos - principal	39.176	(26.902)	233.671	(598.198)
Financiamentos e empréstimos - encargos	13.575	(3.636)	30.124	55.580
Empréstimo compulsório	(11.504)	(14.397)	(11.504)	(14.397)
Fornecedores	406.706	109.444	118.123	171.208
Adiantamento de clientes	(186.869)	99.863	(184.282)	102.532
Tributos e contribuições sociais	271.294	174.077	119.932	431.050
Conta de Consumo de Combustível - CCC	133.923	(321.460)	151.960	(358.504)
Remuneração aos acionistas (dividendos a pagar)	1.033.220	314.505	1.045.195	311.704
Créditos do Tesouro Nacional	14.086	7.027	14.086	7.027
Obrigações estimadas	(10.439)	70.992	82.426	173.483
Previdência complementar	-	-	133.749	23.027
Provisões para contingências	-	-	385.857	97.841
Taxa regulamentares	-	-	(147.670)	317.470
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	166.317	444.225
Outros	45.263	(239.106)	(254.723)	411.259
	2.227.550	420.822	2.362.380	1.186.371
<b>Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades operacionais</b>	<b>3.608.564</b>	<b>5.734.599</b>	<b>9.324.715</b>	<b>6.301.500</b>

## CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Em milhares de reais)

(CONTINUAÇÃO)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2008	31/12/2007 Reclassificado	31/12/2008	31/12/2007 Reclassificado
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	1.403.383	-	2.002.621	1.503.372
Financiamentos obtidos de longo prazo transferidos para o circulante	(1.305.028)	(772.109)	(2.369.498)	(2.419.250)
Remuneração aos acionistas	(1.715.254)	(703.486)	(1.718.778)	(751.127)
Empréstimos e financiamentos concedidos - liberações	(2.473.197)	(3.413.978)	(740.316)	(1.295.055)
Empréstimos e financiamentos concedidos - recebimento	4.888.858	3.309.303	1.682.382	4.549.316
Transferências do realizável a longo prazo para o circulante	244.690	-	1.118.000	(612.594)
Refinanciamentos obtidos (transf. do passivo circ. para o não circ.)	-	28.010	102.985	64.438
Refinanciamentos concedidos (transf. do circ. para realiz. longo prazo)	(2.493.905)	(1.850.465)	(144.469)	(2.236.442)
Empréstimo compulsório e RGR	950.632	875.571	950.632	875.571
Outros	77.849	16.640	(294.109)	(813.468)
<b>Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades de financiamento</b>	<b>(421.972)</b>	<b>(2.510.514)</b>	<b>589.450</b>	<b>(1.135.239)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Aquisição de ativo imobilizado	(23.656)	(8.013)	(4.243.661)	(3.521.642)
Investimentos	(168.050)	(538.534)	(837.525)	900.294
Dividendos recebidos	1.311.831	-	345.618	-
<b>Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades de investimento</b>	<b>1.120.125</b>	<b>(546.547)</b>	<b>(4.735.568)</b>	<b>(2.621.348)</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.306.717</b>	<b>2.677.538</b>	<b>5.178.597</b>	<b>2.544.913</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.797.710	3.120.172	8.387.789	5.842.876
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	10.104.427	5.797.710	13.566.386	8.387.789
	4.306.717	2.677.538	5.178.597	2.544.913

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, IV-A, V, VI e VII são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007**  
(em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIÇÃO	RESERVAS DE LUCROS					AJUSTES ACUMULADOS DE CONVERSÃO	LUCROS ACUMULADOS	ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS	DIVIDENDOS NÃO DISTRIBUÍDOS	RETENÇÃO DE LUCROS					
Em 31 de dezembro de 2006	R\$ 24.235.829,00	R\$ 25.907.304,00	R\$ 230.538,00	R\$ 1.653.645,00	#####	R\$ 7.421.522,00	R\$ 68.748,00			R\$ 3.407.858,00	R\$ 77.835.788,00	
Encargos financeiros - Decreto 2.673/98						R\$ 879.310,00				R\$ 403.767,00	R\$ 1.283.077,00	
Realização de reservas de reavaliação			R\$ (22.429,00)						R\$ 22.429,00		R\$ -	
Lucro líquido do exercício									#####		R\$ 1.547.857,00	
Destinação do resultado:												
Constituição de reservas				R\$ 77.393,00	R\$ 789.407,00					R\$ (866.800,00)	R\$ -	
Remuneração aos acionistas										R\$ (703.486,00)	R\$ (703.486,00)	
Em 31 de dezembro de 2007	R\$ 24.235.829,00	R\$ 25.907.304,00	R\$ 208.109,00	R\$ 1.731.038,00	#####	R\$ 8.300.832,00	R\$ 68.748,00			R\$ 3.811.625,00	R\$ 79.963.236,00	
Ajustes iniciais decorrentes da Lei nº 11.638/2007												
<b>Controladora</b>												
<b>Empresas avaliadas pelo MEP</b>										R\$ (767.186,00)	R\$ (767.186,00)	
Incorporação de reservas de lucros	R\$ 1.859.401,00				R\$(1.790.653,00)		R\$ (68.748,00)			R\$ 258.654,00	R\$ 258.654,00	
Conversão de Empréstimo Compulsório	R\$ 61.337,00	R\$ 141.038,00									R\$ -	
Ajustes acumulados de conversão								R\$ 28.285,00			R\$ 202.375,00	
Encargos financeiros - Decreto 2.673/98						R\$ 1.036.026,00				R\$ 475.728,00	R\$ 28.285,00	
Realização de reservas de reavaliação			R\$ (11.203,00)						R\$ 11.203,00		R\$ 1.511.754,00	
Lucro líquido do exercício									#####		R\$ -	
Destinação do resultado:												
Constituição de reservas				R\$ 306.824,00	R\$ 3.129.614,00		R\$ 487.476,00			#####	R\$ -	
Remuneração aos acionistas										#####	R\$ (1.715.254,00)	
Em 31 de dezembro de 2008	R\$ 26.156.567,00	R\$ 26.048.342,00	R\$ 196.906,00	R\$ 2.037.862,00	#####	R\$ 9.336.858,00	R\$ 487.476,00	R\$ 28.285,00	R\$ -	R\$ 4.287.353,00	R\$ 85.618.361,00	

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, IV-A, V, VI e VII são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS**  
**INFORMAÇÕES ADICIONAIS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007**  
( em milhares de Reais )

	2008		2007	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>1 - RECEITAS ( DESPESAS )</b>				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	10.766.502	29.760.956	7.553.751	26.100.318
Não operacionais	-	-	-	(41.309)
	<u>10.766.502</u>	<u>29.760.956</u>	<u>7.553.751</u>	<u>26.059.009</u>
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
Materiais, serviços e outros	(361.321)	(5.533.156)	(541.057)	(6.545.100)
Encargos setoriais	-	(1.191.673)	-	(1.235.991)
Energia comprada para revenda	(9.572.208)	(8.832.314)	(7.151.995)	(6.420.631)
Combustível para produção de energia elétrica	-	(1.158.856)	-	(632.826)
	<u>(9.933.529)</u>	<u>(16.715.999)</u>	<u>(7.693.052)</u>	<u>(14.834.548)</u>
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<u>832.973</u>	<u>13.044.957</u>	<u>(139.301)</u>	<u>11.224.461</u>
<b>4 - RETENÇÕES</b>				
Provisões operacionais	(303.994)	(1.544.091)	(586.483)	(1.105.122)
Depreciação, amortização e exaustão	(6.864)	(2.339.904)	(7.016)	(2.127.479)
	<u>(310.858)</u>	<u>(3.883.995)</u>	<u>(593.499)</u>	<u>(3.232.601)</u>
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<u>522.115</u>	<u>9.160.962</u>	<u>(732.800)</u>	<u>7.991.860</u>
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>				
Participações societárias	382.799	665.533	1.883.289	753.292
Receitas financeiras	9.853.101	6.425.431	2.398.932	1.595.159
	<u>10.235.900</u>	<u>7.090.964</u>	<u>4.282.221</u>	<u>2.348.451</u>
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<u>10.758.015</u>	<u>16.251.926</u>	<u>3.549.421</u>	<u>10.340.311</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
<b>PESSOAL</b>				
. Pessoal , encargos e honorários	200.973	3.392.799	248.352	3.003.916
. Participação de empregados nos lucros	23.000	176.817	18.000	159.926
. Plano de aposentadoria e pensão	19.968	277.635	12.073	229.448
	<u>243.941</u>	<u>3.847.251</u>	<u>278.425</u>	<u>3.393.290</u>
<b>TRIBUTOS</b>				
. Impostos, taxas e contribuições	2.321.899	3.226.515	(77.890)	2.595.342
	<u>2.321.899</u>	<u>3.226.515</u>	<u>(77.890)</u>	<u>2.595.342</u>
<b>ENCARGOS FINANCEIROS E ALUGUEIS</b>	<u>2.055.678</u>	<u>3.041.663</u>	<u>1.801.029</u>	<u>2.803.822</u>
<b>ACIONISTAS</b>				
. Dividendos e juros sobre capital próprio	1.715.254	1.715.254	703.486	703.486
. Participação de acionistas não controladores	-	(12.833)	-	11.800
. Lucros retidos	4.421.243	4.434.076	844.371	832.571
	<u>6.136.497</u>	<u>6.136.497</u>	<u>1.547.857</u>	<u>1.547.857</u>
	<u>10.758.015</u>	<u>16.251.926</u>	<u>3.549.421</u>	<u>10.340.311</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, IV-A, V, VI e VII são parte integrante das demonstrações financeiras.



**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS**  
**CONSUMIDORES E REVENDEDORES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**  
 (em milhares de Reais)

	CONTROLADORA					CONSOLIDADO					Longo Prazo	
	Circulante				31/12/2007	Circulante				31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
	31/12/2008	Vencidos até 90 dias		Total		31/12/2008	Vencidos até 90 dias		Total			
A vencer				Total	A vencer			Total	Total			
AES ELETROPAULO	198.574	-	-	198.574	200.238	235.100	-	-	235.100	290.496	-	-
AES SUL	42.083	-	-	42.083	33.336	61.031	-	-	61.031	52.031	-	-
AES TIETÊ	-	-	-	-	-	761	-	-	761	690	-	-
AMPLA	42.836	-	-	42.836	28.399	77.634	-	-	77.634	66.548	-	-
ANDE	-	-	-	-	-	55.251	-	-	55.251	38.779	-	-
EBE	51.608	-	-	51.608	65.661	69.843	-	-	69.843	90.474	-	-
CEA	-	-	-	-	-	11.501	26.873	527.909	566.283	423.275	-	-
CEB	21.149	-	-	21.149	13.169	34.251	-	12.802	47.053	41.205	-	-
CEEE-D	55.052	-	-	55.052	29.507	83.252	-	-	83.252	43.993	-	-
CEEE-GT	-	-	-	-	-	250	-	-	250	3.432	-	-
CELESC	88.739	-	-	88.739	50.824	102.242	-	-	102.242	59.016	-	-
CELG	-	41.652	410.722	452.374	153.575	33.858	41.652	410.722	486.232	187.784	-	-
CELPA	-	-	-	-	-	43.305	-	-	43.305	38.513	-	-
CELPE	-	-	-	-	-	47.808	-	-	47.808	47.465	-	-
CEMAR	-	-	-	-	-	30.259	-	-	30.259	24.511	-	-
CEMIG	168.761	-	-	168.761	196.914	238.590	-	-	238.590	279.535	-	-
CESP	-	-	-	-	-	2.500	-	-	2.500	2.267	-	-
COELCE	-	-	-	-	-	30.367	-	-	30.367	30.794	-	-
COELBA	-	-	-	-	-	64.146	-	-	64.146	65.096	-	-
COPEL	100.040	-	-	100.040	74.090	180.742	-	-	180.742	160.921	-	-
CPFL	109.835	-	-	109.835	91.718	130.982	-	-	130.982	118.581	-	-
ELEKTRO	58.388	-	-	58.388	49.982	105.961	-	-	105.961	99.840	-	-
ENERSUL	16.359	-	-	16.359	11.738	29.371	-	-	29.371	18.473	-	-
ESCELSA	31.374	-	-	31.374	28.834	47.895	-	-	47.895	49.075	-	-
LIGHT	107.251	-	-	107.251	134.829	172.966	-	-	172.966	218.111	-	-
PIRATININGA	57.097	-	-	57.097	62.310	58.932	-	-	58.932	1.208	-	-
RGE	37.616	-	-	37.616	24.304	43.675	-	-	43.675	30.373	-	-
Comercialização CCEE	-	-	-	-	-	307.564	-	1.082	308.646	383.448	-	-
Ativo Regulatório	-	-	-	-	-	86.879	-	12	86.891	448.361	10.986	78.341
Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	339.129	4.374	20.969	364.472	134.620	-	-
PROINFA	11.323	5.212	22.995	39.530	89.010	11.323	5.212	22.995	39.530	89.010	-	-
Consumidores	-	-	-	-	-	368.883	229.139	468.921	1.066.943	1.065.169	-	-
Poder público	-	-	-	-	-	23.214	24.156	201.539	248.909	396.657	-	-
Outros	30.903	-	-	30.903	10.821	577.414	24.924	153.035	755.373	862.306	36.269	170.736
(-) PCLD	-	-	-	-	-	(366.828)	(26.873)	(1.148.035)	(1.541.736)	(1.679.733)	(5.231)	(69.623)
	<u>1.228.988</u>	<u>46.864</u>	<u>433.717</u>	<u>1.709.569</u>	<u>1.349.259</u>	<u>3.340.051</u>	<u>329.457</u>	<u>671.951</u>	<u>4.341.459</u>	<u>4.182.324</u>	<u>42.024</u>	<u>179.454</u>





**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETOBRÁS**  
**FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**  
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA								CONSOLIDADO							
	31/12/2008				31/12/2007				31/12/2008				31/12/2007			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
<b>CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO</b>																
FURNAS	10,00%	8.082	78.073	1.091.846	8,86%	4.779	460.606	530.877	-	-	-	-	-	-	-	-
CHESF	11,47%	31.575	440.873	2.988.359	10,74%	43.047	420.273	3.747.908	-	-	-	-	-	-	-	-
ELETROSUL	7,56%	1.168	77.274	513.719	7,54%	261	2.676	183.629	-	-	-	-	-	-	-	-
ELETRONORTE	13,57%	15.500	231.349	7.342.566	12,83%	117.582	247.051	5.649.475	-	-	-	-	-	-	-	-
CEAM	-	-	-	-	5,75%	443	62.090	541.765	-	-	-	-	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	12,69%	2.176	64.870	2.835.655	12,26%	6.023	179.138	2.263.506	-	-	-	-	-	-	-	-
CGTEE	6,39%	816	-	574.138	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MANAUS	10,49%	-	140.254	589.101	11,11%	89	72.935	604.498	-	-	-	-	-	-	-	-
CEAL	12,57%	3.435	39.874	303.656	7,17%	2.784	54.234	227.165	-	-	-	-	-	-	-	-
CERON	11,43%	1.472	53.617	396.735	4,94%	1.264	21.773	354.518	-	-	-	-	-	-	-	-
CEPISA	12,03%	984	84.663	348.331	4,73%	406	65.258	278.848	-	-	-	-	-	-	-	-
ELETOACRE	11,02%	351	9.557	30.161	2,89%	-	7.499	35.680	-	-	-	-	-	-	-	-
ITAIPU	7,07%	-	60.944	18.355.581	7,07%	-	46.191	14.624.980	-	-	30.472	9.177.791	-	-	23.096	7.312.490
		<u>65.559</u>	<u>1.281.348</u>	<u>35.369.848</u>		<u>176.678</u>	<u>1.639.724</u>	<u>29.042.849</u>			<u>30.472</u>	<u>9.177.791</u>			<u>23.096</u>	<u>7.312.490</u>
<b>OUTRAS</b>																
CEMIG	6,76%	2.457	63.022	403.565	6,76%	2.353	58.020	355.958	6,76%	2.457	63.022	403.565	6,76%	2.353	58.020	284.790
COPEL	10,21%	429	4.548	67.142	8,33%	2.130	35.855	271.965	8,39%	429	4.548	67.142	8,39%	5.062	183.766	1.104.299
CEEE	9,33%	172	66.693	30.085	9,33%	1.174	90.383	54.436	9,33%	172	66.693	30.085	9,33%	1.174	90.383	54.436
DUKE	10,00%	2.375	168.691	439.233	10,00%	3.966	144.026	865.083	10,00%	2.375	168.691	439.233	10,00%	3.966	144.026	865.083
AES TIETÊ	10,00%	4.819	224.659	982.694	10,00%	5.062	183.766	1.104.299	10,00%	4.819	224.659	982.694	10,00%	5.062	183.766	1.104.299
AES ELETROPAULO	10,01%	274.406	117.931	-	10,01%	262.048	120.904	8.917	9,30%	274.406	117.931	-	9,85%	262.048	120.904	8.917
TRACTBEL	12,00%	707	29.611	41.114	12,00%	1.005	31.909	68.559	12,00%	707	29.611	41.114	12,00%	1.005	31.909	68.559
CELPE	6,00%	867	17.173	77.957	6,04%	679	16.295	82.851	4,44%	867	17.173	77.957	6,02%	679	16.295	82.851
CEMAR	5,09%	1.154	26.352	317.532	7,97%	924	8.157	284.790	6,07%	1.154	26.352	317.532	6,07%	924	8.157	284.790
CESP	9,36%	1.165	28.121	235.273	9,44%	1.185	24.106	245.098	9,33%	1.165	28.121	235.273	9,32%	1.185	24.106	245.098
OUTRAS	-	100.658	331.872	1.572.714	-	63.927	240.682	1.103.298	-	101.821	443.301	1.695.257	-	64.233	147.577	525.793
(-) PCLD	-	(58.221)	(59.454)	-	-	(38.785)	(41.845)	-	-	(58.221)	(59.454)	-	-	(38.785)	(41.845)	-
		<u>330.988</u>	<u>1.019.219</u>	<u>4.167.309</u>		<u>305.668</u>	<u>912.258</u>	<u>4.445.254</u>		<u>332.151</u>	<u>1.130.648</u>	<u>4.289.852</u>		<u>308.906</u>	<u>967.064</u>	<u>4.628.915</u>
<b>TOTAL</b>		<u>396.547</u>	<u>2.300.567</u>	<u>39.537.157</u>		<u>482.346</u>	<u>2.551.982</u>	<u>33.488.103</u>		<u>332.151</u>	<u>1.161.120</u>	<u>13.467.643</u>		<u>308.906</u>	<u>990.160</u>	<u>11.941.405</u>

A parcela de longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e setoriais, inclusive os repasses, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2010	2011	2012	2013	2014	Após 2014	TOTAL
CONTROLADORA	2.976.960	2.781.021	2.595.367	2.501.559	2.434.402	26.247.848	39.537.157
CONSOLIDADO	1.014.050	947.306	884.067	852.112	829.237	8.940.871	13.467.643







**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS**  
**INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008**  
(em milhares de Reais)

DADOS DAS EMPRESAS	31/12/2008									31/12/2007	
	FURNAS	CHESF	ELETROSUL	ELETRONORTE	ELETRONUCLEAR	ELETROPAR	CGTEE	MANAUS	ITAIPU (a)	TOTAL	TOTAL
Capital social	6.000.000	4.196.306	1.245.042	4.177.205	3.296.032	55.769	868.721	2.381.558	233.700	-	-
AFAC	31.154	294.396	94.576	-	-	62.285	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	13.681.453	12.773.150	2.354.149	6.188.665	4.319.737	118.587	350.006	753.971	233.700	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	454.518	1.437.291	268.250	(2.424.558)	(282.070)	10.664	(292.202)	198.845	-	-	-
<b>PARTICIPAÇÃO DA ELETROBRÁS</b>											
Quantidade de ações - lote de mil											
Ordinárias	50.618.949	40.478	42.582.421	68.736.323	9.611.945	8.480.196	1.126.273	1.750.588	-	-	-
Preferenciais	14.088.233	1.002	-	-	2.687.056	-	-	-	-	-	-
Participação em %											
Subscrito e integralizado	99,54	99,45	99,71	98,66	99,80	81,61	99,94	100,00	50,00	-	-
Votante	99,82	100,00	99,71	98,66	99,92	81,61	99,94	100,00	50,00	-	-
<b>MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS:</b>											
Saldos no início do período	13.325.437	11.507.964	2.103.058	6.798.763	4.446.849	45.181	641.823	387.076	88.565	39.344.716	38.672.726
Transferência de controle acionário	-	-	-	-	-	-	-	168.050	-	168.050	-
Equivalência patrimonial - resultado do exercício	454.296	1.429.386	267.472	(2.021.630)	(281.535)	9.035	(292.026)	198.845	-	(236.157)	1.149.525
Dividendos	(251.607)	(541.878)	(135.713)	-	(28.749)	(8.268)	-	-	-	(966.215)	(477.535)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	28.285	28.285	-
Ajustes da Lei 11.638/07	59.472	14.649	18.203	(4.128)	174.965	-	-	-	-	263.161	-
Conversão de AFAC em Capital Social	-	-	-	1.333.970	-	-	-	-	-	1.333.970	-
Saldos no final do exercício	13.587.598	12.410.121	2.253.020	6.106.975	4.311.530	45.948	349.797	753.971	116.850	39.935.810	39.344.716

(a) A participação da ELETROBRÁS, de acordo com o Decreto-Lei 72.707/73, é fixa e equivale a US\$ 50,000 mil.

Os exames das Demonstrações Contábeis das empresas FURNAS, ELETROSUL, CHESF, ELETRONUCLEAR, ELETROPAR, CGTEE e MANAUS foram realizados por outros auditores independentes.





## CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS



	CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS													
	ATIVO IMOBILIZADO (em milhares de Reais)													
	CONTROLADORA 31/12/2008	CONTROLADAS 31/12/2008												
	ELETROBRÁS	FURNAS	CHESF	ELETRONORTE	ELETRONUCLEAR	ELETROSUL	ITAIPU	CGTEE	MANAUS	CEAL	CERON	CEPISA	ELETOACRE	ELETROPAR
<b>Geração</b>														
Em serviço	-	8.865.499	17.319.003	17.474.335	6.048.244	-	18.944.955	197.752	2.026.384	-	47.318	-	-	-
Depreciação acumulada	-	(3.064.423)	(6.940.820)	(7.254.557)	(2.042.099)	-	-	-	(1.004.830)	-	(32.139)	-	-	-
	-	5.801.076	10.378.183	10.219.778	4.006.145	-	18.944.955	197.752	1.021.554	-	15.179	-	-	-
Em curso	-	1.474.035	195.185	482.753	2.561.143	289.774	270.616	726.860	147.757	-	1.545	-	-	-
	-	7.275.111	10.573.368	10.702.531	6.567.288	289.774	19.215.571	924.612	1.169.311	-	16.724	-	-	-
<b>Transmissão</b>														
Em serviço	13.269	12.418.450	7.479.588	6.220.484	-	3.232.630	1.439.025	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação acumulada	(740)	(6.336.871)	(3.321.142)	(2.897.953)	-	(1.355.168)	-	-	-	-	-	-	-	-
	12.529	6.081.579	4.158.446	3.322.531	-	1.877.462	1.439.025	-	-	-	-	-	-	-
Em curso	-	1.263.346	1.015.348	507.751	-	149.560	-	-	-	-	-	-	-	-
	12.529	7.344.925	5.173.794	3.830.282	-	2.027.022	1.439.025	-	-	-	-	-	-	-
<b>Distribuição</b>														
Em serviço	-	1.416	-	227.885	-	-	-	-	1.105.448	673.588	480.320	363.518	257.754	-
Depreciação acumulada	-	(549)	-	(62.600)	-	-	-	-	(527.136)	(252.788)	(212.092)	(172.817)	(65.738)	-
	-	867	-	165.285	-	-	-	-	578.312	420.800	268.228	190.701	192.016	-
Em curso	-	79	-	99.333	-	-	-	-	245.443	88.585	95.904	116.078	53.911	-
	-	946	-	264.618	-	-	-	-	823.755	509.385	364.132	306.779	245.927	-
<b>Administração</b>														
Em serviço	41.777	200.171	1.030.983	55.006	14.754	33.175	1.001.391	-	286.948	14.311	33.626	-	15.059	187
Depreciação acumulada	(28.812)	(87.704)	(486.686)	(24.480)	(6.851)	(9.947)	-	-	(187.542)	(8.583)	(14.144)	-	(9.825)	(140)
	12.965	112.467	544.297	30.526	7.903	23.228	1.001.391	-	99.406	5.728	19.482	-	5.234	47
Em curso	-	24.016	79.326	162.735	411	-	402.292	-	1.317	399	96	-	1.248	-
	12.965	136.483	623.623	193.261	8.314	23.228	1.403.683	-	100.723	6.127	19.578	-	6.482	47
	<b>25.494</b>	<b>14.757.465</b>	<b>16.370.785</b>	<b>14.990.692</b>	<b>6.575.602</b>	<b>2.340.024</b>	<b>22.058.279</b>	<b>924.612</b>	<b>2.093.789</b>	<b>515.512</b>	<b>400.434</b>	<b>306.779</b>	<b>252.409</b>	<b>47</b>
<b>Obrigações Vinc. a Concessão</b>														
(-) Amortizações e reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(418)	-	-	-	-
(-) Contribuições de consumidores	-	-	(3.344)	(318)	-	-	-	-	(24.375)	(19.258)	(12.111)	-	(3.266)	-
(-) Participação da União Federal	-	-	(108.052)	(230.256)	(2.056)	-	-	-	(53.747)	(150.895)	(24.240)	-	(146.828)	-
(-) Doações e subvenções p/ investimentos	-	-	(43.865)	-	-	(6.815)	-	-	(197.751)	(36.143)	(4.502)	-	-	-
(-) Outras	-	(112.540)	(606)	(38.632)	(189)	-	-	-	-	(5.296)	(114.999)	-	(8.747)	-
	-	(112.540)	(155.867)	(269.206)	(2.245)	(6.815)	-	-	(275.873)	(212.010)	(155.852)	-	(158.841)	-
<b>TOTAL</b>	<b>25.494</b>	<b>14.644.925</b>	<b>16.214.918</b>	<b>14.721.486</b>	<b>6.573.357</b>	<b>2.333.209</b>	<b>22.058.279</b>	<b>924.612</b>	<b>1.817.916</b>	<b>303.502</b>	<b>244.582</b>	<b>306.779</b>	<b>93.568</b>	<b>47</b>
<b>Taxa anual média de depreciação (%)</b>														
Geração	0,00%	2,20%	2,41%	2,56%	3,30%	0,00%	0,00%	6,12%	2,02%	0,00%	2,98%	0,00%	0,00%	-
Transmissão	0,00%	3,00%	2,98%	2,76%	0,00%	3,19%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-
Distribuição / Comercialização	0,00%	5,70%	0,00%	3,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,06%	6,44%	4,21%	5,40%	4,09%	-
Administração	7,95%	9,30%	7,18%	15,00%	10,00%	7,51%	0,00%	12,50%	1,57%	4,19%	9,25%	5,60%	5,29%	-

LISTED  
NYSE

**CONSOLIDADO****31/12/2008****TOTAL**

70.923.490
<u>(20.338.868)</u>
50.584.622
<u>6.149.668</u>
<u>56.734.290</u>
30.803.446
<u>(13.911.874)</u>
16.891.572
<u>2.936.005</u>
<u>19.827.577</u>
3.109.929
<u>(1.293.720)</u>
1.816.209
<u>699.333</u>
<u>2.515.542</u>
2.727.388
<u>(864.714)</u>
1.862.674
<u>671.840</u>
<u>2.534.514</u>
<b><u>81.611.923</u></b>
(418)
(62.672)
(716.074)
(289.076)
<u>(281.009)</u>
<b><u>(1.349.249)</u></b>
<b><u>80.262.674</u></b>



## CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETRÓBRÁS


**ATIVO IMOBILIZADO**  
 (em milhares de Reais)

CONTROLADORA	CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO												CONSOLIDADO		
	31/12/2007														
31/12/2007	31/12/2007												31/12/2007		
ELETRÓBRÁS	FURNAS	CHESF	ELETRONORTE	ELETRONUCLEAR	ELETROSUL	CGTEE	ITAIPI	CEAL	CERON	CEPISA	ELETROACRE	CEAM	ELETROPAR	TOTAL	
<b>Geração</b>															
Em serviço	-	7.657.039	17.143.404	19.762.511	6.036.619	-	1.880.963	15.132.699	-	47.364	-	235.983	-	67.896.582	
Depreciação acumulada	-	(2.879.918)	(6.593.464)	(7.698.655)	(1.860.924)	-	(1.576.832)	-	-	(30.746)	-	(92.801)	-	(20.733.340)	
Em curso	-	4.777.121	10.549.940	12.063.856	4.175.695	-	304.131	15.132.699	-	16.618	-	143.182	-	47.163.242	
	-	1.973.816	169.207	580.437	2.294.264	-	176.578	207.234	-	1.545	-	59.617	-	5.556.466	
	-	6.750.937	10.719.147	12.644.293	6.469.959	-	480.709	15.339.933	-	18.163	-	202.799	-	52.719.708	
<b>Transmissão</b>															
Em serviço	-	12.180.452	6.936.848	5.990.161	-	2.914.876	-	1.090.279	-	-	-	-	-	29.112.616	
Depreciação acumulada	-	(5.981.580)	(3.135.709)	(2.716.878)	-	(1.279.948)	-	-	-	-	-	-	-	(13.114.115)	
Em curso	-	6.198.872	3.801.139	3.273.283	-	1.634.928	-	1.090.279	-	-	-	-	-	15.998.501	
	-	1.252.690	1.175.238	567.970	-	280.638	-	-	-	-	-	-	-	3.276.536	
	-	7.451.562	4.976.377	3.841.253	-	1.915.566	-	1.090.279	-	-	-	-	-	19.275.037	
<b>Distribuição/Comercialização</b>															
Em serviço	-	1.480	-	1.054.108	-	-	-	599.731	439.922	530.560	213.877	125.352	-	2.965.030	
Depreciação acumulada	-	(502)	-	(478.420)	-	-	-	(226.590)	(193.724)	(270.146)	(55.457)	(64.952)	-	(1.289.791)	
Em curso	-	978	-	575.688	-	-	-	373.141	246.198	260.414	158.420	60.400	-	1.675.239	
	-	39	-	291.518	-	-	-	79.545	58.907	157.361	42.905	89.820	-	720.095	
	-	1.017	-	867.206	-	-	-	452.686	305.105	417.775	201.325	150.220	-	2.395.334	
<b>Administração</b>															
Em serviço	53.704	195.521	895.235	319.186	13.137	44.586	8.418	746.544	14.005	33.493	12.925	16.759	14.555	171	2.368.239
Depreciação acumulada	(24.897)	(83.559)	(441.070)	(185.563)	(7.255)	(12.171)	(2.793)	-	(7.698)	(12.705)	(9.455)	(10.314)	(9.723)	(129)	(807.322)
Em curso	-	111.962	454.165	133.623	5.882	32.415	5.625	746.544	6.317	20.788	3.470	6.445	4.832	42	1.560.917
	-	20.535	131.056	72.177	4.170	1.986	-	390.305	1.493	165	9	1.240	453	-	623.589
	28.807	132.497	585.221	205.800	10.052	34.401	5.625	1.136.849	7.810	20.953	3.479	7.685	5.285	42	2.184.506
	<b>28.807</b>	<b>14.336.013</b>	<b>16.280.745</b>	<b>17.558.552</b>	<b>6.480.011</b>	<b>2.043.735</b>	<b>486.334</b>	<b>17.567.061</b>	<b>460.496</b>	<b>344.221</b>	<b>421.254</b>	<b>209.010</b>	<b>358.304</b>	<b>42</b>	<b>76.574.585</b>
<b>Obrigações Vinc. a Concessão</b>															
(-) Amortizações e reversões	-	(81.998)	-	-	-	-	-	-	(418)	-	-	-	-	(82.416)	
(-) Contribuições de consumidores	-	-	(3.344)	(24.482)	-	-	-	-	(10.859)	(10.050)	-	(544)	-	(49.279)	
(-) Participação da União Federal	-	(28.539)	(108.052)	(266.480)	(3.617)	-	-	-	(24.240)	(3.604)	-	(10.636)	-	(445.168)	
(-) Doações e subvenções p/ investimentos	-	(2.003)	(43.865)	(18.260)	(204)	(6.815)	-	(171.502)	(4.489)	(117.091)	-	(121.938)	-	(486.167)	
(-) Outras	-	-	(380)	(36.072)	-	-	-	-	(90.438)	(2.210)	(119.786)	-	-	(248.886)	
	-	(112.540)	(155.641)	(345.294)	(3.821)	(6.815)	-	(171.920)	(130.026)	(132.955)	(119.786)	(133.118)	-	(1.311.916)	
<b>TOTAL</b>	<b>28.807</b>	<b>14.223.473</b>	<b>16.125.104</b>	<b>17.213.258</b>	<b>6.476.190</b>	<b>2.036.920</b>	<b>486.334</b>	<b>17.567.061</b>	<b>288.576</b>	<b>214.195</b>	<b>288.299</b>	<b>89.224</b>	<b>225.186</b>	<b>42</b>	<b>75.262.669</b>
<b>Taxa anual média de depreciação (%)</b>															
Geração	0,00%	2,20%	2,41%	2,56%	3,30%	0,00%	6,12%	0,00%	0,00%	3,17%	0,00%	0,00%	2,61%	0,00%	
Transmissão	0,00%	3,00%	2,97%	2,76%	0,00%	3,19%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
Distribuição / Comercialização	0,00%	5,70%	0,00%	3,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,07%	4,31%	5,40%	4,09%	1,77%	0,00%	
Administração	7,95%	9,30%	6,57%	15,00%	10,00%	7,51%	12,50%	0,00%	4,94%	9,64%	5,60%	5,29%	1,64%	0,00%	



**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS**  
**FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**  
 (em milhares de Reais)

	CONTROLADORA								CONSOLIDADO							
	31/12/2008				31/12/2007				31/12/2008				31/12/2007			
	ENCARGOS		PRINCIPAL		ENCARGOS		PRINCIPAL		ENCARGOS		PRINCIPAL		ENCARGOS		PRINCIPAL	
	CIRCULANTE	NÃO	CIRCULANTE	NÃO	CIRCULANTE	NÃO	CIRCULANTE	NÃO	CIRCULANTE	NÃO	CIRCULANTE	NÃO	CIRCULANTE	NÃO	CIRCULANTE	NÃO
TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	CIRCULANTE	
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>																
<b>Instituições Financeiras</b>																
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	5,32%	5.489	43.482	369.600	5,62%	4.578	32.957	313.091	5,32%	5.489	43.482	369.600	5,62%	4.578	32.957	313.091
Corporación Andino de Fomento - CAF	4,76%	10.340	-	1.635.900	8,06%	1.934	6.959	184.089	4,76%	10.340	-	1.635.900	8,06%	1.934	6.959	184.089
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	5,73%	202	31.349	95.514	5,73%	199	24.773	100.540	5,73%	376	59.698	95.514	5,73%	479	47.610	123.378
AMFORP & BEPCO	6,50%	-	128	-	6,50%	-	296	303	6,50%	-	128	-	6,50%	-	296	303
Dresdner Bank	6,25%	259	31.349	95.513	6,25%	266	24.772	100.539	6,25%	331	45.110	95.513	6,25%	382	35.859	111.625
Eximbank	2,15%	2.544	56.822	482.981	2,15%	1.721	34.767	330.291	2,15%	2.544	56.823	482.981	2,15%	1.721	34.767	330.291
Outras		2.510	2.359	585.322	6,40%	366	1.790	16.629		3.466	19.246	502.328		558	14.858	34.699
		21.344	165.490	3.264.830		9.064	126.314	1.045.482		22.546	224.487	3.181.836		9.652	173.306	1.097.476
<b>Bônus</b>																
Bônus - Dresdner Bank	7,75%	5.347	-	701.100	7,75%	4.052	-	531.390	7,75%	5.347	-	701.100	7,75%	4.052	-	531.390
		5.347	-	701.100		4.052	-	531.390		5.347	-	701.100		4.052	-	531.390
<b>Outros</b>																
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-		-	-	-		5.698	941.908	11.655.965		6.202	667.338	9.179.553
		-	-	-		-	-	-		5.698	941.908	11.655.965		6.202	667.338	9.179.553
		26.691	165.490	3.965.930		13.116	126.314	1.576.872		33.591	1.166.395	15.538.901		19.906	840.644	10.808.419
<b>MOEDA NACIONAL</b>																
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios		-	-	-		-	-	-			224.977	86.930			306.419	277.296
Outros		-	-	-		-	-	-		52.114	237.534	2.671.731		35.674	248.172	1.943.353
		-	-	-		-	-	-		52.114	462.511	2.758.661		35.674	554.591	2.220.649
		26.691	165.490	3.965.930		13.116	126.314	1.576.872		85.705	1.628.906	18.297.562		55.580	1.395.235	13.029.068

a) As dívidas são garantidas pela União e/ou pela ELETROBRÁS.

b) O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos, corresponde na controladora a R\$ 4.158.112 mil, equivalente a US\$ 1.779,252 mil e no consolidado a R\$ 16.738.887 mil, equivalente a US\$ 7,162,553 mil. A distribuição percentual por tipo de moeda é a seguinte:

	US\$	EURO	YEN
<b>CONTROLADORA</b>	81%	6%	13%
<b>CONSOLIDADO</b>	93%	5%	2%

c) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2008, foi de 6,40%a.a. e 2007, foi de 7,03 %a.a.

d) A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos expressa em milhares de Dólares Norte-Americanos, tem seu vencimento assim programado:

	2010	2011	2012	2013	2014	Após 2014	TOTAL
<b>CONTROLADORA</b>	120.731	120.731	193.841	240.325	240.327	781.063	1.697.018
<b>CONSOLIDADO</b>	657.827	514.798	648.203	646.627	618.488	4.743.566	7.829.509



**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. ELETROBRÁS**  
**RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS CONTROLADAS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(em milhares de Reais)

**BALANÇO PATRIMONIAL**

	2008								2007							
	ATIVO				PASSIVO				ATIVO				PASSIVO			
	Circulante	Imobilizado, Intangível e investimentos	Outros	TOTAL	Circulante	Imobilizado, Intangível e investimentos	Outros	TOTAL	Circulante	Imobilizado, Intangível e investimentos	Outros	TOTAL	Circulante	Imobilizado, Intangível e investimentos	Outros	TOTAL
FURNAS	2.242.891	2.048.138	15.998.268	20.289.297	2.461.587	4.146.167	13.681.543	20.289.297	2.026.416	2.354.090	15.184.024	19.564.530	2.773.971	3.358.851	13.431.708	19.564.530
CHESF	2.050.322	212.570	16.497.310	18.760.202	1.924.551	4.062.501	12.773.150	18.760.202	1.789.042	257.662	16.421.300	18.468.004	1.704.403	4.897.597	11.866.004	18.468.004
ELETROSUL	753.020	958.947	2.334.767	4.046.734	637.861	1.054.724	2.354.149	4.046.734	488.855	632.005	2.280.372	3.401.232	420.269	777.212	2.203.751	3.401.232
ELETRONORTE	2.237.348	570.308	15.071.074	17.878.730	2.103.273	9.586.792	6.188.665	17.878.730	2.143.497	1.093.996	17.488.676	20.726.169	2.513.896	9.594.867	8.617.406	20.726.169
MANAUS	703.626	1.204.797	1.832.093	3.740.516	935.639	2.050.907	753.970	3.740.516	273.970	603.077	1.576.054	2.453.101	652.425	1.245.551	555.125	2.453.101
BOA VISTA	61.418	50.524	129.169	241.111	132.961	46.958	61.192	241.111	53.909	46.993	85.105	186.007	43.023	45.154	97.830	186.007
ELETRONUCLEAR	863.099	891.998	6.602.538	8.357.635	429.997	3.607.901	4.319.737	8.357.635	751.170	793.831	6.486.309	8.031.310	548.126	3.027.607	4.455.577	8.031.310
CGTEE	111.518	10.876	928.849	1.051.243	123.597	577.640	350.006	1.051.243	184.785	11.213	527.777	723.775	74.988	6.579	642.208	723.775
ELETROPAR	107.033	1	93.696	200.730	82.142	1	118.587	200.730	97.209	1	93.691	190.901	72.846	1	118.054	190.901
ITAIPU	2.226.006	3.843.996	40.811.662	46.881.664	3.474.740	43.173.224	233.700	46.881.664	1.530.658	4.437.118	31.047.697	37.015.473	2.378.875	34.459.468	177.130	37.015.473

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

	2008								2007							
	Receita Oper. Líquida	Despesa Operacional	Resultado do Serviço	Outros Resultados	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I.Renda e Cont. Social	Resultado do Exercício	Receita Oper. Líquida	Despesa Operacional	Resultado do Serviço	Outros Resultados	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I.Renda e Cont. Social	Resultado do Exercício
FURNAS	5.771.647	(4.858.236)	913.411	(9.851)	(318.399)	585.161	(130.643)	454.518	5.105.173	(5.140.796)	(35.623)	(66.893)	1.055.733	953.217	(276.693)	676.524
CHESF	4.826.300	(2.610.935)	2.215.365	(108.419)	(464.979)	1.641.967	(204.676)	1.437.291	3.980.753	(2.452.170)	1.528.583	(60.132)	(486.608)	981.843	(329.213)	652.630
ELETROSUL	638.958	(328.689)	310.269	(14.701)	103.626	399.194	(130.874)	268.320	549.145	(318.943)	230.202	(35.866)	101.744	296.080	(99.140)	196.940
ELETRONORTE	3.854.497	(3.663.420)	191.077	(1.120.506)	(1.495.129)	(2.424.558)	-	(2.424.558)	4.624.070	(4.426.515)	197.555	(7.466)	(688.650)	(498.561)	(43.754)	(542.315)
MANAUS	991.488	(596.472)	395.016	(28.207)	(162.558)	204.251	(5.406)	198.845	810.290	(1.338.514)	(528.224)	267	(73.749)	(601.706)	-	(601.706)
BOA VISTA	113.244	(156.612)	(43.368)	(1.278)	8.008	(36.638)	-	(36.638)	109.435	(127.098)	(17.663)	183	9.371	(8.109)	-	(8.109)
ELETRONUCLEAR	1.471.755	(1.085.042)	386.713	(330)	(589.158)	(202.775)	(79.295)	(282.070)	1.271.697	(1.092.041)	179.656	(7.494)	(53.282)	118.880	(1.212)	117.668
CGTEE	176.206	(378.454)	(202.248)	(92.190)	2.236	(292.202)	-	(292.202)	131.122	(219.864)	(88.742)	235	19.358	(69.149)	-	(69.149)
ELETROPAR	14.122	(3.818)	10.304	(12)	428	10.720	(56)	10.664	19.089	(3.475)	15.614	-	609	16.223	(126)	16.097
ITAIPU	8.001.428	(3.077.817)	4.923.610	1.770	(2.864.458)	2.060.922	-	2.060.922	5.967.576	(2.312.945)	3.654.631	(2.171)	(2.330.870)	1.321.591	-	1.321.591

Equivalência = Outros resultados

Participação nos lucros - Outros Resultados





**BDO Trevisan**

BDO Trevisan Auditores Independentes  
Rua 7 de Setembro, 71  
15º e 21º andares - Centro  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
20050-005

Tel.: +55 (21) 3534-7500  
Fax.: +55 (21) 2221-1395  
[www.bdotrevisan.com.br](http://www.bdotrevisan.com.br)

## **PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas da  
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

1. Examinamos o balanço patrimonial da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS - controladora e consolidado, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, em 31 de dezembro de 2008 os investimentos em determinadas empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nas demonstrações contábeis examinadas por outros auditores independentes e nosso relatório, no que se refere aos valores desses investimentos, da receita de equivalência patrimonial por eles produzida e da provisão para o passivo a descoberto, nos montantes de R\$33.711.984 mil, R\$2.172.549 mil e R\$(353.921) mil, respectivamente, está baseado exclusivamente nos relatórios desses auditores.
2. Exceto quanto ao mencionado no parágrafo 3, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Não nos foi apresentado até a presente data o parecer dos auditores independentes relativo às demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, de determinadas empresas coligadas (nota explicativa nº 16), cujos investimentos foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Conseqüentemente, não foi possível, por meio de procedimentos adicionais de auditoria, avaliar a adequação dos valores desses investimentos, bem como da receita de equivalência patrimonial por eles produzida, nos montantes de R\$1.526.447 mil e R\$34.969 mil, respectivamente.
4. Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres emitidos por outros auditores independentes, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes dos procedimentos de auditoria omitidos mencionados no parágrafo 3, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS em 31 de dezembro de 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



**BDO Trevisan**

## **PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas da  
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 30, a Companhia mantém registrado no passivo não circulante o montante de R\$1.328.244 mil correspondente à provisão para contingências cíveis relacionadas à reclamação, por parte de determinadas pessoas jurídicas, do direito de receber a correção monetária plena sobre os valores de empréstimo compulsório arrecadado em favor da ELETROBRÁS. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos que revelam incerteza sobre a probabilidade de perda dos correspondentes processos judiciais (em 2003 a probabilidade de perda foi classificada como possibilidade de insucesso na defesa das ações judiciais em curso) e no princípio da prudência, à luz da verificação de decisões desfavoráveis em 1ª instância e da inexistência de julgamento nos tribunais superiores, a Administração da Companhia manteve registrada a provisão para contingências, substancialmente constituída em exercícios anteriores em face de eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais desfavoráveis. Dada a controvérsia do assunto, não é possível nas circunstâncias atuais concluir sobre o desfecho da lide, bem como os eventuais impactos sobre as demonstrações contábeis.
6. As demonstrações contábeis de FURNAS - Centrais Elétricas S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 6 de março de 2009, contendo ênfase referente ao crédito de ICMS, junto ao Estado do Mato Grosso, no valor de R\$49.374 mil, registrado por FURNAS no ativo circulante. Em 13 de junho de 2007 foi lavrado o Termo de Conclusão da Ação Fiscal, no qual consta que o Estado ressarcirá FURNAS, sendo que a liquidação desse crédito depende de ações da Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso, à época de sua realização.
7. As demonstrações contábeis da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram por nós examinadas e emitimos parecer sem ressalvas, datado de 20 de março de 2009, contendo ênfase referente ao fato de as demonstrações contábeis da controlada Boa Vista Energia S.A. terem sido preparadas no pressuposto da continuidade normal de seus negócios, no entanto, essa vem mantendo prejuízos acumulados ao longo dos últimos anos e insuficiência de capital de giro, suportados por seu acionista controlador, mediante ingressos de recursos destinados a aumento de capital e empréstimos. Dessa forma, a controlada é dependente de aportes de recursos por parte do acionista controlador, para desenvolvimento e continuidade de suas operações.





**BDO Trevisan**

## **PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas da  
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

8. As demonstrações contábeis da Manaus Energia S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 20 de março de 2009, contendo as seguintes ênfases: a) em cumprimento ao Ofício Circular nº 2.775/2008 - SFF/ANEEL, de 24 de dezembro de 2008, a Companhia registrou no ativo não circulante, créditos fiscais extemporâneos do PIS/PASEP e da COFINS, relativos aos períodos de apuração de 2004 a 2008, sendo que a utilização de tais créditos dependerão da geração de débitos futuros, e, para evitar o risco de prescrição, a Administração da Companhia, através de seus consultores jurídicos entrou com recursos junto à União Federal. Da mesma forma, a Companhia registrou no passivo não circulante os débitos com ICMS, PIS/PASEP e COFINS a serem restituídos à Conta de Consumo de Combustível - CCC, relativos às notas fiscais de compras de combustíveis que foram pagas através do fundo CCC-ISOL. A Companhia, seguindo orientações de seus consultores jurídicos, requereu judicialmente a suspensão dos efeitos do referido Ofício Circular, conforme divulgado na nota explicativa nº 12; e b) a Companhia vem mantendo prejuízos acumulados ao longo dos últimos anos e insuficiência de capital de giro, suportados pelo seu acionista controlador, mediante ingressos de recursos destinados ao aumento de capital. Dessa forma, a Companhia é dependente de providências operacionais e gestão, incluindo aportes de recursos por parte do acionista controlador, para desenvolvimento e continuidade de suas operações.
9. As demonstrações contábeis da Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 6 de fevereiro de 2009, contendo ênfase referente ao fato de as demonstrações contábeis terem sido preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Contudo, apesar dos lucros apurados nos dois últimos exercícios, essa vem mantendo prejuízos acumulados ao longo dos anos, suportados pelo acionista controlador, mediante ingresso de recursos destinados ao aumento de capital. Assim, a Companhia é dependente de aportes de recursos por parte do acionista controlador, para desenvolvimento e continuidade de suas operações.



**BDO Trevisan**

## **PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas da  
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

10. As demonstrações contábeis da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 13 de março de 2009, contendo ênfase referente ao fato de a Fundação CESP ter passado a processar, a partir de setembro de 2005, a folha de pagamento de beneficiários do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei nº 4.819/58, de acordo com a decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo. Em janeiro de 2006 a Procuradoria Geral do Estado passou a entender que a responsabilidade do Governo do Estado se restringe aos limites estaduais constitucionais determinados para pagamento dos benefícios de aposentadoria. Desde então, o Governo do Estado passou a glosar parte dos recursos repassados à Companhia. A diferença entre o valor pago pela Companhia e a glosa efetuada pelo Estado está registrada no ativo não circulante. A Administração da Companhia, amparada por seus assessores legais, entende que a responsabilidade pelos pagamentos dos benefícios relacionados a esse plano é de inteira responsabilidade do Governo do Estado, como consequência, não registra nas demonstrações contábeis da Companhia nenhuma obrigação ou provisão para perdas em relação a esse plano.



BDO Trevisan

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da  
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

11. Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis da Companhia - controladora e consolidado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos daquele exercício, além das informações complementares, compreendendo as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, sobre as quais emitimos parecer, datado de 14 de março de 2008, contendo ressalva semelhante à descrita no parágrafo 3 e ênfases semelhantes às descritas nos parágrafos de 5 a 10, além de ênfase contida no parecer por nós emitido em 20 de fevereiro de 2008 da controlada Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, referente à implementação da tábua AT-83, para atendimento ao requerido pela CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, cujo assunto foi regularizado durante o trimestre findo de 30 de setembro de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2009

Luiz Carlos de Carvalho  
Sócio-contador  
CRC 1SP197193/O-6 "S" RJ  
BDO Trevisan Auditores Independentes  
CRC 2SP013439/O-5"S"RJ

Eletrobrás 

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2008

Índice de  
Sustentabilidade  
Empresarial  
**ISE**  
Carteira 2008 - 2009

 **NÍVEL 1**  
GOVERNANÇA BRASIL

 **Latibex**

**EBR**  
**LISTED**  
**NYSE**

**EBR.B**  
**LISTED**  
**NYSE**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2008**

**1 – MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

**2 – CENÁRIO ECONÔMICO**

**3 – PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DA ELETROBRÁS - PTSE**

**4 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

**5 – GESTÃO CORPORATIVA**

**6 – GOVERNANÇA CORPORATIVA**

**7 – NOSSOS NEGÓCIOS**

7.1 - Geração, transmissão e distribuição

7.2 - Participações Acionárias

7.3 - Estrutura Societária por Segmento de Negócios

7.4 - Atividades Internacionais

7.5 - Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL

**8 – INVESTIMENTOS**

8.1 - Recursos Ordinários

**9 – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)**

**10 – O MERCADO DE ENERGIA DO SISTEMA ELETROBRÁS**

10.1 - Expansão da Geração

10.2 - Expansão da Transmissão

10.3 - Leilão de Linhas de Transmissão

10.4 - Interligações Fronteiriças

10.5 - Comercialização de Energia Elétrica

**11 – DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO**

11.1 - Lucro Líquido das Controladas

11.2 - EBITDA

11.3 - Estrutura de Capital e Endividamento Consolidado

**11.4 - Resultado Primário**

**12 – AUDITORES INDEPENDENTES**

**13 – CAPTAÇÃO DE RECURSOS**

**14 – VALOR ADICIONADO**

**15 – EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO**

**16 – MERCADO DE CAPITALIS**

**16.1 - Base acionária**

**16.2 - Análise das Ações da Eletrobrás**

**16.3 - Valor de Mercado**

**16.4 - Rating**

**16.5 - Relacionamento com Acionistas e Investidores**

**16.6 - Remuneração aos Acionistas**

**16.7 - Programa de ADRs - Bolsa de Nova Iorque**

**16.8 - Latibex - Bolsa de Valores de Madrid**

**17 – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INDUSTRIAL – PDTI**

**17.1 - Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)**

**17.2 - Logística de Suprimento**

**17.3 - Normas e Qualidade**

**18 – GESTÃO DE FUNDOS SETORIAIS**

**18.1 - Reserva Global de Reversão – RGR**

**18.2 - Conta de Desenvolvimento Energético – CDE**

**18.3 - Conta de Consumo de Combustível – CCC - Sistemas Isolados**

**19 – PROGRAMAS SETORIAIS DE GOVERNO**

**19.1. Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz**

**19.2. Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel**

**19.3. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA**

**19.4. Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz Para Todos**

**20 – DIMENSÃO SOCIAL**

- 20.1 - Recursos Humanos**
- 20.2 - Saúde, Bem-estar e Segurança do Trabalho**
- 20.3 - Treinamento e Desenvolvimento**
- 20.4 - Relações Trabalhistas e Sindicais**
- 20.5 - Ações Administrativas**
- 20.6 - Responsabilidade Social**
- 20.7 - Cultura e Sociedade**
- 20.8 - Ouvidoria**
- 20.9 - Prêmios e Reconhecimento**

## **21 – MEIO AMBIENTE**

## **22 – EMPRESAS DE DISTRIBUIÇÃO**

- 22.1 - Reajuste Tarifário**
- 22.2 - Comercialização de Energia Elétrica**
- 22.3 - Fornecimento por Classe de Consumo**
- 22.4 - Controle de Perdas Comerciais**
- 22.5 - DEC/FEC**
- 22.6 - Inadimplência**
- 22.7 - Atendimento aos Clientes**
- 22.8 - Ebitda**
- 22.9 - Receita Operacional Líquida**
- 22.10 - Evolução do Lucro Líquido/Prejuízo**

## **23 – BALANÇO SOCIAL**

## **24 – AGRADECIMENTOS**

## **1 – MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Mais forte, mais integrado e cheio de planos para o futuro. É assim que o Sistema Eletrobrás chega ao final de 2008. O ano, que começou com a expectativa da aprovação da Lei 11.651, trouxe o fortalecimento da empresa, a ampliação de seu escopo de atuação e a concretização de projetos que vinham sendo acalentados há tempos. Uma grande Transformação, iniciou seu curso em todas as empresas do Sistema. A busca por integração, rentabilidade e competitividade deu o tom do ano. Um excepcional lucro líquido de R\$6.136.497 milhões, coroa um período de excelentes resultados, dando-nos a certeza de que estamos no caminho certo.

Já em abril, a sanção da Lei 11.651 aumentou a flexibilidade dos negócios da empresa, abrindo as portas para a atuação internacional e possibilitando a constituição de consórcios empresariais e a participação em sociedades no Brasil ou no exterior. Com isso, a Eletrobrás reforçou o seu papel de líder das iniciativas do setor elétrico, assegurando seu crescimento seguro e sustentável.

Para fazer frente às mudanças e aos novos desafios, a criação da Diretoria de Distribuição marcou o fim de uma era de problemas crônicos nas empresas de distribuição de energia do Norte e Nordeste sob gestão da Eletrobrás. Com administração unificada, redução de custos operacionais e planejamento estratégico integrado, os resultados já começam a aparecer, fruto de ganhos de escala e otimização de esforços.

Nas subsidiárias, a mudança nos estatutos ratificou o papel de holding da Eletrobrás. As novas práticas de governança corporativa vêm sendo objeto de vários projetos do Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás, desenvolvido para adaptar o grupo de empresas ao seu novo posicionamento no setor elétrico brasileiro. Uma série de ações articuladas vem envolvendo todos os empregados do Sistema. Aumento das possibilidades de receita e redução dos custos operacionais são as palavras-chave.

As grandes conquistas de 2008 refletem essas mudanças internas, bem como o empenho de uma equipe que, hoje, conta com cerca de 27 mil colaboradores. O início da negociação de nossas ações no pregão da Bolsa de Valores de Nova Iorque representa, por um lado, o reconhecimento de nossa transparência e, por outro, as excelentes perspectivas de maior visibilidade de nossos papéis frente a investidores nacionais e estrangeiros e de elevação do valor de mercado da empresa.

No campo da sustentabilidade, a listagem, pelo segundo ano consecutivo, no Índice de Sustentabilidade Social da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE/Bovespa) é mais uma confirmação das boas escolhas que vêm orientando nossa governança corporativa e as decisões com relação a aspectos ambientais, sociais e econômico-financeiros.

Como principal agente do setor elétrico brasileiro, o Sistema Eletrobrás também escreveu parte importante da história do país em 2008. Empresas do Sistema participaram de parcerias vitoriosas nos leilões da hidrelétrica de Jirau, das linhas de transmissão para as usinas do Rio Madeira e do linhão Tucuruí-Manaus-Macapá, responsável por conectar várias regiões isoladas ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Além disso, foram estruturadas a retomada das obras da usina Angra 3 e uma visão mais moderna para o projeto de Belo Monte, que inaugura um novo ciclo na construção de hidrelétricas no país. E, mais uma vez, a empresa teve atuação de destaque nos programas do governo federal: o Luz para Todos, maior programa de eletrificação rural do mundo, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) e o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel).

Foi um ano cheio de trabalho, mudanças, bons resultados e vitórias. Findo, 2008 deixou no ar a expectativa de muitos novos anos cheios de energia. A internacionalização e o Complexo do Rio Tapajós, com 10,6 mil MW em cinco usinas, são duas das maiores promessas, às quais



juntamos a continuidade das obras de Angra 3 e a licitação de Belo Monte. O Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás continuará nos preparando, a todos, para esses e outros compromissos, que a Eletrobrás tem o orgulho de firmar com o Brasil e o povo brasileiro.

**José Antonio Muniz**  
**Presidente da Eletrobrás**

## **2 - CENÁRIO ECONÔMICO**

### **O Panorama Internacional**

A crise de liquidez, em praticamente todo o mundo, restringiu o crescimento da maior parte das economias em 2008.

O mundo, como um todo, apresentou crescimento próximo de 3,7% em 2008, valor muito abaixo dos que vinham sendo verificados nos últimos 5 anos (em torno de 5% ao ano), período caracterizado por crédito abundante, estímulos à entrada de investimentos diretos nos países emergentes e aumento da corrente de comércio internacional, influenciado, em grande medida, pelo enorme déficit comercial americano. Este cenário elevou significativamente os valores das *commodities*, entre elas o petróleo, que chegou à casa dos US\$ 150 o barril, mas que em dezembro de 2008 circundou valores próximos à US\$ 45 e as perspectivas são de que o preço deste produto se estabilize entre US\$ 40 e US\$ 50 o barril. A partir do segundo semestre de 2008, todas as *commodities* caíram de preço, num ajuste de mercado provocado pela escassez de liquidez no mundo e pela falta de confiança generalizada que se instalou nos mercados.

### **América Latina e Brasil**

No contexto de farta liquidez, a América Latina vinha crescendo um pouco acima da média mundial, atingindo 5,5% em 2006 e 5,6% em 2007, mas o Brasil situou-se um pouco abaixo dessa média, com o PIB aumentando 3,8% e 5,4%, respectivamente, em 2006 e 2007. O menor crescimento do Brasil pode ser explicado, em parte, pela manutenção do regime de taxas de juros elevadas. No entanto, a atual crise se deu num momento de retomada da economia brasileira, que apresentava taxas anualizadas em torno de 6,3% no terceiro trimestre de 2008, antes do agravamento da crise no quarto trimestre.

O comportamento da economia brasileira em 2008 refletiu, entre outros fatores, o aumento da demanda interna ao longo do período, os bons preços, na maior parte do ano, dos produtos comercializáveis (*commodities*) e o montante dos Investimentos Diretos do Exterior (US\$45 Bilhões), o valor mais alto dos últimos anos.

O PIB anualizado, com término em setembro de 2008, apresentou crescimento de 6,3%. Entretanto, influenciado pela forte retração observada no quarto trimestre, o crescimento anual contabilizado ao final de dezembro passado deverá ser um pouco acima de 5,1%.

Em dezembro, os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE ainda não mostravam os efeitos da crise sobre o mercado de trabalho nacional. Naquela época, o nível de desemprego atingia apenas 6,8% do total das pessoas economicamente ativas, número inclusive inferior ao registrado em dezembro de 2007 (7,4%).

No que diz respeito ao rendimento médio real dos trabalhadores, houve aumento de 11,3% entre 2003 e 2008.

### **Política Monetária e Inflação**

Em 2008, a inflação medida pelo IPCA atingiu 5,90%, próxima ao limite superior da meta, e o IGP-DI ficou em 9,10%.

A taxa de juros Selic, que vinha recuando desde agosto de 2006, quando atingiu 14,75% a.a., voltou a crescer a partir de abril de 2008, refletindo o temor das autoridades monetárias frente ao repique inflacionário observado na época. A instalação da crise externa reforçou o movimento de alta da taxa Selic, que passou de 13% a.a. em agosto para 13,75% para os três últimos meses do ano. Entretanto, na reunião do Copom de 21/1/09 a taxa Selic teve uma redução de 1 ponto percentual, ficando em 12,75% aa., e espera-se uma continuidade dessas reduções até atingir 10,75% ao final de 2009.

### **Setor Externo**

A balança comercial encerrou 2008 com superávit de 24,735 bilhões de dólares, o menor valor desde 2003. A redução no saldo foi de 38,20% em relação a 2007. As exportações totalizaram US\$ 197,942 bilhões e as importações atingiram US\$ 173,207 bilhões. Houve aumento das exportações e das importações em relação a 2007, mas o crescimento das importações foi bem maior (43,6%) do que o das exportações (23,2%), em grande parte explicado pela forte apreciação do real até meados do ano.

Os resultados mensais da balança de transações correntes apresentaram deterioração progressiva em virtude dos números da conta de capitais, que aprofundou seus déficits a partir do segundo semestre, e com os saldos cada vez menores da balança comercial, a partir da aceleração da crise em setembro.

Até mesmo o saldo da balança comercial já apresenta dados preocupantes: primeiro resultado mensal negativo desde 2001, no valor de R\$ 518 milhões, em janeiro de 2009, as exportações atingiram US\$ 9,788 bilhões enquanto as importações ficaram em US\$ 10,306 bilhões.

A taxa de câmbio apresentou grande volatilidade durante o ano de 2008. Iniciou o ano a R\$ 1,77 e foi declinando, após o Brasil ter obtido o grau de investimento em abril, até atingir um mínimo de R\$ 1,56 no início de agosto. No entanto, com o agravamento da crise externa, em setembro chegou a R\$ 1,92 após a quebra do *Lehman Brothers* e com a saída de capitais para fazer frente às perdas nos EUA. Depois, o dólar americano valorizou ainda mais e encerrou o ano a R\$ 2,36. (BCB).

### **O Mercado de Energia Elétrica**

Conforme informações da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, em 2008 o crescimento do consumo de energia elétrica em todo sistema elétrico brasileiro foi de 14,4 TWh, ou seja, aumento de 3,8% em relação ao ano de 2007, destacando-se os setores comercial/serviços, com aumento de 6,0%, e o residencial com 5,3%. Entretanto, no mês de dezembro o consumo total de energia elétrica apresentou queda de 1,8% (em relação a dezembro de 2007) em virtude da crise externa que afetou as indústrias (exportadoras principalmente) provocando uma queda de 8,8% no consumo industrial frente a dezembro de 2007.

No âmbito do Sistema Interligado Nacional (SIN), o consumo global atingiu 51.870 MWh em 2008, representando crescimento de apenas 2,8% em relação a 2007 (50.471 MWh médios). Um dos principais fatores foi o baixo crescimento (2,3%) do subsistema Sudeste/Centroeste, que representa 60% do total do SIN. No ano de 2007, o crescimento em relação a 2006 havia sido de 4,6% para um crescimento do PIB de 5,7%.

Do lado da oferta de energia elétrica, o significativo crescimento da geração térmica a gás ou com bagaço de cana (autoprodução) e da energia eólica, está modificando a estrutura da matriz energética. Por isso, o SIN vem reduzindo sua participação na composição da expansão da oferta global de energia elétrica.

A EPE revisou de 5,8 % para 5,2% a previsão de aumento da demanda por energia elétrica em 2009 em função da crise financeira e da conseqüente desaceleração da produção industrial.

## Consumo de Energia Elétrica na Rede (GWh)

Classe de Consumo					2008	2007	Variação (%)
Região	Residencial	Industrial	Comercial	Outros	Total	Total	
Norte	4.983	12.748	2.966	3.051	23.748	22.850	3,9
Nordeste	15.785	29.251	8.910	10.806	64.752	62.367	3,8
Sudeste	51.410	101.834	35.016	25.391	213.651	206.651	3,4
Sul	15.366	29.948	10.456	11.275	67.045	64.329	4,2
Centro-Oeste	7.117	6.196	4.808	5.448	23.569	22.031	7,0

Mercado do Fornecimento de Energia Elétrica* - Brasil 2004-2008 (GWh)						
Classe	2004	2005	2006	2007	2008	Variação (%)
Residencial	78.470	82.650	85.784	89.885	94.660	5,3
Industrial	146.065	149.040	157.423	175.701	179.977	2,4
Comercial	49.686	52.939	55.224	58.647	62.156	6,0
Outras	46.551	49.936	51.796	54.129	55.971	3,4
<b>Total</b>	<b>320.772</b>	<b>334.565</b>	<b>350.227</b>	<b>378.362</b>	<b>392.764</b>	<b>3,8</b>

\*Fonte: EPE

### 3 – PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DA ELETROBRÁS – PTSE

Os estudos e discussões entre técnicos da Eletrobrás e do Ministério de Minas e Energia-MME, realizados durante 2006 e 2007, identificaram a necessidade de buscar a transformação e o fortalecimento do Sistema Eletrobrás, tanto por meio de iniciativas de caráter gerencial e institucional, a serem implementadas no âmbito das empresas do Sistema Eletrobrás, quanto por outras de cunho estrutural e regulatório, a serem abordadas diretamente pelo governo federal.

O fortalecimento e a transformação empresarial pretendidos e delineados pelo Governo Federal, seu principal acionista, levaram a Eletrobrás a buscar uma nova plataforma estratégica sob o ponto de vista institucional, organizacional e mercadológico. Este efetivo reposicionamento contempla quatro diretrizes, também chamadas de Vetores de Atuação:

- Aperfeiçoamento da governança corporativa;
- Reorientação dos negócios de distribuição;
- Reformulação institucional da *holding*, e;
- Reorganização do modelo de gestão empresarial.

A organização do Plano é resultado de um trabalho que vem sendo desenvolvido desde maio de 2008, quando os primeiros rumos foram traçados pela Diretoria Executiva da Eletrobrás e pelos dirigentes das empresas do Sistema, a partir das orientações estratégicas fornecidas pelo MME.

O PTSE é constituído por um conjunto de 41 projetos (ou ações) distribuídos em seus quatro vetores de atuação. Para a coordenação das atividades envolvidas foi instituído o Comitê de Gestão da Transformação do Sistema Eletrobrás – CGTE, formado por representantes de cada uma das empresas do Sistema Eletrobrás e de cada uma das diretorias da Eletrobrás. Ao final de 2008, nove projetos haviam sido concluídos, estando os demais em execução.

O Plano de Transformação tem como objetivo último dotar o Sistema Eletrobrás de uma estrutura de gestão corporativa integrada e transparente, tornando-o competitivo na operação e na expansão da oferta de energia elétrica, capaz de proporcionar a remuneração

adequada a seus acionistas e contribuir para a segurança no atendimento às necessidades energéticas e para o desenvolvimento sustentável do país.

#### **4 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

Com a posse da nova Diretoria da Eletrobrás, em 10/3/08, e a consolidação das orientações estratégicas do Ministro de Minas e Energia, recebidas naquela ocasião - que passaram a constituir a espinha dorsal do Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás - o Planejamento Estratégico Empresarial e o seu desenvolvimento integrado para o conjunto das empresas passaram a ser vistos como fator crítico de sucesso.

Ocupando o topo da pirâmide que configura graficamente o Plano de Transformação, o Planejamento Estratégico não só inicializa e confere direcionamento ao seu quarto vetor - Reorganização do Modelo de Gestão Empresarial - como também incorpora e harmoniza as ações integrantes dos demais vetores, garantindo aos produtos e resultados obtidos a inserção nos processos permanentes do Sistema.

De forma a deflagrar o desenvolvimento do Planejamento Estratégico com a maior celeridade possível, foi elaborado Termo de Referência para o processo seletivo de contratação de consultoria de alto nível, habilitada a contribuir para o seu desenvolvimento com o necessário suporte conceitual e metodológico. Este documento vem sendo objeto de consultas preliminares a um grupo de consultorias selecionadas, de modo a se obter comentários qualificados e estimativas de preço capazes de refinar os termos e as bases do Edital de Licitação. Pretende-se estruturar os trabalhos e etapas do Planejamento Estratégico ainda durante o 1º semestre de 2009, na expectativa de se contar com o apoio da consultoria contratada a partir do 2º semestre.

Durante a operacionalização do Plano de Transformação foi verificada na Diretoria Executiva da Eletrobrás e em seu Conselho de Administração, a necessidade de elaboração de um Plano de Ações plurianual, já com vigência a partir de 2009. Denominado Programa de Ações Estratégicas do Sistema Eletrobrás - PAE 2009–2012, o seu objeto seria a representação de uma orientação estratégica corporativa ao Sistema Eletrobrás, capaz de alinhar um conjunto de ações críticas mesmo antes de se dispor de um Planejamento Estratégico Integrado.

Para a fundamentação do referido PAE decidiu-se revisitar o Planejamento Estratégico Empresarial da Eletrobrás (*holding*), verificando-se que os atributos presentes em sua missão (excelência empresarial, rentabilidade, e responsabilidade social e ambiental) permaneciam válidos e guardavam estreita correlação com as propostas do Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás.

Também do ponto-de-vista das Estratégias Corporativas que apontavam para aspectos estruturantes dos negócios e processos da Eletrobrás, percebia-se forte convergência com os vetores e ações (projetos) que constituem o Plano de Transformação. Desta forma, às Estratégias Corporativas pré-existentes, procurou-se associar um conjunto de objetivos que tivessem grande relevância no âmbito do Plano de Transformação e simultaneamente, admitissem a formulação de metas cuja consecução dependesse, necessariamente, do esforço integrado das empresas do Sistema Eletrobrás.

#### **5 – GESTÃO CORPORATIVA**

A Reorganização do Modelo de Gestão Empresarial é uma das quatro grandes diretrizes definidas pelo MME para viabilizar o fortalecimento do Sistema Eletrobrás. Neste sentido, contempla 16 grandes ações que integradas conduzirão a Holding e suas empresas a um novo patamar de gestão.

Dentre estas iniciativas, a elaboração e implementação de um Plano de Readequação Empresarial vem tratando da redefinição de processos organizacionais, incluindo seus

indicadores de desempenho e controles, bem como do realinhamento de sistemas de informação utilizados, como forma de atender aos novos requisitos de gestão que estão sendo demandados.

Ao final de 2008, estavam em andamento iniciativas para readequação dos processos relacionados à Gestão Integrada de Riscos Corporativos, Gestão dos Controles Internos, Gestão da Logística de Suprimentos, Gestão de Novos Negócios, Gestão de Investimentos, todos com abrangência estendida às empresas do Sistema Eletrobrás.

Adicionalmente às iniciativas citadas, à medida que os novos processos sejam redesenhados e com o desenvolvimento do Planejamento Estratégico Integrado, indicadores de gestão estarão sendo construídos de forma a constituir um conjunto de informações gerenciais que apóie os executivos no acompanhamento das metas e objetivos estratégicos. Complementarmente, a estrutura organizacional vem sendo ajustada de acordo com os estudos realizados.

Em particular, deve-se ressaltar a adequação dos controles internos de todas as empresas do Sistema Eletrobrás aos requisitos da seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), o que permitirá a manutenção da negociação das ADR's nível 2 iniciada em outubro/2008 na Bolsa de Nova Iorque.

Em 2008, a companhia, por meio de consultoria especializada, desenvolveu um modelo de gestão integrada de riscos corporativos para a *holding*. O trabalho teve como produtos o mapeamento do universo de riscos da empresa; a identificação dos riscos empresariais mais relevantes, que impactam diretamente seus objetivos estratégicos financeiros; a definição de metodologias para tratamento; e a recomendação de ações para a implantação do gerenciamento dos riscos identificados. Algumas destas ações já estão em andamento, tendo-se como expectativa que a maior parte delas deva ser implementada no decorrer do exercício de 2009. Em paralelo, no âmbito do Plano de Transformação, estuda-se a replicação das metodologias apresentadas para as demais empresas do Sistema Eletrobrás.

Ressalta-se, entretanto, que ações específicas para a mitigação de riscos financeiros atrelados à variação cambial já foram postas em prática este ano. A partir da política de *hedge* cambial aprovada em fins de 2007, que visa tratar a exposição ativa líquida em dólar, foram realizadas operações de curto prazo com instrumentos derivativos, no montante de US\$ 280 milhões. Tais operações deverão continuar incorporando não apenas os descasamentos em moedas estrangeiras para os próximos exercícios, mas também a proteção dos resultados da empresa contra flutuações adversas de taxas de juros, índices de preço e prazos.

Por fim, vale frisar que a expansão da gestão de riscos corporativos para todo o Sistema deverá atender aos preceitos de governança corporativa e contribuir para o aumento do retorno para os acionistas, o que, em última análise, deverá influir na valorização da empresa no mercado financeiro e na consolidação da sua participação no setor de energia elétrica.

## **6 - GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Nossos principais órgãos de governança formalmente constituídos e com atuação regular são: a Assembléia Geral de Acionistas (AG), o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva.

Ao longo de 2008 foram convocadas 6 Assembléias-Gerais, sendo 5 Extraordinárias e 1 Assembléia-Geral Ordinária.

O Conselho de Administração é composto por 9 membros, assim distribuído: 7 indicados pelo Ministério de Minas e Energia - MME, 1 indicado pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG e 1 Conselheiro indicado pelos acionistas minoritários eleito em votação em separado na Assembléia-Geral, excluído o acionista controlador. Suas reuniões têm periodicidade mensal, ocasião em que, além de serem deliberados assuntos estatutários, são também discutidos temas estratégicos para o Sistema Eletrobrás.

Por sua vez, o Conselho Fiscal, que, a partir de 2006, teve seu regimento interno alterado para atender às exigências da Lei Sarbanes-Oxley – SOX, quando passou a funcionar como Conselho Fiscal “Turbinado”. Dessa forma, sua composição e funcionamento, além de estar em consonância com a legislação brasileira, observa também as exigências da legislação estadunidense, de forma a possibilitar que a Eletrobrás passasse a ter suas ações listadas na Bolsa de Nova Iorque. Esse Conselho, de caráter permanente, é composto por 5 membros, assim distribuído: cinco membros eleitos pela Assembléia-Geral Ordinária, sendo 3 indicados pelo Acionista Majoritário, dentre eles 1 indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, que representa o Tesouro Nacional, 1 pelos detentores de ações minoritárias ordinárias e outro pelos detentores de ações preferenciais. Suas reuniões são mensais e, quando necessário, são realizadas reuniões conjuntas com o Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva é composta por 6 Diretorias, assim distribuída: Presidência; Diretoria de Administração, Diretoria de Distribuição; Diretoria de Engenharia; Diretoria Financeira e de Relações com Investidores e Diretoria de Tecnologia. Suas reuniões são semanais, onde é discutida a condução dos negócios da Eletrobrás e do Sistema, com base nas orientações estratégicas do Conselho de Administração.

A adoção das melhores práticas de governança corporativa tem se expandido em diferentes mercados por todo o mundo. O contexto econômico atual valoriza empresas que adotam um sistema de governança moderno, baseado nos princípios da transparência, equidade, independência e prestação de contas, como meio de garantir investimentos aos negócios e ao país, ao diminuir a percepção de risco do mercado financeiro e de capitais.

A Eletrobrás, com o objetivo de aumentar a transparência das informações prestadas a seus *stakeholders*, em 29/9/06, aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da BOVESPA.

Em 2008, o Ministério da Minas e Energia determinou à Eletrobrás novas diretrizes de orientação da sua gestão. Entre essas diretrizes está o aperfeiçoamento e ampliação das melhores práticas de governança corporativa. Nesse mesmo ano, a Diretoria da Eletrobrás criou grupo de trabalho que já iniciou a elaboração dos Manuais dos Conselheiros de Administração e Fiscal.

Para atender essa diretriz em sua total amplitude, novos desafios estão em pauta, constantes do Programa de Ações Estratégicas – PAE 2009-2012:

- a. buscar maior efetividade na atuação dos Conselheiros de Administração e Fiscais, representantes da Eletrobrás em empresas nas quais detém participação acionária. Para tanto, postula-se como Fator Crítico de Sucesso a definição de critérios normativos para a atuação dos Conselheiros que regulem o processo seletivo e o de avaliação; as atribuições e responsabilidades; e a assessoria que lhes deve ser prestada.
- b. elevar o nível de pontuação do Sistema Eletrobrás no Índice de Sustentabilidade da BOVESPA (ISE BOVESPA);
- c. ser listado no índice de sustentabilidade do *Dow Jones Sustainability Index (DJSI)*, até 2012; e
- d. ascender ao Nível 2 de Governança Corporativa da BOVESPA até 2012.

Considerando os desafios representados pelas metas pactuadas, propõe-se um progresso escalonado, tanto para a melhoria da pontuação no ISE Bovespa, quanto para a obtenção da listagem no DJSI. Os percentuais de crescimento fixados por dimensão referem-se globalmente ao Sistema Eletrobrás e deverão ser desdobrados pelas empresas, em trabalho coordenado dos Comitês de Sustentabilidade, de forma a considerar as assimetrias e particularidades refletidas no histórico das pontuações individuais.

Desde 2005 a Eletrobrás aderiu ao ISE-BOVESPA. Estar listado neste índice significa estar comprometido com a sustentabilidade empresarial e isto representa um diferencial para os

investidores. Significa também que a empresa possui um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável. Em 2008, através do trabalho desenvolvido pelo Comitê de Sustentabilidade, a Eletrobrás conseguiu manter suas ações listadas no referido índice.

## 7 - NOSSOS NEGÓCIOS:

### 7.1 – Geração, transmissão e distribuição.

#### Geração:



#### Sistema Eletrobrás

Situação em 31/12/2008	Hidráulica*		Térmica		Nuclear		Total*	
	Potência (MW)	Usinas	Potência (MW)	Usinas	Potência (MW)	Usinas	Potência (MW)	Usinas
CGTEE	---	---	490	3	---	---	490	3
CHESF	10.268	14	350	1	---	---	10.618	15
ELETRONORTE	8.694	4	479	6	---	---	9.173	10
ELETRONUCLEAR	---	---	---	---	2.007	2	2.007	2
FURNAS	8.122	8	962	2	---	---	9.084	10
MANAUS ENERGIA	250	1	780	3	---	---	1.030	4
<b>TOTAL</b>	<b>27.334</b>	<b>27</b>	<b>3.061</b>	<b>15</b>	<b>2.007</b>	<b>2</b>	<b>32.402</b>	<b>44</b>

\*Não considera 50% de Itaipu (7.000 MW)

Capacidade Instalada - Situação em 31/12/2008 (MW)						
Empresas	UHE	UTE	UTN	(EOL+SOL)	Total	%
Sistema Eletrobrás	27.334	3.061	2007	---	32.402	31
Itaipu (50%)	7.000	---	---	---	7.000	7
Outras *	43.174	19.695	---	338	63.207	62
<b>Brasil</b>	<b>77.508</b>	<b>22.756</b>	<b>2.007</b>	<b>338</b>	<b>102.609</b>	<b>100</b>

\* Dados obtidos do relatório da ANEEL (SFG). Capacidade instalada até 31/12/2008, subtraída a participação do Sistema Eletrobrás.

### Transmissão:



### Sistema Eletrobrás - Linhas de Transmissão com tensão acima de 230 Kv

Empresas	Situação em 31/12/08	
	Extensão (Km) *	
CHESF	18.010	
Eletronorte	9.027	
Furnas	16.950	
Eletrosul	8.165	
Manaus Energia	365	
<b>TOTAL</b>	<b>52.537</b>	

\* Extensão das linhas considerando as parcerias.

### Distribuição:

Dentre as empresas que compõem o Sistema Eletrobrás, existem atualmente seis empresas do setor elétrico que atuam na área de distribuição. Por sua própria dispersão geográfica, o mercado de energia elétrica das Empresas Distribuidoras da Eletrobrás (EDE's) já é



naturalmente heterogêneo, pois, enquanto Ceal e Cepisa são as únicas EDE's que fazem parte do Sistema Interligado Nacional (SIN), as demais EDE's (Manaus Energia, Boa Vista Energia, Ceron e Eletroacre) ainda compõem os Sistemas Isolados e representam 63% do mercado total de energia das referidas EDE's.

A seguir, é apresentada uma tabela com o crescimento do mercado em 2008 de cada uma das empresas:

<b>Consumo de Energia Elétrica - GWh</b>				
	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Crescimento (%)</b>	<b>Participação (%)</b>
<b>Brasil</b>	<b>378.362</b>	<b>392.764</b>	<b>3,8</b>	<b>100</b>
CEAL	2.124	2.246	5,7	0,6
CEPISA	1.740	1.831	5,3	0,5
CERON	1.627	1.743	7,1	0,4
Eletroacre	540	581	7,6	0,1
MESA Interior	570	626	9,9	0,2
MESA Capital	3.563	3.727	4,6	0,9
Boa Vista Energia	378	403	6,5	0,1
<b>Total - Distribuidoras</b>	<b>10.542</b>	<b>11.157</b>	<b>5,8</b>	<b>2,8</b>

Fontes: EPE/MME e DEND/DEN/DE

Verifica-se que, apesar das pequenas participações que cada uma das EDE's apresenta no mercado nacional de energia, todas apresentaram crescimento maior que o crescimento nacional, no mesmo período, com destaque para o crescimento da MESA no interior do Estado do Amazonas (quase três vezes superior ao nacional), o que demonstra a tendência de cada uma delas de expandir sua participação nacional no mercado de energia elétrica.

## **7.2 - Participações Acionárias**

As participações acionárias da Eletrobrás estão presentes nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica da seguinte forma: 11 empresas controladas, 26 empresas coligadas com participação minoritária, 5 Sociedades de Propósito Específico (SPE), cujo capital é constituído de ações preferenciais resgatáveis com remuneração correspondente ao IGP-M acrescido de juros de 12% ano. Além disso, a Eletrobrás participa de 50% do capital de Itaipu Binacional.

Além das participações acionárias, a Eletrobrás possui títulos da dívida pública decorrentes do processo de privatização do Setor Elétrico Brasileiro na década de 90, sendo o mais representativo o CFT-E1 (Certificados Financeiros do Tesouro) que registra valor de mercado de R\$ 209 milhões.

O valor de mercado da participação acionária da Eletrobrás nas Companhias cujas ações são negociadas em Bolsa de Valores foi superior a R\$ 6,1 bilhões, e sua variação apresentou aderência principalmente com o Índice de Energia Elétrica (IEE).

Em relação a 2007, houve uma desvalorização da carteira de cerca de 8%, enquanto o Ibovespa, no mesmo período, teve uma desvalorização de cerca de 40%.

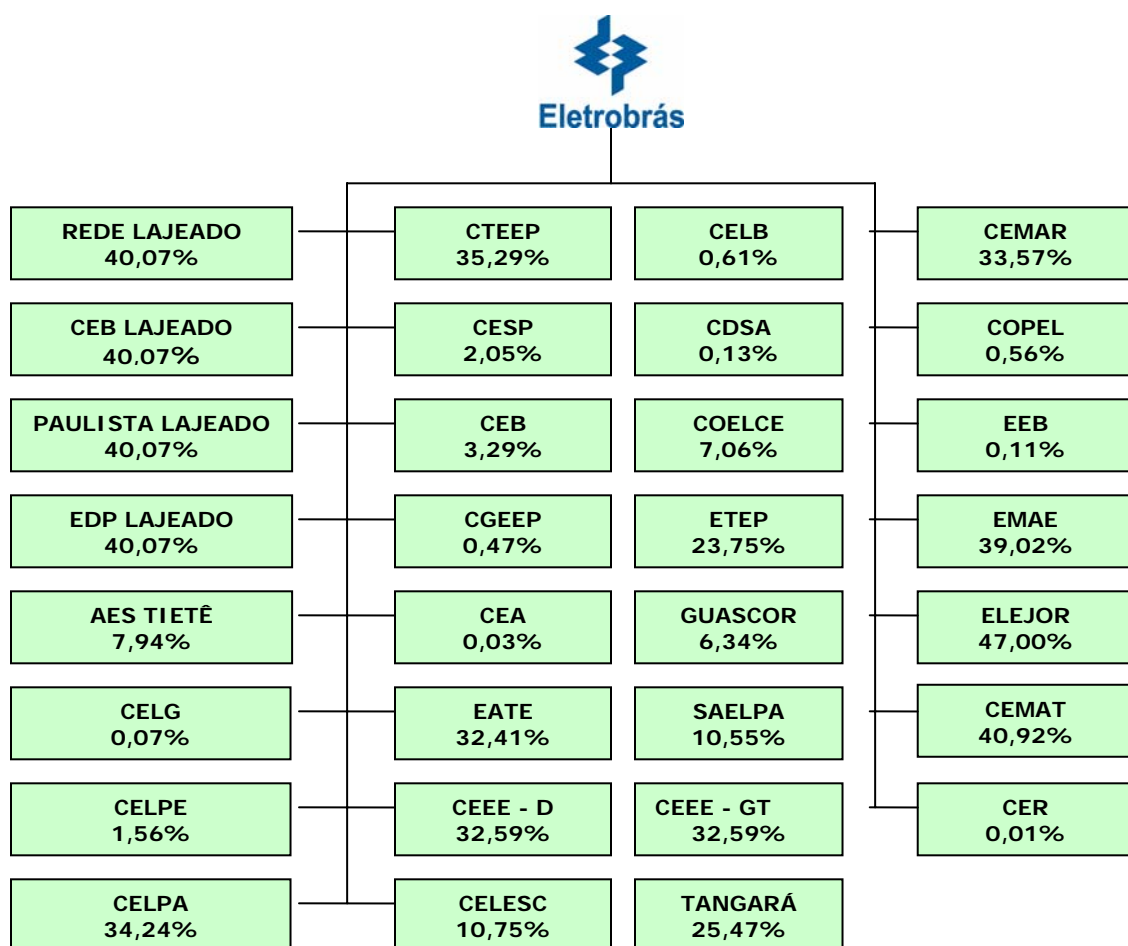
A carteira Eletrobrás, por ter seus papéis concentrados em empresas com receita fixa ou regulada, apresenta menor volatilidade em relação ao mercado, caracterizando-se assim, como uma carteira conservadora. Mesmo com o cenário econômico desfavorável no último trimestre de 2008, as ações de posse da Eletrobrás têm uma boa perspectiva de ganho quando analisadas no longo prazo.

Em 2008, a remuneração dessas participações na forma de dividendos alcançaram mais de R\$ 1 bilhão, significando uma das maiores fontes de recursos ordinários da Companhia, sendo que a maior parte da contribuição foi das empresas controladas.

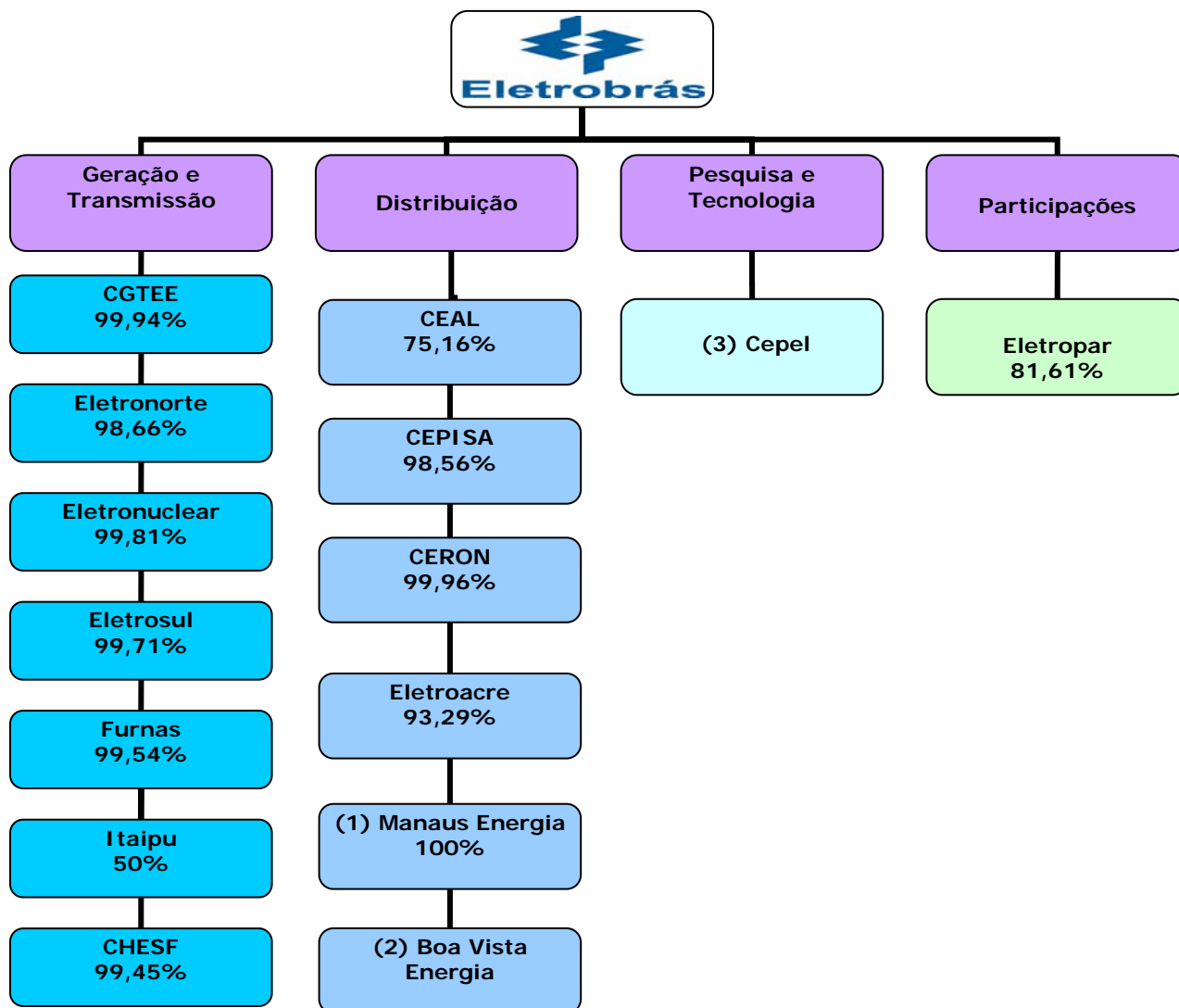
Dividendos / JCP Recebidos em R\$ milhões					
Empresas	2004	2005	2006	2007	2008
Controladas	449	463	686	378	484
Coligadas*	53	95	189	464	418
Coligadas	25	0,1	45	46	57
Parcerias	1	31	38	169	128

\*Coligadas com ações comercializadas na BOVESPA

### Participações em 2008



### 7.3 - Estrutura Societária por Segmento de Negócios



(1) Em abril de 2008 a Manaus Energia S.A. incorporou a Cia. Energética do Amazonas – CEAM.

(2) Boa Vista Energia - participação indireta por meio da Eletronorte.

(3) Centro de Pesquisa de Energia Elétrica.

### 7.4 – Atividades Internacionais

Com a promulgação da Lei nº. 11.651 de 7/4/08, que alterou a Lei de Criação da Eletrobrás, a “holding” obteve autorização para diretamente ou por meio de suas controladas, associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão ou autorização.

Para atendimento a essa nova missão, a Alta Administração, em julho de 2008, criou a Superintendência de Operações no Exterior (PE), unidade organizacional pertencente à Presidência, cuja atribuição principal é difundir e ser guardião das diretrizes de atuação internacional das empresas do Sistema Eletrobrás, que são emanadas pelo Conselho de Administração, coordenando a sua atuação no mercado internacional, além de identificar e

avaliar potenciais mercados no exterior com vistas a propiciar a geração de negócios para a empresa e suas controladas no segmento de energia elétrica.

Para cumprimento dessas atribuições, a PE deu início à elaboração de um planejamento estruturado de negócios e países prioritários, com previsão de conclusão das atividades no primeiro trimestre de 2009. Foram estabelecidas as seguintes orientações estratégicas iniciais:

- Todos os projetos de interesse no segmento de geração, transmissão e outros identificados no mercado internacional deverão possuir uma rentabilidade adequada;
- A inserção em novos mercados deverá se dar preferencialmente em países situados na América do Sul (aproximação geográfica);
- Promoção da Integração Elétrica entre os países da América do Sul e difusão da expertise brasileira no segmento de geração a partir de fontes renováveis.

Nesse sentido, a Superintendência de Operações no Exterior vem desenvolvendo um conjunto de atividades internacionais em parcerias e cooperação com o Setor Privado Nacional e com grandes grupos de energia internacional, principalmente aqueles ligados ao desenvolvimento de empreendimentos hidroelétricos em países localizados na América do Sul, Central e na África.

Essa parceria com setor privado e instituições setoriais envolve a criação de acordos entre as partes com vistas à participação nos estudos e nos empreendimentos considerados relevantes pelas áreas técnicas das diversas instituições envolvidas no processo.

No mapa a seguir são apresentados os países onde, no exercício de 2008, foram identificadas oportunidades ligadas ao setor elétrico e que se encontram atualmente em fase de avaliação pela Eletrobrás e parceiros.



**Argentina:** UHE Garabi (1.800 MW) - Realização dos Estudos de inventário e viabilidade;

**Angola/Namíbia:** Aproveitamento Hidroelétrico Binacional de Baynes (360 MW) - Realização dos Estudos de Viabilidade;

**Nicarágua:** UHE Tumarín (180 MW) – Realização dos Estudos de pré-viabilidade;

**Peru:** Realização dos Estudos de Pré-Viabilidade dos seguintes aproveitamentos hidroelétricos: Paquitzapango (1.380 MW), Sumabeni (1.080 MW), Urubamba (950 MW), Cuquipampa (800 MW) e Vizcatan (750 MW) e Estudos de viabilidade do Aproveitamento Hidroelétrico de Inambari (2.000 MW)

**Venezuela:** Estudo de Interconexão de Energia, visando o intercâmbio elétrico entre os dois países.

Além disso, encontra-se em fase inicial de prospecção de novos empreendimentos em países da América do Sul, Central e África.

### **7.5 - Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel**

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) tem como principal objetivo a formação e a manutenção de uma infraestrutura de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia avançada em equipamentos e sistemas elétricos no país.

Os beneficiários da atuação do Centro transcendem o Sistema Eletrobrás. Entre eles estão o Ministério de Minas e Energia (MME) e entidades setoriais como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), além de concessionárias e fabricantes.

O Cepel possui um acervo de metodologias e programas computacionais em constante aperfeiçoamento e desenvolvimento que é aplicado no planejamento da expansão da geração e transmissão, considerando os aspectos de meio ambiente e a inserção de fontes alternativas, na operação de sistemas hidrotérmicos interligados e na operação da Rede Básica, inclusive em tempo real, sendo largamente utilizado em todo o setor elétrico. Desenvolve também estudos e pesquisas que geram tecnologias para transmissão, permitindo aumento da capacidade, redução das faixas de passagem e melhores traçados para instalação de linhas. Há também: o monitoramento e diagnóstico de equipamentos, visando otimização de investimentos e segurança na operação; conservação e uso eficiente de energia; metalurgia e novos materiais; e tecnologias de uso energético do hidrogênio.

Dá ainda apoio tecnológico a importantes programas e projetos governamentais, como: Luz Para Todos, Proinfa, Procel e Reluz, colaborando também na elaboração dos Planos de Expansão de Energia.

O Cepel possui um complexo de 30 laboratórios, onde são realizados ensaios para a condução de projetos de pesquisa, ensaios de tipo, análises periciais e de conformidade para certificação. Vários destes laboratórios são pioneiros no Brasil e sem similares na América do Sul.

O Cepel, em 2008, desenvolveu 105 projetos corporativos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) para as empresas do Sistema Eletrobrás, nos seguintes temas: Planejamento da Expansão da Geração (4); Meio Ambiente (4); Hidrologia Estocástica e Recursos Hídricos (3); Planejamento da Operação (5); Planejamento da Expansão da Transmissão (2); Planejamento, Operação e Análise de Redes (9); Tecnologias Scada/EMS (8); Automação Local e Análise de Perturbações (2); Tecnologia de Transmissão (11); Metalurgia e Materiais (7); Monitoramento e Diagnóstico de Equipamentos e Instalações (17); Conservação e Uso Eficiente de Energia (14); Geração Distribuída (6); Medidas Elétricas e Combate a Perdas (4); Energias Renováveis (3); Técnicas e Metodologias Computacionais (3); Análise Financeira de Projetos e Tarifas (1); Confiabilidade (1); Qualidade de Energia (1).

Os recursos aportados no Centro pela Eletrobrás, Chesf, Eletronorte, Eletrosul, e Furnas, no exercício de 2008, foram de cerca de R\$ 112 milhões. Foram investidos R\$ 28 milhões na modernização de laboratórios e infraestrutura para PD&I, o que corresponde a 93% do teto orçamentário de investimento (R\$ 30 milhões).

## 8 - INVESTIMENTOS

Os investimentos do Sistema Eletrobrás, em 2008, totalizaram R\$ 3,8 bilhões, o que correspondeu a uma realização de 62,9% em relação ao previsto de R\$ 6,2 bilhões. O percentual de realização desses investimentos contempla, principalmente, os segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Destaque para os projetos de irrigação de lotes na área de reassentamento na usina de Itaparica, implantação da UHE Símplicio, implantação da UHE-Passo São João e implantação da usina de Candiota III- Fase C. Na transmissão, destaque para ampliação do sistema de transmissão na Região Sul, reforços e melhorias no sistema de transmissão nas áreas de São Paulo e Minas Gerais e sistema de transmissão no Pará associado à UHE-Tucuruí. Na distribuição, os investimentos do Programa Luz para Todos.

Natureza dos Investimentos (R\$ milhões)	2008	2007	%
Geração	2.019	1.284	57,2
Transmissão	1.190	1.288	-7,6
Distribuição	384	332	15,7
Qualidade Ambiental	30	20	49,0
Pesquisa	28	18	55,6
Infra-estrutura	227	162	40,3
<b>Total Geral</b>	<b>3.878</b>	<b>3.104</b>	<b>24,9</b>

### 8.1 - Recursos Ordinários

Os recursos na forma de empréstimos e financiamentos aplicados em 2008 nas empresas controladas e distribuidoras totalizaram R\$ 1,3 bilhão, conforme a seguir:

Aplicações	Liberações		Total
	Econômica	Financeira	
Empréstimos/Financiamentos:	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
<b>Distribuidoras:</b>			
CEAL	---	30.800	30.800
CEPISA	---	31.584	31.584
CERON	8.251	13.559	21.810
Manaus Energia	---	457.488	457.488
<b>Controladas:</b>			
CGTEE	---	93.927	93.927
CHESF	---	17.135	17.135
Eletronuclear	106.434	88.501	194.935
Eletrosul	52.381	292.552	344.933
Furnas	---	113.000	113.000
<b>Itaipu</b>	<b>8.326</b>	<b>4.933</b>	<b>13.259</b>
<b>TOTAL</b>	<b>175.392</b>	<b>1.143.479</b>	<b>1.318.871</b>

## 9 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

Os investimentos do Sistema Eletrobrás incluídos no PAC realizaram, em 2008, R\$ 2,5 bilhões, equivalentes a 69,8% do montante de R\$ 3.5 bilhões aprovado para o ano. Quando comparado a 2007 observa-se um crescimento de 22,2%. Do montante realizado, 39% foram destinados à Região Sudeste, 29% à Região Sul, 21% à Região Norte e 11% à Região Nordeste. Já o percentual de realização orçamentária, por região, foi de 89,7% na Região Norte, 80,2% na Região Sudeste, 60,6% na Região Sul e 47,2% na Região Nordeste. Quanto ao tipo de segmento, 78,3% do investimento realizado deve-se aos projetos de Geração, 14,3% de Transmissão e 7,4% de Distribuição. As empresas que se destacaram apresentando uma realização orçamentária acima da média (69,8%) foram: Eletronorte (99,1%), Furnas (88,0%), Eletrosul (70,7%) e Ceal (99,0%).

Investimentos do PAC - R\$ milhões				
	2008		2007	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
<b>TOTAL</b>	<b>3.534.407</b>	<b>2.469.334</b>	<b>2.660.107</b>	<b>2.020.032</b>

### Investimentos em Geração:

#### 1 - Em implantação

Empreendedor	UHE	UF	MW	Operação Prevista
Consórcio Madeira Energia	Santo Antônio	RO	3.150	abr/12
Consórcio Energia Sustentável do Brasil	Jirau	RO	3.300	jan/13
Furnas, CPFL e CEEE	Foz do Chapecó	SC/RS	855	ago/10
Eletrosul e Copel	Mauá	PR	362	set/11
Eletrosul	Passo São João	RS	77	dez/09
Furnas, Cemig, Baguari	Baguari	MG	140	set/09
Furnas, Orteng, Logos e Alen	Retiro Baixo	MG	82	jan/10
Furnas	Simplício	MG	334	jul/10
Eletronorte, CHESF, CNO, Neoenergia	Dardanelos	MT	261	fev/10
Furnas	Batalha	MG	52	mar/11
Eletrosul	São Domingos	MS	48	dez/11
Furnas, Alcoa, DME e CCCC	Serra do Facão	GO	210	out/10
Empreendedor	UTN	UF	MW	Operação Prevista
Eletronuclear	Angra 3	RJ	1.350	out/14
Empreendedor	UTE	UF	MW	Operação Prevista
CGTEE	Candiota III	RS	350	jan/10

#### 2 - Em estudos de inventário

Empreendedor	UHE	UF	MW
Eletronorte, CCCC	Bacia do Rio Tapajós	PA/AM	10.682
Eletronorte, Engevix, Themag, OAS	Bacia do Rio Itacaiunas	PA	200

### 3 – Em estudos de viabilidade

Empreendedor	UHE	UF	MW	Op. Prevista
Eletronorte, EDP	Novo Acordo	TO	160	03/04/2015
CHESF, Queiroz Galvão e CNEC	Castelhano	PI/MA	94	19/12/2013
CHESF, Queiroz Galvão e CNEC	Estreito Parnaíba	PI/MA	56	19/12/2013
CHESF, Queiroz Galvão e CNEC	Cachoeira	PI/MA	63	01/06/2013
CHESF, Queiroz Galvão e CNEC	Uruçui	PI/MA	134	14/12/2014
CHESF, Queiroz Galvão e CNEC	Ribeiro Gonçalves	PI/MA	113	14/12/2014
CHESF, Desenvix e Odebrecht	Pedra Branca	PE/BA	320	04/09/2015
CHESF, Desenvix e Odebrecht	Riacho Seco	PE/BA	276	14/12/2014
Eletronorte, Maggi, Linear, MCA	Juruena	MT	46	30/07/2013
Furnas, PCE, Ener-Tech, Rialma, Schahin	Mirador	GO	80	09/07/2014
Furnas, PCE, Ener-Tech, Rialma, Q.Galvão	Maranhão Baixo	GO	125	03/09/2015
Furnas, Rialma, PCE e Queiroz Galvão	Buriti Queimado	GO	142	03/09/2015
Furnas, ELN, Enercamp, PCE, Ener-Tech, Alston, A.Gutierrez	Água Limpa	MT	380	14/12/2014

Empreendedor	AHE	UF	MW	Op. Prevista
Eletronorte/Eletronorte	Belo Monte	PA	11.181	30/04/2014
Eletronorte, CCCC	Marabá	PA	2.160	---
Eletronorte, Queiroz Galvão	Tabajara	RO	350	---
Eletronorte, CCCC, Alcoa e BHP	Serra Quebrada	MA/TO	1.328	30/09/2016
Eletronorte, Maggi, Linear, MCA	Cachoeirão	MT	64	19/12/2013
Eletronorte, Furnas, Alusa, Q.Galvão	Toricoejo	MT	76	19/12/2013
Eletronorte, Desenvix	Torixoreu	PA/TO	408	28/02/2017

### Investimentos em Linhas de Transmissão e Subestações:

#### 1 – Linhas de Transmissão Concluídas

Empreendimento	Tensão (Kv)	Empreendedor	Extensão (Km)	Op. Prevista
Colinas-Miracema	500	INTESA	173	23/05/2008
Miracema-Gurupi	500	INTESA	255	23/05/2008
Gurupi-Peixe Nova	500	INTESA	72	23/05/2008
Peixe Nova-Serra da Mesa 2	500	INTESA	195	23/05/2008
Desterro-Palhoça	230	Eletrosul	40	29/12/2008
Ji-Paraná - P.Bueno- Vilhema C1	230	Eletronorte	278	31/10/2008

Consórcio INTESA: Eletronorte 37% e Chesf 12%



## 2 – Linhas de Transmissão em Execução

Empreendimento	Tensão (Kv)	Empreendedor	Extensão (Km)	Op.Prevista
Milagres - Coremas	230	CHESF	120	31/05/2009
Pres. Médice - Santa Cruz I	230	Eletrosul	235	30/09/2009
Campos Novos - Nova Santa Rita	500	RS Energia	273	01/04/2009
Juba - Jauru	230	Brasnorte S.A	121	10/09/2010
Brasnorte - Nova Mutum	230	Brasnorte S.A	264	17/09/2009

## 10 – O MERCADO DE ENERGIA DO SISTEMA ELETOBRÁS

O consumo de energia elétrica apresentou crescimento de 3,8%, atingindo 392,8 TWh, de acordo com as informações divulgadas pela EPE, a respeito da evolução do mercado de energia elétrica no Brasil, durante o ano de 2008. Embora todas as regiões tenham crescido, apenas o Sudeste apresentou crescimento do consumo abaixo da média (3,3%), o que demonstra gradativa perda de sua participação para as demais regiões, sendo que a Região Centro-Oeste foi a que apresentou maior crescimento de consumo (7,0%).

Os diferentes comportamentos regionais em termos de evolução do consumo são explicáveis pelas diferentes potencialidades que cada região apresenta, sendo muito heterogêneas umas das outras.

Apesar de não mais existirem áreas de concessão, o Sistema Eletrobrás, através de suas empresas regionais, contribui para o desenvolvimento no âmbito das regiões por elas cobertas (que não correspondem exatamente às regiões geográficas brasileiras). No sul do país, a Eletrosul abrange não apenas os estados da Região Sul, como também Mato Grosso do Sul (Região Centro-Oeste), cuja população chega a quase 30 milhões de habitantes (aproximadamente 16% da população nacional) e cujo PIB regional representa cerca de 16% do nacional.

Furnas, por sua vez, é responsável pelo fornecimento de energia aos mercados regionais do Sudeste e Centro-Oeste (exceto Mato Grosso do Sul, atendido pela Eletrosul), nos quais se situam mais da metade dos domicílios brasileiros (51% do total) e que concentram 65% do PIB. De toda a energia consumida no Brasil, mais de 40% passam pelo Sistema Furnas. A participação da empresa no suprimento é de 97%, no Distrito Federal; 92%, no Rio de Janeiro; 91%, em Mato Grosso; 81%, no Espírito Santo; 61%, em Goiás; 58%, em São Paulo; 45%, em Minas Gerais; e 16%, no Tocantins.

Na Região Nordeste, a cobertura da Chesf se estende por uma área superior a um milhão de km<sup>2</sup>, habitada por mais de 50 milhões de pessoas. Entretanto, a venda de energia por região, embora continue sendo maior no Nordeste (40,9%), é praticamente igual para o Sudeste (38,2%), sendo 12,2%, para o Sul; 5,3%, para o Centro-Oeste; e 3,4%, para o Norte.

Já a Eletronorte possui uma cobertura que abrange os estados da Região Norte, além do Maranhão. A principal característica do mercado regional atendido por esta empresa é a de que, embora quantitativamente tanto a população quanto o PIB regionais sejam os menores do País, existem grandes plantas industriais eletrointensivas situadas na região, bem como há projetos de implantação de novas plantas e/ou de expansão das já existentes, o que representa um aumento de carga futuro.

Os desenvolvimentos regionais estão associados aos projetos que tem sido implementados ou que se pretendem implementar em cada região. Como exemplos destacam-se, no caso da Região Nordeste, a consolidação do pólo industrial de Suape, o pólo farmacêutico e de hemoderivados, em Pernambuco; no Ceará, a consolidação do pólo de Pecém e a

implantação da siderurgia; e, na Bahia, a consolidação do pólo automobilístico. Por seu turno, na Região Norte, o crescimento da carga deve ocorrer de forma mais intensa do que nas demais por conta da instalação de novas plantas industriais eletrointensivas. Na Região Centro-Oeste, a expansão do agronegócio acompanhado do aumento das atividades extrativistas tende a elevar o consumo na medida em que exige a instalação de plantas industriais de transformação (e.g., indústrias moveleira e siderúrgica), como vem ocorrendo na região. Já as Regiões Sudeste e Sul, por serem as mais industrializadas e desenvolvidas, tendem a perder participação no mercado nacional de energia elétrica por causa do crescimento mais acelerado das outras e pela própria tendência de migração das indústrias baseadas nestas regiões para as outras.

Quanto a participação na potência instalada nacional, que em 31/12/08 atingiu a marca de 102.609 MW, o Sistema Eletrobrás alcançou o montante de 39.402 MW instalados, representando 38% de participação percentual no Brasil.

### 10.1 – Expansão da Geração

A participação do Sistema Eletrobrás na expansão da oferta do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2008/2017 elaborado pela EPE/MME é muito expressiva, contribuindo ao longo de todo horizonte de estudo com 35.676 MW em projetos de geração, de forma direta ou em participação societária. Deste montante, 10.573 MW em projetos já com concessão, sendo 2.212 MW com participação direta e 8.362 MW com participação societária.

No horizonte indicativo da expansão, ou seja, de 2014 a 2017, o Sistema Eletrobrás participa com 26.400 MW futuros empreendimentos, como agente responsável pela elaboração dos projetos de forma direta ou em parceria com outros agentes.

Cabe salientar que o Sistema participa neste programa de expansão da oferta com 99% dos projetos em energia limpa, sendo 33.976 MW em projetos hídricos e 1.350 MW em usina nuclear (Angra III). Dentre os projetos hídricos destacam-se grandes empreendimentos como o AHE Belo Monte, UHEs do rio Madeira Santo Antônio e Jirau e projetos do Rio Tapajós.

Com vistas a participações nos próximos leilões de energia nova (A-5), o Sistema Eletrobrás vem desenvolvendo estudos e projetos hidráulicos, diretos e em parceria com agentes privados, no montante de 32.300 MW.

USINAS PREVISTAS PARA ENTRAR EM OPERAÇÃO				
EMPRESA	UHE	(MW)	Operação Comercial	Classificação
Eletrosul	Passo São João	77	nov/09	Leilão 2005
	Barra do Chapéu	15	ago/10	Autorização
Furnas	Simplicio	334	jul/10	Leilão 2005
	Batalha	53	fev/11	Leilão 2005
<b>UTE</b>				
CGTEE	Presidente Médici (Candiota III)	350	jan/10	Concessão
<b>UTN</b>				
Eletronuclear	Angra III	1.350	nov/14	Concessão

PRINCIPAIS PARTICIPAÇÕES EM SPES					
EMPRESA	UHE	Participação (%)	MW	Op.Comercial	Classificação
CHESF/Eletronorte	Dardanelos	24,5/24,5	261	jan/10	Leilão 2006
CHESF/Eletrosul	Jirau	20/20	3.300	jan/13	Leilão 2008
Eletrosul	Mauá	49	362	abr/11	Leilão 2006
Furnas	Peixe Angical	40	452	---	---
	Baguari	15	140	set/09	Leilão 2005
	Retiro Baixo	49	82	jan/10	Leilão 2005
	Foz do Chapecó	40	855	ago/10	Concessão
	Serra do Facão	49	210	out/10	Concessão
	Santo Antônio	39	3.150	mai/12	Leilão 2007

### 10.2 – Expansão da Transmissão

As empresas do Sistema Eletrobrás participaram ativamente das atividades relativas ao planejamento da expansão da transmissão do PDE 2008/2017. Parte dessa participação se efetiva através dos Grupos de Estudos de Transmissão Regionais (GET) de apoio à EPE, responsáveis pelo planejamento da transmissão em caráter regional. Além disso, destaca-se a participação do Sistema em estudos de interligações regionais e de integração de usinas.

Neste ciclo do PDE salienta-se o sistema de transmissão para integração do complexo hidrelétrico do Rio Madeira, sendo que a efetiva participação em seus estudos desempenhada por empresas do Sistema Eletrobrás refletiu-se no sucesso obtido no correspondente leilão de transmissão. Destaca-se também a interligação Tucuruí-Macapá-Manaus que possibilitará a integração de sistemas da região amazônica, hoje isolados, ao SIN.

As empresas do Sistema Eletrobrás incorporaram no ano de 2008 ao Sistema Interligado Nacional (Rede Básica) 504 km de linhas de transmissão e 3.077 MVA em capacidade de transformação em subestações.

Além disso, as empresas em parceria com empreendedores privados, constituindo as Sociedades de Propósitos Específicos (SPE), contribuíram com o acréscimo de mais 695 km de linhas de transmissão e 672 MVA em capacidade de transformação em subestações ao Sistema Interligado Nacional.

Na tabela a seguir, destacamos os principais empreendimentos de transmissão que a Eletrobrás desenvolveu no exercício, isoladamente ou em parcerias:

LINHAS DE TRANSMISSÃO			
Empreendimento	Tensão (kV)	Empresa/Parceria	Extensão (KM)
Gravataí 3/ Atlântida 2	230	Eletrosul	102
Pimenta Bueno/ Vilhena	230	Eletronorte	160
Miracema/ Gurupi	500	INTESA*	255
Peixe 2/ Serra da Mesa 2	500	INTESA	195

\*Eletronorte 37%; Chesf 12%

SUBESTAÇÕES			
Empreendimento	Tensão (kV)	Empresa/Parceria	Potência (MVA)
Vilhena	230	Eletronorte	120
Nova Santa Rita	525	Eletrosul	672
Barreiras	230	CHESF	200
Biguaçu	500	Eletrosul/SC Energia	672

### 10.3 - Leilão de Linhas de Transmissão

Durante 2008, as empresas do Sistema Eletrobrás participaram dos quatro leilões de transmissão, promovidos pela ANEEL, atraindo investidores nacionais, internacionais e fundos de pensão. O sucesso obtido pelo Sistema nos leilões demonstra a força e a competência das empresas, arrematando 13 dos 29 lotes leiloados, compreendendo um total de 6.415 km de Linhas de Transmissão, representando cerca de 59,3% do total ofertado (10.813 km). A operacionalização desses empreendimentos propiciará uma receita anual de cerca de R\$ 868,8 milhões, dentre os quais destacamos os seguintes empreendimentos:

**Leilão 004-2008** – o Consórcio Amazônia, composto pela Eletronorte e a Chesf em parceria com empreendedores privados, arrematou o Lote C - Interligação Tucuruí - Macapá – Manaus;

**Leilão 007-2008** – realização de leilão referente ao sistema de transmissão das usinas do Rio Madeira, no qual os investimentos previstos para a implantação dos lotes superaram R\$ 6 bilhões. Além disso, o Consórcio Integração Norte Brasil, composto pela Eletronorte e a Eletrosul, em parceria com empreendedores privados, arrematou o Lote A, o Lote C e o Lote G. E ainda, o Consórcio Madeira Transmissão, composto pela Chesf e Furnas, em parceria com empreendedores privados, arrematou o Lote D e o Lote F;

**Leilão 008-2008** - o Consórcio Transenergia Renovável, composto por Furnas, em parceria com empreendedores privados, arrematou o Lote C: LT 230 kV Chapadão – Jataí, CD com 128 km; LT 230 kV Barra dos Coqueiros – Quirinópolis, CS com 50 km; LT 230 kV Palmeiras – Edéia, CS com 60 km; SE Jataí 230 kV; SE Quirinópolis 230 kV; SE Edéia 230 kV, com uma Receita Anual Permitida – RAP de R\$ 34,5 milhões.

### 10.4 - Interligações Fronteiriças

#### Interligação com o Uruguai através da estação conversora de frequência de Rivera:

Durante 2008, a Eletrobrás, por meio de acordo com a empresa estatal uruguaia *Administración Nacional de Usinas y Transmisiones Eléctricas (UTE)* cedeu, mediante ressarcimento, o direito de uso das instalações da conversora. O resultado da comercialização da conversora de Rivera na CCEE até o mês de novembro foi positivo em R\$ 12,6 mil.

#### Interligação com a Argentina por meio da estação conversora de frequência de Uruguiana:

Em 2008, continuaram as reuniões envolvendo a Eletrobrás, a Eletrosul e a *Emprendimientos Energeticos Binacionales Sociedad Anônima (Ebisa)*, com o objetivo de negociar o equacionamento da dívida da empresa Argentina *Ebisa* com a Eletrosul, de forma a viabilizar a retomada das operações de intercâmbio através daquela conversora.

## 10.5 – Comercialização de Energia Elétrica

Empresas	2007		2008	
	MWh	R\$ - milhões	MWh	R\$ - milhões
CGTEE	1.670.547,17	142	2.127.335,29	195
Eletronorte	37.023.340,90	3.595	53.130.566,96	4.623
Chesf	49.596.126,15	3.573	50.692.554,83	4.423
Furnas	36.388.690,00	2.599	42.212.472,00	2.645
*Eletronuclear	11.334.548,00	1.356	12.851.578,00	1.570
<b>Total</b>	<b>136.013.252,22</b>	<b>11.265</b>	<b>161.014.507,08</b>	<b>13.456</b>

\* Toda energia produzida pela Eletronuclear é adquirida por Furnas.

### UHE ITAIPU

A Lei nº. 10.438, de 26/4/02, determinou que a Eletrobrás fosse o Agente Comercializador de Energia de Itaipu. Nessa condição, a empresa, no ano de 2008, repassou para as concessionárias das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, 67.902.120 MWh de energia vinculada à potência contratada, o que correspondeu a um faturamento de aproximadamente US\$ 3.2 bilhões. A energia suprida acima daquela vinculada à potência contratada e adquirida pela Eletrobrás foi de 14.891.612 MWh, correspondente a um faturamento junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica de R\$ 316 milhões.

## 11 - DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Em razão do expressivo lucro apurado em 2008, no montante de R\$ 6,1 bilhões, foi permitido à Eletrobrás destinar aos seus acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio (JCP), o montante de R\$ 1,7 bilhão. Comparativamente a 2007, esse montante representou um crescimento de 53%. Da mesma forma com relação ao lucro líquido por ação em 2007 que, em razão do lucro de R\$ 1,5 bilhão, suscitou num lucro líquido por ação de R\$ 1,37, enquanto que, em 2008, esse lucro por ação passou a ser de R\$ 5,43.

A receita financeira líquida fundamentalmente decorrentes dos financiamentos e empréstimos concedidos geraram um ganho de R\$ 2.503 milhões, representando, no entanto, uma queda de 18% no nível das receitas dessa natureza, em relação ao exercício anterior, como decorrência da flutuação cambial mensal sobre os saldos devedores.

Cabe destaque os ganhos auferidos com o reconhecimento do efeito da inflação norte-americana, medida pelos índices *Industrial Goods* e *Consumer Price*, que incidem sobre a comercialização da energia da Itaipu Binacional, que impactaram de forma positiva o resultado do exercício, em R\$ 3.666 milhões. Com isto, a atividade de comercialização de energia elétrica, gerou um expressivo ganho na ordem de R\$ 1.619 milhões correspondente ao reconhecimento do ativo regulatório a ser realizado financeiramente até 2023, nas operações de repasse de energia, líquido do repasse ao Tesouro Nacional (R\$ 2.047 milhões).

A valorização do Real em relação ao Dólar Norte-Americano e o fato de a ELETROBRÁS deter relevante parcela de seus recebíveis (líquidos de obrigações) – R\$ 16.893 milhões (US\$ 7,229 milhões), indexados principalmente à moeda norte-americana criaram um cenário de ganho para a Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2008. Nos 12 meses de 2008 a ELETROBRÁS registrou ganho cambial de R\$ 4.297 milhões, contra uma perda de R\$ 3.001 milhões no exercício de 2007. No tocante às variações monetárias decorrentes dos níveis internos de preços, no exercício de 2008 a Companhia verificou um ganho de R\$ 998 milhões, enquanto que em 2007, foi apurado um ganho de R\$ 528 milhões.

Os principais indexadores dos contratos de financiamentos e de repasses tiveram as seguintes variações nos períodos:

	12 MESES DE 2008	12 MESES DE 2007
Varição - IGPM	9,80%	7,75%
Varição - SELIC	12,50%	11,25%
Varição - DÓLAR	31,94%	-17,15%
Varição - EURO	26,55%	-7,50%

O reconhecimento dos resultados das 32 empresas investidas pela ELETROBRÁS impactou positivamente o resultado neste exercício em R\$ 383 milhões pela equivalência patrimonial, fortemente influenciado pelo prejuízo da ELETRONORTE, no montante de R\$ 2.408 milhões, provocado pela despesa financeira de R\$ 1.508 milhões, e pelo reconhecimento de provisões para redução ao valor recuperável de ativos de longa duração (impairment), no montante de R\$ 650 milhões decorrente da adoção da Lei 11.638/2007. No mesmo período do exercício anterior, o reflexo positivo da equivalência patrimonial total foi de R\$ 1.883 milhões.

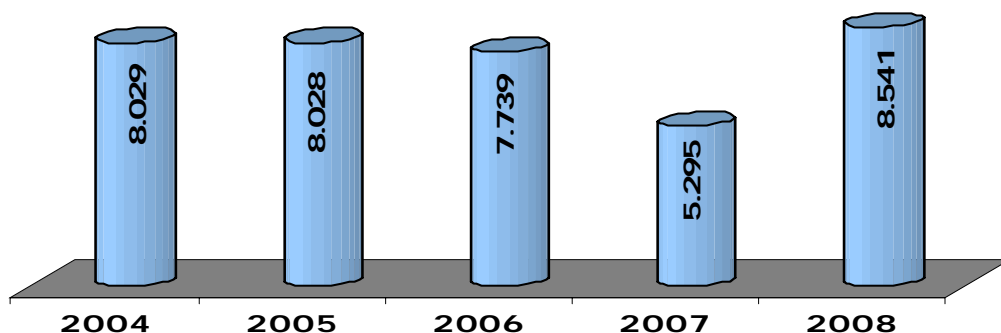
### 11.1 - Lucro Líquido das Controladas

(R\$ milhares)

Empresas	2008	2007
CGTEE	-292.202	-69.149
Chesf	1.437.291	652.630
Eletronorte	-2.424.558	-542.315
Eletronuclear	-282.070	117.668
Eletrosul	268.250	196.940
Furnas	454.518	800.222
Itaipu	835.885	1.321.590
Eletropar	10.664	16.097
<b>Distribuidoras</b>		
Ceal	32.487	-22.704
Cepisa	-98.736	-81.197
Ceron	-50.158	-54.362
Eletroacre	152	4.093
Manaus Energia	198.845	-601.706

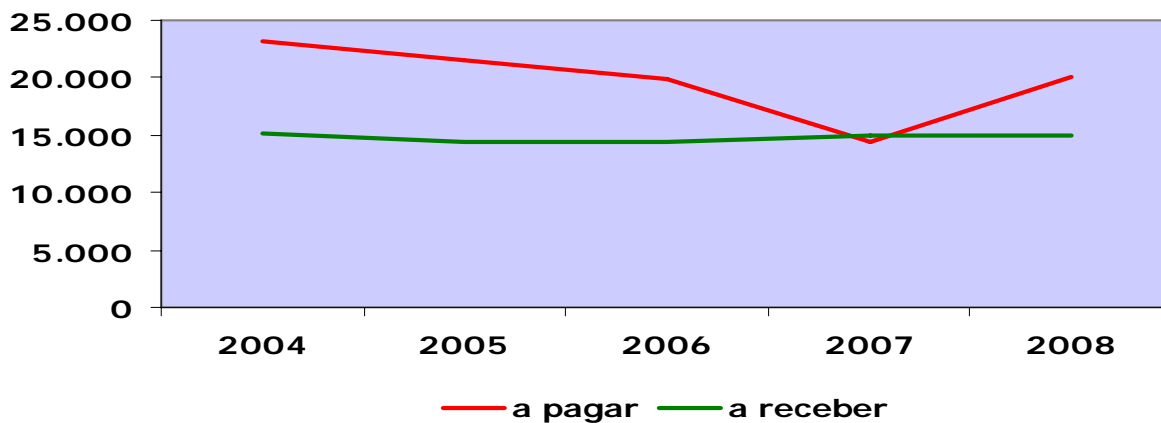
## 11.2 – EBITDA

R\$ milhões

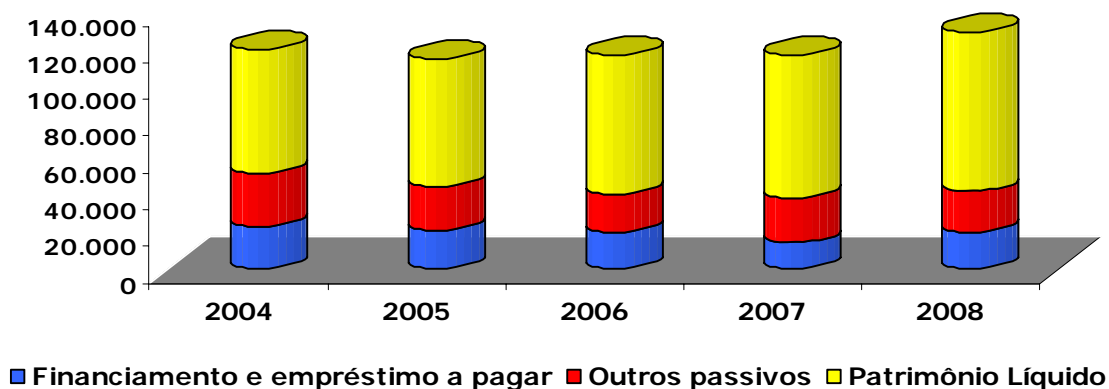


## 11.3 - Estrutura de Capital e Endividamento Consolidado

Financiamento / Empréstimo - R\$ milhões



Endividamento - R\$ milhões



Fluxo do Financiamento – R\$ milhões							
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Após 2014
Endividamento	1.714.611	1.537.342	1.203.083	1.514.850	1.511.167	1.445.406	11.085.716

### Financiamentos e Empréstimos Concedidos:

Controladas e Itaipu:	Saldo em 31.12.2008	Saldo em 31.12.2007
CGTEE	574.974	---
Chesf	3.460.807	4.211.228
Eletronorte	7.589.415	6.014.378
Eletronuclear	2.902.701	2.448.667
Eletrosul	592.161	186.566
Furnas	1.178.001	996.262
Itaipu	18.416.525	14.671.171

### 11.4 Resultado Primário

Em 2008, destaca-se o bom desempenho das empresas controladas do Sistema Eletrobrás para o Resultado Primário, cuja meta estabelecida para o período conforme Decreto nº. 6.646, de 18 de novembro de 2008, foi de R\$ 1.441 milhão.

Período	Resultado	R\$ milhões
2008	Superávit	2.585
2007	Superávit	2.783
2006	Superávit	2.137
2005	Superávit	2.865
2004	Superávit	1.650

## 12 - AUDITORES INDEPENDENTES

Companhias	Auditor Independente
CGTEE	Deloitte Touche Tohmatsu
Chesf	Boucinhas & Campos + SOTECONTI
Eletronorte	BDO Trevisan
Eletronuclear	HLB Audilink e CIA
Eletrosul	Horwath Tufani, Reis & Soares
Furnas	HLB Audilink e CIA
Itaipu	BDO Trevisan
Eletropar	Russell Bedford Brasil

## 13 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O ano de 2008 foi marcado por uma conjuntura econômica de incertezas e de alta volatilidade nos mercados financeiro e de capitais. Para esse exercício, estava previsto no Programa de Dispendios Globais (PDG) da Eletrobrás a realização de uma captação no valor de US\$ 1 bilhão. Assim sendo, a Eletrobrás desenvolveu as operações descritas a seguir.



Em 08/08/2008 foi concluída a contratação de um empréstimo sindicalizado, na modalidade A/B Loan, mediante a assinatura do contrato de empréstimo entre a Eletrobrás e a Corporación Andina de Fomento (CAF). O empréstimo, no valor de US\$ 600 milhões, foi estruturado da seguinte forma: parte A, de US\$ 150 milhões, da CAF, com prazo de 12 anos; e, parte B, no valor de US\$ 450 milhões, de um sindicato de bancos, liderado pelo Citi, BNP Paribas e *Société Generale*, com prazo de sete anos. A taxa média de juros da operação contratada foi de 1,64% acima da LIBOR de 6 meses.

Adicionalmente, a Eletrobrás iniciou o processo de autorização junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para realizar uma operação no valor de US\$ 400 milhões, sob a forma de bônus no mercado internacional. No entanto, após a obtenção da autorização ao final de novembro/2008, o mercado de bônus não se encontrava favorável a emissões, fato que determinou a postergação da referida emissão. A autorização já obtida, no entanto, permanece válida para o ano de 2009.

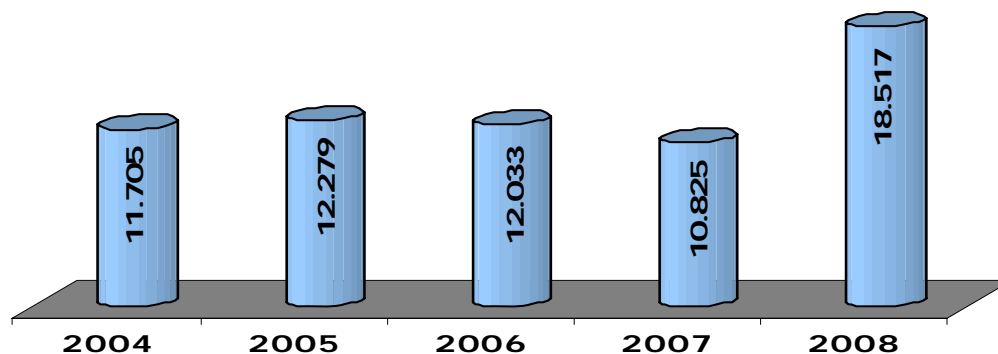
Durante o ano foram também desenvolvidas as negociações para contratação de empréstimo junto ao *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (KfW), no valor de € 37,2 milhões, com aval da União. Em 12/12/08 foram assinados os contratos referentes à primeira tranche, de € 13,3 milhões, entre a Eletrobrás e o KfW. Os recursos serão aplicados no Projeto de Construção de quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas denominadas Complexo São Bernardo, formado pelas seguintes PCH's: Barra do Rio Chapéu - 15 MW, João Borges - 19 MW, Itararé - 9 MW e Pinheiro - 10 MW, sob responsabilidade da Eletrosul.

Por fim, foram iniciadas as primeiras gestões junto ao BIRD e aos demais órgãos autorizativos, para obtenção de empréstimo no valor de US\$ 500 milhões, cujos recursos serão destinados ao Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás e ao Programa de Investimentos nas Empresas de Distribuição da Eletrobrás.

#### 14 - VALOR ADICIONADO

Distribuição do Valor Adicionado %		
	2007	2008
Terceiros	26,72	15,43
Acionistas	15,05	33,14
Pessoal	32,99	20,78
Governo	25,23	30,65

#### Valor Adicionado - R\$ milhões



## **15 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO**

O Empréstimo Compulsório, instituído com a finalidade de expansão e melhoria do Setor Elétrico Brasileiro, foi cobrado e recolhido dos consumidores industriais com consumo mensal igual ou superior a 2.000 kWh, através das faturas de energia elétrica emitidas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica. O montante anual dessas contribuições, a partir de 1977, passou a constituir crédito escritural, nominal e intransferível, sempre em 1º de janeiro do ano seguinte, identificado pelo Código de Identificação do Contribuinte do Empréstimo Compulsório (CICE).

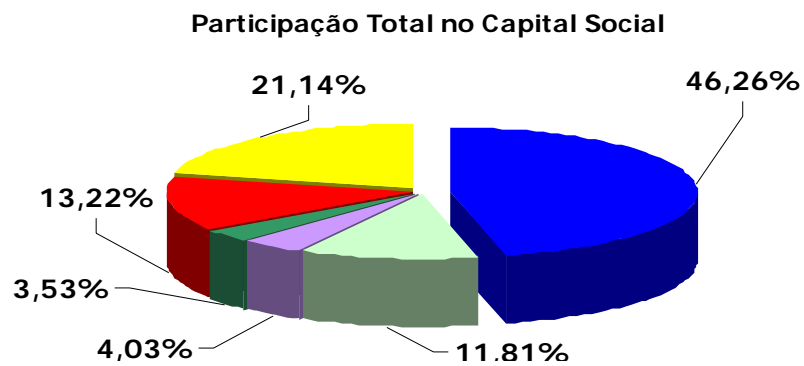
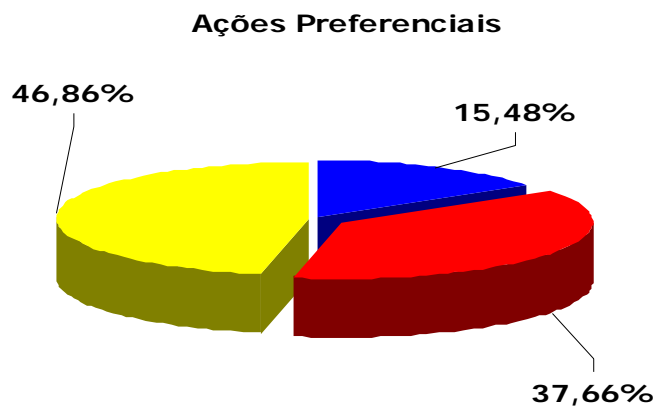
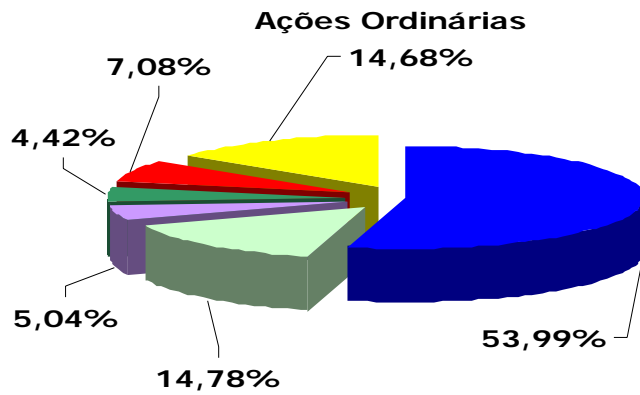
Dando continuidade à política de atendimento aos acionistas oriundos da capitalização dos créditos do empréstimo compulsório, em 2008, a Eletrobrás implantou no sistema escritural do Banco Bradesco S.A. o montante de 5.465.096 (cinco milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil e noventa e seis) ações preferenciais da classe "B", e enviou às empresas concessionárias distribuidoras de energia elétricas, para repasse aos consumidores industriais, o montante de R\$ 10.560.685,06 (dez milhões, quinhentos e sessenta mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e seis centavos) referente aos juros da correção dos créditos do empréstimo compulsório.

## **16 - MERCADO DE CAPITAIS**

### **16.1 - Base acionária**

No ano de 2008, a Eletrobrás, por meio da 153ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 25/9 do mesmo ano, deliberou um aumento do capital social em razão da 4ª conversão dos créditos do empréstimo compulsório, homologado na 151ª AGE, de 30/4/08, no montante de R\$ 202.374.761,75 (duzentos e dois milhões trezentos setenta quatro mil setecentos sessenta um reais e setenta cinco centavos), mediante emissão de 224.328.055 (duzentos vinte quatro milhões trezentos vinte oito mil e cinqüenta cinco) ações para 227.186.643 (duzentos vinte sete milhões cento oitenta seis mil seiscentos quarenta três) ações. Outro fato relevante para o aumento do capital foi a capitalização do excesso das reservas de lucros no montante de R\$ 1.859.401.181,87 (um bilhão oitocentos cinqüenta nove milhões quatrocentos e um mil e oitenta sete centavos), passando o capital social da Eletrobrás de R\$ 24.235.828.852,78 (vinte quatro bilhões duzentos trinta milhões oitocentos vinte oito mil oitocentos cinqüenta dois reais e setenta oito centavos), para R\$ 26.156.567.211,64 (vinte seis bilhões cento cinqüenta seis milhões quinhentos sessenta sete, mil duzentos onze reais e sessenta quatro centavos), correspondentes a 905.023.527 (novecentos cinco milhões vinte três mil quinhentos vinte sete mil) ações ordinárias, 146.920 (cento quarenta seis mil novecentos vinte) ações preferenciais da classe "A" e 227.186.643 (duzentos vinte sete milhões cento oitenta seis mil seiscentos quarenta três) ações preferenciais da classe "B", totalizando 1.132.357.090 (um bilhão cento trinta dois milhões trezentos cinqüenta sete mil e noventa) ações.

Composição do Capital Social da Eletrobrás em dezembro de 2008.

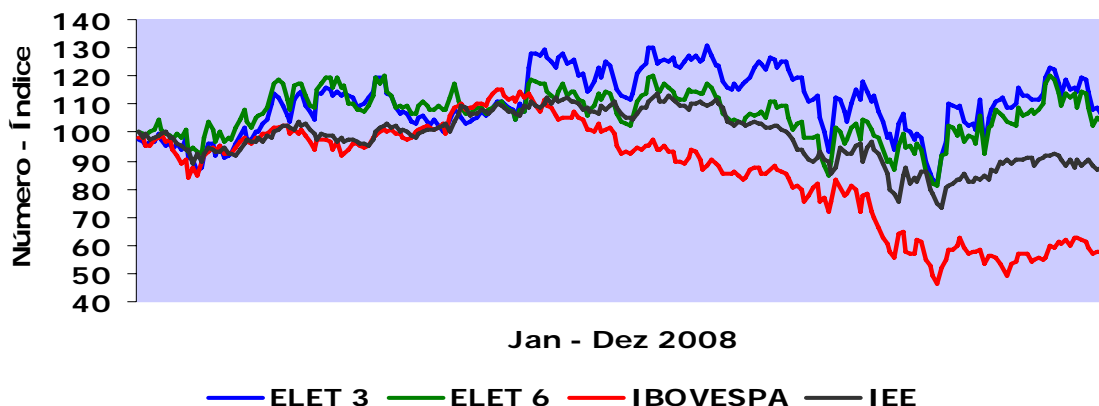


■ União ■ BNDESPAR ■ FND ■ FGP ■ Minoritários Residentes ■ Minoritários Não Residentes

## 16.2 - Análise das Ações da Eletrobrás

Conforme demonstrado abaixo, em número-índice, a evolução das ações da Eletrobrás e do Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (IBOVESPA). No período de dezembro de 2007 a dezembro de 2008 houve uma desvalorização do IBOVESPA de 41,22%, enquanto que as ações ordinárias (ELET3) e as preferenciais (ELET6) valorizaram-se 8,19% e 5,36%, respectivamente.

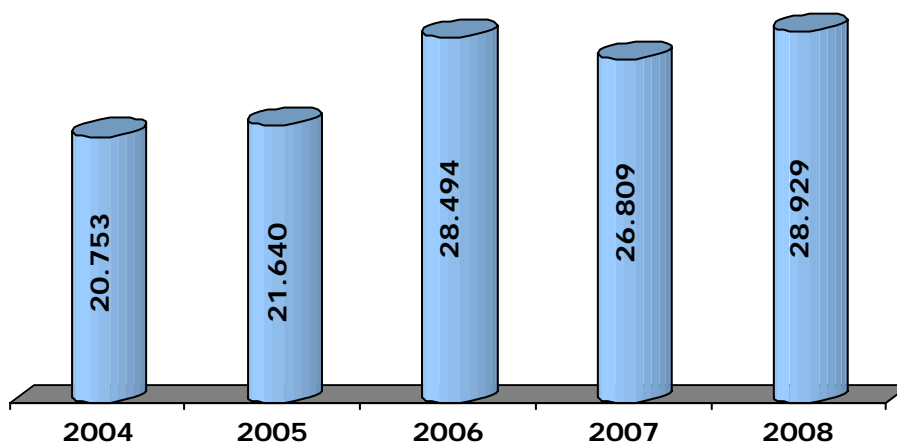
**ELET 3, ELET 6, IBOVESPA e IEE (Dez 2007 =100)**



**ELET-3:** As ações ordinárias da Eletrobrás encerraram o ano de 2008 cotadas, na Bolsa de Valores de São Paulo, à R\$ 25,89, o que representa uma valorização de 9,9% em relação ao encerramento de 2007, quando apresentou a cotação ajustada de R\$ 23,55. Em 05 de agosto do mesmo ano, verificou-se a cotação de fechamento mais alta do ano, R\$ 31,25, enquanto que a mais baixa, R\$ 19,64, foi registrada em 27 de outubro.

**ELET-6:** As ações preferenciais da Eletrobrás encerraram o ano de 2008 cotadas, na Bolsa de Valores de São Paulo, à R\$ 24,18, com uma variação de 11,9% em relação ao encerramento de 2007, quando apresentou a cotação ajustada de R\$ 21,62. A cotação de fechamento mais alta, R\$ 27,60, foi registrada em 16 de julho e a mais baixa, R\$ 18,61, em 27 de outubro.

## 16.3 - Valor de Mercado (R\$ milhões)



## 16.4 – Rating

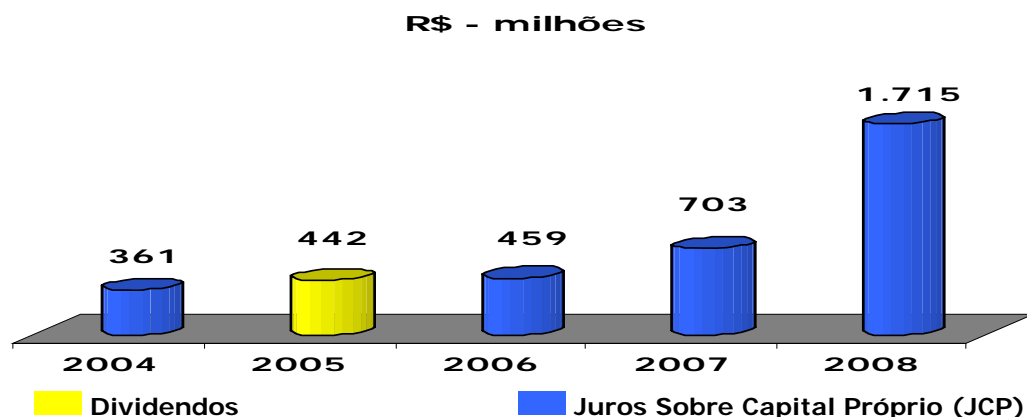
A classificação de risco dos papéis de dívida da Eletrobrás está relacionada diretamente com a classificação de risco obtida pelo país por ser a União o seu acionista majoritário. Em 30/4/08, a agência de classificação de risco Standard & Poor's concedeu grau de investimento ao Brasil. O rating soberano, na escala global, encerrou 2008 com nível BBB+ para negócios em moeda nacional e BBB- para moeda estrangeira.

O bônus da Eletrobrás com vencimento para 2015 encerrou o ano com *rating* BBB- para negócios em moeda estrangeira, segundo a agência de classificação de risco Standard & Poor's. O maior valor registrado ocorreu em 27 e 28 de outubro, 11,29%, enquanto o menor, 6,02%, verificado em 09 de junho.

## 16.5 - Relacionamento com Acionistas e Investidores

Em conformidade com sua política de prestação de informações ao mercado e das regras do Nível 1 de Governança Corporativa da BOVESPA, a empresa realiza, semestralmente, reuniões nas APIMECs regionais do país: SP, MG, DF, S, NE e RJ. Inclusive, recebeu certificados de assiduidade em todas as praças citadas. Ademais, com o objetivo de apresentar a empresa aos investidores estrangeiros, reuniões na Europa e nos Estados Unidos – *Roadshows* – tem sido realizadas pela área de Relações com Investidores, anualmente.

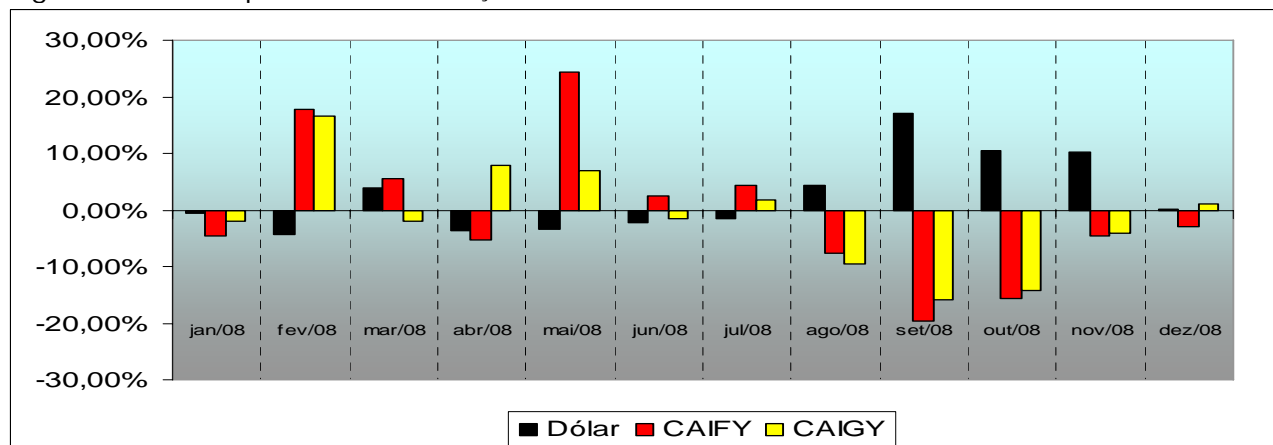
## 16.6 - Remuneração aos Acionistas



## 16.7 - Programa de ADRs - Bolsa de Nova Iorque – (NYSE)

**CAIFY/CAIGY:** Negociados na sob a forma de ADR, as ações ordinárias (CAIFY) e as preferenciais (CAIGY) encerraram o ano de 2008 com a cotação de US\$ 11,19 e US\$ 10,59, respectivamente. Influenciados pela desvalorização do Real, esses papéis apresentaram uma perda de 13,6% (CAIFY) e 17,9% (CAIGY) em relação ao encerramento de 2007.

O gráfico abaixo apresenta as variações do dólar e dos ADR's no ano de 2008:

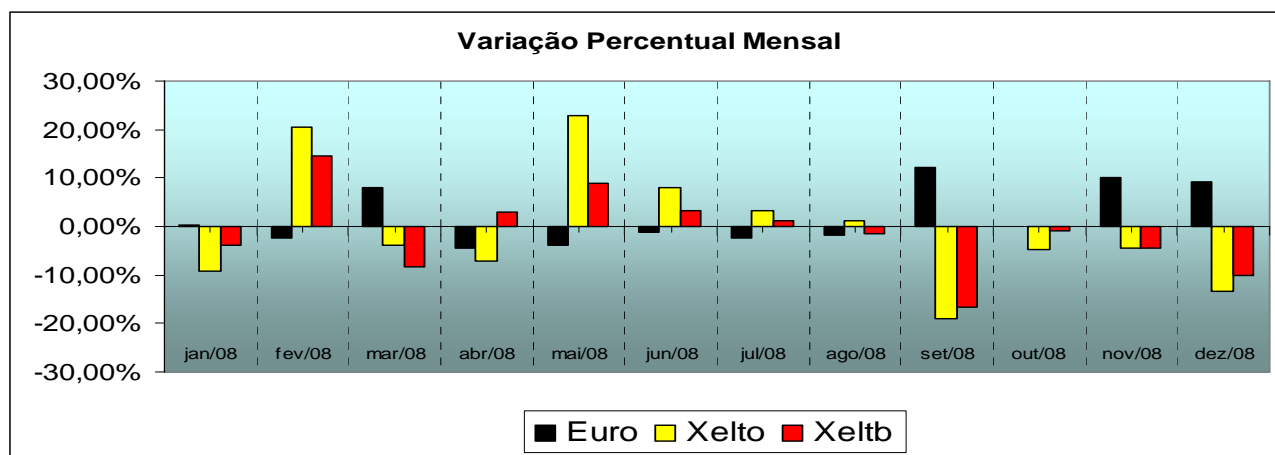


As ações da Eletrobrás foram negociadas no mercado de balcão dos Estados Unidos até 30/10/08 por meio do programas de ADR nível I. Após esse período, tanto as ações ordinárias (CAIFY) quanto as preferenciais (CAIGY) passaram a ter seus negócios realizados na NYSE sob o símbolo EBR e EBRB, respectivamente. Em 2008, as ações ordinárias desvalorizaram-se 13,59% e as preferenciais 17,91%, enquanto que o real depreciou-se em relação ao dólar 31,94%.

## 16.8 – Latibex - Bolsa de Valores de Madrid

**XELTO/XELTB:** Na Bolsa de Valores de Madrid, as ações ordinárias (XELTO) e as preferenciais (XELTB), negociadas no programa Latibex, encerraram o ano de 2008 cotadas à € 7,99 e € 7,49, respectivamente. Também em função da desvalorização do Real, verificou-se uma variação negativa de 13,3% para as ordinárias e 17,2% para as preferenciais.

O gráfico abaixo apresenta as variações do Euro e das ações na Bolsa de Madrid no ano de 2008:



## 17 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INDUSTRIAL – PDTI

### 17.1 - Pesquisa & Desenvolvimento (P&D):

Em cumprimento à Lei nº. 9.991, de 24/7/00, alterada pela Lei nº. 10.848 de 2004 e pela Lei nº. 11465 de 2007, as concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica, seguindo a regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), investem 0,4% de sua receita operacional líquida (ROL) em P&D e recolhem também 0,4% da ROL para o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) como contribuição para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico e Industrial (FNDCT). Outra parcela de 0,2% é recolhida para o Ministério das Minas e Energia (MME) como sustentação dos estudos de planejamento da expansão do sistema energético brasileiro, realizado permanentemente pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que é subordinada àquele Ministério.

As Empresas Distribuidoras, semelhantemente às de geração e transmissão, devem investir obrigatoriamente 0,2% das suas receitas operacionais líquidas em P&D. Recolhem também 0,2% da ROL ao MCT para o FNDCT, 0,10% para o MME/EPE e 0,5% em Eficiência Energética.

Além das inversões e contribuições, acima citadas, a “holding” Eletrobrás destina anualmente 0,5% de seu capital social ao Fundo de Desenvolvimento Tecnológico (FDT), cuja parcela mais importante (de 60% a 70%) beneficia o Centro de Pesquisas Elétricas (CEPEL). Ainda as suas empresas controladas contratam no CEPEL os chamados Projetos Institucionais, dirigidos basicamente para P&D.

Em 2008, sob a égide desta lei, o Sistema Eletrobrás investiu R\$ 124,7 milhões via P&D ANEEL, R\$ 139,6 milhões em Projetos no CEPEL totalizando R\$ 264,3 milhões. Adicionalmente, foram recolhidos R\$ 44,9 milhões ao MCT e R\$ 26,6 para MME/EPE.

No que tange às ações executadas diretamente pela Eletrobrás em 2008, o Departamento de Projetos Corporativos deu prosseguimento à sua carteira de convênios referentes à P&D, alguns deles envolvendo parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e os demais apoiados integralmente pela Diretoria de Tecnologia da Eletrobrás, bem como as ações destinadas ao incentivo ao PDTI.

Dentre os projetos encerrados em 2008, destaca-se o “Atlas Eólico do Estado de Alagoas”, desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (LACTEC) e pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) cujos resultados servirão de base para futuros investimentos em projetos de energia eólica naquele estado.

Ressalte-se ainda que em 2008 a Diretoria de Tecnologia foi reestruturada, contando agora com uma área de Gestão Tecnológica, que irá planejar e priorizar as ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D+I) e eficiência energética no âmbito das empresas do Sistema.

### **17.2 – Logística de Suprimento**

As principais atividades na área de logística, em 2008, foram as seguintes: a manutenção do Sistema Eletrobrás de Classificação de Material (SECLAM), projeto responsável pela padronização dos descritivos de materiais utilizados na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; a catalogação de dois mil pedidos de materiais, equipamentos e serviços do Setor Público, empregados em geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, no Centro de Catalogação do Setor Elétrico (CECASE); o apoio logístico às políticas de planejamento de compras das empresas do grupo Eletrobrás, visando à programação setorial das aquisições de bens e serviços junto aos fornecedores; a manutenção de sistemas de banco de dados nas aéreas de preços praticados, intercâmbio de materiais e cadastro de fornecedores para o Sistema Eletrobrás; a elaboração da Política de Logística de Suprimento do Sistema Eletrobrás, objetivando fortalecer o poder de compra das empresas, em conformidade com as estratégias de gestão empresarial e Governança Corporativa estabelecidas pelo Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás; a capacitação da Indústria Nacional e Programas de Política de Suprimento e Logística.

### **17.3 – Normas e Qualidade**

As principais atividades na área de normas e qualidade foram as seguintes:

- No Projeto NBR 19000 foram realizadas seis auditorias da qualidade no âmbito do “Programa de auditorias para seccionadoras” e duas no âmbito do “Programa de auditorias de estruturas metálicas”. Além disso, foi realizada uma palestra com o objetivo de divulgar o Projeto NBR 19000 para a indústria eletroeletrônica. Foi feito também um curso “in company” de auditor líder da qualidade, com o objetivo de formar auditores líderes para o Projeto.
- A Divisão de Normas e Qualidade coordena o grupo de trabalho que está elaborando a Política de Qualidade para Fornecedores do Sistema Eletrobrás. Esta política é um dos projetos no âmbito da vertente Reorganização do Modelo de Gestão Empresarial, do Plano de Transformação da Eletrobrás.
- Em relação à Certificação ISO 9001, a Divisão de Normas e Qualidade manteve a certificação em seus processos após auditoria realizada pela BRTÚV.
- Atendimento de demandas específicas do Setor em Normalização, como por exemplo, a elaboração na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por grupo secretariado pela Eletrobrás, de Normas Brasileiras sobre Aerogeradores, com base em normas internacionais da *International Electrotechnical Commission* (IEC).

Normas Técnicas de Sistemas de Gestão: foram desenvolvidas atividades inerentes à coordenação exercida pela Eletrobrás de Sub-comitê 1 do Comitê Técnico TC 176 - *Quality, da*

ISO; coordenação de grupos na ABNT/CB-25-Qualidade e CB-38-Gestão Ambiental e participação nos Comitês Gestores desses Comitês

## 18 - GESTÃO DE FUNDOS SETORIAIS

### 18.1 - Reserva Global de Reversão – RGR

Na condição de gestora dos recursos oriundos da RGR, conforme legislação em vigor, a Eletrobrás aplicou no exercício financeiro de 2008, o montante de R\$ 914 milhões. A movimentação referente aos ingressos e às aplicações desses recursos, ocorrida durante o ano de 2008 está apresentada no quadro a seguir:

#### Ingressos e aplicações em 2008:

Movimentação	Em R\$ milhões
<b>Ingressos:</b>	<b>2.816</b>
Arrecadação de quotas	1.436
Outros	1.380
<b>Aplicações:</b>	<b>1.719</b>
Financiamentos	915
Outras	804

Região	Financiamento Liberado - R\$ milhões	%
Norte	92	10,1
Nordeste	212	23,1
Centro-Oeste	119	13,0
Sul	224	24,5
Sudeste	268	29,3
<b>TOTAL</b>	<b>915</b>	<b>100,0</b>

#### Linhas de crédito

Programa	Liberações – R\$ milhões	%
Luz Para Todos	514	56,2
Reluz/Conservação	27	2,9
Geração	91	9,9
Transmissão	167	18,3
Distribuição	79	8,6
Revitalização de Parques Térmicos	2	0,3
Outros	35	3,8
<b>TOTAL</b>	<b>915</b>	<b>100,0</b>

### 18.2 - Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Para compensar as concessionárias de energia elétrica pela redução de receitas oriundas do atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda, foi criada a subvenção econômica, a princípio com recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), e depois, em 2004, da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Em 2008, foi liberado, a título dessa fonte de recursos R\$ 2.866 milhões, sendo R\$ 1.661 milhão para Baixa Renda, atendendo a



diversas concessionárias de distribuição de energia elétrica e R\$ 1.206 milhão para o Programa Luz Para Todos, conforme movimentação apresentada a seguir:

### **Ingressos e Aplicações em 2008:**

<b>Movimentação</b>	<b>Em R\$ milhões</b>
<b>Ingressos: CDE+UBP+Multas Aneel:</b>	<b>3.532</b>
Arrecadação de quotas	2.583
Outros	949
<b>Aplicações:</b>	<b>3.546</b>
Subvenção Luz Para Todos	1.205
Subvenção Baixa Renda	1.661
Outras	680

### **18.3 - Conta de Consumo de Combustível – CCC - Sistemas Isolados**

A Conta de Consumo de Combustíveis dos Sistemas Isolados (CCC-Isol) é um Fundo Setorial gerido pela Eletrobrás que visa à cobertura de parte das despesas com aquisição de combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica nas termelétricas que não estão integradas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), localizadas na grande maioria na região norte do país.

Em 2008, algumas medidas foram implementadas pela ELETROBRÁS visando a melhoria da gestão da CCC dos Sistemas Isolados, dentre as quais se destacam: o aperfeiçoamento na utilização do Acompanhamento do Estoque de Combustíveis – AEC de forma a otimizar os controles sobre a movimentação física de combustíveis nas usinas térmicas dos Sistemas Isolados; o aprimoramento da sistemática de elaboração do Programa Mensal de Operação – PMO dos Sistemas Isolados, com a inclusão de uma série de controles que contribuem para preservar a integridade do processo de planejamento e acompanhamento da operação nos Sistemas Isolados. Adicionalmente, cabe destacar que iniciou-se o desenvolvimento de um sistema de informação, com a participação da área de informática da ELETROBRÁS, visando criar em ambiente institucional os procedimentos citados, em busca de aumentar a confiabilidade e integrar as rotinas de tais procedimentos.

Faz parte do escopo da cobertura do Fundo, também, os pagamentos para os empreendedores que obtiveram a sub-rogação dos benefícios da CCC-Isol, cobertura essa que, segundo regra específica, cobre parte dos custos empreendidos em ações que visam a economicidade atual ou futura da referida conta, bem como a substituição de derivados de petróleo por outras fontes de geração de energia elétrica.

A cobertura dos custos se dá por meio de reembolso das despesas, sendo a receita que suporta a referida cobertura é oriunda dos recolhimentos mensais efetivados pelas empresas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica de todo o país. No ano de 2008 no Plano Anual de Combustíveis foi prevista uma quota anual de R\$ 3.531 bilhões referentes aos custos com óleos combustíveis mais R\$ 145 milhões referentes ao ICMS, a esse total, foram adicionados o custo previsto dos empreendimentos sub-rogados à CCC, no valor de R\$ 155 milhões, desse montante foi deduzido o valor do saldo positivo em conta referente ao ano anterior, da ordem de R\$ 35 milhões, totalizando uma estimativa para 2008 de R\$ 3.796 bilhões.

A geração indicada pelo GTON para ser atendida em 2008, foi da ordem de 9.723.764 MWh, com o consumo de 730 mil toneladas de óleo combustível, 225 mil toneladas de óleo PGE, 826 milhões de litros de óleo diesel e 854 milhões de litros de óleo leve PTE.

## 19 – PROGRAMAS SETORIAIS DE GOVERNO

### 19.1 - Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz):

O RELUZ beneficiou 15 municípios em 2008, tornando eficientes mais de 112 mil pontos o que resultou em uma economia de energia de 20,1 mil MWh/ano e uma redução na demanda de 4,6 mil kW. Além disso, instalou outros 218 novos pontos eficientes. Os investimentos totalizaram em 2008, R\$ 34,4 milhões, cabendo à Eletrobrás o financiamento de R\$ 25,8 milhões.

A seguir demonstramos, por região, a utilização dos recursos investidos no Programa RELUZ, no ano de 2008.

Região	C. Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	TOTAL
Recursos/R\$ milhões	10,199	0,527	---	0,393	23,282	<b>34,401</b>

A tabela a seguir mostra, por região, os resultados efetivos alcançados com o Programa RELUZ, no ano de 2008.

Região	C. Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	TOTAL
*Número de Pontos	33.087	218	---	479	78.874	<b>112.658</b>

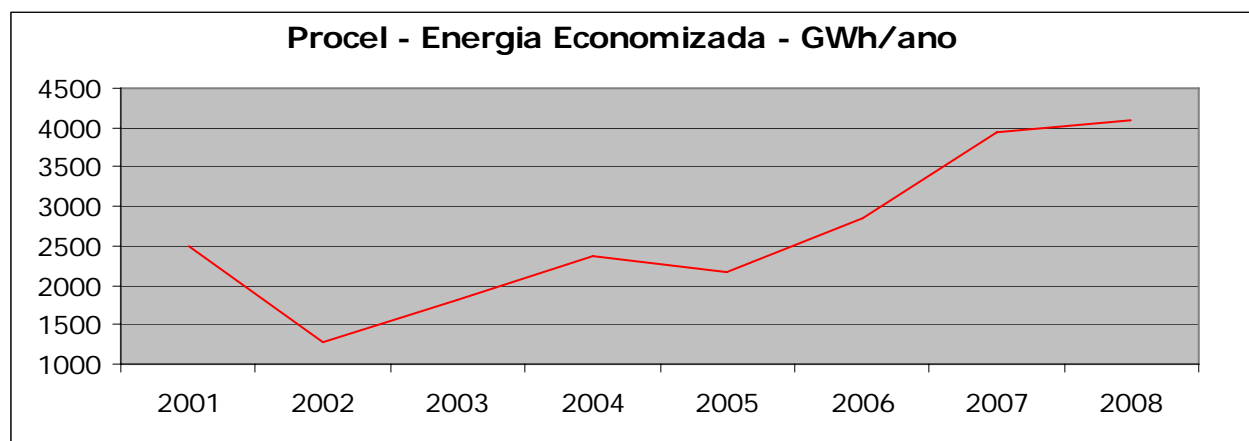
\*Quantidade de pontos referente à implementação de projeto de expansão da iluminação pública eficiente.

Região	C. Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	TOTAL
Redução/demanda Kw	1.047,80	---	---	46,5	3.485,40	<b>4.579,70</b>

### 19.2 - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL:

Em 2008, com investimentos de aproximadamente R\$ 40 milhões, incluindo recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), o PROCEL desenvolveu projetos que contribuíram para uma economia de energia estimada, preliminarmente, em cerca de 4,1 mil GWh. Este resultado é equivalente ao consumo anual de energia elétrica de, aproximadamente, 2,4 milhões de residências, representando um investimento postergado no setor elétrico de R\$ 2,71 bilhões, recursos passíveis de serem alocados em outros projetos, como por exemplo, na área social ou de infra-estrutura.

O gráfico a seguir mostra a economia de energia estimada no período de 2001 a 2008.



Instituído em 1993, o Selo PROCEL de Economia de Energia destina-se a destacar anualmente, para o consumidor, os eletrodomésticos e equipamentos mais eficientes em suas

categorias. A concessão do selo é fruto do trabalho conjunto da Eletrobrás/PROCEL com o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do Inmetro.

Entre as ações desenvolvidas no âmbito do Selo Procel em 2008 destaca-se a sua concessão a 2.402 modelos de 137 empresas diferentes, distribuídos em 23 categorias de equipamentos e eletrodomésticos. O ano de 2008 foi também o primeiro ano de concessão do Selo Procel para ventiladores de teto e lâmpadas a vapor de sódio.

### **19.3 - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA**

O Proinfa tem por objetivo aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e Biomassa, no Sistema Interligado Nacional (SIN).

A realização do programa contribui para a diversificação da matriz energética do país por meio do aproveitamento de fontes energéticas locais, além de contribuir para a geração de cerca de 150.000 empregos diretos e indiretos em todo o país, proporcionando grandes demandas industriais e internalização de tecnologia de ponta.

Com a conclusão de todos os empreendimentos, o programa trará ainda benefícios na redução da emissão de gases de efeito estufa em torno de 2,8 milhões de toneladas de CO2 equivalente/ano.

Na condição de agente comercializador de energia e gestor dos contratos no âmbito do Proinfa, destacaram-se as seguintes atividades realizadas pela Eletrobrás em 2008: a entrada em operação comercial de 31 empreendimentos sendo: 5 Eólicas (90,90 MW), 25 PCHs (498,60 MW) e 1 Térmica a Biomassa (5,00 MW), acrescentando 594,50 MW de potência ao Sistema Elétrico Nacional.

Esses novos empreendimentos, acrescidos aos empreendimentos já em operação, representaram, até 31/12/08, o montante de 69 usinas implantadas no âmbito do PROINFA e acrescentaram ao país 1.580,68 MW de capacidade instalada.

Fontes	Empreendimentos que entram em operação em 2008	Potência em operação (MW)
PCH	25	498,60
Eólica	5	90,90
Biomassa	1	5,00
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>	<b>594,50</b>

Fontes	Total de Empreendimentos em operação até 31/12/08	Potência em operação (MW)
PCH	39	766,94
Eólica	11	309,40
Biomassa	19	504,34
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>1.580,68</b>

### **19.4 - Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz Para Todos**

No ano de 2008, foram realizadas 441.427 novas ligações no âmbito do Programa, acumulando um montante de 1.877.362 ligações efetuadas, o que corresponde a um total de mais de 9,3 milhões de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro. Foram liberados R\$ 1,71 bilhão, sendo R\$ 1,20 bilhão originado de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e R\$ 0,51 bilhão da Reserva Global de Reversão (RGR).

Foram cadastrados 55.987 projetos no Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa Luz para Todos, totalizando desde 2004, 248.808 projetos cadastrados que compreenderam: (I) a realização de ligações de domicílios no meio rural em 5.174 municípios brasileiros; (II) a construção de 330.779 km de redes elétricas de alta e baixa tensão; (III) a implantação de 3,4 milhões de postes; (IV) a instalação de 509.503 transformadores; e (V) a implantação de 2.046 sistemas fotovoltaicos.

Com relação às metas assumidas para 2008, foram realizadas 78,3% da meta global de 564.065 ligações, computados os compromissos dos executores com a Eletrobrás e os Governos Estaduais. Até o final do ano, foram cadastradas 1.351.401 ligações, o que corresponde a 67,7% do total de ligações contratadas entre os Agentes Executores e a Eletrobrás. Até o mesmo período foi liberado para os citados Agentes um montante de R\$ 6,52 bilhões (recursos da CDE e da RGR) de um total contratado de R\$ 9,72 bilhões, ou seja, 67,1% do total de recursos contratados.

A seguir são apresentados os montantes de recursos contratados e liberados até 31/12/08, distribuídos por região.

Região	Montantes acumulados até 31/12/08 (R\$ milhões)					
	Recursos contratados			Recursos liberados		
	CDE	RGR	CDE+RGR	CDE	RGR	CDE+RGR
Norte	1.812	207	2.019	1.178	147	1.325
Nordeste	3.810	681	4.491	2.569	485	3.054
Centro-Oeste	498	414	912	355	301	656
Sudeste	671	916	1.587	468	610	1.078
Sul	315	391	706	200	203	403
<b>Brasil</b>	<b>7.106</b>	<b>2.609</b>	<b>9.715</b>	<b>4.770</b>	<b>1.746</b>	<b>6.516</b>

Região	Ligações Contratadas até 31/12/08 entre os Agentes Executores e a Eletrobrás
Norte	338.691
Nordeste	1.017.438
Centro-Oeste	140.538
Sudeste	348.458
Sul	151.836
<b>Total</b>	<b>1.996.961</b>

Em 2008, no âmbito do Programa, passaram a ser desenvolvidos com maior intensidade e implantados de forma sustentável projetos de eletrificação rural que visam o atendimento de localidades distantes das redes de distribuição existentes, priorizando o uso de fontes renováveis de energia e mitigando o impacto ambiental. Com este enfoque, destaca-se o Projeto Piloto implantado pela Eletroacre, com participação da Eletrobrás, englobando a instalação de 103 sistemas fotovoltaicos individuais nos seringais Iracema, Dois Irmãos e Albrácea, pertencentes ao Município de Xapuri-AC. Este Projeto tem como diferencial para o estudo de sua eficiência o atendimento em corrente contínua de 37 domicílios no seringal Albrácea.

## 20 - DIMENSÃO SOCIAL

### 20.1 - Recursos Humanos

#### Política de Gestão de Pessoas:

Um novo modelo de Gestão de Pessoas está sendo estruturado pela Eletrobrás e reflete o conjunto de diretrizes emanadas do Ministério de Minas e Energia (MME), associadas à necessidade de um posicionamento moderno, competitivo e rentável da "holding" e de suas subsidiárias no setor elétrico brasileiro. Neste sentido, a Gestão de Pessoas é uma das ferramentas fundamentais do Plano de Transformação da Eletrobrás.

Em 2008, para atender às demandas existentes, o Departamento de Gestão de Pessoas passou por uma reorganização estrutural, sendo a Divisão de Treinamento e Desenvolvimento incorporada pelo Departamento de Desenvolvimento de Pessoas. Foram reformuladas suas atribuições, bem como criada a Divisão de Planejamento e Acompanhamento da Gestão de Pessoas do Sistema Eletrobrás. Além disso, Grupos de Trabalho foram constituídos para a discussão, unificação e implantação das melhores práticas e políticas, no que tange à Gestão de Pessoas.

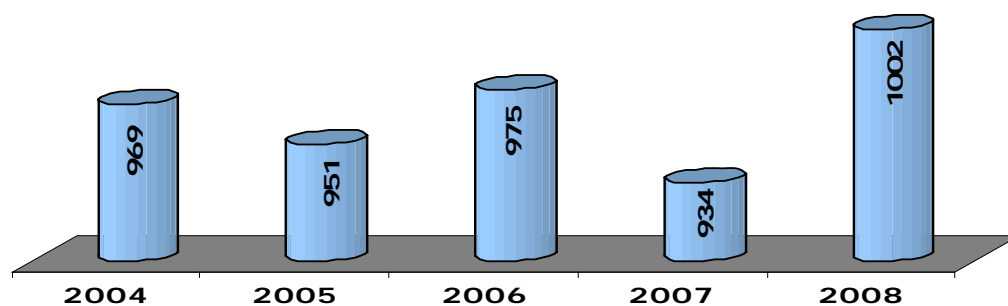
#### Concurso Público:

No ano de 2008, foram preenchidas 160 vagas por meio de concurso público. As admissões foram referentes aos processos seletivos realizados nos anos de 2005 e 2007.

**Programa Jovem Aprendiz:** Programa voltado para a melhor qualificação técnico-profissional de jovens estudantes, que envolve todas as empresas do Sistema num único Acordo de Cooperação Técnica com o aval do MME do Ministério do Trabalho e Emprego em parceria técnica com o SENAI nacional.

Em março de 2008, os 36 jovens aprovados na seleção firmaram Contrato de Aprendizagem com prazo determinado de 12 meses e iniciaram cursos profissionalizantes no SENAI, nas vagas destinadas às empresas Eletrobrás, Eletronuclear e Furnas, no município do Rio de Janeiro.

#### Número de Colaboradores



### 20.2 - Saúde, Bem-estar e Segurança do Trabalho

A Eletrobrás, afim de sempre consolidar e ampliar iniciativas de proteção aos seus colaboradores, mantém um Comitê de Ergonomia, este com sua criação no ano de 2007. Além disso, conta também com o Plano de Emergência das instalações da Eletrobrás, para melhor atendê-los em casos de riscos.

Com o intuito de garantir oportunidades para que seus colaboradores incluam na vida cotidiana práticas saudáveis que promovam a saúde física e mental, a Eletrobrás implantou

em suas dependências serviços de Ginástica Laboral, além de já possuir convênios com academias.

No ano de 2008, foram realizadas também outras ações, a seguir: aquisição e distribuição de 150 kits de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) a todos os empregados da Companhia; realização de 145 enquadramentos de profissionais nos laudos de periculosidade/risco elétrico, para 100 profissionais em atividade de risco; elaboração dos laudos de proteção contra incêndio e laudos de conformidade das instalações elétricas de todas as dependências da Eletrobrás; realização de 1.389 exames médicos ocupacionais; prestação de 3.539 atendimentos sociais; realização de 5.419 atendimentos de medicina e enfermagem ocupacional; realização de 5.419 atendimentos de medicina e enfermagem ocupacional; Campanha de Vacinação contra a Gripe, com 828 doses aplicadas; outras 331 aplicações de vacinas; Programa Eletrobrás Saudável, com ações de promoção de saúde e prevenção de doenças promovidas por meio dos Programas do Coração, Reeducação Alimentar, Atenção ao Tabagismo, Energia e Movimento, Medicina de Viagem e Saúde da Mulher; eventos como, por exemplo, Dia Mundial da Saúde, doação voluntária de sangue no Hemorio, corrida e caminhada contra o câncer de mama, participação na SIPAT e corrida Corporate Run Rio; e datas comemorativas em saúde – “De Olho na Saúde”, com dicas de saúde e cuidados para um carnaval saudável, combate a dengue, Dia da Saúde e Nutrição, Dia Mundial sem Tabaco, Dia da Saúde Ocular, Dia do Combate ao Colesterol, Dia Mundial de Alzheimer, Dia Mundial do Coração, Dia da Saúde Bucal, Dia Mundial do Diabetes e Dia Mundial da Luta Contra a Aids.

### 20.3 - Treinamento e Desenvolvimento

A Eletrobrás, ano após ano, vem desenvolvendo e ampliando mecanismos e recursos para garantir a melhoria contínua das competências de seus empregados. Mais do que cumprir os requisitos e as legislações vigentes, a Companhia constantemente mobiliza esforços para investir no crescimento individual e coletivo da sua força de trabalho.

Em 2008, o valor investido em treinamento e desenvolvimento totalizou R\$ 2.928.478,63, gerando oportunidades para 2.968 colaboradores, o que se traduziu em 39.721 H/h, conforme abaixo:

Treinamento e Desenvolvimento - 2008				
	Nº. de Cursos	Colaboradores	H/h	Custos Envolvidos R\$ mil
Longa Duração	31	82	10.060	332
Curta Duração	313	2.461	8.139	1.070
TV Corporativa	4.600	1.000	n/a	480
Idiomas	204	204	19.584	656
Seminários e Congressos	84	221	1.938	390
<b>Totais</b>	<b>5.232</b>	<b>3.968</b>	<b>39.721</b>	<b>2.928</b>

A Companhia conta também com a Universidade Corporativa do Sistema Eletrobrás (Unise), com o objetivo de manter um quadro de pessoal atualizado e em linha com a busca pela excelência.

A Unise faz parte de um projeto de educação corporativa destinado a fazer com que o crescimento profissional do empregado se traduza em vantagem competitiva para o setor. Os cursos da Unise são oferecidos a todos os empregados das empresas do grupo, com base em técnicas educacionais de ensino à distância – como os recursos on-line e videoconferências – e cursos presenciais.

Durante o ano de 2008, a Unise treinou um total de 599 colaboradores, abrangendo: três turmas de ambientação para os novos empregados, com a participação de 359 colaboradores; um curso de curta duração à distância, para cinco colaboradores; e treinamentos presenciais, com cursos sobre "Gestão de Contratos", "Coleta Seletiva Solidária", "Relacionamento com a Imprensa DE" e "Processo Administrativo Disciplinar", para 235 colaboradores, além do lançamento do Sistema de Treinamento à Distância (LMS) e do Curso Básico em Eficiência Energética para o PROCEL.

No âmbito do Plano de Transformação do Sistema Eletrobrás, foi iniciado projeto conjunto com todas as empresas do Sistema, no sentido elaborar um Plano Integrado de Capacitação de Pessoas que permita às empresas dispor de qualificações adequadas aos novos direcionamentos estratégicos provenientes do fortalecimento da Eletrobrás. Neste sentido, a UNISE, está sendo remodelada para ser o principal instrumento de viabilização do referido Plano.

#### **20.4 - Relações Trabalhistas e Sindicais**

No Acordo Coletivo de Trabalho de 2008/2009, que vigorará pelo prazo de um ano, ocorreu um reajuste salarial de 6,61% para as Empresas Controladas. Além desse reajuste, foi concedido um abono não incorporável ao salário correspondente a 7,5% de uma remuneração, mais uma parcela fixa de R\$ 2.000,00. Já para as Empresas Distribuidoras, ocorreu um reajuste salarial de 5,04%, além de ter sido concedido um abono não incorporável ao salário correspondente a 7,5% de uma remuneração, mais uma parcela fixa de R\$ 1.000,00.

Dentro da Política de Gestão de Pessoas do Sistema Eletrobrás, em elaboração no âmbito do Plano de Transformação do Sistema, foi acordado o início do processo de unificação de vantagens e benefícios dos seguintes itens: Auxílio Alimentação/Refeição, Auxílio Educacional, Gratificação de Férias, Adicional de Penosidade (turno e revezamento) e das Horas Extras.

#### **20.5 - Ações Administrativas**

No âmbito do Departamento de Tecnologia da Informação (DAI), as principais ações administrativas realizadas em 2008 foram as seguintes: a conclusão da documentação técnica para o edital de licitação da "Consolidação de *storage*" e da "Consolidação de servidores"; a conclusão da fase inicial de instalação do *data-center* de contingência, que permitirá a continuidade da operação dos recursos de TI em caso de ocorrências de sinistros; a avaliação de produtos para a elaboração do processo licitatório de aquisição de sistema de gestão tributária/fiscal; parametrizações diversas no SAP-R/3; a informatização dos registros das notas fiscais de materiais/serviços e emissão dos livros fiscais (obrigações acessórias) – segunda fase; e a conclusão da elaboração e validação de toda a documentação técnica para licitação da informatização do processo de Gestão de Documentos (GED/*Workflow*), em articulação com a área de gestão documental da empresa.

#### **20.6 Responsabilidade Social**

A Responsabilidade Social na Eletrobrás é considerada estratégica para o negócio da empresa, ou seja, levar energia e desenvolvimento sustentável para o país. Tal compromisso está presente na sua missão, visão e conjunto de valores organizacionais, bem como na transversalidade social e ambiental dos seus programas de energia elétrica, com base nos princípios do Pacto Global e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

**Cidadania Empresarial:** a prática de cidadania empresarial ocorre por meio dos seus projetos e programas sociais e ambientais e na elaboração de seus programas de energia. Assim, o compromisso é transformado em ação efetiva.

A atuação do Comitê de Sustentabilidade do Sistema Eletrobrás, com grupos de trabalho focados nas três dimensões (*triple bottom line*) da sustentabilidade: econômico-financeira, social e ambiental, além da dimensão de Governança Corporativa, contribuiu fortemente para a inclusão da Eletrobrás na carteira ISE Bovespa 2008.

**Diversidade:** a busca pela igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independente de sexo, cor, etnia, idade, orientação sexual, origem social, capacidade física ou mental, é um compromisso assumido pela Eletrobrás com o objetivo de dirimir quaisquer formas de discriminação.

A atuação da Eletrobrás na promoção da diversidade e proteção dos direitos humanos está presente nas suas ações de responsabilidade social, com destaque para sua inclusão no Selo Pró-Equidade de Gênero 2007, outorgado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), como reconhecimento ao compromisso de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho. No âmbito do Sistema Eletrobrás, Cepel, Ceal, CGTEE, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas e Itaipu Binacional também foram agraciadas.

**Coleta Seletiva Solidária:** o programa de Coleta Seletiva Solidária consiste na doação de resíduos recicláveis gerados por órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta para cooperativas ou associações de catadores de recicláveis, como determina o Decreto Federal nº 5.940/2006. Tal programa visa à geração de renda e a inclusão social dos catadores de recicláveis, além do fortalecimento do debate global sobre o desenvolvimento sustentável, redução da destinação de resíduos para os aterros e lixões e minimização dos impactos ambientais. Em 2008 a Eletrobrás doou 9,35 toneladas de resíduos para reciclagem.

**Projetos Sociais:** a Eletrobrás mantém canais permanentes de comunicação, diálogo e negociação com a sociedade e com as comunidades onde atua, visando contribuir com soluções para os problemas sociais que afetam os segmentos populacionais em situação de risco social. Neste sentido, a Eletrobrás destina recursos para o apoio e desenvolvimento de projetos sociais, demandados pela sociedade e alinhados com suas diretrizes.

**Centros Comunitários de Produção (CCP's):** a implantação dos Centros Comunitários de Produção é uma iniciativa que promove o desenvolvimento local através de uma ação de responsabilidade social e que resulta numa utilização mais eficiente da energia elétrica, além de colaborar para a viabilização do mercado de distribuição de energia elétrica no meio rural.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades rurais beneficiadas com o Programa Luz Para Todos, estimulou-se também a criação dos CCP's, facilitando a produção, o beneficiamento e a comercialização de produtos locais. Durante o ano de 2008, foram inaugurados mais dois destes Centros: CCP Santana do Taquaral (fabricação de farinha de mandioca), localizado no Município de Santo Antônio do Leverger-MT; e CCP Santo Antônio do Rio Bonito (resfriamento e beneficiamento de leite de gado bovino), localizado no Município de Nova Ubiratã-MT. Estes Centros tiveram suas análises iniciais de viabilidade técnico-econômica realizadas pelos profissionais da Diretoria de Engenharia.

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS 2008 – R\$ mil	
Educação	1.584
Saúde e Infra-Estrutura	3.299
Geração de Renda e Trabalho	566
Investimentos Gastos com Educação Ambiental para a Comunidade	200
<b>TOTAL DE INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO 2008</b>	<b>5.649</b>

## 20.7 – Cultura e Sociedade

Em 2008, a Comunicação da Eletrobrás começou um período de muitos desafios, com a transformação do Sistema. Cinco eventos de apresentação do Plano de Transformação foram promovidos para cerca de 20 mil empregados. Entre as atividades regulares desenvolvidas pela comunicação interna está o acompanhamento de eventos internos, além de reuniões para planejamento de comunicação de projetos, ações e eventos. No campo dos veículos



informativos, foram publicadas 13 edições do “Jornal da Eletrobrás”, mensal, que ficou mais sustentável, com a adoção do papel reciclável em sua impressão. Foram enviadas aos colaboradores, via e-mail, 243 edições do “Notícias Eletrobrás”, informativo diário em formato de *newsletter*. Na Rádio Eletrobrás, os três programas semanais se mantiveram na grade, que também conta com sorteios ao vivo de brindes patrocinados pela empresa. E as entrevistas ao vivo, com o presidente, entraram para o cardápio de atrações do veículo. Foram 14 entrevistas desse tipo, em 2008.

No tocante ao patrocínio, foram investidos R\$ 26,5 milhões em 86 projetos. Como tradicionalmente, o foco esteve no teatro, mas também foram apoiadas outras formas de artes cênicas, as artes integradas, a preservação do Patrimônio Cultural e o folclore regional, além de encontros e festivais de música, exposições de artes, livros e CDs. Em 2008, a Eletrobrás assinou, ainda, um acordo para revitalizar o Theatro Municipal do Rio de Janeiro, que completa 100 anos em 2009. A Eletrobrás também apoiou a produção de documentários e de filmes, como “Capitães de Areia”.

O basquete brasileiro, em todas as suas modalidades e faixas etárias, continuou a contar com o apoio oficial da Eletrobrás em 2008. A empresa investiu R\$ 12,8 milhões em projetos esportivos e eventos, no ano passado.

A Eletrobrás também patrocinou a Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas, o que permitiu o envio das seleções masculina e feminina para as Paraolimpiadas de Pequim. A empresa também retomou o reforço em sua imagem institucional, ao promover três grandes campanhas publicitárias – Institucional, Aniversário e PAC –, com um investimento total de R\$ 18,2 milhões, além de campanhas pontuais, realizadas para o aproveitamento de oportunidades em veículos estratégicos. Nestas últimas, os aportes foram de R\$ 5,2 milhões.

## **20.8 – Ouvidoria**

A Ouvidoria-Geral da Eletrobrás foi estruturada em 2005 com a finalidade de estabelecer um canal permanente e eficaz de comunicação entre a Alta Administração da empresa, o corpo funcional e a sociedade em geral, para o recebimento e processamento de manifestações, reclamações, denúncias, pedido de informações, entre outras. Essas demandas após análise são encaminhadas às áreas responsáveis da empresa na busca das soluções tempestivas e adequadas.

O encaminhamento de mensagens à Ouvidoria pode ser realizado utilizando o correio eletrônico com *link* na *home page* da Eletrobrás, fax, cartas, telefone ou pessoalmente. Em todos esses acessos é garantido ao solicitante, tanto interno quanto externo, o sigilo de suas informações e não há exigência para sua identificação. Além do Canal de Ouvidoria, são recebidas manifestações por meio do “Canal de Gênero”, destinado a reclamações ligadas a qualquer tipo de discriminações, e via “Canal Denúncia”, o qual se destina ao recebimento de denúncias que possam interferir no resultado contábil da empresa.

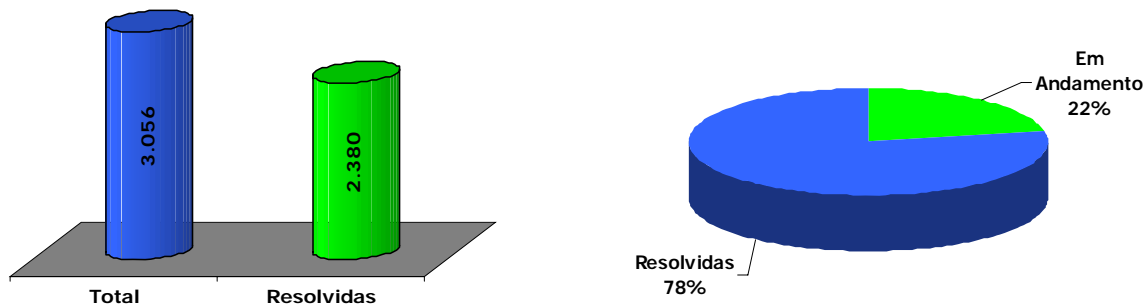
Em 2008, os resultados alcançados foram significativos, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Internamente o processo de atendimento da Ouvidoria foi totalmente informatizado por meio da implantação do Sistema de Gestão da Ouvidoria (SOU). Esse Sistema passou a protocolar o recebimento das manifestações, permitindo o acompanhamento do trâmite interno das manifestações, o que reduziu o prazo de atendimento das demandas. Outro ponto fortalecido com o SOU, foi o aumento da segurança no trânsito das informações entre as partes.

Por outro lado, de forma complementar, visando à consolidação definitiva desse tema entre as empresas do Sistema Eletrobrás, foi realizado o 2º Encontro de Ouvidores, que teve por principal objetivo fortalecer o alinhamento conceitual e operacional das Ouvidorias do Sistema Eletrobrás (SE), bem como planejar as ações conjuntas das mesmas com a Ouvidoria da *holding*.

Nessa linha de atuação integrada do SE, visando à uniformização da base de atendimento, a Ouvidoria da Eletrobrás promoveu a instalação do *software* de gestão de ouvidorias – SOU, em onze empresas do Sistema. Esse trabalho envolveu também o treinamento de uma semana das equipes de Ouvidoria no tratamento das manifestações recebidas.

Em 2008, como fruto de uma estratégia positiva para a instalação de Ouvidorias em todas as empresas do SE, as empresas Furnas, Eletronuclear e CHESF se estruturaram, e receberam o sistema SOU e capacitação de suas equipes através da Ouvidoria da Eletrobrás. Esse desdobramento faz parte de um conjunto de ações que buscam ampliar a transparência na gestão das empresas e no atendimento aos critérios de sustentabilidade do ISE Bovespa e da Bolsa de Nova York (NYSE) e da SOX.

Em termos quantitativos, em 2008 foram recebidas as seguintes manifestações:



## 20.9 - Prêmios e Reconhecimento

De projetos sociais e ambientais à transparência nos negócios, as empresas do Sistema Eletrobrás foram reconhecidas em 2008 pelas suas iniciativas no mercado de energia elétrica brasileiro.

A *holding* recebeu, no período, mais um Selo Assiduidade, concedido pela Apimec São Paulo, e seu estande na II Mostra Fiesp de Responsabilidade Socioambiental foi certificado com o Selo SustentaX. No campo da imagem institucional, a empresa conquistou ouro no “12º Prêmio de Propaganda O Globo”, na categoria mídia *on-line*, e prata no 16º Festival Internacional de Publicidade de Gramado.

Também premiada pela divulgação de informações sobre o negócio, a Eletronorte conquistou, pela segunda vez consecutiva, o Troféu Transparência. A Eletrosul foi eleita, pelo quarto ano consecutivo, pela revista “Isto É Dinheiro”, a melhor empresa de energia elétrica do país. A qualidade no atendimento ao cliente foi o destaque na Boa Vista Energia – a empresa recebeu o Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor. O turismo em Itaipu teve um ano especial em 2008: o Complexo Turístico foi eleito “Atração Turística Nacional de 2007”, pela revista Brasil Travel News e recebeu o prêmio Destaque Abav-Paraná, pelo desenvolvimento de atrações turísticas com responsabilidade social. A empresa também foi um dos destaques no prêmio de Responsabilidade Social de Turismo, promovido pelo Ministério do Turismo.

Na área de responsabilidade social, a Eletronuclear recebeu o Selo Crea-RJ de Responsabilidade Social 2007, em reconhecimento ao Projeto Pomar - Repovoamento Marinho da Baía da Ilha Grande (RJ); Furnas conquistou, pelo quarto ano consecutivo, o Prêmio Mogi News - Chevrolet de Responsabilidade Social Empresarial do Alto Tietê, com o projeto social “Qualificar com Energia”. Já a CGTEE venceu o 16º Prêmio Expressão de Ecologia na categoria Tecnologias Socioambientais, pelo projeto “Quintais Orgânicos de Frutas: Contribuição para a Segurança Alimentar em Áreas Rurais, Indígenas e Urbanas”.

A companhia foi incluída no Selo Pró-Equidade outorgado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), como reconhecimento ao compromisso e às ações de promoção da igualdade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho. No âmbito do Sistema Eletrobrás, Cepel, Ceal, CGTEE, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas e Itaipu Binacional também foram agraciadas.

ISE Bovespa 2008, como reconhecimento ao compromisso da Eletrobrás e Sistema Eletrobrás com as três dimensões (*triple bottom line*) da sustentabilidade: econômico-financeira, social e ambiental.

## **21 - MEIO AMBIENTE**

A Eletrobrás desenvolve, junto às empresas do Sistema, atividades na área ambiental que possibilitam uma ação coerente, continuamente aprimorada, ajustada à legislação vigente e às diretrizes estabelecidas de comum acordo. Estas ações visam assegurar o cumprimento dos princípios da Política Ambiental do Sistema Eletrobrás e implementar uma agenda de trabalhos envolvendo questões de interesse comum.

A dimensão ambiental está inserida nas atividades exercidas pela Companhia como subsídio aos processos decisórios. Sendo assim, a Eletrobrás busca a contínua internalização da dimensão ambiental e o seu aprimoramento, tanto na execução de projetos próprios como nas parcerias. Em 2008, destacaram-se os seguintes projetos e respectivas atividades:

- AHE Belo Monte: revisão e complementação dos Estudos de Impacto Ambiental; vistoria no local; apresentação do projeto em foros locais e regionais; interação com as populações afetadas para percepção de suas necessidades; apresentação de resultados parciais ao IBAMA; desenvolvimento de Estudos Antropológicos; reuniões com a FUNAI; e complementação da Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do rio Xingu.
- AHE Garabi (Brasil/Argentina): elaboração, em conjunto com a *Emprendimientos Energéticos Binacionales Sociedad Anônima (EBISA)*, da Argentina, dos Termos de Referência e do edital para contratação dos Estudos de Inventário Hidroelétrico da Bacia do rio Uruguai, no trecho da fronteira entre Brasil e Argentina; realização da licitação.
- AHEs Sumabeni, Urubamba, Cuquipampa e Vizcatan (Peru): elaboração dos Termos de Referência para os estudos de pré-viabilidade dos Aproveitamentos Hidroelétricos Paquitzapango, Sumabeni, Urubamba, Cuquipampa e Vizcatan no Peru.
- AHE Baynes (Angola/Namíbia): acompanhamento da elaboração do Termo de Referência para os estudos de pré-viabilidade do Aproveitamento Hidroelétrico Baynes na fronteira entre Angola e Namíbia, sob responsabilidade de Furnas.

A Eletrobrás, como gestora dos contratos de compra e venda de energia, firmados no âmbito do PROINFA, executa também, em caráter permanente, as atividades de acompanhamento ambiental dos 144 empreendimentos integrantes do Programa, compreendendo a aferição da conformidade dos processos de licenciamento. Em 2008, foram emitidos 82 pareceres de conformidade. No âmbito da gestão do Programa de Operação de Sistemas Isolados, a Companhia realiza atividades de identificação e avaliação das principais questões ambientais relacionadas aos parques térmicos e seus entornos.

Na concessão de financiamentos, a dimensão ambiental também está inserida com avaliações ambientais prévias dos projetos e acompanhamento de sua execução. Os temas ambientais também estão inseridos em projetos de P&D, em parceria com universidades e centros de pesquisa.

A Eletrobrás coordena ainda o fórum específico das áreas de meio ambiente das empresas do Sistema - o Subcomitê de Meio Ambiente (SCMA) -, que atua como um espaço técnico e

institucional que proporciona uma maior interação entre as empresas, além de viabilizar a definição de diretrizes comuns para o tratamento das questões sócio-ambientais e a realização de procedimentos articulados nos necessários relacionamentos interinstitucionais. Em 2008, este fórum e seus 9 grupos de trabalho realizaram 29 reuniões abordando temas como: uso de bordas de reservatórios de usinas hidroelétricas, legislação e custos ambientais, gestão e comunicação ambiental, emissões de gases de efeito estufa e recursos aquáticos.

Todas estas atividades, exercidas rotineiramente, serão continuadas nos próximos anos. Adicionalmente, estão previstas ainda ações como: elaboração e emissão do inventário de gases de efeito estufa de usinas termoeletricas do Sistema Eletrobrás referente ao período de 2006 a 2008; estruturação de uma biblioteca virtual com a produção técnico-científica das empresas do Sistema na área ambiental; estabelecimento de um conjunto de indicadores de desempenho socioambiental e implementação de um banco de dados para as informações relacionadas com os indicadores, como subsídio à avaliação e à comunicação da melhoria do desempenho socioambiental das empresas do Sistema.

Adicionalmente, a Eletrobrás vem coordenando ações integradas e sistematizadas visando a implementação de boas práticas de Governança Corporativa, Meio Ambiente e Responsabilidade Social. Em 2008, foi desenvolvida uma metodologia para avaliação de risco corporativo de empreendimentos setoriais, incluindo o módulo ambiental, como subsídio à tomada de decisão em investimentos futuros. Além disso, o Comitê de Sustentabilidade da Eletrobrás foi reestruturado, com a criação de um Núcleo Diretivo composto pelo Presidente da empresa e pelo Coordenador-Geral da Presidência. A dimensão ambiental está inserida na agenda estratégica de trabalho do Comitê.

## 22 – EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA (EDE)

### 22.1 - Reajuste Tarifário

O contrato de concessão das empresas distribuidoras prevê um *reajuste tarifário anual* na data de aniversário do contrato para assegurar à concessionária que, no período entre revisões tarifárias, o equilíbrio econômico-financeiro de sua concessão não sofrerá a corrosão do processo inflacionário sendo-lhe permitida a apropriação de parte dos ganhos de eficiência econômica que vier a alcançar no período.

Este contrato prevê também uma *revisão tarifária periódica* que ocorre a cada quatro anos, nos caso das EDE's, e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

O reajuste tarifário das EDE's em 2008 está resumido no quadro abaixo.

EDE		Índice de Reajuste (%)	Vigência
CEAL		15,05	28/8/08
CEPISA		10,39	28/8/08
Manaus Energia	Capital	12,66	1/11/08
	Interior	12,19	1/11/08
Boa Vista Energia		13,76	1/11/08
CERON		12,73	30/11/08
Eletroacre		11,19	30/11/08

### 22.2 - Comercialização de Energia Elétrica

De forma geral, a quantidade fornecida de energia elétrica aumentou em 15,7% em 2008 em relação a 2007, sendo o maior aumento na classe rural (93,5%). Contudo, essa classe tem baixa participação no total comercializado pelas EDE's (6,8%). As principais classes de

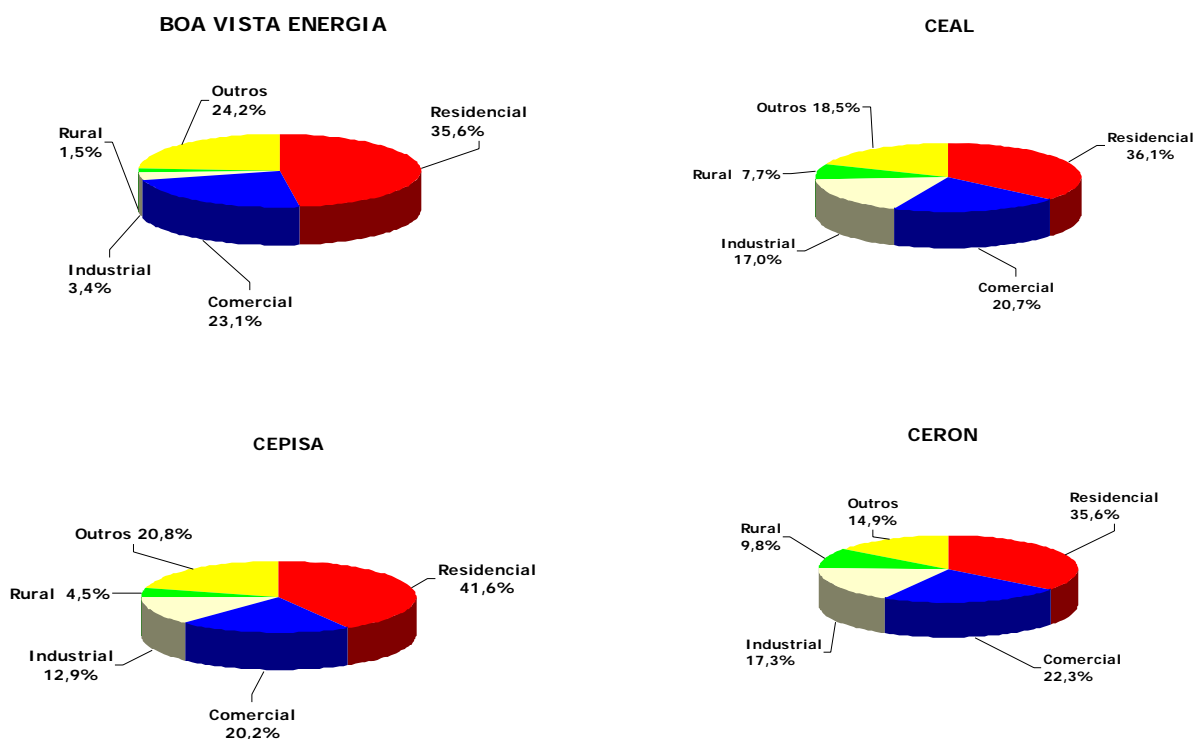
destino de energia elétrica são, respectivamente, residencial, industrial e comercial que juntas representam 76% do total de energia elétrica distribuída em 2008.

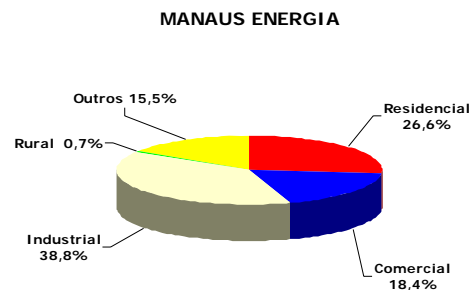
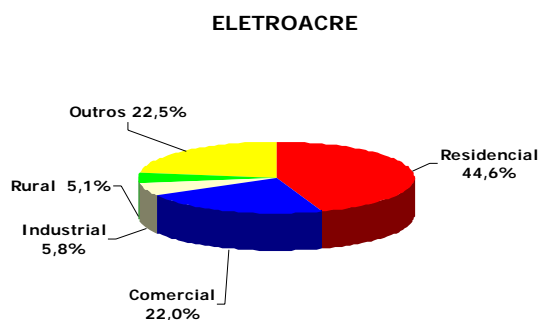
Destacam-se entre as empresas com maior participação na comercialização de energia elétrica a Manaus Energia (37,6%) e a CEAL (19,8%). A primeira, ao contrário das demais, distribui energia principalmente para a Classe Industrial que representa 38,8% do total comercializado por essa distribuidora em 2008. Já na CEAL a classe residencial responde por 36% do total fornecido pela distribuidora.

O grande aumento na quantidade de energia elétrica fornecida em 2008 se deve principalmente ao aumento da renda, a ampliação de programas de expansão da rede de distribuição como o 'Luz para Todos' e a diminuição das perdas.

Fornecimento Consolidado de Energia Elétrica - (GWh)					
Classe	2004	2005	2006	2007	2008
Residencial	2.931	3.069	3.146	3.331	3.760
Comercial	1.676	1.847	1.895	2.009	2.218
Industrial	2.214	2.358	2.384	2.465	2.612
Rural	330	380	414	400	774
Outras Classes	1.405	1.561	1.718	1.561	1.938
<b>Total</b>	<b>8.556</b>	<b>9.215</b>	<b>9.557</b>	<b>9.766</b>	<b>11.302</b>

### 22.3 - Fornecimento por Classe de Consumo





## 22.4 - Controle de Perdas Comerciais

	Perdas Técnicas (%)		Perdas Comerciais (%)		Perdas Totais (%)	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Boa Vista	8,97	9,31	9,31	7,21	18,28	16,52
CEAL	12,50	8,73	18,26	21,27	30,76	30,00
CEPISA	14,00	14,17	24,46	21,97	38,46	36,14
CERON	10,00	10,00	24,68	33,54	34,68	43,54
Eletroacre	8,80	8,80	17,62	17,39	26,42	26,19
Manaus Energia	10,90	2,90	26,30	35,80	37,20	38,70

De forma geral, os índices de perdas apresentaram queda em 2008 quando comparados com o ano anterior, fruto dos esforços que vêm sendo desenvolvidos. Ressalta-se que a Manaus Energia, cujo mercado e índice de perdas são os maiores entre as EDE's, foi responsável por 45% das perdas realizadas em 2008.

Destaca-se entre as empresas com maior redução das perdas a CEPISA, cuja queda do índice teve reflexo da regularização de unidades consumidoras sem medição (92 mil UC's no período 2007-2008) e a Boa Vista Energia, cujo processo de seleção de unidades consumidoras (UC's) para inspeção dá-se através de análise criteriosa de estudos estatísticos de segmentação das perdas.

Embora as trajetórias dos índices estejam em descendência, as reduções das perdas ainda são tímidas frente aos patamares elevados em que se encontram. Dentre os fatores limitantes para a obtenção de resultados mais expressivos, pode-se citar o conhecimento precário das perdas de forma segmentada e sistemática, de modo a melhor orientar as ações e otimizar resultados, além da precária estrutura das áreas de combate às perdas das concessionárias, com quadro de pessoal reduzido, baixa integração com demais áreas envolvidas e com estrutura de apoio insuficiente.

A complexa questão orçamentária e econômico-financeira das EDE's também merece destaque como fator limitante. Reduções significativas nas perdas de energia requerem investimentos de grande porte. O reduzido investimento histórico em tecnologia dificulta sobremaneira uma atuação mais inteligente, focada e contínua no combate às perdas.

## 22.5 - DEC/FEC

Do ponto de vista global, no ano de 2008 os índices de Interrupções de Fornecimento por Consumidor (DEC) e de Frequência de Interrupções por Consumidor (FEC), apurados pelas EDE's, apresentaram melhora quando comparados com os resultados obtidos no ano anterior,

chegando a reduzir em até 11% o índice de DEC (Eletroacre) e em até 16% o índice de FEC (Manaus interior).

Apesar disso, somente a Boa Vista Energia não apresentou violações nas metas de DEC definido pela ANEEL por conjunto de consumidores. Quanto ao FEC, todas as empresas apresentaram violações, sejam nas metas mensais, trimestrais ou anuais.

Apenas a CEPISA e a Manaus Capital ultrapassaram as metas globais de DEC, e três empresas apresentaram valores acima da meta com relação ao FEC, sendo que somente a CEPISA apresentou resultados muito distantes do estabelecido pelo órgão regulador.

Para a redução dos índices algumas ações foram tomadas, dentre as quais destacam-se:

- Manutenção das redes de distribuição com as atividades de execução de poda de árvores, atividades voltadas para o gerenciamento de rede e intervenções de recuperação do sistema.
- Aumento das equipes de operação e manutenção;
- Manutenções preventivas programadas visando minimizar os defeitos nas linhas de distribuição, direcionadas às áreas com índices de continuidade críticos;
- Recondutoramento de circuitos;
- Construção de novos alimentadores.

É importante destacar que reduções significativas destes índices requerem grandes investimentos, como melhoria contínua no processo de manutenção preventiva, expansão do sistema e aquisição de sistemas de gerenciamento de rede.

Interrupções de Fornecimento por Consumidor (DEC) – Hora/Ano							
	Boa Vista Energia	Ceal	Cepisa	Ceron	Eletroacre	Manaus Capital	Manaus Interior
2007	14	21	45	38	17	54	94
2008	15	20	52	37	15	54	87

Frequência de Interrupções por Consumidor (FEC) – N°. Interrupções/Ano							
	Boa Vista Energia	Ceal	Cepisa	Ceron	Eletroacre	Manaus Capital	Manaus Interior
2007	39	17	37	52	22	32	110
2008	39	15	36	46	20	29	93

## 22.6 – Inadimplência

A inadimplência nas Empresas Distribuidoras da Eletrobrás apresenta problemas mais sérios em algumas classes específicas de consumidores. Observa-se que há uma concentração dos clientes com contas em atraso nas classes de Poder Público, Serviço Público, Industrial e Residencial.

Em 2008 houve um decréscimo de 6,7% no estoque nominal dos débitos em atraso, ou seja, (R\$ 1,115 bilhão) em 2007 contra (R\$ 1.040 bilhão) em 2008.

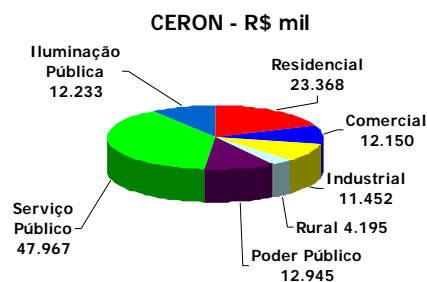
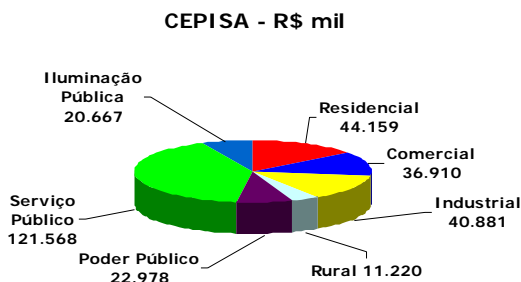
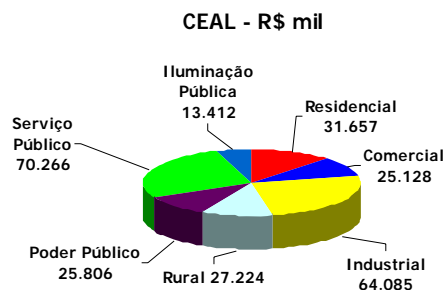
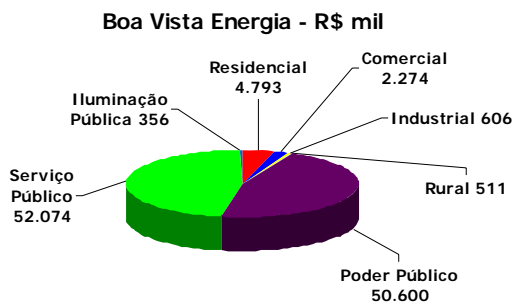
As empresas que contribuíram para essa redução foram a CEPISA, a Manaus Energia e a Ceal que, isoladamente, representaram uma queda de 12,5% dos débitos em atraso. A primeira obteve uma redução no seu estoque inadimplente através da baixa contábil (Provisão para

Créditos de Liquidação Duvidosa) no montante de R\$ 154,198 milhões, representando uma redução de 20,8% do total das faturas em atraso. Enquanto na Manaus, a redução de 2,9% na inadimplência total, se deu principalmente pela redução de 65,9% dos débitos em atraso da classe Serviço Público. Já a CEAL teve uma redução de 10,1% dos débitos em atraso graças a negociação com a Casal no valor de R\$ 66,7 milhões de reais.

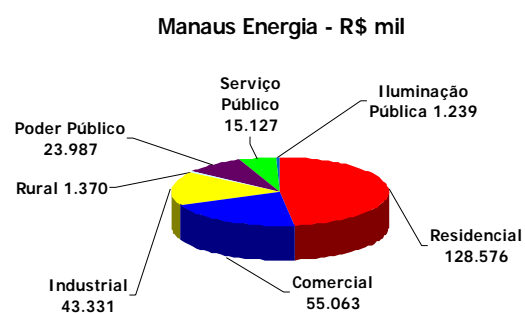
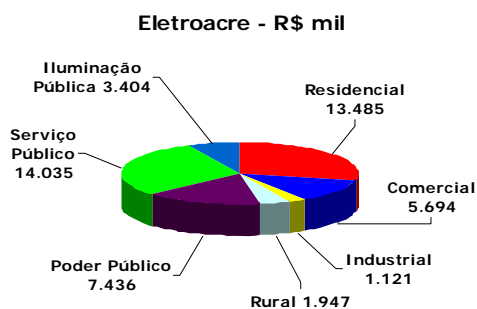
A Eletrobrás, no ano de 2008, empenhou e vem empenhando esforços para obter o equilíbrio dos principais problemas estruturais das concessionárias de distribuição. Neste contexto, foram tomadas uma série de ações de caráter corretivo que estavam sendo implementadas visando a recuperação dos débitos em atraso. Estas ações estão centradas, principalmente, na efficientização do corte, na cobrança administrativa e na cobrança judicial.

<b>Inadimplência Consolidada das Distribuidoras – R\$ mil</b>					
<b>Classe</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Residencial	191.550	196.969	213.461	264.616	245.998
Comercial	82.783	100.064	101.092	117.130	125.467
Industrial	82.247	93.100	112.288	150.014	173.203
Rural	31.571	33.757	34.107	40.824	46.462
Poder Público	119.590	112.707	123.822	135.479	143.700
Serviço Público	157.679	215.355	291.974	372.062	254.116
Iluminação Pública	22.586	28.682	30.074	35.269	51.312
<b>Total</b>	<b>688.005</b>	<b>780.634</b>	<b>906.820</b>	<b>1.115.394</b>	<b>1.040.257</b>

**Por Distribuidora:**







## 22.7 - Atendimento aos Clientes

As seis empresas distribuidoras de energia do Norte e do Nordeste – Cepisa Ceal, Manaus Energia, Boa Vista Energia, Eletroacre e Ceron -, com o objetivo de oferecer um atendimento cada vez melhor, adotaram uma série de medidas para facilitar os contatos dos clientes com a empresa.

Tendo como base as novas regras que regem os centros de teleatendimento de todo o Brasil, foram implementadas, durante o ano de 2008, várias melhorias técnicas e operacionais. Algumas delas ainda estão em andamento, sempre com base na idéia de que a comunicação com os consumidores deve ser rápida e eficiente.

Entre as medidas tomadas, encontra-se o aumento do número de atendentes em todos os chamados *call centers* dessas empresas. Isto significa diminuir o tempo de espera do consumidor em seu atendimento. Há novos equipamentos em operação e novas formas de atendimento, tudo de acordo com o que determinam as novas regras da Anatel. Além de tudo isso, já está em fase de implantação o atendimento a deficientes auditivos e de fala.

Está em operação um novo sistema de emissão de contas, com emprego de equipamento portátil que permite imprimir a fatura no ato da leitura do consumo nos relógios medidores e entregá-la diretamente aos clientes. Uma das principais vantagens dessa nova metodologia é permitir que o consumidor assista à operação de faturamento.

Os funcionários das empresas distribuidoras estão fazendo visitas regulares e periódicas às áreas em que haja consumidores inadimplentes. Isto facilita às empresas o conhecimento sobre a realidade desses clientes, permitindo oferecer alternativas de regularização. Paralelamente a essas visitas, estão sendo efetuados os cadastros de unidades consumidoras para regularização da situação de desvio de energia, com a distribuição de cartilhas de economia de energia elétrica. Este cadastro, entre outras vantagens, permite uma avaliação dos clientes que podem vir a obter desconto tarifário da subclasse residencial baixa renda.

Os consumidores que acessam os sites das empresas têm à disposição uma cartilha virtual que facilita pesquisas e consultas, dispensando o atendimento por telefone, na maioria dos casos.

Para os consumidores de energia em média e alta tensão, abrimos um canal exclusivo de relacionamento, através de um telefone gratuito que fornece informações com mais agilidade sobre suspensão de fornecimento, interrupção programada ou emergencial, entre outras.

Tudo isso foi feito para confirmar o compromisso das distribuidoras de energia em garantir bom atendimento aos seus mais de 3 milhões clientes do Norte e do Nordeste do Brasil.

## 22.8 - Ebitda

R\$ - mil						
	Boa Vista Energia	Ceal	Cepisa	Ceron	Eletroacre	Manaus Energia
2008	-38.160	133.369	67.114	27.774	22.911	505.909

## 22.9 - Receita Operacional Líquida

R\$ - mil						
	Boa Vista Energia	Ceal	Cepisa	Ceron	Eletroacre	Manaus Energia
2007	108.652	536.704	472.245	444.388	152.546	810.290
2008	113.244	637.315	548.813	494.802	154.402	991.488

## 22.10 - Evolução do Lucro Líquido/Prejuízo

R\$ - mil						
	Boa Vista Energia	Ceal	Cepisa	Ceron	Eletroacre	Manaus Energia
2007	-8.892	-22.704	-81.197	-54.362	4.093	-601.706
2008	-36.637	39.487	-98.736	-50.158	152	198.845

## 23 – BALANÇO SOCIAL

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
<b>I – RECURSOS HUMANOS</b>				
<b>1.1 - Remuneração</b>				
Folha de pagamento bruta (FPB)	99.847	86.869	2.595.965	2.273.716
- Empregados	97.486	85.232	2.306.369	2.066.241
- Administradores	2.361	1.637	15.570	14.893
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
- Empregados	<b>14,03</b>	<b>16,05</b>		
- Administradores	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>		
<b>1.2 - Benefícios Concedidos</b>				
Encargos Sociais	32.073	27.663	669.752	583.075
Alimentação	8.124	7.850	160.158	141.109
Transporte	498	525	10.105	11.061
Previdência Privada	17.540	10.331	229.831	179.746
Saúde	10.818	10.988	227.644	192.401
Segurança e medicina do trabalho	3.365	2.106	15.868	15.560
Educação Creches ou auxílio Creche	930	684	22.724	17.260
Cultura	-	-	3.460	2.917
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.383	3.729	51.017	51.571
Outros	-	-	130.042	71.608
Participações nos lucros ou resultados	23.000	18.000	261.909	221.630
<b>T O T A L</b>	<b>99.731</b>	<b>81.876</b>	<b>1.782.510</b>	<b>1.487.938</b>

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
<b>1.3 - Composição do corpo funcional</b>				
Nº. de empregados no final do exercício	1.182	934	23.522	22.029
Nº. de admissões	197	25	1.491	2.030
Nº. de demissões	107	67	451	384
Nº. de estagiários no final do exercício	205	272	1.847	2.178
Nº. de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	3	4	629	397
Nº. de prestadores de serviços Terceirizados no final do exercício	-	-	6.387	6.190
Nº. de empregados por sexo:				
- Masculino	786	638	19.215	17.973
- Feminino	396	296	4.357	4.056
Nº. de empregados por faixa etária:				
- Menores de 18 anos	-	-	-	-
- De 18 a 35 anos	313	224	4.232	4.243
- De 36 a 60 anos	808	678	15.935	15.594
- Acima de 60 anos	61	32	813	594
Nº. de empregados por nível de escolaridade:				
- Analfabetos	-	-	-	-
- Com ensino fundamental	20	22	1.858	2.249
- Com ensino médio	254	177	2.866	2.746
- Com ensino técnico	-	-	5.615	6.054
- Com ensino superior	479	402	6.363	6.052
- Pós-graduados	429	333	2.555	2.157
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:				
- Masculino	0,74	0,76	-	-
- Feminino	0,26	0,24	-	-

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
<b>1.4 - Contingências e passivos trabalhistas</b>				
Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade	415	341	3.656	3.272
Número de processos trabalhistas julgados procedentes	255	50	611	761
Número de processos trabalhistas julgados improcedentes	31	25	314	367
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	5.299	16.314	40.615	45.910

## II - Interação da Entidade com o Ambiente Externo

### 2.1 - Relacionamento com a Comunidade

Totais dos investimentos em:

- Educação	1.584	286	16.749	17.120
- Cultura	25.525	19.752	40.849	38.444
- Saúde e infra-estrutura	3.299	623	35.805	28.216
- Esporte e lazer	7.443	6.695	9.039	10.549
- Alimentação.	-	-	4.053	3.716
- Geração de trabalho e renda	566	831	6.112	3.928
- Reassentamento de Famílias	-	413	134.086	113.896
Outros	200	235	13.932	13.907
<b>Total dos investimentos</b>	<b>38.617</b>	<b>28.835</b>	<b>260.625</b>	<b>229.776</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.341.612	1.131.336	4.328.988	4.083.967
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	473.516	508.710
<b>Total - Relacionamento com a comunidade</b>	<b>1.380.229</b>	<b>1.160.171</b>	<b>5.063.129</b>	<b>4.822.453</b>

### 2.2 - Interação com os Fornecedores

Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores

- -

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<b>III - Interação com o Meio Ambiente</b>				
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	-	-	103.297	90.071
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;	-	-	37.977	27.895
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;	-	-	122	311
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	-	-	5.247	5.452
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	-	-	191.335	97.644
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;	-	-	9	10
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;	-	-	0	0
Passivos e contingências ambientais.	-	-	0	0
<b>Total da interação com o meio ambiente</b>	-	-	<b>337.987</b>	<b>221.383</b>
<b>IV - Outras Informações</b>				
Receita Líquida (RL)	11.310	9.437	18.498.014	16.721.406
Resultado Operacional (RO)	8.481	1.401	843.694	1.217.042

## **24 – AGRADECIMENTOS**

A Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás agradece às comunidades abrangidas por esta *holding* e suas Controladas, aos acionistas e demais investidores e, em especial, a seu qualificado corpo de colaboradores, pela incansável dedicação à empresa.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2008

### 1) IDENTIFICAÇÃO:

<b>Nome completo da unidade e sigla</b>	CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA – CEPEL	
<b>Natureza jurídica</b>	ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS	
<b>Vinculação ministerial</b>	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME	
<b>Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União</b>	<p><b>NORMA DE CRIAÇÃO:</b> Resolução de Diretoria 950/73, de 27.11.73 da Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS.</p> <p><b>FINALIDADE:</b> Formação de uma infraestrutura científica e de pesquisa, visando ao desenvolvimento, no País, de uma tecnologia avançada no campo dos equipamentos e sistemas elétricos.</p> <p><b>NORMA QUE ESTABELECE A ESTRUTURA ORGÂNICA:</b> Resolução de Diretoria 007/05, de 17/02/05 – Estrutura Organizacional.</p> <p><b>PUBLICAÇÃO NO DOU DO ESTATUTO:</b> DOU de 21/01/1974 Publicação da fundação do CEPEL</p>	
<b>CNPJ</b>	42.288.886/0001-60	
<b>Nome e código no SIAFI</b>	910814	
<b>Código da UJ titular do relatório</b>	71366	
<b>Códigos das UJ abrangidas</b>	Não consolida outras unidades.	
<b>Endereço completo da sede</b>	Avenida Horácio Macedo 354 Cidade Universitária, Ilha do Fundão Rio de Janeiro – RJ 21.941-911 TELEFONES: (21) 2598-6202 / 6204 FAX: (21) 2260-2236	
<b>Endereço da página institucional na internet</b>	<a href="http://www.cepel.br">www.cepel.br</a>	
<b>Situação da unidade quanto ao funcionamento</b>	Em funcionamento	
<b>Função de governo predominante</b>	Energia	
<b>Tipo de atividade</b>	Pesquisa e Desenvolvimento	
<b>Unidades gestoras utilizadas no SIAFI</b>	<b>Nome NÃO SE APLICA</b>	<b>Código NÃO SE APLICA</b>
	§1º	§2º



## 2) RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

### 2.1. PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Cepel é uma associação civil sem fins lucrativos, sendo que a maior parte dos seus recursos provém de suas empresas fundadoras: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e suas controladas Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e Furnas Centrais Elétricas S.A. Presentemente dispõe de pouco mais de 500 empregados e atua em estreita cooperação com as empresas do Sistema Eletrobrás e com as diversas instituições setoriais, contando ainda com parcerias com universidades, centros de pesquisas e empresas do Brasil e do exterior. Seus laboratórios dividem-se entre a sede, instalada no *campus* universitário da Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, e a unidade de Adrianópolis, no município de Nova Iguaçu (RJ).

O principal objetivo do Cepel é a **formação e o aprimoramento de uma infraestrutura aplicada à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação (P,D&I)**, no País, para a criação de tecnologia avançada em equipamentos e sistemas elétricos, provendo soluções, disseminando conhecimentos e capacitando técnicos do setor.

**Os beneficiários da atuação do Centro transcendem o Sistema Eletrobrás.** Entre eles, estão os Ministérios de Minas e Energia (MME), do Meio Ambiente (MMA) e da Ciência e Tecnologia (MCT) e entidades setoriais: Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), além de concessionárias e fabricantes de equipamentos.

**Possui uma infraestrutura laboratorial com padrão de excelência internacional,** que permite a realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento e a execução de serviços tecnológicos para os mais variados equipamentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

**Em sua sede, no Fundão,** estão instalados o **Centro de Referência para Energia Solar e Eólica Sérgio de Salvo Brito (Cresesb), a Casa Solar Eficiente, o Centro de Aplicação de Tecnologias Eficientes (Cate) e os departamentos de P,D&I,** estruturados segundo as principais linhas de pesquisa: Automação de Sistemas; Otimização Energética e Meio Ambiente; Instalações e Equipamentos; Sistemas Elétricos; e Tecnologias Especiais. Encontram-se, ainda, laboratórios diversos, como os de Iluminação, Corrosão, Células a Combustível e Supercondutividade.

Na unidade de Adrianópolis, localizam-se, entre outros, os Laboratórios de Alta Tensão e de Alta e Média Potência. Nessa unidade, o Cepel, com apoio da Eletrobrás, MME e Finep, está investindo em importante recapacitação da sua infraestrutura laboratorial e de pesquisa experimental, visando o desenvolvimento e ensaios de novas concepções de linhas de alta capacidade para a transmissão de grandes blocos de energia da região Norte, notadamente dos futuros empreendimentos de geração do rio Madeira e da UHE Belo Monte.

Na área de Certificação, o Centro realiza ensaios, ajudando a formular normas de qualidade não só para o setor elétrico, mas também para os setores de petróleo e aeronáutico. É credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) para certificar equipamentos elétricos. Em conjunto com a indústria brasileira, é responsável pela notável melhoria da qualidade de vários equipamentos elétricos nacionais.

O Cepel tem permanente participação em grupos técnicos setoriais e dá apoio tecnológico a importantes programas e projetos governamentais, destacando-se: Programa Luz para Todos, para universalização do acesso à energia elétrica; Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa); Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel); e Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz). Também apóia a elaboração dos Planos Decenais de Expansão de Energia e do Plano Nacional de Energia.

## **2.2) ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Em 2008, o CEPEL continuou a dar prioridade aos projetos estratégicos e corporativos de interesse direto das empresas do Sistema ELETROBRÁS, chamados Projetos Institucionais (PI). Importante instrumento de manutenção e evolução do patrimônio tecnológico do Grupo, a carteira manteve-se no mesmo patamar dos anos anteriores. O CEPEL desenvolveu 105 projetos corporativos de P&D, abrangendo as áreas: Monitoramento e Diagnóstico de Equipamentos e Instalações (17); Conservação e Uso Eficiente de Energia (14); Tecnologia de Transmissão (11); Planejamento; Operação e Análise de Redes (9); Tecnologias SCADA/EMS - SAGE (8); Metalurgia e Materiais (7); Geração Distribuída (6); Planejamento da Operação Energética (5); Planejamento da Expansão da Geração (4); Meio Ambiente (4); Medidas Elétricas e Combate a Perdas (4); Hidrologia Estocástica e Recursos Hídricos (3); Energias Renováveis (3); Técnicas e Metodologias Computacionais (3); Automação Local e Análise de perturbações (2); Confiabilidade (2); Planejamento da Expansão de Sistemas de Transmissão (1); Análise Financeira de Projetos e Tarifas (1); Qualidade de Energia (1).

Foram executados também projetos para o MME e demais agentes do Setor Elétrico Brasileiro, como a EPE, o ONS, a CCEE e Concessionárias de Energia Elétrica. Técnicos do CEPEL participaram ativamente dos estudos para Expansão da Transmissão (alternativas de Transmissão das Usinas do Rio Madeira; em apoio ao MME e à EPE). Houve participação técnica do CEPEL e uso dos programas computacionais do Centro na elaboração do Plano Decenal de Energia - PDE 2008-2017 e do Plano Nacional de Energia – PNE 2030. Outro importante conjunto de projetos é o englobado na carteira de P&D ANEEL, financiada pelos recursos previstos na Lei 9.991/00 e geridos por essa agência.

**O acervo de metodologias e programas computacionais do CEPEL, em constante aperfeiçoamento e desenvolvimento, abrange o planejamento da expansão da geração e transmissão, considerando aspectos de meio ambiente e inserção de**

**fontes alternativas, a operação de sistemas hidrotérmicos interligados e a operação da Rede Básica, inclusive em tempo real.** Esse acervo foi construído e incrementado com o forte apoio das empresas do Grupo ELETROBRÁS, num esforço sem paralelo entre os países em desenvolvimento. Hoje, é largamente utilizado em todo o setor elétrico, sendo essencial para a sua gestão dentro de rígidos critérios de segurança.

Estas cadeias de modelos são reconhecidas como as oficiais do Sistema Interligado Nacional nas áreas Energética e Elétrica, abrangendo o MME, ANEEL, ONS, CCEE e EPE.

E o Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia – SAGE, outro desenvolvimento do Centro, já detém responsabilidade pela gerenciamento da grande maioria da malha de transmissão em alta tensão do país.

O CEPEL também desenvolveu estudos e pesquisas que geraram tecnologias para transmissão, monitoramento e diagnóstico, conservação e uso eficiente de energia e metalurgia e materiais.

O CEPEL vem dando uma importante contribuição para o Brasil em temas intimamente ligados à sustentabilidade. A utilização das ferramentas computacionais desenvolvidas pelo Centro tem permitido o uso otimizado dos recursos energéticos do país, contribuindo significativamente para a redução dos custos financeiros e ambientais.

O Centro desenvolve técnicas para aumentar a capacidade das linhas de transmissão reduzindo as faixas de passagem, e para definir os melhores traçados para instalação de novas linhas, utilizando técnicas de geoprocessamento para selecionar corredores preferenciais, considerando relevo, bacias, áreas habitadas e agricultáveis, e minimizando os impactos ambientais.

Também desenvolve critérios e métodos para subsidiar a integração dos aspectos energéticos e de meio ambiente na definição das alternativas para o planejamento da expansão da geração e da transmissão.

Outra ferramenta **desenvolvida pelo CEPEL é o Sistema de Inventário Hidroelétrico de Bacias Hidrográficas** utilizado na execução de estudos energéticos, socioambientais e de comparação e seleção de alternativas de divisão de quedas. Esse sistema **contribuiu para a revisão do Manual de Inventário Hidroelétrico de Bacias Hidrográficas**, sob a coordenação do MME, que é um instrumento fundamental para o melhor aproveitamento do potencial hidroelétrico das bacias hidrográficas brasileiras.

Acompanhando há mais de 20 anos a questão de efeitos dos campos eletromagnéticos (CEMs), o CEPEL é referência nacional e internacional nesse assunto. Seus pesquisadores desenvolveram metodologias de medição e simulação de CEMs, que permitem avaliar a compatibilidade das instalações do sistema elétrico brasileiro de acordo com as melhores recomendações de organismos internacionais. Os estudos do Centro vêm contribuindo para levar informações científicas à população que, nos últimos anos, está mais atenta aos problemas ambientais e aos efeitos de campos eletromagnéticos.

Outra área que tem merecido atenção especial do CEPEL, nos últimos anos, é a das fontes alternativas de geração. O Centro vem realizando **estudos nas áreas de energia**

**solar, eólica e células a combustível/hidrogênio, tanto em projetos de consultoria como no desenvolvimento de tecnologias.**

Está sendo desenvolvido *software* que reúne critérios e métodos para implementação em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), da análise da viabilidade técnica, econômica e ambiental do uso de fontes alternativas de geração de energia elétrica, substituindo o óleo diesel em comunidades isoladas da região amazônica.

Pesquisadores do Centro estão trabalhando no projeto da ELETROBRÁS para implantação de um sistema híbrido de energia solar e eólica, que atenderá a Ilha da Trindade, no litoral do Espírito Santo. Com capacidade para gerar 120 kW, o sistema reduzirá de 60 mil para 2 mil litros o consumo anual de óleo diesel na ilha, que atualmente é atendida somente por grupos de geradores a diesel.

O CEPEL apoiou o MME na confecção do primeiro atlas do potencial eólico abrangendo todo o território brasileiro e tem se dedicado a novos projetos nessa área. Também está apoiando a ELETROBRÁS na certificação de aerogeradores, por meio de projeto institucional, verificando as especificações dos equipamentos de acordo com as condições climáticas brasileiras.

Em parceria com a CHESF, o IPEN e o INT, o Centro vem realizando **estudos sobre células a combustível, que constituem uma forma limpa, silenciosa e eficiente de geração de eletricidade e calor a partir de combustíveis como hidrogênio, gás natural, etanol ou outros hidrocarbonetos.**

Também se dedica a projetos nas áreas de eficiência energética, que tratam da melhoria do rendimento de equipamentos e processos, e de conservação de energia, com ações que visam ao combate ao desperdício.

Mantido o apoio tecnológico que o Centro vem prestando ao PROCEL /ELETROBRÁS desde a criação deste programa nos anos 80, realizando-se diferentes tipos de ensaios para confirmar os dados da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia concedida pelo INMETRO. Os ensaios também **respaldam a concessão do Selo PROCEL**, destinado a motores, lâmpadas, refrigeradores e condicionadores de ar mais eficientes em suas categorias.

Parceiro técnico da ELETROBRÁS no PROCEL Sanear, o CEPEL vem dando importante contribuição ao programa, que estimula ações voltadas para o uso eficiente de energia elétrica e água em sistemas de saneamento ambiental, incluindo os consumidores.

Realiza ainda uma série de outras ações relacionadas à eficiência energética e à conservação de energia, como a realização de serviços de diagnósticos energéticos de indústrias e prédios públicos e comerciais, atendendo o Procel Indústria e o PROCEL Edifica. Também está levantando os custos para realização do descarte de lâmpadas e condicionadores de ar de forma ambientalmente correta.

O CEPEL também apóia a ELETROBRÁS no Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (PDTI), promovendo a qualidade e a eficiência energética de transformadores de distribuição.

Para garantir o financiamento dos projetos de pesquisa do Centro, a ELETROBRÁS e suas controladas (CHESF, ELETRONORTE, ELETROSUL e FURNAS), disponibilizaram, através de contribuição anual, recursos para o orçamento do exercício na ordem de R\$ 110 milhões, com crescimento real de 3,4% se comparado ao exercício de 2006. Outros recursos, advindos de projetos e serviços tecnológicos do próprio Centro e de contribuições de outros Associados, públicos e privados, participaram com mais R\$ 23 milhões, totalizando em R\$ 133 milhões, aplicados diretamente no ano de 2007, no Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL.

## **2.3. PROGRAMAS**

### **LINHAS DE PESQUISA, PROJETOS DE P&D E ENSAIOS LABORATORIAIS:**

A atividade de pesquisa do CEPEL está estruturada em seis grandes linhas, que abrangem uma ampla variedade de projetos, correspondendo, cada uma, a um departamento específico, de acordo com os seguintes temas.

#### **1) Automação de Sistemas**

Processamento e gestão das informações para operação em tempo-real. Desenvolvimento de sistema computacional de grande porte, que implementa todas as funções de um SCADA (Supervisory Control and Data Acquisition) de última geração e as funções de apoio do tipo EMS (Energy Management System). Permanente evolução, no estado da arte da tecnologia e em sintonia com as necessidades dos usuários. Aplicação de tecnologias para a implantação de centros de supervisão e controle e centros de oscilografia.

Principais ações tecnológicas:

- Automação local de instalações - Aquisição e processamento de dados do processo elétrico; arquiteturas computacionais; sistemas operacionais de tempo real; processamento de dados em tempo real
- Análise de perturbações - Ambiente computacional para análise de gestão de registros oscilográficos de faltas; processamento de sinais; localização de faltas; simulação dinâmica de equipamentos de proteção; bancos de dados de oscilografia; sistemas inteligentes de análise automática de oscilogramas; redes de oscilografia
- Tecnologias para Operação de Sistemas Elétricos em tempo-real (SCADA/EMS) - Protocolos e sistemas de comunicação de dados; sistemas operacionais; arquiteturas computacionais (hardware e software); tecnologias de interface homem-máquina; tecnologias web para intercâmbio e difusão de informações; bancos de dados; aplicações de inteligência computacional; aplicativos de análise de redes em tempo-real; controle automático de geração

## **2) Otimização Energética e Meio Ambiente**

Desenvolvimento de cadeia de modelos e programas computacionais destinados ao planejamento da expansão da geração, ao planejamento da operação e à programação da operação de sistemas hidrotérmicos interligados. Compõem também esta cadeia modelos para a previsão e geração de cenários sintéticos de vazões aos diversos aproveitamentos hidrelétricos, modelos para estudos de prevenção de cheias, modelos de previsão de mercado de longo prazo e modelos para subsidiar a tomada de decisão de investimentos em projetos de geração de energia. São desenvolvidas ainda metodologias para a incorporação da dimensão ambiental nas diversas etapas do processo de planejamento dos empreendimentos do setor elétrico, incluindo métodos, critérios, indicadores e ferramentas de análise para que a concepção dos empreendimentos seja feita de acordo com os princípios e compromissos do desenvolvimento sustentável.

Principais ações tecnológicas:

- Planejamento da Expansão da Geração - Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais para o planejamento da expansão, previsão de mercado, inventário de bacias hidrográficas
- Planejamento da Operação Energética - Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais para o planejamento da operação de longo, médio e curto prazos e programação da operação
- Meio Ambiente - Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais para a avaliação da dimensão ambiental no planejamento da expansão da geração e transmissão e sistemas isolados
- Hidrologia Estocástica e Recursos Hídricos - Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais para a geração e previsão de vazões, controle de cheias e previsão de ventos
- Análise Financeira de Projetos e Tarifas - Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais
- Técnicas Computacionais Aplicadas à Área Energética - Aplicação de técnicas de processamento distribuído; desenvolvimento de modelos, algoritmos e facilidades computacionais para a integração dos programas da área energética

## **3) Instalações e Equipamentos**

Desenvolvimento de modelos computacionais, técnicas de ensaio e medição e sistemas de monitoração e diagnóstico aplicados em equipamentos elétricos e linhas de transmissão e distribuição. Novas técnicas de avaliação de desempenho, estado operativo e vida remanescente, tanto em laboratório quanto no campo; sistemas computacionais para análise, projeto, diagnóstico, monitoração, manutenção, recapacitação e extensão de vida útil. Medição eletrônica de energia elétrica,

gerenciamento pelo lado da demanda (GLD), redução de perdas técnicas e comerciais (medição anti-fraude). Transporte de Energia, tecnologia LPNE - FEX, linhas de transmissão de potência natural elevada e feixes expandidos, otimização da transmissão de energia. Aperfeiçoamento de tecnologias tradicionais e desenvolvimento de novas técnicas voltadas para a operação e a expansão do sistema elétrico.

Principais ações tecnológicas:

- Tecnologia de Transmissão - Novas Concepções de Linhas de Transmissão, Otimização de Projetos de Linhas de Transmissão, Interação entre as LTs e o Meio Ambiente e Monitoramento do Desempenho Elétrico e Mecânico de LTs
- Monitoramento e Diagnóstico de Equipamentos e Instalações - Desenvolvimento de modelos e programas computacionais, técnicas de ensaio e medição e sistemas de monitoração e diagnóstico aplicados a equipamentos elétricos
- Medição de Energia e Combate a perdas - Desenvolvimento de novos equipamentos e tecnologias em medição de energia elétrica, programas computacionais para auxílio ao combate às perdas. Ensaio em sistemas de medição de intercâmbio de energia elétrica
- Transitórios Eletromagnéticos e Coordenação de Isolamento – Desenvolvimento de modelos para atendimento a necessidades específicas das empresas, validação de modelos e demonstração de novas técnicas de análise

#### **4) Sistemas Elétricos**

Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais para apoio à expansão, supervisão, controle e operação do sistema elétrico-energético, que fazem do Brasil o único país em desenvolvimento a possuir uma cadeia de programas própria e em constante evolução. O CEPEL conta também com uma experiente equipe de estudos de desempenho elétrico e com um laboratório de qualidade de energia elétrica.

Principais ações tecnológicas:

- Planejamento Operação e Análise de Redes Elétricas - Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais para Análise de Redes
- Confiabilidade - Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais para confiabilidade de Transmissão e Compostos
- Planejamento da Expansão de Sistemas de Transmissão - Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais para planejamento da transmissão
- Integração de Base de Dados - Desenvolvimento de modelos, algoritmos, facilidades e programas computacionais para integração dos programas da Área Elétrica

- Estudos de Sistemas Elétricos - Desenvolvimento de estudos para atender necessidades específicas das empresas, validar modelos ou demonstrar novas técnicas de análise
- Qualidade de Energia Elétrica - Medição, análise, diagnósticos e desenvolvimento de ferramentas computacionais voltadas para Qualidade de Energia.

## 5) Tecnologias Especiais

Desenvolvimento de projetos de pesquisa, aplicação de tecnologias e serviços técnicos especializados, tecnologias de materiais (materiais dielétricos, metálicos, cerâmicas), corrosão (sistemas anticorrosão, técnicas para monitoração de corrosão), supercondutividade, células combustíveis, fontes alternativas e conservação de energia. Apoio tecnológico aos programas de governo PROCEL, Luz para Todos, PROINFA e RELUZ.

Principais ações tecnológicas:

- Conservação e uso eficiente da energia – Tecnologias de conservação de energia. Otimização no uso final. Demonstração e aplicação de técnicas eficientes. Diagnósticos energéticos.
- Energias renováveis – Fontes de geração eólica e solar. Técnicas de sistemas de informação geográfica para otimização de aproveitamentos.
- Metalurgia e materiais - Avaliação da integridade estrutural e da vida remanescente de usinas termelétricas, Supercondutividade, Blocos varistores, Corrosão. Fluidos, papéis e polímeros isolantes.
- Geração distribuída – Desenvolvimento e aplicação de tecnologias para sistemas isolados e inserção de novas fontes renováveis no sistema interligado.

**6) Ensaio Laboratoriais:** o CEPEL possui um conjunto de 30 laboratórios, dos quais podemos destacar os seguintes.

- **Laboratório de Acionamento e Segurança em Equipamentos Eletroeletrônicos**

Criado em 1986, foi o primeiro laboratório do Brasil inteiramente equipado para fazer **ensaios de todos os tipos de proteção de equipamentos elétricos destinados a áreas com atmosferas potencialmente explosivas**. Acreditado pelo Inmetro, realiza ensaios voltados principalmente para as indústrias químicas, petroquímicas e de petróleo. Avalia se os equipamentos elétricos estão em conformidade com as normas e especificações técnicas.

Participa do programa de etiquetagem de motores desenvolvido pelo Procel e pelo Inmetro, que já resultou no **aumento do rendimento e do fator de potência dos motores de indução em uso no País**. Também possui cooperação com instituições no exterior para desenvolvimento de projetos.



- **Laboratório de Alta Corrente**

Único do Hemisfério Sul, faz **ensaios para avaliação de desempenho elétrico e termomecânico de equipamentos de alta, média e baixa tensão**, fabricados no Brasil e no exterior. Está capacitado para fazer ensaios de correntes elétricas até 230 kA .

Dentre as atividades em andamento no laboratório, destaca-se o ensaio de arco interno em painéis de baixa tensão. Como os arcos elétricos internos são fenômenos que geram riscos para a operação de equipamentos de distribuição de energia elétrica, os ensaios realizados nesta unidade permitem aos fabricantes desses equipamentos incluir formas de proteção no projeto de seus produtos, aumentando a segurança.

- **Laboratório de Impulso de Corrente**

Este laboratório realiza **ensaios de impulso de corrente e oferece suporte à pesquisa e ao desenvolvimento de pára-raios de carboneto de silício e óxido de zinco, verificando suas características protetivas e de operação**. Para isso, simula descargas atmosféricas em suas instalações e submete os materiais aos ensaios de tipo, segundo normas brasileiras e internacionais. Participa também de projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Inaugurado em 1983, é o único laboratório do Brasil **capacitado para fazer ensaios de verificação dos impactos diretos de raios sobre estruturas, componentes e peças metálicas de aeronaves**. Sua atuação é de fundamental importância para a indústria aeronáutica brasileira, que anteriormente tinha que recorrer a laboratórios de outros países.

- **Laboratório de Ensaio Corona**

Inaugurado em 1980, este laboratório **realiza ensaios corona de alta tensão, de impulsos atmosféricos, de manobra e perfuração até o nível de tensão de 1 MV e 50 kJ de energia**. Também faz ensaios com tensão à frequência industrial até a classe de 138 kV, em sua maioria automatizados. Os ensaios dão suporte a pesquisas e servem para garantir a confiabilidade, segurança e qualidade de máquinas e equipamentos elétricos.

O laboratório realiza diversos tipos de medição, tanto em suas instalações quanto em campo. É um dos poucos no Brasil capacitados para medir descargas parciais e capacitância e tangente delta em geradores e motores de grande porte em campo (plataformas de petróleo e usinas geradoras de energia elétrica). **Atua ativamente no desenvolvimento e aprimoramento de métodos de medição.**

- **Laboratório de Alta e Média Potência**

Este laboratório oferece as mais elevadas potências de curto-circuito na América do Sul para a realização de **ensaios de pesquisa e desenvolvimento em equipamentos de alta tensão, como disjuntores, cadeias de isoladores, cubículos, reatores, etc.** Todos os ensaios são documentados por meio de filmagens em vídeo com câmera de alta velocidade.

- **Laboratório de Alta Tensão**

É um dos maiores do gênero no Hemisfério Sul. Faz **ensaios dielétricos de aceitação, pesquisa e desenvolvimento em equipamentos e componentes para sistemas de transmissão até 765 kV**, em sua área interna, e até 1500 kV na área externa de 40 mil metros quadrados. Entre seus usuários estão concessionárias de energia elétrica e grandes fabricantes de equipamentos do Brasil e de outros países.

Entre as atividades realizadas, também merecem destaque os ensaios trifásicos em configurações reais de torres de transmissão. É o único no Hemisfério Sul capacitado para fazer esse tipo de ensaio, cuja execução exige torres com mais de 15 metros de diâmetro.

- **Laboratório de Ensaio sob Poluição**

Este laboratório é **especializado na avaliação de equipamentos em locais que sofrem a ação de poluentes como poeira, maresia e até dejetos de pássaros.** É o único do Brasil equipado para fazer ensaios com névoa salina ou pré-depósito em isoladores de equipamentos com tensão superior a 138 kV.

Dentre suas realizações, destaca-se a participação na montagem de um mapa de poluição das regiões atendidas pelas concessionárias Cemig (MG), Escelsa (ES) e Coelce (CE). Entre outras informações, o mapa revela como se comporta o nível de poluição sazonalmente, indicando as épocas do ano mais críticas conforme o tipo de poluente e orientando as equipes de manutenção.

- **Laboratório de Análises Químicas**

O laboratório está capacitado para desenvolver métodos ou implantar e realizar uma vasta gama de serviços analíticos em ligas metálicas, solos, água, tintas e outros materiais. Recorrendo à análise química tradicional e instrumental, **realiza ensaios essenciais para a detecção de falhas e de processos químicos relacionados à vida útil de componentes de usinas e linhas de transmissão e distribuição.**

Destaca-se pelo apoio a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento realizados no Cepel, voltados para empresas do Grupo Eletrobrás. **Atualmente, uma das principais atividades do laboratório é a participação em pesquisas relacionadas**

**ao enxofre corrosivo. O objetivo é pesquisar e desenvolver métodos para evitar falhas prematuras em transformadores e reatores devido à deposição de sulfeto de cobre nos condutores.**

- **Laboratório de Corrosão**

Implantado para **estudar os mecanismos e os diferentes tipos de corrosão que afetam os materiais, assim como desenvolver e implementar técnicas de proteção anticorrosiva.** A exposição dos equipamentos e estruturas aos diferentes ambientes agressivos encontrados no setor elétrico leva os materiais a um processo de corrosão, gerando altos custos de manutenção e proteção de estruturas e equipamentos, além dos prejuízos decorrentes das paradas não programadas, as quais têm elevado impacto socio-econômico.

Dentre as técnicas e produtos estudados no laboratório para minimizar os efeitos da corrosão estão os revestimentos protetores (metálicos, inorgânicos, orgânicos polímeros especiais), os sistemas de proteção anódica e catódica, além da seleção de materiais adequados e cuidados de projeto que levem em conta o problema da corrosão.

Dentre os estudos recentes desenvolvidos pelo CEPEL com a participação do laboratório de corrosão destacam-se a **avaliação de revestimentos por pintura com utilização de tintas de baixo impacto ambiental** (tintas em pó, tintas de base aquosa e tintas de baixo teor de solventes orgânicos) e o desenvolvimento de técnicas de monitoração de estruturas metálicas enterradas, no que diz respeito ao aspecto de corrosão.

- **Laboratório de Metalografia**

O Laboratório está capacitado para realizar toda uma gama de **ensaios de caracterização de materiais (metálicos e não-metálicos)** que são a base do desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a integridade estrutural e melhoria das propriedades de componentes empregados nos mais diversos equipamentos.

O Laboratório conta com equipe de grande experiência no campo de análise de falhas em equipamentos de geração, transmissão e distribuição, atividade que se caracteriza pela natureza multidisciplinar, envolvendo diversas especialidades do CEPEL. **Através da análise de falhas os projetos dos equipamentos ou as condições operacionais a que os materiais encontram-se submetidos podem ser reavaliadas ou modificadas.**

A atuação do Laboratório de Metalografia nas atividades **de avaliação de integridade baseada no risco e nos programas de determinação de vida residual de caldeiras, linhas de vapor e turbinas de centrais de geração térmica** contempla a realização de inspeções e ensaios não-destrutivos em campo, tais como **réplicas metalográficas, ultra-som, líquidos penetrantes e partículas**

**magnéticas, complementados por ensaios de microscopia óptica, microscopia eletrônica de varredura no próprio laboratório.**

O Laboratório também fornece suporte aos projetos P&D conduzidos no CEPEL por meio de **ensaios de difração de raios-X para análise de óxidos ou de dispersão de energia para a análise química, identificação e caracterização de compostos e fases.**

- **Laboratório de Propriedades Elétricas e Magnéticas**

Criado em 1978, é praticamente o único laboratório na América Latina capacitado para **realizar investigações experimentais sobre condições elétricas e magnéticas em equipamentos e materiais, principalmente de indústrias ligadas ao Setor Elétrico.**

No enfrentamento da crise de abastecimento de energia elétrica que afetou o país na primeira metade dos anos 2000, o laboratório teve papel de **destaque nos trabalhos de repotenciação de usinas antigas, analisando materiais novos e mais resistentes a temperaturas mais elevadas.**

Além de atender ao setor de geração de energia em usinas termelétricas e hidrelétricas, **presta serviços para o setor nuclear e participa de análises periciais em materiais e equipamentos.** Em parceria com universidades realiza investigações experimentais que apóiam dissertações de mestrado e teses de doutorado.

- **Laboratório de Refrigeração**

Equipado para **avaliar o desempenho de refrigeradores, congeladores e condicionadores de ar**, este laboratório atende ao Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). De seus ensaios resultam as **informações sobre eficiência energética constantes do Selo do PROCEL e da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia** afixados nos produtos submetidos ao Inmetro pelos fabricantes.

Selo e etiqueta ajudam os consumidores a identificar os aparelhos mais eficientes e incentivam as empresas a investir no aperfeiçoamento de seus produtos. O resultado é a significativa redução do consumo de energia elétrica de refrigeradores e condicionadores. Um refrigerador doméstico com capacidade de 250 litros que, alguns anos atrás, consumia cerca de 50 kWh por mês, consome hoje aproximadamente a metade.

A experiência acumulada pelo laboratório com a prestação de serviços e o apoio à pesquisa credenciou-o para participar da elaboração de procedimentos e normas técnicas. Além disso, mantém um programa de comparação interlaboratorial com instituições nacionais e internacionais, funcionando como unidade de referência para outros laboratórios do setor.

- **Laboratório de Iluminação**

Este é o **principal laboratório de apoio a órgãos do governo no esforço de conservação de energia e eficiência energética** em componentes e sistemas de iluminação pública, residencial, comercial e industrial. Dispõe dos mais modernos equipamentos para realização de medições e ensaios em luminárias, lâmpadas, LEDs (diodos emissores de luz) e reatores magnéticos e eletrônicos.

Dentre os equipamentos disponíveis no laboratório destaca-se o **goniofotômetro, aparelho que mapeia distribuição de luz de luminárias em função do ângulo**. Tais ensaios contribuem para o desenvolvimento de luminárias mais eficientes e bem ajustadas, **evitando efeitos indesejáveis como luz invasora, ofuscamento, manchas de penumbra e poluição luminosa** – o que resulta em maior eficiência e menor consumo de energia elétrica.

O laboratório teve importante papel no processo tecnológico que levou à substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes compactas nas instalações residenciais e comerciais, as quais **resultam numa economia de até 30% no consumo de energia**.

Braço técnico da parceria firmada pela Eletrobrás, Inmetro e Cepel para execução dos programas do selo PROCEL e da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) relacionados a iluminação, o laboratório participa da elaboração de padrões técnicos, coordenando a adoção de índices de desempenho e de métodos de ensaio.

- **Laboratório de Propriedades Mecânicas**

O laboratório foi implantado em 1975 com o objetivo de dar suporte aos projetos de P&D relativos ao comportamento mecânico de materiais, equipamentos e estruturas utilizados no setor elétrico. Encontra-se equipado para **realizar medições e ensaios sob condições de esforços mecânicos estáticos e dinâmicos**.

A implantação de um vão para ensaio em cabos condutores permitiu que fosse pioneiro no Brasil em ensaios de fluência em condutores de alumínio com alma de aço e em ensaios mecânicos de cabos pára-raios com fibras ópticas. Os modelos computacionais desenvolvidos para previsão do efeito do vento em cabos condutores ou o desenvolvimento de técnicas de **medição do amortecimento próprio** dos cabos puderam ser validados com a utilização da infraestrutura experimental existente no laboratório.

Os estudos para avaliação do **desempenho dinâmico de amortecedores**, a simulação de condições mecânicas de operação de ferragens de linhas de transmissão e estudo do desempenho de **condutores submetidos a fadiga** também somente são possíveis com a utilização das facilidades experimentais presentes no laboratório.

A partir de ensaios conduzidos em laboratório, foram desenvolvidas técnicas de

medições estáticas e dinâmicas, realizadas em campo, para **solucionar problemas de vibração em comportas e turbinas de hidrelétricas.**

Os projetos que resultaram no **desenvolvimento de programas computacionais para monitoração e diagnóstico do comportamento mecânico de hidrogeradores** tiveram origem nos trabalhos experimentais realizados no laboratório de propriedades mecânicas. Atualmente, os sistemas instalados em algumas empresas do setor elétrico permitem diagnósticos baseados não apenas no comportamento mecânico como também de outras grandezas físicas e elétricas.

## **2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL**

Cada um dos projetos institucionais teve seu planejamento de atividades para 2008 acertado entre o CEPEL e as empresas do sistema ELETROBRÁS. Os resultados obtidos durante o ano foram acompanhados pelos gerentes de cada projeto através da Internet, com uso de senhas individualizadas. O desempenho global da carteira institucional foi acompanhado pelos coordenadores da carteira nas empresas, também via Internet.

Seguem alguns resultados e produtos de pesquisas realizadas no Cepel.

### **1 - SAGE - Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia (Sage)**

O Sage é um sistema computacional de grande porte, do tipo Scada/EMS (Supervisory Control and Data Acquisition/Energy Management System), desenvolvido para a missão crítica de supervisão, controle e gestão de sistemas elétricos em tempo real. Hoje, a maioria das grandes concessionárias de transmissão e distribuição do País, incluindo as do Sistema Eletrobrás, confia a operação de seu sistema elétrico ao Sage, algumas de forma exclusiva.

Estes são alguns exemplos: em Furnas, o Sage foi padronizado como o sistema de supervisão e controle de seus centros locais; na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), foi escolhido para o Centro de Operação do Sistema, os centros regionais e os novos centros locais; na Eletrosul, foi adotado para gerenciar todo o seu sistema elétrico, por meio do Centro de Operação da Transmissão e centros de telecontrole; na Eletronorte, equipa o Centro de Operação do Sistema e Centros Regionais. Recentemente, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) confiou ao Sage a operação integral do sistema de transmissão do Estado de São Paulo, o mais denso do Brasil.

Com isso, o Sage já detém a responsabilidade pelo gerenciamento da grande maioria da malha de transmissão em alta tensão do País, com ação direta ou indireta, em mais de 200 das 320 subestações do Sistema Interligado Nacional.

Escolhido como solução tecnológica do Centro Nacional de Operação do Sistema (CNOS) – centro de maior hierarquia do sistema de supervisão e controle da malha

brasileira de geração e transmissão em alta tensão –, o Sage tem alargado, continuamente, seu escopo de aplicação por meio de novos desenvolvimentos, como a função estratégica do Controle Automático de Geração (CAG), do Centro de Operação do Sistema Regional Sudeste (COSR–SE), para o estabelecimento, em tempo real, da energia gerada em cada grande usina da região.

Em outro exemplo importante, o Sage foi recentemente escolhido como a plataforma de desenvolvimento das novas tecnologias previstas no Projeto de Assistência Técnica ao Setor Energético – Estal (MME/ONS), em particular aquelas associadas à exploração dos dados do futuro Sistema de Medição Fasorial do Sistema Interligado Nacional. No extremo oposto do espectro de aplicações, o sistema foi pioneiro na adoção do novo padrão de automação local de instalações IEC-61850, viabilizando a disseminação dessa tecnologia revolucionária, no Brasil, em ritmo muito mais acelerado do que no resto do mundo, com instalações já operacionais na Chesf, em Furnas, na Eletrosul e na Elektro, garantindo ganhos relevantes de eficiência na implantação dos projetos e recursos inovadores para a operação.

## **2 - Ensaios de luminárias – Goniofotômetro**

O Cepel tem instalado, no seu Laboratório de Iluminação, um goniofotômetro de grande porte, capaz de avaliar luminárias de até 50 quilos. Com esse equipamento, o Centro ampliou a sua participação na concessão do Selo Procel, além de contribuir com o Programa Brasileiro de Etiquetagem, do Inmetro, e com o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), da Eletrobrás.

O goniofotômetro faz o mapeamento, ângulo a ângulo, da distribuição de luz no ambiente. Os ensaios contribuem para o desenvolvimento de luminárias mais eficientes, o que possibilita uma significativa redução do consumo de energia elétrica nos sistemas de iluminação pública, residencial, comercial e industrial. Os gastos com iluminação correspondem a 27% do total de energia consumida no Brasil.

Houve investimento de US\$ 1,3 milhão na aquisição do goniofotômetro e de um conjunto de equipamentos complementares. Oriundos do Global Environment Facility (GEF), os recursos foram repassados pelo Banco Mundial ao Projeto de Capacitação Laboratorial da Eletrobrás/Procel.

## **3 - Cadeia de modelos computacionais para o planejamento da expansão e operação do sistema de geração brasileiro**

Em um sistema com as características do sistema brasileiro, é indubitável o ganho obtido pela coordenação e otimização do planejamento da expansão e da operação do parque gerador. No entanto, essa coordenação é bastante complexa do ponto de vista técnico. Por isso, foi necessário o desenvolvimento, com tecnologia nacional, de modelos matemáticos e programas computacionais para dar suporte às decisões.

Esses desenvolvimentos vêm sendo realizados há mais de 30 anos pelo Cepel, com

participação técnica e suporte financeiro do Grupo Eletrobrás e apoio das demais empresas do setor.

No planejamento da expansão, um dos desafios é definir planos e estratégias de investimentos para construção de novas usinas e de novos troncos de interconexão que assegurem um suprimento confiável e de menor custo para a demanda futura de eletricidade. O planejamento do setor energético é de responsabilidade do Ministério de Minas e Energia (MME), com o auxílio de estudos realizados pela Empresa de Pesquisa Energética.

O Cepel tem contribuído para essa atividade, por meio do desenvolvimento de uma cadeia de metodologias e programas computacionais, cujos principais modelos são o Melp e o Newave. Aspectos importantes, como os socioambientais e de uso múltiplo da água, passam a ser considerados de forma mais completa na elaboração de inventários de bacias hidrográficas. Da mesma forma, a avaliação ambiental integrada passa a ser considerada desde as fases iniciais do processo de planejamento.

Por outro lado, também é necessário definir uma estratégia ótima para a operação do sistema elétrico brasileiro. O planejamento, a programação e o despacho centralizados dos recursos de geração são realizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico. Para esse fim, o Centro desenvolveu uma cadeia de metodologias e programas computacionais, cujos principais modelos são o Newave, o Decomp e o Dessem. Em uma primeira etapa, definem-se as metas ótimas de geração hidrelétrica e termelétrica para as diversas regiões do país, bem como os intercâmbios energéticos entre elas (Newave). Em uma segunda etapa, são definidas as metas ótimas semanais de geração para cada usina hidrelétrica, considerando-se restrições locais (Decomp). Posteriormente, essas metas de geração são refinadas na programação da operação do dia seguinte, levando-se em consideração a cronologia da curva de carga, restrições operativas no nível de unidades geradoras e a modelagem linear da rede elétrica (Dessem). Os custos marginais fornecidos pelos diversos modelos são utilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, para formar a base do preço do mercado de curto prazo.

Compõem também essa cadeia modelos para previsão e geração de cenários sintéticos de vazões aos diversos aproveitamentos hidrelétricos, estudos de prevenção de cheias, análise de investimentos em projetos de geração de energia e metodologias para a incorporação da dimensão ambiental nas diversas etapas do processo de planejamento dos empreendimentos do setor elétrico, além da avaliação do potencial energético de sistemas isolados.

No Laboratório de Computação Intensiva (Labcin), são estudadas aplicações de técnicas de processamento distribuído a programas computacionais, como o Newave, o Suishi e o Decomp, com o objetivo de reduzir significativamente o seu tempo de processamento.

#### **4 - Programas computacionais na área de Planejamento e Operação Elétrica**

O Cepel desenvolveu, ao longo de 34 anos, com a participação intensa do Sistema



Eletrobrás e o apoio dos técnicos de empresas e universidades, um conjunto de metodologias e programas computacionais para análise, planejamento, operação, controle e confiabilidade do sistema elétrico brasileiro, de dimensões continentais. Os programas computacionais do Centro possibilitaram uma sólida capacitação nacional nessas áreas.

Os programas Anarede, NH2, Flupot, Plantac, entre outros, permitem realizar estudos para o planejamento da operação e da expansão do sistema de transmissão. Recentemente, foram desenvolvidos novos algoritmos no Anarede que o capacitaram para identificar potenciais corredores para a recomposição do sistema após a ocorrência de blecautes. Também foi desenvolvida uma nova facilidade computacional que possibilita ao usuário realizar, de forma simples, a separação ou a união de duas barras.

No programa Flupot, foi melhorada a máxima transferência de potência entre duas áreas, considerando restrição aos intercâmbios não-majorados com outras áreas. No NH2, implantou-se uma facilidade computacional que permite a análise de contingências e confiabilidade em casos-base com violações operativas. O Plantac, voltado para o planejamento da transmissão, agora possibilita uma ordenação das alternativas de expansão segundo atributos considerados relevantes, com base no método de decisão multicritério AHP (Analytic Hierarchy Process).

Para se reduzir a vulnerabilidade do sistema a perturbações, que podem causar danos a equipamentos, instabilidade da carga ou entre as usinas geradoras, além de desligamentos em cascata e blecautes, são fundamentais os estudos do comportamento dinâmico do sistema, que podem ser realizados com a utilização dos programas Anatem e Pacdyn. Recentemente, foram desenvolvidas novas modelagens dos elementos da rede, a fim de permitir estudos empregando equipamentos Facts, do tipo Statcom, e VSC no programa Anatem.

Ainda com relação à segurança e à qualidade operativa da rede elétrica, dispõe-se dos programas Anafas, que auxilia no dimensionamento de equipamentos e na coordenação da proteção do sistema, e HARMZs, que determina os níveis de distorção harmônica. Os programas são continuamente melhorados e estão sendo integrados por meio de uma base de dados comum (sistema Sapre).

## **5 - Desenvolvimento de tecnologias de alta capacidade para transmissão de energia elétrica a longas distâncias**

O Cepel, com a participação das empresas do Grupo Eletrobrás, vem desenvolvendo novas concepções de linhas de transmissão de alta capacidade, visando a transmissão de grandes blocos de energia da região Norte, notadamente dos futuros empreendimentos de geração do rio Madeira e da UHE Belo Monte, para as regiões Sudeste e Nordeste, tanto em corrente alternada como em corrente contínua.

Essas atividades buscam contribuir para o projeto e a implantação de empreendimentos de transmissão mais econômicos que os tradicionais, garantindo, assim, a confiabilidade do sistema elétrico.

A experiência tem mostrado que a introdução de inovações tecnológicas em obras de transmissão de grande porte requer o desenvolvimento de estudos, a construção de protótipos, a realização de ensaios e a implantação de linhas-piloto.

Em função das características desses empreendimentos, o Cepel, com recursos provenientes da Eletrobrás e da Finep (R\$ 21 milhões e R\$ 15 milhões, respectivamente), vem investindo na capacitação dos seguintes laboratórios: Laboratório de Alta Tensão Externo – para a realização de ensaios de isolamento entre fases e entre fase e partes aterradas, manutenção de linha viva, corona e radiointerferência, para configurações até 1.000 kV em corrente alternada e  $\pm$  800 kV em corrente contínua.

- Laboratório de Alta Tensão Interno – para ensaios de isolamento entre fase e partes aterradas, manutenção de linha viva, corona e radiointerferência, para configurações até 765 kV.
- Laboratório de Alta Tensão Gaiola de Testes – para ensaios de perda corona e de determinação das funções de excitação de condutores, visando a obtenção dos níveis de campos elétricos e magnéticos.
- Laboratório de Alta e Média Potência – para avaliar o desempenho de equipamentos e ferragens a falhas do sistema elétrico (arco de potência).

Prevê-se que esses laboratórios estejam em operação até 2010.

## **6 - Metodologias e ferramentas computacionais para avaliação de integridade estrutural**

O Cepel possui relevante atuação na geração de conhecimento para atender ao parque termelétrico brasileiro. Com a conclusão do projeto Diatérmica, que consistiu no desenvolvimento de um software de medição e diagnóstico da condição operacional de equipamentos de geração termelétrica, integrados a metodologias de avaliação de integridade estrutural, o Centro partiu, em 2007, para dois novos desafios: os projetos

**Monitermo e Turbodiag:** O Monitermo consiste em um aprimoramento do projeto Diatérmica e busca monitorar em campo não apenas temperatura, pressão e parâmetros de processo nas tubulações, mas também a taxa de deformação. A partir da taxa, é possível obter resultados muito mais precisos a respeito da vida residual de equipamentos. A medição de taxas de deformação em altas temperaturas é um grande desafio tecnológico, que vem sendo enfrentado por centros de excelência de renome internacional, como o Epr e a Nasa. O Cepel é o único Centro de Pesquisas no Brasil com resultados consistentes nessa linha.

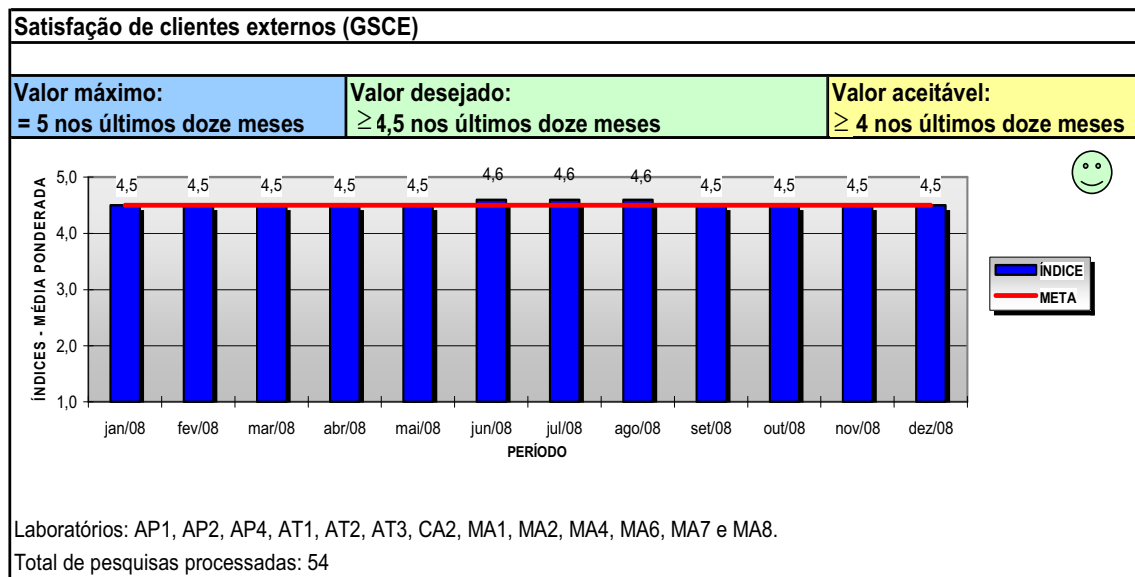
O Turbodiag visa ao desenvolvimento de uma nova ferramenta computacional voltada para monitoração e diagnóstico de turbinas de geração termelétrica. Esse projeto une os conhecimentos adquiridos pelo Centro, ao longo de 15 anos, nas áreas de avaliação de integridade estrutural em usinas térmicas e de monitoração e diagnóstico em geradores de usinas hidráulicas. As turbinas de geração termelétricas são equipamentos com um elevado grau de complexidade por associar solicitações térmicas e dinâmicas.

Esses projetos estão sendo executados por meio de uma parceria entre as seguintes empresas: Eletrobrás, Chesf, Eletronorte, Furnas, CGTEE e Tractebel. As instalações dos sistemas de monitoração da taxa de deformação referentes ao projeto Monitermo serão realizadas, nessa etapa experimental, na Usina Presidente Médici, pertencente à CGTEE, ao passo que o sistema-piloto de monitoração de turbinas, gerado no escopo do projeto Turbodiag, será instalado na Usina de Jorge Lacerda, pertencente à Tractebel. Os projetos devem trazer considerável redução dos custos de manutenção, em virtude do aumento do espaçamento entre as paradas para manutenção preditiva, pois esta apresenta caráter extremamente conservador, dado o desconhecimento dos estágios pontuais da degradação dos materiais envolvidos. Outro benefício dos projetos é a redução do número de paradas não-programadas das usinas de geração termelétrica, uma vez que a manutenção corretiva se torna muito menos freqüente pela monitoração e pela previsão acurada da degradação de cada componente.

## OUTROS DESTAQUES

### ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES EXTERNOS

Os serviços prestados pelos laboratórios de ensaio e de calibração são avaliados por meio de uma pesquisa de satisfação de clientes externos, que tem como objetivo avaliar a satisfação de clientes e obter sugestões e críticas que permitam a constante melhoria dos serviços prestados. Nos últimos doze meses, o CEPEL manteve esse índice no valor igual ou superior ao valor desejável ( $\geq 4,5$ ).



Este resultado é significativo, considerando que essa avaliação inclui os seguintes itens: agilidade na emissão da proposta, período marcado pelo laboratório para a realização do serviço, qualidade do serviço técnico realizado (mão-de-obra, equipamentos, procedimentos), qualidade da apresentação do relatório de ensaio/certificado de calibração, conteúdo do relatório de ensaio/certificado de calibração e prazo de entrega do relatório de ensaio/certificado de calibração.

## **PLANO DE METAS PARA 2008**

Anualmente o CEPEL estabelece com a ELETROBRÁS e com o DEST do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão metas globais na área de pesquisa, desenvolvimento e laboratórios que são auditadas, analisando seus resultados alcançados, e apresentadas ao Conselho Deliberativo para sua aprovação.

O Plano de Metas do exercício de 2008 foi constituído das seguintes metas corporativas:

<b>MC 1: Operacionalização dos novos recursos do SAGE para as empresas do Sistema ELETROBRÁS, concluída no âmbito do projeto de P&amp;D corporativo “Monisup”</b>
---

Trata-se do desenvolvimento e operacionalização de um conjunto de aplicativos e conversor de protocolo *SNMP (Simple Network Management Protocol)*, que visam habilitar o Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia - SAGE a integrar uma rede de monitoração de dados operacionais e de desempenho do próprio sistema de supervisão e controle.

INDICADOR: Operacionalização dos novos recursos do SAGE, relativos à integração com rede de monitoração de dados operacionais e de desempenho do próprio sistema de supervisão e controle.

REALIZAÇÃO: 100%

<b>MC 2: Integração do SADISP a sistema comercial de aquisição de dados</b>
---

Trata-se de desenvolvimento técnico, testes e demonstração do SADISP - Sistema de Aquisição e Processamento de Dados para a Integração da Supervisão, Controle e Proteção, em operação associada a módulo de aquisição de dados comercial, em laboratório do CEPEL. Esta ação busca qualificar o SADISP para a sua primeira aplicação futura, integrado com equipamento comercial (equipamento de aquisição e condicionamento de dados em subestações), em campo, na CHESF.

INDICADOR: Desenvolvimento técnico, testes e demonstração do SADISP, em operação associada a módulo de aquisição de dados comercial, em laboratório do CEPEL.

REALIZAÇÃO: 100%

<b>MC 3: Desenvolvimento da primeira versão do modelo computacional, denominado MAEB, capaz de determinar projeções futuras da matriz energética brasileira.</b>
--

Os objetivos desta meta são o desenvolvimento e implementação computacional de um modelo do tipo *bottom-up* para projeção da matriz energética brasileira. Em sua

primeira versão, estará modelada e implementada a cadeia do carvão mineral.

INDICADOR: Disponibilização da primeira versão do programa computacional MAEB para as empresas do Sistema ELETROBRÁS, juntamente com os manuais de metodologia e do usuário.

REALIZAÇÃO: 100%

**MC 4: Desenvolvimento e incorporação de técnicas de amostragem seletiva na geração de cenários sintéticos de afluências no Modelo NEWAVE.**

Desenvolvimento e aplicação de técnicas de amostragem seletiva (agregação e outros processos de amostragem) na geração de cenários sintéticos de afluências para o cálculo da política de operação (simulações *forward* e *backward*) no Modelo NEWAVE - Modelo Estratégico de Geração Hidrotérmica a Subsistemas Equivalentes.

INDICADOR: Nova versão do Programa NEWAVE incorporando técnicas de amostragem seletiva e Relatório Técnico descritivo da metodologia.

REALIZAÇÃO: 100%

**MC5 – Montagem do Laboratório de Microscopia Eletrônica de Transmissão**

Montagem do Laboratório de Microscopia Eletrônica de Transmissão (MET) e instalação da estrutura de apoio necessária para preparação de amostras. Realização de treinamento relativo à operação do equipamento e às técnicas de observação e interpretação de imagens. O MET ampliará a capacidade analítica do CEPEL para estudos nas áreas de materiais para altas temperaturas, materiais supercondutores e materiais cerâmicos para emprego em varistores e células a combustível. A infraestrutura atual, composta por microscópios eletrônicos de varredura e microscópios óticos, embora adequada para um grande número de estudos e projetos era insuficiente para o desenvolvimento de novos materiais com aplicação potencial para o setor elétrico.

INDICADOR: Implantação do Laboratório de Microscopia Eletrônica de Transmissão (Instalação, operacionalização e testes) e treinamento dos Pesquisadores e Técnicos.

REALIZAÇÃO: 100%

**MC 6: Finalização do projeto e construção de um protótipo de robô para inspeção de corrosão em cabos de linhas de transmissão de energia elétrica (LT) com alma de aço**

Trata-se do desenvolvimento de um robô, acionado por controle remoto, que se movimentará sobre cabos de LT com a finalidade de detectar falhas nos mesmos. O robô permitirá a identificação dos cabos que podem continuar em serviço e aqueles que devem ser removidos por apresentar risco de ruptura.

INDICADOR: Construção e teste do protótipo do robô para inspeção de corrosão em cabos de linhas de transmissão de energia elétrica.

REALIZAÇÃO: 100%

**MC 7: Finalização e Instalação, em empresas do Sistema ELETROBRÁS, da versão 1.9.0 do DianE, incorporando novas funcionalidades.**

Finalização e instalação, em empresas do Sistema ELETROBRÁS, da versão 1.9.0 do Diane - Sistema de Análise e Diagnóstico de Equipamentos, que incluirá a modalidade de análise por funções, agregando a análise integrada de vários equipamentos, levando-se em conta o *ranking* de risco, na função envolvida, de cada equipamento. Desta forma, tornar-se-á possível avaliar a integridade das funções de transmissão e da priorização de risco dos equipamentos associados, para auxiliar as empresas no gerenciamento da parcela variável, orientando as manutenções e paradas programadas.

INDICADOR: Finalização e instalação, em empresas do Sistema ELETROBRÁS, da versão 1.9.0 do Sistema Diane.

REALIZAÇÃO: 100%

### REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS		REALIZAÇÃO FÍSICA (%)
Valor aprovado conforme Dec. 6.646 de 18/11/2008	R\$ 30.200.000,00	100%
Realização	R\$ 28.133.736,00	93,2%

O CEPEL teve aprovado pela Lei 11.647/08, o orçamento de investimento para o exercício de 2008, no valor global de **R\$ 30.200.000,00** (trinta milhões e duzentos mil reais), tendo como fontes de financiamento recursos operacionais do Centro e da Eletrobrás. Os recursos provenientes da Eletrobrás são vinculados ao Projeto LONGDIST – projeto de pesquisa para tecnologias de alta capacidade para transmissão de energia elétrica a longa distância.

A realização dos investimentos para o exercício foi baixa até o mês de junho, em média **2,5%** ao mês do orçamento aprovado. Esse baixo desempenho se deu em virtude das características das aquisições, com elevada exigência no perfil técnico, consequentemente, com processos licitatórios mais demorados.

A partir do 3º trimestre, o programa de investimento passa a ter um nível de realização, bem superior ao 1º semestre, em consonância com as nossas expectativas.

Concluimos o exercício, com uma realização econômica do orçamento de investimento totalizando R\$ **28.133.735.65** (vinte e oito milhões cento e trinta e três mil setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), ou seja, **93%** da dotação final.

## 2.4.1 – EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

	2006	2007	2008
<b>PASSAGENS / HOSPEDAGENS</b>	<b>1.478.128</b>	<b>1.008.265</b>	<b>1.134.592</b>
<b>DIÁRIAS</b>	<b>233.566</b>	<b>378.210</b>	<b>477.153</b>
<b>SERVIÇOS DE TERCEIROS</b>	<b>19.753.823</b>	<b>18.168.353</b>	<b>18.303.396</b>
Publicidade	437.463	312.379	396.264
Vigilância	1.607.697	1.705.922	1.663.721
Conservação e Limpeza	1.094.812	1.136.142	1.263.365
Tecnol. Informação	762.256	694.701	870.780
Outras Terceirizações	15.851.595	14.319.209	14.109.266
Suprimentos de Fundos	0	0	0
<b>CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>21.465.517</b>	<b>19.554.828</b>	<b>19.915.141</b>

## 3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

NÃO SE APLICA

## 4 – RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

NÃO SE APLICA

## 5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO.

Tipo	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data, assinatura, vigência etc)	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor total Recebido/Transferido no Exercício	Contra partida	Beneficiário(Razão Social e CNPJ)	Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?)
Convênio de Cooperação Técnica e financeira		Processo:48000.002985/2004-76 - Convênio: <b>028/2004-MME</b> -data de ass. 21/12/2004 -vigência: 12 meses	Elaboração de sistema de informação geográfica, para acompanhamento dos setores de produção , infraestrutura e mercado de gás natural do Brasil	23-dez-04	798.600,00		72.600,00	Ministério de Minas e Energia CNPJ/MF 37.115.383/0001-53	Em andamento
1º Termo Aditivo		028/2004-MME vigência: 31/03/2007		13-dez-05					Em andamento
2º Termo Aditivo		028/2004-MME vigência: 31/03/2008		9-abr-07					Em andamento
3º Termo Aditivo		028/2004-MME vigência: 31/03/2009							Em andamento



Convênio de Cooperação Técnica e financeira		Convênio: <b>037/2005-MME</b> Vigência : 26/12/2007	Desenvolvimento de metodologia e protótipo computacional para aprimorar a representação e interação do modelo de oferta de energia elétrica com os modelos de oferta dos demais setores nos estudos de projecção da Matriz Energética Nacional	23-dez-05	935.000,00		85.000,00		Em andamento
1º Termo Aditivo		037/2005-MME Vigência : 26/12/2009		19-dez-07					Em andamento

Convênio		Convênio: 01.04.0712.01 - <b>FINEP</b> data de ass.:23/12/2004 - vigência: 03/09/2007	Capacitação de Segurança e Equipamentos Eletro- Eletrônicos		799.500,00		280.000,00	FINEP - Ministério da Ciência e Tecnologia CNPJ/MF 33.749.086/0001 -09	Encerrado
1º Termo Aditivo		Vigência 03/09/2007		20-nov-06					Encerrado
2º Termo Aditivo		Vigência 03/03/2008		28-ago-07					Encerrado

Convênio de Cooperação Técnica e financeira		Convênio: <b>018/2004-MME</b> - data de ass. 21/12/2004 - vigência: 50 meses	Desenvolvimento de estudos, material de suporte técnico e de infraestrutura para atendimento das necessidades do LUZ PARA TODOS PRODEEM, PROINFA e apoio técnico a estruturação de políticas públicas em atividades pertinentes a energias renováveis, criando condições para difundir o uso adequado destas fontes no Brasil, contemplando também a busca da eficiência e sustentabilidade energética.		5.309.700, 00	400.000,00	1.152.000, 00	Ministério de Minas e Energia CNPJ/MF 37.115.383/0001 -53	Em andamento
1º Aditivo		30/12/2007							Em andamento
2º Aditivo		30/12/2008							Em andamento
3º Aditivo		30/12/2009							Em andamento
4º Aditivo		30/12/2009							Em andamento

Convênio		Convênio: 01.05.1014.00 - <b>FINEP</b> vigência: 28/08/2007	Desenvolvimento tecnológico de energias renováveis	29-dez-05	250.000,00		39.000,00	FINEP - Ministério da Ciência e Tecnologia CNPJ/MF 33.749.086/0001 -09	Encerrado
----------	--	--	--	-----------	------------	--	-----------	--	-----------

Convênio		Convênio: 01.06.0962.00 - <b>FINEP</b> vigência: 16/12/2009	Desenvolvimento tecnológico de Linhas de Transmissão de energia elétrica a longas distâncias	16-dez-06	15.000.000 ,00		26.753.729 ,00	FINEP - Ministério da Ciência e Tecnologia CNPJ/MF 33.749.086/0001 -09	Em andamento
Convênio		Convênio: Nº ECV- 256/2007 - PROCEL vigência: 28/12/2010	Implementação de um sistema móvel para diagnósticos hidroenergéticos - SMDH	28-dez-07	816.000,00	402.000,00	414.000,00	ELETROBRÁS / PROCEL	Em andamento
Convênio		Convênio: <b>004/2007-MME</b> vigência: 31/12/2009	Desenvolvimento tecnológico de Linhas de Transmissão de energia elétrica a longas distâncias	24-dez-07	892.000,00		92.000,00	Ministério de Minas e Energia CNPJ/MF 37.115.383/0001 -53	Em andamento

## 6) PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

### FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS - CNPJ nº 34.268.789/0001-88

MÊS / ANO	TOTAL FOLHA SALÁRIO A	VALORES REPASSADOS PELA PATROCINADORA B	RELAÇÃO REPASSES SOBRE FOLHA (%) C = ( B/A ) * 100	OUTROS VALORES REPASSADOS PELA PATROCINADORA D	TOTAL DE REPASSES PATROCINADORA E = B + D	VALOR CONTRIBUIÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS F	RELAÇÃO CONTRIBUIÇÃO BENEFICIÁRIOS SOBRE FOLHA G = ( F/A ) * 100	TOTAL REPASSES H = E+F	OBSERVAÇÕES I
janeiro-08	3.681.665,92	402.419,55	10,93	132.953,41	535.372,96	402.419,55	10,93	937.792,51	Taxa de Adm e Seguro de Vida Patrocinadora.
fevereiro-08	3.342.174,76	359.362,68	10,75	130.688,13	490.050,81	359.362,68	10,75	849.413,49	idem
março-08	3.169.096,32	330.962,53	10,44	129.044,67	460.007,20	330.962,53	10,44	790.969,73	idem
abril-08	3.138.955,26	329.064,38	10,48	128.954,00	458.018,38	329.064,38	10,48	787.082,76	idem
maio-08	3.199.253,53	331.880,52	10,37	130.465,14	462.345,66	331.880,52	10,37	794.226,18	idem
junho-08	3.233.775,55	336.597,13	10,41	132.447,94	469.045,07	336.597,13	10,41	805.642,20	idem
julho-08	4.003.312,16	437.032,71	10,92	143.765,28	580.797,99	437.032,71	10,92	1.017.830,70	idem
agosto-08	3.450.698,83	361.534,50	10,48	142.287,17	503.821,67	361.534,50	10,48	865.356,17	idem
setembro-08	3.449.455,29	361.131,50	10,47	144.195,58	505.327,08	361.131,50	10,47	866.458,58	idem
outubro-08	3.417.072,72	358.989,83	10,51	143.820,99	502.810,82	358.989,83	10,51	861.800,65	idem
novembro-08	3.399.197,24	357.017,30	10,50	144.180,57	501.197,87	357.017,30	10,50	858.215,17	idem
dezembro-08	7.350.324,78	781.336,81	10,63	170.712,45	952.049,26	781.336,81	10,63	1.733.386,07	idem
<b>TOTAL</b>	<b>44.834.982,36</b>	<b>4.747.329,44</b>	<b>10,59</b>	<b>1.673.515,33</b>	<b>6.420.844,77</b>	<b>4.747.329,44</b>	<b>10,59</b>	<b>11.168.174,21</b>	

A - Total da Folha de Salários pagos pela Entidade Federal aos participantes do Plano Previdencial ( Beneficiários );

B- Valores repassados pela Patrocinadora a título de Contribuição;

C - Relação percentual entre a Contribuição da Patrocinadora ( B ) e o total da Folha de Salários ( A );

D - Outros valores repassados pela Patrocinadora especificados na coluna observação ( I );

E - Total de valores repassados pela Patrocinadora = ( B ) + ( D );

F - Total dos valores transferidos pelo beneficiários participantes dos Planos de Previdência Privada;

G - Relação percentual entre a Contribuição do Beneficiários ( F ) e a Folha de Salários ( A );

H - Total dos valores repassados para a EFPP = ( E ) + ( F );

I - Observações

O CEPEL não tem recursos humanos cedidos à patrocinada, mantém representantes junto à ELETROS com vistas a supervisão, fiscalização e acompanhamento das suas atividades, nos termos da Leis Complementares 108 e 109, de 29 de maio de 2001, atuando nos órgãos de deliberação e fiscalização da entidade.

## **REPRESENTANTES DO CEPEL NA ELETROS**

### **Conselho Deliberativo**

#### **Indicação do CEPEL**

**Mandato:** 19 / 11 / 2004 até 18 / 11 / 2008

**Titular:** Mauricio Joseph Marques Filho

**Suplente:** Marcos Roitman

**Mandato:** 19 / 11 / 2008 até 18 / 11 / 2012

**Titular:** Marcos Roitman

**Suplente:** Haroldo Ferreira Leite

#### **Eleito Ativos e Assistidos**

**Mandato:** 19 / 11 / 2004 até 18 / 11 / 2008

**Suplente:** Mauro Madeira de Sequeira

### **Conselho Fiscal**

#### **Indicação do CEPEL**

**Mandato:** 19 / 11 / 2004 até 18 / 11 / 2008

**Titular:** Rogério Cesar Neves Aranha

**Suplente:** Elcio de Oliveira

**Mandato:** 19 / 11 / 2008 até 18 / 11 / 2012

**Suplente:** Rosane Barboza da Silva

#### **Eleito Ativos**

**Mandato:** 29 / 06 / 2007 até 28 / 06 / 2011

**Titular:** Homero Gonçalves de Andrade

Presidente do Conselho Fiscal

As dívidas existentes entre o CEPEL e a ELETROS estão relacionadas a seguir:

Nº DO CONVÊNIO	ENTIDADE	VALOR TOTAL DO CONTRATO - ORIGINAL	SALDO DEVEDOR
----------------	----------	------------------------------------	---------------

<b>CF 004/00</b>	<b>ELETROS</b>	<b>11.691.053,25</b>	<b>0,00</b>
------------------	----------------	----------------------	-------------

O presente Contrato tem por objetivo a consolidação e financiamento da dívida do CEPEL junto à ELETROS, originárias das diferenças de reservas matemáticas relativas às complementações de aposentadorias Especiais(SB-40) dos empregados do CEPEL, participantes da ELETROS.

<b>CF 011/05</b>	<b>ELETROS</b>	<b>12.763.537,06</b>	<b>12.590.524,97</b>
------------------	----------------	----------------------	----------------------

O presente Contrato tem por objetivo a consolidação e financiamento da dívida do CEPEL junto à ELETROS, originárias das diferenças de reservas matemáticas relativas às complementações de aposentadorias especiais(SB-40) dos empregados do CEPEL, participantes da ELETROS.

<b>CF 012/05</b>	<b>ELETROS</b>	<b>2.894.071,38</b>	<b>2.854.838,87</b>
------------------	----------------	---------------------	---------------------

O presente Contrato tem por objetivo a consolidação e financiamento da dívida do CEPEL junto à ELETROS, originárias do desbloqueio do salário base de contribuição dos empregados do CEPEL. Especiais (SB-40) dos empregados do CEPEL, participantes da ELETROS.

<b>CF 015/06</b>	<b>ELETROS</b>	<b>2.774.247,07</b>	<b>2.773.933,70</b>
------------------	----------------	---------------------	---------------------

O presente Contrato tem por objetivo a integralização junto a ELETROS, das diferenças de reservas matemáticas relativas às complementações de aposentadorias especiais (SB-40) dos empregados do CEPEL, participantes da ELETROS.

## 7 – FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

NÃO SE APLICA

## 8) RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

O CEPEL não é beneficiário de renúncia de receita pública federal, e sim agente do desenvolvimento tecnológico de empresas do Sistema Elétrico Nacional.

## 9) DECLARAÇÃO DE GESTOR SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DE RENÚNCIA

NÃO SE APLICA

## 10) OPERAÇÕES DE FUNDOS

NÃO SE APLICA

## 11) DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

O CEPEL não possui cartão de crédito corporativo.

## 12. RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

### **Relatório de Avaliação de Gestão de 2007 nº 208225:**

#### **1.2.1.1 CONSTATAÇÃO: (019)**

**Ausência de metas físicas específicas que sejam condizentes com o porte da entidade.**

A Lei 11.451/07 aprovou o orçamento de investimento para o exercício de 2007, contemplando o CEPEL com o valor de R\$ 16.200.000,00 (dezesesseis milhões e duzentos mil reais), sendo o recurso operacional do Centro a única fonte de financiamento.

Segundo o Relatório de Gestão, no mês de junho, efetivou-se o início do projeto de pesquisa para tecnologias de alta capacidade para transmissão de energia elétrica a longas distâncias, de interesse mútuo entre CEPEL e ELETROBRÁS, com recursos da própria ELETROBRÁS, na ordem de R\$ 4.400.000,00 (quatro milhões e quatrocentos mil reais). Foi feito um pedido para suplementação ao orçamento aprovado anteriormente sendo aprovado pela Lei 11.625/07 de 26/12/2007, elevando a dotação orçamentária para R\$ 20.600.000,00 (vinte milhões e seiscentos mil reais).

Verificamos que a realização financeira do orçamento de investimento ficou em 87,6%, ou seja, R\$ 18.043.621,00 (dezoito milhões quarenta e três mil seiscentos e vinte e um reais). Como visto anteriormente, esta execução refere-se à única ação orçamentária sob responsabilidade do CEPEL, a 2745 - Pesquisa de Tecnologia Avançada no Campo dos equipamentos e Sistemas Elétricos que faz parte do programa governamental. Quanto à realização física, como a meta definida para o período na Lei Orçamentária Anual foi de uma pesquisa realizada, o percentual de realização desta foi idêntico ao da financeira, atingindo o patamar de 87,6%. Como pode ser observado, a meta física como definida não permite avaliar o desempenho operacional da Unidade, posto que a execução física sempre se equipará com a financeira.

Quanto ao Plano de Metas do exercício de 2007, estabelecido com a Eletrobrás e o DEST do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a área de pesquisa, desenvolvimento e laboratórios do CEPEL, os resultados alcançados podem ser verificadas no quadro abaixo:



### QUADRO 1: PLANO DE METAS DO EXERCÍCIO DE 2007

METAS PACTUADAS CEPEL/ELETROBRÁS	RESULTADOS
MC 1: Novo modelo do Estimador de Estados para o SAGE/EMS.	A meta foi integralmente implementada. Obteve-se novo modelo de estimador de estados para o SAGE/SEM, mais robusto, baseado em Lagrangeano aumentado. O modelo foi incorporado ao SAGE a partir do update 15/2007, e já está sendo utilizado regularmente pelos usuários do sistema.
MC 2: Implantação do SAGE como o novo Sistema de Supervisão e Controle da CTEEP.	A meta foi integralmente implementada, com tecnologia totalmente desenvolvida no CEPEL, tornando o SAGE o novo Sistema de Supervisão e Controle da CTEEP. O SAGE foi formalmente aceito pela CTEEP em sua reunião de diretoria de 22/12/2007.
MC 3: Avanços metodológicos no modelo computacional NEWAVE, resultando em nova versão.	A meta foi integralmente implementada. Avanços metodológicos no modelo resultaram na versão 13.a homologada pela ANEEL (Portaria 3206, de 22/10/2007), e já em uso por todos os agentes do setor elétrico brasileiro. A nova versão inclui a revisitação da abordagem de geração de ruídos da simulação backward, o que permite realizar um número maior de interações, e também o desenvolvimento e introdução no NEWAVE de um método de compensação da correlação cruzada das aflúncias nos sistemas, bem como a melhora do procedimento (Método Boststrap) para elaboração do intervalo de confiança quando as distribuições de custos são assimétricas.
MC 4: Finalização e divulgação do Manual de Inventário Hidroelétrico de Bacias Hidrográficas - edição 2007.	A meta foi integralmente implementada. O Manual de Inventário Hidroelétrico de Bacias Hidrográficas - edição 2007 (Projeto ESTAL-Contrato MME) foi finalizado e divulgado em evento nos dias 12 e 13/12/2007 no centro de convenções do Hotel Blue Tree em Brasília, DF, no qual, além do MME, MMA, ELETROBRÁS e EPE, participaram cerca de 160 técnicos de 25 instituições.
MC 5: Desenvolvimento da primeira versão do Sistema Computacional ELEKTRA para Dimensionamento, Custeio e Otimização de LTs em CA e CC.	A meta foi integralmente implementada. A primeira versão do ELEKTRA-Sistema Computacional para Dimensionamento, Custeio e Otimização de LTs em CA e CC, foi apresentada e disponibilizada para as empresas do Grupo Eletrobrás durante o Fórum de Engenharia das Transmissoras do Grupo ELETROBRÁS, nos dias 11 e 12/12/2007, na sede da ELETROSUL em Florianópolis, SC.
MC 6: Versão gráfica do programa computacional ANAFAS.	A meta foi integralmente implementada. Foi liberada para os usuários a versão gráfica SAPRE-ANAFAS com melhorias na interação com o usuário, que já está sendo utilizada em 33 empresas do setor elétrico brasileiro.
MC 7: Elaboração de metodologia para determinação dos limitantes de consumo específico de combustível para UTEs em sistemas isolados.	A meta foi integralmente implementada. Foi elaborada metodologia para determinação dos limitantes de consumo específico para UTEs de sistemas isolados, submetida à apreciação das empresas que compõem o GTON e aprovadas em reunião realizada no dia 20/12/2007 na sede da ELETROBRÁS em Brasília.

Fonte: Relatório de Gestão

Em que pese o CEPEL participar do Plano de Metas corporativo mencionado, entendemos que a meta estabelecida no PPA para o Centro deveria retratar melhor os objetivos esperados para a ação orçamentária sob sua responsabilidade.

**CAUSA:**

Ao ser elaborado o Relatório de Gestão do CEPEL, não foram apresentadas metas condizentes com as diversas atividades que compõem a ação 2745.

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

Em resposta à S.A.208225-7, o Diretor Geral da Entidade se posicionou da seguinte forma :

“O CEPEL está inserido no Programa: Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia (código 0476). Ação nº. 2745 - Pesquisa de Tecnologia Avançada no Campo dos Equipamentos e Sistemas Elétricos. Apesar de ter sido definido para o período, na Lei Orçamentária Anual, que o CEPEL realizou uma única ação orçamentária, é importante ressaltar que no ano de 2007, 102 projetos compuseram a carteira de Projetos Institucionais do CEPEL, além de um importante conjunto de projetos da carteira de P&D ANEEL e projetos executados para o MME e demais agentes do Setor Elétrico Brasileiro, como EPE, o ONS, a CCEE e Concessionárias de Energia Elétrica.

O posicionamento do Centro, em relação ao questionamento, é o de discutirmos o fato junto à Eletrobrás e o DEST do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com o objetivo de alcançarmos a melhor forma de avaliação do desempenho operacional desta unidade, em relação à meta estabelecida no PPA para o Centro”.

**ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

O questionamento formulado não se refere a execução de uma única ação orçamentária e sim à meta física definida para a mesma. Considerando que o Centro desenvolve 102 projetos institucionais, definir como meta a ser atingida a realização de uma única pesquisa impede a visualização dos resultados alcançados no exercício, além de impossibilitar que seja efetuado o confronto da execução física com a financeira. O posicionamento do CEPEL quanto a discutir o fato junto à Eletrobrás e o DEST do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão se mostra o correto procedimento a ser adotado.

**RECOMENDAÇÃO: 001**

O CEPEL deverá definir metas físicas específicas que servirão de níveis de referência

para a subsequente avaliação do desempenho operacional do Centro de Pesquisa.

### **Providências a serem Implementadas**

Conforme orientações obtidas junto a Eletrobrás e o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – DEST, o CEPEL passara a informar no campo Comentário do SIGPLAN, dados que possibilitem melhorar o acompanhamento, pelos órgãos de controle, da execução física dos projetos, considerando a especificidade da natureza da atuação do CEPEL.

Além disso, na revisão do PPA, conduzida pelo DEST, haverá a oportunidade de discutir a questão.

Prazo limite de implementação da etapa 1: Exercício de 2009

#### **1.2.2.1 CONSTATAÇÃO: (020)**

##### **Ausência de indicadores que expressem o desempenho operacional do CEPEL.**

O CEPEL é um centro de excelência em pesquisas no setor elétrico e apresentou no Relatório de Gestão informações sobre suas linhas de projetos desenvolvidos na área de P&D entre outras realizações. Entretanto, não foram apresentados indicadores que pudessem demonstrar o desempenho da gestão da Unidade. Os indicadores apresentados se referem à execução física e financeira da ação sob a responsabilidade do CEPEL.

Importante ressaltar que a Unidade mantém pesquisa de satisfação dos clientes externos para os serviços prestados pelos laboratórios de ensaio e de calibração que permite uma constante avaliação e aperfeiçoamento dos trabalhos desenvolvidos.

O índice no período manteve-se igual ou superior ao valor desejável ( 4,5), sendo que a avaliação observa a agilidade na emissão da proposta, o período marcado pelo laboratório para realização do serviço, a qualidade do serviço técnico realizado, a qualidade da apresentação do relatório de ensaio/certificado de calibração, o conteúdo do relatório de ensaio/certificado de calibração e o prazo de entrega do mesmo.

##### **CAUSA:**

Ao ser elaborado o Relatório de Gestão do CEPEL, não foram apresentados indicadores de desempenho que expressem o resultado operacional do centro.

##### **MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

Em resposta à S.A.208225-7, o Diretor Geral da Entidade se posicionou da seguinte forma:

“Quanto ao segundo fato descrito, lembramos que o CEPEL atua na área de pesquisa e desenvolvimento, tendo como principal atividade a geração e aperfeiçoamento de tecnologia.

Atualmente, o Centro conta com um sistema de gestão para os projetos que compõem a Carteira Institucional do Grupo Eletrobrás. Esse sistema possui indicadores detalhados para acompanhamento das atividades de P&D, com acesso a informação completa do planejamento e realizações dos projetos via intranet e internet, onde ficam registrados os principais resultados atingidos e o progresso alcançado em cada projeto em relação às atividades planejadas no início do ano pelo CEPEL e aprovadas pelo grupo. Além disso, os resultados alcançados nos projetos são analisados quadrimestralmente em reuniões técnicas com participação dos gestores de P&D das empresas do Grupo Eletrobrás. Nessas reuniões, os indicadores auxiliam no processo de aprovação de novos projetos ou reprogramação dos projetos existentes.

Como forma de auxiliar a demonstração do desempenho operacional do CEPEL, está em estudo alguns indicadores como a “Implementação de Ações provenientes de Auditorias Internas e Externas do Sistema de Gestão da Qualidade no 1º prazo acordado” e “Implementação de Ações provenientes de Reuniões de Análise Crítica do Sistema de Gestão da Qualidades no 1º prazo acordado”, além do, conforme observado na própria Solicitação de Auditoria, “Índice de Satisfação dos Clientes Externos e Internos do CEPEL” que afere a satisfação de seus clientes, através de pesquisa de satisfação, para os serviços laboratoriais de ensaio e calibração e obtém sugestões e críticas que permitem uma constante melhoria dos serviços prestados.”

#### **ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

Considerando que a Unidade já dispõe de indicadores para o acompanhamento de atividades de pesquisa e desenvolvimento, os mesmos poderiam ter integrado o Relatório de Gestão do exercício. Este fato, contudo, não invalida o desenvolvimento de novos indicadores, que consigam aferir mais adequadamente a demonstração do desempenho operacional do CEPEL.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Eleger indicador de desempenho a ser utilizado pelo CEPEL para aferir o seu resultado operacional, não se atendo apenas ao programa/ação de governo.

#### **Providências a serem Implementadas**

Os Relatórios de Gestão passarão a contar com a apresentação de alguns indicadores de desempenho operacional do centro.

Outros indicadores que estão sendo desenvolvidos no centro serão estudados para incorporação ao Relatório de Gestão.

Prazo limite de implementação da etapa 1: 2009

#### **5.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (013)**

##### **Utilização de registros de preços por Entidade com falhas procedimentais, dentre as quais, ausência de justificativa técnica e pesquisa de mercado.**

O Centro de Pesquisas em Energia Elétrica – CEPEL promoveu no exercício de 2007, aquisições de produtos utilizando-se de registro de preços decorrentes de licitações promovidas por órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal, conforme listado a seguir:

- Aquisição de 180 cartuchos pretos HP C6656A, 144 cartuchos coloridos HP C6657A, 10 toners HP Laserjet C3903A e 12 cartuchos pretos HP C9720A, pelo valor total de R\$ 29.705,60 (vinte e nove mil setecentos e cinco reais e sessenta centavos), por meio do contrato 02/025/2007, celebrado utilizando-se o Registro de Preços promovido pelo Banco do Brasil a partir do Pregão Eletrônico n.º 70847-1, processo n.º 2006/17460.

- Aquisição de servidor IBM modelo System X 650, pelo valor total de R\$ 25.123,00 (vinte e cinco mil cento e vinte e três reais), por meio do contrato 02/059/2007, celebrado utilizando-se o Registro de Preços 001/2006 promovido pela Agência Nacional de Saúde – ANS, a partir do Pregão Eletrônico 25/2006.

- Aquisição de servidor IBM modelo System X 650, pelo valor total de R\$ 25.123,00 (vinte e cinco mil cento e vinte e três reais), por meio do contrato 02/061/2007, celebrado utilizando-se o Registro de Preços 001/2006 promovido pela Agência Nacional de Saúde – ANS, a partir do Pregão Eletrônico 25/2006.

- Aquisição de 25 notebooks com display de 12,1, modelo Lenovo V200, pelo valor total de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), por meio de contrato 03/073/2007, celebrado utilizando-se o Registro de Preços promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho – TRT da 9ª Região, a partir do pregão PE 33/2007.

- Aquisição de servidor Dell Power Edge 6850, pelo valor total de R\$ 88.900,00 (oitenta e oito mil e novecentos reais), por meio do Pedido de Fornecimento – PFN 2007/36896/A-0, emitido utilizando-se Registro de Preços do Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA, do Ministério da Aeronáutica, promovido a partir do pregão 042/2006, daquela instituição.

Todas estas aquisições foram fundamentadas no art. 8.º do Decreto 3.931, de 19 de setembro de 2001, que dispõe:

“Art. 8º A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.”

Constatamos, em relação aos pregões citados, os seguintes fatos:

- Em todos os casos acima, as requisições de compras formuladas pelos setores interessados já determinavam a utilização dos registros de preços dos órgãos e entidades citados, o que contraria o princípio da segregação de funções.
- Nos processos relativos aos contratos 02/025/2007, 02/059/2007, 02/061/2007 e 03/073/2007, e do PFN 2007/36896/A-0, a vantagem da aquisição foi baseada somente em afirmação contida na justificativa técnica anexada, não estando esta comprovada por qualquer tipo de pesquisa de preços. No processo relativo ao contrato 02/025/2007 não consta a justificativa técnica tampouco a pesquisa de preços.
- Nos processos relativos aos contratos 02/059/2007 e 02/061/2007, a assinatura dos referidos ajustes se deu em 29/10/2007. Entretanto, a vigência do registro de preços utilizado expirou em 22/10/2007.

**CAUSA:**

Houve adoção de procedimentos inadequados em aquisição de produtos por Sistema de Registro de Preços.

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:**

Em resposta à S.A.208225-10, o gestor da Entidade se posicionou da seguinte forma:

“O CEPEL não produziu nenhum Sistema de Registro de Preços, portanto, não se viu obrigado a efetuar nenhuma das etapas que precedem à produção de uma Ata de Registro de Preços, apenas se utilizou de Atas de Registro de Preços oriundos de Pregões efetuados por Órgãos Gerenciadores. Esta utilização é permitida com base no art. 8, do Decreto 3931 de 19 de setembro de 2001, conforme Parecer Jurídico produzido para cada adesão.

A indicação da referência é fruto do procedimento na hora do preenchimento do formulário RCP – Requisição de Compras.

A justificativa para a aquisição de cartuchos e toner, está contida no formulário RCP – Requisição de Compras, no campo Aplicação do Material: Reposição de Estoque. O requisitante não é obrigado, mas, preferencialmente, deve indicar fornecedores.

Nos processos relativos aos Contratos nº 02/059/2007 e

02/061/2007, a data efetiva da assinatura ocorreu no dia 18/10/2007 (CEPEL) conforme histórico dos processos 2007/1501-N e 2007/1558-N. Ocorreu um equívoco no preenchimento da data contratual.”

#### **ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

Em nenhum momento, esta equipe de auditoria questionou a não realização pelo CEPEL de etapa que deva preceder a produção de ata de registro de preços.

O art. 8.º do já citado Decreto 3.931/2001 coloca como condição necessária para a utilização de registros de preços a demonstração da vantagem que tal ato proporcionaria. Como as justificativas técnicas anexadas aos processos não eram acompanhadas de pesquisa de preços que corroborasse a afirmação feita nas mesmas, consideramos a exigência do artigo mencionada como não atendida.

Quanto aos contratos assinados posteriormente ao término da vigência do registro de preços que os originou, embora o gestor afirme que o histórico dos processos 2007/1501-N e 2007/1558-N conste a data de 18 de outubro como sendo o dia de assinatura dos contratos, nos mesmos a data constante é a de 29/10/2007. Não temos como considerar como válida outra data que não esta.

Por fim, quanto ao fato de a determinação do registro de preços a ser utilizado partir de setor interessado e não do setor responsável pelas aquisições realizadas pelo CEPEL, entendemos que este procedimento aumenta a criticidade dos procedimentos de compras da empresa. A segregação de funções é princípio que visa permitir maior controle e menor sujeição a falhas dos atos administrativos praticados.

#### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Instruir, adequadamente, os processos conduzidos pelo CEPEL por Sistema de Registro de Preços de modo que constem as justificativas técnicas e a pesquisa de mercado.

#### **RECOMENDAÇÃO: 002**

Atentar para o prazo de vigência das atas de registros de preços de outras unidades que venham a ser utilizadas pelo CEPEL.

#### **Providências a serem Implementadas**

- Apesar de considerar que o resultado do procedimento licitatório que origina a ata de registro de preços já apresenta um “preço de mercado”, e que a utilização do sistema de registro de preços proporciona economia de tempo e menor custo ao processo de compra, em atendimento à recomendação da auditoria, a Divisão de Suprimentos do CEPEL passará a exigir que as justificativas técnicas sejam acompanhadas de pesquisa de mercado, observando-se os prazos de vigência das atas de registros de preços.
- Salientamos que é praxe constar nos processos dessa modalidade, as justificativas técnicas, exceto para a reposição de material de estoque (Contrato 02/025/2007).

**Prazo limite de implementação: imediato**

### 5.2.1.1 CONSTATAÇÃO: (015)

#### **Aquisição via inexigibilidade de licitação sem comprovação da exclusividade do fornecedor.**

Por meio do Pedido de Fornecimento – PFN 2007/50734/A-0, de 17/12/2007, o CEPEL adquiriu, via inexigibilidade de licitação, 1 conjunto de 11 módulos habitacionais acopláveis com forração termo-acústico, ao custo total de R\$ 389.190,00 (trezentos e oitenta e nove mil cento e noventa reais).

De acordo com o referido pedido de fornecimento, estes módulos se destinavam à instalação de vestiários masculinos (3 unidades), vestiários femininos (2 unidades), refeitório (2 unidades) e depósito de material de limpeza (4 unidades). Em sua Justificativa Técnica, o Diretor de Logística e Operações da Entidade afirmou que a aquisição dos módulos em questão se fazia necessária pois o CEPEL se encontraria em processo de ampliação do volume de investimentos, que envolveria a adaptação e reforma de suas instalações físicas. Esse processo deveria ser realizado sem descontinuidade de suas atividades, requerendo instalações como as adquiridas, que poderiam ser utilizadas durante os procedimentos de readequação de suas unidades. Além deste argumento, também foram apresentados como motivos para a compra os longos prazos que projetos de ampliação ou reforma predial usualmente exigem, considerando-se as fases de especificação e projeto, licitação e execução da obra.

Promoveu-se então, o processo de inexigibilidade em questão, fundamentado em declarações emitidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, em 15/05 e 06/12/2007, nas quais o mencionado sindicato afirma ser a empresa fornecedora a única que consta no seu banco de dados como cadastrada para locação e vendas de Tecnologia Modular Habitacional. Tal fato se encontra em desacordo com o art. 25 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe:

“Art.25.É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;...”

Entretanto, conforme mencionado acima, a declaração anexada não atesta que a empresa contratada é fornecedora exclusiva dos módulos adquiridos, apenas afirma ser a única cadastrada em seu banco de dados. Inclusive, pesquisa realizada na Internet, revela a existência de outros fornecedores do mesmo produto.

Cabe ressaltar que na aquisição em comento também não foi observado o princípio da segregação de funções, sendo observada a participação do Departamento de Logística e



Operações – DLO na definição da contratada. Segundo a documentação apresentada, antes mesmo de formulada a requisição de compras, funcionária do citado departamento já havia enviado solicitação de proposta financeira, sendo a mesma respondida em 30/11/2007. Posteriormente, em 05/12/07, o chefe do departamento emitiu a justificativa técnica, que afirmava a exclusividade do fornecimento por aquela empresa. Só então, em 11/12/2007, o departamento elaborou a requisição de compras, a qual já trazia a indicação da empresa em questão.

**CAUSA:**

Não realização de licitação na modalidade compatível aos produtos adquiridos. Ausência de segregação de funções entre o setor interessado na aquisição e o setor de compras da Unidade.

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE AUDITADA:**

Em resposta à S.A.208225-10, o gestor da Entidade se posicionou da seguinte forma:

“Nas Orientações Básicas sobre Licitações e contratos, Terceira Edição, do Tribunal de Contas da União, na sua página 231, Súmula 039 e página 233, Acórdão 233/2005 Plenário, permitem tanto o poder discricionário do administrador na escolha do contratado, sob a devida e indispensável motivação, principalmente, o aspecto de interesse público, que deverá estar acima de qualquer outra razão, quanto, na impossibilidade de apresentação de declaração de exclusividade, apresentar documento (Declaração do Sindicato) que comprove ser o contratado o único fornecedor do respectivo objeto.

“É importante observar que o rol descrito no art. 25 da lei 8.666 de 1993, não abrange todas as hipóteses de inexigibilidade. O rol é apenas exemplificativo” (Orientações Básicas sobre Licitações e Contratos, terceira Edição, do tribunal de Contas da União, pág. 230).

Ressalvamos, ainda, que na pág. 231, o Tribunal de Contas da União, defende a tese de que se devem preservar margens flexíveis para que o gestor exerça esse poder discricionário que a lei lhe outorga.”

**ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:**

A nosso ver, as declarações emitidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro não comprovam ser a empresa contratada a única fornecedora do objeto adquirido, apenas afirmam que a empresa era a única que constava no seu banco de dados.

É verdade que o rol descrito no art. 25 da Lei 8.666/93 é apenas exemplificativo, não abrangendo todas as hipóteses de inexigibilidade. Entretanto, em qualquer situação, a licitação só pode ser classificada como inexigível quando sua realização é impossível,

como bem define o TCU na página 215 das *Orientações Básicas* sobre *Licitações e contratos, Terceira Edição* citadas pelo gestor. Como no caso em tela não foi comprovada a exclusividade de fornecimento, não restou caracterizada a impossibilidade de licitação. Esta equipe, inclusive, localizou em pesquisa na Internet, sítios eletrônicos de empresas que fornecem o produto adquirido.

Alie-se a este fato, a ausência no processo de documentação que comprovasse a vantagem econômica de se adquirir os módulos em questão em detrimento de ampliação em alvenaria das instalações já existentes.

Portanto, não consideramos que seja do interesse público a contratação direta, quando a realização de licitação na modalidade adequada ao caso poderia contribuir para a obtenção do menor preço possível pela Entidade contratante.

### **RECOMENDAÇÃO: 001**

Instruir os processos de inexigibilidade com documentação comprobatória da exclusividade do fornecedor contratado quanto ao objeto adquirido.

### **Providências a serem Implementadas**

- À época da execução do processo de compra, o CEPEL realizou pesquisa na “Internet” e não identificou outro fornecedor de produto compatível com o adquirido, considerando-se concomitantemente os aspectos de modularidade, isolamento térmico e acústico, durabilidade e peso. Além disso, identificamos que a solução adquirida estava sendo utilizada por entidades públicas, como por exemplo, em projetos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, para a implementação rápida de Unidades de Pronto Atendimento (UPA). A justificativa técnica anexa ao processo indica que a solução em alvenaria não atenderia à necessidade de desmobilização urgente da construção em uso à época. Ressalta-se que o tempo de instalação da solução adquirida foi de aproximadamente vinte dias, e que o valor da aquisição é compatível com processos de construção e manutenção de instalações equivalentes, inclusive em alvenaria, considerando-se um tempo de vida médio da instalação de quinze anos.
- Embora o Artigo 25 da Lei 8.666, em seu inciso I, estabeleça que a declaração de exclusividade pode ser fornecida pelo Sindicato ou entidade equivalente, o CEPEL concorda em observar que os documentos comprobatórios de exclusividade, no caso do estabelecimento de novos processos de inexigibilidade de licitação, indiquem que a empresa é fornecedora exclusiva do produto a ser adquirido.

### **Prazo limite de implementação : imediato**

### **13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU**

#### **Acórdão nº 186/2008, encaminhado através do Ofício n.º 1.075/2008-TCU/SECEX, de 21/02/2008**

Em 19/02/08, o TCU emitiu o Acórdão nº 186/2008, 2ª Câmara, com as seguintes determinações ao CEPEL:

- 1.1. *adotar providências no sentido de celebrar termo aditivo ao Contrato n° 02.066/2007, decorrente do Pregão Eletrônico n° 37/2007, com vistas a excluir de seu objeto os serviços referentes às campanhas comemorativas (item IX do anexo II, e item 2.1.13 da Cláusula Segunda da minuta de edital), ante a inexistência de norma legal que as autorize, uma vez que tais atividades não são condizentes com suas atribuições legais e regimentais, bem como glose as despesas eventualmente já realizadas associadas a esses serviços;*
- 1.2. *observar a compatibilidade de despesas previstas no Contrato n° 02.066/2007, notadamente as relativas aos serviços de coffee-break e coquetéis, com suas atribuições legais e regimentais, restringindo seu uso a eventos diretamente relacionado com suas atividades, nos termos da jurisprudência desta Corte de Contas (Decisões 188/1996 e 290/1997 – Plenário, Acórdão 13/2001 – Plenário, Acórdão 2012/2007 – Plenário, entre outros);*
- 1.3. *Informar a este Tribunal, as providências adotadas no cumprimento às determinações acima mencionadas.*

O Contrato n° 02.066/2007 se refere ao fornecimento de serviços de refeições sanitizadas, nos restaurantes do CEPEL (unidade Ilha do Fundão e Adrianópolis)

**SITUAÇÃO ATUAL:** Através da Carta DG-12003/08, de 01/04/08, o CEPEL encaminhou ao TCU O Termo Aditivo N° 01 referente ao Contrato contemplando as devidas alterações, conforme determinação do TCU.

#### **Acórdão nº 208/2008, encaminhado através do Ofício n.º 1.087/2008-TCU/SECEX, de 26/02/2008**

Em 19/02/08, foi publicado o Acórdão TCU nº 208/2008, referente à Prestação de Contas de 2005, o qual determina ao CEPEL que:

- “9.2.1. observe o disposto art. 7º, § 2º, inciso II da Lei 8666/93, fazendo constar dos processos licitatórios orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, mesmo nos casos de contratação**

*de serviços de pesquisa e desenvolvimento, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, evitando a ocorrência de falha semelhante à verificada no Contrato n° 02/054/2005;*

*9.2.2. ultime as medidas necessárias à solução dos créditos pendentes, com a observância do art. 2º, § 2º, da Lei 10.522/2002, no prazo de 90 dias, informando ao Tribunal os resultados alcançados;*

*9.2.3. adote providências visando à regularização do contrato CV-054/05, em virtude de sua Subcláusula 6.7 da Cláusula Sexta ser considerada abusiva, nos termos do item 13 da Portaria 3/2001 da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, remetendo a este Tribunal cópia do novo instrumento contratual, no prazo de 60 dias.”*

#### **ITEM 9.2.1.**

**AÇÃO REALIZADA:** O CEPEL se compromete em aperfeiçoar a demonstração dos custos dos serviços a serem contratados, cumprindo, dessa forma, os preceitos da Lei. Vale ressaltar que no relatório de Acompanhamento da Gestão de 2007, no item 3.4, a CGU, informou que *...”no decorrer dos trabalhos de campo a equipe de auditoria verificou a presença de planilha de custos nos contratos analisados, o que evidencia o cumprimento da recomendação.”*

#### **ITEM 9.2.2.**

O item do Acórdão TCU n° 208/08 do **relatório de gestão de 2005**, se refere **às empresas devedoras ao CEPEL.**

#### **AÇÃO REALIZADA:**

A listagem de créditos pendentes informada no Relatório de Gestão de 2005 foi encaminhada para cobrança judicial.

A relação compreende 88 processos, sendo que desse total 27 processos já foram liquidados, 22 processos se encontram em fase de execução, 38 continuam em andamento, 1 processo houve perda.

#### **ITEM 9.2.3.**

Este item se refere ao contrato do CEPEL com a ELETROS, que tem por objeto a administração e a supervisão pela ELETROS dos serviços relativos a cobertura de despesas com assistência à saúde.

#### **AÇÃO REALIZADA:**

O Termo Aditivo foi assinado em 08/10/2007.

#### **Acórdão n° 2629/2008, encaminhado através do Ofício n.º 242/2008-TCU/SECEX-1, de 07/08/2008**

Através deste ofício o TCU encaminhou para conhecimento e adoção das medidas o Acórdão 2629/2008, sobre a Prestação de Contas de 2006.

*1.1. ultime as providências com vistas a regularizar as pendências referentes ao controle de bens patrimoniais apontadas no RA nº 002/06 da Auditoria Interna, bem como no item 3.1.1.1 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 190324, da SFCEI, adotando as medidas administrativas pertinentes quanto à responsabilização dos envolvidos no desaparecimento dos bens que porventura não venham a ser localizados;*

*1.2. observe rigorosamente a caracterização da situação de inexigibilidade, prevista no art. 25, inciso II e § 1º, da Lei nº 8.666/93, que pressupõe os seguintes requisitos indissociáveis: inviabilidade de competição; objeto de natureza singular e profissionais ou empresas de notória especialização, evitando falhas como ocorrido no Processo nº 2006/1677, contratação da empresa Ênio Resende & Consultores Associados, para o serviço de revisão do Plano de Cargos e Salários do Centro, quando não restou comprovada a inviabilidade de competição.*

#### **ITEM 1.1**

##### **AÇÃO REALIZADA:**

Em decorrência da análise mais detalhada do inventário realizado de acordo com a curva ABC, foi identificado na listagem de bens não localizados registros de dispositivos e equipamentos muito antigos, sem identificação patrimonial e que correspondiam a dispositivos acessórios de outros equipamentos. Tal fato reforçou a realização de um inventário geral mais minucioso e para tanto, o DLO iniciou esse processo no mês de agosto de 2007, realizando pesquisas junto a outras instituições do Grupo Eletrobrás e pesquisas de mercado para identificação de empresas especializadas na prestação desse serviço e do material a ser utilizado (plaquetas, etiquetas, insumos e outros).

No período de setembro a dezembro de 2007 foi definido, selecionado e adquirido o material contido no projeto básico do Edital do Pregão Eletrônico 073/2007: impressoras térmicas para impressão de etiquetas e suprimentos (ribbon e etiquetas específicas). No mesmo mês, após aprovação do orçamento, foi emitida a Requisição de Compras-RCP para a aquisição dos serviços para a realização do Inventário físico dos bens do CEPEL, através do Pregão Eletrônico 073/2007, realizado em janeiro de 2008.

No período de fevereiro a abril de 2008 foram definidos e ajustados os aportes necessários das áreas de informática, contabilidade e logística para o início das atividades de campo pela empresa contratada.

A partir daí e em paralelo, de abril de 2008 em diante o Serviço de Patrimônio do Cepel, passou a adotar uma nova sistemática de controle patrimonial dos equipamentos.

O contrato com a empresa Núcleo São Paulo Tecnologia de Serviços Ltda., foi assinado em 05.05.2008 e as atividades do inventário transcorreram até agosto de 2008 totalizando 7.021 (sete mil e vinte e um) itens inventariados.

Devido a irregularidades observadas e a constantes interrupções na execução do serviço pela empresa contratada, o Cepel rescindiu unilateralmente o contrato no mês de

outubro do corrente ano. De forma a não interromper a realização do inventário, o Cepel destacou inicialmente dois empregados para dar continuidade ao mesmo, enquanto avalia as alternativas de procedimentos para a realização com pessoal próprio.

A finalização do processo de inventário é fundamental para o estabelecimento de uma base de dados confiável que permita identificar as não conformidades relativas a controle de bens patrimoniais e por consequência, para a definição das medidas administrativas que se façam necessárias.

Paralelamente a essa ação, o processo do controle de bens patrimoniais foi analisado e mapeado, atividades estas inseridas no projeto de mapeamento e revisão dos processos administrativos, colaborados pela Fundação de Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC), quando foram identificadas oportunidades de melhorias para adequar o controle físico dos bens patrimoniais do Centro, as quais estão sendo implementadas ao longo da realização do Inventário físico dos bens do CEPEL.

#### **ITEM 1.2**

1.2. observe rigorosamente a caracterização da situação de inexigibilidade, prevista no art. 25, inciso II e § 1º, da Lei nº 8.666/93, que pressupõe os seguintes requisitos indissociáveis: inviabilidade de competição; objeto de natureza singular e profissionais ou empresas de notória especialização, evitando falhas como ocorrido no Processo nº 2006/1677, contratação da empresa Ênio Resende & Consultores Associados, para o serviço de revisão do Plano de Cargos e Salários do Centro, quando não restou comprovada a inviabilidade de competição.

#### **AÇÃO REALIZADA:**

O CEPEL tem aprimorado os seus procedimentos internos para aquisição de bens e serviços e se propõe a observar a legislação para que estes pontos levantados pelo TCU não venham mais a ocorrer.

#### **Diligência encaminhada através do Ofício n.º 250/2008-TCU/SECEX-1, de 13/08/2008**

Através deste ofício o TCU solicitou informações/esclarecimentos a respeito do cumprimento dos itens 9.2.2 e 9.2.3 do Acórdão 208/2008.

Através da Carta DG-34.452/08, de 02/09/08, o CEPEL prestou esclarecimentos quanto aos itens.

#### **ITEM 9.2.2**

Ultime as medidas necessárias à solução dos créditos pendentes, com a observância do art. 2º, § 2º, da Lei 10.522/2002, no prazo de 90 dias, informando ao Tribunal os resultados alcançados;

#### **POSIÇÃO ATUAL:**

A listagem de créditos pendentes informada no Relatório de Gestão de 2005 foi encaminhada para cobrança judicial.

A relação compreende 88 processos, sendo que desse total 27 processos já foram liquidados, 22 processos se encontram em fase de execução, 38 continuam em andamento, 1 processo houve perda.

### **ITEM 9.2.3**

Adote providências visando à regularização do contrato CV-054/05, em virtude de sua Subcláusula 6.7 da Cláusula Sexta ser considerada abusiva, nos termos do item 13 da Portaria 3/2001 da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, remetendo a este Tribunal cópia do novo instrumento contratual, no prazo de 60 dias;

### **POSIÇÃO ATUAL:**

O Termo Aditivo foi assinado em 08/10/2007.

### **Comunicação de Decisão, encaminhada através do Ofício n.º 2148/2008-TCU/SECEX-1, de 17/12/2008**

Através deste ofício o TCU encaminhou cópia do Acórdão n.º 2991/2008, que apreciou o Recurso de Reconsideração contra o Acórdão 1635/2007.

Neste Acórdão os Ministros do TCU tornam insubsistente a determinação contida no subitem 2.2 do Acórdão 1635/2007-TCU-1ª Câmara, bem como determina à Segecex que examine a conveniência de se dispensar o CEPEL da apresentação anual de suas contas, haja vista a relativa baixa materialidade dos recursos geridos pela entidade, bem como por não fazer parte da Administração Pública Federal, consoante entendimento firmado por ocasião do Acórdão n.º 2.101/2005-Plenário.

### **Diligência, encaminhada através do Ofício n.º 2171/2008-TCU/SECEX-1, de 30/12/2008**

Através deste ofício o TCU solicitou ao CEPEL que apresentasse os documentos:

- a) Parecer Técnico que fundamentou a rejeição pelo pregoeiro do recurso interposto pela Daten Tecnologia Ltda.;
- b) Proposta da Tamandaré Informática Ltda, notadamente quanto à especificação do produto oferecido; e
- c) Requisição de compra, onde conste a justificativa para as especificações requeridas.

### **POSIÇÃO ATUAL:**

Através da Carta DG-1592/09, de 16/01/09, o CEPEL encaminhou os documentos solicitados.

#### 14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO.

Item 14 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	11	11
Desligamento	05	05
Aposentadoria	-	-
Pensão	-	-

#### 15 – DISPENSA DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO

Informamos que no ano de 2008 não houve no CEPEL instauração de Tomada de Contas Especiais, conforme determina a Instrução Normativa nº 56 do TCU, de 05/12/2007.

#### 16 – INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Quadro 1 - Funcionários Contratados - CLT em exercício na unidade:						
	2006		2007		2008	
	quant.	despesa	quant.	despesa	quant.	despesa
Remunerações		34.269.880,45		37.719.013,92		43.007.447,73
Encargos Sociais		15.470.446,69		16.417.096,70		17.522.881,65
Benefícios		10.507.220,26		10.721.202,37		12.956.326,78
Quitações Trabalhistas		774.685,95		146.635,57		368.142,96
Prêmios de Metas		6.200.000,00		6.897.975,10		7.889.808,30
Provisão de Férias		2.733.386,39		2.994.623,61		3.424.940,33
<b>Total</b>	<b>489</b>	<b>69.955.619,74</b>	<b>489</b>	<b>74.896.547,27</b>	<b>485</b>	<b>85.169.547,75</b>

Quadro 2 - Outros -Ocupantes de Função de Confiança, sem vínculo:						
	2006		2007		2008	
	quant.	despesa	quant.	despesa	quant.	despesa
Remunerações	5	687.780,00	4	927.820,00	5	955.749,06

Quadro 3 - Outros - Contratações Temporárias:						
	2006		2007		2008	
	quant.	despesa	quant.	despesa	quant.	despesa
Lei 8745/1993	3	35.582,85	4	278.854,47	13	117.108,14



<b>Quadro 4 - Pessoa Terceirizado + Estagiários:</b>						
	2006		2007		2008	
	quant.	despesa	quant.	despesa	quant.	despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	144	2.535.128,79	141	2.867.778,64	125	2.865.584,49
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	40	1.762.755,97	30	1.121.672,52	24	692.725,01
Pessoal Terceirizado Outras Atividades	97	7.729.208,76	111	8.715.559,91	87	9.590.265,43
Estagiários	116	676.712,16	124	891.531,83	109	1.048.651,16
<b>Total Pessoal Terc + Estagiário</b>	<b>397</b>	<b>12.703.805,68</b>	<b>406</b>	<b>13.596.542,90</b>	<b>345</b>	<b>14.197.226,09</b>

<b>Quadro 5 - Pessoal Requisitado em Exercício na Unidade</b>						
	2006		2007		2008	
	quant.	despesa	quant.	despesa	quant.	despesa
Pessoal Req. Com ônus	8	999.231,00	6	951.430,00	4	828.811,90
Pessoal Req. Sem ônus	0	0,00	0	0,00	0	0,00

<b>Quadro 6 - Pessoal Cedido pela Unidade</b>						
	2006		2007		2008	
	quant.	despesa	quant.	despesa	quant.	despesa
Pessoal Ced. Com ônus	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Pessoal Ced. sem ônus	22	4.315.655,00	22	4.467.166,00	27	4.838.369,33

<b>Quadro 7 - Descrição</b>	2008	
	quant.	despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	<b>312</b>	<b>54.789.482,26</b>
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	<b>173</b>	<b>30.380.065,49</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		

## 17 – CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

### B - CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS (conforme Anexos II da DN-TCU-94/2008)

#### ITEM 11

##### ***A) DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO PAGA AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL.***

Os nossos dirigentes e conselheiros Fiscal e Deliberativo não percebem salário, nem gratificação de função, por sermos uma entidade sem fins lucrativos, de acordo com nosso Estatuto e com a Lei nº 9.532/97, conforme abaixo transcrito:

➤ **LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997**

Art 12. Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea "c" , da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

§1º

§ 2º - Para o gozo da imunidade, as instituições a que se refere este artigo, estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;

Art 15. Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

§1º.....

§2º .....

§ 3º - Às instituições isentas aplicam-se as disposições do art. 12, § 2º, alíneas "a" e "e" e § 3º e dos arts. 13 e 14.

***B) ATAS DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL.***

**CONSELHO DELIBERATIVO - DUAS REUNIÕES:**

- 1ª Reunião dia 22/08/08
- 2ª Reunião dia 18/12/08 – em elaboração

**CONSELHO FISCAL - TRÊS REUNIÕES:**

- 1ª CF de 24/03/08
- 2ª CF de 25/09/08
- 3ª CF de 03/12/08

**ITEM 18**

**INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO EMPREENDIDAS NO EXERCÍCIO NAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADAS, COM BASE NO DISPOSTO NO ART.25 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 108/2001.**

O CEPEL mantém os seguintes representantes junto a ELETROS com vistas a supervisão, fiscalização e acompanhamento das suas atividades, nos termos das Leis Complementares 108 e 109, de 29 de maio de 2001, atuando nos órgãos de deliberação e fiscalização da entidade.

**REPRESENTANTES DO CEPEL NA ELETROS**

**Conselho Deliberativo**

**Indicação do CEPEL**

**Mandato:** 19 / 11 / 2004 até 18 / 11 / 2008

**Titular:** Mauricio Joseph Marques Filho

**Suplente:** Marcos Roitman

**Mandato:** 19 / 11 / 2008 até 18 / 11 / 2012

**Titular:** Marcos Roitman

**Suplente:** Haroldo Ferreira Leite

**Eleito Ativos e Assistidos**

**Mandato:** 19 / 11 / 2004 até 18 / 11 / 2008

**Suplente:** Mauro Madeira de Sequeira

**Conselho Fiscal**

**Indicação do CEPEL**

**Mandato:** 19 / 11 / 2004 até 18 / 11 / 2008

**Titular:** Rogério Cesar Neves Aranha

**Suplente:** Elcio de Oliveira

**Mandato:** 19 / 11 / 2008 até 18 / 11 / 2012

**Suplente:** Rosane Barboza da Silva

**Eleito Ativos**

**Mandato:** 29 / 06 / 2007 até 28 / 06 / 2011

**Titular:** Homero Gonçalves de Andrade  
Presidente do Conselho Fiscal

**ALBERT CORDEIRO GEBER DE MELO**  
Diretor Geral do CEPEL

**CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL**  
**ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS**  
**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**  
(Valores expressos em reais)

DESCRIÇÃO	2008	A. V. %	2007	A. V. %	A. H. %
<b>ATIVO</b>	<b>153.722.458</b>	<b>100,0</b>	<b>214.251.460</b>	<b>100,0</b>	<b>(28,3)</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>57.746.840</b>	<b>37,6</b>	<b>134.716.240</b>	<b>62,9</b>	<b>(57,1)</b>
DISPONIBILIDADES ( Ver nota 3, pág. 07 )	41.623.153	27,1	124.164.444	58,0	(66,5)
CAIXA	3.329	0,0	4.993	0,0	(33,3)
BANCOS CONTA MOVIMENTO	344.270	0,2	83.342.121	38,9	(99,6)
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	41.275.554	26,9	40.817.330	19,1	1,1
<b>CRÉDITOS, BENS E VALORES REALIZÁVEIS</b>	<b>16.123.687</b>	<b>10,5</b>	<b>10.551.796</b>	<b>4,9</b>	<b>52,8</b>
RECURSOS VINCULADOS ( Ver nota 4, pág. 8 )	12.623.030	8,2	5.227.681	2,4	141,5
CONTAS A RECEBER ( Ver notas 5, 5.1, 5.2, págs. 8 e 9 )	2.864.345	1,9	3.517.259	1,6	(18,6)
(-) CRÉDITOS RECEBIDOS A CLASSIFICAR ( Ver nota 5.3, pág.9 )	-	-	(103.708)	(0,0)	(100,0)
(-) PROV. P/ PERDA NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS ( Ver nota 5.4, pág.10 )	(791.374)	(0,5)	(858.485)	(0,4)	(7,8)
CONTRIBUIÇÃO EXTRA-APORTE A RECEBER ( Ver nota 6, pág. 10 )	-	0,0	1.686.710	0,8	(100,0)
AUXILIO INSS	53.552	0,0	32.786	0,0	63,3
ADIANTAMENTOS E ANTECIPAÇÕES ( Ver nota 7, pág. 11 )	1.067.726	0,7	757.027	0,4	41,0
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	47.538	0,0	49.550	0,0	(4,1)
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	241	0,0	40.775	0,0	(99,4)
OUTROS CRÉDITOS	258.629	0,2	202.201	0,1	27,9
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>95.975.618</b>	<b>62,4</b>	<b>79.535.220</b>	<b>37,1</b>	<b>20,7</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>2.772.817</b>	<b>1,8</b>	<b>2.461.535</b>	<b>1,1</b>	<b>12,6</b>
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR ( Ver nota 8, pág. 11 )	2.772.817	1,8	2.461.535	1,1	12,6
<b>PERMANENTE</b>	<b>93.202.801</b>	<b>60,6</b>	<b>77.073.685</b>	<b>36,0</b>	<b>20,9</b>
<b>IMOBILIZADO ( Ver nota 9, pág. 11 )</b>	<b>91.382.349</b>	<b>59,4</b>	<b>74.343.007</b>	<b>34,7</b>	<b>22,9</b>
EM OPERAÇÃO	222.307.925	144,6	209.237.434	97,7	6,2
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(160.516.931)	(104,4)	(149.305.315)	(69,7)	7,5
EM PROCESSAMENTO	29.591.355	19,2	14.410.888	6,7	105,3
<b>INTANGÍVEL ( Ver nota 9.1, pág. 12 )</b>	<b>1.820.452</b>	<b>1,2</b>	<b>2.730.678</b>	<b>1,3</b>	<b>(33,3)</b>
PROJETOS TECNOLÓGICOS	6.459.514	4,2	6.459.514	3,0	0,0
(-) AMORTIZAÇÕES	(4.639.062)	(3,0)	(3.728.836)	(1,7)	24,4
<b>PASSIVO</b>	<b>153.722.458</b>	<b>100,0</b>	<b>214.251.460</b>	<b>100,0</b>	<b>(28,3)</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>30.402.885</b>	<b>19,8</b>	<b>112.172.677</b>	<b>52,4</b>	<b>(72,9)</b>
OBRIGAÇÕES A PAGAR ( Ver nota 11, pág. 12 )	10.404.840	6,8	92.223.679	43,0	(88,7)
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	1.795.319	1,2	1.547.345	0,7	16,0
EMPR/ FINANCIAMENTOS A PAGAR ( Ver nota 12, pág. 13 )	1.039.427	0,7	3.459.988	1,6	(70,0)
PROVISÕES SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO ( Ver nota 13, pág. 13 )	17.163.299	11,2	14.941.665	7,0	14,9
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>123.319.573</b>	<b>80,2</b>	<b>102.078.783</b>	<b>47,6</b>	<b>20,8</b>
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>43.515.507</b>	<b>28,3</b>	<b>33.566.852</b>	<b>15,7</b>	<b>29,6</b>
EMPR/ FINANCIAMENTOS A PAGAR ( Ver nota 12, pág. 13 )	17.179.871	11,2	17.031.115	7,9	0,9
OBRIGAÇÃO DE CONVÊNIO ( Ver nota 14, pág. 13 e 14 )	21.911.283	14,3	14.208.931	6,6	54,2
PROVISÕES - FUNDAÇÃO ELETROS ( Ver nota 10, pág. 12 )	1.712.797	1,1	1.546.395	0,7	10,8
PROV. P/ CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS E FISCAIS( Ver nota 15, pág. 14 )	2.711.556	1,8	780.411	0,4	247,5
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>79.804.066</b>	<b>51,9</b>	<b>68.511.931</b>	<b>32,0</b>	<b>16,5</b>
PATRIMÔNIO SOCIAL ( Ver nota 19, pág. 16 )	68.511.931	44,6	51.461.607	24,0	33,1
RESERVA POR DOAÇÃO DE BENS	-	-	6.809	0,0	(100,0)
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO	11.292.135	7,3	17.043.515	8,0	(33,7)

ALBERT CORDEIRO GEBER DE MELO  
DIRETOR GERAL

PAULO TADEU PAES ALVES  
CONTADOR  
CRC n° RJ-096264/O-0

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2008

**CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL**  
**ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**  
(Valores expressos em reais)

DESCRIÇÃO	2008	A. V. %	2007	A. V. %	A. H. %
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>155.734.410</b>	<b>100,0</b>	<b>132.791.786</b>	<b>100,0</b>	<b>17,3</b>
CONTRIBUIÇÃO ESTATUTÁRIA	112.780.734	72,4	111.146.580	83,7	1,5
ELETROBRÁS	82.318.476	52,9	81.939.350	61,7	0,5
ASSOCIADOS	29.280.188	18,8	28.019.319	21,1	4,5
PARTICIPANTES	889.252	0,6	880.972	0,7	0,9
COLABORADORES	292.818	0,2	306.939	0,2	(4,6)
VINCULADA A PROJETOS	15.470.000	9,9	400.000	0,3	3.767,5
SERVIÇOS PRESTADOS	16.848.525	10,8	15.544.274	11,7	8,4
RECEITAS FINANCEIRAS	10.622.571	6,8	5.670.389	4,3	87,3
JUROS/DESCONTOS	110.371	0,1	219.472	0,2	(49,7)
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	10.162.644	6,5	5.090.315	3,8	99,6
VARIAÇÃO CAMBIAL	37.349	0,0	444	0,0	8.311,9
VARIAÇÃO MONETÁRIA	312.207	0,2	360.158	0,3	(13,3)
OUTRAS RECEITAS	12.580	0,0	30.543	0,0	(58,8)
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>643.697</b>	<b>0,4</b>	<b>494.464</b>	<b>0,4</b>	<b>30,2</b>
DEVOLUÇÕES E ABATIMENTOS	95.718	0,1	-	0,0	0,0
IMPOSTOS	547.979	0,4	494.464	0,4	10,8
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>155.090.713</b>	<b>99,6</b>	<b>132.297.322</b>	<b>99,6</b>	<b>17,2</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>143.842.129</b>	<b>92,4</b>	<b>131.639.894</b>	<b>99,1</b>	<b>9,3</b>
PESSOAL PERMANENTE ( Ver nota 16, pág. 15 )	86.583.109	55,6	76.651.917	57,7	13,0
SERVIÇOS DE TERCEIROS	14.690.747	9,4	14.862.289	11,2	(1,2)
GERAIS ( Ver nota 17, pág. 15 )	25.243.313	16,2	22.875.535	17,2	10,4
FINANCEIRAS	2.827.403	1,8	2.797.596	2,1	1,1
JUROS PAGOS OU INCORRIDOS	1.285.797	0,8	1.651.492	1,2	(22,1)
MULTAS FINANCEIRAS	90.928	0,1	-	0,0	0,0
VARIAÇÃO CAMBIAL	51.320	0,0	34.741	0,0	47,7
VARIAÇÃO MONETÁRIA	1.394.758	0,9	1.096.546	0,8	27,2
DESPESAS BANCÁRIAS	4.600	0,0	14.817	0,0	(69,0)
TRIBUTÁRIAS ( Ver nota 18, pág. 15 )	2.361.968	1,5	1.740.076	1,3	35,7
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	12.135.589	7,8	12.712.481	9,6	(4,5)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>11.248.584</b>	<b>7,2</b>	<b>657.428</b>	<b>0,5</b>	<b>1.611,0</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>43.551</b>	<b>0,0</b>	<b>16.386.087</b>	<b>12,3</b>	<b>(99,7)</b>
RECEITAS/DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	43.551	0,0	16.386.087	12,3	(99,7)
<b>SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>11.292.135</b>	<b>7,3</b>	<b>17.043.515</b>	<b>12,8</b>	<b>(33,7)</b>

**CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL**  
**ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS**  
**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008**  
(Valores expressos em reais)

DESCRIÇÃO 2008

**1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS:**

Superávit do exercício 11.292.135

**Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações:**

Depreciação e amortização	12.135.589
Variações monetárias s/ Empréstimos e Financiamentos	1.394.759
Baixa de adiantamento de caixa ref. contribuição Eletrobrás do exercício 2008	(80.946.841)
Baixa de depósitos Judiciais Trabalhistas	148.799
Baixa de bens do ativo	38.926
Provisão ( Reversão ) Contingências Trabalhistas / Fiscais	2.517.507
Provisão ( Reversão ) para Créditos de Liquidação Duvidosa	(67.111)
Baixa de Créditos Bancários não identificados	(103.708)
Atualização Monetária de Impostos a Recuperar	(311.282)
<b>Sub total</b>	<b>(53.901.227)</b>

**Aumento ( Redução ) nos ativos operacionais:**

Contas a receber	652.914
Adiantamentos e Antecipações	(310.699)
Créditos tributários	40.534
Ressarcimento de auxílio INSS	(20.766)
Depósitos Judiciais	(735.161)
Almoxarifado	(56.428)
Despesas pagas antecipadamente	2.012
	<b>(427.594)</b>

**Aumento ( Redução ) nos passivos operacionais:**

Obrigações a pagar	(871.998)
Tributos e contribuições sociais	247.974
PLR, Férias e 13º a pagar	2.221.634
Empréstimos e Financiamentos	(1.813.452)
	<b>(215.842)</b>

**Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades operacionais: (54.544.663)**

**2 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:**

Passivo de Convênios 307.003

**Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades de financiamento: 307.003**

**3 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS**

Aquisição de ativo imobilizado (28.303.631)

**Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades de investimento: (28.303.631)**

**Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa (82.541.291)**

Caixa e equivalentes de caixa no início do período	124.164.444
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	41.623.153

**CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL**  
**ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**  
 (Valores expressos em reais)

DESCRIÇÃO	2008	2007
<b>RECEITAS</b>	<b>145.162.188</b>	<b>143.550.195</b>
CONTRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS	112.780.734	111.146.580
CONTRIBUIÇÕES VINCULADAS A PROJETOS	15.470.000	400.000
SERVIÇOS PRESTADOS	16.752.807	15.544.274
OUTRAS RECEITAS	12.580	30.543
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS / REVERSÃO	102.516	42.711
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	43.551	16.386.087
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>36.505.171</b>	<b>35.547.521</b>
SERVIÇOS DE TERCEIROS	14.690.747	14.862.289
MATERIAIS	1.846.791	1.811.896
VIAGENS	1.960.751	1.386.475
CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	1.263.365	1.136.142
SEGURANÇA	1.663.721	1.705.922
REPRODUÇÃO E CÓPIAS	158.038	160.201
TRANSPORTE	4.272.394	4.025.407
COPA E RESTAURANTE	1.679.960	1.471.337
ENERGIA ELÉTRICA	2.983.455	3.015.471
TELEFONE, ÁGUA E OUTROS	1.029.655	1.034.788
MANUTENÇÃO E REPAROS	1.219.902	703.500
BIBLIOTECA	1.369.301	1.329.499
CONDUÇÃO E REFEIÇÃO	299.728	287.995
CONGRESSOS, CURSOS E SEMINÁRIOS	1.232.034	1.119.745
DESPESAS DE IMPORTAÇÃO	64.251	122.599
LEGAIS E JUDICIAIS	15.034	49.747
SALDO DE CONVÊNIOS	164.662	403.702
CONTRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS	59.002	56.075
PUBLICIDADE LEGAL	79.622	57.334
PUBLICIDADE MERCADOLÓGICA	297.595	197.549
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	19.047	57.496
DESPESAS DIVERSAS	136.116	552.352
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>108.657.017</b>	<b>108.002.674</b>
<b>RETENÇÕES</b>	<b>14.653.097</b>	<b>13.901.571</b>
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	12.135.589	12.712.481
PROVISÕES P/CONTINGÊNCIAS / REVERSÕES	2.517.508	1.189.090
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>94.003.920</b>	<b>94.101.103</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>10.622.571</b>	<b>5.670.389</b>
RECEITAS FINANCEIRAS	10.622.571	5.670.389
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>104.626.491</b>	<b>99.771.492</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>104.626.491</b>	<b>99.771.492</b>
PESSOAL - REMUNERAÇÕES	56.103.900	49.513.618
PESSOAL - BENEFÍCIOS	12.956.327	10.721.202
PESSOAL - ENCARGOS SOCIAIS	17.522.881	16.417.097
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	2.909.947	2.234.540
ALUGUÉIS E SEGUROS	1.013.898	1.043.924
DESPESAS FINANCEIRAS	2.827.403	2.797.596
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO	11.292.135	17.043.515

**CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL**  
**ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**NO EXERCÍCIO DE 2008**  
**( Valores expressos em reais )**

COMPONENTES	PATRIMÔNIO	DOAÇÃO DE BENS	SUPERÁVIT / DÉFICIT ACUMULADO	TOTAL
<b>SALDO EM 31.12.05</b>	<b>50.018.773</b>	<b>25.158</b>	<b>12.219.533</b>	<b>62.263.464</b>
Superávit/Déficit Acumulado incorporado ao Patrimônio	12.219.533	-	(12.219.533)	-
Reserva por Doação de Bens incorporada ao Patrimônio	25.158	(25.158)	-	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	-	(10.801.857)	(10.801.857)
<b>SALDO EM 31.12.06</b>	<b>62.263.464</b>	<b>-</b>	<b>(10.801.857)</b>	<b>51.461.607</b>
Superávit/Déficit Acumulado incorporado ao Patrimônio	(10.801.857)	-	10.801.857	-
Reserva por Doação de Bens incorporada ao Patrimônio	-	6.809	-	6.809
Superávit/Déficit do Exercício	-	-	17.043.515	17.043.515
<b>SALDO EM 31.12.07</b>	<b>51.461.607</b>	<b>6.809</b>	<b>17.043.515</b>	<b>68.511.931</b>
Superávit/Déficit Acumulado incorporado ao Patrimônio	17.043.515	-	(17.043.515)	-
Reserva por Doação de Bens incorporada ao Patrimônio	6.809	(6.809)	-	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	-	11.292.135	11.292.135
<b>SALDO EM 31.12.08</b>	<b>68.511.931</b>	<b>-</b>	<b>11.292.135</b>	<b>79.804.066</b>



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**  
(Valores expressos em reais)

---

**NOTA 1 - OBJETIVO DA SOCIEDADE**

---

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL é uma Associação Civil Sem Fins Lucrativos, que tem por objetivo promover uma infra-estrutura científica e de pesquisas visando ao desenvolvimento no País de tecnologia avançada no campo dos equipamentos e sistemas elétricos.

A Associação foi constituída em 17 de janeiro de 1974, respaldada na Resolução Eletrobrás 950/73 de 27 de novembro de 1973 e Deliberação Eletrobrás 190/73 de 14 de dezembro de 1973. A Associação tem como sede a cidade do Rio de Janeiro, sendo sua duração por tempo indeterminado.

---

**NOTA 2 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**

---

**1 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE ACORDO COM AS NORMAS DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA**

A Associação, embora sem fins lucrativos, adota alguns princípios de contabilidade estabelecidos na Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e alterações promovidas pela Lei 11.638/07. Seus principais procedimentos contábeis podem ser resumidos como se segue:

- a) As receitas e despesas são registradas com base no regime de competência.
- b) As aplicações financeiras figuram por seu valor aplicado, acrescido da remuneração auferida até a data do Balanço.
- c) O Imobilizado está contabilizado pelo custo corrigido monetariamente até o exercício de 1995, de acordo com a legislação em vigor, deduzido da depreciação acumulada em conta específica, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. Os prazos de apropriação das despesas estão descritos na Nota 9.
- d) As provisões de férias e do 13º Salário são registradas com base nos arts. 337 e 338 do Decreto 3000 de 26 de Março de 1999.
- e) No Ativo Permanente, a conta de Projetos Tecnológicos, que fazia parte do grupo Diferido, passou a ser apresentada no grupo Intangível em atendimento ao estabelecido na Lei 11.638/07, bem como passam a ser parte integrante destas Demonstrações Financeiras as Demonstrações de Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, conforme determina a nova redação do Art. 188 da Lei 6.404/76, alterado pela Lei 11.638/07.

**2 - ALTERAÇÕES DA LEI 9.249/95**

A referida Lei, em seu art. 4º, veda a utilização da correção monetária a partir do exercício de 1996, inclusive para fins societários. Sendo assim, as informações estão apresentadas pela legislação societária, comparativamente com o exercício anterior, a valores históricos.

**3 - ISENÇÕES**

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL é beneficiado pelos seguintes dispositivos legais:

**Imposto de Renda -**

**Ato declaratório nº 26 de 10/03/1976 - Receita Federal**

"Declara isenta do pagamento do imposto de renda o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, com endereço na Cidade Universitária, Ilha do Fundão, nesta capital, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o número 42.288.886/0001-60, ficando a continuidade do favor fiscal condicionada no cumprimento das formalidades e obrigações constantes da Portaria Ministerial número GB-337, de 2 de setembro de 1969, e da Instrução Normativa número 2 e 12 de setembro de 1969 da Secretaria da Receita Federal."

**Artigo 150 da Constituição Federal**

"Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: III - cobrar tributos: c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei."

**Artigos 15 e 18 da Lei 9532/97**

"Consideram isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos."

**Artigo 174 do Decreto 3000 de 26/03/99**

"Estão isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos ( Lei nº 9.532, de 1997, arts. 15 e 18)."

**Imposto sobre Importação e Produtos Industrializados -**

**Lei Federal 8010/90**

" Art. 1º São isentas dos impostos de importação e sobre produtos industrializados e do adicional ao frete para renovação da marinha mercante as importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, destinados à pesquisa científica e tecnológica. § 2º O disposto neste artigo aplica-se somente às importações realizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e por entidades sem fins lucrativos ativas no fomento, na coordenação ou na execução de programas de pesquisa científica e tecnológica ou de ensino, devidamente credenciadas pelo CNPq."

**Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços -**

**Convênio 104/89**

" Autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção na importação de aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos médico-hospitalares ou técnico-científicos laboratoriais, sem similar nacional, por órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, bem como fundações ou entidades beneficentes ou de assistência social, que preencham os requisitos previstos no art. 14, do Código Tributário Nacional."

**4 - ALÍQUOTA DIFERENCIADA**

**Imposto sobre Serviços -**

**Lei Complementar 116/2003 - Decreto Municipal Nº 23.753 de 02 de Dezembro de 2003 / Artigo 19**

"Art.19. O imposto será calculado aplicando-se sobre a base de cálculo as seguintes alíquotas: II - Alíquota específica: item 8 - Serviços prestados por instituições que se dediquem, exclusivamente, a pesquisas e gestão de projetos científicos e tecnológicos, por empresas juniores e empresas de base tecnológica instaladas em incubadoras de empresas".

**Programa de Integração Social -**

**Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, arts 13 e 14; Decreto nº 4.524, de 17/12/2002, art 9º, IV e Decreto nº 5.442, de 09/05/2005, art. 1º.**

São contribuintes do PIS/PASEP incidente sobre a folha de salários as associações civis que preencham as condições e requisitos do art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997. Essas entidades não são contribuintes do PIS incidente sobre o faturamento.

**Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social -**

**Lei nº 9.718, de 1998, art 3º, Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, arts. 13 e 14; Decreto nº 4.524, de 17/12/2002, art 9º e art 46,II e Decreto nº 5.442, de 09/05/2005, art. 1º.**

A contribuição não incide sobre as receitas relativas às atividades próprias das associações civis sem fins lucrativos, assim consideradas somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais. Há incidência sobre os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável por essas pessoas jurídicas.

---

**NOTA 3 - DISPONIBILIDADES**

---

	<u>Dez/08</u>	<u>Dez/07</u>
Caixa	3.329	4.993
Banco Conta Movimento	344.270	83.342.121
Aplicações Financeiras	41.275.554	40.817.330
<b>Sub-Total</b>	<b>41.623.153</b>	<b>124.164.444</b>

---

**NOTA 4 - RECURSOS VINCULADOS**


---

Os recursos vinculados dos projetos encontram-se em contas bancárias e aplicações financeiras específicas. A composição dos saldos em 31/12/2008 e 31/12/2007 está demonstrada abaixo:

**BANCOS CONTA VINCULADA**

	<u>Dez/08</u>	<u>Dez/07</u>
Recursos PROCEL	68	-
Recursos MME	50	351.714
Recursos MME - CRESESB	470.111	400.451
Recursos FINEP	-	15.803
<b>Sub-Total</b>	<b>470.229</b>	<b>767.968</b>

**APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Recursos PROCEL	431.278	-
Recursos MME	1.225.000	1.397.430
Recursos MME - CRESESB	2.319.118	2.148.993
Recursos FINEP	8.177.405	913.290
<b>Sub-Total</b>	<b>12.152.801</b>	<b>4.459.713</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12.623.030</b>	<b>5.227.681</b>

---

**NOTA 5 - CONTAS A RECEBER**


---

A sua composição está assim representada:

	<u>Dez/08</u>			<u>Dez/07</u>
	<u>Contrib. Societárias</u>	<u>Serviços Prestados</u>	<u>Totais</u>	<u>Totais</u>
<b>CURTO PRAZO</b>				
<b>Associados</b>	-	320.385	320.385	806.852
ELETROBRÁS	-	264.495	264.495	411.266
CHESF	-	-	-	3.080
ELETRONORTE	-	193	193	193
ELETROSUL	-	15.514	15.514	284.768
FURNAS	-	40.183	40.183	107.545
<b>Colaboradores</b>	-	299.608	299.608	295.858
CGTEE	-	90.000	90.000	-
ONS	-	182.343	182.343	142.892
ELETROBRAS TERMONUCLEAR	-	20.365	20.365	-
PETROBRÁS - CENPES	-	6.900	6.900	152.966
<b>Participantes</b>	60.642	318.881	379.523	389.773
<b>Clientes no Exterior</b>	-	134.212	134.212	366.917
<b>Clientes Nacionais</b>	-	1.730.617	1.730.617	1.657.859
<b>Total</b>	<b>60.642</b>	<b>2.803.703</b>	<b>2.864.345</b>	<b>3.517.259</b>

**5.1. CONTAS A RECEBER - PARTICIPANTES**

	Dez/08			Dez/07
	Contrib. Societárias	Serviços Prestados	Totais	Totais
<b>Setor Elétrico</b>				
CEB	-	35.839	35.839	45.803
CELPE	-	-	-	-
CEEE	-	246.082	246.082	30.303
CELESC	-	-	-	-
CELPA	-	-	-	-
CEMIG	-	8.280	8.280	263
CEPISA	-	-	-	-
CERON	-	16.000	16.000	16.000
COELCE	60.642	-	60.642	60.642
CPFL	-	-	-	-
CEMAT	-	-	-	-
ELETROPAULO	-	5.280	5.280	197.074
COELBA	-	-	-	24.351
ENERSUL	-	-	-	-
ENERGIPE	-	-	-	-
ESCELSA	-	2.337	2.337	2.337
SAELPA	-	-	-	3.000
CESP	-	-	-	-
CFLCL	-	5.063	5.063	-
CTEEP	-	-	-	10.000
CELESC DISTRIBUIÇÃO	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>60.642</b>	<b>318.881</b>	<b>379.523</b>	<b>389.773</b>

**5.2. CONTAS A RECEBER - VENCIDAS E A VENCER**

	Dez/08						Total
	Até 30 dias	de 30 a 59 dias	de 60 a 89 dias	de 90 a 179 dias	a partir de 180 dias	a vencer	
<b>CONTRIBUIÇÕES</b>							
Associados	-	-	-	-	-	-	0
Colaboradores	-	-	-	-	-	-	0
Participantes	-	-	-	-	60.642	-	60.642
<b>Subtotal</b>	-	-	-	-	<b>60.642</b>	-	<b>60.642</b>
<b>SERVIÇOS PRESTADOS</b>							
Associados	3.292	303	-	-	27.296	289.495	320.386
Colaboradores	-	90.000	-	-	7.990	201.618	299.608
Participantes	246.082	-	-	5.062	59.457	8.280	318.881
Setor Elétrico	-	-	-	-	19.040	-	19.040
Clientes no Exterior	12.223	29.775	-	4.686	64.858	22.670	134.212
Clientes Nacionais	132.050	0	132	68.912	745.076	765.406	1.711.576
<b>Subtotal</b>	<b>393.647</b>	<b>120.078</b>	<b>132</b>	<b>78.660</b>	<b>923.717</b>	<b>1.287.469</b>	<b>2.803.703</b>
<b>Total</b>	<b>393.647</b>	<b>120.078</b>	<b>132</b>	<b>78.660</b>	<b>984.359</b>	<b>1.287.469</b>	<b>2.864.345</b>

**5.3. CREDITOS RECEBIDOS A CLASSIFICAR**

O valor de R\$ (103.708) em 31 de Dezembro de 2007, registrado neste título, referia-se a créditos bancários que ainda não tinham identificadas as suas respectivas origens. Em janeiro de 2008 este valor foi revertido para a receita.

#### 5.4. PROVISÃO PARA PERDA NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS

Encontram-se registrados em conta de Provisão para Perda no Recebimento de Créditos, os valores de R\$ 791.374 em 31/12/2008 e R\$ 858.485 em 31/12/2007. Os registros foram feitos em conformidade com a Lei nº 9.430/96 de 27/12/96, estando os valores discriminados abaixo:

	Dez/08	Dez/07
IG - Construções Elétricas	14.725	14.725
A Eletrotécnica S/A	-	14.019
Davnar do Brasil S/A	11.039	11.039
Etel Eletromecânica Ltda	8.353	8.353
IAFA Construções Elétricas Ltda	7.535	7.535
Saturno Montagens Elétricas Ltda	5.932	5.932
Eleto Blindados Ltda	5.179	5.179
Produtos Elétricos Ipanema Ltda	21.661	21.661
Inepar S/A	95.103	94.470
Inepar Hubbel Ltda	5.780	5.780
Laelc Indústria e Comércio Ltda	143.863	143.863
Saelpa S.A	-	25.000
GE Industrial Systems	-	16.710
Tradis Ltda	6.370	6.370
Alusa	35.000	35.000
Brasmap Eletrônica Ltda	15.650	15.650
Indusoft Sistemas Ltda	12.200	12.200
Eleto e Construção Remet	12.375	12.375
Cabelte	32.640	32.640
CEEL Chave	7.430	7.430
SISA	11.808	11.808
TELEBRASIL	22.864	19.071
Eleto Comercial Santa Rita	11.720	7.250
Inepar S/A	107.857	107.857
General Instruments Engenharia	-	14.487
ICSA	37.700	37.700
LEMAG	24.747	24.747
CAEG	6.132	6.132
Realflex	16.174	16.174
KVA Engenharia	35.000	35.000
Mecatron Empreendimentos Elétricos	16.369	13.754
Eleto Fittings Brasil	16.500	16.500
RSP Technology	-	12.668
GE - Oil & Gas Operations	-	8.100
Trexcon Sistemas e Automação	-	18.774
The Nature Cons.	22.429	-
Era Systems Inc.	-	12.532
Formatel	5.429	-
FMC Technologies do Brasil	1.900	-
Horusdiesel Ind Comércio	3.181	-
Schahin Engenharia	4.900	-
Roxspur Measurement	4.729	-
Wal-Mart Brasil	1.100	-
<b>TOTAL</b>	<b>791.374</b>	<b>858.485</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída pela administração da entidade, sobre os créditos que se encontram em atraso há mais de 180 dias, efetuando análise individualizada sobre o saldo a receber de cada cliente. Não é constituída provisão sobre as contribuições e créditos decorrentes de prestação de serviços a sócios, vencidas há mais de 180 dias, em função da Administração entender que estes créditos serão plenamente recebidos.

#### NOTA 6 - CONTRIBUIÇÃO EXTRA-APORTE A RECEBER

Neste título está registrada a provisão do valor a receber da Eletrobrás, considerada como Contribuição Extra-Aporte, conforme RES. Eletrobrás 097/99. Esta resolução refere-se ao contrato CF 004/00 que versa sobre a recomposição da reserva matemática da ELETROS.

	Dez/08		Dez/07	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Eletros CF 004/00	-	-	1.686.710	-

**NOTA 7 - ADIANTAMENTOS E ANTECIPAÇÕES**

A sua composição está assim representada:

	Dez/08	Dez/07
Adiant. p/ Despesas e Viagens	2.444	10.686
Adiantamento de Férias	1.058.190	733.647
Adiantamento Dif. Remuneração	-	347
Antecipação a Empregados	-	9.855
Adiantamentos a Terceiros	537	1.646
Outros Adiantamentos	6.555	846
<b>Total</b>	<b>1.067.726</b>	<b>757.027</b>

**NOTA 8 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR**
**REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**

O valores de R\$ 2.772.817 registrados neste título em 31 de dezembro de 2008 e de R\$ 2.461.535 em 31 de dezembro de 2007, referem-se a COFINS recolhida no período de fevereiro a junho de 1999, tendo em vista decisão da SRRF/ 7ª RF nº 2/2/1999. Tramita processo administrativo requerendo o reconhecimento do crédito. Este valor está sendo atualizado pela taxa Selic.

**NOTA 9 - ATIVO IMOBILIZADO**

	Valor do Custo Corrigido	
	Dez/08	Dez/07
<b>Imobilizado em Operação</b>	<b>222.307.925</b>	<b>209.237.434</b>
Terrenos	409.424	409.424
Edificações	59.472.929	59.472.929
Benfeitorias	21.612.493	20.401.861
Equipamentos	112.404.951	107.501.611
Equipamentos FINEP	8.452.466	3.887.044
Equipamentos MME	1.090.986	6.352
Móveis e Utensílios	2.599.132	2.397.827
Veículos	510.059	423.478
Marcas e Patentes	614.741	541.896
Bens em Comodato	722.565	638.661
Direitos de Uso	81.789	81.789
Logiciais ( Software )	13.607.447	12.773.168
Outras Imobilizações	728.943	701.394
<b>Imobilizado em Processamento</b>	<b>29.591.355</b>	<b>14.410.888</b>
Equipamentos em Importação	28.075.565	12.733.797
Aquisições em Processamento	1.515.790	1.677.091
<b>Total</b>	<b>251.899.280</b>	<b>223.648.322</b>
<b>(-) Depreciações / Amortizações</b>	<b>(160.516.931)</b>	<b>(149.305.315)</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>91.382.349</b>	<b>74.343.007</b>

Os bens do ativo imobilizado são depreciados ou amortizados, conforme o caso, de acordo com a legislação, nos prazos abaixo discriminados:

	Vida útil	Taxa
	Anos	Anual
Edificações	25	4%
Benfeitorias	25	4%
Equipamentos em Geral	10	10%
Móveis e Utensílios	10	10%
Equipamentos de Informática	5	20%
Veículos	5	20%
Logiciais ( Software )	5	20%

---

**NOTA 9.1 - ATIVO INTANGÍVEL**


---

	<u>Dez/08</u>	<u>Dez/07</u>
<b>Projetos Tecnológicos</b>	<b>1.820.452</b>	<b>2.730.678</b>
Projetos Tecnológicos	6.459.514	6.459.514
(-) Amortizações Acumuladas	(4.639.062)	(3.728.836)

A conta do Ativo Intangível resultou do trabalho de levantamento dos Bens Intangíveis, tendo seu saldo sido transferido da conta Projetos do Imobilizado em Processamento em 2005. O critério para a determinação do tempo de vida útil de cinco anos para os Projetos Tecnológicos, decorre de estimativa do tempo pelo qual tais projetos estarão gerando fluxos de caixa para o Cepel. Os tempos de vida útil foram utilizados para o cálculo das Amortizações, a partir do exercício de 2006. A partir do exercício de 2007, foram efetuadas verificações de alguns Projetos que já não geravam faturamento, o que ensejou a amortização de todo o saldo residual de uma só vez.

---

**NOTA 10 - PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA**


---

**Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS**

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL é patrocinador da ELETROS, que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares aos da previdência oficial básica. Um dos planos oferecidos através da ELETROS é de benefício definido, sendo o regime de capitalização adotado conforme as reavaliações atuariais. As contribuições feitas pelo Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL à Fundação de Previdência de seus empregados (ELETROS), neste exercício de 2008, totalizaram R\$ 4.492.706 e no exercício de 2007, totalizaram R\$ 4.012.416. No exercício de 2006, por força do Ofício SPC/DETEC/CGAT nº 1004 de 29/03/2006, bem como pelo seu Termo de Adesão, O CEPEL implementou o Plano de Contribuição Definida - CD ELETROBRÁS, e, a partir de abril, a adesão e migração foi aberta aos empregados participantes do Fundo. Encontram-se, ainda, provisionados a título de Diferença de Reserva Matemática decorrente de Aposentadorias Especiais - SB 40, o valor de R\$ 1.568.884, no Passivo Exigível a Longo Prazo, atualizados até 31/12/2008. No mesmo grupo, encontra-se também provisionado, a título de Dotação Adicional para Desbloqueio da Média do Salário Real de Contribuição de participante aposentado, o valor de R\$ 143.914. Estas provisões basearam-se em correspondência da Eletros, seguindo providências para a celebração de contrato para seu financiamento.

---

**NOTA 11 - OBRIGAÇÕES A PAGAR**


---

	<u>Dez/08</u>	<u>Dez/07</u>
Fornecedores	3.923.991	5.408.587
Salários a Pagar	2.532.058	2.313.461
Encargos Sociais	1.831.891	1.707.697
Pensões Judiciais	91.545	78.857
Contribuições e Amortizações Eletros	1.838.110	1.676.518
Antecipações de Sócio Fundador	-	80.946.841
Outras Contas a Pagar	187.245	91.718
<b>TOTAL</b>	<b>10.404.840</b>	<b>92.223.679</b>

Em reunião no dia 18/12/2007, a Diretoria Executiva da Eletrobrás, conforme Resolução RES 1017/2007, resolveu aprovar a contribuição institucional ao Cepel, relativa ao exercício de 2008, no valor de R\$ 85.626.621. Resolveu, ainda, autorizar o repasse de R\$ 80.946.841, como adiantamento daquela contribuição.

**NOTA 12 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

CONTRATOS	PRAZO	VALOR CONTRATADO	MOEDA
Eletros - CF.004/00	2000/2008	11.691.053	R\$
Eletros - CF.011/05	2005/2020	12.763.537	R\$
Eletros - CF.012/05	2005/2020	2.894.071	R\$
Eletros - CF.015/06	2006/2021	2.774.247	R\$

CONTRATOS	DEZEMBRO/2008				DEZEMBRO/2007			
	Passivo Circulante		Exigível a Longo Prazo		Passivo Circulante		Exigível a Longo Prazo	
	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos
CF.004/00	-	-	-	-	2.480.455	-	-	-
CF.011/05(atual 017A/06)	729.857	-	11.860.668	-	688.640	-	11.769.856	-
CF.012/05(atual 016A/06)	166.171	-	2.688.668	-	156.146	-	2.668.758	-
CF.015/06	143.399	-	2.630.535	-	134.747	-	2.592.501	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.039.427</b>	-	<b>17.179.871</b>	-	<b>3.459.988</b>	-	<b>17.031.115</b>	-

**Nota:**

Os empréstimos e financiamentos a pagar são atualizados pelos encargos e variações monetárias e cambiais, apuradas segundo índices contratuais discriminados abaixo:

Eletros - CF 004/00	INPC + 6% de juros ao ano
Eletros-CF 011/05 (atual CF 017-A/06)	INPC + 6% de juros ao ano
Eletros-CF 012/05 (atual CF 016-A/06)	INPC + 6% de juros ao ano
Eletros - CF 015/06	INPC + 6% de juros ao ano

**NOTA 13 - PROVISÕES SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO**

	<u>Dez/08</u>	<u>Dez/07</u>
Provisão de Férias	9.525.720	8.341.665
Provisão de Prêmio de Metas	7.637.579	6.600.000
<b>TOTAL</b>	<b>17.163.299</b>	<b>14.941.665</b>

**NOTA 14 - OBRIGAÇÕES DE CONVENIOS**

O saldo da rubrica Obrigações de Convênios registrado em 31/12/2008 e em 31/12/2007, está composto conforme abaixo:

Exigível a Longo Prazo	<u>Dez/08</u>	<u>Dez/07</u>
Convênio FINEP - 22.01.0560-00	8.142.023	8.142.023
Convênio FINEP - AUTO AP-4	908.370	934.890
Convênio MME - Matriz Energética	596.785	705.264
Convênio FINEP - LONGDIST	11.457.640	4.076.754
Convênio MME - Perdas II	375.120	350.000
Convênio Cepel - FDT - PROCEL - SMDH	431.345	-
<b>TOTAL</b>	<b>21.911.283</b>	<b>14.208.931</b>



O Convênio FINEP-RENOVÁVEIS nº 2765/05, que tem como objeto o "levantamento de informações para o estabelecimento de um plano de ação para um programa de desenvolvimento tecnológico de energias renováveis", foi assinado em 28 de dezembro de 2005 com vigência de até dez meses, onde o CEPEL fica obrigado a prestar contas sessenta dias contados da data do término da vigência, conforme previsto na Instrução Normativa 01/97 - STN. O Convênio, com o término de sua vigência, segue pendente de homologação de seu encerramento.

O Convênio FINEP nº 22.01.0560-00 tem como objetivo a execução do projeto "Recapitação da estrutura laboratorial do CEPEL para atendimento de novas linhas de P&D e ensaios de eficiência energética", tendo sido assinado em 18 de dezembro de 2001 com vigência de 24 meses, onde o CEPEL fica obrigado a prestar contas anualmente até o dia 28 de fevereiro dos anos subsequentes; ficando também obrigado a restituir no prazo improrrogável de 30 dias contados a partir da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste convênio, o eventual recurso liberado atualizado; e no prazo de 30 dias contados da notificação da FINEP, restituir o valor transferido, atualizado monetariamente, acrescidos de juros legais, quando:

- Não for executado o Objeto pactuado;
- Não forem apresentadas, nos prazos exigidos, as prestações de contas e;
- Os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste convênio.

A FINEP prorrogou os prazos do Convênio nº. 22.01.0560.00, celebrado com o CEPEL, ficando os novos prazos de utilização de Recursos e de Prestação de Contas Final fixados, respectivamente para 30 de Dezembro de 2004 e 28 de Fevereiro de 2005. A homologação do encerramento deste Convênio segue pendente na FINEP.

O Convênio FINEP AUTO AP-4 nº 2729/04, que tem como objeto a "capacitação de segurança e equipamentos eletro-eletrônicos", foi assinado em 23 de dezembro de 2004 com vigência de até 24 meses, onde o CEPEL fica obrigado a prestar contas sessenta dias contados da data do término da vigência, conforme previsto na Instrução Normativa 01/97 - STN. A prestação de contas deste Convênio foi efetuada em Março de 2008 e segue pendente de homologação.

O Convênio MME - Matriz Energética nº 035/2005-MME, que tem como objeto o "desenvolvimento de metodologia e protótipo computacional para aprimorar a representação e interação do modelo de oferta de energia elétrica com os modelos de oferta dos demais setores nos estudos de projeção da Matriz Energética Nacional", foi assinado em 23 de dezembro de 2005 com vigência de 24 meses, também com prazo para prestação de contas de sessenta dias após o término da vigência, conforme previsto na Instrução Normativa 01/97 - STN. A vigência deste Convênio foi prorrogada até Dezembro de 2008

O Convênio FINEP - LONGDIST nº 01.06.0962.00, que tem como objeto "o Desenvolvimento de Tecnologias de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica a Longas Distâncias", foi assinado em 16 de dezembro de 2006 com vigência de 36 meses, onde o seu prazo para prestação de contas é de sessenta dias após o término da vigência, conforme previsto na Instrução Normativa 01/97 - STN.

O Convênio MME - Perdas II nº 03/008/2007, que tem como objeto "a Elaboração de Estudos para Análise das Perdas de Potência nos Sistemas de Transmissão da Rede Básica", foi assinado em 24 de dezembro de 2007 com vigência de 24 meses, onde o seu prazo para prestação de contas é de sessenta dias após o término da vigência, conforme previsto na Instrução Normativa 01/97 - STN.

O Convênio FDT-PROCEL-SMDH nº ECV 256/2007, que tem como objeto "a Implementação de um Sistema Móvel para Diagnósticos Hidroenergéticos", foi assinado em 28 de dezembro de 2007 com vigência de 36 meses, onde o seu prazo para prestação de contas é de trinta dias após o término da vigência, conforme previsto no Manual de Prestação de Contas do PROCEL.

A fim de atender à orientação emanada pelo CFC, os Convênios passaram a ser registrados em contas de Obrigações de Convênios, no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo.

---

#### NOTA 15 - CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS E FISCAIS

---

A empresa enfrenta diversos processos de ações trabalhistas em curso na Justiça do Trabalho em variados estágios de julgamento. Com base na análise individual de tais processos e tendo como suporte a nossa Consultoria Jurídica, foram efetuadas as Provisões para Contingências Trabalhistas, no Passivo Exigível a Longo Prazo, que representa o provável revés nesses processos. Os valores da Provisão estão apresentados no Balanço Patrimonial, para este exercício de 2008, liquidados dos Depósitos Recursais e Bloqueios por Ordem Judicial já efetuados, conforme abaixo:

Neste exercício de 2008, a empresa esteve sob Ação Fiscal da Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro, que ensejou na lavratura do Auto de Infração nº 105135, no valor de R\$ 151.122 e o conseqüente registro da contingência fiscal. Estão sendo desenvolvidas providências para a interposição do pertinente recurso ao referido Auto de Infração.

	<u>Dez/08</u>	<u>Dez/07</u>
<b>Provisão para Contingências Trabalhistas:</b>	5.122.600	2.756.214
<b>Provisão para Contingências Fiscais:</b>	151.122	-
<b>(-) Depósitos Recursais</b>	(1.869.771)	(1.283.408)
<b>(-) Bloqueios por Ordem Judicial</b>	(692.395)	(692.395)
<b>Contingências Trabalhistas Líquidas</b>	<b>2.711.556</b>	<b>780.411</b>

A empresa enfrenta também processos de ações trabalhistas que, conforme análise dos advogados, apresentam grau de risco médio. Os valores estimados desses processos são:

	<u>Dez/08</u>	<u>Dez/07</u>
<b>Contingências Trabalhistas de Grau Médio:</b>	464.537	530.275

**NOTA 16 - DESPESAS COM PESSOAL PERMANENTE**

	<u>Dez/08</u>	<u>Dez/07</u>
REMUNERAÇÕES	55.735.757	49.366.982
BENEFÍCIOS SOCIAIS	12.956.327	10.721.202
ENCARGOS SOCIAIS	17.522.882	16.417.097
QUITAÇÕES TRABALHISTAS	368.143	146.636
<b>TOTAL</b>	<b>86.583.109</b>	<b>76.651.917</b>

**NOTA 17 - DESPESAS GERAIS**

DESCRIÇÃO	<u>Dez/08</u>	<u>Dez/07</u>
MATERIAIS	1.846.791	1.811.896
VIAGENS	1.960.751	1.386.476
ALUGUÉIS E SEGUROS	1.013.898	1.043.924
SERVIÇOS PERMANENTES	9.037.478	8.499.008
Conservação e Limpeza	1.263.365	1.136.141
Segurança	1.663.721	1.705.922
Reprodução e Cópia	158.038	160.201
Transporte	4.272.394	4.025.407
Copa e Restaurante	1.679.960	1.471.337
UTILIDADES E SERVIÇOS	5.233.012	4.753.759
Luz e Força	2.983.455	3.015.471
Telefone, Água e Outros	1.029.655	1.034.788
Manutenção e Reparos	1.219.902	703.500
BIBLIOTECA	1.147.827	1.186.293
OUTROS	5.003.556	4.194.179
Condução e Refeição	299.728	287.995
Congresso / Cursos e Seminários	1.232.034	1.119.745
Despesas de Importação	64.251	122.599
Legais e Judiciais	15.034	49.747
Saldo de Convênio	164.662	403.702
Contrib Institucionais	280.476	199.281
Publicidade Legal	79.622	57.334
Publicidade Mercadológica	297.595	197.549
Publicidade Institucional	19.047	57.496
Provisão para Devedores Duvidosos	(102.516)	(42.711)
Provisão de Contingências Trabalhistas	2.366.386	1.216.661
Provisão de Contingências Cíveis	-	(27.571)
Provisão de Contingências Fiscais	151.121	-
Despesas Diversas	136.116	552.352
<b>TOTAL</b>	<b>25.243.313</b>	<b>22.875.535</b>

**NOTA 18 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

DESCRIÇÃO	<u>Dez/08</u>	<u>Dez/07</u>
IR s/ Aplicação Financeira	1.989.121	964.359
IPPU	7.177	7.463
IPVA	6.808	4.704
CPMF	27.287	584.958
IOF	65	-
COFINS	325.341	170.578
Multas e Infrações Fiscais	136	268
Outros Impostos/Taxas	6.033	7.746
<b>TOTAL</b>	<b>2.361.968</b>	<b>1.740.076</b>

**NOTA 19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	<u>Dez/08</u>	<u>Dez/07</u>
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>68.511.931</b>	<b>51.461.607</b>
Saldo Anterior	51.461.607	62.263.464
Incorporação do Resultado do Exercício Anterior	17.043.515	(10.801.857)
Incorporação da Reserva de Doação de Bens	6.809	-

**NOTA 20 - OUTROS EVENTOS**
**a) Seguros**

O seguro patrimonial é composto por seis ramos de seguro: Riscos Nomeados, Riscos Diversos Equipamentos Próprios, Auto RCF, Transporte Nacional, Transporte Internacional Importação e Transporte Internacional Exportação. As três primeiras apólices têm seus prêmios fixos e montam o valor de R\$ 227.052,02, com pagamentos em cinco parcelas mensais e iguais. As demais apólices de Transportes têm seus prêmios variáveis calculados através de averbações mensais, conforme a movimentação de bens/equipamentos.

O Valor em Risco originalmente contratado é da ordem de R\$ 172.645.000,00 e o limite máximo de indenização é da ordem de R\$ 55.540.000,00. Na composição do valor em risco, as unidades Ilha do Fundão e Adrianópolis, respondem na proporção de 35% e 65%, respectivamente. Na composição do Limite Máximo de Indenização, o valor está unificado em ambos os locais de risco.

b) De acordo com o que determina o Art. 3º do Decreto 95.524 de 21.12.87, informamos que os valores da menor e maior remuneração pagas aos nossos empregados, foram R\$ 1.362,71 e R\$ 21.161,60 respectivamente. Estes valores incluem salários e adicionais, referentes ao mês de dezembro de 2008.

**NOTA 21 - PATENTES**

Os processos de registros de patentes, pendentes e já registradas junto ao INPI, estão demonstrados a seguir:

**PATENTES CONCEDIDAS**

1.	PI-9303035-0	Medidor óptico de corrente e processo de medição utilizando-se um medidor óptico de corrente
2.	PI-9404101-6	Medidor eletrônico polifásico de energia elétrica para medição direta de altas correntes
3.	DI-5400018-1	Caixa para medidor de energia elétrica
4.	DI-5401129-9	Configurações aplicadas em invólucro para um medidor de grandezas elétricas
5.	PI-9202095-0	Sistema e processo para medição do consumo de energia elétrica referente a uma pluralidade de consumidores
6.	PI-9400084-0	Processo de medição e medidor elétrico para faturamento de consumo elétrico a partir de uma rede elétrica
7.	CI-9400084-0	Medidor Elétrico para faturamento de consumo elétrico a partir de uma rede elétrica
8.	PI-9502486-7	Circuito eletrônico de sinalização apropriado para acoplamento a um circuito lógico de um equipamento energizado, processo e uso empregando referido circuito
9.	PI-9611603-0	Linha de transmissão de energia elétrica com dispositivos de proteção contra sobretensões causadas por relâmpagos
10.	PI-0002965-3	Processo de sintetização para a produção de supercondutores cerâmicos através da técnica pó-em-tubo

PATENTES DEPOSITADAS

11.	PI-9803488-0	Sistema de Telecomando para controle remoto de cargas elétricas
12.	PI-9803178-3	Dispositivo para proteção contra os riscos de eletrocussão ocasionados pelo abaixamento de linhas aéreas de média e baixa tensão e sistema de sustentação de linhas aéreas de distribuição de energia
13.	PI-9902611-2	Processo de identificação dos consumidores fraudadores em uma rede de distribuição de energia elétrica numa determinada região, e sistema e processo de determinação da existência de condutores escondidos que não passam por um medidor de energia elétrica
14.	PI-0002430-9	Medidor de energia elétrica e alojamento para um medidor de energia elétrica
15.	PI-0002109-1	Sistema e método de detecção de adulterações / anomalias em medidores de energia elétrica e medidor que utiliza este sistema
16.	PI-0201927-2	Transformador de corrente resistente a intempéries e a choques mecânicos
17.	PI-0102256-3	Método de Suporte, fixação e conexão para uma unidade de medição, constituinte de um sistema de medição centralizada instalada em postes da rede de distribuição de baixa tensão, equipamento para implementar o método, e métodos de compensação de perdas e de disponibilização de informação de consumo
18.	PI-0602081-0	Disco Isolador Antipoluição.
19.	PI-0703417-2	Sistema Eletrônico de Monitoração Individualizada de Consumos e Método de Monitoramento Individualizado de Consumos em um Sistema de Medição Centralizada
20.	PI-0705108-5	Sistema e Método de Avaliação de Buchas Capacitivas
21.	DI-6704136-1	Configuração Aplicada em Espaçador de Linhas Conductoras de Eletricidade
22.	PI-0800367-0	Dispositivo para o Estabelecimento de Contato Elétrico em Circuitos de Alta Tensão
23.	PI-0801469-8	Sistema de Automonitoramento Individualizado para Transformadores em Instalações de Medição de Energia e Método de Automonitoramento e Diagnóstico de Transformadores em Instalações de Medição de Energia
24.	S/Nº	Dispositivo Isolante de Sustentação e de Proteção de Linhas
25.	PI-0802154-6	Sistema de Medição e Avaliação de Transformadores de Potência Energizados Através de Resposta em frequência
26.	S/Nº	Robô para inspeção de cabos condutores

**ANEXO III, ITEM 03 DA DECISÃO NORMATIVA – TCU**  
**Nº 94, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2008**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICADO NA FORMA DO ART. 133,  
INCISO I, C/C ART. 124 DA LEI Nº 6.404/76.**

Informamos que o Relatório de Administração publicado na forma do art. 133, Inciso I, c/c art. 124 da Lei nº 6.404/76, está em processo de elaboração.

**ALBERT CORDEIRO GEBER DE MELO**  
Diretor Geral do CEPEL

**ANEXO III, ITEM 04 DA DECISÃO NORMATIVA – TCU**  
**Nº 94, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2008**

**DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL,  
INDICANDO OS PRINCIPAIS ACIONISTAS E RESPECTIVOS  
PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO.**

Informamos que este item não se aplica ao CEPEL, pois se trata de uma Associação Civil sem Fins Lucrativos, não possuindo a composição acionária de Capital Social.

**ALBERT CORDEIRO GEBER DE MELO**  
Diretor Geral do CEPEL

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos  
Administradores e Sócios do  
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL  
Rio de Janeiro – RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade da administração da instituição. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da instituição quanto aos principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis e (b) a constatação, com base de testes, das evidências e dos registros que suportem os valores e as informações contábeis divulgados.
3. Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e o fluxo de caixa, correspondentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 de fevereiro de 2009



Alberto A. de F. S. Maia  
Contador  
CRC/RJ nº 082.246/O-0  
Opinião Auditores Independentes  
CRC/SP nº 021.490/O – T – RJ

### RIO DE JANEIRO

Rua São Bento, 9 / 6º andar  
Centro  
Rio de Janeiro - RJ - Cep. 20090-010  
Tel/Fax: 55 21 2516-7861 / 2223-2785

### SÃO PAULO

Av. Paulista, 2300 - Andar Pilotis  
Cerqueira Cesar  
São Paulo - SP - Cep. 01310-300  
Tel/Fax: 55 11 3522-7561



# Relatório de Gestão

**2008**





## 1. Identificação

### Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Tabela 1

<b>Nome completo da unidade e sigla</b>	Eletróbrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR
<b>CNPJ</b>	42.540.211/0001-67
<b>Natureza jurídica</b>	Sociedade de Economia mista
<b>Vinculação ministerial</b>	Ministério de Minas e Energia – PE - MME
<b>Endereço completo da sede</b>	Rua da Candelária, nº 65, Centro, 2º ao 10º andar e 12º andar – Rio de Janeiro - CEP: 20291-020 – RJ Tel: (21) 2588 7000 – fax : (21) 2588 7200
<b>Endereço da página institucional na <i>internet</i></b>	<a href="http://www.eletronuclear.gov.br">www.eletronuclear.gov.br</a>
<b>Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União</b>	<p>Constituída na forma da autorização contida no Decreto nº 76.803, de 16 de dezembro de 1975, com a finalidade específica de explorar, em nome da União, atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica, nos termos do Decreto de 23 de maio de 1997 e das Portarias nºs 315, de 31 de julho de 1997, e 184, 185 e 186, de 31 de julho de 1997, respectivamente, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica e da Comissão Nacional de Energia Nuclear.</p> <p>A atual estrutura organizacional da Empresa foi aprovada pelo Conselho de Administração em sua 166ª Reunião, de 08.04.03, e implementada a partir de 01.06.03. Posteriormente, na 170ª reunião, de 07 de agosto de 2003, o Conselho aprovou a criação da Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente – DG, que foi implementada após a publicação do Estatuto Social (alterado para contemplar cinco diretorias), em 27 de novembro de 2003.</p> <p>O Decreto nº 5.287 (26/11/04) modificou a empresa – transformando-a em concessionária e comercializadora de energia e a portaria da ANEEL nº 320 (03.12.04) definiu a tarifa a ser praticada.</p>



	Pelo Decreto nº 4.899, de 26/11/03, publicado no DOU de 27/11/03, foi aprovado o Estatuto Social nos termos das deliberações da 61ª e 62ª Assembléias Gerais Extraordinárias da Eletronuclear, realizadas em 16/01/03 e 28/10/03, respectivamente.	
<b>Nome e código no SIAFI</b>	910847	
<b>Código da UJ titular do relatório</b>	63210	
<b>Códigos das UJ abrangidas</b>	Não consolida outras unidades - 3 -	
<b>Situação da unidade quanto ao funcionamento</b>	Em funcionamento	
<b>Função de governo predominante</b>	Função: 25 – Energia Sub-Função: 752 – Energia Elétrica	
<b>Tipo de atividade</b>	752 – Energia Elétrica	
<b>Unidades gestoras utilizadas no SIAFI</b>	Nome: Não se Aplica	Código: Não se Aplica



## 2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

### 2.1 Responsabilidades Institucionais

A ELETRONUCLEAR é uma sociedade anônima de economia mista, subsidiária da ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. criada em maio de 1997 a partir da fusão entre a antiga Diretoria Nuclear de Furnas Centrais Elétricas S.A e a NUCLEN - Nuclebrás Engenharia S.A. Em 16 de dezembro do mesmo ano o decreto presidencial nº. 76803 aprovou o novo estatuto social da empresa, que recebeu a missão de explorar, em nome da União, as atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica.

Como tal, a ELETRONUCLEAR opera as duas usinas nucleares da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto no município de Angra dos Reis, com capacidade instalada total de 2007 MW, e conta com um efetivo de 2.243 empregados, engajados nos processos de operação e apoio das usinas de Angra 1 e 2, e no projeto e preparação da construção da usina de Angra 3.

Em 2008 a ELETRONUCLEAR alcançou o montante de 14.003.774 MWh de energia bruta gerada, o que representa uma parcela expressiva do total da energia térmica gerada no país.

A matriz de geração de energia elétrica brasileira é um caso único no mundo, por ser eminentemente de fonte hidráulica (cerca de 92%), requerendo outras fontes para atender, com confiabilidade, às demandas da sua população. Neste contexto a geração da ELETRONUCLEAR se evidencia como relevante fonte térmica dentro desta matriz, proporcionando parte da complementação necessária.

Em 04/12/2007 a empresa obteve da ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica o reajuste da tarifa de venda de sua energia em 8,67 %, passando a R\$120,35 /MWh, valor que vigorou até 02/12/08, quando passou a R\$ 130,79 /MWh.

No contexto mundial, continua a perspectiva de retomada da opção nuclear como fonte adequada para atender à crescente demanda por energia elétrica por sua característica de não emissora de gases causadores de efeito estufa.

Os empreendimentos da Eletronuclear, integrantes de seu orçamento de investimento, estão incluídos no Programa Plurianual do Governo Federal – PPA 2008-2011, subordinados ao Programa 0296 – Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste e ao Programa 0807– Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio e têm como objetivos atender as necessidades de energia elétrica das regiões Sudeste e Centro-Oeste e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional – SIN e dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional, respectivamente.

O Programa 0296 é gerenciado, no Ministério de Minas e Energia, pelo Dr. Josias Matos de Araujo, Secretário de Energia Elétrica do MME (email: [see@mme.gov.br](mailto:see@mme.gov.br)).



## 2.2 Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

Em 2008 a Diretoria Executiva aprovou as bases do novo Plano Estratégico da ELETRONUCLEAR, com posterior homologação pelo Conselho de Administração. Foram reformuladas a Visão e Missão da Empresa, além de serem definidos seus Valores e as novas diretrizes Estratégicas:

### **Missão**

Atender à demanda de eletricidade do Sistema Elétrico Brasileiro, a partir de geração nuclear, com elevados padrões tecnológicos, de segurança, eficiência técnica e econômica e de responsabilidade social e ambiental, com crescente participação da indústria nacional.

### **Visão**

Ser a empresa nacional de referência na produção de energia elétrica, de fonte nuclear, com capacidade técnica para operar centrais nucleares, desenvolver engenharia de apoio, e incorporar, integrar e gerenciar projetos e processos de implantação de novas centrais, com elevados padrões de segurança, inovação, desempenho empresarial, responsabilidade social e ambiental.

**Valores** – Compromisso com:

- **Segurança**, nos processos de tomada de decisão e execução de atividades relacionadas aos processos de geração de energia elétrica de fonte nuclear.
- **Ética**, valorizando a transparência em todas as atividades da Empresa e assegurando operações com responsabilidade social e ambiental, baseados no Código de Ética da Eletronuclear.
- **Cooperação e Senso de Propriedade**, favorecendo sinergia, espírito de liderança, participação compartilhada, diversidade de idéias e troca de informações, responsabilidade pessoal e retorno para os colaboradores.
- **Desenvolvimento Pessoal**, favorecendo a progressão dos colaboradores pela excelência no desempenho pessoal e profissional, através da criatividade, inovação permanente e aprendizado contínuo.
- **Competitividade**, favorecendo o alinhamento de estruturas, processos e pessoas em busca de soluções inovadoras que favoreçam crescimento permanente, aprendizado contínuo e desempenho empresarial competitivo, que agreguem valor aos seus negócios.
- **Responsabilidade social e ambiental**, orientada pelos princípios do **Pacto Global da ONU** relacionados a direitos humanos e do trabalho, combate à corrupção e proteção ambiental.



## Diretrizes Estratégicas Corporativas

O Plano Estratégico da Eletronuclear incorpora um direcionamento estratégico baseado nas seguintes diretrizes:

1. **Desempenho Empresarial** - Buscar altos padrões tecnológicos, de segurança, de eficiência técnico-econômica, alinhando os processos corporativos que geram resultados para sustentação operacional e ampliando a atual capacidade, com foco inicial centrado na melhoria do desempenho de Angra 1 e 2.
2. **Segurança** - aplicar programas e processos de tal forma que a segurança nuclear e industrial das usinas, de seus colaboradores e da população em geral, seja compatível com os melhores padrões internacionais.
3. **Gestão de Pessoas** - Assegurar condições para desenvolvimento permanente e aprendizado contínuo de seu pessoal, o desempenho adequado, reconhecimento, progressão na carreira e retenção de seus colaboradores, em níveis compatíveis com as necessidades de desempenho e crescimento da Empresa.
4. **Responsabilidade** - Assegurar, em suas atividades, os princípios da responsabilidade social e ambiental, com foco na comunicação transparente, preservação e conservação do meio ambiente, gestão de rejeitos e melhoria da qualidade de vida das áreas geográficas de influência das centrais.
5. **Posicionamento Setorial** - Promover o processo de ampliação da geração nucleoe elétrica e de proposições relativas à sua cadeia produtiva, e garantir atuação como Empresa líder.
6. **Crescimento Contínuo** - Ampliar a capacidade de geração, do desenvolvimento de engenharia de apoio, incorporação, integração e gerenciamento de projetos e processos de implantação de novas centrais nucleares, inclusive em parceria com outras empresas, e tendo como marco inicial a usina de Angra 3.

Estas formulações foram detalhadas em grupos de trabalho, que estabeleceram metas e objetivos para um horizonte de 10 anos.

No contexto da gestão empresarial, destacaram-se as seguintes ações:

- **Sustentabilidade Sócio-Ambiental**- O ano de 2008 marcou a permanência da ELETROBRÁS no rol de empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade da BOVESPA. A ELETRONUCLEAR, na qualidade de empresa controlada, teve importante destaque nesse processo em vista de suas ações de inserção social.
- **Programa de Equidade** – No contexto das atividades do Comitê Permanente para as Questões de Gênero da ELETRONUCLEAR, criado em 2005 em conformidade com as



diretrizes do “Plano Nacional de Políticas para as Mulheres”, a empresa assinou em novembro com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres o novo Termo de Compromisso de Adesão ao Programa Pró-Eqüidade de Gênero 2ª Edição, comprometendo-se em continuar a execução do plano de ação para implementar políticas de equidade.

A ELETRONUCLEAR é detentora do Selo Pró-Eqüidade de Gênero concedido pela referida Secretaria Especial de Política para as Mulheres, pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas e pela Organização Internacional do Trabalho na 1ª edição do programa.

- **Revisões Internacionais e Auto-avaliações** - No ano de 2008 deu-se continuidade aos programas de revisões internas e externas, inclusive internacionais, com grande relevância para o processo de melhoria contínua da Segurança Operacional das usinas Angra 1 e Angra 2. Destacam-se as revisões internacionais conduzidas pela Wano – World Association of Nuclear Operators e pela AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica.
- **Projeto SOX** – No primeiro semestre de 2005 a ELETROBRÁS iniciou o processo de adequação às normas exigidas na Lei norte-americana Sarbanes-Oxley de 2002. Sua finalidade é estabelecer controles que certifiquem que a situação econômico-financeira da empresa está corretamente demonstrada em seus relatórios públicos, trazendo ética na gestão corporativa e responsabilizando os administradores por eventuais manipulações contábeis.

A adequação da Eletrobrás a essa Lei é uma condição essencial para as companhias que desejam comercializar suas ações na Bolsa de valores de Nova Iorque. Assim, para a Eletrobrás operar naquele mercado, todas as empresas do Sistema devem possuir seus controles adequados à SOX, uma vez que as demonstrações contábeis apresentadas referem-se à consolidação dos números de todas as empresas do Sistema Eletrobrás.

A adequação à SOX é feita por meio de certificação conferida por auditores independentes que verificam as demonstrações contábeis e os controles existentes. Essa certificação tem que ser apresentada anualmente na Bolsa de Nova Iorque, para que a Eletrobrás permaneça no patamar ADR 2 - American Depositary Receipt Nível 2, alcançado em 2008.

Na qualidade de empresa controlada, a ELETRONUCLEAR está também sujeita a essas normas. No final de 2008 a ELETRONUCLEAR iniciou trabalho junto aos consultores para a revisão de todos os seus processos de negócios e de tecnologia da informação em consonância com os novos critérios recentemente adotados pelas certificadoras com valores representativos em suas demonstrações financeiras. Em 2009 a ELETRONUCLEAR passará por testes de verificação e análise dos controles atualizados bem como dos planos de ação das falhas detectadas, visando a certificação da empresa por auditoria externa certificadora, inclusive, foi considerado nesta fase dos trabalhos executados dentro da nova atualização da versão de seu Sistema de Gestão Empresarial – ERP.



### **O pacto global e os valores da empresa**

A ELETRONUCLEAR aderiu ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas – ONU, expressando o suporte da Empresa aos seus preceitos com relação a direitos humanos, trabalho, ambiental e combate à corrupção. A formalização da adesão deu-se em 6 de dezembro de 2006, através de carta recebida pela ELETRONUCLEAR do Diretor Executivo da United Nations Global Compact, Sr. Georg Kell.

A preocupação da Empresa com a consecução do desenvolvimento sustentável do País traduz-se, também, por sua participação em atividades que contribuam para atingir as denominadas Metas do Milênio da ONU.



## 2.3 Programas

Os empreendimentos da Eletronuclear, integrantes de seu orçamento de investimento, estão incluídos no Programa Plurianual do Governo Federal – PPA 2008-2011, subordinados ao Programa 0296 – Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste e ao Programa 0807– Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio e têm como objetivos atender às necessidades de energia elétrica das regiões Sudeste e Centro-Oeste e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional – SIN e dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional, respectivamente.

### 2.3.1. Programa 0296 – Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

*Tabela 2 – Dados gerais do programa*

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Atender às necessidades de energia elétrica das regiões Sudeste e Centro-Oeste e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional – SIN.
<b>Objetivos específicos</b>	Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste.
<b>Gerente do programa</b>	Dr. Josias Matos de Araujo, Secretário de Energia Elétrica do MME
<b>Gerente executivo</b>	N.D.
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	N.D.
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	Capacidade total instalada de geração de Energia Elétrica expressa em MW, no ano
<b>Público - alvo (beneficiários)</b>	Consumidores de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste





## 2.3.2 Principais Ações do Programa

As ações sob responsabilidade da Eletronuclear são as seguintes:

### 2.3.2.1 Ação 4477 – Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e Angra 2 (RJ).

*Tabela 3 – Dados gerais da ação*

Tipo	Atividade
<b>Finalidade</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Esta ação tem por finalidade preservar a capacidade de produção das usinas de Angra 1 e Angra 2, dentro dos padrões de qualidade e de segurança requeridos, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do contrato de venda de energia elétrica, bem como o atendimento aos processos de licenciamento e o correto tratamento e acondicionamento dos rejeitos delas provenientes.</li><li>• Adicionalmente, inclui atividades visando o aumento da capacidade de produção, a implementação de melhorias operacionais das usinas e o suporte das atividades de infra-estrutura e de apoio à operação, assim como o desenvolvimento de atividades de carácter sócio-ambiental, que propiciem a equilibrada inserção regional dos empreendimentos.</li></ul>
<b>Descrição</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• As atividades requeridas para o cumprimento desta ação são de natureza contínua, durante toda a vida útil das usinas, e incluem: análise do desempenho operacional das usinas e avaliação de necessidades de troca de equipamentos; realização de projetos de otimizações; aquisições de bens e serviços correlacionados à manutenção das condições operacionais das usinas; disponibilização de instalações adequadas para a deposição de rejeitos radioativos; aquisição de equipamentos e instalações para suprir a infra-estrutura de apoio à operação e as demandas provenientes dos processos de licenciamento; e a aquisição de simulador para treinamento de operadores de Angra 1.</li></ul>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Eletrobrás Termonuclear S.A.



<b>Coordenador nacional da ação</b>	Marcelo Gomes da Silva
<b>Unidades executoras</b>	Diretoria de Operação – DO.
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Diretoria de Operação – DO.
<b>Competência institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Diretoria de Operação – DO.

*Tabela 4 – Metas e resultados da ação no exercício*

<b>META</b>	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO</b> %
Financeira	211.779.355	109.958.824	51,92%
Física	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

## **Resultados**

A produção das Usinas de Angra 1 e 2 foi de 14.003.774 MWh de energia bruta.

### **Principais manutenções realizadas:**

#### **Angra 1**

- A parada 1P15A foi planejada e realizada em 60 dias, iniciando-se à 00h00min do dia 16/02/2008 e encerrada às 00h40min do dia 16/04/2008. Os serviços realizados envolveram 2004 pessoas, sendo que 1601 dessas foram contratadas temporariamente de diversas empresas. O programa original da Parada contemplou 1840 tarefas, o orçamento previsto foi de aproximadamente R\$ 64.000.000,00 e os principais serviços realizados foram:
  - As atividades preparatórias para a substituição dos geradores de vapor; testes, inspeções e reparos nos tubos dos geradores de vapor;
  - Foram realizar os seguintes serviços que exigem a Unidade desligada:
    - Testes exigidos pelas Especificações Técnicas.
    - Manutenções preventivas e corretivas.
    - Implementação de modificações de projeto.
    - Substituição de 48 elementos combustíveis queimados por 36 elementos combustíveis (EC) novos e 12 antigos, parcialmente queimados. Esses 12 elementos, descartados devido a falhas de combustível em ciclos anteriores,



puderam ser reaproveitados graças ao reparo com sucesso dos quatro elementos falhados desse conjunto.

## **Angra 2**

- Entre 19 de maio e 23 de junho a unidade foi desligada para a realização da Parada 2P6, programada para reabastecimento e manutenções. Inicialmente previsto para 26 dias, o cronograma foi estendido em 9 dias para substituição dos anéis de selagem do Gerador Elétrico Principal que apresentaram problemas durante o teste do equipamento. Dentre as atividades desenvolvidas durante a Parada 2P6, destacamos os seguintes itens:
  - Reduzida geração de rejeitos durante a parada, resultado do esforço de preparação e de monitoração durante as drenagens e nas normalizações de sistemas desenvolvido pelo Grupo de Apoio da Operação;
  - Com os trabalhos executados em válvulas do JNA10/40 foram resolvidos os problemas de passagem interna e pressurização do JNA – Sistema de Remoção de Calor Residual
  - Restabelecimento do valor de fluxo de projeto pelos orifícios restritores da estação de válvulas do pressurizador após a revisão realizada na estação de válvulas do pressurizador;
  - Revisão geral das bombas de água de alimentação principal LAC20AP001 (bomba de água de alimentação) e LAC30AP001 (bomba booster de água de alimentação);
  - Reparo efetuado nos pré-aquecedores de alta pressão LAD51BC001 e LAD62BC001. Os pré-aquecedores foram submetidos a testes de estanqueidade, devido a indicação de falha durante a operação à potência, com influência no rendimento da usina. Os tubos com falha foram identificados e plugueados e executada a réplica metalográfica com o intuito de identificar o mecanismo da falha, cujo resultado preliminar indica falha das soldas tubo-espelho devido a fadiga do material.



### 2.3.2.2 Ação 1853 – Substituição de Grupo de Geradores de Vapor da Usina de Angra 1 (RJ).

Tabela 5 – Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	<b>Projeto</b>
<b>Finalidade</b>	Substituir os geradores de vapor-GVs de Angra I para eliminar elevados custos de manutenção da usina, devido ao envelhecimento gradativo destes componentes; possibilitar a obtenção de licença para a extensão da vida útil da usina e aumentar a sua disponibilidade operacional. adicionalmente, trata-se de compromisso assumido pela empresa junto ao Ministério Público Federal e órgãos de licenciamento ambiental e nuclear.
<b>Descrição</b>	O processo da troca dos GVs incluirá: a aquisição dos novos equipamentos, através de licitação internacional, com a sua fabricação na Nuclep, em Itaguaí - RJ; licitação e contratação dos serviços para a substituição dos GVs, contemplando a participação de empresas nacionais; construção do depósito para armazenamento dos equipamentos retirados; contratação de consultorias para a realização de serviços de análise de segurança e de apoio aos processos de contratação e de licenciamento nuclear e ambiental, além da obtenção das licenças necessárias à realização desta troca.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Eletrobrás Termonuclear S.A.
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Marcelo Gomes da Silva
<b>Unidades executoras</b>	Diretoria de Operação – DO.
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Diretoria de Operação – DO. e Diretoria Técnica – DT.
<b>Competências institucionais para a execução da ação</b>	Diretoria de Operação – DO. e Diretoria Técnica – DT.



*Tabela 6 – Metas e resultados da ação no exercício*

<b>META</b>	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO</b> %
Financeira	256.600.421	105.525.733	41,12 %
Física	60%	60%	-

## **Resultados**

Apesar de todos os esforços e dispêndios demandados para a continuidade operacional de seus geradores de vapor, a produção de Angra 1 foi decrescente nos últimos três anos. Isso demonstra ser imprescindível a substituição desses componentes. Esse será, sem dúvida, o grande desafio para 2009 para que Angra 1 retorne ao nível de excelência de desempenho.

### **Status da Substituição dos GV's**

Parada Troca (1P16) - início programado para 24/01/2009  
Substituição dos GV's - início programado para 02/03/2009

### **Aquisição dos GV's**

Geradores entregues: 100%  
Progresso Global da ação: 60%

### **Depósito Inicial dos GV's**

Construção concluída  
DIGV liberado pela CNEN para operação.

### **Licenciamento Nuclear**

Revisão do FSAR pela CNEN em andamento.

### **Licenciamento Ambiental**

Processo para obtenção da licença de operação do DIGV, onde está incluída a liberação para substituição dos GVs, em andamento.



### 2.3.3.3 Ação 6486 – Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina Termonuclear de Angra 3 (RJ).

#### Dados Gerais

Tabela 7 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
<b>Finalidade</b>	Ampliar a oferta de energia elétrica, em cerca de 11000 GWh/ano, para o sistema interligado Nacional, aumentando a confiabilidade do atendimento à denominada área Rio (estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo), viabilizando economicamente o ciclo do combustível nuclear no país e com impacto positivo sobre a macro região de Angra dos Reis, sob os aspectos econômico, sócio-ambiental e cultural.
<b>Descrição</b>	A implementação de Angra III requer o equacionamento de fontes de recursos em moeda nacional e estrangeira, prevendo-se que, até a consolidação de um modelo de engenharia financeira, que contemple inclusive a parceria com agentes privados, deverão as atividades do empreendimento estar concentradas nos seguintes itens: armazenamento e preservação dos equipamentos já adquiridos; conservação do site; gerenciamento dos contratos existentes; manutenção das equipes técnicas; atualização dos estudos de viabilidade técnico-econômica; planejamento e execução das medidas preliminares, constantes das Resoluções do CNPE, a respeito da retomada do empreendimento.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Eletronuclear S.A.
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Marcelo Gomes da Silva
<b>Unidades executoras</b>	Diretoria Técnica – DT.
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Diretoria Técnica – DT.
<b>Competências institucionais para a execução da ação</b>	Diretoria Técnica – DT.



*Tabela 8 – Metas e resultados da ação no exercício*

<b>META</b>	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO</b> %
Financeira	109.846.593	68.117.469	62,01%
Física	N/A	N/A	N/A

## **Resultados**

Empreendimento na condição de Obra Paralisada, a ação não registra acréscimo em seu progresso físico.

Em se tratando de Programa de Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos, as realizações restringiram-se à continuidade das atividades de manutenção e preservação de instalações e equipamentos já adquiridos; ao pagamento de seguros e inspeções de armazenagem; ao desenvolvimento de estudos complementares com vistas ao processo de apreciação da retomada do empreendimento; estudos necessários ao licenciamento nuclear e ambiental, estruturação do planejamento e avaliações técnico-comerciais para definição do escopo e dos requisitos técnicos para serviços e suprimentos necessários ao empreendimento, aquisição de softwares e equipamentos específicos e à remuneração de pessoal próprio, associados a estas tarefas. Foi concluída, em dezembro, a execução das atividades de obras civis ligadas ao Plano de Recuperação de Áreas Degradadas –PRAD.

Os valores alocados na LOA, destinados à manutenção do canteiro e à preservação dos equipamentos, são acompanhados do ponto-de-vista de sua realização orçamentária.



### 2.3.2.4 Ação 5E88 – Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3 (RJ).

Tabela 9 – Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	Projeto
<b>Finalidade</b>	Ampliar a oferta de energia elétrica em cerca de 11.000 GWh/ano para o sistema interligado nacional, aumentando a confiabilidade do atendimento à denominada Área Rio (Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo), garantindo a consistência econômica do ciclo de combustível nuclear e com impacto positivo sobre a macro região de Angra dos Reis, sob os aspectos econômico e sócio-ambiental.
<b>Descrição</b>	Construção da Usina Termonuclear de Angra III, englobando as etapas de projeto, obtenção de licenças, atividades preparatórias, aquisição de equipamentos, montagem e comissionamento.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Eletronuclear S.A.
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Marcelo Gomes da Silva
<b>Unidades executoras</b>	Diretoria Executiva da Eletronuclear
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Diretoria Executiva da Eletronuclear
<b>Competências institucionais para a execução da ação</b>	Diretoria Executiva da Eletronuclear e Superintendência de Gerenciamento de Empreendimentos – SG.T

Tabela 10 – Metas e resultados da ação no exercício

<b>META</b>	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO</b> %
Financeira	115.668.371	4.588.453	3,97%
Física	%	%	-





## Resultados

Obra não iniciada, aguardando autorização governamental para retomada. Ao final do exercício de 2008, as atividades concentravam-se em:

### Renegociação dos Contratos com Fornecedores Nacionais

- Em andamento a elaboração de documentação Técnica e Comercial de Contratos;
- Preparação dos Editais dos Contratos de Fornecimentos Críticos Nacionais;
- Consolidação da documentação para subsidiar a contratação da Montagem Eletromecânica;
- Preparação do Edital para Licitação de Owner's Engineering.

### Estruturação e Implantação do Sistema de Planejamento

- Definição dos Quantitativos para Escopo Importado;
- Estabelecimento dos Critérios de Medição do Progresso para Montagem;
- Coordenação do levantamento dos Quantitativos de Montagem Eletromecânica por Disciplina.

## 2.3.2 Programa 0807 – Investimento das Empresas Estatais em Infra-estrutura de Apoio

*Tabela 11 – Dados gerais do programa*

<b>Tipo de programa</b>	Apoio Administrativo
<b>Objetivo geral</b>	Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional.
<b>Objetivos específicos</b>	Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional.
<b>Gerente do programa</b>	N.D.
<b>Gerente executivo</b>	N.D.
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	N.D.
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	N.D.
<b>Público - alvo (beneficiários)</b>	Governo



### 2.3.2.1 Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Tabela 12 – Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários
<b>Descrição</b>	Realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Eletronuclear S.A. - ELETROBRÁS
<b>Unidades executoras</b>	Não definida no SIGPlan
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Não há coordenador vinculado
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Não definida no SIGPlan
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Não há coordenador vinculado

Tabela 13 – Metas e resultados da ação no exercício

<b>META</b>	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO</b> %
Financeira	2.500.000	676.656	27,07%
Física	N.A.	N.A.	-



### 2.3.2.2 Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Tabela 14 – Dados gerais da ação

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Realizar despesas com manutenção e adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.
<b>Descrição</b>	Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Não há coordenador vinculado
<b>Unidades executoras</b>	Não definida no SIGPlan
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</b>	Não definida no SIGPlan
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Não há coordenador vinculado

Tabela 15 – Metas e resultados da ação no exercício

<b>META</b>	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO</b> %
Financeira	10.274.064	10.180.954	99,09%
Física	N.A.	N.A.	-



## 2.4 Desempenho operacional

### Indicadores

A) Ação 4477– Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e Angra 2 (RJ).

A Ação 4477 é avaliada no âmbito do PPA 2008-2011, em termos de sua realização orçamentária, a partir do valor estipulado na Lei Orçamentária Anual – LOA.

No âmbito deste PPA, as ações referentes à manutenção de sistemas de geração não apresentam progresso físico, uma vez que se referem a programas contínuos de manutenção/melhoria dos padrões operacionais, ambientais e de segurança para a geração de energia elétrica.

Não obstante, para efeito da gestão interna de seus processos operacionais, a Eletronuclear dispõe de um conjunto de indicadores cujo uso é consagrado pela experiência da indústria nuclear internacional e cujas metas de realização associadas refletem a tendência das usinas nucleares de melhor desempenho em anos anteriores. Os principais indicadores utilizados são:

- **1 - Fator de Disponibilidade:**

A – Utilidade: Indicar a disponibilidade de suprimento de energia das usinas da ELETRONUCLEAR ou seja sua capacidade de atender o sistema elétrico.

B – Tipo: Eficiência

C – Meta ETN:  $\geq 79,27$

D – Fórmula de cálculo:

Indicador:  $\frac{\text{Energia de Referência} - \text{Perdas}}{\text{Energia de Referência}} \times 100$

Indicador para a Central:  $(\text{Angra 1} \times 0,3274) + (\text{Angra 2} \times 0,6726)$

E – Método de aferição: Apuração mensal através de medições



F – Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria de Operação – DO

G – Resultado do indicador no exercício.

Fator de Disponibilidade da Central (%)

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acu	78,98	80,27	80,60	83,14	81,54	79,96	82,80	83,17	84,15	85,19	85,32	85,98

Indicador:  $(\text{Angra 1} \times 0,3274) + (\text{Angra 2} \times 0,6726)$

H – Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Disfunção ocorrida no mês de janeiro devido a duas reduções de carga.

Ver Gestão das Ações - item 4.1.1.3.1.2 – Resultados

I – Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Equipamento reparado com sucesso.

Responsável : Diretoria de Operação – DO

Ver Gestão das Ações - item 4.1.1.3.1.2 – Resultados

Os principais indicadores utilizados são:

- **2 - Fator de Perda de Disponibilidade não Planejada**

A – Utilidade: contabiliza perdas forçadas (não planejadas) na geração de energia

B – Tipo: Eficiência

C – Meta ETN: Angra 1 e Angra 2  $\leq 1,37$

D – Fórmula de cálculo:

Indicador:  $\frac{\text{Perda de Geração de Energia não Planejada no Período}}{\text{Máx. Quantidade de Energia Possível Gerada no Período}}$

E – Método de aferição: Apuração mensal através de medições



E – Área responsável pelo cálculo e/ou medição  
Diretoria de Operação - DO

G – Resultado do indicador no exercício.

Angra 1: Fator de Perda de Disponibilidade não Planejada (%)

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men	9,84	0,00	0,00	8,40	37,90	0,00	0,00	0,00	0,00	5,16	5,46	0,00
Acu.	17,82	15,46	14,64	15,33	18,54	18,54	11,90	11,15	8,17	5,17	5,62	5,62

Angra 2 : Fator de Perda Disponibilidade não Planejada (%)

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men	2,03	0,00	0,00	0,00	0,00	30,00	0,00	1,43	0,00	0,00	0,00	0,00
Acu.	7,05	7,03	7,03	4,13	1,67	4,03	4,03	4,15	4,15	4,14	3,73	2,75

H – Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Disfunções ocorridas em Angra 1 nos meses de: em janeiro para reparo na válvula HV-1301; em abril ocorreu desarme da unidade; em maio ocorreu uma parada da unidade entre os dias 01/05 a 13/05 com subida de carga após manutenção da Bomba BRR 2; em outubro redução e subida de carga após manutenção na caixa 3 do condensador; e no mês de novembro ocorreu desarme manual do reator e subida de carga.

Disfunções ocorridas em Angra 2 nos meses de: em janeiro, a Usina foi desligada manualmente em 29/12/07 para troca do selo da JEB 20 AP001 e sincronizada às 15:05 minutos de 01/01/2008; em junho, a unidade retornou da Parada 2P6 em 23/06/2008, com atraso de 9 dias, tendo como principal motivo, a necessidade não planejada de substituição dos anéis de selagem do Gerador Principal; em agosto ocorreu o desarme do reator devido ao fechamento da válvula de Vapor Principal LBA 40 AA002 durante a execução do teste 1-JRM 44.1 do Sistema de Proteção do Reator e desarme manual da Turbina devido a falha no controle da Turbina.

Ver Gestão das Ações - item 4.1.1.3.1.2 – Resultados

I – Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Ver Gestão das Ações - item 4.1.1.3.1.2 – Resultados



- **3 - Desligamentos Automáticos não planejados por 7000H críticas:**

A – Utilidade: Acompanhar os desligamentos forçados ocorridos com o reator em operação

B – Tipo: Eficácia

C – Meta ETN: Angra 1  $\leq 0$   
Angra 2 e Central = 0

D – Fórmula de cálculo:

Indicador:  $\frac{\text{Número de Desligamentos} \times 7000\text{h}}{\text{N}^\circ \text{ de horas com o Reator Crítico}}$

E – Método de aferição: Apuração mensal a partir de medições

F – Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria de Operação – DO

G – Resultado do indicador no exercício.

**Desligamentos Automáticos não Planejados por 7.000 H Críticas da Central**

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acu.	1,02	0,99	1,02	2,03	2,08	2,07	1,55	1,95	1,43	1,41	1,41	1,41

Indicador: (Angra 1 x número de horas do reator crítico em Angra 1 nos últimos 12 meses)

Angra 2 x número do reator crítico nos últimos 12 meses + número do reator crítico em Angra 2 nos últimos 12meses)

**Desligamentos Automáticos não Planejados por 7.000 H Críticas de Angra 1**

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acu.	1,17	1,11	1,24	3,99	4,20	3,69	3,26	3,24	2,07	1,99	2,00	2,00

Indicador:  $\frac{\text{Número de Desligamentos nos últimos 12 meses} \times 7000\text{h}}{\text{N}^\circ \text{ de horas com o Reator Crítico nos últimos 12 meses}}$

**Desligamentos Automáticos não Planejados por 7.000 H Críticas de Angra 2**

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acu.	0,92	0,91	0,87	0,82	0,83	0,89	0,00	0,89	0,89	0,89	0,89	0,88

Indicador:  $\frac{\text{Número de Desligamentos} \times 7000\text{h}}{\text{N}^\circ \text{ de horas Críticas no período}}$

H – Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

As disfunções ao longo do exercício nas Unidades de Angra 1 e Angra 2 ocorreram em função dos desarmes manual e automático do Reator.



Ver Gestão das Ações - item 4.1.1.3.1.2 – Resultados

I – Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Ver Gestão das Ações - item 4.1.1.3.1.2 – Resultados

• **4 - Performance dos Sistemas de Injeção de Segurança (SIS) – Alta Pressão – Angra 1:**

A – Utilidade: Acompanhar a disponibilidade do SIS, sistema importante para a segurança de Angra 1

B – Tipo: Efetividade

C – Meta ETN:  $\leq 0,0005$

D – Fórmula de cálculo:

Indicador:  $\frac{\text{Número de horas de indisponibilidade do SIS}}{\text{N}^\circ \text{ de horas com Reator Crítico} \times \text{N}^\circ \text{ de Trens}}$

E – Método de aferição: Contagem direta das horas paradas do SIS

F – Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria de Operação – DO

G – Resultado do indicador no exercício.

Performance dos Sistemas de Segurança SIS - Alta Pressão – Angra 1

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Indicador:  $\frac{\text{Número de horas de indisponibilidade de SIS}}{\text{N}^\circ \text{ de horas com Reator Crítico} \times \text{N}^\circ \text{ de Trens}}$

H – Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Não houve disfunções





- I – Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Não houve disfunções

• **5 - Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação Auxiliar (AAA) – Angra 1:**

- A – Utilidade: Acompanhar a disponibilidade do AAA, sistema importante para a segurança de Angra 1.

B – Tipo: Efetividade

C – Meta ETN:  $\leq 0,0005$

D – Fórmula de cálculo:

Indicador: 
$$\frac{\text{Número de horas de indisponibilidade do AAA}}{\text{N}^\circ \text{ de horas com Sistema requerido} \times \text{N}^\circ \text{ de Trens}}$$

E – Método de aferição: Contagem direta das horas paradas do AAA

F – Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria de Operação – DO

G – Resultado do indicador no exercício.

Performance dos Sistemas de Segurança AAA - Angra1

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Indicador: 
$$\frac{\text{Número de horas de indisponibilidade do AAA}}{\text{N}^\circ \text{ de horas com Sistema requerido} \times \text{N}^\circ \text{ de trens}}$$

- H – Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Não houve disfunções



- I – Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Não houve disfunções

• **6 - Performance dos Sistemas de Segurança do Grupo Gerador Diesel (GGD) – Angra 1 e Angra2**

- A – Utilidade: Acompanhar a disponibilidade do GGD, sistema importante para a segurança de Angra 1.

B – Tipo: Efetividade

C – Meta ETN: Angra 1  $\leq 0,0005$  - Angra 2  $\leq 0,003$

D – Fórmula de cálculo:

Indicador:  $\frac{\text{Número de horas de indisponibilidade do GGD}}{\text{N}^\circ \text{ de horas com Sistema requerido} \times \text{N}^\circ \text{ de Trens}}$

E – Método de aferição: Contagem direta das horas paradas do GGD e posterior cálculo

F – Área responsável pelo cálculo e/ou medição  
Diretoria de Operação - DO

G – Resultado do indicador no exercício.

Performance dos Sistemas de Segurança Gerador Diesel – Angra 1

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men	0,00	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Indicador:  $\frac{\text{Número de horas de indisponibilidade do GGD}}{\text{N}^\circ \text{ de horas do Sistema requerido} \times \text{N}^\circ \text{ de trens}}$

Performance dos Sistemas de Segurança Gerador Diesel 4,16 kV – Angra 2

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,004	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Indicador:  $\frac{\text{Número de horas de indisponibilidade do GGD}}{\text{N}^\circ \text{ de horas com Sistema Requerido} \times \text{N}^\circ \text{ de trens}}$



H – Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Disfunção no mês de outubro foi devida ao isolamento da Bomba QKA41AP001 que apresentava alta vibração, ficando inoperante durante 13 horas.

I – Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Equipamento reparado com sucesso.

Responsável: Diretoria de Operação – DO

• **7 - Performance dos Sistemas de Segurança de Injeção de Alta Pressão (JND) - Angra 2 :**

A – Utilidade: Acompanhar a disponibilidade do JND, sistema importante para a segurança de Angra 2

B – Tipo: Efetividade

C – Meta ETN:  $\leq 0,001$

D – Fórmula de cálculo:

Indicador:  $\frac{\text{Número de horas de indisponibilidade do JND}}{\text{N}^\circ \text{ de horas com Reator Crítico} \times \text{N}^\circ \text{ de Trens}}$

E – Método de aferição: Contagem direta das horas paradas do JND e posterior cálculo

F – Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria de Operação – DO

G – Resultado do indicador no exercício.

Performance dos Sistemas de Segurança JND - Alta Pressão

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,004	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Indicador:  $\frac{\text{Número de horas de indisponibilidade do JND}}{\text{N}^\circ \text{ de horas com Sistema Requerido} \times \text{N}^\circ \text{ de Trens}}$



H – Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Não houve disfunções

I – Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Não houve disfunções

**• 8 - Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação de Emergência (LAR) - Angra 2 :**

A – Utilidade: Acompanhar a disponibilidade do LAR, sistema importante para a segurança de Angra 2

B – Tipo: Efetividade

C – Meta ETN:  $\leq 0,001$

D – Fórmula de cálculo:

Indicador:  $\frac{\text{Número de horas de indisponibilidade do LAR}}{\text{N}^\circ \text{ de horas com Sistema Requerido} \times \text{N}^\circ \text{ de trens}}$

E – Método de aferição: Contagem direta das horas paradas do LAR e posterior cálculo

F – Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria de Operação – DO

G – Resultado do indicador no exercício.

Performance dos Sistemas de Segurança LAR

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Indicador:  $\frac{\text{Número de horas de indisponibilidade do LAR}}{\text{N}^\circ \text{ de horas com Sistema Requerido} \times \text{N}^\circ \text{ de trens}}$



H – Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Não houve disfunções

I – Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Não houve disfunções

• **9 - Acidentes Industriais com Perda de Tempo por 200.000HH Trabalhadas**

A – Utilidade: Indicador padrão da Indústria Nuclear para acompanhamento da segurança industrial.

B – Tipo: Efetividade

C – Meta ETN:  $\leq 0,18$

D – Fórmula de cálculo:

Indicador: 
$$\frac{\text{N}^\circ \text{ acidentes c/perda de tempo na Área Protegida} \times 200.000\text{HH}}{\text{N}^\circ \text{ HH Trabalhadas na Área Protegida}}$$

E – Método de aferição: Medição mensal e cálculo

F – Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria de Operação  
– DO

G – Resultado do indicador no exercício.

Acidentes Industriais com Perda de Tempo Por 200.000 HH Trabalhadas

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Indicador: 
$$\frac{\text{N}^\circ \text{ acidentes c/perda de tempo na Área Protegida nos últimos 12 meses} \times 200.000 \text{ HH trabalhadas}}{\text{N}^\circ \text{ HH Trabalhadas na Área Protegida nos últimos 12 meses}}$$

H – Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Não houve disfunções



I – Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Não houve disfunções

• **10 - Exposição Coletiva à Radiação (HSv)**

A – Utilidade: Indicador padrão da Indústria Nuclear que visa medir a dose total de exposição à radiação dos trabalhadores das usinas

B – Tipo: Efetividade

C – Meta ETN:  $\leq 3,34$

D – Fórmula de cálculo:

Indicador: É o total de Homem – Sieverts contabilizados no período

E – Método de aferição: Medida direta

F – Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria de Operação – DO

G – Resultado do indicador no exercício.

Exposição Coletiva à Radiação (HSv)

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acu.	1,857	1,489	1,759	2,177	2,281	1,924	1,586	1,563	1,537	1,508	1,491	1,473

Indicador Angra 1 + Indicador Angra 2

H – Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Não houve disfunções

I – Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Não houve disfunções



• **11 - Confiabilidade do Combustível ( $\mu$  Ci/g) (Angra 2):**

A – Utilidade: Acompanhar a confiabilidade do combustível na geração de energia

B – Tipo: Eficiência

C – Meta ETN:  $\leq 5,0E-04$

D – Fórmula de cálculo:

$$\left[ J1 \times \left( 0.047619 + \frac{J3}{0.000021} \right) - 0.0318 \times J2 \left( 0.916667 + \frac{J3}{0.00024} \right) \right] \times \left[ \left( \frac{Ln}{J5} \right) \left( \frac{100}{J4} \right) \right]$$

J1 = Iodo 131 ( $\mu$  Curie/g)

J2 = Iodo 134 ( $\mu$  Curie/g)

J3 = Constante de Taxa de Purificação

J4 = Nível de Potência (%)

J5 = Taxa Linear de Geração de Calor (kW/foot)

Ln = 5.5 kW/foot

D – Método de aferição: Através de medições e cálculos mensais

E – Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria de Operação – DO

F – Resultado do indicador no exercício.

Confiabilidade do Combustível ( $\mu$  Ci/g)

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
ICC	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

G – Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Não houve disfunções

H – Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Não houve disfunções



• **12 - Indicador Químico:**

Estabelecido por Usina e relacionado às grandezas químicas do processo que se deseja monitorar, indicando se existe ou não risco de alguma deterioração das linhas e equipamentos, se superior a 1 (um).

A – Utilidade: Indica a existência ou não de risco de alguma deterioração das linhas e equipamentos, se superior a 1 (um).

B – Tipo: Efetividade

C – Meta ETN: Angra 1 = 1,001  
Angra 2 ≤ 1,001

D – Fórmula de cálculo:

Angra 1:

$$(Na)_{GV} / VL_{Na} + Cl)_{GV} / VL_{Cl} + SO_4)_{GV} / VL_{SO_4} + Fe)_{AAP} / VL_{Fe} + Cu)_{AAP} / VL_{Cu}$$

Angra 2:

$$(Na)_{GV} / VL_{Na} + Cl)_{GV} / VL_{Cl} + SO_4)_{GV} / VL_{SO_4} + CC)_{GV} / VL_{CC} + Fe)_{AAP} / VL_{Fe} + O_2)_{AAP} / VL_{O_2}$$

VLx = Valor limite para cada parâmetro  
GV = Gerador de vapor  
AAP = Água de Alimentação Principal  
CC = Condutividade Catiônica

E – Método de aferição: Medições mensais e cálculos

F – Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria de Operação – DO

G – Resultado do indicador no exercício.

Indicador Químico – Angra 1

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men	1,04	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,01	1,00	1,00
Med	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,01	1,01	1,00

Indicador Químico – Angra 2

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Acu.	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00





H – Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

A disfunção no mês de outubro na Unidade de Angra 1, foi devido a um vazamento encontrado em um dos tubos da caixa 3 do condensado.

I – Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Equipamento reparado com sucesso.

Responsável: Diretoria de Operação – DO

• **13 - Energia Bruta Gerada – EBG (GWh):**

A – Utilidade: Medir a quantidade de energia produzida pela geração das usinas

B – Tipo: Eficiência

C – Fórmula de cálculo:

Indicador: Energia Bruta no Período

D – Método de aferição: Medição direta

E – Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria de Operação – DO

F – Resultado do indicador no exercício.

Produção de 14.004 GWh de energia bruta

G – Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Ver Gestão das Ações - item 4.1.1.3.1.2 – Resultados

H – Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Ver Gestão das Ações - item 4.1.1.3.1.2 – Resultados



- **14 - Volume de Rejeito Sólido Gerado (m<sup>3</sup>)**

A – Utilidade: Controlar e gerenciar os rejeitos gerados pelas usinas durante suas atividades de operação e manutenção

B – Tipo: Efetividade

C – Meta ETN:  $\leq 341,6$

D – Fórmula de cálculo:

Indicador: Contagem direta do volume de rejeito gerado

E – Método de aferição: Através de contagem direta do volume de rejeito gerado

F – Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria de Operação – DO

G – Resultado do indicador no exercício.

Volume de Rejeito Sólido (m<sup>3</sup>) – Central

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acu.	141,2	134,7	148,7	165,7	171,6	166,7	152,6	155,4	151,9	147,8	151,1	154,7

H – Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Não houve disfunções

I – Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Não houve disfunções

**B) Ação 1853 – Substituição de Grupo de Geradores de Vapor da Usina de Angra 1 (RJ).**

Esta ação é aferida pelo seu progresso físico já relatado no item específico



---

**C) Ação 6486 –Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina Termonuclear de Angra 3 (RJ).**

Esta ação é aferida qualitativamente na forma das iniciativas descritas no item específico

**D) Ação 5E88 – Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3**

Esta ação só terá progresso após a efetiva retomada das obras de Angra 3.

**E) Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.**

Esta ação é aferida pela sua realização orçamentária.

**F) Ação 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.**

Esta ação é aferida pela sua realização orçamentária

**G) Outros Indicadores de Gestão empresarial**

**H) Ouvidoria**

Com a Instrução Normativa 12.03, de 11 de dezembro de 2007, a Eletronuclear formalizou a Ouvidoria como uma função vinculada a Presidência, estabeleceu diretrizes de funcionamento e ampliou sua atuação com a finalidade de aproximar a Diretoria Executiva do corpo funcional, dos prestadores de serviço e da comunidade. Em 03/07/2008, em sua 882ª. Reunião a Diretoria Executiva aprovou, com vigência a partir de 1º. de julho de 2008, a nomeação da Ouvidoria da Eletronuclear.

**Indicadores**

Os principais indicadores de desempenho, utilizados pela Ouvidoria no período com destaque para Sistema Informatizado de Gestão, implantado no mês de setembro, sendo os dados dos meses anteriores apurados manualmente.



### **Análise Quantitativa**

No período da implantação da Ouvidoria até 31 de dezembro de 2008, foram recebidas 336 manifestações, das quais 329 soluções representaram um percentual de quase cem por cento de atendimento no período, conforme tabela abaixo:

<b>Total de Manifestações / Ano</b>	<b>Resolvidas</b>	<b>%</b>
336	329	97,92

### **Origem da demanda**

As 336 manifestações recebidas foram classificadas entre público interno e externo, o público externo representou 60% e o público interno 40%, conforme tabela abaixo:

<b>Total de Manifestações / Ano</b>	<b>Público Interno</b>	<b>Público Externo</b>
336	133 (39,58%)	203 (60,42%)



## I) Indicadores Contábeis

Abaixo quadro comparativo dos indicadores financeiros e econômicos:

INDICADORES	2008	2007
Liquidez Corrente	2,01	1,37
Liquidez Geral	0,43	0,43
Endividamento Total	0,48	0,45
Rentabilidade do Capital Próprio - %	-6,53	2,64
Margem Operacional Bruta - %	35,54	22,41
Margem Operacional do Serviço - %	26,28	14,13
Margem Operacional Líquida - %	-13,78	9,90
Taxa de Lucratividade Final - %	-19,17	9,25

## J) Outros Indicadores de Gestão

Em fase de implantação

### 2.4.1 Evolução de gastos gerais

Abaixo tabela comparativa contendo os principais gastos ocorridos ao longo dos últimos 3 anos

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	1.010.211,97	804.286,46	1.113.780,35
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	6.875.734,35	6.791.615,89	7.263.056,86
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	<b>177.038.303,63</b>	<b>190.022.740,76</b>	<b>177.932.536,62</b>
3.1. Publicidade	1.718.282,05	2.024.952,43	1.736.441,23
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	65.915.515,14	75.805.859,26	42.650.829,36
3.3. Tecnologia da informação	4.510.882,49	4.836.240,85	5.336.243,07
3.4. Outras Terceirizações	104.893.623,95	107.355.688,22	128.209.022,96
3.5. Suprimento de fundos	0,00	0,00	0,00
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAIS</b>	<b>184.924.249,95</b>	<b>197.618.643,11</b>	<b>186.309.373,83</b>

## 3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não se aplica.



---

#### **4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

Não se aplica.

#### **5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício.**

Vide tabela a seguir

Tipo *	Código Siasi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
1		ARS.P/009/06 - 09/03/07 a 08/03/09	Cooperação mútua cooperação entre o EID-BIG e a Eletronuclear compreendendo ações técnicas, educativas e de divulgação no âmbito do Projeto POMAR, de repovoamento marinho da Baía da Ilha Grande, que visam ao conhecimento, à preservação e à valorização dos ecossistemas da região da Baía da Ilha Grande, nas regiões de Angra dos Reis e Paraty, bem como melhoria da qualidade de vida das comunidades instaladas nessas regiões	03/04/2007	450.000,00	281.250,00		Instituto de Ecodesenvolvimento da Baía da Ilha Grande – IED-BIG	Convênio em vigor
1		GAR.A/001/07 - 17/09/07 a 16/03/08	Convênio visando a progredir nas ações que envolvam os valores culturais das comunidades rurais, caiçaras e quilombolas, das regiões circunvizinhas à Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAEA, beneficiadas pelo Programa Luz para Todos	11/10/2007	32.328,28		5.500,00	Instituto Silo Cultural	Convênio concluído.
1		ARS.P/001/07 - 01/09/07 a 31/07/08	Convênio de mútua cooperação entre a Eletronuclear e o Município de Paraty para a Execução da 4ª etapa do Projeto “Cantinho da Costura”, do Programa de Atendimento Integral à Família - PAIF da Secretaria de Estado de Ação e Cidadania	17/09/2007	56.725,00			Município de Paraty	Convênio encerrado por prazo. Pendência de prestação de contas
1		ARS.P/006/07 - 05/10/07 a 04/10/09	Convênio de mútua cooperação entre a Eletronuclear e a Associação Junior Achievement Rio de Janeiro para implementação de Projeto “Desenvolvendo o Espírito Empreendedor em Angra dos Reis e seu Entorno” colaborando para o desenvolvimento social, econômico e cultural da região de Angra dos Reis	11/10/2007	36.000,00	3.000,00		Associação Junior Achievement Rio de Janeiro	Convênio em vigor.
1		ARS.P/007/07 – 18/09/07 a 31/12/08	Convênio de mútua cooperação entre a Eletronuclear e a Confederação das Mulheres do Brasil - CMB para execução do Projeto Mulher Educar para Participar – Alfabetizar para uma Vida Melhor, de alfabetização de jovens e adultos, colaborando para o desenvolvimento social, econômico e cultural, bem como a promoção de ações de cidadania e de estímulo ao desenvolvimento comunitário da região do município de Rio Claro e seu entorno e Aditamento 01 - Prazo de vigência	31/07/2008	99.890,00	51.394,00	-	Confederação das Mulheres do Brasil	Convênio encerrado por prazo.
1		ARS.P-008/07 - 05/06/08 a 04/12/08	Cooperação mútua entre a Eletronuclear e a Fundação Eletronuclear de Assistência Médica - FEAM para a execução do projeto de implantação e manutenção de centro de informação sobre câncer e anomalias congênitas no município de Angra dos Reis, estado do Rio de Janeiro	11/06/2008	123.500,00	123.500,00	-	Fundação Eletronuclear de Assistência Médica - FEAM	Convênio concluído
1		ARS.P-009/07 - 20/12/07 a 19/06/08	Convênio de mútua cooperação entre a Eletronuclear e a Prefeitura Municipal de Paraty para execução de reforma e obras de ampliação de 112,44m2 do Posto de Saúde de Tarituba, criando melhores condições de atendimento médico para a população do município de Paraty e seu entorno	16/01/2008	146.298,83	23.297,60		Município de Paraty	Convênio encerrado por prazo.

Tipo *	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
1		ARS.P-010/07 - 20/12/07 a 19/06/08	Convênio de mútua cooperação entre a Eletronuclear e a Prefeitura Municipal de Paraty para compra de equipamentos e materiais a fim de implantar uma UTI Neonatal no Hospital Municipal São Pedro de Alcântara, proporcionando melhores condições de atendimento hospitalar para mães e bebês do município de Paraty e seu entorno	16/01/2008	96.618,00	19.323,60		Município de Paraty	Convênio encerrado por prazo. Pendência de prestação de contas.
1		ARS.P/011/07 + Aditamento 1 - 19/10/07 a 18/09/08	Convênio de mútua cooperação entre a Eletronuclear e o Centro Ativo de Programas Sociais – SEMEAR para execução do Projeto Malê de Alfabetização de Adultos com Qualificação em Confecção de Artesanato e Costura	19/09/2008	202.498,00	172.516,64	16.500,00	Centro Ativo de Programas Sociais – SEMEAR	Convênio concluído.
1		ARS.P-012/07 - 28/07/08 a 27/07/09	Mútua cooperação entre a Eletronuclear e o Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil, visando à melhoria operacional das unidades do Corpo de Bombeiros Militar, responsáveis pelo atendimento às localidades circunvizinhas à CNAAA	31/07/2008	140.000,00	80.000,00		Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil	Convênio em vigor
1		ARS.P-014/07 - 18/03/08 a 17/03/09	Execução de obras de reforma e ampliação da sede do ITAE, localizada no município de Paraty	20/03/2008	290.000,00	219.173,17		Instituto Tannus Assistencial e Educacional - ITAE e Município de Paraty	Convênio em vigor
1		ARS.P-020/07 - 24/11/07 a 23/11/09	Convênio de cooperação de natureza operacional para desenvolvimento de atividades educacionais	16/01/2008	5.709.969,48	2.968.413,52		Associação de Amigos da Cultura e do Esporte da Costa Verde Angra dos Reis e Paraty - AMIGOS	Convênio em vigor
1		ARS.P-007/08 - 15/10/08 a 14/04/10	Organização do acervo pessoal de Álvaro Alberto da Motta e Silva	17/10/2008	200.000,00	18.667,00		Fundação Getulio Vargas	Convênio em vigor
8		Termo de Cooperação ARS.P-002/08 – 22/10/08 a 21/10/13	Termo de cooperação visando estabelecer um programa de cooperação e intercâmbio científico e tecnológico para pesquisa e desenvolvimento de itens relacionados com rejeitos nucleares	10/11/2008	2.500.000,00			Fundação de Apoio à Física e à Química - FAFQ	Termo de Cooperação em vigor



Tipo *	Código Siasi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
1		Convênio GAR.A/CT-001/2005. assinado em 12/04/2005. Vigência: 36 meses a partir da assinatura. Aditamento 01: Assinado em 12/07/2005 – Alteração do Cronograma Físico e do Plano de Trabalho sem alterar o valor original do Convênio. Aditamento 02: Assinado em 10/04/2008 – Alteração da vigência para 60 meses, e alteração do cronograma de desembolso e do Plano de Trabalho sem alteração do valor do Convênio.	Participação financeira da ELETRONUCLEAR na execução, pelo Município, através da Secretaria Municipal de Defesa Civil, de obras de reforma, ampliação e construção civil das instalações da SEMDEC, aquisição de mobiliários e equipamentos nas áreas dos Distritos do Frade e do Perequê, a capacitação e treinamento de pessoal da SEMDEC, bem como a manutenção de equipamentos da SEMDEC, a serem realizadas, principalmente, nos 2º e 4º Distritos do Município de Angra dos Reis.	20/04/2005	1.800.000,00	300.000,00		Prefeitura Municipal de Angra dos Reis/Secretaria Municipal de Defesa Civil/Semdec – Cnpj: 29.172.467/0001-09	Convênio em vigor
1		Convênio GAR.A/CT-002/2005 assinado em 12/04/2005. Vigência: 36 meses a partir da assinatura. Aditamento 1: Assinado em 25/10/2005 – Alteração do Cronograma de Desembolso, sem alterar o valor original do Convênio.	Mútua cooperação entre a ELETRONUCLEAR e o ESTADO/SEDEC, para apoio ao Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ, para atividades de pronta resposta do CBMERJ ao Plano de Emergência Externo à Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAB	20/04/2005	1.800.000,00	12.737,50		Estado do Rio de Janeiro/Secretaria Estadual de Defesa Civil/Cbmerj – Cnpj: 29.176.998/0004-41	Convênio encerrado apresentando um saldo financeiro de R\$ 814.319,91, em virtude da não realização de todas as ações previstas, por motivos alheios à vontade das partes.



## 6. Previdência Complementar Patrocinada

### a) Identificação das entidades de Previdência Complementar

- Fundação Real Grandeza – FRG – CNPJ 34269803/0001-68
- Instituto de Seguridade – NÚCLEOS – CNPJ 30022727/0001-30

### b) Demonstrativo anual

Na qualidade de patrocinadora, a ELETRONUCLEAR contribuiu com parcelas mensais proporcionais a todos os empregados participantes, conforme apresentado no quadro a seguir:

Participação em Entidades de Previdência Privada 2008

(Valores em R\$ mil)

Mês	Patrocinadoras				Participantes		Total
	NÚCLEOS		FRG		NÚCLEOS	FRG	
	Quant. Func.	Valor	Quant. Func.	Valor			
Jan	1.253	888,0	784	867,6	346,7	535,1	2.637,4
Fev	1.261	807,4	781	773,3	320,0	478,6	2.379,3
Mar	1.261	820,3	779	754,0	327,5	464,3	2.366,1
Abr	1.259	844,0	779	804,3	340,4	496,9	2.485,6
Mai	1.263	818,7	778	759,9	331,1	466,8	2.376,5
Jun	1.253	870,9	777	812,2	352,5	500,2	2.535,8
Jul	1.251	1.071,6	777	969,1	424,8	595,7	3.061,2
Ago	1.254	837,7	775	773,0	334,5	477,2	2.422,4
Set	1.262	879,3	775	798,0	350,0	494,0	2.521,3
Out	1.268	861,2	774	787,3	347,9	485,3	2.481,7
Nov	1.267	903,2	774	829,8	364,0	512,8	2.609,8
Dez	1.280	1.881,2	774	800,7	746,9	1.075,5	4.450,3
<b>Total</b>	-	<b>11.483,5</b>	-	<b>9.729,2</b>	<b>4.586,3</b>	<b>6.582,3</b>	<b>32.381,3</b>
<b>Valor Total da Patrocinadora</b>				<b>21.212,7</b>			
<b>Valor Total dos Participantes</b>				<b>11.168,6</b>			

Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições.

Não se aplica

Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal.

Não se aplica

Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar.

Não se aplica



Parecer da auditoria independente :

**Nucleos** : Vide Anexo

**FRG** : Vide Anexo

c) Em caso de descumprimento dos limites fixados em lei para o repasse de recursos pela patrocinadora, informar quais providências que estão sendo adotadas para a adequação.

Não se aplica.

d) Discriminar listagem dos recursos humanos e patrimoniais cedidos pela patrocinadora à patrocinada, destacando como foi formalizada esta cessão.

Entidade cessionária: Fundação Real Grandeza (sem ônus)

Empregado: Celso Antônio Guimarães

Matricula: 5002460-1

Período da cessão: 01/12/2007 a 30/11/2010

Resolução de Diretoria Executiva – RDE 854.002/07

e) Discriminar as dívidas existentes entre a patrocinadora e a patrocinada e a situação destas operações quanto à regularidade formal e a adimplência.

A ELETRONUCLEAR possui dívida atuarial com a Fundação Real Grandeza, devidamente negociada, e vem cumprindo rigorosamente os prazos contratuais de pagamento, sem registro de inadimplência.

CONTRATO	C F	MOEDA	P R I N C I P A L			TOTAL NA MOEDA
			CURTO PRAZO		LGO. PRAZO	
			VENC.	A VENCER	A VENCER	
FD. REAL GRANDEZA	0	R\$	0,00	19.603.970,84	66.155.962,04	85.759.932,88
FD. REAL GRAND-C. 02	0	R\$	0,00	4.854.871,61	35.896.372,92	40.751.244,53

f) Destacar as ações executadas no exercício com vistas à supervisão sistemática das atividades da entidade fechada, de conformidade com o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

No exercício de 2008 a Auditoria Interna de ELETRONUCLEAR - AI.CA, realizou conforme previsto no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT/2008, auditoria na Fundação Real Grandeza de Previdência Privada, originando o Relatório de Auditoria nº. 10, de 29/10/2008.

## 7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não se aplica



#### **8. Renúncia Tributária**

Não aplicável. A empresa não beneficia instituições por renúncia tributária.

#### **9. Declaração sobre a regularidade dos benefícios diretos de renúncia**

Não se aplica.

#### **10. Operações de fundos**

Não aplicável. A empresa não realiza operações de fundos.

#### **11. Despesas com cartão de crédito**

Não se aplica, a empresa não faz uso de cartão de crédito.



**12 - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008)**

**Vide folhas a seguir**

ANEXO IV - PLANO DE PROVIDÊNCIAS  
Exercício 2007

AUDITORIA INTERNA DA ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S/A – ELETRONUCLEAR  
UJ: 910.847  
Relatório nº : 208.144 –CGU/RJ, DE 04/07/2008

ITENS DO DEMONSTRATIVO DAS CONSTATAÇÕES  
3.3 CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS  
3.3.1 ASSUNTO – FORMALIZAÇÃO LEGAL

3.3.1.1 INFORMAÇÃO: (009) ARS.P

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO

Apesar de estar a empresa acompanhando o andamento do convênio, as informações manifestadas não elidiram as impropriedades encontradas, haja vista a inexistência de prestação de contas.

Recomendação 001:

Atuar junto à Prefeitura Municipal de Paraty, no sentido de elaborar a prestação de contas do convênio.

Posicionamento do Gestor em Relação à Recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

( 3 ) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

Providências a serem Implementadas

- a) A recomendação já foi atendida, uma vez que esta etapa já foi realizada desde a época da própria auditoria da CGU, conforme comprovada através do envio pela Eletronuclear a CGU do Ofício P-298/08 de 20/06/08 (anexo), cujo anexo COI-ARS.P-069/08 de 17/06/2008 comprova no seu item 2 a evidência objetiva do cumprimento da etapa, ou seja, a Eletronuclear recebeu da Prefeitura Municipal de Paraty em 24/02/08 a carta SEPCOG nº 010/2008 (datada de 28/01/08), reencaminhando a Prestação de Contas do convênio.
- b) O Ofício P-298/08 de 20/06/08 (anexo) foi incluído no Relatório CGU nº 208144, vide Manifestação da Unidade Examinada, página 14, porém este item específico não foi levado em consideração pela equipe de auditoria da CGU.

Prazo limite de implementação da etapa 1: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Prazo limite de implementação da etapa 2: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Obs.: Não há previsão de prazo para implementação da recomendação devido a etapa já ter sido implementada.

Recomendação 002:

Providenciar a apuração de responsabilidades pelos fatos que ocorreram na execução do convênio, no âmbito da Eletronuclear.



**Posicionamento do Gestor em Relação à Recomendação:** assinale abaixo o nº. correspondente ao posicionamento

( 3 )      (1) Concordo      (2) Concordo parcialmente      (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

**Providências a serem Implementadas**

A recomendação já foi atendida pelos seguintes motivos e fatos:

- a) A execução do escopo de convênio foi cumprida;
- b) As prestações de contas foram efetuadas pelo conveniado Prefeitura Municipal de Paraty;
- c) Resgatando o histórico das ocorrências do processo, reafirmamos que as citadas prestações de contas foram efetuadas erradas, inicialmente, devido a conterem documentos de despesas com 2 (dois) logradouros, enquanto o convênio só possuía em seu escopo a pavimentação de um deles. O conveniado, Prefeitura Municipal de Paraty, equivocou-se ao encaminhar a documentação da prestação de contas. A conveniada justificou que quando realizou o seu processo de licitação para as obras, incluiu no mesmo processo as duas obras dos logradouros: Estrada de São Roque (constante do escopo do Convênio ARS.P – 006/06) e Rua José do Patrocínio (não constante do escopo do convenio), porém esse processo é de responsabilidade da conveniada. Em etapa posterior, a conveniada enviou erroneamente, em forma de prestação de contas, a documentação das 2 obras, para a concedente, Eletronuclear. Tal documentação foi devolvida a Prefeitura e solicitado a correção do processo e posteriormente pedido para reencaminhamento para análise e liberação.
- d) Cabe ressaltar que as etapas de conclusão do escopo tiveram atraso nas obras por problemas da conveniada, Prefeitura Municipal de Paraty, e não por problemas da concedente, Eletronuclear;
- e) A concedente, Eletronuclear, não repassou parte dos recursos, ou seja, a parcela devida do convênio, na época, devido o escopo ainda não ter sido concluído;
- f) Após ter sido concluído o escopo do convênio, o que ocorreu numa data após a data final de vigência do convênio, a concedente, Eletronuclear, continuou sem repassar os recursos devido não ter respaldo contratual para tal;
- g) Após a exposição de motivos e fatos acima, consideramos que não há o que apurar, no tocante as responsabilidades dos fatos ocorridos, pois todos os procedimentos foram executados de acordo com as normas e preceitos legais que regem tal processo.


**Prazo limite de Implementação da etapa 1:**      \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**Prazo limite de Implementação da etapa 2:**      \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Obs.: Não há previsão de prazo para implementar a recomendação devido a etapa já ter sido implementada.

**DIRIGENTE MÁXIMO DA UJ responsável das contas**

Nome e Cargo



Othon L. P. da Silva  
Diretor-Presidente



### 13 – Determinações e recomendações do TCU (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008)

#### 1- Resumo das Determinações do Tribunal de Contas da União Posição em 31.12.2008

1 – ELETRONUCLEAR – RESUMO – DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO		
PROCESSO	DETERMINAÇÃO EFETUADA	POSIÇÃO EM 31/12/2008
006.179/2005-4	<b>Decisão Sigilosa nº. 1.685/2002 – TCU Plenário de 14/12/2002</b>  Exame do Processo de levantamento de Auditoria no PT nº 25.752.0296.6486.0033 Usina Termonuclear Angra III	<b>SITUAÇÃO</b>
	“8.3. Determinar à Eletronuclear, com fulcro no art.43, inciso II, da Lei nº 8.443/92 c/c art. 194 , inciso II, do Regimento que:  8.3.1- faça constar aditamento contratual que eventualmente venha a ser celebrado com vistas à retomada de obras o estabelecimento de preços unitários compatíveis com os praticados atualmente no mercado e a objetiva fixação de prazos para a execução do objeto contratado; e  8.3.2- encaminhe ao TCU, para exame , cópia do aditamento contratual a ser celebrado caso de prosseguimento das obras.”	A retomada do empreendimento de Angra III foi autorizada pelo CNPE. A ELETRONUCLEAR aguarda a liberação final pelo Governo Federal.
010.423/2003-5	<b>Acórdão nº. 2.880/2004 – TCU Primeira Câmara de 23/11/2004</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
	1.1.1.2 – aperfeiçoe os dispositivos contidos na RDE 653.003/03, aprovada pela Diretoria Executiva da ETN em 8/9/2003, no intuito de definir critérios suficientes para realização da classificação dos interessados (empregados e não empregados da ETN) em ocupar as residências funcionais, em observância aos princípios da isonomia e da publicidade;	Conforme e-mail da ART.A, de 19/03/2008, “tendo em vista que os sindicatos não se pronunciaram a respeito das sugestões a serem analisadas pela empresa, relativas à normatização dos procedimentos para distribuição das casas de sua propriedade nas vilas residenciais, consideramos este assunto encerrado, liberando esta GOM.G para ultimar as providências cabíveis”.  Conforme e-mail da SH.A, de 19/03/2008, “o assunto está no âmbito da GOM.G”.
018.129/2004-7	<b>Acórdão nº 847/2007 – TCU Plenário de 16/05/2007</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
	Determinações à SECEX/RJ: 1.1 que seja dada a continuidade ao monitoramento após o novo prazo ora estabelecido, qual seja, 15/03/2008; (Processo de substituição de servidores terceirizados que exercem atividades relativas a cargos previstos no Plano de Cargos e Salários da empresa)	TCU emitiu Acórdão nº 582/2008 – Plenário em 09/04/2008.





## 1 – ELETRONUCLEAR – RESUMO – DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

PROCESSO	DETERMINAÇÃO EFETUADA	POSIÇÃO EM 31/12/2008
008.968/2007-0	<b>Acórdão nº 1884/2007 – TCU Plenário de 12/09/2007</b>	<b><u>SITUAÇÃO</u></b>
	9.1. determinar à Eletrobrás Termonuclear S.A. que adote medidas com o objetivo de aperfeiçoar seus controles internos de forma a evitar a prestação incompleta e/ou incorreta de informações, em vista do disposto nos arts. 42 e 87 da Lei 8.443/92, c/c o art. 208 do Regimento Interno - TCU, o que poderá implicar na aplicação ao responsável do previsto no inciso IV do art. 58 da referida lei;	A ELETRONUCLEAR contratou atualização do Sistema SAP/R3 o qual irá aperfeiçoar os controles internos.
012.449/2005-7	<b>Acórdão nº 1890/2007 - TCU Plenário de 12/09/2007</b>	<b><u>SITUAÇÃO</u></b>
	9.5. determinar à Eletronuclear que, ao adquirir equipamentos de relativa complexidade técnica, avalie a possibilidade de utilizar o tipo técnica e preço, na modalidade de licitação adequada, a fim de que seja estabelecido um critério de pontuação que minimize a possibilidade de adquirir produtos de baixa qualidade, sem perder de vista a economicidade da compra e a competitividade do certame;	As áreas de contratação estão cientes de tal determinação.
22.849/2006-0	<b>Acórdão nº 1891/2007 - TCU Plenário de 12/09/2007</b>	<b><u>SITUAÇÃO</u></b>
	9.3.2. determinar à Secex/RJ que: 9.3.2.1. realize diligência à Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear para que, no prazo de quinze dias, a empresa informe a este Tribunal se efetua repasses financeiros, a qualquer título, em favor da CAEFE e, em caso positivo, relacione os valores e datas dos repasses, de julho de 2000 até a presente data, bem como o fundamento legal para tais transferências;	O TCU encaminhou, em 30/10/07, Ofício nº 1912/07, de 02/10/07, solicitando esclarecimentos a respeito de repasses financeiros, em favor da CAEFE. Respondido pela ETN através da correspondência P-498/07, de 05/11/07.
010.417/2006-2	<b>Acórdão nº 2555/2007 - TCU Plenário de 28/11/2007</b>	<b><u>SITUAÇÃO</u></b>
	9.2. determinar à Eletrobras Termonuclear S/A - Eletronuclear, com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno/TCU, que:  9.2.1. em futuras licitações de obras, como na retomada do projeto da Usina de Angra III, elabore projeto básico que reflita fielmente o empreendimento, evitando, dessa forma, alterações no objeto licitado, as quais resultem em dispêndios elevados com refazimento e desmontagem de serviços, como no caso da montagem eletromecânica da Usina de Angra II, implementada pelo Consórcio Un 9.2.2. abstenha-se de firmar, em futuras contratações, Acordo Extrajudicial quando as circunstâncias exigirem a celebração de termo aditivo, tais como as previstas no art. 65, §§ 1º, 5º e 6º da Lei de Licitações, evitando ocorrência semelhante à verificada na Concorrência CO.CN.N. 001/95 que visou à montagem eletromecânica da Usina de Angra II.;	A retomada do empreendimento de Angra III foi autorizada pelo CNPE. A ELETRONUCLEAR aguarda a liberação final pelo Governo Federal.



## 1 – ELETRONUCLEAR – RESUMO – DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

PROCESSO	DETERMINAÇÃO EFETUADA	POSIÇÃO EM 31/12/2008
012.449/2005-7	<b>Acórdão nº 481/2008 - TCU Plenário de 26/03/2008</b>	<b><u>SITUAÇÃO</u></b>
	9.1. conhecer do pedido de reexame e dar-lhe provimento; 9.2. tornar sem efeito o item 9.2 do acórdão 1890/2007 – Plenário; 9.3. dar ciência desta decisão aos recorrentes	A Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.
018.129/2004-7	<b>Acórdão nº 582/2008 - TCU Plenário de 09/04/2008</b>	<b><u>SITUAÇÃO</u></b>
	9.2. autorizar a prorrogação do prazo, até 31/12/2008, para a substituição dos 13 técnicos mencionados na Correspondência P-069/07, remetida pela Presidência da Eletronuclear a este Tribunal; 9.3. encaminhar os autos à Secex/RJ para que verifique, junto à Eletronuclear: 9.3.1. imediatamente, se já foi feita a substituição dos 40 empregados mencionados na Correspondência P-030/07 (fls. 175/176, v.p); 9.3.2. após 31/12/2008, se foi feita a substituição dos 13 empregados mencionados na Correspondência P-069/07 (fls. 165/167, v.p); e 9.3.3. as providências que estão sendo tomadas para finalizar as substituições a que se refere o subitem 9.2. supra;	A Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.
030.717/2007-4	<b>Acórdão nº 882/2008 - TCU Plenário de 14/05/2008</b>	<b><u>SITUAÇÃO</u></b>
	9.2. determinar à Segecex, por intermédio das unidades técnicas competentes, que, em caso de ser retomada a construção da Usina de Angra III, proceda ao acompanhamento do projeto, com a realização de trabalhos de campo periódicos, visando a apurar, entre outros aspectos, a legalidade, a economicidade, a regularidade operacional na condução do empreendimento e a incorporação dos avanços tecnológicos posteriores à implantação de Angra II, principalmente os que se referem à instrumentação e ao controle da usina, que passam a fazer uso da tecnologia digital, não mais analógica, como utilizada em Angra II, bem como o destino dos rejeitos radioativos e os planos de emergência para o caso de acidentes nucleares na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto;	A Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.



## 1 – ELETRONUCLEAR – RESUMO – DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

PROCESSO	DETERMINAÇÃO EFETUADA	POSIÇÃO EM 31/12/2008
022.849/2006-0	<b>Acórdão nº 1225/2008 - TCU Plenário de 25/06/2008</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
	<p>9.1. determinar, cautelarmente, a suspensão dos repasses de recursos públicos efetuados pela Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear em favor da Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e da Eletronuclear – CAEFE, não se considerando incluídos nesses repasses os valores descontados em folha de pagamentos, até deliberação definitiva do Tribunal sobre a questão;</p> <p>9.2. determinar à Secex/RJ que:</p> <p>9.2.1. constitua processo apartado com vistas a apurar a regularidade dos repasses realizados pela Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear à CAEFE, bem como a possível existência de débito, o valor devido e os respectivos responsáveis, autorizando, desde logo, a unidade técnica a adotar as providências cabíveis para elucidar a questão;</p> <p>9.2.2. proceda, no âmbito do referido processo apartado, à oitiva da Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear e da CAEFE, nos termos do § 3º do art. 276 do Regimento Interno, tendo em vista a adoção da medida cautelar de que trata o item 9.1;</p>	<p>O TCU constituiu Processo nº 018.241/2008-0, apartado do Processo nº 022.849/2006-0.</p> <p>A Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.</p>
013.342/2008-0	<b>Acórdão nº 2049/2008 - TCU Plenário de 19/09/2008</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
	<p>9.1. determinar, à Eletrobrás Termonuclear S.A. que:</p> <p>9.1.1 observe o disposto no art. 115, caput e parágrafo 1º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008 (Lei nº 11.514/2007), ou sua sucessora (LDO 2009), na renegociação de preços a ser realizada por ocasião do aditamento ao Contrato NCO-223/1983, firmado com a Construtora Andrade Gutierrez, tendo como objeto a retomada das obras de implantação da Usina Termonuclear de Angra 3,...</p> <p>9.1.2 na referida renegociação, considere as potencialidades de redução de custos preliminarmente identificadas no presente relatório,...</p> <p>9.1.3. detalhe todas as "verbas" remanescentes do contrato, possibilitando a exata identificação do que as compõe e a avaliação de eventual duplicidade na prestação dos serviços;</p> <p>9.1.4. na negociação do BDI a ser aplicado ao Contrato NCO-223/1983, observe as diretrizes emanadas na jurisprudência deste Tribunal (acórdão nº 325/2007 Plenário),...</p>	<p>A Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.</p> <p><b>A Eletronuclear enviou em 07/10/2008 carta (SG.T-E-005/2008) a Construtora Andrade Gutierrez S/A solicitando proposta detalhada e transparente de todos os custos atuais para execução das obras de construção da Usina Termonuclear de Angra 3.</b></p>



## 1 – ELETRONUCLEAR – RESUMO – DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

PROCESSO	DETERMINAÇÃO EFETUADA	POSIÇÃO EM 31/12/2008
<b>CONTINUAÇÃO DO ITEM ANTERIOR</b>		
<b>013.342/2008-0</b>	<b>Acórdão nº 2049/2008 - TCU Plenário de 19/09/2008</b>	<u>SITUAÇÃO</u>
	<p>9.1.5. exija da Construtora Andrade Gutierrez:</p> <p>I) a apresentação das composições analíticas de preços unitários para todos os itens da planilha orçamentária,...</p> <p>II) a apresentação da composição analítica da taxa BDI e de encargos sociais, aplicadas sobre os preços renegociados,...</p> <p>9.1.6. submeta ao TCU, antes de autorizar o início das obras, com no mínimo 60 dias de antecedência, o Termo Aditivo ao Contrato NCO-223/1983, decorrente da repactuação,...</p> <p>a) planilha contratual dos serviços remanescentes, contendo os preços dos serviços renegociados com a Construtora Andrade Gutierrez segundo as condições determinadas pelo TCU, ...</p> <p>b) caso as particularidades da obra justifiquem a adoção de coeficientes/fatores de produção diversos dos utilizados em sistemas referenciais de custos, tais itens deverão ser objeto de justificativas...</p> <p>c) composição da taxa BDI e de encargos sociais utilizada na planilha contratual renegociada e nas respectivas composições de custo unitário;</p> <p>d) projeto básico ou executivo completo do empreendimento,...</p> <p>9.1.7. caso as negociações a serem realizadas com a Construtora Andrade Gutierrez não resultem em condições satisfatórias à Administração Pública, apresentando divergências de preços unitários observadas em relação ao mercado, realize novo procedimento licitatório para as obras civis,...</p> <p>9.1.8. defina com a maior brevidade possível, a situação das edificações da Vila Residencial de Mambucaba, fixando o valor da indenização a ser paga à Construtora Andrade Gutierrez S/A pelo valor residual das benfeitorias construídas no imóvel de propriedade da Eletronuclear,...</p>	<p>A Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.</p> <p>A Eletronuclear enviou em 07/10/2008 carta (SG.T-E-005/2008) a Construtora Andrade Gutierrez S/A solicitando proposta detalhada e transparente de todos os custos atuais para execução das obras de construção da Usina Termonuclear de Angra 3.</p>
<b>014.248/2006-6</b>	<b>Acórdão nº 2514/2008 - TCU Plenário de 12/11/2008</b>	<u>SITUAÇÃO</u>
	<p>1.7 determinar, com fulcro no art. 12, inciso III, da Lei 8.443/92, c/c o art. 202, inciso III, do Regimento Interno/TCU, a audiência dos seguintes responsáveis:</p>	<p>A Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.</p>



## 1 – ELETRONUCLEAR – RESUMO – DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

PROCESSO	DETERMINAÇÃO EFETUADA	POSIÇÃO EM 31/12/2008
<b>CONTINUAÇÃO DO ITEM ANTERIOR</b>		
	<b>Acórdão nº 2514/2008 - TCU Plenário de 12/11/2008</b>	<b><u>SITUAÇÃO</u></b>
<b>014.248/2006-6</b>	<p>1.7.1. Flávio Decat de Moura, diretor-presidente da Eletronuclear, no período de 11/5/2001 a 16/1/2003, e Geraldo César Mota, diretor de administração e finanças, no período de 11/5/2001 a 16/1/2003, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificativa em face da: 1.7.1.1. ausência de divisão do objeto contratável da Concorrência nº GCC.A/CN-015/2001 em parcelas autônomas e adjudicáveis separadamente, visando ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, conforme determina o art. 23, § 1º, da Lei 8.666/93, comprometendo a competitividade do certame e afrontando o preceito do art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da citada Lei 8.666/93, tendo em vista que foi reunida em única concorrência a licitação de quatro serviços diferentes, com mercados distintos e independentes uns dos outros, quais sejam: (1) Manutenção e Operação de Redes Elétricas; (2) Manutenção do Sistema de Comunicação; (3) Manutenção de Equipamentos de Refrigeração; e (4) Manutenção e Conservação de Instalações Prediais;</p> <p>1.7.1.2.; 1.7.1.3.; 1.7.1.4.; 1.7.2.; 1.7.2.1.; 1.7.2.2.;1.7.2.3.; 1.7.3.; 1.7.3.1.; 1.7.3.2.;1.7.3.3.; 1.7.3.4.; 1.7.3.5.; 1.7.4.; 1.7.5.; 1.7.6.</p> <p>1.8. determinar, com fulcro no art. 12, II, da Lei 8.443/1992 (LOTCU), c/c o art. 202, inciso II, do Regimento Interno/TCU, a citação solidária dos dirigentes da Eletronuclear e da empresa Marte Engenharia Ltda., na forma e valores discriminados abaixo, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem alegações de defesa e/ou recolham as respectivas quantias à Eletrobrás Termonuclear (Eletronuclear):</p> <p>1.8.1. Geraldo César Mota, diretor de administração e finanças, no período de 11/5/2001 a 16/1/2003, e Marte Engenharia Ltda., responsável pelas medições do contrato e beneficiária dos pagamentos irregulares, pelo débito de R\$ 7.073,37 (8/12 meses, ou 66,67%, do valor de R\$ 10.610,06, apurado no período de maio/2002 e abril/2003), atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora calculados a partir de 31/12/2002, decorrente da diferença entre o valor pago pelo reajuste concedido para a Planilha de Preços B do Contrato GCC.T/CN-072/2001, em maio de 2002 (10%), e o valor obtido com aplicação do índice de reajuste concedido para as Planilhas de Preços A, C e D, na mesma data (8,89%), visto que o índice de reajuste concedido não foi previsto no contrato, é incompatível com os principais índices gerais de preços calculados no país e não tem amparo no inciso XI do art. 40 da Lei 8.666/93;</p> <p>1.8.2.; 1.8.2.1.; 1.8.2.2.; 1.8.2.3.; 1.8.2.4.; 1.8.3.;1.8.4.; 1.8.4.1.; 1.8.4.2.; 1.8.4.3.;1.8.5.; 1.8.5.1.;1.8.5.2.; 1.8.5.3.;1.8.6.;1.8.6.1.; 1.8.2.2.1.8.6.3.;1.8.7.;</p>	A Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.



## 1 – ELETRONUCLEAR – RESUMO – DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

PROCESSO	DETERMINAÇÃO EFETUADA	POSIÇÃO EM 31/12/2008
<b>CONTINUAÇÃO DO ITEM ANTERIOR</b>		
<b>014.248/2006-6</b>	<b>Acórdão nº 2514/2008 - TCU Plenário de 12/11/2008</b>	<b><u>SITUAÇÃO</u></b>
	<p>1.9. determinar à Eletrobrás Termonuclear S. A. (Eletruclear) que:</p> <p>1.9.1. cumpra rigorosamente as cláusulas ajustadas nos contratos por ela firmados, especialmente no que toca às regras atinentes à emissão de ordens de execução, abstendo-se de emití-las com atraso, bem como com efeitos retroativos;</p> <p>1.9.2. nas futuras licitações observe os ditames estabelecidos no art. 40, inciso XI, da Lei 8.666/93, c/c o art. 2º, caput e § 1º, do Decreto 1.054/94, bem como no art. 55, inciso III, da Lei 8.666/93, incluindo no instrumento convocatório e no contrato cláusula estabelecendo critério de reajuste de preços, dando-se preferência à variação efetiva do custo de produção ou do preço dos insumos utilizados na execução do contrato, mediante comprovação do contratado, e, subsidiariamente, admita a utilização de índices específicos, setoriais ou índices gerais de preços, nessa ordem, devendo ser expressamente previsto;</p> <p>1.9.3. em atendimento às disposições do art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei 8.666/93, nas futuras contratações, somente dê início ao processo licitatório quando dispuser de projeto básico aprovado pela autoridade competente, elaborado com vistas à perfeita caracterização das obras ou serviços de interesse da empresa, contendo, no que couberem, os requisitos do inciso IX do art. 6º da Lei 8.666/93;</p> <p>1.9.4. na execução dos contratos respeite os limites quantitativos e os valores pactuados, em atendimento ao art. 54, § 1º, da Lei 8.666/93, observando-se que qualquer alteração contratual deve obedecer ao disposto nos art. 60 e 65 da mesma lei;</p> <p>1.9.5. somente autorize a realização de horas extraordinárias nas situações imprescindíveis e dentro dos limites legais, abstendo-se de autorizá-las nos intervalos para repouso e alimentação, visto que o art. 71, caput, da CLT, estatui que é obrigatória a concessão do intervalo para repouso e alimentação de, no mínimo, uma hora e depreende-se do § 4º do mesmo artigo, que a lei não autoriza a realização de horas extras no intervalo da jornada de trabalho.</p>	A Eletruclear já tomou conhecimento do acórdão.



## 1 – ELETRONUCLEAR – RESUMO – DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

PROCESSO	DETERMINAÇÃO EFETUADA	POSIÇÃO EM 31/12/2008
018.129/2004-7	<b>Acórdão nº 2425/2008 - TCU Plenário de 12/11/2008</b>	<u>SITUAÇÃO</u>
	ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em: a) não conhecer do requerimento formulado pela Eletronuclear ante a absoluta ausência de competência em conceder autorização prévia para ato de gestão de entidade jurisdicionada; b) não admitir o Sr. Manoel Jorge Ribeiro Araújo como interessado no processo e, em consequência, indeferir o pleito formulado de concessão das cópias solicitadas. c) dar ciência deste Acórdão aos interessados.	A Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.
013.342/2008-0	<b>Acórdão nº 2866/2008 - TCU Plenário de 03/12/2008</b>	<u>SITUAÇÃO</u>
	Acórdão: VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao item 9.1.8. do Acórdão nº 2.049/2008-TCU-Plenário. ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 32, inciso II, e 34 da Lei nº8.444/92, em: 9.1. conhecer destes embargos de declaração para, no mérito, dar-lhes provimento; 9.2. retificar a redação do item 9.1.8 do Acórdão embargado, que passa a ter os seguintes termos: <i>“9.1.8. resolva, com a maior brevidade possível, a situação das edificações da Vila Residencial de Mambucaba, fixando, nos termos do Contrato NCO-223/83, o valor residual a ser pago à Construtora Andrade Gutierrez S/A pelos investimentos realizados na construção da vila em imóvel de propriedade da Eletronuclear”;</i> 9.3. dar conhecimento da presente deliberação à Eletronuclear S.A., assim como à Presidência e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, enviando-lhes cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam; 9.4. remeter cópia dos autos ao Procurador da República André de Vasconcelos Dias, da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. 9.5. notificar a embargante.	A Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.



**14 - Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (conforme item 14 do Anexo II da DN-TCU- 93/2008)**

<b>ATOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>REGISTRADOS NO SISAC</b>
Admissão	75	146
Desligamento	55	136
Aposentadoria	Não aplicável	Sem Registro
Pensão	Não aplicável	Sem Registro

**Notas:**

- a) Não foram consolidadas as informações de Aposentadoria e Pensão, por não se aplicarem a ELETRONUCLEAR;
- b) As informações confrontadas àquelas registradas no SISAC, conforme exigência das Instruções Normativas TCH no. 44/2002 e 55/2007;
- c) As divergências entre a quantidade de atos praticados no exercício e a quantidade de atos registrados no Sistema SISAC, deve-se:
  - i) Ao registro no Sistema de 79 (setenta e nove) jovens aprendizes;
  - ii) Início de Mandato de 01 (um) Diretor, não registrado no Sistema; e
  - iii) A admissão de 09 (nove) empregados pelo regime de Art. 37, sendo que 02 (dois) foram registrados no Sistema e 07 (sete) não foram registrados.
- d) A Auditoria Interna da ELETRONUCLEAR mantém controle dos julgamentos do TCU sobre os atos de admissão, desligamento, aposentadorias e pensões.

**15 – Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado (item 15 do Anexo II da DN-TCU- 93/2008)**

Não houve, no exercício.





## 16 - Informação sobre composição de Recursos Humanos

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	2.095	179.132.059,40	2.162	206.725.676,78	2.185	229.692.555,50
<b>Total Pessoal Próprio</b>	<b>2.095</b>	<b>179.132.059,40</b>	<b>2.162</b>	<b>206.725.676,78</b>	<b>2.185</b>	<b>229.692.555,5</b>

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	03	589.589,37	04	1.005.593,09	05	961.648,64

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)						

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza						
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo						
Pessoal Terceirizado Outras atividades						
Estagiários	60	328.588,37	70	344.847,17	80	560.856,85
<b>Total Pessoal Terc + Estag</b>	<b>60</b>	<b>328.588,37</b>	<b>70</b>	<b>344.847,17</b>	<b>80</b>	<b>560.856,85</b>



Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	06	117.258,65	04	108.533,52	08	394.403,00
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	-	-	-	-	-	-
<b>Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade</b>	<b>6</b>	<b>117.258,65</b>	<b>04</b>	<b>108.533,52</b>	<b>8</b>	<b>394.403,00</b>

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	02	276.018,50	02	281.127,13	01	178.559,25
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	60	3.389.829,32	59	3.545.288,27	57	3.897.109,13
<b>Total Pessoal cedido pela Unidade</b>	<b>62</b>	<b>3.665.847,82</b>	<b>61</b>	<b>3.826.415,40</b>	<b>58</b>	<b>4.075.668,38</b>

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade (*)	1.211	111.239.703,02
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade (**)	974	118.679.937,46
<b>Total Geral</b>	<b>2.185</b>	<b>229.919.640,48</b>

(\*) Consideramos como pessoal envolvido em ações finalísticas, os empregados lotados na Diretoria de Operação;

(\*\*) Consideramos como pessoal envolvido em ações de suporte da unidade, os empregados lotados nas demais Diretorias.

#### **17 – Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para avaliação da conformidade e do desempenho da gestão (item 16 do Anexo II da DN-TCU 97 de 18/03/2009)**

As informações consideradas como relevantes foram prestadas ao longo do presente Relatório de Gestão.



## 10. Encerramento

Rio de Janeiro, 27 de março de 2009

---

Othon Luiz Pinheiro da Silva  
Diretor - Presidente

<b>DESPESAS COM PUBLICIDADE-2008</b>	VALOR
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	R\$ 1.712.114,80
PUBLICIDADE LEGAL	R\$ 358.593,63
PUBLICIDADE MERCADOLÓGICA	NÃO SE APLICA
PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	NÃO UTILIZADA

Contrato com a Agência de Publicidade:

*Agência 3 Comunicação Integrada Ltda*

Nº do contrato: GCC.A/CT-195/05 de 17/11/2006 -Valor: R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais)

1º Aditamento (por 12 meses):17/11/2007 – Valor: R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais)

2º Aditamento (por 12 meses):17/11/2008 – Valor- R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais)

<b>PATROCÍNIOS</b>			
<b>BENEFICIÁRIO</b>	<b>VALOR(R\$)</b>	<b>TIPO</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO</b>
ASSOC. FOTOGRÁFICA E CULTURAL DE ANGRA DOS REIS	35.000,00	CULTURAL	AFOCAR
ORG.ARTISTAS E ARTESÃOS DE ANGRA DOS REIS	13.000,00	CULTURAL	FESTIVAL DA ILHA GRANDE
ASSOCIAÇÃO. CASA AZUL	150.000,00	CULTURAL	FESTA LITERÁRIA INTERNACIONAL DE PARATY
ORG.ARTISTAS E ARTESÃOS DE ANGRA DOS REIS	50.000,00	CULTURAL	FESTIVAL INTERNACIONAL DE TEATRO DE ANGRA DOS REIS
SOCIEDADE. ACADÊMICA GREENHALGH	10.000,00	ESPORTIVO	REGATA DO COLÉGIO NAVAL DE ANGRA DOS REIS

# RSM Boucinhas, Campos & Conti

Auditores Independentes

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos participantes e às patrocinadoras da  
Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o resultado de suas operações e os seus fluxos financeiros referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na Nota 19, em agosto de 2007 a Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social recebeu o Relatório de Fiscalização Nº 006/2007/ESRJ emitido pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, resultante do exame do período compreendido entre janeiro de 2002 e fevereiro de 2007 e abordou diversos assuntos, tendo como ênfase os ligados ao Plano de Benefício Definido e ao Plames. O Relatório

# RSM Boucinhas, Campos & Conti

Auditores Independentes

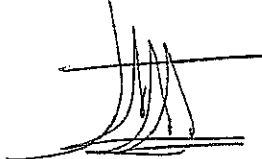
apresentou recomendações e determinações que, se implementadas de imediato, poderiam se traduzir em aumento de contribuição para os participantes e assistidos do Plano de Benefício Definido, como também aos usuários do PLAMES. No entanto, a Fundação elaborou uma manifestação contendo razões, argumentos e, quando necessário, inserindo novos documentos visando elucidar a equipe de fiscalização da SPC quanto a divergências de interpretação de legislação e regulamento, buscando assim, evitar os citados aumentos. Até o momento, a Fundação não obteve da Secretaria de Previdência Complementar - SPC uma posição oficial quanto para todos os itens da sua manifestação. Assim sendo, face a indefinição quanto ao desfecho de alguns assuntos tratados no supramencionado relatório, as avaliações atuariais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 foram elaboradas sem considerar as determinações da Secretaria de Previdência Complementar. No entanto, de acordo com o estudo realizado pelo Atuário Externo contratado pela Fundação, caso todas as determinações constantes do Relatório de Fiscalização emitido pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC fossem implementadas haveria a necessidade de um acréscimo nas reservas matemáticas do Plano de Benefício Definido na ordem de R\$ 363.361 mil em 2008 (R\$ 347.164 mil em 2007), o que elevaria o Déficit Técnico do Exercício para R\$ 767.555 mil (reduziria o Superávit Técnico do Exercício de 2007 para R\$ 287.345 mil).

Rio de Janeiro, 19 de março de 2009

RSM BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI

Auditores Independentes S/S

CRC-SP-5.528/O-S-RJ



Toshio Nishioka

Contador-CRC-SP-104.690/O-S-RJ



KPMG Auditores Independentes  
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º  
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888  
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400  
Fax 55 (21) 3515-9000  
Internet www.kpmg.com.br

## Parecer dos auditores independentes

Aos  
Administradores, Participantes e Patrocinadoras do  
NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social  
Rio de Janeiro - RJ

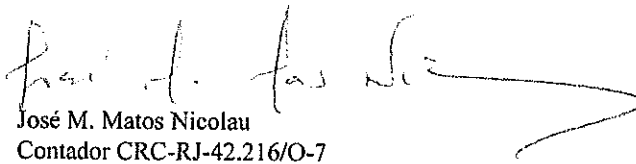
1. Examinamos o balanço patrimonial do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social levantado em 31 de dezembro de 2008 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Exceto quanto ao assunto mencionado no parágrafo 3, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações financeiras divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, na avaliação atuarial processada no exercício de 2005, consoante as normas estabelecidas pela Resolução CGPC nº 11/2002 e pela Lei Complementar nº 109/2001, deu-se continuidade ao processo de transição da tábua de mortalidade GAM-71, utilizada até 2004, para a tábua AT-2000. Os efeitos causados pela mudança de tábua estão sendo aplicados gradativamente desde o exercício de 2005, distribuindo o impacto sobre as provisões matemáticas até o exercício de 2009. No caso dos participantes ativos, em 2008 ainda foi utilizada a tábua AT-83, havendo previsão de utilização da tábua AT-2000 a partir do exercício de 2009. A Administração estima, com base em estudos técnicos fornecidos pelos seus atuários independentes, que a utilização da tábua AT-2000 para os participantes ativos já no exercício de 2008 representaria um acréscimo nas provisões matemáticas de, aproximadamente, R\$18 milhões. Além disso, a adoção gradativa da tábua AT-2000 acarretou em um impacto sobre as provisões matemáticas no resultado do exercício de 2008 que deveria ter sido reconhecido em 2005 e que não nos foi possível quantificar.



4. Em nossa opinião, exceto pelo não reconhecimento do efeito da adoção da tábua AT-2000 para os participantes ativos, estimado em R\$18 milhões, que representaria um acréscimo nas provisões matemáticas, e pelos possíveis efeitos da adoção gradativa da tábua AT-2000 no resultado do exercício de 2008, mencionados no parágrafo 3, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações e seus fluxos de financeiros, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
5. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5, o Instituto registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$191.366 mil sobre recebíveis de sua patrocinadora NUCLEP.
6. Conforme mencionado Nota Explicativa nº 10b, em 2005 o Instituto ajuizou ação judicial contra os administradores da gestão de janeiro de 2003 a agosto de 2005, visando a recuperação de prejuízos em investimentos em títulos públicos federais e debêntures no montante estimado de R\$25.696 mil, conforme apurado em trabalho realizado por empresa especializada.
7. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer, datado de 11 de janeiro de 2008, com ressalvas quanto: a) à implementação gradual dos efeitos da modificação da tábua de mortalidade mencionada no parágrafo 3, cujo efeito no resultado do exercício de 2007 foi de R\$23.200 mil; b) às incertezas do efeito desta mesma modificação nos exercícios de 2008 e 2009, que representaria um acréscimo nas provisões matemáticas estimado em, aproximadamente, R\$20.000 mil; c) ao efeito da modificação das premissas atuariais de crescimento real de salário, cujo efeito no resultado do exercício de 2007 foi de R\$29.100 mil; e d) ênfases quanto aos assuntos descritos nos parágrafos 5 e 6.

20 de fevereiro de 2009

KPMG Auditores Independentes  
CRC-SP-14.428/O-6-F-RJ



José M. Matos Nicolau  
Contador CRC-RJ-42.216/O-7





---

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL - 2008

Senhores Acionistas,

É com satisfação que a Diretoria Executiva da Eletrobrás Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR, em atendimento aos preceitos legais e estatutários, submete à apreciação dos acionistas e da sociedade o Relatório da Administração relativo ao exercício de 2008, no qual estão sumarizadas as principais atividades da Empresa, assim como as Demonstrações Contábeis exigíveis, acompanhadas de pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

### O PERFIL DA EMPRESA

A ELETRONUCLEAR é uma sociedade anônima de economia mista, subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, criada em maio de 1997 a partir da fusão entre a antiga Diretoria Nuclear de Furnas Centrais Elétricas S.A., e a NUCLEN - Nuclebrás Engenharia S.A.. Em dezembro do mesmo ano, por decreto presidencial, foi aprovado o novo estatuto social da empresa, que recebeu a missão de explorar, em nome da União, as atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica.

A sede da Empresa fica na cidade do Rio de Janeiro, contando ainda com um escritório de representação em Brasília e instalações industriais que incluem as usinas Angra 1 e Angra 2; depósitos de resíduos; escritórios, centros de informação e vila residencial em Angra dos Reis; e escritórios, vilas residenciais, o Laboratório de Monitoração Ambiental e o Centro de Treinamento em Paraty, Rio de Janeiro.



### **Vila Residencial de Mambucaba – Paraty**

Na Praia de Itaorna, município de Angra dos Reis (RJ), está localizada a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA, composta de duas usinas em operação – Angra 1, de 657 MW, de fornecimento Westinghouse, e Angra 2, de 1.350 MW, de fabricação Siemens/KWU, ambas utilizando a tecnologia dos reatores a água pressurizada. Angra 3, em fase de licenciamento para construção, é semelhante à Angra 2.



### **Laboratório de Monitoração Ambiental**

Para operar as duas usinas nucleares da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA, cuja capacidade instalada total é de 2007 MW, além das atividades de projeto e preparação da construção da usina Angra 3, a ELETRONUCLEAR conta com um efetivo de 2.243 empregados.



<b>Ficha Técnica em 31/12/2008</b>	
<b>Potência instalada</b>	<b>2.007 MW</b>
<b>Número de empregados</b>	<b>2.243</b>
<b>Área ocupada pela CNAAA</b>	<b>1,6 Km<sup>2</sup></b>
<b>Energia produzida em 2008</b>	<b>14.003.774,8 MWh</b>
<b>Faturamento Bruto em 2008</b>	<b>R\$ 1.569.816.520,00</b>

Em 2008, a ELETRONUCLEAR alcançou o montante de 14.003.774,8 MWh de energia bruta gerada, o que a coloca como a maior geradora térmica do país, consolidando, assim, a relevante participação da geração de energia elétrica de fonte nuclear na matriz elétrica brasileira.

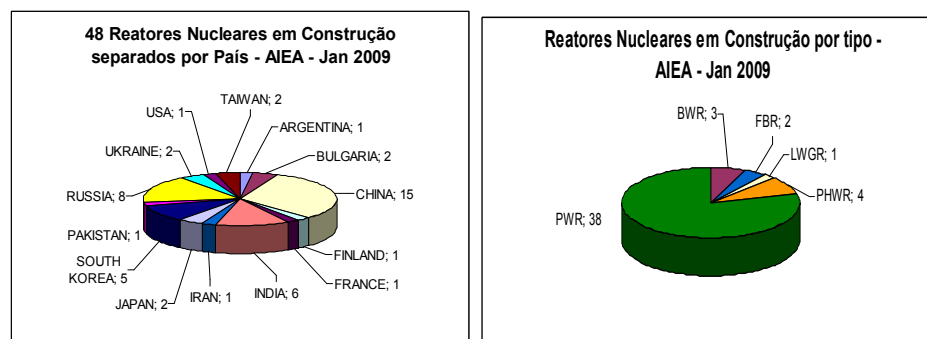




## A CONJUNTURA SETORIAL

Ao término de 2008, conforme dados da Agência Internacional de Energia Atômica-AIEA, estavam em operação 438 usinas nucleares em 31 países, com uma capacidade total de 371.694 MW. Dentre os maiores parques geradores, destacam-se os Estados Unidos com 104 unidades em operação (capacidade instalada líquida de 100.356 MW), além de uma usina nuclear de 1.165 MW em construção (Watts-Bar 2); a França com 59 reatores operacionais de capacidade de 63.260 MW e uma usina nuclear em construção (Flammanville 3) e o Japão com 53 unidades em operação (capacidade de 47.587 MW) e duas unidades em construção (Shimane 3 e Tomari 3).

No contexto mundial, 14 países, que representam a metade da população mundial, estão construindo 48 novas usinas nucleares (com capacidade instalada prevista de 42.788 MW), o que reforça a perspectiva de retomada da opção nuclear como fonte adequada para atender à crescente demanda por energia elétrica, devido a sua característica de não emissora de gases causadores de efeito estufa.



Fonte: AIEA – Jan. 2009

Dez novas usinas tiveram sua construção iniciada em 2008, sendo duas na Coréia do Sul, seis na China e duas na Rússia, totalizando 10.470 MW de capacidade.

De acordo com o relatório World Energy Outlook 2008 elaborado pela IEA – Agência Internacional de Energia os reatores nucleares são responsáveis atualmente por 15% da produção de energia elétrica no mundo. Isto coloca a energia nuclear como a terceira maior fonte, atrás do carvão e do gás natural.

### Participação da geração nuclear em cada país

Em 2007, a França gerou 76,85% do total de energia produzida pelo país, por fonte nuclear.

Destacam-se ainda como grandes produtores de eletricidade a partir de fonte nuclear a Lituânia (64,4%), a Eslováquia (54,3%), a Bélgica (54,1%), a Ucrânia (48,1%), a Suécia (46,1%), a Armênia (43,5%), a Eslovênia (41,6%), a Suíça (40,0%), a Hungria (36,8%), além de outros.



---

No bloco oriental podemos destacar a Coréia do Sul (35,3%) e o Japão (27,6%). O Brasil tem hoje aproximadamente 2,8% de sua geração total de energia elétrica, de origem nuclear.

Em 04/12/2007, a empresa obteve da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o reajuste da tarifa de venda de sua energia em 8,67%, passando a R\$120,35/MWh, valor que vigorou até 02/12/2008, quando passou a R\$130,79/MWh, conforme Resolução ANEEL nº 747, de 02/12/08.

## O SETOR ELÉTRICO

Sob o aspecto da competitividade econômica, o ano de 2008 foi de especial relevância para a ELETROBRÁS, pois quando da realização dos leilões da denominada “energia nova”, pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, o preço médio de venda de energia alcançado pelas usinas térmicas foi de R\$ 145,23/MWh, evidenciando a viabilidade econômica da opção nuclear, uma vez que a tarifa projetada para Angra 3 está em torno deste valor.

Segundo a EPE, apesar da crise financeira internacional e da conseqüente retração por energia elétrica em setores importantes da economia, como o industrial, é previsto um crescimento da demanda da ordem de 5,4% ao ano nos próximos dez anos.

Os dados do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2008-2017), que prevê investimentos de R\$ 767 bilhões nos próximos dez anos, estimam uma adição de cerca de 54.000 megawatts (MW) de capacidade instalada no país e a instalação de 36 mil km de novas linhas de transmissão a serem incorporadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

O consumo acumulado de eletricidade no Brasil registrou um aumento de 3,8% em 2008 em relação a 2007, atingindo 392,8 TWh.

De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, a geração elétrica por fonte térmica atingiu 50.493 GWh, dos quais a geração da ELETROBRÁS contribuiu com cerca de 27,73%. Este número torna-se ainda mais expressivo se levarmos em conta que a empresa detém aproximadamente 8% de toda capacidade térmica instalada no País.

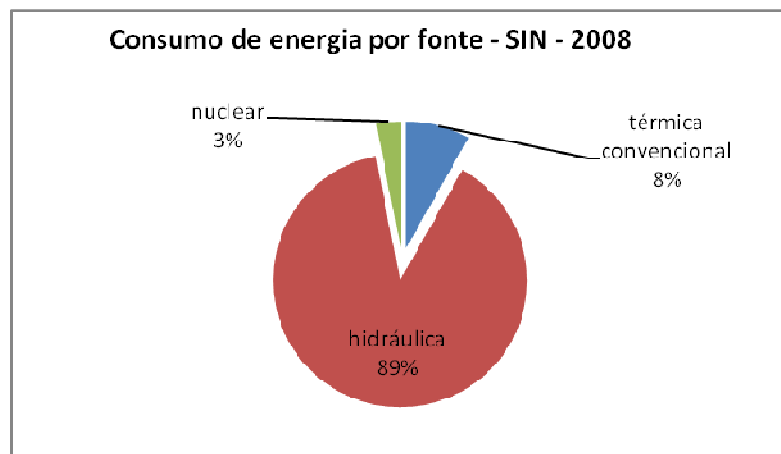
Em um primeiro reflexo da crise financeira internacional, o consumo de energia elétrica no sistema elétrico brasileiro teve redução de 1,8% em dezembro de 2008, em relação ao mesmo mês do exercício anterior. Trata-se da primeira vez que se observa uma taxa negativa na evolução do consumo de energia desde o racionamento de 2001/2002. O consumo em dezembro foi de 31.831 GWh, o menor do ano.



## A PRODUÇÃO DE ENERGIA

A produção das usinas Angra 1 e 2 foi de 14.003.775 MWh de energia bruta, tendo sido faturada a energia líquida de 12.851.578 MWh à conta de Furnas Centrais Elétricas S/A, empresa responsável pela comercialização dessa energia. A usina Angra 2 gerou um total de 10.488.289 MWh, bem superior à produção dos anos anteriores, sendo inferior apenas à produção ao ano de 2001, quando não houve nenhuma parada para reabastecimento. Este resultado coloca a usina Angra 2 entre as líderes de produção no mundo.

Os 3.515.486 MWh produzidos pela usina Angra 1, representam um número também superior ao de 2007. Cabe destacar que a usina Angra 1 opera com limitações de potência para preservar seus Geradores de Vapor até as suas trocas, previstas para o início do ano de 2009.



## NOVOS DESAFIOS

Dentre as atividades mais relevantes para a melhoria do desempenho da empresa, a médio e longo prazo, ressaltamos a troca dos Geradores de Vapor da usina Angra 1, prevista para março de 2009. Este projeto é fruto de vários anos de intenso trabalho e de vultosos investimentos, sendo de fundamental importância para que a usina Angra 1 mantenha-se operando em condições de segurança e possa ter a sua vida útil estendida. A substituição desses geradores reduzirá em muito os custos de operação, pela redução do tempo de parada da usina de 45 para 30 dias, pela redução dos custos de manutenção, além de permitir o retorno da usina à sua potência nominal.



Por outro lado, a ampliação futura da capacidade de geração da ELETRONUCLEAR só se dará com a construção de unidades adicionais, a começar pela usina Angra 3. Nesse sentido, em sua Resolução nº 3 de 25 de junho de 2007, o Conselho Nacional de Política Energética – CNPE determinou a retomada da construção dessa usina.

Em consonância com esses fatos, e em vista do seu vulto e caráter alavancador de investimentos e de desenvolvimento, a conclusão da usina Angra 3 foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal.

O Plano Nacional de Energia 2030 elaborado pela EPE considera, além da usina Angra 3 em seus diversos cenários, um mínimo de 4 e um máximo de 8 novas usinas de geração nuclear em operação até o ano de 2030. Para tanto, o Ministério de Minas e Energia - MME determinou em 2008 que fossem iniciados os estudos de localização para a construção de uma nova central nuclear a ser instalada no Nordeste. Estes estudos deverão ser iniciados em 2009, com duração aproximada de 20 meses. Inicialmente estão previstas duas usinas no Nordeste. A primeira deverá começar a ser construída em 2012, com início de operação em 2019. A segunda usina está prevista para entrar em atividade em 2021. Fazer frente a tal crescimento da geração nuclear é o grande desafio que a ELETRONUCLEAR deverá enfrentar nos próximos anos.

## GESTÃO EMPRESARIAL

No contexto da gestão empresarial, destacaram-se as seguintes ações:

- **Sustentabilidade Sócio-Ambiental-** O ano de 2008 marcou a permanência da ELETROBRÁS no rol de empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade da BOVESPA. A ELETRONUCLEAR, na qualidade de empresa controlada, teve importante destaque nesse processo em vista de suas ações de inserção social.
- **Programa de Equidade** – No contexto das atividades do Comitê Permanente para as Questões de Gênero da ELETRONUCLEAR, criado em 2005 em conformidade com as diretrizes do “Plano Nacional de Políticas para as Mulheres”, a empresa assinou em novembro com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres o novo Termo de Compromisso de Adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero 2ª Edição, comprometendo-se em continuar a execução do plano de ação para implementar políticas de equidade.

A ELETRONUCLEAR é detentora do Selo Pró-Equidade de Gênero concedido pela referida Secretaria Especial de Política para as Mulheres, pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas e pela Organização Internacional do Trabalho na 1ª edição do programa.



- **Revisões Internacionais e Auto-avaliações** - No ano de 2008, deu-se continuidade aos programas de revisões internas e externas, inclusive internacionais, com grande relevância para o processo de melhoria contínua da Segurança Operacional das usinas Angra 1 e Angra 2. Destacam-se as revisões internacionais conduzidas pela Wano – World Association of Nuclear Operators e pela AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica.
- **Projeto SOX** - No primeiro semestre de 2005, a ELETROBRÁS iniciou o processo de adequação às normas exigidas na Lei Sarbanes-Oxley de 2002. A adequação a essa Lei é uma condição essencial para que a ELETROBRÁS permaneça no patamar ADR 2 - American Depositary Receipt Nível 2, da Bolsa de Valores de Nova York, alcançado em 2008. Na qualidade de empresa controlada, a ELETRONUCLEAR está também sujeita a essas normas. No final de 2008 a ELETRONUCLEAR iniciou trabalho com consultores para uma revisão de todos os seus processos, em consonância com os novos critérios recentemente adotados pelas certificadoras. Em 2009 a ELETRONUCLEAR realizará nova auditoria e iniciará a revisão dos controles dos processos em função da atualização da versão de seu Sistema de Gestão Empresarial - ERP.

### **O pacto global e os valores da empresa**

A ELETRONUCLEAR aderiu ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas – ONU, expressando o suporte da Empresa aos seus preceitos com relação a direitos humanos, trabalho, ambiental e combate à corrupção. A formalização da adesão deu-se em 6 de dezembro de 2006, através de carta recebida pela ELETRONUCLEAR do Diretor Executivo da United Nations Global Compact, Sr. Georg Kell.

A preocupação da Empresa com a consecução do desenvolvimento sustentável do País traduz-se, também, por sua participação em atividades que contribuam para atingir as denominadas Metas do Milênio da ONU.

### **Plano de Transformação do Sistema ELETROBRÁS**

Em consonância com orientação do Ministério de Minas e Energia, a ELETRONUCLEAR vem participando ativamente da transformação do Sistema ELETROBRÁS. Além da participação nos diversos grupos de trabalho, a comunicação interna do projeto tem recebido grande atenção. A direção da ELETRONUCLEAR, ciente da importância fundamental deste projeto, tem se empenhado para o seu êxito.





---

## **- Programa de Dispêndios Globais - PDG**

Em 2008, a ELETRONUCLEAR teve seu orçamento aprovado, no contexto do Programa de Dispêndios Globais - PDG, através do Decreto nº 6.251, de 06 de novembro de 2007, revisto pelo Decreto nº 6.646 de 18 de novembro de 2008, e remanejamentos de valores entre rubricas aprovado conforme ofício nº 730/2008/MP/SE/DEST.

Para os dispêndios econômicos, foi fixado o limite de R\$ 2.246,6 milhões, distribuídos em R\$ 706,7 milhões para investimentos, R\$ 211,5 milhões para outros dispêndios de capital (amortizações e dividendos) e R\$ 1.328,4 milhões para dispêndios correntes. Em termos de realizações, foram gastos R\$ 299,0 milhões em investimentos, R\$ 160,5 milhões em outros dispêndios de capital (amortizações) e R\$ 1.378,6 milhões em dispêndios correntes, totalizando R\$ 1.838,1 milhões.

Os dispêndios com investimentos concentraram-se em cinco programas: Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e 2 (R\$ 110,0 milhões), Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina de Angra 3 (R\$ 68,1 milhões), Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3 (R\$ 4,6 milhões), Substituição de Grupos de Geradores de Vapor da Usina de Angra 1 (R\$ 105,5 milhões) e Infra-Estrutura de Apoio (R\$ 10,8 milhões).

Os dispêndios correntes concentraram-se na manutenção das usinas em operação, destacando-se serviços de terceiros (R\$ 215,8 milhões), combustível nuclear (R\$ 239,1 milhões), pessoal próprio e encargos (R\$ 237,6 milhões), impostos/contribuições (R\$ 168,8 milhões), utilidades e serviços (R\$ 9,6 milhões), encargos de uso da rede e de conexão (R\$ 45,5 milhões), juros e outros (R\$ 316,0 milhões), materiais de consumo (R\$ 45,2 milhões) e outros dispêndios correntes (R\$ 101,0 milhões).

Os recursos econômicos realizados foram de R\$ 1.872,4 milhões, originados de receitas de venda de energia de R\$ 1.569,8 milhões, demais receitas operacionais de R\$ 3,2 milhões, receitas não operacionais de R\$ 7,3 milhões e de outros recursos de R\$ 292,1 milhões.



## Demonstrações Contábeis

O quadro abaixo sintetiza as Demonstrações Contábeis de 2008, comparadas ao exercício de 2007

<b>SÍNTESE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b> ( em milhares de reais )		
<b>BALANÇO</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Ativo Circulante	863.099	751.170
Não Circulante - Realizável a Longo Prazo	891.998	793.831
Não Circulante - Investimentos, Imobilizado e Intangíveis	6.602.538	6.486.309
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>8.357.635</b>	<b>8.031.310</b>
Passivo Circulante	429.997	548.126
Passivo Não Circulante	3.607.901	3.027.607
Patrimônio Líquido	4.319.737	4.455.577
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>8.357.635</b>	<b>8.031.310</b>
<b>RESULTADO</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Receita operacional líquida	1.471.755	1.271.697
Custo de Operação	(948.722)	(986.692)
Lucro Operacional Bruto	523.033	285.005
Despesa Operacional	(136.320)	(105.349)
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>386.713</b>	<b>179.656</b>
Despesa financeira de encargos de dívidas	(315.992)	(278.344)
Variações monetárias e cambiais	(351.784)	78.243
Ativo atuarial - entidade de previdência privada	(9.953)	136.661
Ajuste a vr presente do passivo para descomissionamento	106.513	-
Receitas financeiras líquidas	(17.942)	10.158
Resultado financeiro	(589.158)	(53.282)
Outras despesas	(330)	(507)
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<b>(202.775)</b>	<b>125.867</b>
Contribuição Social e Imposto de Renda	(79.295)	(1.212)
Participação nos Lucros	-	(6.987)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(282.070)</b>	<b>117.668</b>

Ao final do exercício de 2008, a Empresa apresentou um Prejuízo Líquido de R\$ 282,0 milhões, que pode ser explicado pelo seguinte:

### a) Resultado do Serviço

A partir da Receita Operacional Líquida de R\$ 1.471,7 milhões, após computados o Custo do Serviço R\$ 948,7 milhões, e a Despesa Operacional de R\$ 136,3 milhões, apurou-se ao final do exercício de 2008, um Resultado do Serviço - positivo (lucro antes do financeiro) de R\$ 386,7 milhões, cerca de 115% a maior em relação ao apurado no exercício de 2007.



Para a adequada comparabilidade com os números do exercício de 2007 e a correta avaliação do comportamento do Resultado do Serviço no exercício de 2008, devem ser expurgados os ajustes relativos aos lançamentos de despesas excepcionais incorridos no exercício de 2007, cujo valor líquido foi de R\$ 114,9 milhões, composto dos seguintes lançamentos:

- ✓ Ajuste do Passivo para o Descomissionamento, que gerou um incremento na despesa na ordem de R\$ 136,7 milhões;
- ✓ Apropriação na despesa de parte do acordo do IPTU do CNAAA (1993/2007) de R\$ 21,9 milhões; e
- ✓ Registro da reintegração acumulada das obrigações especiais relativos a investimentos em Angra 1, conforme regulamentação da ANEEL, que gerou um crédito na despesa de depreciação de R\$ 43,7 milhões.

Dessa forma, para uma adequada análise da evolução do Resultado do Serviço, compara-se o Resultado do Serviço de 2008 de R\$ 386,7 milhões, com o do exercício de 2007 de R\$ 294,5 milhões, já com o expurgo dos registros excepcionais, apura-se um efetivo crescimento de 31%, que pode ser considerada uma ótima performance, pois elevou a Margem Operacional de Serviço da Empresa para 26% em 2008.

Como resumo para o entendimento analítico dessa evolução no Resultado do Serviço, que passou de R\$ 294,5 milhões (com expurgos das excepcionalidades) em 2007 para R\$ 386,7 milhões em 2008, destaca-se o seguinte:

- ✓ Crescimento na Receita Operacional Líquida (faturamento) de R\$ 200,0 milhões em relação a 2007, equivalente a 16%, conforme quadro abaixo; e
- ✓ Crescimento nos Custos e Despesas Operacionais de R\$ 107,8 milhões em relação a 2007, equivalente a 11%, conforme quadro abaixo.

#### Síntese do Resultado do Serviço

RESULTADO DO SERVIÇO AJUSTADO	R\$ MIL		
	2008	VAR.	2007
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.471.755</b>	<b>16%</b>	<b>1.271.697</b>
Custo de Operação	(948.722)		(986.692)
(-) Lançamentos Excepcionais	-		114.823
Despesa Operacional	<u>(136.320)</u>		<u>(105.349)</u>
<b>Custo Ajustado e Despesa Operacional</b>	<b>(1.085.042)</b>	<b>11%</b>	<b>(977.218)</b>
<b>Resultado do Serviço Ajustado</b>	<b>386.713</b>	<b>31%</b>	<b>294.479</b>



---

## **b) Resultado Financeiro**

### **b-1) Encargos de Dívidas**

Os encargos financeiros de R\$ 315,9 milhões, basicamente constituída sobre a dívida com Empréstimos e Financiamentos com a ELETROBRÁS (R\$ 308,2 milhões), registrou um crescimento de 13% em relação à despesa da mesma natureza incorrida em 2007, sendo parcela desses encargos capitalizada de forma a criar um perfil econômico adequado às disponibilidades financeiras a cada ano.

### **b-2) Variações monetárias e Cambiais**

As Variações monetárias e cambiais passivas e ativas líquidas negativas de R\$ 351,7 milhões, diferentes da posição das variações de 2007 que se apresentou positiva em R\$ 78,2 milhões, estão assim compostas:

- ✓ Despesa financeira de variação cambial de R\$ 153,2 milhões, em função da valorização do Dólar norte-americano frente ao REAL de 32%, verificada de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2008, tendo como contrapartida o aumento do Passivo para o Descomissionamento;
- ✓ Despesa financeira de variação cambial calculada sobre as dívidas em EUROS de empréstimos e financiamentos da ELETROBRÁS e de fornecedores estrangeiros, equivalente a R\$ 61,1 milhões, explicada pela valorização do EURO frente ao REAL de 24%, verificada de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2008;
- ✓ Despesas de variação monetária de R\$ 126,8 milhões, calculadas sobre as dívidas em Real de empréstimos e financiamentos da ELETROBRÁS, e de R\$ 10,5 milhões, calculadas sobre outras dívidas. Tais variações decorrem do crescimento verificado ao longo do exercício de 2008 nos indexadores IGPM2, SELIC, IGPM1 e INPC.

### **b-3) Receita financeira de ajuste a valor presente**

A Receita financeira de ajuste a valor presente de R\$ 106,5 milhões, decorre do registro do ajuste a valor presente sobre a obrigação para o Descomissionamento. Trata-se de uma nova prática contábil introduzida pela Lei nº 11.638/07, que alterou a Lei das Sociedades Anônimas. No cálculo foi considerado o custo total estimado do Descomissionamento descontado a 8,57% ao ano, aprovado por Resolução da Diretoria da ELETROBRÁS, desde o final de vida útil econômica das usinas Angra 1 e 2 até a data do balanço, na forma do Pronunciamento Técnico CPC nº 12 aprovado pela Deliberação CVM nº 564/08

### **b-4) Outras Receitas e Despesas Financeiras**

A Receita de aplicações financeiras consignada ao longo do exercício de 2008 foi de R\$ 7 milhões.



Também incorreram ao longo do exercício de 2008, outras receitas e despesas financeiras de diversas naturezas tais como receita financeira do fundo de Descomissionamento, despesas de juros e multa sobre parcelamento de Pasep/Cofins e outras de pequenas montas, que ao final do exercício totalizaram R\$ 17 milhões.

### c) Avaliação do Resultado Operacional e do Prejuízo do Exercício

Em resumo, conclui-se que, embora a Empresa tenha apresentado um lucro de R\$ 386,7 milhões como Resultado do Serviço, equivalente a 26% de Margem Operacional do Serviço, o resultado financeiro negativo, fortemente influenciado pelos encargos e variações monetárias sobre as obrigações de financiamentos e de Descomissionamento, mudou a condição do resultado para um Prejuízo Operacional de R\$ 202,7 milhões, que equivale a Margem Operacional negativa de 13%.

As despesas de contribuição social e imposto de renda em destaque após o resultado operacional, montaram em R\$ 79,3 milhões e foram calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas advindas da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 e sobre a Provisão do ativo atuarial, e são diferidas na forma da Instrução CVM nº 371/02.

Assim o prejuízo líquido do exercício fechou em R\$ 282,0 milhões, equivalente a uma Taxa de Lucratividade Final negativa de 19%.

#### Síntese do Resultado Operacional e do Prejuízo do Exercício

<b>RESULTADO OPERACIONAL E PREJUÍZO LÍQUIDO</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>386.713</b>	<b>179.656</b>
Despesa financeira de encargos de dívidas	(315.992)	(278.344)
Ativo atuarial - entidade de previdência privada	(9.953)	136.661
Variações monetárias sobre empréstimos e dívidas	(137.416)	(84.352)
Variações cambiais sobre empréstimos e dívidas	(61.100)	85.272
Var.cambial sobre o Passivo para Descomissionamento	(153.268)	77.323
Ajuste a vr presente do passivo para descomissionamento	106.513	-
Receitas financeiras líquidas	(17.942)	10.158
	<b>(589.158)</b>	<b>(53.282)</b>
Outras despesas	(330)	(507)
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<b>(202.775)</b>	<b>125.867</b>
Contribuição Social e Imposto de Renda	(20.990)	(1.212)
Participação nos Lucros	(58.305)	(6.987)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(282.070)</b>	<b>117.668</b>



## - Indicadores financeiros e econômicos

Abaixo quadro comparativo dos Indicadores Financeiros e Econômicos:

INDICADORES	2008	2007
Liquidez Corrente	2,01	1,37
Liquidez Geral	0,43	0,43
Endividamento Total	0,48	0,45
Rentabilidade do Capital Próprio - %	-6,53	2,64
Margem Operacional Bruta - %	35,54	22,41
Margem Operacional do Serviço - %	26,28	14,13
Margem Operacional Líquida - %	-13,78	9,90
Taxa de Lucratividade Final - %	-19,17	9,25

## A ELETRONUCLEAR E A SOCIEDADE

O cumprimento dos preceitos estatutários da ELETRONUCLEAR, como delegada da União para produzir eletricidade de origem nuclear no País, está intrinsecamente associado ao desenvolvimento de atividades que garantam o atendimento de todos os requisitos de segurança inerentes às suas instalações, bem como a inserção equilibrada deste processo produtivo nas atividades sócio-econômicas da macrorregião de Angra dos Reis.

A ELETRONUCLEAR desenvolve ações e estabelece políticas que proporcionem benefícios não só à empresa, mas também para toda a sociedade. O comprometimento da Empresa com os municípios de Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro, circunvizinhos à Central Nuclear, se traduz por ações de responsabilidade social, através de convênios, programas ou projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, e, ao lado de governos e do setor elétrico, em prol do desenvolvimento sustentável da região.

Em reconhecimento ao importante trabalho que a ELETRONUCLEAR desenvolve nesse contexto, a empresa foi agraciada no exercício de 2008 com a **Certificação de Empresa Cidadã**, referente ao Balanço Social de 2007, outorgada pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC-RJ) em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e com a Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (FECOMÉRCIO-RJ).



---

**As principais ações de inclusão social desenvolvidas no período foram:**

- **Fundação Eletronuclear de Assistência Médica – FEAM** – Mantida pela ELETRONUCLEAR, a FEAM administra o Hospital de Praia Brava, que atende não só aos empregados e colaboradores da ELETRONUCLEAR, mas a toda a população vizinha à área da Central Nuclear, estendendo sua atuação aos municípios de Angra dos Reis e Paraty, e constituindo-se, assim, em um importante agente na melhoria da qualidade de vida de toda a região, como fica demonstrado, no quadro a seguir, pelo volume de atendimentos realizados:

Atividades	Quantidade em 2008
Cirurgias	1.924
Partos Cesárias	292
Partos Normais	180
Internações	2.664
Exames de Laboratórios	134.831
Exames Radiológicos	29.928
Ultrasonografia	4.132
Ecocardiograma	1.625
Consultas Ambulatoriais	23.539
Consultas Emergenciais	71.325

Dos mais de 100 mil atendimentos anuais do Hospital de Praia Brava, 90% são prestados aos habitantes das comunidades e municípios vizinhos.

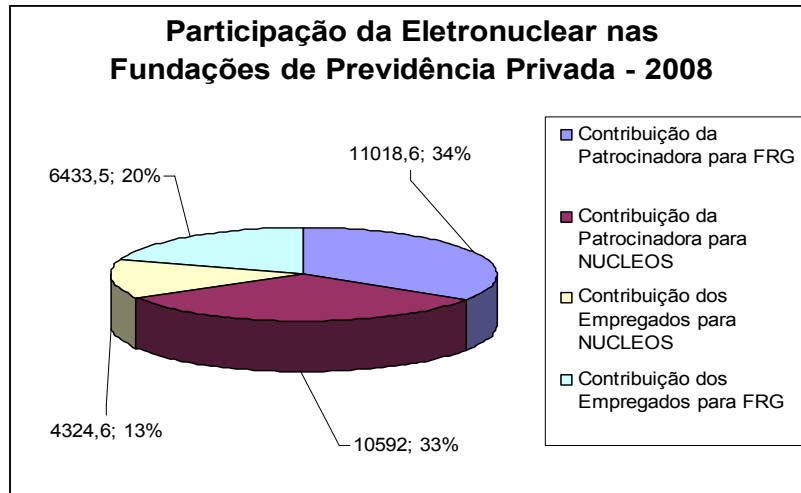
Além destes atendimentos, a ELETRONUCLEAR firmou convênios para a construção de uma UTI neonatal no hospital de Paraty e para a reforma do posto de saúde de Tarituba.

Nos dias 15 a 17 de outubro de 2008, foi realizado o 12º Encontro do REMPAN (Radiation Emergency Medical Preparedness and Assistance Network), no qual a FEAM passou a fazer, formalmente, parte das instituições que são referência em resposta a acidentes envolvendo radiações ionizantes, sendo a única instituição no Brasil com capacidade de pronta resposta médica nesta área. Para se tornar uma instituição associada ou um centro colaborador, é necessário manter-se no caminho da ciência e da técnica, produzindo material especializado para suporte aos profissionais de saúde. Nesse sentido foram realizados treinamentos em Oak Ridge, centro de referência para capacitação de recursos humanos em saúde nos EUA.



- 
- **Repovoamento Marinho da Baía de Ilha Grande – Projeto Pomar** - A ELETRONUCLEAR é parceira do Instituto de Ecodesenvolvimento da Baía de Ilha Grande neste projeto, que eliminou a ameaça de extinção do coquille Saint-Jacques na região. O projeto fomentou a instalação de várias fazendas marinhas e, desde setembro de 2007, a ELETRONUCLEAR inaugurou sua própria fazenda, localizada na Ilha Comprida, em frente às usinas de Angra 1 e 2, e que já abriga 20 mil sementes de coquille. Com este projeto a empresa conquistou, em maio de 2008, o prêmio “Selo de Responsabilidade Social 2008 do Crea/RJ”.
  - **Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos – Projeto Malê** - Este projeto, em parceria com a ONG SEMEAR, tem por finalidade elevar a escolaridade de jovens e adultos das comunidades carentes de Angra e Paraty. Atuando em três frentes, alfabetização, incentivo ao cooperativismo e geração de renda através do artesanato, o projeto é um importante vetor da atuação social da ELETRONUCLEAR, tendo recebido “Moção de Louvor” da ALERJ – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.
  - **Centro de Formação Técnica Costa Verde** – Este projeto leva em consideração a necessidade de mão-de-obra qualificada e os anseios da comunidade da macrorregião no entorno da CNAAA, e se propõe a qualificar profissionais existentes nessa região, sem a necessidade de deslocamento para os grandes centros.  
Nesse contexto, no âmbito da parceria entre o Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ e a ELETRONUCLEAR, foram tomadas medidas para criar um pólo de educação tecnológica para o desenvolvimento da região da Costa Verde, através de processo de educação diferenciada a partir da implantação de cursos técnicos. O projeto de implantação terá início em 2009.
  - **Assistência Médica** – A saúde e o bem-estar de seus empregados e seus familiares é uma das principais preocupações da Empresa, que investe nessa área oferecendo e aprimorando planos de benefícios além dos legalmente previstos, podendo ser citados dentre outros, por exemplo, o plano médico-odontológico, o reembolso de medicamento de uso contínuo, a previdência privada, a política salarial, o programa de qualidade de vida, o auxílio alimentação, o reembolso de óculos, as bolsas educacionais, etc.





- **Ouvidoria** - O ano de 2008 marcou a consolidação da Ouvidoria da ELETRONUCLEAR, voltada para os públicos interno e externo. No exercício foram recebidas 336 manifestações, 60% das quais oriundas do público externo. Do total de manifestações, 97,92% foram plenamente resolvidas.
- **Centro de Treinamento (CT)** - A empresa dispõe de um moderno Centro de Treinamento (CT) instalado na Vila Residencial Mambucaba, em Paraty, que conta com locais apropriados para o ensino prático de tarefas de operação e manutenção e com um simulador que reproduz a sala de controle de Angra 2, onde são treinados também, além dos operadores da ELETRONUCLEAR, operadores de usinas estrangeiras. As atividades de treinamento e gestão do conhecimento permeiam toda a organização.

O comprometimento da ELETRONUCLEAR com o ambiente externo e com a melhoria da qualidade de vida da população, de seus empregados e prestadores de serviço estão registrados em seu Balanço Social – Informações de Natureza Social e Ambiental, que expressa o compromisso de sua administração na busca da harmonia e da integração entre capital, trabalho e o meio ambiente, conforme as informações contidas no Balanço Social a seguir:



BALANÇO SOCIAL - INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL							1/3
	2008			2007			
<b>1 - GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA - DVA</b>							
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	R\$ MIL	Dstrib %		R\$ MIL	Dstrib %		
Empregados	295.166	54,2%		262.302	40,8%		
Governo	192.486	35,4%		110.853	17,2%		
Financiadores	325.945	59,9%		141.683	22,0%		
Acionistas	(282.070)	-51,8%		117.668	18,3%		
Outros	12.778	2,3%		10.642	1,7%		
<b>Total</b>	<b>544.305</b>	<b>100,0%</b>		<b>643.148</b>	<b>100,0%</b>		
<b>2 - BASES DE CÁLCULO DOS INDICADORES PERCENTUAIS</b>							
	R\$ MIL			R\$ MIL			
Receita Líquida (RL)	1.471.755			1.271.697			
Resultado Operacional (RO)	(202.445)			126.374			
Folha de Pagamento Bruta (FPB) (Remuneração + Encargos)	289.348			259.764			
<b>3 - RECURSOS HUMANOS</b>							
<b>REMUNERAÇÃO BRUTA</b>	R\$ MIL	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ MIL	% sobre FPB	% sobre RL	
Empregados	208.533	72,1%	14,2%	186.540	71,8%	14,7%	
Administradores	1.450	0,5%	0,1%	1.313	0,5%	0,1%	
Terceirizados	594	0,2%	0,0%	4.411	1,7%	0,3%	
<b>Total</b>	<b>210.577</b>	<b>72,8%</b>	<b>14,3%</b>	<b>192.264</b>	<b>74,0%</b>	<b>15,1%</b>	
<b>RELAÇÃO ENTRE A MENOR E A MAIOR REMUNERAÇÃO</b>							
	%			%			
Empregados	4,95%			4,69%			
Administradores	NH			NH			
<b>ENCARGOS SOCIAIS</b>							
	R\$ MIL	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ MIL	% sobre FPB	% sobre RL	
Empregados	80.815	27,9%	5,5%	73.224	28,2%	5,8%	
Administradores	384	0,1%	0,0%	347	0,1%	0,0%	
Terceirizados	238	0,1%	0,0%	1.764	0,7%	0,1%	
<b>Total</b>	<b>81.437</b>	<b>28,1%</b>	<b>5,5%</b>	<b>75.335</b>	<b>29,0%</b>	<b>5,9%</b>	
<b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS</b>							
	R\$ MIL	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ MIL	% sobre FPB	% sobre RL	
Alimentação	18.189	6,3%	1,2%	15.386	5,9%	1,2%	
Transporte	7.201	2,5%	0,5%	7.451	2,9%	0,6%	
Previdência Privada	24.974	8,6%	1,7%	22.691	8,7%	1,8%	
Saúde	25.705	8,9%	1,7%	24.332	9,4%	1,9%	
Segurança e Medicina do Trabalho	2.177	0,8%	0,1%	2.048	0,8%	0,2%	
Educação	83	0,0%	0,0%	127	0,1%	0,0%	
Cultura	195	0,1%	0,0%	186	0,1%	0,0%	
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	4.912	1,7%	0,3%	4.449	1,7%	0,3%	
Creches ou Auxílio-creche	1.054	0,4%	0,1%	484	0,2%	0,0%	
Habitação (Manutenção Predial e Urbana das Vilas Residenciais)	5.819	2,0%	0,4%	6.880	2,6%	0,5%	
Participação nos lucros ou resultados	31.407	10,9%	2,1%	22.724	8,7%	1,8%	
Outros Benefícios	1.453	0,5%	0,1%	1.663	0,6%	0,1%	
<b>Total</b>	<b>123.169</b>	<b>42,7%</b>	<b>8,2%</b>	<b>108.421</b>	<b>41,7%</b>	<b>8,4%</b>	


**BALANÇO SOCIAL - INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL**
**2/3**

	2008			2007		
	R\$ MIL	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ MIL	% sobre FPB	% sobre RL
<b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A TERCEIRIZADOS</b>						
Alimentação	131	0,0%	0,0%	805	0,3%	0,1%
<b>COMPOSIÇÃO DO CORPO FUNCIONAL</b>	UNIDADE			UNIDADE		
Total de empregados ao final do exercício	2.243			2.223		
Total de admissões durante o exercício	75			131		
Total de demissões durante o exercício	55			65		
Total de estagiários ao final do exercício	81			70		
Total de prestadores de serviço terceirizados ao final do exercício	NH			21		
Total de empregados com necessidades especiais ao final do exerc.	17			17		
Total de negros que trabalham na Empresa	ND			ND		
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros	ND			ND		
Total de empregados por sexo:						
. Feminino	405			401		
. Masculino	1.838			1.822		
Percentual de ocupantes de cargos de chefia por sexo:						
. Feminino	8,2%			5,8%		
. Masculino	91,8%			94,2%		
Total de empregados por faixa etária:						
. menores de 18 anos	0			0		
. de 18 a 35 anos	552			574		
. de 36 a 45 anos	462			449		
. de 46 a 60 anos	1.130			1.126		
. acima de 60 anos	99			74		
Total de empregados por nível de escolaridade:						
. analfabetos	0			0		
. com ensino fundamental	172			190		
. com ensino médio	230			138		
. com ensino técnico	810			780		
. com ensino superior	684			683		
. pós-graduados	347			432		
<b>AÇÕES TRABALHISTAS MOVIDAS PELOS EMPREGADOS CONTRA A ENTIDADE</b>						
Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade	UNIDADE	87		UNIDADE	24	
Número de processos trabalhistas julgados procedentes	UNIDADE	1		UNIDADE	12	
Número de processos trabalhistas julgados improcedentes	UNIDADE	13		UNIDADE	55	
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R\$ MIL	1.317		R\$ MIL	815	


**BALANÇO SOCIAL - INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL**
**3/3**

	2008			2007		
<b>4- INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO</b>						
<b>RELACIONADOS COM A COMUNIDADE</b>	R\$ MIL			R\$ MIL		
<b>Total de investimentos/gastos em:</b>						
Educação	3.943			2.948		
Cultura	1.108			1.055		
Saúde e Saneamento	16.478			12.568		
Esporte e lazer	10			75		
Alimentação	147			304		
<b>Total dos investimentos/gastos com a comunidade</b>	<b>21.686</b>			<b>16.950</b>		
Tributos ( excluídos os encargos sociais)	140.105			163.525		
<b>Total relacionamento com a comunidade</b>	<b>161.791</b>			<b>180.475</b>		
<b>INTERAÇÃO COM OS CLIENTES</b>	UNIDADE			UNIDADE		
Número de reclamações recebidas diretamente na empresa	NH			NH		
Número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor	NH			NH		
Número de reclamações recebidas por meio da justiça	NH			NH		
Número de reclamações atendidas em cada instância arrolada	NH			NH		
Montante de multas e indenizações pagas a clientes	NH			NH		
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações	NH			NH		
<b>INTERAÇÃO COM OS FORNECEDORES</b>						
Como critério de responsabilidade social na seleção dos fornecedores, são exigidos os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa	SIM			SIM		
<b>5 - INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE</b>	R\$ MIL	% sobre RO	% sobre RL	R\$ MIL	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos relacionados com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	66.813	-33,0%	4,5%	61.604	48,7%	4,8%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	65	0,0%	0,0%	91	0,1%	0,0%
Investimentos e gastos com a educação para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	86	0,0%	0,0%	35	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com educação ambiental para comunidade	507	-0,3%	0,0%	432	0,3%	0,0%
Investimentos e gastos em outros projetos ambientais - Quotas para descomissionamento das Usinas Nucleares	33.599	-16,6%	2,3%	171.736	135,9%	13,5%
Investimentos e gastos em outros projetos ambientais - Diversos	6.465	-3,2%	0,4%	7.625	6,0%	0,6%
Passivos Contingenciais	NH	-	-	NH	-	-
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental determinadas administrativa e/ou judicialmente	NH	-	-	NH	-	-
<b>Total da interação com o meio ambiente</b>	<b>107.535</b>	<b>-53,1%</b>	<b>7,2%</b>	<b>241.523</b>	<b>191,0%</b>	<b>18,9%</b>
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	UNIDADE	2		UNIDADE	4	
<b>NOTAS:</b> 1 - Para melhor enquadramento do conteúdo dos dados informados, alguns itens divulgados no exercício de 2007 tiveram seus valores revisados no presente demonstrativo. 2 - A Demonstração do Valor Adicionado - DVA, com todos os seus detalhes, é um relatório componente das demonstrações contábeis e está apresentado no conjunto das mesmas. 3 - Legenda: ND = Não Disponível; NH = Não Houve						



---

## AGRADECIMENTOS

No encerramento do exercício de 2008, a Diretoria Executiva da Eletrobrás Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR vem agradecer aos empregados que se engajaram nas conquistas da Empresa, pelo elevado espírito de participação e empenho em suas funções; à população da macrorregião da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, pelo apoio às nossas atividades e pelas diversas parcerias empreendidas na busca do desenvolvimento econômico e social da região; a todos nossos clientes, acionistas, parceiros e fornecedores; aos Conselheiros de Administração e Fiscal, pela diligente condução da gestão da empresa; à Diretoria da ELETROBRÁS e ao Ministério de Minas e Energia, pela confiança em nós depositada.

Othon Luiz Pinheiro da Silva	Diretor-Presidente
Paulo Sérgio Petis Fernandes	Diretor de Administração e Finanças
Pérsio José Gomes Jordani	Diretor de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente
Pedro José Diniz de Figueiredo	Diretor de Operação e Comercialização
Luiz Antonio de Amorim Soares	Diretor Técnico



# Demonstrações Contábeis



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

**ELETRONUCLEAR**

CNPJ: 42.540.211/0001-67

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**

( em milhares de reais )

<b>ATIVO</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b> (Reclassificado)
<b>CIRCULANTE</b>		
Numerário disponível	15.650	27.050
Aplicações financeiras	104.077	36.869
Concessionárias e Permissionárias - Nota 4	284.037	276.972
Devedores diversos	37.021	25.464
Estoque		
- Elementos de combustível nuclear - Nota 5a	286.903	243.325
- Material de almoxarifado - Nota 5b	36.161	42.990
Ativo atuarial - Nota 21-I	24.656	21.182
Créditos fiscais	40.659	34.854
Custos de paradas das usinas diferidos	31.365	39.476
Outros direitos	2.570	2.988
	<b>863.099</b>	<b>751.170</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Estoque		
- Concentrado de urânio - Nota 5a	104.442	71.301
- Elementos de combustível nuclear - Nota 5a	146.736	194.633
- Material de almoxarifado - Nota 5b	259.213	242.615
Serviços em curso - combustível nuclear - Nota 5a	214.751	148.639
Ativo atuarial - Nota 21-I	102.052	115.480
Fundo financeiro - descomissionamento - Nota 6	41.860	-
Cauções e depósitos vinculados - Nota 14c	6.181	5.431
Outros direitos	16.763	15.732
	<b>891.998</b>	<b>793.831</b>
<b>Investimentos</b>	1.265	1.265
<b>Imobilizado</b> - Nota 8		
Custo menos depreciação e amortização	6.575.602	6.468.583
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(2.245)	(3.821)
	<b>6.573.357</b>	<b>6.464.762</b>
<b>Intangíveis</b> - Nota 9	27.916	20.282
	<b>7.494.536</b>	<b>7.280.140</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>8.357.635</b>	<b>8.031.310</b>

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

**ELETRONUCLEAR**

CNPJ: 42.540.211/0001-67

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**

( em milhares de reais )

<b>PASSIVO</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b> (Reclassificado)
<b>CIRCULANTE</b>		
Fornecedores - Nota 10	193.493	207.994
Encargos de dívidas - Nota 11a	2.174	6.481
Empréstimos e financiamentos - Nota 11a	63.661	177.987
Tributos e contribuições sociais - Nota 12	53.068	50.088
Entidade de previdência privada - dívida - Nota 21-I	24.656	21.182
Dividendos - Nota 17	28.804	27.946
Participação nos lucros - Nota 18	7.200	6.987
Obrigações de folha de pagamento	14.832	10.136
Provisões de férias e 13º salário	39.204	34.723
Outras obrigações	2.905	4.602
	<b>429.997</b>	<b>548.126</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Empréstimos e financiamentos - Nota 11a	2.832.099	2.264.727
Tributos e contribuições sociais - Nota 12	255.867	48.157
Passivo para descomissionamento - Nota 13a	637.884	451.017
Ajuste a valor presente do descomissionamento - Nota 13b	(371.716)	-
Entidade de previdência privada - dívida - Nota 21-I	102.052	115.480
Entidade de previdência privada - provisão atuarial - Nota 21-II	106.603	113.310
Provisão para contingências judiciais - Nota 14	45.106	34.910
Outras obrigações	6	6
	<b>3.607.901</b>	<b>3.027.607</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital realizado atualizado - Nota 15b	3.296.032	3.295.768
Reservas de capital - Nota 15c	903.064	903.064
Reservas de lucros - Nota 15d	120.641	120.641
Lucros acumulados	-	135.840
Recursos destinados a aumento de capital - Nota 15a	-	264
	<b>4.319.737</b>	<b>4.455.577</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>8.357.635</b>	<b>8.031.310</b>

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
( em milhares de reais, exceto lucro por ação )

	<b>2008</b>	<b>2007</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>		
Suprimento de energia elétrica - Nota 23	1.569.817	1.355.885
Serviços de engenharia		
Renda de prestação de serviços	211	229
Custo do serviço prestado	(209)	(173)
	<u>2</u>	<u>56</u>
Deduções da receita operacional		
Impostos e contribuições sobre vendas	(57.423)	(49.533)
Quota para a reserva global de reversão - Nota 20	(40.641)	(34.711)
	<u>(98.064)</u>	<u>(84.244)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.471.755</b>	<b>1.271.697</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>		
Pessoal	239.738	208.802
Material	44.271	37.620
Matéria prima - consumo do combustível	239.142	185.980
Serviços de terceiros	142.625	158.424
Depreciação e amortização	181.654	139.239
Quotas para descomissionamento - Nota 13a	33.599	171.736
Encargos de uso da rede elétrica	45.467	41.975
Outros custos	22.226	42.916
	<u>948.722</u>	<u>986.692</u>
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>523.033</b>	<b>285.005</b>
<b>DESPESA OPERACIONAL</b>		
Pessoal	55.428	46.513
Serviços de terceiros	30.939	26.918
Depreciação e amortização	3.799	3.408
Taxa de fiscalização da ANEEL - Nota 20	6.453	5.966
Tributos	11.285	1.328
Provisão (reversão) atuarial - entidade de previdência privada - Nota 21-II	(6.707)	5.312
Provisão (reversão) para contingências judiciais	11.587	(2.459)
Outras despesas operacionais	23.536	18.363
	<u>136.320</u>	<u>105.349</u>
<b>Resultado do serviço</b>	<b>386.713</b>	<b>179.656</b>
<b>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</b>		
Encargos de dívidas - Nota 19	(315.992)	(278.344)
Ajuste de avaliação de ativo atuarial - Nota 21-I	(9.953)	136.661
Variação cambial - empréstimos e financiamentos; e dívidas - Nota 19	(61.100)	85.272
Variação cambial - passivo para descomissionamento - Nota 9	(153.268)	77.323
Variação monetária - empréstimos e financiamentos; e dívidas - Nota 9	(137.416)	(84.352)
Ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento	106.513	-
Outras	(17.942)	10.158
	<u>(589.158)</u>	<u>(53.282)</u>
Outras despesas	(330)	(507)
<b>Resultado operacional</b>	<b>(202.775)</b>	<b>125.867</b>
Contribuição social - Nota 16b	(20.990)	(321)
Imposto de renda - Nota 16b	(58.305)	(891)
<b>Lucro (prejuízo) antes da participação nos lucros</b>	<b>(282.070)</b>	<b>124.655</b>
Participação no lucro do exercício	-	(6.987)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(282.070)</b>	<b>117.668</b>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>
<b>Lucro (prejuízo) líquido por lote de mil ações - R\$</b>	<b>(22,89)</b>	<b>9,55</b>

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

**ELETRONUCLEAR**

CNPJ: 42.540.211/0001-67

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
E DOS RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
( em milhares de reais )

	<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>RESERVAS DE CAPITAL</b>	<b>RESERVAS DE LUCROS (Reclassificado)</b>	<b>LUCROS (PREJÚZOS) ACUMULADOS (Reclassificado)</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL</b>	<b>TOTAL</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006</b>	<b>3.295.768</b>	<b>903.064</b>	<b>30.919</b>	<b>135.840</b>	<b>4.365.591</b>	<b>205</b>	<b>4.365.796</b>
Recursos destinados a aumento de capital - Eletrobrás:							
- Atualização monetária do AFAC Res.622/04	-	-	-	-	-	59	59
Lucro do exercício - R\$ 9,55 por lote mil ações	-	-	-	117.668	117.668	-	117.668
Destinação dos lucros:							
- Reserva legal	-	-	5.883	(5.883)	-	-	-
- Reserva de retenção de lucros	-	-	83.839	(83.839)	-	-	-
- Dividendos	-	-	-	(27.946)	(27.946)	-	(27.946)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007</b>	<b>3.295.768</b>	<b>903.064</b>	<b>120.641</b>	<b>135.840</b>	<b>4.455.313</b>	<b>264</b>	<b>4.455.577</b>
Ajustes iniciais decorrentes da Lei 11.638/2007:							
- Ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento	-	-	-	175.034	175.034	-	175.034
Recursos destinados a aumento de capital - Eletrobrás:							
- Capitalização de créditos - AGE 78ª de 29/12/08	264	-	-	-	264	(264)	-
Prejuízo do exercício - (R\$ 22,89) por lote mil ações	-	-	-	(282.070)	(282.070)	-	(282.070)
Destinação dos lucros acumulados:							
- Dividendos	-	-	-	(28.804)	(28.804)	-	(28.804)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>	<b>3.296.032</b>	<b>903.064</b>	<b>120.641</b>	<b>-</b>	<b>4.319.737</b>	<b>-</b>	<b>4.319.737</b>

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

**ELETRONUCLEAR**

CNPJ: 42.540.211/0001-67

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
( em milhares de reais )**

	<b>2008</b>
<b>1 - GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	
Receitas de venda de energia e serviços	1.569.819
<b>2 - MENOS:</b>	
INSUMOS	
Serviços de terceiros	173.564
Materiais	45.189
Combustível para produção de energia	239.142
Variação monetária passiva	137.416
Variação cambial passiva (reversão)	214.368
Ajuste ativo atuarial entidade de previdência privada	9.953
Encargos de uso da rede elétrica	45.467
Seguros	6.659
Luz, telefone, água e esgoto	9.362
Taxa de fiscalização da ANEEL	6.453
Outros custos operacionais	12.533
	<b>900.106</b>
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>669.713</b>
<b>4 - RETENÇÕES</b>	
Quotas de reintegrações (depreciação e amortização)	(185.453)
Descomissionamento Angra 1 e 2	72.914
Provisão para contingências judiciais	(11.587)
Provisão atuarial	6.707
	<b>(117.419)</b>
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO</b>	<b>552.294</b>
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	
Receitas financeiras	(17.942)
<b>7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>534.352</b>
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	
Remuneração do trabalho	295.166
Governos:	
- Impostos, taxas e contribuições	151.845
- Encargos setoriais	40.641
Encargos de dívidas	315.992
Aluguéis	12.778
	<b>816.422</b>
Lucro (prejuízo) do exercício	(282.070)
<b>TOTAL</b>	<b>534.352</b>

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações co

<b>2007</b> <b>(Reclassificado)</b>
1.355.941
185.342
38.539
185.980
84.352
(162.595)
(136.661)
41.975
7.743
7.870
5.966
17.531
<b>276.042</b>
<b>1.079.899</b>
(142.647)
(171.736)
2.461
(5.313)
<b>(317.235)</b>
<b>762.664</b>
10.158
<b>772.822</b>
255.315
76.142
34.711
278.344
10.642
<b>655.154</b>
117.668
<b>772.822</b>
ontábeis)

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

( em milhares de reais )

<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2008</b>	<b>2007 (Reclassificado)</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(282.070)</b>	<b>117.668</b>
<b>Ajustes na conciliação do lucro (prejuízo) líquido com o caixa gerado</b>		
Depreciação de ativo imobilizado	185.453	142.647
Baixas de imobilizado - valor residual	14.173	13.231
Consumo de matéria-prima e material do estoque	284.331	224.519
Variações monetárias do passivo para descomissionamento	153.268	(77.323)
Variações monetárias financiamentos - Eletrobrás	186.097	(1.017)
Variações monetárias dívidas - entidade de previdência privada	12.388	8.231
Variações monetárias - fornecedores e outras	1.839	(6.955)
Encargos de dívidas sobre financiamentos - Eletrobrás	308.195	268.205
Encargos de dívidas - entidade de previdência privada	7.797	8.262
Ajuste de avaliação de ativo atuarial	9.953	(136.661)
Participação nos lucros e resultados	7.200	6.987
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	79.295	1.212
Quotas do passivo para descomissionamento	33.599	171.736
Ajuste a valor presente passivo para descomissionamento	(106.513)	-
Outros ajustes	27.289	15.849
	<b>922.294</b>	<b>756.591</b>
<b>Variação - (acréscimo) e decréscimo - nos ativos operacionais</b>		
Concessionárias e permissionárias - Furnas	(7.065)	(9.111)
Estoques	(389.034)	(309.151)
Impostos e taxas a recuperar - PASEP, COFINS, IRPJ, CSLL e outros	(4.512)	144
Fundo financeiro de descomissionamento	(31.902)	-
Amortização do contas a receber - Furnas	1.135	7.338
Outras variações nos ativos operacionais	(6.201)	(22.034)
	<b>(437.579)</b>	<b>(332.814)</b>
<b>Variação - acréscimo e (decréscimo) - nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores diversos	(16.374)	18.233
Pagamento de dividendos	(30.407)	(7.232)
Impostos e taxas (exceto imposto de renda e contribuição social)	8.890	43.115
Obrigações de folha de pagamento e provisão de férias	9.177	9.511
Participação nos lucros e resultados	(6.987)	(1.784)
Outras variações nos passivos operacionais	(1.697)	(1.193)
	<b>(37.398)</b>	<b>60.650</b>
<b>Recursos provenientes das atividades operacionais</b>	<b>447.317</b>	<b>484.427</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo - Eletrobrás	104.863	62.981
Pagamento de financiamentos de natureza de curto prazo:		
Eletrobrás	(35.163)	(15.750)
Furnas	-	(62.813)
Pagamento de encargos de dívida - Furnas	-	(5.671)
Pagamento de IOF e encargos de dívida - Eletrobrás	(134.769)	(132.607)
Pagamento a Fundação Real Grandeza	(30.103)	(27.367)
<b>Recursos aplicados nas atividades de empréstimo e financiamento</b>	<b>(95.172)</b>	<b>(181.227)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(296.337)	(322.335)
<b>Recursos aplicados nas atividades de investimento</b>	<b>(296.337)</b>	<b>(322.335)</b>
- Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	63.919	83.054
- Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	119.727	63.919
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>55.808</b>	<b>(19.135)</b>

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL DA ELETRONUCLEAR  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008**

<b>SÍNTESE DO CAPITAL SOCIAL</b>			
<b>TIPO DE AÇÕES</b>	<b>QUANTIDADE DE AÇÕES</b>	<b>VALOR DO CAPITAL</b>	<b>RELAÇÃO %</b>
<b>ORDINÁRIAS</b>	<b>9.620.213.143</b>	<b>2.572.829.267,12</b>	<b>78,0583850173</b>
<b>PREFERENCIAIS</b>	<b>2.704.168.333</b>	<b>723.202.628,44</b>	<b>21,9416149827</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12.324.381.476</b>	<b>3.296.031.895,56</b>	<b>100,00</b>

<b>COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA E CAPITAL SOCIAL</b>					
<b>ACIONISTA</b>	<b>QUANTIDADE DE AÇÕES</b>				<b>CAPITAL SOCIAL</b>
	<b>ORDINÁRIAS</b>	<b>PREFERENCIAIS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>	<b>VALOR</b>
<b>Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS</b>	<b>9.613.076.187</b>	<b>2.688.199.729</b>	<b>12.301.275.916</b>	<b>99,8125215448</b>	<b>3.290.021.833,27</b>
<b>Depto de Águas Energia Elétrica Est.SP - DAEE</b>	<b>5.960.026</b>	<b>7.405.548</b>	<b>13.365.574</b>	<b>0,1084482335</b>	<b>3.476.562,88</b>
<b>LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A.</b>	<b>-</b>	<b>5.058.993</b>	<b>5.058.993</b>	<b>0,0410486564</b>	<b>1.315.911,11</b>
<b>ELETRONUCLEAR - Ações em Tesouraria</b>	<b>203</b>	<b>193</b>	<b>396</b>	<b>0,0000032131</b>	<b>103,00</b>
<b>Associação Aposentados de FURNAS</b>	<b>116</b>	<b>116</b>	<b>232</b>	<b>0,0000018825</b>	<b>60,34</b>
<b>Pessoas Físicas</b>	<b>1.176.611</b>	<b>3.503.754</b>	<b>4.680.365</b>	<b>0,0379764697</b>	<b>1.217.424,96</b>
<b>TOTAL</b>	<b>9.620.213.143</b>	<b>2.704.168.333</b>	<b>12.324.381.476</b>	<b>100,00</b>	<b>3.296.031.895,56</b>

OBS. As Ações são todas nominativas sem valor nominal



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

### NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR**, empresa de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, com sua sede fixada na Rua da Candelária nº 65 – 2º ao 10º e 12º andares – Centro - Rio de Janeiro – RJ – Cep. 20.091.020, tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentro do escopo desse objeto, vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 2.007 MW, bem como a manutenção das condições para construção da terceira unidade núcleo-elétrica, denominada usina Angra 3, cujo estágio está descrito na Nota 8, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA.

A totalidade da geração de energia elétrica é fornecida exclusivamente para a parte relacionada Furnas Centrais Elétricas S.A., único cliente da Companhia, mediante contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO		DATA DE INÍCIO DA OPERAÇÃO	Nº DE CLIENTES
		INICIAL	ATUAL		
ANGRA 1	657 MW	Portaria MME Nº 416 - 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 - 31/07/97	JAN/1985	1
ANGRA 2	1.350 MW	E.M. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 - 31/07/97	SET/2000	1
ANGRA 3	1.350 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 - 31/07/97	-	-



## **NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade da administração da Companhia e foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, e suas alterações posteriores, além de regulamentações e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conjugada com a legislação específica emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Desta forma, contemplam todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, e regulamentações promulgadas através de Pronunciamentos Técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Com a mudança das práticas contábeis brasileiras instituídas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, a Companhia optou, conforme facultado pela Deliberação CVM nº 565/08, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 13 – adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não reapresentar as cifras de 31 de dezembro de 2007, como se as novas regras já estivessem vigentes naquela data.

Assim, foi praticado o previsto no parágrafo 1º, do artigo 186 da Lei nº 6.404/76, o qual estabelece que os ajustes decorrentes de mudança de critérios (ou práticas) contábeis devem ser lançados diretamente contra lucros acumulados. Com isso, a Companhia definiu a data de transição para adoção das novas práticas contábeis em 31 de dezembro de 2008, sendo, conforme previsto no item 3, do Pronunciamento Técnico CPC nº 13, os ajustes decorrentes de mudança de práticas contábeis refletidos na conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2008.

### **2.1 - Modificações introduzidas nas práticas contábeis brasileiras:**

#### **I - Que afetaram à Companhia.**

##### **a) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR**

Substituição da Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos - DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC. Consoante o item 51, do Pronunciamento Técnico CPC nº 13, a Companhia não está apresentando a DOAR para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007. A Companhia já adotava prática de apresentar a DFC.

##### **b) Demonstração do Valor Adicionado - DVA**

Inclusão da apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, que tem por finalidade demonstrar o valor adicionado pela Companhia, bem como a composição da origem e da alocação da riqueza gerada. A Companhia já adotava a prática de apresentar a DVA.

##### **c) Intangível**

Criação, no balanço patrimonial, de novo grupo de contas denominado Intangível, para fins de registro de direitos incorpóreos destinados à manutenção e operação da Companhia, nos termos do artigo 178 da Lei nº 11.638/07.





#### **d) Resultado não operacional**

Foi eliminada a segregação entre os resultados operacionais e os não operacionais. Os valores até então registrados em contas representativas de resultados não operacionais passam a ser classificados e apresentados como outras receitas ou outras despesas no grupo operacional.

#### **e) Ajuste a valor presente**

Em atendimento à Deliberação CVM nº 564/08, de 17/02/08, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, a ELETRONUCLEAR reconheceu ajuste a valor presente sobre a Obrigação para Desmobilização das Usinas Termonucleares Angra 1 e Angra 2 no passivo para descomissionamento. Conforme definições constantes do Pronunciamento Técnico CPC nº 13 – adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, uma parcela de tal ajuste líquida dos tributos federais, foi realizada na data de transição, contra a conta de lucros acumulados.

#### **f) Valor de recuperação de ativos**

Em atendimento aos requisitos emanados pela Deliberação CVM nº 527/07, de 01/11/07, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC nº 01 – Redução ao Valor recuperável de ativos, a Companhia realizou os testes necessários a fim de verificar a recuperabilidade de seus ativos.

#### **g) Instrumentos financeiros**

A classificação de instrumentos financeiros em determinada categoria deve ser feita no momento de seu registro. Na aplicação inicial da Lei é permitido classificar os instrumentos financeiros na data de transição.

#### **h) Reserva de capital – Doações e Subvenções para Investimentos**

Em atendimento à Lei nº 11.638/07, à Medida Provisória nº 449/08 e ao Pronunciamento Técnico CPC nº 13 – adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, os saldos da reserva de capital – doações e subvenções para investimentos serão mantidos na conta até sua total utilização, e de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 07, aprovado pela Deliberação CVM nº 555/08, de 12/11/08 – quando ocorrer subvenção e assistência governamental, passa-se a aplicar o critério de reconhecimento de receita.

#### **i) Lucros acumulados**

Em atendimento à Lei nº 11.638/07, à Medida Provisória nº 449/08 e ao Pronunciamento Técnico CPC nº 13 – adoção inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a conta de lucros acumulados passou a ter natureza absolutamente transitória. Dessa forma, o saldo existente na conta de lucros acumulados ao término do exercício está sendo proposto para pagamento de dividendos.

**j) Efeitos tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08**

A Companhia optou pelo Regime Tributário Transitório (RTT) instituído pela Medida Provisória nº 449/08, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, do PASEP e da COFINS, para o biênio 2008 - 2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/76, de 15/12/76, vigentes até 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o IRPJ e a CSLL diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas advindas da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, foram registrados nas demonstrações contábeis da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a instrução CVM nº 371/02.

**II – Que não afetaram a preparação e a apresentação das Demonstrações Contábeis****a) Ativo diferido**

Eliminação do grupo de contas denominado Ativo Diferido. A Companhia não tem registro de qualquer operação de ativo diferido.

**b) Ajuste de avaliação patrimonial**

Criação, no patrimônio líquido, de subgrupo de contas denominado Ajuste de Avaliação Patrimonial, destinado ao registro de efeitos decorrentes da variação de taxas de câmbio em investimentos e conversões de demonstrações contábeis apresentadas em moedas funcionais distintas da investidora. A Companhia não tem registro de qualquer operação decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

**c) Reserva de reavaliação**

Em atendimento às novas regras contábeis instituídas, fica proibida a reavaliação de ativos e o conseqüente reconhecimento de reserva de reavaliação. A Companhia não possui registro deste tipo de reserva.

**d) Arrendamento mercantil**

Obrigatoriedade de registro no Ativo Imobilizado dos direitos que a entidade detenha sobre bens corpóreos destinados à manutenção de suas atividades decorrentes de arrendamento mercantil financeiro que transfiram ao arrendador os benefícios, riscos e controle sobre os bens. A Companhia não identifica nenhuma operação que se enquadre no Pronunciamento Técnico CPC nº 06, aprovado pela Deliberação CVM nº 554/08.

**e) Remuneração baseada em ações**

Os custos relacionados a remunerações baseadas em ações, concedidas aos executivos da entidade devem ser registrados e destacados nas demonstrações contábeis. A administração da Companhia não pratica remunerações que se enquadrem no Pronunciamento Técnico CPC nº 10, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08.

**g) Resultados de exercícios futuros**

Eliminação, no balanço patrimonial, do grupo de contas denominado Resultados de Exercícios Futuros. A Companhia não possui qualquer registro em conta de resultados de exercícios futuros.



**III - Efeitos no resultado e patrimônio líquido decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, e disposições regulamentares estão demonstrados a seguir:**

Descritivo	R\$ MIL	
	31/12/08	
	Prejuízo Líquido	Patrimônio Líquido
Saldos contábeis de acordo com Lei nº 11.638/07	(282.070)	4.319.737
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	-	(175.034)
Ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento	(106.513)	(106.513)
Diferenças temporárias de IR e CSLL	36.214	36.214
Participação nos resultados e lucros acumulados	7.201	7.201
Destinação do resíduo dos lucros acumulados	-	28.804
Saldos contábeis sem os efeitos da Lei nº 11.638/07	(345.168)	4.110.409

## **2.2 – Reclassificação de ativo atuarial**

A ELETRONUCLEAR efetuou nas demonstrações contábeis do exercício findo em dezembro de 2007, a reclassificação da parcela excedente à obrigação atuarial de R\$ 136.662 mil, relativa aos contratos de dívidas não incluídas no valor justo dos ativos, originariamente demonstrada como retificadora no passivo, para o ativo circulante (R\$ 21.182 mil) e ativo não circulante – realizável a longo prazo (R\$ 115.480 mil).

## **NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

### **a) Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras representam recursos mantidos no fundo extra mercado do Banco do Brasil e estão registradas ao custo acrescido das receitas auferidas até a data do balanço. Por determinação legal, essas aplicações são efetuadas exclusivamente no Banco do Brasil S.A..

### **b) Concessionárias e permissionárias**

O saldo das contas a receber de concessionárias e permissionárias é composto por créditos provenientes do suprimento de energia elétrica, registrados com base no regime de competência (Vide nota 4).

### **c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída de valor considerado suficiente pela administração da Companhia para a cobertura de eventuais perdas na realização das contas a receber.

### **d) Almoxarifado e estoque**

- O concentrado de urânio em estoque, os serviços em curso correspondentes e os elementos de combustível nuclear disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU, estão registrados pelos seus custos de aquisição;



- O consumo dos elementos de combustível nuclear é apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica (Vide Nota 5-a);
- Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante e não circulante realizável a longo prazo, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado (Vide nota 5-b);

#### **e) Paradas programadas das usinas**

Os custos incorridos com as paradas programadas das usinas, para troca dos elementos de combustível nuclear e manutenção, são inicialmente registrados no ativo circulante como despesas antecipadas e, após a retomada da operação das mesmas, são apropriados ao resultado, em quotas mensais, até o início das próximas paradas.

#### **f) Investimentos**

Os Investimentos, representados por participações societárias permanentes, são registrados pelo custo de aquisição.

#### **g) Imobilizado**

- O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Instrução ANEEL nº 44, de 17/03/99, e atos complementares daquela Agência, demonstradas na Nota 8. A depreciação relativa ao equipamento geral (móveis, equipamentos, instrumentos e utensílios), vinculado às áreas de construção, é transferida para o custo das imobilizações em curso (Vide nota 8);
- Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.10, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos ao capital de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo;
- O mesmo procedimento foi adotado até o exercício de 1998 para os juros sobre o capital próprio, que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do serviço público de energia elétrica.
- Conforme dispensa prevista no Pronunciamento Técnico CPC nº 13 – adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, a Companhia efetuará a primeira análise periódica do prazo de vida útil econômica de seus bens a partir de 1º de janeiro de 2009.

#### **h) Obrigações especiais**

As contribuições recebidas da União, estados, municípios e terceiros, para a execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica, são registradas sob o título de obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e são demonstradas como redutoras do ativo imobilizado. A amortização relativa a essas obrigações mantém proporcionalidade com a depreciação dos ativos correspondentes (Vide nota 8).



### **i) Intangível**

Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos são reconhecidos como ativo intangível, em especial as licenças de programas de computador, que são capitalizadas e amortizadas pelo tempo da licença. Os gastos associados à manutenção dos programas de computador são reconhecidos quando incorridos como despesa do exercício.

### **j) Gastos com estudos e projetos**

Os gastos efetuados na fase de estudo e pesquisas são reconhecidos como despesa quando incorridos. De acordo com a Nota Técnica nº 354/08-SRE/ANEEL de 26/11/08, Revisão Tarifária 2008, a ELETRONUCLEAR está desobrigada de aplicar recursos em P&D e Eficiência Energética.

### **k) Avaliação do valor recuperável de ativos**

A administração da Companhia avalia em bases periódicas, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado, mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena.

São identificadas as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e determinado o tamanho de eventuais perdas. Quando não for possível, ou quando impraticável estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante estimado da recuperação da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo.

Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto anterior à tributação, que reflete uma avaliação de mercado corrente no tempo, valor do dinheiro e riscos específicos relacionados ao ativo ou grupo de ativos.

Os resultados encontrados, com base nas premissas adotadas, não apontam a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na ELETRONUCLEAR.

### **l) Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço.

### **m) Obrigações para desmobilização de ativos**

O passivo para descomissionamento, classificado no passivo não circulante, destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares. Esse passivo refere-se ao valor estimado, em dólares norte-americanos, dos gastos com o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, que incorrerão ao término da vida útil econômica das usinas, e tem sua contrapartida apropriada ao resultado do exercício à razão de 1/40 avos ao ano, prazo esse compatível ao utilizado para depreciação das usinas, consideradas as adições à instalação original (Vide nota 13).



#### **n) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**

O imposto de renda da pessoa jurídica é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, com estimativa mensal, aplicando-se a alíquota de 15% e adicional de 10% sobre o lucro real, conforme definido pela legislação tributária aplicável. A contribuição social sobre o lucro líquido, calculada da mesma forma do imposto de renda, possui uma alíquota de 9% sobre o lucro real (Vide nota 7).

#### **o) Provisão para contingências judiciais**

As provisões para contingências judiciais estão registradas, até a data do balanço, pelo montante do risco que representam para o patrimônio da ELETRONUCLEAR, conforme avaliação dos consultores jurídicos da Companhia (Vide nota 14).

#### **p) Benefícios pós-emprego**

Os benefícios concedidos a empregados, incluindo os planos de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social e ao NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, são reconhecidos nos termos da Deliberação CVM nº 371/00, com base em cálculos atuariais elaborados por atuários independentes (Vide nota 21).

#### **q) Transações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, pela taxa de câmbio vigente, nas datas das transações. Os saldos das contas representativas são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. Os ganhos e as perdas, decorrentes da flutuação cambial verificada nas liquidações das operações e da conversão para reais de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício e, quando aplicável nas imobilizações em curso.

#### **r) Atualizações monetárias de direitos e obrigações**

Os direitos e obrigações, sujeitos a reajustes em função de variações monetárias, por força contratual ou dispositivos legais, estão atualizados até a data do balanço. O efeito líquido dessas atualizações está refletido no resultado do exercício e, quando aplicável, nas imobilizações em curso.

#### **s) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos e passivos, à exceção dos estoques, estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos.

#### **t) Recursos destinados a aumento de capital**

Os recursos destinados a aumento de capital, oriundos da controladora ELETROBRÁS, revestidos da característica de irreversibilidade, estão apresentados neste grupamento.



#### **u) Receitas e Despesas Financeiras**

As receitas e despesas financeiras são compostas principalmente por juros e variações monetárias e cambiais incidentes sobre empréstimos e financiamentos obtidos e sobre passivo para descomissionamento.

#### **v) Resultado do exercício**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### **w) Práticas contábeis críticas**

Práticas contábeis críticas são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos mais subjetivos e complexos e, portanto, mais difíceis, por parte da administração da Companhia, frequentemente como decorrentes da necessidade de fazer estimativas que têm impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição financeira e de resultado das entidades e que são inerentemente incertas. À medida que aumenta-se o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, os julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das presentes demonstrações contábeis, a administração da Companhia adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de ativos, passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento. Portanto, os resultados reais futuros podem ser distintos dos estimados, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento efetuado.

A administração da Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive variáveis e premissas utilizadas nas estimativas da principal prática contábil crítica, como a seguir:

- Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração – A Companhia adota variáveis e premissas, em teste, de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de “impairment”, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representa as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009.

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela administração, na determinação do fluxo de caixa futuro descontado para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica e a taxa de crescimento da atividade econômica no país.

**NOTA 4 - CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS**

Em 10 de julho de 2001, foi assinado entre a ELETRONUCLEAR e FURNAS o contrato de compra e venda de energia elétrica, associada às usinas Angra 1 e Angra 2, com vigência a partir de 1º de julho de 2001.

A posição das contas a receber de Suprimento de Energia para FURNAS, em 31 de dezembro, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL					
	2008			2007		
	VENCIDO	A VENCER	TOTAL	VENCIDO	A VENCER	TOTAL
Energia contratada	-	161.923	161.923	-	184.104	184.104
Desvio positivo	-	97.426	97.426	-	67.022	67.022
Energia não despachada	-	24.688	24.688	-	25.846	25.846
TOTAIS	-	284.037	284.037	-	276.972	276.972

O faturamento do desvio de suprimento e da energia disponibilizada, mas não despachada pelo Operador Nacional do Sistema – ONS, monta o valor líquido de R\$ 122.114 mil (R\$ 92.868 mil - 2007). Deste saldo, a parcela de R\$ 91.710 mil (R\$ 91.710 mil - 2007) refere-se ao suprimento do período de setembro de 2000 a setembro de 2002, ainda sob o efeito de liminares judiciais movidas por empresas do setor para suspensão de pagamento e que, deverá ser pago por FURNAS cinco dias úteis após a mesma receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (anteriormente Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE) os recursos provenientes da comercialização dessa energia.

**NOTA 5 - ESTOQUE E COMBUSTÍVEL NUCLEAR****a ) Combustível nuclear – Estoque e Serviço em Curso**

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante realizável a longo prazo nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Após concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante realizável a longo prazo, a parcela restante.

A amortização mensal na despesa operacional é feita de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento.





Abaixo, quadro com a composição em 31 de dezembro do estoque total de concentrado de urânio, serviço em curso e elementos prontos:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR	R\$ MIL	
	2008	2007
- Concentrado de urânio	104.442	71.301
- Serviço em curso	214.751	148.639
- Elementos prontos	433.639	437.958
<b>TOTAL</b>	<b>752.832</b>	<b>657.898</b>

#### **b ) Material de almoxarifado**

Devido às características próprias e específicas dos projetos de usinas nucleares e, considerando serem seus componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, reduzida e na sua quase totalidade adquirida do exterior, é necessário que se mantenha em estoque uma gama de material adequado e compatível às necessidades específicas a cada usina, de modo a garantir a sua performance e fluxo contínuo de operação.

Em 31/12/08, o saldo da conta Material de almoxarifado no ativo circulante totaliza R\$ 36.161 mil (R\$ 42,990 mil - 31/12/07) e no ativo realizável a longo prazo R\$ 259.213 mil (R\$ 242.615 mil - 31/12/07).

#### **NOTA 6 – FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO**

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

Para permitir a inserção na ELETRONUCLEAR dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2, vem sendo constituído contabilmente um passivo formado de quotas mensais, fixadas com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme Nota 13.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, as atribuições pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo financeiro para fazer face ao efetivo descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foram atribuídas a ELETROBRÁS.

Desta forma, e em cumprimento as recomendações do Relatório do Grupo de Trabalho de 05/12/2007, a ELETRONUCLEAR apresentou em dezembro de 2007, à ELETROBRÁS, os valores estimados do passivo para o descomissionamento, para permitir àquela controladora a realização dos cálculos das parcelas a serem recolhidas ao fundo financeiro a partir de 2008, de modo que, ao final da vida útil econômica de cada usina, esse fundo com os respectivos rendimentos a serem auferidos, atinja os montantes estabelecidos em US\$ 307 milhões para Angra 1 e US\$ 426 milhões para Angra 2.



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

**ELETRONUCLEAR**

CNPJ: 42.540.211/0001-67

Também, conforme recomendação do Relatório supramencionado, a ELETRONUCLEAR, a partir de 2008, deveria efetuar mensalmente os depósitos à conta do Fundo Financeiro, após a ELETROBRÁS instituí-lo, para a efetiva formação financeira do Fundo.

A ELETROBRÁS, através da Carta CTA-PR-449, encaminhada à ELETRONUCLEAR em 15/01/08, fixou as diretrizes para a implementação do fundo financeiro, informando a Conta Corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20/02/08, iniciou o processo de pagamentos à ELETROBRÁS para os devidos recolhimentos ao fundo financeiro para o descomissionamento, com os depósitos da quota inicial do parcelamento das competências 2005/2006/2007 e, da primeira quota da parcela relativa ao exercício de 2008. Os pagamentos à ELETROBRÁS das demais quotas de competência do exercício financeiro de 2008 foram efetuadas nos prazos por ela estipulados.

Ao final do exercício de 2008, a ELETROBRÁS informou à ELETRONUCLEAR os rendimentos financeiros incorridos durante o exercício sobre as aplicações ao Fundo, com as devidas tributações do imposto de renda de fonte.

O registro contábil do repasse à ELETROBRÁS para os depósitos no fundo financeiro para o descomissionamento está sendo consignado à conta de fundo vinculado do ativo não circulante, no realizável a longo prazo. Os rendimentos financeiros líquidos do imposto de renda foram adicionados ao saldo dessa conta e o valor do imposto de renda retido sobre tais rendimentos em nome da ELETROBRÁS foi contabilizado em contas a receber, do ativo circulante.

Abaixo, o quadro da composição do fundo financeiro na posição de 31 de dezembro de 2008:

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO			
DESCRITIVO		US\$ MIL	R\$ MIL
QUOTAS	Quotas dos exercícios 2005/2006/2007	3.971	7.286
DEPOSITADAS	Quotas do ano corrente	14.497	26.098
	TOTAL	18.468	33.384
Rendimentos líquidos auferidos no exercício de 2008			8.476
SALDO EM 31/12/08			41.860

#### NOTA 7 - ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

**ELETRONUCLEAR**

CNPJ: 42.540.211/0001-67

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.641.135 mil (R\$ 1.585.942 mil - 2007) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.838.628 mil (R\$ 1.774.181 mil - 2007), cujos créditos fiscais correspondentes não estão contabilizados por força da Instrução CVM nº 371/02 (Ver nota 16). Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

## NOTA 8 - IMOBILIZADO

Abaixo, quadro com a composição do imobilizado em 31 de dezembro:

DESCRIÇÃO	% Taxas Anuais Médias de Depreciação	2008			2007
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>EM SERVIÇO</b>					
Geração Termonuclear	3,3	6.048.244	(2.042.099)	4.006.145	4.175.696
Angra 1		952.025	(688.570)	263.455	272.183
Angra 2		5.022.077	(1.317.026)	3.705.051	3.868.517
Outros		74.142	(36.503)	37.639	34.996
Administração	10	14.754	(6.851)	7.903	5.882
<b>Total em Serviço</b>		<b>6.062.998</b>	<b>(2.048.950)</b>	<b>4.014.048</b>	<b>4.181.578</b>
<b>EM CURSO</b>					
Geração Termonuclear		2.561.144	-	2.561.144	2.282.835
Angra 1		678.284	-	678.284	518.139
Angra 2		96.736	-	96.736	74.789
Angra 3		1.683.732	-	1.683.732	1.611.428
Outros		102.392	-	102.392	78.479
Administração		410	-	410	4.170
<b>Total em Curso</b>		<b>2.561.554</b>	<b>-</b>	<b>2.561.554</b>	<b>2.287.005</b>
<b>TOTAL</b>		<b>8.624.552</b>	<b>(2.048.950)</b>	<b>6.575.602</b>	<b>6.468.583</b>
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	3,3 / 10	(47.551)	45.306	(2.245)	(3.821)
<b>VALOR LÍQUIDO</b>		<b>8.577.001</b>	<b>(2.003.644)</b>	<b>6.573.357</b>	<b>6.464.762</b>

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente.

A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Nos exercícios de 2008 e 2007, foram transferidos do imobilizado em curso para o imobilizado em serviço, os custos de adições das usinas Angra 1 e 2 e de infra-estrutura, totalizando R\$ 31.799 mil em 2008 e R\$ 44.417 mil em 2007.



O valor apresentado como retificação do ativo não circulante imobilizado, sob o título de obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, refere-se principalmente à verba federal de recursos concedidos pelo Conselho Nacional de Petróleo - CNP e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, aplicada na construção da usina Angra 1, por ocasião do seu início. Em virtude de sua natureza, esse valor não representa obrigação financeira para a Companhia.

A administração da Companhia avalia em bases periódicas, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena.

São identificadas as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e determinado o tamanho de eventuais perdas. Quando não for possível, ou quando impraticável estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante estimado da recuperação da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo.

Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto anterior à tributação que reflete uma avaliação de mercado corrente no tempo, valor do dinheiro e riscos específicos relacionados ao ativo ou grupo de ativos.

Os resultados encontrados, com base nas premissas adotadas, não apontam a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na ELETRONUCLEAR.

### **Imobilizado em Serviço**

Composto do seguinte:

- Usina Angra 1, que iniciou sua produção comercial de energia em 01/01/85;
- Usina Angra 2, que iniciou sua produção comercial de energia em 01/09/00;
- Equipamentos de Informática, programas de computador, veículos, mobiliários e equipamentos diversos.

### **Imobilizado em Curso**

Composto do seguinte:

- Usina Angra 1 – Aquisição e instalação dos novos geradores de vapor e outras adições;
- Usina Angra 2 – Obras complementares, melhores e adições;
- Usina Angra 3 – Custo inicial do empreendimento;
- Outros – Obras e instalações de infraestrutura.

### **Empreendimento Usina Angra 3**

O principal componente do ativo imobilizado em curso é o empreendimento Angra 3, com investimentos realizados totalizando R\$ 1.683.732 mil em 31/12/08 (R\$ 1.611.428 mil - 31/12/07), cujas ações com vistas ao seu desenvolvimento, no momento sendo conduzidas, podem ser classificadas como provenientes de quatro grupos distintos:

- Ações provenientes das avaliações governamentais para a retomada do empreendimento;
- Ações referentes ao processo de licenciamento ambiental junto ao IBAMA;



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

**ELETRONUCLEAR**

CNPJ: 42.540.211/0001-67

- Ações referentes ao processo de licenciamento de segurança nuclear junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN;
- Ações preparatórias para a retomada da construção.

A partir da resolução nº 3/2007, de 25 de junho de 2007, na qual o Conselho Nacional de Política Energética determinou que a ELETROBRÁS e a ELETRONUCLEAR conduzissem a retomada da construção da usina nuclear Angra 3, diversas ações foram tomadas, dentre as quais destacam-se:

- Finalizada a apreciação legal dos contratos já assinados, realizada pelo Ministério das Minas e Energia – MME e pela Casa Civil da Presidência da República, tendo por conclusão que os mesmos são válidos;
- Realizadas, em março de 2008, quatro novas audiências públicas referentes ao processo de licenciamento ambiental (Angra dos Reis, Paraty, Rio Claro e Ubatuba);
- Expedida pelo IBAMA, em 23 de julho de 2008, a licença prévia para o empreendimento;
- Respondidas pela ELETRONUCLEAR, todas as condicionantes requeridas pela licença prévia;
- Submetido ao IBAMA o PBA – Plano Básico Ambiental;
- Requerida ao IBAMA a licença de instalação;
- Em andamento na CNEN a análise da documentação necessária à emissão da LC – Licença de Construção, referente ao processo de licenciamento de segurança nuclear;
- Concluída as atividades referentes ao PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Consulta Prévia ao BNDES, com vistas ao financiamento de parte do empreendimento, encaminhada por meio da Correspondência DA.094/08, de 27/11/08.

A ELETRONUCLEAR vem dando continuidade às atividades preparatórias que antecedem ao reinício formal da construção da usina Angra 3, caracterizada pelo início de execução dos serviços de concretagem da laje de fundação do edifício do reator.

Dentre essas atividades preparatórias em andamento, destacam-se:

- Atividades de canteiro autorizadas pelo IBAMA (estação de tratamento de efluentes e sistema de distribuição de energia do canteiro);
- Renegociações de contratos com a AREVA (serviços e suprimentos importados), Andrade Gutierrez (Construção Civil), CONFAB (fornecimento de tanques e vasos de pressão), BARDELLA (fornecimento de guindastes e pórticos) e com a NUCLEP (fornecimento de condensador principal);
- Preparação da documentação técnica e comercial, com vistas às licitações e às renegociações contratuais para os serviços de engenharia de detalhamento e montagem eletromecânica;
- Tratativas com a ELETROBRÁS, com vistas aos financiamentos para o empreendimento;
- Tratativas com o MME e ELETROBRÁS com vista à definição do modelo de comercialização da energia a ser gerada pela usina;
- Execução de atividades preparatórias de engenharia e de planejamento do empreendimento.

**NOTA 9 – INTANGÍVEL**

A Lei nº 11.638/07 de 28/12/07, no artigo 178, criou o grupo contábil Intangível no Ativo Não Circulante, cujo conteúdo e definições foram posteriormente estabelecidos pelo do Pronunciamento Técnico CPC nº 13, aprovado pela na Deliberação CVM nº 565/08.

O ativo não circulante - intangível da Companhia compõe-se basicamente da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3 e, de outros softwares aplicativos de uso específico e geral de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

Esses bens, anteriormente, eram contabilizados no conjunto do ativo não circulante no grupo contábil Imobilizado, conforme estabelecia o plano de contas do serviço público de energia elétrica promulgado pela ANEEL.

Abaixo, quadro com a composição do Intangível em 31 de dezembro:

DESCRIÇÃO	% Taxa Anual Média de Amortização	R\$ MIL			
		2008			2007
		Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço	20%	25.276	(19.281)	5.995	8.854
Em curso		21.921	-	21.921	11.428
<b>TOTAIS</b>		<b>47.197</b>	<b>(19.281)</b>	<b>27.916</b>	<b>20.282</b>

**NOTA 10 - FORNECEDORES**

O saldo do Grupo Contábil Fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, materiais e serviços para o estoque de combustível nuclear e para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR, e encargos de uso da rede elétrica.

A variação cambial destacada refere-se à atualização das faturas em moedas estrangeiras já processadas, desde seus registros até 31 de dezembro.

Abaixo, quadro com a composição da dívida com Fornecedores:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL					
	2008			2007		
	NACIONAL	EXTERIOR	SALDO	NACIONAL	EXTERIOR	SALDO
Faturas processadas	98.467	27.244	125.711	97.012	38.701	135.713
Varição cambial	-	5.616	5.616	-	(2.895)	(2.895)
Provisão serviços	40.176	21.990	62.166	52.037	23.139	75.176
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<b>138.643</b>	<b>54.850</b>	<b>193.493</b>	<b>149.049</b>	<b>58.945</b>	<b>207.994</b>
	71,7%	28,3%	100%	71,7%	28,3%	100%

**NOTA 11 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos, na sua totalidade contratados com a ELETROBRÁS, registrados no passivo circulante e no passivo não circulante, em 31 de dezembro são:

- a) A composição dos Empréstimos com a ELETROBRÁS de forma analítica está assim distribuída:

EMPRÉSTIMOS ELETROBRÁS	R\$ MIL							
	2008				2007			
	ENCARGOS	PRINCIPAL		TOTAL	ENCARGOS	PRINCIPAL		TOTAL
C.PRAZO		L.PRAZO	C.PRAZO			L.PRAZO		
<b>EM EURO</b>								
Bancos alemães	765	62.222	186.667	249.654	1.751	119.179	476.717	597.647
Renegociações	-	-	-	-	466	32.504	130.015	162.985
Total	765	62.222	186.667	249.654	2.217	151.683	606.732	760.632
<b>EM REAL</b>								
ANGRA 1 e 2	-	1.439	1.332.761	1.334.200	2.041	-	646.360	648.401
Capital de Giro	1.409	-	1.312.671	1.314.080	2.223	26.304	1.011.635	1.040.162
	1.409	1.439	2.645.432	2.648.280	4.264	26.304	1.657.995	1.688.563
TOTAL GERAL	2.174	63.661	2.832.099	2.897.934	6.481	177.987	2.264.727	2.449.195

Os empréstimos em moeda estrangeira referem-se a repasse de financiamentos contraídos junto aos bancos alemães DRESNER BANK e KFW, aplicados na construção da usina Angra 2.

Também foram contraídos com a ELETROBRÁS financiamentos em moeda nacional para as diversas etapas da construção da usina Angra 2 e para a troca dos geradores de vapor da usina Angra 1.

- b) Composição dos empréstimos e financiamentos por moeda:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2008	2007
Moeda estrangeira - Euro	249.654	760.632
Moeda nacional	2.648.280	1.688.563
	2.897.934	2.449.195

- c) Principais indicadores utilizados para atualização dos empréstimos com as respectivas variações percentuais:

MOEDAS / INDICADORES	2008	2007	VARIAÇÃO PERCENTUAL
EURO x R\$	3,23815	2,60859	24,13%
IGPM2	531,44200	483,97600	9,81%



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

**ELETRONUCLEAR**

CNPJ: 42.540.211/0001-67

d) Dívida total de longo prazo em 31 de dezembro, com seus vencimentos programados:

ANO	R\$ MIL	
	2008	2007
2009	-	154.914
2010	82.105	154.501
2011	82.411	154.895
2012	128.214	170.348
2013	76.650	38.944
2014	78.538	42.621
2015	62.757	34.097
Após 2015	2.321.424	1.514.407
	2.832.099	2.264.727

e) Mutações dos Empréstimos

Descritivo	R\$ MIL				
	MOEDA NACIONAL		MOEDA ESTRANGEIRA		TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Saldo em 31 de dezembro de 2006	85.718	1.246.570	166.894	819.949	2.319.131
Ingressos de principal	24.807	38.174	-	-	62.981
Refinanciamentos	-	152.732	(150.441)	-	2.291
Encargos	180.285	-	102.608	-	282.893
Variação monetária e cambial	(973)	77.083	(16.745)	(61.572)	(2.207)
Transferência para o circulante	-	-	151.645	(151.645)	-
Incorporação encargos ao principal	(143.436)	143.436	-	-	-
Amortização	(115.833)	-	(100.061)	-	(215.894)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	30.568	1.657.995	153.900	606.732	2.449.195
Ingressos	-	101.200	-	-	101.200
Refinanciamentos	-	695.637	(277.733)	(414.239)	3.665
Encargos	264.627	-	57.726	-	322.353
Variação monetária e cambial	33	126.837	26.231	25.285	178.386
Transferência para o circulante	2.557	(75.399)	103.953	(31.111)	-
Incorporação encargos ao principal	(139.162)	139.162	-	-	-
Amortização	(155.774)	-	(1.091)	-	(156.865)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	2.849	2.645.432	62.986	186.667	2.897.934

**NOTA 12 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

A composição das obrigações com tributos e contribuições sociais, que se apresentam consignados no passivo circulante e passivo não circulante, na sua totalidade a vencer e sem registro de qualquer inadimplência, apresenta-se conforme segue:





DESCRIÇÃO	R\$ MIL			
	2008		2007	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
IRPJ e CSLL diferidos	-	169.464	-	-
PASEP e COFINS	12.761	-	13.160	-
PASEP e COFINS - parcelamento	10.832	38.639	-	-
IPTU - parcelamento CNAAA	5.086	40.689	9.791	39.163
II - Imposto de Importação	2.218	-	1.485	-
IRRF - juros ELETROBRÁS	6.697	-	9.870	-
CIDE - parcelamento e outros	1.173	-	2.632	297
INSS	6.109	-	5.481	-
INSS - parcelamento processos	1.953	6.903	1.900	8.250
ISS sobre importação	1.135	-	1.335	-
FGTS	2.186	-	1.934	-
Outros	2.918	172	2.500	447
	53.068	255.867	50.088	48.157

## NOTA 13 - DESCOMISSIONAMENTO DAS USINAS NUCLEARES

### a) Constituição do Passivo

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos destas usinas, para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas. A formação dessa obrigação é constituída de um passivo formado em quotas mensais, fixadas com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia.

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas e considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

O estudo técnico elaborado em 2001 apontava que o custo estimado inicialmente (1985) para usina Angra 1, equivalente a US\$ 111 milhões, era insuficiente e foi ajustado naquele exercício para US\$ 197,8 milhões, mantendo o término de sua vida útil estimado para dezembro de 2014, enquanto que para a usina Angra 2 manteve-se o valor inicial estimado que era de US\$ 240 milhões, com o término de vida útil previsto para agosto de 2030.

Em 05 de dezembro de 2007, foi concluído um novo relatório sobre o tema Descomissionamento, elaborado por um Grupo de Trabalho especialmente designado pela diretoria da ELETRONUCLEAR, que dentre outras atribuições, objetivava a atualização dos valores para ajuste do passivo para o descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2.



Nesse contexto, o relatório aprovado pela Resolução de Diretoria Executiva – RDE nº 856.002/07, de 11/12/07, demandou as seguintes providências implementadas nesse exercício:

- Alteração do valor estimado para o descomissionamento a ser incorrido ao final da vida útil econômica da usina Angra 1, para US\$ 307 milhões, e da usina Angra 2, para US\$ 426 milhões;
- Alteração do prazo de constituição das quotas do passivo para o descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2, para 40 anos, prazo este devidamente compatível com o prazo estabelecido pela ANEEL para a depreciação das usinas, considerando as adições implementadas a essas instalações;
- Ajuste contábil no resultado, de modo que o novo passivo passe a representar a proporcionalidade dos novos valores e prazos estabelecidos, correspondente à quantidade de quotas de competências já incorridas desde a data de entrada em operação de cada usina.

O saldo do passivo para descomissionamento, em 31 de dezembro de 2008, é de R\$ 637.884 mil (R\$ 451.017 mil – 31/12/07).

O quadro abaixo resume a posição atual dos valores correspondentes ao passivo constituído para o descomissionamento, antes do ajuste a valor presente, classificados no passivo não circulante:

US\$ MIL - R\$ MIL						
USINA	MOEDA	SALDO DEZ/07	INGRESSO 2008	SALDO DEZ/08	A REALIZAR	ESTIMATIVA TOTAL
ANGRA 1	US\$	176.225	7.975	184.200	122.800	307.000
	R\$	312.678	117.797	430.475	286.984	717.459
ANGRA 2	US\$	78.100	10.650	88.750	337.250	426.000
	R\$	138.339	69.070	207.409	788.153	995.562
TOTAL	US\$	254.325	18.625	272.950	460.050	733.000
	R\$	451.017	186.867	637.884	1.075.137	1.713.021
				37%	63%	100%

#### b) Ajuste a valor presente

Em 28/12/2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei nº 6.404/76, lei das sociedades por ações, sobretudo em seu capítulo XV, que trata da escrituração, elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Uma das alterações relevantes da Lei nº 11.638/07, foi a alteração do artigo 184, inciso III, da Lei nº 6.404/76, que passa a determinar que as obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo serão ajustados ao seu valor presente. A regulamentação desse novo conceito de ajuste a valor presente está consubstanciada na Deliberação CVM nº 564 de 17/12/2008, que aprova Pronunciamento Técnico CPC nº 12, caracterizando o passivo para descomissionamento como um item passível de ajuste.



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

**ELETRONUCLEAR**

CNPJ: 42.540.211/0001-67

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento, foi considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado à taxa de 8,57% ao ano, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço em 31/12/2008. A mencionada taxa foi fixada para o ajuste a valor presente de todas as empresas do sistema ELETROBRÁS, através dos Memorandos DFN nº 194/07 de 14/05/07 e DFN nº 253/08 de 08/07/08, estando aprovada pela diretoria executiva daquela Empresa, através da Resolução nº 045/07 de 16/01/07.

O valor presente das duas usinas foi de R\$ 266.168 mil, que deduzido do saldo do passivo, registrado em 31/12/08 de R\$ 637.884 mil, resultou em um ajuste a valor presente de R\$ 371.716 mil para as duas usinas.

O Pronunciamento Técnico CPC nº 13, aprovado pela Deliberação CVM nº 565/08 de 17/12/08, em seu item 28, determina que as empresas ajustem diretamente em lucros ou prejuízos acumulados, os efeitos da Lei nº 11.638/07, líquido dos efeitos fiscais, incidentes sobre o saldo das contas ajustadas no balanço de abertura de 2008.

O valor total do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento é de R\$ 371.716 mil, sendo R\$ 265.203 mil de competência de exercícios anteriores (registrado na conta de lucros acumulados, deduzido do imposto de renda e contribuição social de R\$ 90.169 mil, perfazendo um total de R\$ 175.034 mil), e R\$ 106.513 mil de competência do exercício de 2008 (registrado no resultado financeiro do exercício). Sobre a parcela do exercício, também incidiu despesa de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 36.215 mil, registrada no resultado de 2008.

Após consignado o ajuste a valor presente sobre a estimativa de custo para descomissionamento, a posição retificada do passivo é a seguinte:

PASSIVO PARA DESCOMISSIONAMENTO EM 31/12/08 - R\$ MIL			
USINAS	PASSIVO CONSTITUÍDO	AJUSTE A VR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	430.475	(237.971)	192.504
ANGRA 2	207.409	(133.745)	73.664
TOTAL	637.884	(371.716)	266.168

#### **NOTA 14 - CONTINGÊNCIAS**

a) Os registros contábeis e as operações estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais, durante prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação aplicável.

b) A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém o registro no passivo não circulante, de provisão para contingências judiciais, consideradas de perda provável para a Companhia, conforme quadro abaixo:



CONTINGÊNCIAS	R\$ MIL					
	2008			2007		
	Provisão		Depósitos Judiciais	Provisão		Depósitos Judiciais
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
<b>TRABALHISTAS</b>						
Data-Base dos Engenheiros	-	15.732	-	-	15.732	-
Diferenças de remunerações	3.581	5.871	2.352	586	2.290	1.727
Planos Bresser, Collor, etc.	1.117	2.828	1.101	94	1.711	1.048
Outras	80	263	182	(661)	183	136
	4.778	24.694	3.635	19	19.916	2.911
<b>CÍVEIS</b>						
Desapropriações	30	8.790	226	30	8.760	226
Responsabilidade civil	171	993	197	(51)	822	413
Outros	532	785	859	103	253	-
	733	10.568	1.282	82	9.835	639
<b>TRIBUTÁRIAS</b>						
Tributos Municipais	-	-	-	(2.580)	-	-
Tributos Federais	6.076	6.095	-	19	19	-
INSS	-	11.991	3.325	-	11.991	3.301
	6.076	18.086	3.325	(2.561)	12.010	3.301
<b>TOTAL</b>	11.587	53.348	8.242	(2.460)	41.761	6.851
<b>Total das contingências líquidas</b>		45.106			34.910	

A Ação trabalhista Data-Base dos Engenheiros, no valor de R\$ 15.732 mil, refere-se à reclamação trabalhista movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro contra FURNAS Centrais Elétricas S.A., ajuizada antes da data da cisão daquela empresa, que contempla empregados transferidos por sucessão trabalhista para a ELETRONUCLEAR. Tal contingência é integralmente de responsabilidade de FURNAS, conforme previsto no item 5, do Termo Aditivo ao Protocolo ajustado com FURNAS em 23/05/97, estando portanto correspondida a um direito de igual valor registrado na conta "Outros direitos" no ativo não circulante - realizável a longo prazo.

De acordo com a Deliberação CVM nº 489, de 03/10/05, o montante em 31 de dezembro de 2008, de R\$ 8.242 mil (R\$ 6.851 mil - 31/12/07) dos depósitos judiciais referentes a contingências de perda provável, destacado no quadro acima, está apresentado deduzido no passivo contingente correspondente, no passivo não circulante.

c) A ELETRONUCLEAR possui também registros de outros depósitos judiciais, consignados no ativo não circulante - realizável a longo prazo, no valor de R\$ 6.165 mil, de perda possível e remota (R\$ 5.414 mil - 31/12/07), na conta cauções e depósitos vinculados.

d) Conforme informações adicionais da Procuradoria Jurídica da Companhia, os processos judiciais movidos na condição de perda possível contra a Companhia, não provisionados, montam R\$ 46.347 mil em 31/12/08 (R\$ 45.592 mil - 31/12/07), sendo R\$ 34.852 mil de processos de natureza trabalhista (R\$ 32.553 mil - 31/12/07), R\$ 9.022 mil de ações



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

**ELETRONUCLEAR**

CNPJ: 42.540.211/0001-67

tributárias (R\$ 6.959 mil - 31/12/07) e outros de natureza civil no valor de R\$ 2.473 mil (R\$ 6.080 mil - 31/12/07).

e) Também informa a Procuradoria Jurídica que os processos de contingência ativa com expectativa de ganho possível para retorno de caixa à ELETRONUCLEAR, não provisionados, somam R\$ 8.124 mil (R\$ 8.124 mil - 31/12/07), referentes a processos tributários federais.

## NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Aumento de Capital

Em 29 de dezembro de 2008, foi realizada a 78ª Assembléia Geral Extraordinária da ELETRONUCLEAR, que homologou o aumento de capital social da Companhia de R\$ 264.010,27, mediante a incorporação de crédito resultante de Juros sobre Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuada pela ELETROBRÁS, com a emissão de 572.450 ações ordinárias e 160.912 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, passando, por conseguinte, o Capital Social da Companhia de R\$ 3.295.767.885,29 para R\$ 3.296.031.895,56. As novas ações foram integralmente subscritas pelo acionista controlador ELETROBRÁS, tendo em vista que nenhum dos acionistas minoritários exerceu a opção da subscrição prevista no artigo 171 da Lei nº 6.404/76.

### b) Composição acionária

O capital social, representado por ações sem valor nominal, está assim distribuído:

SÍNTESE DO CAPITAL SOCIAL				
TIPO DE AÇÕES	2008		2007	
	Quantidade de ações	Valor do Capital Social - Reais -	Quantidade de ações	Valor do Capital Social - Reais -
Ordinárias	9.620.213.143	2.572.829.267,12	9.619.640.693	2.572.623.185,12
Preferenciais	2.704.168.333	723.202.628,44	2.704.007.421	723.144.700,17
TOTAL	12.324.381.476	3.296.031.895,56	12.323.648.114	3.295.767.885,29

As ações ordinárias são nominativas, com direito a voto.

As ações preferenciais são nominativas, sem direito a voto, não podendo ser convertidas em ações ordinárias, e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias
- de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;



ELETOBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

**ELETRONUCLEAR**

CNPJ: 42.540.211/0001-67

- direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre alterações no Estatuto.

Também de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual calculado na base de 25% do lucro líquido, ajustado segundo a Lei das Sociedades por Ações.

#### c) Reservas de Capital

As reservas de capital compõem-se da remuneração das imobilizações em curso no montante de R\$ 903.064 mil (2007 - R\$ 903.064 mil).

#### d) Reservas de Lucros

As reservas de lucros compõem-se pela reserva legal de R\$ 16.818 mil (R\$ 16.818 mil - 31/12/07), e pela reserva de retenção de lucros de R\$ 103.823 mil (R\$ 103.823 mil - 31/12/07), totalizando R\$ 120.641 mil (R\$ 120.641 mil - 31/12/07).

### NOTA 16 – CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA NO RESULTADO

#### a) Lucro Real e Base para Contribuição Social

O cálculo, com as taxas efetivas e nominais, para a provisão das despesas da contribuição social e do imposto de renda está demonstrado a seguir:

DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2008	2007	2008	2007
Lucro (Prejuízo) antes da contribuição social, do imposto de renda e da participação nos lucros	(202.775)	125.867	(202.775)	125.867
- Participação nos lucros	-	(6.987)	-	(6.987)
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	(202.775)	118.880	(202.775)	118.880
Adições				
- Variação cambial passiva total - temporária	431.986	151.296	431.986	151.296
- Variação cambial ativa liquidada - temporária	17.225	7.149	17.225	7.149
- Dotação à FEAM Fund.de Assist.Medica - permanente	18.367	15.274	18.367	15.274
- Provisão para contingências	11.738	120	11.738	120
- Multas não dedutíveis(Parcelamento Cofins e Pasep)	8.857	-	-	-
- Outras	1.017	6.749	620	6.290
	489.190	180.588	479.936	180.129
Exclusões				
- Variação cambial ativa total - temporária	220.213	312.734	220.213	312.734
- Variação cambial passiva liquidada - temporária	17.865	1.215	17.865	1.215
- Ativo atuarial Fundação Real Grandeza - permanente	(9.953)	136.661	(9.953)	136.661
- Ajuste a valor presente - Descomissionamento	106.513	-	106.513	-
- Outras	6.970	2.581	6.970	2.581
	341.608	453.191	341.608	453.191
Prejuízo fiscal / Base negativa da contribuição social	(55.193)	(153.723)	(64.447)	(154.182)

**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Em conformidade com a Lei nº 11.638/07, a Medida Provisória nº 449/08 e o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, a Companhia está constituindo a provisão para imposto de renda e contribuição social diferida sobre a parcela do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento, que resultou em um registro no passivo não circulante de R\$ 126.383 mil, tendo como contrapartida um débito ao resultado de R\$ 36.214 mil e um débito a lucros acumulados de R\$ 90.169 mil, inerente à parcela do ajuste a lucros acumulados.

Também foi constituída a provisão para imposto de renda e contribuição social para o ativo atuarial da Fundação Real Grandeza, calculado pela Deliberação CVM nº 371/00, no valor de R\$ 43.081 mil.

**NOTA 17 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS**

Em conformidade com a Lei nº 11.638/07, a Medida Provisória nº 449/08, e a CPC nº 13 - adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, o saldo existente na conta de lucros acumulados está sendo proposto para pagamento de dividendos.

A seguir, está demonstrado o cálculo da remuneração, partindo do saldo dos lucros acumulados ao final do exercício de 2007 e concluindo com o valor dos dividendos a pagar, em 31 de dezembro de 2008.

Descritivo	R\$ MIL
Saldo da conta de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2007	135.840
Ajuste dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 - Ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento	175.034
Prejuízo líquido do exercício de 2008	(282.070)
Valor líquido proposto para pagamento de dividendos	28.804

A proposta de distribuição dos dividendos será deliberada em Assembleia Geral, de acordo com a legislação societária.

**NOTA 18 - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS**

Em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.101, de 19/12/00, e Resolução nº 10, de 30/05/95, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE, a Companhia constituiu, ao final do exercício de 2008, provisão para pagamento a título de participação nos lucros e resultados, no valor de R\$ 7.200 mil (R\$ 6.987 mil - 2007).

A aprovação da proposta de distribuição da Participação nos Lucros e Resultados será deliberada em Assembleia Geral Ordinária.



ELETOBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

**ELETRONUCLEAR**

CNPJ: 42.540.211/0001-67

## NOTA 19 - ENCARGOS FINANCEIROS E EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Os encargos financeiros e as variações monetárias estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, de acordo com a Instrução Contábil 6.3.10, item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Deliberação CVM nº 193, de 11/07/96, conforme demonstrativo abaixo:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2008	2007
	GERAÇÃO	GERAÇÃO
Encargos financeiros contabilizados no resultado	335.510	294.449
(-) Transferências para o imobilizado em curso	19.518	16.105
Efeito líquido no resultado	315.992	278.344
Efeitos inflacionários contabilizados no resultado	351.784	78.243
(-) Transferências para o imobilizado em curso	-	-
Efeito líquido no resultado	351.784	78.243

## NOTA 20 – TAXAS REGULAMENTARES

A Companhia incorreu, no exercício de 2008, nos seguintes encargos do setor elétrico, apropriados ao resultado:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2008	2007
Reserva Global de Reversão - RGR	40.641	34.711
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	6.453	5.966
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS	66	76
TOTAL	47.160	40.753

## NOTA 21 - PLANOS DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

A ELETRONUCLEAR é uma das patrocinadoras da REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos, que têm por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

### I) FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA

#### a) Ativo atuarial

A REAL GRANDEZA tem como suas patrocinadoras a Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, FURNAS Centrais Elétricas S.A. e a REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social.





ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

**ELETRONUCLEAR**

CNPJ: 42.540.211/0001-67

Em 09/04/03, a Secretaria de Previdência Complementar, pelo Ofício nº 379/SPC/GAB/GCTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da REAL GRANDEZA ao Plano de Contribuição Definida - CD, o que possibilitou a adesão a partir de 01/05/03, de empregados do quadro próprio da Entidade ao referido Plano CD.

Atualmente, a REAL GRANDEZA administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefício Definido - BD e outro na modalidade de Contribuição Definida - CD e em ambos o regime atuarial de financiamento é o de capitalização.

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da ELETRONUCLEAR é composta de uma parcela mensal equivalente a dos participantes ativos que é de: 2,4% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 4,6% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 13,0% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social; e de uma parcela específica e permanente de 5,09% sobre o total da folha de pagamento.

Na data de encerramento do exercício, o número de participantes no plano BD da Fundação era:

PARTICIPANTES BD	BD TOTAL		ELETRONUCLEAR	
	2008	2007	2008	2007
- Ativos	3.625	3.676	788	801
- Assistidos	5.611	5.661	283	278
- Beneficiários	1.080	1.016	35	28
TOTAL	10.316	10.353	1.106	1.107

As contribuições normais da ELETRONUCLEAR à REAL GRANDEZA, apropriadas no exercício para a constituição das provisões matemáticas de benefícios a conceder do Plano BD, atingiram R\$ 10.640 mil (R\$ 9.991 mil - 2007).

A ELETRONUCLEAR apropriou no exercício o valor de R\$ 2.850 mil (R\$ 2.533 mil - 2007) para cobertura das despesas administrativas do Plano BD.

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos previdenciários vencidos com a REAL GRANDEZA.

#### **a.1) Deliberação CVM nº 371/00**

Em atendimento ao pronunciamento IBRACON, NPC nº 26, aprovado pela Deliberação CVM nº 371 de 13/12/00, que dispõe sobre Contabilização de Benefícios a Empregados, seguem abaixo os resultados da avaliação atuarial referente à participação da ELETRONUCLEAR no plano BD da REAL GRANDEZA, efetuada pela Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda, atuário independente de todo o sistema ELETROBRÁS.

**a.1-1) Avaliação atuarial referente ao Plano Benefício Definido da participação da ELETRONUCLEAR**

Reconciliação do Passivo	R\$ MIL			
	Vr Presente Obrigações Atuariais	Vr Justo dos Ativos do Plano	(Ganhos) / Perdas Atuariais	(Passivo) / Ativo Líquido Total
Valor do início do exercício de 2007	(464.973)	404.386	45.777	(14.810)
Custo do serviço corrente	(9.209)	-	-	(9.209)
Custo dos juros	(48.410)	-	-	(48.410)
Rendimento esperado sobre os ativos	-	44.341	-	44.341
Ganhos ou perdas atuariais	(54.424)	56.360	(1.936)	-
Contribuições pagas	-	39.152	-	39.152
Benefícios pagos pelo plano	12.534	(12.534)	-	-
Valor ao final do exercício de 2007	(564.482)	531.705	43.841	11.064
Custo do serviço corrente	(12.735)	-	-	(12.735)
Custo dos juros	(56.733)	-	-	(56.733)
Rendimento esperado sobre os ativos	-	59.472	-	59.472
Ganhos ou perdas atuariais	1.535	(7.792)	6.257	-
Contribuições pagas	-	4.598	-	4.598
Benefícios pagos pelo plano	21.962	(21.962)	-	-
Valor ao final do exercício de 2008	(610.453)	566.021	50.098	5.666

**a.1-2) Premissas utilizadas na avaliação atuarial Deliberação CVM 371/00****Bases de dados**

Foram fornecidas pela Companhia, com a base de dados dos participantes ativos e inativos, incluindo pensionistas, contendo matrículas, datas de nascimento, admissão e salários correntes. Também foram fornecidos os regulamentos de benefícios, informações contábeis e financeiras na data da avaliação, relatórios similares elaborados sob as normas da CVM no exercício anterior, assim como aqueles exigidos e encaminhados à Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

**Hipóteses gerais**

- Data inicial do benefício – Para fins de avaliações dos benefícios pós-emprego, foi considerada como data inicial do fluxo de compromissos futuros, aquela mais imediata em que os participantes adquirem o direito ao gozo dos benefícios.
- Taxa de inflação – De acordo com as premissas estabelecidas pela ELETROBRÁS, com base em estudos internos, a taxa de inflação adotada nas avaliações de todas as empresas do grupo foi estabelecida em 5,2% ao ano.
- Índice de dependência principal – Considerou-se que 95% dos participantes ativos do sexo masculino terão um cônjuge no momento de aposentadoria.
- Idade do cônjuge – Quando não disponível o dato efetivo no cadastro, considerou-se do sexo feminino quatro anos mais jovem que o titular dos benefícios.



- Idade de vinculação ao regime geral – Quando não disponível o dado efetivo, considerou-se de 18 anos como momento inicial de vinculação ao regime geral.

### **Outras hipóteses atuariais e financeiras**

- Mortalidade e sobrevivência > Tábua Geral AT-83.
- Entrada em invalidez > Tábua “Wyatt-85-1”.
- Mortalidade de inválidos > Tábua RP-2000.
- Rotatividade > T-1 ST-20%.
- Taxa de juros de longo prazo > 6% ao ano.
- Taxa de retorno de curto prazo > Refletindo o custo de oportunidade de curto prazo na economia brasileira, esta taxa foi estabelecida em 11,51%, compatível com o perfil de ativos financeiros garantidores. Foi adotada a mesma taxa no desconto de curto prazo.
- Incremento salarial > A taxa real de incremento dos salários a longo prazo foi adotada em 1,4% ao ano.
- Incremento de benefícios do regime geral > Não foi considerado qualquer incremento real nos benefícios pagos pela previdência social.
- Incremento nos benefícios dos planos > Não foi considerado qualquer incremento real no valor dos benefícios depois de concedidos.

### **a.1-3) Registro contábil pela CVM 371/00**

Em 31/12/07, a ELETRONUCLEAR registrou como receita do exercício, a parcela relativa exclusivamente aos contratos pactuados junto à Fundação Real Grandeza, no montante de R\$ 136.661 mil, tendo como contrapartida conta redutora de passivo. Em 31/12/08 à título de melhoria na divulgação de suas informações, o montante foi reclassificado para o ativo da ELETRONUCLEAR.

O saldo dos contratos acima referido, em 31/12/08, está registrado nos passivos circulante e não circulante (Ver item b3 dessa Nota). Os valores destes contratos estão com seus pagamentos regulares, corroborando a boa capacidade da ELETRONUCLEAR em cobrir eventuais insuficiências dos ativos do plano quando das avaliações atuariais

Considerando que no cálculo da avaliação atuarial na forma da Deliberação CVM nº 371/00, os montantes dos referidos contratos são expurgados na determinação do valor justo dos ativos, conforme previsto do art. 60, desta mesma Deliberação; considerando ainda que, a ELETRONUCLEAR como Patrocinadora, é garantidora e responsável pela formação e realização destes ativos; e finalmente, considerando que o resultado da avaliação atuarial da REAL GRANDEZA, segundo os termos da referida Deliberação CVM, apresentou situação superavitária em 2008, o direito fica mantido em conta de ativo a título de diferimento, e corresponde a R\$ 126.708 mil em 31/12/08.

O superávit apresentado, aliado à realização dos referidos instrumentos financeiros, minimiza o risco futuro de eventual passivo atuarial. De acordo com as condições estabelecidas pela Deliberação CVM nº 371/00, a Companhia não reconheceu contabilmente o resultado positivo, além dos montantes não incluídos no valor justo dos ativos.



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

**ELETRONUCLEAR**

CNPJ: 42.540.211/0001-67

Os valores registrados estão sujeitos a alterações quando da revisão atuarial realizada anualmente.

## **b) Déficit atuarial**

### **b-1) Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas**

Em 14/12/00, a ELETRONUCLEAR celebrou com a Fundação um “Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas, Obrigação de Pagamento e Outras Avenças”, no valor de R\$ 84.510 mil - base 31/12/99, consolidando, para pagamento em 144 parcelas mensais a partir de janeiro de 2001.

O saldo do termo de reconhecimento e consolidação de dívidas em 31/12/08, corresponde a R\$ 85.760 mil (R\$ 94.173 mil - 31/2/07), dos quais R\$ 19.604 mil classificados no passivo circulante (R\$ 16.706 mil - 31/12/07) e R\$ 66.156 mil no passivo não circulante (R\$ 77.467 mil - 31/12/07).

### **b-2) Contrato de Reserva a Amortizar**

Em 13/10/03, a REAL GRANDEZA firmou com a ELETRONUCLEAR o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de responsabilidades das mesmas, referentes ao atendimento à EC nº 20/98, no montante de R\$ 32.775 mil, referidos a novembro de 2001. Este montante corrigido com base no fator de atualização do plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 144 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2004.

O saldo dessa obrigação em 31/12/08, monta R\$ 40.948 mil (31/12/07 - R\$ 42.488 mil), dos quais R\$ 5.052 mil estão classificados no passivo circulante (31/12/07 - R\$ 4.475 mil) e R\$ 35.896 mil no passivo não circulante (31/12/07- R\$ 38.013 mil).

### **b-3) Quadro sintético do saldo das dívidas**

Segundo as disposições contidas no Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívida, bem como no Contrato de Reserva a Amortizar, a movimentação e composição das dívidas estão assim compreendidas:

MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ MIL		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2007	21.182	115.480	136.662
Juros incorridos no exercício	7.797	-	7.797
Variação monetária incorrida no exercício	2.126	10.226	12.352
Pagamentos realizados no exercício	(30.103)	-	(30.103)
Transferência para o Circulante	23.654	(23.654)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2008	24.656	102.052	126.708

**b-4) Dívida total por vencimento**

VENCIMENTO	R\$ MIL
2009	24.656
2010	25.926
2011	27.482
2012	29.131
2013	6.129
2014	6.497
2015	6.887
<b>TOTAL</b>	<b>126.708</b>

**II) NUCLEOS****a) Informações gerais**

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social tem como suas patrocinadoras: Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR; Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social.

O atual plano de benefícios do NUCLEOS é do tipo Benefício Definido e o seu regime atuarial de financiamento é o de capitalização individual.

Na data do encerramento das Demonstrações Contábeis o número de participantes do NUCLEOS era:

PARTICIPANTES	SISTEMA NUCLEOS		ELETRONUCLEAR	
	2008	2007	2008	2007
- Ativos	2.547	2.548	1.165	1.240
- Assistidos	700	632	144	136
- Beneficiários	181	165	36	34
<b>TOTAL</b>	<b>3.428</b>	<b>3.345</b>	<b>1.345</b>	<b>1.410</b>

Segundo as disposições contidas no Plano Básico de Benefícios, o custeio da entidade, reavaliado anualmente, aponta que a ELETRONUCLEAR deverá contribuir mensalmente com uma parcela equivalente à aplicação de uma taxa de 8,25% sobre a folha salarial de empregados participantes do NUCLEOS, sendo 3,92% correspondente ao custo normal e 4,33% para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado.

Considerando que o parágrafo 3º, do artigo 202, da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98, dispõe que é vedado o aporte de recursos à entidade de previdência privada por sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do participante.



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

**ELETRONUCLEAR**

CNPJ: 42.540.211/0001-67

Considerando ainda, que os participantes do NUCLEOS contribuem para entidade com uma parcela mensal equivalente, em média, à aplicação de uma taxa de 3,92% da mesma folha, conclui-se que a relação entre as taxas de contribuição normal da patrocinadora e participantes atendem à determinação legal contida no parágrafo anterior.

A contribuição de 4,33%, vertida pela ELETRONUCLEAR ao NUCLEOS, para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado é referente ao pagamento de 240 prestações mensais, a partir de dezembro de 2000 até junho de 2020, com incidência inclusive sobre o 13º salário de cada ano, para cobertura de compromissos especiais em função da Reserva de Tempo Anterior.

As contribuições normais ao Instituto NUCLEOS, apropriadas, no exercício, para a constituição das reservas matemáticas de benefícios a conceder, atingiram R\$ 11.484 mil (R\$ 10.166 mil - 2007).

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos vencidos com o NUCLEOS.

#### **b) Balanço patrimonial do NUCLEOS**

Relativamente aos resultados obtidos na data base de 31 de dezembro de 2008, considerando o patrimônio líquido de exigíveis e fundos de R\$ 999.138 mil e o exigível atuarial de R\$ 1.048.508 mil, constata-se uma insuficiência patrimonial no valor de R\$ 49.370 mil.

De acordo com o artigo 58, da Resolução CGPC nº 26/08, não há necessidade de equacionamento imediato do déficit se o mesmo for conjuntural, de valor inferior a 10% do exigível atuarial e que o fluxo financeiro seja suficiente pra a cobertura dos compromissos do exercício seguinte ao da ocorrência do déficit.

O déficit apurado em 31 de dezembro de 2008, correspondente a 4,7% do exigível atuarial, é essencialmente conjuntural, tendo em vista que as oscilações desfavoráveis do patrimônio do plano de benefícios administrado pelo NUCLEOS são decorrentes da forte crise econômica que abalou o mercado financeiro no segundo semestre de 2008. O NUCLEOS tem um fluxo financeiro positivo, pois as receitas de contribuição projetadas para o próximo exercício são superiores à folha de benefícios esperada para o mesmo período. Assim sendo, foi recomendado pela assessoria atuarial externa – Towers Perrin - aguardar a apuração dos resultados do final do exercício de 2009 para se tomar qualquer medida quanto ao equacionamento do déficit.

#### **c) Deliberação CVM nº 371/00**

Em atendimento ao pronunciamento IBRACON NPC nº 26, aprovado pela Deliberação CVM nº 371 de 13/12/00, que dispõe sobre contabilização de benefícios a empregados, seguem abaixo os resultados da avaliação atuarial referente à participação da ELETRONUCLEAR no NUCLEOS, efetuada pela Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda, atuário independente de todo o sistema ELETROBRÁS.

**c.1) Avaliação atuarial da participação da ELETRONUCLEAR**

Reconciliação do Passivo	R\$ MIL			
	Vr Presente Obrigações Atuariais	Vr Justo dos Ativos do Plano	(Ganhos) / Perdas Atuariais	(Passivo) / Ativo Líquido Total
Valor do início do exercício de 2007	(317.415)	253.651	(44.234)	(107.998)
Custo do serviço corrente	(12.702)	-	-	(12.702)
Custo dos juros	(35.489)	-	-	(35.489)
Rendimento esperado sobre os ativos	-	29.003	-	29.003
Amortizações	-	-	781	781
Ganhos ou perdas atuariais	(33.516)	111.230	(77.714)	-
Contribuições pagas	-	13.094	-	13.094
Benefícios pagos pelo plano	6.895	(6.894)	-	1
Valor ao final do exercício de 2007	(392.227)	400.084	(121.167)	(113.310)
Custo do serviço corrente	(18.462)	-	-	(18.462)
Custo dos juros	(43.923)	-	-	(43.923)
Rendimento esperado sobre os ativos	-	45.568	-	45.568
Amortizações	-	-	5.072	5.072
Ganhos ou perdas atuariais	11.734	(75.651)	63.917	-
Contribuições pagas	-	18.452	-	18.452
Benefícios pagos pelo plano	7.239	(7.239)	-	-
Valor ao final do exercício de 2008	(435.639)	381.214	(52.178)	(106.603)

**c.2) Insuficiência do ativo líquido**

A insuficiência do ativo líquido, ao final do exercício de 2008, apurado pelo Método do Crédito Unitário Projetado e à luz da Deliberação CVM nº 371/00, no valor de R\$ 106.603 mil, correspondente ao passivo atuarial da ELETRONUCLEAR, é resultante: (i) da aplicação do critério de avaliação atuarial diferente daquele utilizado pelo Instituto, que se vale do Método Agregado, além dos ajustes nas hipóteses atuariais utilizadas nos cálculos (ii) do NUCLEOS considerar o acordo de financiamento da dívida da INB como parte dos recursos garantidos dos compromissos assumidos com seus participantes e assistidos; e (iii) do fato do custeio do plano de benefícios ser compartilhado entre as patrocinadoras, em função da solidariedade.

Esse passivo atuarial foi reconhecido nos resultados dos exercícios de 2002 a 2008, a saber: 2002 = R\$ 70.344 mil; / 2003 = R\$ 17.216 mil; / 2004 = R\$ 2.477 mil; / 2005 = R\$ 9.476 mil; / 2006 = R\$ 8.485 mil; / 2007 = R\$ 5.312 mil; e em 2008, a reversão de R\$ 6.707 mil.



### **c.3) Premissas utilizadas na avaliação atuarial Deliberação CVM nº 371/00**

#### **Bases de dados**

Foram fornecidas pela Companhia, com a base de dados dos participantes ativos e inativos, incluindo pensionistas, contendo matrículas, datas de nascimento, admissão e salários correntes. Também foram fornecidos os regulamentos de benefícios, informações contábeis e financeiras na data da avaliação, relatórios similares elaborados sob as normas da CVM no exercício anterior, assim como aqueles exigidos e encaminhados à Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

#### **Hipóteses gerais**

- Data inicial do benefício – Para fins de avaliações dos benefícios pós-emprego, foi considerada como data inicial do fluxo de compromissos futuros aquela mais imediata, em que os participantes adquirem o direito ao gozo dos benefícios.
- Taxa de inflação – De acordo com as premissas estabelecidas pela ELETROBRÁS, com base em estudos internos, a taxa de inflação adotada nas avaliações de todas as empresas do grupo foi estabelecida em 5,2% ao ano.
- Índice de dependência principal – Considerou-se que 95% dos participantes ativos do sexo masculino terão um cônjuge no momento de aposentadoria.
- Idade do cônjuge – Quando não disponível o dato efetivo no cadastro, considerou-se, do sexo feminino, quatro anos mais jovem que o titular dos benefícios.
- Idade de vinculação ao regime geral – Quando não disponível o dado efetivo, considerou-se de 18 anos como momento inicial de vinculação ao regime geral.

#### **Outras hipóteses atuariais e financeiras**

- Mortalidade e sobrevivência > Combinação da Tábua GAM-71 com a AT-2000 (60%) e para os inativos foi adotada a Tábua AT-2000.
- Entrada em invalidez > Tábua “Álvaro Vindas”.
- Mortalidade de inválidos > Tábua AT-49.
- Rotatividade > 1% com limite aos 47 anos.
- Taxa de juros de longo prazo > 6% ao ano.
- Taxa de retorno de curto prazo > Refletindo o custo de oportunidade de curto prazo na economia brasileira, essa taxa foi estabelecida em 11,51%, compatível com o perfil de ativos financeiros garantidores. Foi adotada a mesma taxa no desconto de curto prazo.
- Incremento salarial > A taxa real de incremento dos salários a longo prazo foi adotada em 2,12% ao ano.
- Incremento de benefícios do regime geral > Não foi considerado qualquer incremento real nos benefícios pagos pela previdência social.
- Incremento nos benefícios dos planos > Não foi considerado qualquer incremento real no valor dos benefícios depois de concedidos.
- Fatores de capacidade > Em 0,978.





ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

**ELETRONUCLEAR**

CNPJ: 42.540.211/0001-67

**NOTA 22 – SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo venda de energia elétrica, em tarifas aprovadas pela ANEEL, e empréstimos e financiamentos contraídos junto a controladora ELETROBRÁS. Todas as demais transações são efetuadas em similaridade com o praticado no mercado.

R\$ MIL								
SALDOS	2008							2007
	ELETROBRÁS	FURNAS	CHESF	ELETROSUL	ELETRONORTE	ELETROPAR	TOTAL	TOTAL
Concessionárias	-	284.037	-	-	-	-	284.037	-
Fundo descomissionamento	41.860	-	-	-	-	-	41.860	-
Contas a receber	2.818	-	-	-	-	17	2.835	-
Contas a pagar	(3.412)	-	-	-	-	-	(3.412)	-
Fornecedores	-	(1.238)	(148)	(97)	(108)	-	(1.591)	(1.586)
Financiamentos captados	(2.897.934)	-	-	-	-	-	(2.897.934)	(2.449.195)
Saldo Líquido	(2.856.668)	282.799	(148)	(97)	(108)	17	(2.574.205)	(2.450.781)

TRANSAÇÕES	2008							2007
	ELETROBRÁS	FURNAS	CHESF	ELETROSUL	ELETRONORTE	ELETROPAR	TOTAL	TOTAL
Venda de energia	-	1.569.817	-	-	-	-	1.569.817	1.355.885
Cessão de funcionários	3.429	-	-	-	-	200	3.629	3.437
Receita financeira	9.958	-	3	-	-	-	9.961	3
Despesa financeira	(129.410)	-	-	-	-	-	(129.410)	(137.332)
Encargos uso da rede elétr.	-	(8.036)	(5.016)	(3.236)	(3.612)	-	(19.900)	(19.261)
Publicações oficiais	(620)	-	-	-	-	-	(620)	-
R G R	(43.859)	-	-	-	-	-	(43.859)	(34.429)
Saldo Líquido	(160.502)	1.561.781	(5.013)	(3.236)	(3.612)	200	1.389.618	1.168.303

**NOTA 23 – SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA****a) Remuneração**

O Suprimento de energia elétrica das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, fornecida à FURNAS, de 12.851.577 MWh (11.334.548 MWh - 2007), corresponde a uma receita no exercício de R\$ 1.569.817 mil (R\$ 1.355.885 mil - 2007).

Os valores da tarifa contratual de energia da ELETRONUCLEAR praticados em 2008 e 2007 foram os seguintes:

De 01/01/07 a 04/12/07 > R\$ 113,23 /MWh - Resolução ANEEL nº 400, de 05/12/06;

De 05/12/07 a 04/12/08 > R\$ 120,35 /MWh - Resolução ANEEL nº 570, de 04/12/07;

De 05/12/08 a 31/12/08 > R\$ 130,79 /MWh - Resolução ANEEL nº 747, de 02/12/08.



ELETOBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

**ELETRONUCLEAR**

CNPJ: 42.540.211/0001-67

## b) Nível de eficiência

Os dados do potencial instalado “versus” utilização são demonstrados no quadro abaixo:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL (MW)	ENERGIA CONTRATADA (MW médios)	GERAÇÃO BRUTA ( MW médios)	
			2008	2007
- Angra 1	657	367	400	309
- Angra 2	1.350	1.108	1.194	1.102
TOTAL	2.007	1.475	1.594	1.411

## NOTA 24 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O quadro abaixo apresenta uma síntese do resultado pelas grandes rubricas:

RESULTADO	R\$ MIL	
	2008	2007
Receita operacional líquida	1.471.755	1.271.697
Custo de Operação	(948.722)	(986.692)
Lucro Operacional Bruto	523.033	285.005
Despesa Operacional	(136.320)	(105.349)
Resultado do Serviço	386.713	179.656
Resultado financeiro	(589.158)	(53.282)
Outras despesas	(330)	(507)
Lucro (prejuízo) operacional	(202.775)	125.867
Contribuição Social e Imposto de Renda	(79.295)	(1.212)
Participação no Lucros	-	(6.987)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(282.070)	117.668

A Companhia apurou no exercício de 2008, um prejuízo líquido de R\$ 282.070 mil, enquanto que no exercício de 2007, o resultado registrou lucro líquido de R\$ 117.668 mil.

O Prejuízo do Exercício é explicado essencialmente pelos efeitos do resultado financeiro, que se apresentou negativo em R\$ 589.158 mil, enquanto que em 2007 o resultado financeiro negativo foi de R\$ 53.282 mil.

O Resultado do Serviço da Companhia de R\$ 386.713 mil demonstra um crescimento de 115% em relação ao resultado de 2007, quando o valor foi de R\$ 179.656 mil.



Abaixo os principais fatores que afetaram o resultado financeiro da companhia no exercício de 2008:

a) Encargos de Dívidas

As despesas de encargos financeiros de R\$ 315.992 mil, dos quais registra uma parcela de R\$ 308.195 mil relativos a juros sobre empréstimos e financiamentos obtidos da ELETROBRÁS, registrou um crescimento de 13% em relação à despesa de mesma natureza incorrida em 2007, que foi de R\$ 278.344 mil.

b) Variações monetárias e Cambiais

As Variações monetárias e cambiais passivas e ativas líquidas, que no exercício de 2008 se apresentaram negativas em R\$ 351.784 mil, diferentemente da posição das variações de 2007, que se apresentaram positivas em R\$ 78.243 mil, estão assim compostas:

- Despesa financeira de variação cambial de R\$ 153.268 mil, incorrida sobre o passivo para descomissionamento, originada pela valorização do Dólar Norte-Americano frente ao Real de 32%, no ano de 2008. No exercício de 2007, a variação cambial sobre o descomissionamento se apresentou positiva (receita) em R\$ 77.323 mil, pois naquele período o Dólar teve uma desvalorização de 17% frente ao Real;
- Despesa financeira de variação cambial de R\$ 61.100 mil, calculada sobre as dívidas em Euros de empréstimos e financiamentos da ELETROBRÁS e de fornecedores estrangeiros, causada pela valorização do Euro frente ao Real de 24%, no ano de 2008. No Exercício de 2007, a variação cambial sobre as dívidas em Euro se apresentou positiva (receita) em R\$ 85.272 mil, pois naquele período o Euro teve uma desvalorização de 7% frente ao Real;
- Despesa de variação monetária de R\$ 137.416 mil, com destaque para as dívidas em Real de empréstimos e financiamentos da ELETROBRÁS, que atingiram R\$ 126.870 mil, contra R\$ 77.300 mil em 2007. O crescimento nessa rubrica de 77%, foi ocasionado pela aceleração dos índices de inflação, indexadores dos contratos, e pelo fato de que no exercício de 2008, houve uma renegociação da dívida com a Controladora, convertendo dívidas de Euro para Real, o que levou a um aumento do estoque da dívida em Reais.

c) Avaliação do resultado operacional e do prejuízo do exercício de 2008

Em resumo, constata-se que mesmo tendo a Companhia um lucro de R\$ 386.713 mil como Resultado do Serviço, equivalente a 26% de Margem Operacional do Serviço, o resultado financeiro negativo, fortemente influenciado pelos encargos e variações monetárias sobre as obrigações de financiamentos e de Descomissionamento, mudou a condição do resultado para um prejuízo operacional de R\$ 202.775 mil, que equivale a Margem Operacional negativa de 13%.



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

**ELETRONUCLEAR**

CNPJ: 42.540.211/0001-67

## NOTA 25 - SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

O montante global segurado em 31/12/08 é de R\$ 4.736.599 mil, assim distribuído:

SEGUROS	MOEDA - R\$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGURO	PRÊMIO
Riscos nucleares			
- Danos materiais	31/05/09	2.337.000	7.528
- Responsabilidade civil	31/05/09	399.160	2.040
Armazenamento de equipamentos	Constr. Angra 3	1.779.348	6.181
Diversos	Diversas	221.091	145
TOTAL		4.736.599	15.894

## NOTA 26 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2008, foram de R\$ 27.776,98 e R\$ 1.374,63 (R\$ 24.834,93 e R\$ 1.016,76 - dez/2007) respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2008, correspondeu a R\$ 25.367,00 (R\$ 24.312,23 – dez/2007).

## NOTA 27 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerando as características próprias da Companhia, no âmbito particular e do setor elétrico em geral, destacam-se como valores significativos, suscetíveis de avaliação pelo valor de mercado, os valores relativos aos contratos de mútuo, captados diretamente da controladora ELETROBRÁS, para financiamentos dos empreendimentos.

A taxa de mercado (o custo de oportunidade do capital da empresa) é definida pela ELETROBRÁS, levando-se em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Considerando as circunstâncias especiais envolvidas no financiamento dos seus projetos de expansão, o valor de mercado destes empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

A Companhia não mantém operações referentes a contratos futuros, swap e outros derivativos financeiros.

**NOTA 28 - RISCOS OPERACIONAIS**

A operação da Companhia compreende a geração de energia elétrica (Vide Nota 23), fornecida por intermédio das linhas de transmissão do Sistema Interligado Nacional e recebida pelas Distribuidoras nas suas redes de distribuição para entrega aos consumidores finais, e, compreende 3% da energia produzida no país, equivalente a 50% da energia elétrica consumida no Estado do Rio de Janeiro.

Os principais fatores de riscos de mercado, que afetam e/ou podem afetar o negócio da Companhia, podem ser assim enumerados:

- **Risco de Crédito**

A ELETRONUCLEAR, conforme descrito nas Notas 1 e 4, tem a totalidade da sua geração de energia elétrica comercializada com FURNAS, empresa do sistema ELETROBRÁS, que fornece uma parcela significativa da energia elétrica produzida no País.

- **Risco de taxa de câmbio**

O endividamento e os demais passivos indexados à moeda estrangeira são afetados pelas flutuações do EURO e do dólar norte-americano. Não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição, tendo em vista os custos envolvidos e o atual estágio de estabilidade observado na economia brasileira. A totalidade da dívida da ELETRONUCLEAR está garantida pela ELETROBRÁS.

- **Riscos ambientais**

Os riscos ambientais são monitorados por superintendência especializada da Companhia. A ELETRONUCLEAR tem como diretriz conhecer todas as eventuais interferências que o funcionamento das suas usinas possa causar ao meio ambiente e, também, o aprimoramento contínuo das atividades produtivas, adotando técnicas que conduzam a melhores resultados, em harmonia com o meio ambiente. As usinas Angra 1 e Angra 2 estão de acordo com a legislação ambiental em vigor.

**NOTA 29 – EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em 05/03/09, foi expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA a Licença de Instalação nº 591/2009, à ELETRONUCLEAR, autorizando a instalação da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA) – Unidade 3, para a geração de energia elétrica, com potência térmica de 3.765 MWt e potência elétrica de 1.350 MWe, localizada na Praia de Itaorna, em Angra dos Reis - RJ, denominada Angra 3, com prazo de validade de seis anos, a partir desta data, observadas as condicionantes estabelecidas na referida Licença;

Em 09/03/09, a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN concedeu à ELETRONUCLEAR, pela Portaria CNEN/PR nº 016, a Licença Parcial de Construção para a Unidade 3 (Angra 3) da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA, restrita à reconstituição (concretagem complementar) da área destinada à construção das edificações de segurança nuclear da instalação e à impermeabilização na região do Edifício do Reator e do Edifício Auxiliar do Reator, sujeita às condições estabelecida na referida Portaria, o que possibilita a retomada efetiva das obras de construção da usina Angra 3.



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

**ELETRONUCLEAR**

CNPJ: 42.540.211/0001-67

## **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA EXECUTIVA**

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**MIGUEL COLASUONNO**

Presidente do Conselho

**OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA**

Conselheiro

**MIRIAM MARA MIRANDA**

Conselheiro

**ANTONIO CARLOS GOMES LIMA**

Conselheiro

**EDUARDO DE CAROLIS**

Conselheiro

**LUIZ ANTONIO DE AMORIM SOARES**

Conselheiro Interino

### **DIRETORIA EXECUTIVA**

**PEDRO JOSÉ DINIZ DE FIGUEIREDO**

Diretor de Operação e Comercialização

**LUIZ ANTONIO DE AMORIM SOARES**

Diretor Técnico

**PÉRSIO JOSÉ GOMES JORDANI**

Diretor de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente

---

**OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA**

Diretor Presidente

---

**PAULO SERGIO PETIS FERNANDES**

Diretor de Administração e Finanças

---

**ROBERTO C. B. JUNQUEIRA FERRAZ**

Superintendente de Finanças

---

**LUIZ FERNANDO HENRIQUES**

Contador CRC:RJ-50.602/O-4 - Gerente de Contabilidade

(Esta peça é parte integrante das Demonstrações Contábeis de 2008)

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

27 de fevereiro de 2009.

Ilmos. Srs.  
DIRETORES E ACIONISTAS DA  
ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR  
Rio de Janeiro - RJ

- 1) Examinamos o balanço patrimonial de ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, levantado em 31 de dezembro de 2008 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos recursos destinados a aumento de capital e dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil que elegem como objetivo final comprovar a adequação das demonstrações contábeis divulgadas pela Companhia, em seus aspectos relevantes. Nesse contexto nossos exames compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo "1" representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Global in Reach, Local in Touch**

Brasília - (61) 3321.5481    Fortaleza - (85) 3264.0159    Recife - (81) 3465.0036    Porto Alegre - (51) 3342.5858  
Curitiba - (41) 3322.8284    Salvador - (71) 3351.6060    São Paulo - (11) 3819.2207    Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

- 4) Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, em 31 de dezembro de 2008 a Companhia possuía R\$ 91.710 mil (R\$ 91.710 mil em 2007) a receber da parte relacionada FURNAS - Centrais Elétricas S.A. vinculados ao pagamento prévio pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a FURNAS e ainda sob o efeito de liminares judiciais movidas por empresas do setor para suspensão de pagamento. A realização deste ativo, relativo às transações de venda de energia realizadas no âmbito da CCEE no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, está sujeita as decisões judiciais referentes a tais ações legais, decorrentes da interpretação das regras do mercado em vigor naquele período.
- 5) Conforme mencionado na nota explicativa nº 21, item I, sub-item a.1-3, a Companhia reconhece a parcela excedente decorrente da avaliação atuarial de suas obrigações pós-emprego, no ativo circulante e no ativo não-circulante.
- 6) Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, além das informações suplementares compreendendo as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 20 de fevereiro, de 2008, contendo ênfases sobre os mesmos assuntos referidos nos parágrafos "4" e "5" acima. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.



RICARDO AMADO TOSTES  
CONTADOR CRC/RJ-062701/O-9  
HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES  
CRC/RS-003688/O-2 F-RJ

**Global in Reach, Local in Touch**

Brasília - (61) 3321.5481    Fortaleza - (85) 3264.0159    Recife - (81) 3465.0036    Porto Alegre - (51) 3342.5858  
Curitiba - (41) 3322.8284    Salvador - (71) 3351.6060    São Paulo - (11) 3819.2207    Rio de Janeiro - (21) 2539.2988





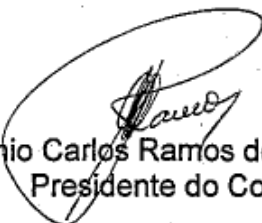
## PARECER DO CONSELHO FISCAL

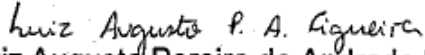
O Conselho Fiscal da ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório da Administração e de Responsabilidade Social e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES, bem como a proposta relativa à destinação do saldo dos lucros acumulados do exercício de 2008 e a proposta de pagamento da participação nos Lucros e Resultados - PLR 2008.

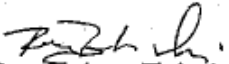
Com base no parecer dos auditores independentes HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES, de 27 de fevereiro de 2009, apresentado sem ressalvas, e de acordo com os exames efetuados, o Conselho Fiscal opina que os documentos apresentados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Empresa, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de acionistas da ELETRONUCLEAR.

É de parecer, ainda, que a proposta da Administração da ELETRONUCLEAR relativamente à destinação do saldo dos lucros acumulados e de pagamento da PLR do exercício de 2008 está amparada pelas disposições legais e societárias vigentes.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2009.

  
Antonio Carlos Ramos de Barros Mello  
Presidente do Conselho

  
Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira  
Conselheiro Fiscal

  
Ruy Takeo Takahashi  
Conselheiro Fiscal